

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
DOUTORADO EM SOCIOLOGIA**

**MOVIMENTOS SOCIAIS, CRISE DO LULISMO E CICLO DE PROTESTO EM
JUNHO DE 2013: REPERTÓRIOS E PERFORMANCES DE CONFRONTO, CRISE
DE PARTICIPAÇÃO E EMERGÊNCIA DE UM QUADRO INTERPRETATIVO
AUTONOMISTA**

FLÁVIO LYRA DE ANDRADE

JOÃO PESSOA

2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
DOUTORADO EM SOCIOLOGIA

**MOVIMENTOS SOCIAIS, CRISE DO LULISMO E CICLO DE PROTESTO EM
JUNHO DE 2013: REPERTÓRIOS E PERFORMANCES DE CONFRONTO, CRISE
DE PARTICIPAÇÃO E A EMERGÊNCIA DE UM QUADRO INTERPRETATIVO
AUTONOMISTA**

Tese apresentada por Flávio Lyra de Andrade ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba, sob orientação do Prof. Dr. Rogério de Souza Medeiros, como requisito parcial para obtenção do título de doutor em Sociologia.

JOÃO PESSOA

2017

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

A553m **Andrade, Flávio Lyra de.**
Movimentos sociais, crise do lulismo e ciclo de protesto em junho de 2013: repertórios e performances de confronto, crise de participação e a emergência de um quadro interpretativo autonomista / Flávio Lyra de Andrade. - João Pessoa, 2017.
519 f. : il.

Orientador: Prof. Dr. Rogério de Souza Medeiros.
Tese (Doutorado) - UFPB/CCHLA/PPGS

1. Movimentos sociais. 2. Ciclo de protestos. Lulismo - Crise. I. Título.

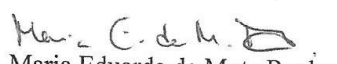
UFPB/BC

CDU – 323.1(043)

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA BANCA EXAMINADORA COMPOSTA PARA
EXAMINAR O ALUNO FLÁVIO LYRA DE ANDRADE

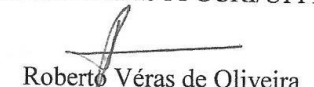
Aos oito dias do mês de março de Dois Mil Anos e Dezessete, às 08h00, na Sala 507 do Centro de Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba, realizou-se a sessão pública de defesa de Tese, intitulada: "**Movimentos sociais, crise do Lulismo e ciclo de protesto em junho de 2013**" apresentada pelo aluno Flávio Lyra de Andrade, sendo a Comissão Examinadora composta pelos Professores Doutores: Rogério de Souza Medeiros (orientador - PPGS/UFPB), Roberto Vêras de Oliveira (membro interno -PPGS/UFPB), José Henrique Artigas de Godoy (membro externo - PPGCRI/UFPB), Maria Eduarda da Mota Rocha (membro externo -PPGS/UFPE) e Cibele Maria Lima Rodrigues (membro externo - PPGECI/Fundaj), como suplentes: Simone Magalhães Brito e Maria Betânia de Melo Ávila. Dando início aos trabalhos, o professor Rogério de Souza Medeiros, na qualidade de Presidente da Comissão, convidou os membros da banca examinadora para compor a mesa. Em seguida foi concedida palavra ao doutorando para apresentar uma síntese de sua Tese, após o que foi argüida pelos membros da Comissão. Encerrado os trabalhos de argüição, os examinadores deram o parecer final sobre a Tese, à qual foi atribuído o seguinte conceito APROVADO. A seguir foi encerrada a reunião, devendo a Universidade Federal da Paraíba, de acordo com a LEI, expedir o respectivo Diploma de **DOCTOR EM SOCIOLOGIA**. Sendo a presente ATA assinada por mim, Rogério de Souza Medeiros (Presidente da Comissão) e demais membros.

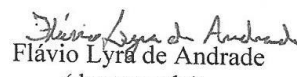

Rogério de Souza Medeiros
(Orientador/PPGS/UFPB)


Maria Eduarda da Mota Rocha
(membro externo PPGS/UFPE)


Cibele Maria Lima Rodrigues
(membro externo - PPGECI/Fundaj)


José Henrique Artigas de Godoy
(membro externo PPGCRI/UFPB)


Roberto Vêras de Oliveira
(membro interno/PPGS/UFPB)


Flávio Lyra de Andrade
(doutorando)

[...] el acto de autodeterminación de la massa como momento constitutivo lleva en seno a lo menos dos tareas. Hay, en efecto, una fundación del poder, que es la irresistibilidad convertida en pavor incorporado; hay, en otro lado, la fundación de la libertad, es decir, la implantación de la autodeterminación como una costumbre cotidiana.

Zavaleta

RESUMO

Nesta tese discuto o ciclo de protesto de 2013 e dinâmica de confronto que aprofundou a crise do lulismo. Analiso as interações entre organizações de movimentos sociais e governo, no contexto da crise política desencadeada. Diante da magnitude, intensidade e extensão das manifestações, busco identificar os repertórios e performances de confronto que marcaram o período de conflito político, em âmbito nacional e em Recife. Abordei os acontecimentos de junho realizando uma análise política contextualizada. Exploro a análise histórica comparada e as noções construídas pela teoria de movimentos sociais, aplicadas à ciclos de protestos e ação coletiva: estrutura de oportunidade e de mobilização, repertórios e performance de confronto e quadro interpretativo de ação coletiva. A partir de pesquisa bibliográfica e estudos analíticos sobre junho de 2013, situo o ciclo de protestos internacional e no Brasil entre 2011 e 2013, percebendo os impactos da crise mundial do capitalismo em 2008 e as consequências da adoção de políticas de austeridade. Para reconhecer a dinâmica e características que predominaram no Brasil, faço uma recuperação histórica dos ciclos anteriores a partir de 1968. Investigo o lugar da difusão de repertórios de ação e performances oriundas de outros ciclos e selecionadas pelos ativistas para este. No Brasil desenvolvi reflexões sobre os ciclos de protesto do período da redemocratização, a constituição e erosão de um campo democrático popular dos movimentos sociais, ao lado do surgimento e crise do lulismo e do petismo. No estudo sobre os protestos, as assembleias populares horizontais e os ocupas(es), em âmbito nacional, as informações foram obtidas através de pesquisa na internet em sites, blogs, youtube e periódicos com busca ativa utilizando palavras chaves. Em Recife, realizei um estudo de caso através de entrevistas com ativistas que participaram dos protestos de 2013 e do Ocupe Estelita. Identifiquei a influência do ciclo antiglobalização para o ciclo atual, em sua ação direta e performática radical; a revelação do esgotamento da arquitetura participacionista no bojo da crise do lulismo e do sistema político; a emergência do repertório e performance de confronto, e do enquadramento autonomista que expôs, na eclosão do ciclo, a insatisfação política polarizada, de oposição de esquerda, no primeiro momento, e de direita, nos momentos que se seguiram, tendo no centro o governo e o PT. Este acontecimento promove uma inflexão no sentido de um novo ciclo no processo de democratização e nas formas de interação institucional e de confronto dos movimentos sociais.

Palavras chaves: movimentos sociais; ciclo de protestos; autonomismo; lulismo; participação popular.

ABSTRACT

In this thesis I discuss the cycle of protest of 2013 and dynamics of confrontation that deepened the crisis of Lullism. I analyze the interactions between organizations of social movements and government, in the context of the political crisis unleashed. In view of the magnitude, intensity and extent of the manifestations, I seek to identify the repertoires and performances of confrontation that marked the period of political conflict, both nationally and in Recife. I discussed the events of June with a contextualized political analysis. I explore the comparative historical analysis and the notions constructed by the theory of social movements, applied to the cycles of protest and collective action: structure of opportunity and mobilization, repertoires and performance of confrontation and interpretive framework of collective action. From bibliographic research and analytical studies on June 2013, I situate the cycle of international and Brazilian protests between 2011 and 2013, realizing the impacts of the global crisis of capitalism in 2008 and the consequences of adopting austerity policies. To recognize the dynamics and characteristics that prevailed in Brazil, I make a historical recovery of the previous cycles from 1968. I investigate the place of diffusion of action repertoires and performances from other cycles and selected by the activists for this. In Brazil, I developed reflections on the protest cycles of the redemocratization period, the constitution and erosion of a popular democratic field of social movements, along with the rise and crisis of Lullism and Petism. In the study on protests, horizontal popular assemblies and squatters, nationally, information was obtained by searching the internet on websites, blogs, youtube and journals with active search using key words. In Recife, I conducted a case study through interviews with activists who participated in the 2013 protests and the Ocupe Estelita. I have identified the influence of the antiglobalization cycle for the current cycle, in its radical direct and performative action; The revelation of the exhaustion of participatory architecture in the midst of the crisis of Lullism and of the political system; The emergence of the repertoire and performance of confrontation, and the autonomist framework that exposed, at the outbreak of the cycle, polarized political dissatisfaction, left opposition, in the first moment, and right, in the moments that followed, having in the center the government And the PT. This event promotes an inflection towards a new cycle in the process of democratization and in the forms of institutional interaction and confrontation of social movements.

Keywords: social movements; protest cycle; june 2013; lulismo; popular participation

RÉSUMÉ

Cette thèse discute le cycle de protestation de 2013 et la dynamique de confrontation qui a aggravée la crise du lulisme. Il analyse les interactions entre les organisations de mouvements sociaux et le gouvernement, dans le contexte de la crise politique déclenchée. Devant l'ampleur, l'intensité et l'ampleur des manifestations, j'essaie d'identifier les répertoires et les performances de confrontation qui ont marqué la période de conflit politique, à l'échelle nationale et à Recife. J'ai discuté des événements de juin menant une analyse de la politique contextualisée. Explorez l'analyse historique comparative et notions construites par la théorie des mouvements sociaux, appliqués aux cycles de protestation et d'action collective: structure d'opportunité et de la mobilisation, les répertoires et les performances de confrontation et d'un cadre d'interprétation pour l'action collective. Sur la base de recherches bibliographiques et des études analytiques de Juin 2013, je situe le cycle de protestations internationales et au Brésil entre 2011 et 2013, aussi bien que j'identifier les impacts de la crise mondiale du capitalisme en 2008 et les conséquences de l'adoption de politiques d'austérité. Pour reconnaître la dynamique et les caractéristiques qui prédominaient au Brésil je fais une reprise historique des cycles précédents depuis 1968. Enquêter sur la place de la diffusion des répertoires d'action et de performances provenant d'autres cycles et sélectionnés par les militants pour cette. Au Brésil développé des réflexions sur les cycles de protestation de la période de re-démocratisation, la formation et l'érosion d'un champ démocratique-populaire des mouvements sociaux, aux côtés de l'émergence et de la crise du lulisme et de petisme. Dans l'étude des manifestations, les assemblées populaires horizontales et "ocuppys" au niveau national, l'information a été obtenue grâce à la recherche sur internet sur des sites Web, blogs, YouTube et périodiques avec la recherche active en utilisant des mots clés. À Recife, a été effectué une étude de cas au moyen d'entretiens avec des activistes qui ont participé aux manifestations de 2013 et le "Ocupe Estelita". J'ai identifié l'influence du cycle de l'anti-globalisation au cycle actuel, dans son action direct et radicale performative; la révélation de l'épuisement de l'architecture participationniste dans le milieu de la crise du lulisme et du système politique; l'émergence du répertoire et de la performance de confrontation, et le cadre d'autonomist exposé, le cycle de l'épidémie, l'insatisfaction polarisée politique, l'opposition de gauche, au d'abord, et à droite, dans les moments qui ont suivi, avec le gouvernement central et le PT. Cet événement favorise une inflexion vers un nouveau cycle dans le processus de démocratisation et dans l'interaction institutionnelle et de la confrontation des mouvements sociaux.

Most clés: les mouvements sociaux; cycle de protestation; juin 2013; lulismo; participation populaire.

SUMÁRIO

Introdução	9
1. Movimentos sociais, ciclo de protestos e confronto político	22
1.1. Processos políticos, estrutura de oportunidades e protestos: emergência dos movimentos sociais e suas organizações	31
1.2. Repertórios de ação, performance de confronto e quadros interpretativos: condição de existência dos movimentos sociais	42
1.3. Contexto mundial dos ciclos de protestos de 1968 a 2013	54
1.4. Os protestos de 1968: autonomismo e contracultura	69
2. Ciclos de protestos no mundo pós 1968: democracia e socialismo, globalização, antiglobalização e crise mundial	83
2.1. A queda do muro de Berlim	84
2.2. Os Dias de Ação Global e o Fórum Social Mundial	94
2.3. Primavera Árabe, Indignados e Occupy Wall Street	123
3. A crise política e os impasses da democratização brasileira: era Lula-Dilma, os protestos de junho de 2013 e a dissolução do campo político democrático popular	154
3.1. Ciclos de protestos na redemocratização e o campo político democrático popular	161
3.2. Governo Lula e a hegemonia às avessas	192
3.3. Crise e participação política: estrutura de oportunidade e democracia confrontada	238
4. Movimentos sociais: uma nova geração de militantes e ativistas ou novas estruturas de mobilização e performances de confronto? Repertório e enquadramento autonomista em junho de 2013.	290
4.1. Performance de confronto: rupturas geracionais e nos padrões de ação política e cultural dos movimentos sociais	298
4.2. Protestos e ocupe em 2013-2014 em Recife pelo direito à cidade: um autonomismo jovem, conectado e radical	343
4.2.1. Os protestos: entre a luta pela redução da tarifa e “uma grande festa cívica”	351
4.2.2. Ocupe Estelita: bens comuns na cidade	364
4.2.3. O ciclo de protestos em Recife: uma nova geração de movimentos sociais jovens, radicais, conectados, autonomistas	373
4.3. Enquadramento autonomista: militância/ativismo, movimentos sociais e esquerda social no Brasil	386
Considerações finais	410
Referências Bibliográficas	419
Apêndices	441
Anexos	506

INTRODUÇÃO

Multidões tomaram as ruas das principais cidades brasileiras nos meses de junho e julho de 2013, estendendo-se até outubro em algumas cidades como Rio de Janeiro, e várias manifestações menores se seguiram nas capitais dos Estados e localidades do interior, configurando um ciclo de protestos. Ao ciclo aberto em 2013, segue uma onda de protestos que chega a 2016. Protestos que, em 2014 e 2015 geraram polarizações entre esquerda e direita em torno da reeleição, e, posteriormente, contra e a favor do impeachment da presidenta Dilma, que ocorre em maio de 2016. A onda de protestos chega até setembro de 2016 com manifestações “Fora Temer”, vice-presidente que assume a presidência com o impeachment.

Recife foi um lugar de observação particular nessa pesquisa, pelo fato de eu morar nessa cidade. Relato brevemente o que presenciei no dia 20 de junho de 2013 indo às ruas, e o que acessei por depoimentos sobre as movimentações subsequentes que localmente deram continuidade a onda de protestos nacional. Me atenho, para introduzir este trabalho, a uma descrição dos três principais protestos ocorridos na cidade, considerando, para assim classificá-los, o significativo número de participantes e os diferentes repertórios e performances que marcaram estes eventos.

A primeira ocorreu no dia 20 de junho, coincidindo com o dia de pico das mobilizações em todo o Brasil, sendo a maior das manifestações em número de pessoas. Ocorreu saindo do Derby para a Av. Guararapes pela Avenida Conde da Boa Vista e expressava uma insatisfação coletiva geral. Eram muitas as razões e muitas as saídas apontadas por um coletivo aparentemente disperso que foi às ruas. Para muitas pessoas a manifestação era vivenciada como um momento de festa cívica ao som do hino nacional, decorada com o verde e amarelo das bandeiras, na qual levantava-se slogans nacionalistas tipo 'o gigante acordou', lembrando o comercial televisivo de uísque que faz levantar o morro gigante no Rio de Janeiro. Para outros, era como se estivessem no bloco carnavalesco do *galo da madrugada*, desta vez sem cerveja, os cortejos do bloco e os trios elétricos, agora tínhamos uma multidão que parecia ter resolvido festejar a descoberta de que pode se manifestar. Para outras, organizados em movimentos sociais em torno de lutas por direitos, o dia foi um momento de muita inquietação e angústia, ao ver suas vozes sem grandes possibilidades de expressão no meio da multidão que tomava conta do centro da cidade. Para outras ainda, identificadas com o modo sindical de atuar e/ou com os partidos de esquerda, a dor de ver o vermelho de suas bandeiras ser banido do espaço das ruas. Ainda estiveram lá aqueles que combinaram apenas dar uma demonstração de

presença pública forte, *guerreando*¹ entre si, como foi o caso de torcidas juvenis dos times de futebol, e houve ainda os que resolveram demarcar sua postura firme contra o capital e o fundamentalismo religioso marcando com tinta prédios que são como templos que simbolizam estes poderes: igrejas e bancos.

A segunda ocorreu no dia 27 de junho, com aproximadamente dez mil pessoas. Foi um novo momento de protesto nas ruas de Recife, desta vez demarcado pela presença organizada de vários movimentos sociais, dentre os quais se destacava a convocação da Frente pelo Transporte Público. Com bandeiras, faixas, tambores e panfletos, a manifestação começou no Derby e seguiu em passeata para o Centro de Convenções, na divisa com Olinda, lugar onde estava instalado provisoriamente o governo estadual. Lá chegando, o cerco da polícia fez um cordão de isolamento, talvez na tentativa de fazer recuar o apoio popular vindo do bairro de Santo Amaro ou mesmo para evitar qualquer tentativa de entrada no palácio provisório. Após idas e vindas com supostas tentativas de entrar e tendo aberto um canal de negociação em torno das reivindicações pela qualidade do transporte coletivo, a manifestação se dispersou em grupos. Algumas pessoas foram para casa retornando através dos corredores da polícia pela Avenida Agamenon Magalhães, outras seguiram as fogueiras de lixo providenciadas pelos moradores dos arredores e foram continuar o protesto nas ruas do bairro Santo Amaro, que pode expressar suas reivindicações até o momento em que a polícia resolveu acabar com o jogo de intimidação e começar a usar a força e as prisões. Muitos/as encerraram a noite na delegacia tentando reconquistar a liberdade perdida.

A terceira ocorreu no dia 11 de julho com dois mil participantes. Essa foi convocada pelo movimento sindical, articulada a uma greve nacional, desta vez em torno da pauta² entregue pelas centrais sindicais em março para a presidenta Dilma. Convoca os movimentos sociais a aderirem às suas proposições. Em uma assembleia com 100 pessoas em Recife, com representantes de vários movimentos, organiza-se a passeata do dia 11 de julho, fortemente marcada pelo estilo sindical de expressão pública: os manifestantes, alguns vestidos de forma igual, com camisetas pintadas, seguiam atrás de enormes carros de som. Aqui voltaram a se misturar as coisas, até porque as centrais sindicais nunca tiveram a mesma linha política. Enquanto umas se expressavam contra a PEC³ da terceirização do trabalho, por reforma urbana

¹ Referência ao termo empregado por locutores de rádio ao se referirem às escaramuças típicas entre jovens componentes de distintas torcidas políticas em áreas públicas.

² A pauta das centrais sindicais incluiu: 10% do PIB para educação, redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, fortalecimento do Sistema Único de Saúde, fim do fator previdenciário, contra os leilões do petróleo, por reforma agrária, reforma urbana, democratização dos meios de comunicação e reforma política.

³ PEC – Proposta de emenda constitucional, em tramitação no Congresso Nacional.

e reforma agrária e exigiam também reforma política, outras aproveitavam para ostentar a faixa 'fora Dilma', que foi exposta pelas televisões.

Diante da perplexidade gerada pela grandiosidade do evento descrito, seja pela repercussão midiática em âmbito nacional ou pela dificuldade de interpretação por parte do conjunto da sociedade, incluindo os intelectuais públicos, cientistas sociais e jornalista, defini o ciclo de protesto de junho 2013 como objeto para essa pesquisa.

Analiso, nesse estudo, a polissemia dos protestos de junho de 2013 a junho de 2014 em âmbito nacional e em Recife, os seus significados para os agentes que estiveram envolvidos na sua realização e que as interpretaram, debatendo as repercussões das revoltas internacionais e os seus desdobramentos políticos para o processo de democratização na relação movimentos e governo, assim como, discuto as novas dinâmicas de organização, movimentação e expressão dos movimentos sociais, destacando seus repertórios de ação, suas performances de confrontação, seu ativismo autonomista.

A pesquisa analisa as mobilizações de rua de junho de 2013 no Brasil e suas interfaces com as mobilizações globais ocorridas na Europa e na América Latina de 2011 para cá. Situo esse ciclo de protestos no contexto do aguçamento das desigualdades econômicas e adoção de medidas de austeridade para o mundo do trabalho, da crise do sistema de representação dos partidos políticos e governos, eclosão de ondas de protestos sociais marcadas pela indignação política. Discuto as jornadas de junho como muitos a chamaram, debatendo o grau de influência das revoltas internacionais, das novas tecnologias e seu uso pela juventude, assim como aspectos característicos dela em si mesma, ou seja, sua heterogeneidade política, grandiosidade numérica, efemeridade temporal e impacto político-cultural.

Delineados o objeto e objetivo da pesquisa, delimito o campo da análise a partir de quatro hipóteses para investigação, apresentadas por camadas de aproximação do objeto do ciclo de protestos. Discorro sobre estas hipóteses seguindo um percurso metodológico em quatro passos.

Na primeira aproximação dos protestos situo o contexto e discuto as inter-relações existentes entre junho de 2013 no Brasil e os ciclos de protestos internacionais ocorridos entre 2011-2012, em relação às ideias e repertórios que influenciaram os grupos participantes em suas formas de ação, estabelecendo alguns termos de comparação com ciclos de protestos globais anteriores, identificando pontos de ruptura e continuidade entre eles.

Na segunda aproximação, analiso os sinais de crise política revelada por, entre outras coisas, cartazes carregados nos protestos e por demandas apresentadas em debates. Os

elementos que se destacam e caracterizam a crise são os que se referem ao sistema político, representatividade do executivo, legislativo e dos partidos políticos, conflito entre os poderes, certas insuficiências das instituições democráticas em funcionamento, o que coloca em questão o processo de democratização vivenciado no país.

Na terceira aproximação checo em que medida o cenário político de junho de 2013 provocou mudanças nos padrões de mobilização, formas de luta, articulação, organização, comunicação dos movimentos sociais, assim como as alterações destas em relação a eventos anteriores, estando atento também a composição dos participantes presentes nos protestos, as demandas políticas apresentadas ao governo e ao conjunto da sociedade.

Na última aproximação analiso a atuação de ativistas, em suas características peculiares de militância autonomista, durante os protestos, no contexto urbano da cidade de Recife, dada à relevância que a questão urbana teve para detonação das manifestações.

Desenvolvo esse percurso metodológico apoiado principalmente na teoria dos movimentos sociais da escola norte-americana, em especial nas abordagens mais recentes de Tilly, Tarrow e McAdam, que estabeleceram diálogos e sínteses com a teoria dos novos movimentos sociais europeia, representadas por Touraine e Melucci. Sínteses que articulam as perspectivas de análises dos americanos vinculadas a mobilização de recursos (escolha racional), a estrutura de oportunidade, processo político e repertório de ação (histórico estrutural), com a discussão de identidade coletiva de Melucci, herdeira de dimensões simbólicas e cognitivas incorporadas pela teoria dos novos movimentos sociais, e por uma aplicação de categorias do interacionismo simbólico de Goffman, que possibilita o desenvolvimento de uma abordagem política e cultural formulada em torno da teoria dos enquadramentos interpretativos por Benford e Snow. A partir dessa síntese inicial abrem-se perspectivas para novas pesquisas que avançam em análises culturais, com o desenvolvimento das abordagens sobre dinâmicas e performances de confrontação, que ampliam a dimensão contingente em microanálises sociais que estão presentes nos conflitos políticos, em grandes comparações históricas situacionais, em ativismo global e no debate sobre os processos de democratização em contextos nacionais (TARROW, 2009; TILLY, 1998, 2013; TILLY Y WOOD, 2010; McADAM, McCARTHY y ZALD, 1999; MCADAMS, TARROW Y TILLY, 2005; BENFORD, SNOW, 2006).

Procuró situar o ciclo de protestos a partir do processo de constituição das ações coletivas e quadros interpretativos produzidos, observando o contexto político, econômico e cultural onde este ocorre, o que remete a relaciona-los com os ciclos de protestos desencadeados

em outras partes do mundo a partir de 2011. O que logo sobressai na observação do ocorrido no Brasil é a massiva presença da juventude, formas de atuação em redes de movimentos sociais e de comunicação, relação com outros ciclos históricos de mobilização e tipos de repertórios, a instalação de crise política institucional no âmbito dos poderes do Estado e de suas mediações na relação com a sociedade e os movimentos sociais e o lugar que a violência teve nas manifestações.

O estudo de ciclos de protestos considerados em si por sua magnitude e intensidade, abordados na perspectiva da teoria dos processos e confronto político, exige uma dupla observação do ponto de vista da dinâmica interna do conflito político ocorrido e da sua comparação com outros ciclos, por um lado, o contexto que possa ter gerado a oportunidade política para eclosão dos protestos com tais características; por outro, a dinâmica dos movimentos sociais quanto ao desenvolvimento da sua capacidade de mobilização de recursos, adoção de repertórios de ação coletiva, motivações e ideários que possibilitem a constituição de quadros interpretativos que agreguem os militantes e ativistas em torno de causas ou bandeiras políticas ou culturais. O que possibilitará a conformação de redes sociais que dão o suporte necessário para realização e manutenção dos protestos por um tempo que seja capaz de impactar no conjunto da sociedade e produzir as condições para o confronto e apresentação de suas demandas aos seus opositores, no caso estudado, o governo.

A descrição dos protestos de junho, da ação dos movimentos sociais, indicando algumas de suas características gerais, me permite dizer que eles constituíram ou inauguraram um novo ciclo de protestos no país. As análises indicam que esse ciclo de protesto, e a ação dos movimentos sociais neles, têm características bem distintas de outros ciclos que o antecederam no curso do processo de democratização pós 1964, a campanha das diretas já de 1984 e o Fora Collor de 1992.

As observações sobre as manifestações, o campo de interesse e o referencial teórico da pesquisa induzem a rever análises que vinham sendo elaboradas sobre aspectos relacionados às mudanças ocorridas no contexto social e político do país na era Lula, com o que ficou denominado *lulismo* e no governo Dilma, que são retomadas e aprofundadas em análises sobre junho 2013.

A eclosão do ciclo de protestos e a necessidade de compreender a nova dinâmica que permeia as formas de mobilização e organização de novos tipos de movimentos sociais e de suas redes agregam-se, indissociavelmente, ao debate sobre a crise do sistema político e, conseqüentemente, do processo de democratização. Ou seja, da crise de representatividade dos

partidos políticos e das organizações sociais e movimentos que historicamente vocalizaram as demandas da sociedade atuando com protestos na rua, em negociações com o governo, sendo representante da sociedade nos conselhos e conferências enquanto espaços de democracia participativa.

A pesquisa adota como eixos para análise as mudanças na dinâmica de mobilização, de comunicação e organização dos movimentos sociais e a oportunidade política que possibilitou a sua eclosão, revelando a presença de uma tradição político cultural autonomista que estava latente.

As mobilizações de junho de 2013, como já me referi, se estendem até 2016. Sem mudar o foco ou a temporalidade do estudo, este dado revela desdobramentos e levanta questões sobre o processo político pesquisado, que interferem na análise e narrativa sobre 2013 e podem estreitar a leitura sobre possíveis resultados dos protestos iniciais. Por exemplo, em torno do debate realizado por intelectuais públicos, do campo da esquerda, com análises sobre o impeachment, quanto a sua legitimidade e/ou (i)legalidade, reúnem-se um conjunto de trabalhos que o discutem como um golpe institucional jurídico-parlamentar, de alcance imprevisível. Grande parte desses trabalhos fazem referências a 2013. Por isso, sem discutir 2016, tenho que considerar em minha análise parte dessa contribuição atual sobre aquele período.

De forma semelhante, durante a continuidade dos protestos entre 2014 e 2016, nos contextos do intercurso até o impeachment e desdobramentos em andamento, vimos durante a copa do mundo em 2014, no processo eleitoral que reelegeu Dilma presidente também em 2014 e nos protestos pró impeachment e pró continuidade do mandato de Dilma em 2015 e 2016, a ocupação das ruas por agrupamentos, expressões políticas e enquadramentos interpretativos políticos-culturais agindo e se confrontando em torno de diferentes ideários, demandas e causas ideológicas. Aí estiveram, provavelmente, segmentos da população, organizações políticas e sociais, coletivos e ativistas que também estiveram na rua em junho de 2013.

Os atores contendores e os focos dos conflitos foram se redefinindo. Inicialmente, em junho de 2013, uma convivência lateral e indiferenciada, entre indivíduos, ativistas e grupos que se apresentavam, denunciavam e demandavam ao governo e aos políticos, com pautas contraditórias e contrapostas, que cabiam em ideologias que iam da esquerda à direita. Posteriormente, no primeiro semestre de 2014, ocorre uma reconfiguração significativa, gerando polarizações entre esquerda autonomista e esquerda partidária (petista-cutista) em torno do lema “não vai ter copa”, e, em 2015, entre direita e esquerda em torno do Fora Dilma, Lula e PT.

Para manter o foco do estudo, sem desconhecer os desdobramentos de 2013, recorro a trabalhos sobre esse momento dos protestos, assim como, a trabalhos que abordam os protestos dos anos seguintes, identificando os campos de expressão política que se conformaram quando desencadeados os protestos em junho de 2013 e os protestos de 2015. No período que vou estudar Alonso e Mische (2015) identificam três grandes repertórios e performances de confronto, que em alguns momentos se constituem em enquadramentos interpretativos: o autonomista, o patriota e o socialista, o que coincide com minha percepção sobre esse momento dos protestos. Esse enquadramento sofrerá mudanças em sua composição na onda de protestos de 2015-2016 (ALONSO, MISCHÉ, 2015;2016). Nessa pesquisa, parto dessa diferenciação de agrupamentos que atuaram em 2013 em âmbito nacional. Em Recife, tomo o período que vai de junho de 2013 a junho de 2014. Entre esses agrupamentos de enquadramento interpretativo, devida a peculiaridades da atuação no início desse ciclo de protestos, privilegio a observação e análise dos autonomistas.

A prioridade na observação sobre os autonomistas, deve-se à força que este enquadramento ganhou neste percurso centrado em algumas pautas em uma perspectiva crítica ao governo pela esquerda, a exemplo da denúncia dos gastos governamentais para os equipamentos para Copa Mundial de Futebol, assim como dos despejos em que estas construções implicaram. Eles também ajudam a enxergar protestos ocorridos antes e pós 2013, a exemplo de mobilizações que vinham ocorrendo e não tinham visibilidade, em que já se faziam presente o Movimento Passe Livre – MPL, Comitê Popular da Copa e o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto – MTST, assim como as marchas das vadias, da maconha e da diversidade, que ocorrem em nível nacional; e em São Paulo, a marcha da liberdade em 2011, impulsionada por coletivos de mídiativismo e ciberativismo.

Estes movimentos trazem inovações políticas e culturais quanto às suas formas de organização e repertórios de ação, aspectos que nos interessam em particular, ou quanto à sua independência em relação aos partidos e governos, que permite enxergar contradições na relação movimentos sociais e partidos. A configuração política dos protestos, analisada a partir da perspectiva da teoria dos movimentos sociais, utilizando-se das noções de dinâmica de confronto e repertórios de interação, contribui para problematizar os tipos de relação movimentos sociais e governo, em especial no que se refere à participação popular no modelo de democracia participativa, dentro de uma tradição que nasceu da esquerda social, reconhecida como conformação de um campo político democrático e popular, que, às vezes, é identificado com o petismo.

A abrangência e amplitude do objeto e hipóteses do estudo exige a adoção de uma perspectiva sociológica que integre o escopo longitudinal que ele ganhou. Ritzer (1997) discute a construção de uma meta teoria capaz de abranger diversos níveis de análise social da realidade, que discute a natureza multiparadigmática da sociologia, defendendo uma maior integração. Os paradigmas tendem a ser parciais e, em geral, centram-se em níveis específicos da análise social, o que pode ser percebido em certa polarização, entre os que refletem a partir do paradigma dos fatos sociais e que centram suas preocupações nas macroestruturas; aqueles que são partidários da definição do social pela ação, a interação e a construção social da realidade; ou ainda, os que se vinculam à perspectiva do estudo das condutas sociais.

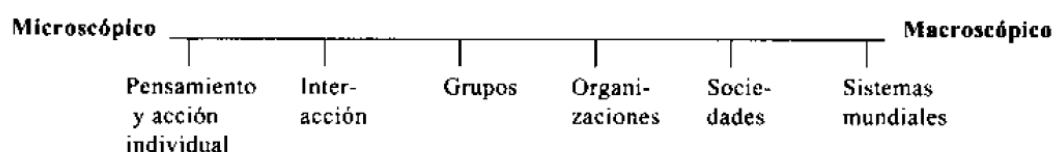
Para Ritzer é possível desenvolver uma abordagem sociológica tendo como perspectiva o desenvolvimento de um paradigma integrado, a partir da noção de níveis de análise social.

O mundo social não está na realidade dividido em níveis. De fato, a realidade social se contempla como uma enorme variedade de fenômenos sociais que se experimentam em uma continua interação e em constantes mudanças. Os indivíduos, os grupos, as famílias, as burocracias, a política, e muitos outros fenômenos sociais muito diversos representam uma quantidade desconcertante de fenômenos que constituem o mundo social. É muito difícil poder controlar tal número de fenômenos sociais de tantos tipos e tal intrinsecamente relacionados. Para isso se requer algum esquema conceitual, e os sociólogos têm desenvolvido vários esquemas para analisar o mundo social. A ideia dos níveis de análise que utilizamos é um entre numerosos esquemas (1997, p. 605).

Lanço mão de uma parte do modelo que ele sugere, por ser suficiente para os meus objetivos. Ritzer faz referência a dois níveis de *continuum* principais que podem ser acessados para abordar a realidade social, micro-macro, objetivo-subjetivo, aqui nos deteremos ao primeiro par. O segundo par, de alguma forma, será incorporado no uso da teoria de movimentos sociais.

Ele considera que o mundo social está constituído de uma série de dimensões espaço-temporais que variam entre as enormes e as pequeníssimas. Na vida cotidiana a maioria das pessoas concebem o mundo social nesses termos. No mundo acadêmico, alguns estudiosos, tem trabalhado com o *continuum* micro-macro. A ideia de *continuum* baseia-se na percepção imediata e simples de que os fenômenos sociais variam enormemente em magnitude. O continuum macroscópico e microscópico é representado na figura abaixo.

Figura I. Continuum macroscópico e microscópico



Fonte: Figura extraída de RITZER, 1997.

No extremo macro do *continuum* figuram fenômenos sociais de grande escala tais como os grupos de sociedade – sistema mundo capitalista, globalização neoliberal –, as sociedades e as culturas. No extremo micro do *continuum* figuram os atores individuais e seus pensamentos e ações. No intervalo intermediário há uma ampla série de grupos, coletividades, classes sociais e organizações. Seria difícil desconhecer esse espaço intermediário e refletir sobre o mundo só em termos de micro-macro. No entanto, não existem linhas divisórias demarcadas entre as unidades macrosociais e microsociais. O que temos, na realidade, é um *continuum* que vai desde o extremo micro ao extremo macro.

A partir da perspectiva acima, me inspiro em modelo teórico metodológico do uso escalonado dos níveis de análise social, também utilizado por Norris (2007) em estudo sobre democracia, protestos e ativismo. Adoto método similar para o tratamento dos dados e uso da bibliografia analítica sobre o junho de 2013. Para isso, faço uma diferenciação entre os níveis de análise social macro, meso e micro, recorrendo, no processo de pesquisa, a contribuições teóricas adequadas a abordagem realizada em cada nível. Para tanto, sigo etapas na construção do processo de análise que respeitam essa delimitação, relacionando os devidos referenciais teóricos e materiais empíricos disponíveis e sistematizados. Esta opção se expressa na organização dos capítulos da tese, que respeitam a distinção entre os níveis de análise, ordenando-os do nível macro até o micro, conforme exposto no diagrama.

Desenvolvimento do estudo conforme os níveis de análise social macro-micro

Macro		Macro-meso	Meso-micro
1º capítulo	2º capítulo	3º capítulo	4º capítulo
Teoria de movimentos sociais e contexto global socioeconômico e político	Ciclos de protestos de 1968 a 2013 no mundo	Contexto Nacional: democracia e crise política	Movimentos, redes sociais, protestos e ativismo político

No desenvolvimento do trabalho que terá por orientação analítica a teoria dos movimentos sociais, em uma perspectiva longitudinal e por níveis da realidade social, para organização da abordagem macrosocial adoto a noção de análise política contextual de Goodin & Tilly (2006). As indicações para aplicação desta análise salientam, antes de tudo, que o contexto é muito importante para compreensão de qualquer processo político que envolva ação social coletiva, seja no espaço local quanto nacional e global. Esse contexto pode ser tomado a partir de vários aspectos: histórico, institucional, demográfico, tecnológico, psicológico e ideológico. Tudo isso deve ser levado em conta para que seja feita uma boa descrição do fenômeno, considerando os atores, os elementos estruturais, as premissas factuais, a fim de estabelecer explicações não lineares. Nesta descrição devem-se observar três tipos de efeitos decorrentes deste olhar sobre o contexto: os efeitos sobre os próprios processos políticos; os efeitos sobre as evidências que dispomos, cabendo juntá-las, confrontá-las e desconfiar delas sempre; e os efeitos que incidem sobre a compreensão do analista, cabendo identificá-los e se posicionar a respeito quando vai fazer a análise.

Uma descrição densa do ocorrido nessa perspectiva nos permitirá inicialmente fazer um mais cuidadoso registro, possibilitando assim fazer uma organização e classificação do material bibliográfico e empírico selecionado, facilitando o processo de análise conforme as categorias extraídas desse processamento de dados. A partir disso integro e inter-relaciono os aspectos destacados pela proposta da análise contextual e relacional, situando-os em um quadro de referência que articula o local, o nacional e o internacional.

No primeiro e segundo capítulo apresento os referenciais teóricos metodológicos e as fontes e técnicas de pesquisa, para análise dos dados. Nestes dois capítulos encontra-se a macro análise com contextualização socioeconômica e política-cultural nos âmbitos global, com foco nas ondas de protestos ocorridas desde 1968, com interesse de compreender o ciclo pós 2010 nos Estados Unidos, Europa, África, Oriente Médio e América Latina. Com a discussão do último ciclo busco situar as inter-relações com a crise do capitalismo financeiro de 2008. Este primeiro exercício de contextualização se fundamenta na análise política contextualizada e na teoria de movimentos sociais dos processos políticos e dinâmicas de confronto, incorporando discussões de Sociologia Histórica, História Social e Comparada.

No terceiro capítulo sigo com a análise macro-meso no âmbito nacional, lidando com o debate sobre os anos de governo Lula e Dilma, que antecedem os protestos de junho de 2013, que abordam aspectos relativos às características da sua gestão, discutindo a noção de lulismo

que permeou a discussão sobre a crise do sistema político, do presidencialismo de coalizão, o seu ensaio desenvolvimentista e a emergência de uma nova classe média ou trabalhadora.

Neste capítulo, reflito também sobre a crise do lulismo e do petismo, me centrando em análise que discutem as perspectivas que estavam contidas no início do PT, quando da sua formação a partir de um campo político democrático popular constituído pelos movimentos sociais. Enfatizo as reflexões apresentadas por trabalhos que analisam o funcionamento da democracia participativa e o esgotamento da sua arquitetura. Muitas das análises se referem ao ocorrido em 2013, revendo posições anteriores, aprofundando-as, e discutindo as indeterminações abertas pelo cenário de crise política.

No último capítulo faço análise meso-micro social dos protestos em âmbito nacional e local. Procuro entender o ativismo de novo tipo que esteve nas ruas reconhecidos na ação coletiva do MPL, Black Bloc, Annonymus, os vermelhos, verde e amarelo, ciberativistas, a mídia ninja, e militantes socialistas históricos, situando-os no contexto dos protestos e na dinâmica de confronto estabelecida entre os participantes e o governo.

Estudo, ainda, a conformação dos movimentos sociais dentro da dinâmica dos protestos, discutindo estes como um ciclo, que se insere como mais um ciclo histórico que se integra ao período de redemocratização do país pós 1964, buscando entender se ele cria um ponto de inflexão na fase da história recente do país. Nesse processo discuto o que caracterizou os movimentos sociais que emergiram nessa cena, as expressões performáticas e o uso das tecnologias de informação e comunicação que potencializaram a explosão de manifestações de rua, caracterizando talvez uma nova geração de movimentos sociais e de repertórios de ação.

Ainda neste capítulo analiso entrevistas realizadas com ativistas e militantes que estiveram presentes nos *ocupes* e protestos de junho de 2013 a junho de 2014, em Recife. Priorizo uma abordagem sobre os protestos no nível local, para isto me atendo a uma análise micro social. Um foco de análise será as peculiaridades desse ciclo quanto à explicitação de certa crise em relação ao padrão de sociabilidade e modelo de cidades denunciado nos protestos, em especial pelos jovens, o que é acompanhado por um tipo de repertório de mobilização e causas inovadoras pela defesa de bens comuns, em suas formas de expressão e comunicação com a população. Outro foco de análise é o novo tipo de militância social e política que se sobressai. Dentre as características que delineiam o perfil da participação da juventude, o uso da internet e mídias alternativas, as formas de organização baseadas em um ativismo fortemente marcado por uma ação performática e autonomista, aparentemente pouco centrada em objetivos estratégicos e em bases de organizações coletivas horizontais e anti-burocráticas.

Na sequência, registro a metodologia de pesquisa, descrevendo a forma do processamento dos dados e da sistematização de materiais de fontes primárias e secundárias.

A pesquisa partiu da minha vivência no ciclo de protesto de 2013 em Recife e, no plano nacional, informado pelas mídias alternativas, o que me possibilitou o exercício da observação e a formulação de questões que ajudaram a amadurecer as hipóteses. O levantamento de informações para construção dos dados foi realizado, inicialmente, pela internet, em um trabalho de busca ativa em portais, sites, blogs e páginas de facebook, nos quais localizei uma enorme quantidade de materiais que podem ser identificados como mesas de debates, aulas públicas, entrevistas, documentários, além de uma variedade de publicações com artigos curtos de difusão e artigos acadêmicos de análises do ciclo ou de aspectos particulares nele.

Como critério geral de seleção do material a ser consultado, afora as entrevistas com ativistas de Recife, feita uma pesquisa exploratória e coleta de materiais, antes de estabelecido o foco no campo do autonomismo, classifico e depois seleciono o que consultar daquilo que identifico como posição e narrativa de organizações, intelectuais e militantes autonomistas disponíveis no conjunto de material que disponho (Apêndices I e II).

Os apêndices contêm listagens dos materiais de pesquisa que reúnem materiais publicados sobre o período de junho a outubro de 2013 acerca dos protestos, aqueles que foram disponibilizados mais próximos do ocorrido ou mais tardiamente, desde que tratem sobre aquele momento. Nos apêndices, as listas contêm materiais tais como: livros; revistas acadêmicas; revistas de circulação comercial; revistas de organizações do campo político da esquerda e blogs do campo autonomista; vídeos com mesas de debate, exposições, entrevistas, documentários sobre os protestos, a conjuntura política, os movimentos sociais e junho de 2013. As listagens por tipo de material identificam aqueles produzidos por acadêmicos; militantes ou ativistas dos movimentos e protestos; intelectuais públicos acadêmicos; intelectuais públicos dos movimentos e/ou do campo da esquerda. Os materiais contidos nas listagens, que foram citados no texto da Tese, serão incluídos nas referências bibliográficas.

Delimitar o campo autonomista me permitiu dar um corte para seleção de materiais disponíveis, demarcado por critérios políticos mais largos do que por organizações, agrupamentos e militantes auto-identificados como autonomista. O critério inclui a identificação de ideários e práticas de independência em relação aos partidos políticos e governos, de democracia de base, de combate a burocratização das organizações políticas e movimentos, não representativas, socialistas e autonomistas, também as anarquistas. Para seleção dos entrevistados em Recife considere a história dos militantes/ativistas e sua

vinculação com redes e articulações que são reconhecidas no debate político ocorrido e pela participação no processo dos protestos. A partir disso, identifiquei pessoas integrantes deste ideário e ações reconhecidas como parte de um campo autonomista em Recife.

Partindo desses critérios acima, cheguei aos seguintes coletivos, organizações, movimentos e redes, em âmbito nacional: MPL, CPC (incluindo as organizações que o compõe), movimento antiglobalização (incluindo ativistas da AGP – Ação Global dos Povos; Campanha contra a ALCA; organizações participantes do Comitê Internacional do FSM – Fórum Social Mundial); coletivos e ativistas de midiativismo e ciberativismo.

Nos capítulos três e quatro, processo e analiso matérias provindos das fontes já indicadas. No capítulo três a análise incorpora bibliografia produzida a partir e sobre o ocorrido em junho de 2013 e a crise de participação política instalada, em: trabalhos acadêmicos; textos e exposições de intelectuais públicos da academia; textos e exposições de intelectuais públicos das organizações de movimentos sociais e mídia alternativa. Para reduzir a quantidade de material a ser consultado, em relação ao que foi catalogado na pesquisa, privilegio nesse capítulo a leitura de livros e revistas (dossiês) por já contarem com uma edição que denota certa sistematicidade no tratamento dos conteúdos e acúmulo de discussão pelo volume do material.

No capítulo quatro no item que abordo o âmbito nacional, seleciono, para consulta e sistematização dos dados, elaborações de militantes e intelectuais públicos militantes, a partir do critério da reincidência de seus nomes em livros, revistas e blogs, da presença em mesas de debates, exposições e entrevistas encontradas no material de vídeos que reuni. Quando abordo o nível micro, no espaço local de Recife, discuto, a partir de entrevistas semi-estruturadas, como militantes autônomos narram sua experiência ativista no ciclo analisado, envolvidos nos protestos, em especial os ativistas da Frente de Luta por Transporte Público, do Comitê Popular da Copa e do Movimento Ocupe Estelita.

1. MOVIMENTOS SOCIAIS, CICLO DE PROTESTOS E CONFRONTO POLÍTICO

Maio de 68 foi um "passo existencial". Nele não existiu a figura do militante ensimesmado na revolução, investido da tarefa de mudar o mundo e que, em linha reta, caminharia para a revolução e para o Palácio de Inverno [...] foi suplantada pela dos princípios, da moral individual e subjetiva que é, melhor dizendo, a autonomia. Combinando o épico e o lírico, não se tratou, em 68, de um programa revolucionário, de oposição política, de reivindicações segundo o jogo do poder que as oposições tradicionais dominam.

Olgaria C.F. Matos

Na introdução apresentei uma abordagem para estudo dos protestos de junho de 2013 na qual articulo campo da ação e mudança social, distinguindo diferentes níveis de análise da realidade (RITZER, 1997). Trato de uma realidade nacional-global, onde estão implicados graus de complexidade e magnitude que exige recorrer - ou que me fez optar – por uma leitura de natureza mais longitudinal vista em perspectiva, o que me levou a buscar um caminho meta-teórico que se referencie em um paradigma sociológico que comporte esse enfoque. Procurei associar a dimensão analítica relacional dos processos políticos e dos ciclos de longa duração histórica, da análise relacional e contextualizada (GOODIN & TILLY, 2006) proposta por Tilly com a multidimensionalidade proposta por Ritzer, como referido na introdução. Por vezes me utilizarei de abordagens mais amplas ou específicas, de história, sociologia política e sociologia do trabalho, que indico quando oportuno. Neste capítulo apresento elementos centrais das teorias de movimentos sociais e o contexto no qual eclodem ciclos mundiais de protestos, com destaque para o de 1968, aquele que inaugura novas perspectivas teóricas e empíricas para os movimentos sociais.

Ao utilizar predominantemente a teoria de movimentos sociais Norte-americana, lanço mão de conceitos e noções que foram construídos, a partir de diferentes visões e perspectivas teórico epistemológicas, gestadas, em grande parte, a partir dos anos 1960 seguindo até hoje, sistematicamente. Desde a década de 1990, esta teoria passou por muitas revisões, acompanhadas de intensos debates entre os pesquisadores vinculados a essa corrente teórica de movimentos sociais e as outras diversas perspectivas. Debate onde se estabelecem diálogos, polêmicas e sínteses expressas em publicações, com um alto grau de enfrentamento de suas fragilidades teórico metodológicas e busca de superação destas, em colaboração.

Esse esforço está registrado em publicações conjuntas e revistas – representativa destas é *Mobilization* -, que apresentam as intersecções entre as categorias conceituais inicialmente desenvolvidas, revisadas e novas. São publicações organizadas conjuntamente por mais de um autor, que contém textos teóricos e de pesquisas empíricas, produção que divulga os novos

estágios da pesquisa e do debate. Junto a estas se têm também aquelas de iniciativas individuais, que apresentam o desenvolvimento da aplicação e inovação de noções e categorias, assim como, os avanços na incorporação de novos campos e temas de estudo articulados ao campo mais amplo da pesquisa de movimentos sociais.

Nos anos 1990 e 2000, as mudanças na sociedade provocadas pela globalização e neoliberalismo, tiveram grande repercussão na ação coletiva, expressa em uma menor eficácia dos repertórios tradicionais dos movimentos sociais tradicionais, como marchas, greves e mobilizações. Passam a predominar repertórios não convencionais ligados de maneira privilegiada a ação direta como bloqueios de rua, saques, escrachos, revoltas populares, etc. Em contraste com a grande concentração de poder nas elites internacionais, a ação coletiva passou por um período inicial de fragmentação das lutas, focalização em demandas pontuais, pressão local e ações espontâneas ou semiorganizadas. As mudanças na sociedade e nos sistemas de ação coletiva colocaram em cheque os modelos analíticos associados a noção de identidade, predominantes até então, e abriram espaço para outra perspectiva, de interação estratégica e processo político. O caráter fragmentário da ação coletiva, a desarticulação das identidades coletivas estáveis, foi, aos poucos, favorecendo o uso da categoria protestos sociais. (SVAMPA., 2009).

Distinguem-se duas tendências diferentes, o campo que adota, para análise da ação coletiva, a categoria de protesto social, e o outro que valoriza a conceituação específica em termos de movimentos sociais. Nesta tese, oportunamente, faço uso das duas noções. O conceito de protesto procura sublinhar a proliferação de repertórios de ação não convencionais, com forte poder disruptivo, que combinam diferentes formas de ação direta e tem como interlocutor privilegiado os diferentes níveis do Estado. As abordagens que adotam essa linha rechaçam as conexões mecânicas entre mudanças estruturais e conflitos coletivos, ou seja, eles questionam a tradicional ideia de que existem atores estruturais ou ontologicamente orientados para o conflito e o protesto, e utilizam conceitos de alcance intermediário, como repertórios de ação coletiva, estruturas de oportunidade política e marcos interpretativos de ação, propostos no modelo de processo político de Tilly.

Dentre esses esforços de articulação teórica referidos acima, destaca-se o que se articulou em torno de projeto de pesquisa conhecido como Dinâmica de Confronto, coordenado por MacAdam, Tarrow e Tilly, que têm no livro de mesmo nome, produzido pelos três, um ponto alto desse esforço coletivo da escola norte-americana. Busco, neste sentido, somar com iniciativas de pesquisas que se utilizam desse instrumental teórico, o que se deve a maior

divulgação e incorporação dessa corrente ao estudo de movimentos sociais no Brasil a partir dos anos 2000, neste momento impactados também com mudanças significativas e expressivas do cenário político e de configuração dos movimentos sociais e suas organizações (SILVA, 2014)

Tilly, um dos participantes da escola norte-americana, em sua trajetória, consegue construir, a meu ver, uma perspectiva teórica analítica que conforma, do ponto de vista meta-teórico, a multidimensionalidade sugerida por Ritzer, a partir de uma perspectiva relacional, dos níveis de análise social e de aporias categoriais epistêmicas. Além disso, em seu longo itinerário de produção, no campo da sociologia histórica, ele articula três eixos que permeiam o exercício de análise de grande parte dos estudos de movimentos sociais: conflito, poder e ação coletiva (FUNES, 2011).

Para introduzir a abordagem, mais específica, sobre confronto político sintetizada por Mc Adam, Tarrow e Tilly, a que me referi, recupero em linhas gerais alguns traços do trabalho teórico de Tilly, pela contribuição particular que dá a essa abordagem do ponto de vista histórico (GOHN, 1997) – essa visão é melhor desenvolvida em livro organizado por Funes (2011) sobre o pensamento de Tilly e em artigos escritos por Bringel (2012), com profundidade. Neles são apresentadas críticas e nuances, que não vou considerar na minha exposição.

Tilly centra-se numa visão global dos processos de mudança que afetam grandes estruturas sociais, cuja origem é as lutas específicas que multidões de manifestantes e reclamações populares introduziram, uma maneira de como ambos podem se articular e desafiar os poderes a cada momento e produzir resultados a médio e longo prazo através dessas ações de confrontação. Ele realiza suas pesquisas dentro de um largo período de tempo, uma obra que vai das revoluções europeia até a era de globalização, fez esse percurso buscando superar aparências monolíticas no campo da sociologia, assim como as suas divisões estanques e contrapostas entre indivíduo e sociedade, entre análise qualitativa e quantitativa, entre o político, institucional e o não institucional, ou presas à clássica aporia que se contrapunham, para explicar a mudança social, como essencialmente econômica, ou essencialmente político, cultural ou religiosa.

Uma peculiaridade está na habilidade que desenvolveu em fazer o cruzamento entre a análise histórica e sociológica, para a inserção na análise da mudança e da ação social, elementos que geralmente não são considerados, como a consciência e a cultura. Apoiado nisto inova na maneira de como abordar as questões do poder e dos conflitos sociais, através de um

enfoque que tem sido denominado de abordagem relacional (ou realismo relacional), característica de todas suas pesquisas.

Como Richard Hogan apontou recentemente em *Contemporary sociology*, uma versão da história da minha carreira pode ser contada como uma longa e difícil escapada do reducionismo estrutural rumo ao realismo relacional (Entrevista de Tilly a Ângela Alonso e Nadya Araújo Guimarães) (ALONSO e GUIMARÃES, 2004, p. 292).

Tal perspectiva consiste em associar a análise dos processos sociais de mudança ancorada a contextos específicos do espaço-tempo, o que reduz a possibilidade de incursão em abordagens deterministas, reducionistas ou ecléticas. Uma perspectiva analítica que privilegia os conflitos ao consenso, ações de indivíduos e grupos sociais, destacando-se a continuidade e a pluralidade subjacente entre os atores envolvidos no conflito, bem como as ações tomadas por estes para mudar a seu favor uma parte ou a totalidade das relações de poder instituídas.

É com base nesse foco histórico de longa duração e de comparação entre diferentes contextos que ele vai construir um entendimento segundo o qual um movimento social é definido como um esforço sustentado que visa manter um desafio permanente e organizado contra autoridades ou grupos de poder estabelecido. Tomo aqui uma conceituação histórica de movimentos sociais, formulada por Tilly, em obra sobre a história dos movimentos sociais de 1768 a 2008. Como ele diz, essa versão específica de leitura sociológica referida aos confrontos políticos requer uma compreensão histórica. A história ajuda na medida em que explica porque os movimentos sociais incorporaram algumas características cruciais (por exemplo, a marcha disciplinada pelas ruas) que os distinguiram de outras formas de política.

No último quartel do século XVIII, na Europa Ocidental e na América do Norte, as pessoas começaram a criar um novo e promissor fenômeno político. Elas começaram a criar movimentos sociais. Este livro traça a história dessa forma política inventada. Trata os movimentos sociais como uma forma específica de política contenciosa – contenciosa, no sentido de que os movimentos sociais envolvem a elaboração coletiva de reivindicações que, alcançando sucesso, conflitariam com os interesses de outrem; política, no sentido de que governos, de um ou outro tipo, figuram de alguma forma nesse processo, seja como demandantes, alvos das reivindicações, aliados desses alvos, ou monitores da contenda (TILLY, 2010, p. 20-21).

Inovações e variações em pequena escala demarcam diferenças de um contexto político para outro, apesar que certos traços dos movimentos sociais se modificaram ao longo da história e desenvolveram-se interrelacionados como um todo. Pode-se falar nesse sentido que os movimentos sociais têm uma história. Uma história que o distingue de outras formas políticas,

como campanhas eleitorais, celebrações patrióticas, demonstrações de força militar, investidas de autoridades públicas e luto coletivo.

Do ponto de vista histórico, para Tilly, movimento social “não é qualquer ação popular empreendida em favor de uma causa, a todas as pessoas e organizações que apoiam as mesmas causas ou a atores heroicos com posição destacada na história” (TILLY, 2010, p. 21). Os movimentos sociais são intervenções políticas e culturais particulares, expressas publicamente, interconectadas, permeadas por interações e práticas no curso da história. As quais se conformam à combinação característica de campanha, repertório e demonstrações⁴. São, ainda,

Um esforço público sustentado de elaboração de reivindicações coletivas direcionadas a determinadas autoridades (esforço que pode ser chamado de *campanha*); o emprego de combinações dentre as seguintes formas de ação política: criação de associações e coalizões para finalidades específicas, reuniões públicas, desfiles solenes, vigílias, comícios, demonstrações, iniciativas reivindicatórias, declarações para e nos meios de comunicação de massa, e panfletagem (esse conjunto variável de atividades pode ser chamado de *repertório dos movimentos sociais*) (TILLY, 2010, p. 22).

Entendo como necessário essa introdução feita acima sobre a teoria de movimentos sociais para o estudo de um ciclo de protestos, destacando a contribuição teórica e epistemológica de Tilly. Tomo-o como referência de um campo de estudos sobre movimentos sociais, como já citado, dada a peculiaridade e largueza disciplinar e analítica que têm (TARROW, 2009; TILLY, 1998; TILLY y WOOD, 2010; McADAM, McCARTHY y ZALD, 1999; MCADAMS, TARROW Y TILLY, 2005; LARANÃ y GUSFIELD, 2001; DELLA PORTA y DIANI, 2011). Tal perspectiva me parece adequada, para o tipo de estudo longitudinal e multinível que procuro desenvolver nesse trabalho. Tenho consciência das exigências e características que isso imprimi ao trabalho, por isso antecipei ela à discussão que segue sobre movimentos sociais. Lanço mão da posição de Tilly, apresentando uma definição sua sobre movimentos sociais, para dizer da ambivalência teórico analítica que permeará o texto, quando lido com o conceito de movimentos sociais, seja enquanto categoria analítica, que é a perspectiva construcionista de Melucci, seja à conceituação histórica e realista relacional de Tilly.

⁴ Demonstrações: representações públicas concertadas [...] por parte dos participantes: demonstrações de valor, de unidade, de números e de comprometimento por parte dos participantes e/ou de seus partidários. Diferentemente de uma petição, uma declaração ou uma reunião de massa ocasionais, uma *campanha* estende-se para além de um evento único – muito embora movimentos sociais frequentemente incluam petições, declarações e reuniões de massa. Uma campanha articula sempre pelo menos três elementos: um grupo de demandantes autodesignados, algum alvo (ou alguns alvos) de demanda, e algum tipo de público. As demandas podem ter como alvo autoridades governamentais, mas as “autoridades” podem também incluir donos de propriedades, funcionários religiosos, e outros cujas ações (ou omissões) afetam significativamente o bem-estar de muitas pessoas” (TILLY, 2010, p. 137).

A perspectiva de Tilly me permite lidar com a categoria de ciclo de protestos de Tarrow, o que contribuí para uma observação mais acurada das manifestações de junho de 2013 no Brasil, em sua magnitude, e da sua relação com os protestos de 2011 no mundo. A partir dela, posso igualmente relacioná-los com processos políticos de mais longa duração, distinguindo as estruturas de oportunidade que se abrem em determinados ciclos históricos. Dessa perspectiva, posso reconhecer também as organizações de movimentos sociais, como um componente importante para análise do confronto político que eclodiu, atento para ver aí a articulação de redes informais e de ativistas individuais, como recomenda Melucci.

Na aproximação destas duas perspectivas, busco lidar com as contingências e indeterminações que se instalaram nas interações estabelecidas entre manifestantes e autoridades e manifestantes entre si, distinguindo os repertórios de ação acionadas por estes, como também, e, particularmente nesse estudo, observar as performances de confrontação adotadas nesse ciclo. Complementar a essa dimensão anterior, indago-me sobre o caldo cultural que conformou as identidades coletivas, que geraram quadros interpretativos dominantes (*macro frames*). Ou ainda, busco discutir as características encontradas na ação coletiva de ativistas e movimentos, que são parte de tradições políticas culturais, e estavam subterrâneas, emergindo nesse contexto particular, ou contribuindo para desencadear o ciclo de protesto, expressões emergentes de forças sociais que estavam latentes – as três últimas categorias citadas são exemplo de intersecções com a abordagem de Melucci sobre movimentos sociais.

A seguir apresento essas referências teóricas, minha ferramenta analítica, situando as opções metodológicas e o contexto histórico de média duração que pode ter repercutido para emergência dos ciclos de protestos já referidos, no Brasil e no mundo, contextualizando em linhas gerais a crise capitalista iniciada em 2008. Encerro o capítulo situando um eixo transversal que percorre todo o trabalho, que é a presença do autonomismo, em um sentido largo, que não se confunde com anarquismo, seja como organização ou ativismo autonomista, nos ciclos de protestos pós 1968 no mundo, que se faz presente com força nos protestos de 2013 no Brasil.

Discutindo “o poder em movimento” ou a disputa por poder travada por movimentos sociais na sociedade contemporânea. Tarrow (2009) sintetiza os elementos e as dinâmicas fundamentais que atravessam esses processos políticos. Nas palavras de Tarrow, o ato irreduzível que subjaz a todos os movimentos sociais e revoluções é a ação coletiva de confrontação. A ação coletiva assume muitas formas: pode ser breve ou prolongada, institucionalizada ou de ruptura, monótona ou dramática. Muitas vezes ocorre dentro dos

marcos institucionais existentes, promovidas por grupos organizados em torno de objetivos, que faz parecer que não teria força para mobilizar ninguém. Essa ação tende a ser controversa, quando desencadeada por pessoas que não estão organizadas em associações institucionalizadas e agem em torno de reivindicações novas ou não reconhecidas pela institucionalidade existente, tornando-se assim uma ameaça grave a ordem. Estas ações podem ser identificadas como um movimento social quando os atores sociais que as promovem articulam-se em torno de ações mais sequenciais e duradouras movidas por aspirações comuns, estando em interação com adversários ou autoridades. A característica básica dos movimentos sociais é a ação coletiva de confronto (TARROW, 2009, p. 17-26).

A constituição de movimentos sociais na forma da ação coletiva de confronto, não significa que estes sejam sempre violentos ou extremistas, mas que a ação coletiva é o principal recurso, e muitas vezes o único, que as pessoas têm para lidar com adversários melhor equipados. No entanto as ações de confrontação diferem entre si quanto às formas de repressão e controle social empregado para combater os que se levantam. Os organizadores sabem disso e usam essa dinâmica para explorar oportunidades políticas, criarem identidades coletivas, agrupar as pessoas nas organizações e mobilizá-las contra adversários mais poderosos.

A ação coletiva contenciosa, de confrontação não é uma categoria abstrata, não pode ser tratada fora de um dado contexto histórico e político, as pessoas atuam coletivamente, enquanto grupos de interesse no mercado, em movimentos de protesto, rebeliões e/ou revoluções. Segundo Tarrow, as formas contenciosas de ação coletiva, associadas aos movimentos sociais, são histórica e sociologicamente distintas entre si, embora comparáveis em suas estratégias. No entanto todas elas desafiam seus adversários, despertam solidariedade e adquirem sentido para grupos específicos da população, são dependentes dos contextos situacionais e das culturas políticas. Isto implica que, tenhamos que correlacionar, para uma mais larga compreensão do estudo desses fenômenos sociais, a teoria da ação coletiva, com a discussão de rede social, o discurso ideológico e as lutas políticas ocorridas em vários contextos e épocas.

A teoria dos movimentos sociais, confunde-se na sua origem, ainda no século XIV, com os processos de mobilização social das lutas operárias para garantia de direito dos trabalhadores no início da era industrial, para transformação da sociedade capitalista, alimentando-se principalmente nas análises marxistas. É só nos anos 1960, que vai se talhar a expressão “movimentos sociais” como a entendemos hoje. É nesta década, com a eclosão dos movimentos dos direitos civis nos Estados Unidos e as mobilizações libertárias estudantis de 1968 na

Europa, a qual fomentará o surgimento dos movimentos pacifistas, ecológico e feminista, quando se forjam as primeiras teorizações sobre os movimentos sociais.

Até os anos 1990, as teorias dos movimentos sociais, dividiram-se entre duas grandes vertentes. Uma nascida nos Estados Unidos, será influenciada pela Escola de Chicago, constituirá as Teorias da Mobilização de Recurso e Teoria dos Processos Políticos. Outra, nascida na Europa, influenciada pelo marxismo, será conhecida como Teoria dos Novos Movimentos Sociais. Estas duas vertentes compõem os dois grandes paradigmas que marcaram o início do debate sobre os movimentos sociais, promovendo ricos diálogos quanto as suas divergências e esforços de síntese. A primeira, fortemente marcado pelo que alguns entendem como enfoque estratégico, a segunda em que se ressalta o enfoque identitário.

No Brasil a discussão identitária será aquela que mais se difundirá e terá repercussão no estudo das ações coletivas e mobilizações sociais ocorridas no país, durante processo de lutas de resistência à ditadura e redemocratização do país. Ligada à tradição do pensamento neomarxista, esta teoria vê nos novos movimentos sociais, ou seja, nos movimentos que se articulam para além da questão operária e camponesa, em torno de questões ligadas a moradia, ecologia, feminismo e negritude, atores que substituem a suposta missão revolucionária do operariado de transformação da sociedade capitalista.

Estes novos movimentos defendem inovações culturais na sociedade, atuando com uma ênfase anti-institucional, baseada na construção de uma auto identificação ou defesa de uma identidade específica, constituindo-se em forças sociais que buscam mudar a estrutura da sociedade. Mais do que reivindicar interesses específicos, eles atuam sobre o mundo da cultura e das relações sociais buscando renovar as formas de vida coletiva.

Essa concepção encontra-se inicialmente nas formulações de Touraine (1977, 1998), a qual apresenta um modelo analítico para entender as estruturas e formas de organização dos movimentos, numa tríade composta pela construção de uma identidade, que se constitui em oposição a um adversário, em torno de um projeto que define objetivos para o desenvolvimento de uma ação coletiva. Ou seja, uma ação coletiva que gera uma auto identificação, uma identidade coletiva, que se antagoniza com interesses ideológicos hegemônicos. Identidade que se forja em um projeto, na afirmação de valores e proposições de transformação social. Sem a articulação destes elementos, não podemos falar de um sujeito político coletivo.

A esta primeira formulação, que ficou conhecida como paradigma identitário (ou acionista), Melucci agregará contribuições, que partindo dessa construção teórica, enriquece-a

adensando as conceituações de cada um dos elementos que compõe a tríade, e lhe dá uma outra abrangência analítica:

Um movimento social é uma ação coletiva cuja orientação comporta solidariedade, manifesta um conflito e implica a ruptura dos limites de compatibilidade do sistema ao qual a ação se refere. Um movimento é a mobilização de um ator coletivo, definido por uma solidariedade específica, que luta contra um adversário para a apropriação e o controle de recursos valorizados por ambos... Um movimento não se limita, portanto, a manifestar um conflito, mas o leva para além dos limites do sistema de relações sociais a que a ação se destina – rompe as regras do jogo, propõe objetivos não negociáveis, coloca em questão a legitimidade do poder... Para identificar um movimento como categoria de análise, antes que como fenômeno empírico, é necessário que se verifiquem as três condições indicadas (MELUCCI, 2001, p. 35).

Na década de 1990 algumas correntes da teoria de novos movimentos sociais deixam de associar a inovação da ação coletiva a um ator, os movimentos, para atrelá-la a um *locus*, a sociedade civil. Definida em larga medida em negativo – a sociedade civil não é nem Estado, nem mercado, nem a esfera privada/íntima –, dela nasceriam demandas por autonomia não referidas nem ao poder político-institucional, nem a benefícios materiais, nem ao auto interesse. A conjunção entre a teoria do espaço público, que já estava em Habermas, com a de sociedade civil, recuperada por Touraine, foi cristalizada em livro de Cohen e Arato escrito no início da década de 1990. Esse novo espaço tornou-se o tema dessa corrente, deslocando os estudos de movimentos sociais específicos para o das arenas públicas, nas quais se debatem as definições da boa vida. No que resultará uma produção acadêmica de trabalhos empíricos não mais sobre o ativismo, mas sobre participação social, democracia deliberativa e seus correlatos (COHEN & ARATO, 2001; AVRITZER, 2013d; ALONSO, 2009).

A teoria de mobilização de recursos (McADAM, McCARTHY e ZALD, 1999) insere-se no conjunto de esforços empreendidos pelas Ciências Sociais de desenvolver explicações sobre as mobilizações coletivas para além dos termos de emoções coletivas, exacerbando o extremo oposto: sua racionalidade. Contrapondo-se ao funcionalismo, esta defende que as ações não são uma expressão caótica de insatisfações individuais não canalizadas pelas instituições e movimentos, mas que têm sentido e organização. Insurge-se contra o economicismo do marxismo, argumentando que os descontentamentos e motivações para a mobilização, como as privações materiais e os interesses de classe, sempre existem, o que os levam a não explicarem efetivamente as razões das mobilizações coletivas. E mais importante que identificar as razões seria explicar o *processo* de mobilização. A decisão de agir é um ato de deliberação individual, e não expressão de mobilizações emocionais. É, sim, o resultado de cálculo racional entre

benefícios e custos. A teoria de mobilização de recursos, portanto, avalia os movimentos sociais igualando-os a qualquer outro fenômeno de organização do social, dotado das mesmas características que os partidos políticos. “A explicação privilegia a racionalidade e a organização e nega relevo a ideologias e valores na conformação das mobilizações coletivas” (ALONSO, 2009, p.53).

1.1. Processos políticos, estrutura de oportunidades e protestos: emergência dos movimentos sociais e suas organizações

A teoria de processo político, desenvolvida inicialmente por MacAdam, em sua evolução incorpora e problematiza elementos da discussão da sociologia histórica sobre as revoluções, contribuindo para lidar com visões reducionistas ou deterministas acerca das explicações sobre a dinâmica das ações coletivas e os movimentos sociais, construindo explicações macro históricas e das relações sociais em um nível médio, que repelem a economia como única chave explicativa e combinam política e cultura na explicação dos movimentos sociais. Essa nova abordagem ficou reconhecida como uma teoria da mobilização política, representadas principalmente por Tilly, Tarrow e McAdam, já citados. Eles estudam movimentos revolucionários e de reforma política na França, Inglaterra, Itália e o movimento dos direitos civis nos Estados Unidos. Tilly construiu uma sociologia política histórica, cuja ambição é identificar os mecanismos que organizam os macroprocessos políticos no Ocidente, por meio da comparação entre casos (FUNES, 2011; BRINGEL, 2012).

O conceito de “estrutura de oportunidades políticas” de Tarrow (2009) dá o parâmetro político de construção de síntese dessas duas teorias apresentadas anteriormente – mobilização de recursos e processo político. O argumento que ele desenvolve é que, quando há mudanças nas estruturas de oportunidade política, ou seja, no ambiente político, criam-se novas possibilidades para expressão de reivindicações dos movimentos sociais que estão fora da arena política institucional. O que ocorre pelo aumento de permeabilidade das instituições políticas e administrativas às reivindicações da sociedade civil, desencadeadas por crises na coalizão política no poder, por deslocamentos na interação política entre o Estado e a sociedade, e pela conformação de alianças potenciais entre grupos. Nestas oportunidades grupos insatisfeitos organizam-se para expressar suas reivindicações na esfera pública.

A teoria do processo político supõe que a coordenação dentre os potenciais ativistas é crucial para produzir um ator coletivo, mas os agentes coletivos não são preexistentes, eles se

formam por contraste durante o próprio processo contencioso. A coordenação depende de solidariedade, numa combinação entre o pertencimento a uma categoria e a densidade das redes interpessoais que vinculam os membros do grupo entre si. Contudo, a solidariedade não gera ação, se não puder contar com estruturas de mobilização: recursos formais, como organizações civis, e informais, como redes sociais que favoreçam a organização. A mobilização é, então, o processo pelo qual um grupo cria solidariedade e adquire controle coletivo sobre os recursos necessários para sua ação. A teoria de processo político prioriza uma estrutura de incentivos e/ou constrangimentos políticos, que delimita as possibilidades de escolha dos agentes entre cursos de ação (TILLY, 2010).

Um movimento social, nesse contexto, é definido, como uma interação contenciosa, que envolve demandas mútuas entre desafiantes e detentores do poder, em nome de uma população sob litígio. Estado nacional e movimentos sociais não são, então, atores, mas formas de ação coletiva. Os movimentos sociais é uma forma histórica de expressão de reivindicações, que não existiu sempre, nem em toda a parte. Aqui se revela outro aspecto relevante da explicação, histórico-cultural, expressa no conceito de repertório, isto é, um conjunto limitado de rotinas que são aprendidas, compartilhadas e postas em ação por meio de um processo relativamente deliberado de escolhas que selecionam, na memória coletiva, aprendizados vindos de lutas sociais conhecidas pelos participantes do confronto político. Os agentes, em meio ao processo de luta, escolhem dentre as maneiras convencionalizadas de interação presentes no repertório aquelas mais adequadas à expressão de seus propósitos (ALONSO, 2009).

Pelo que observei das características dos protestos de junho de 2013 e ativistas envolvidos, a teoria da mobilização de recursos não se mostra suficiente para explicar o fenômeno, em especial a sua versão clássica vinculada a certa perspectiva do utilitarismo e em sua ênfase na escolha racional, que não dá conta dos processos políticos e ideológicos, informacionais, identitários e simbólicos presentes nas mobilizações. Para isso, incorporo a categoria de marcos interpretativos, construída no interior da Escola Americana de movimentos sociais, como exercício de construção de síntese articulando a teoria de mobilização de recursos e de processo político. Outros exemplos de categorias necessárias são estrutura de oportunidade e repertórios de ação, apresentados acima, que começam a enfatizar as dimensões culturais presentes na dinâmica das ações coletivas. A categoria de marco interpretativo (HUNT, BENFORD e SNOW, 2001; SNOW e BENFORD, 2006), por sua vez, foi possibilitada também pelo estabelecimento de um diálogo proativo da teoria europeia dos novos movimentos sociais com a teoria americana.

A teoria dos novos movimentos sociais desenvolvida por Touraine em seus primeiros trabalhos (1976, 1977, 1987, 1998, 1999), ao fazer a discussão sobre porque as ações coletivas ocorrem, constrói um modelo de explicação baseado na agência de um sujeito social, que parece, numa primeira abordagem, substituir, com a apresentação dos movimentos sociais, a centralidade que teve a classe operária, no modelo marxista clássico. Como já salientei, ele sintetiza o seu modelo em uma tríade inter-relacionada que procura descrever a dinâmica da ação coletiva em movimento. Seus termos são identidade, oposição e totalidade. Segundo Melucci, com estes elementos se explica a interação da ação coletiva, a partir de um agente que constrói no processo uma identidade coletiva frente a um antagonista, que pode ser outro grupo social ou instituição, dinâmica essa que revela ter havido aí uma ruptura por parte do agente desencadeador do conflito com a compatibilidade do sistema, a totalidade, com base em um projeto alternativo (MELUCCI, 2001a).

Com essa formulação, principalmente na primeira fase da produção dessa teoria, ela incorreu no risco de produzir uma explicação dos processos de transformação social baseado numa totalidade social sistêmica linear e unidimensional frente às contradições da realidade e suas possibilidades de configurações alternativas. Esta abordagem, na sua formulação inicial, pode nos levar a ter dificuldades de compreender processos políticos, acontecimentos como junho de 2013, que em sua polissemia não podem ser apreendidos como uma totalidade social em que um sujeito coletivo, os movimentos sociais em uma onda de protestos, contesta o governo, os poderes do estado, conformando uma identidade unitária que enfrenta um opositor, criando as condições de romper a lógica do sistema com sua ação.

Posso, no entanto, dentro dessa teoria geral dos novos movimentos, resgatar dimensões desenvolvidas particularmente por Melucci, que busca fazer uma síntese com a perspectiva estratégica da escola norte-americana. Esse aporte encontra-se em suas indagações, em parte coincidentes com aspectos desenvolvidos por esta, tendo em vista interesses metodológicos de como as ações coletivas ocorrem, as motivações que reúnem e mobilizam os indivíduos, gerando uma ação coletiva. Nestes aspectos existem aproximações que se encontram em algumas noções como repertórios, mobilização, oportunidades políticas.

Nesta síntese, Melucci inclui elementos que ajudam a perceber como, nos conflitos políticos, as disputas dos interesses antagônicos representados por distintos projetos de sociabilidade ou sociedade, ocorrem. Ao fazer essa inflexão, ele aproxima-se da abordagem da teoria dos quadros interpretativos, quando enfatiza as motivações, valores, subjetividades, interações cognitivas e construção de códigos simbólicos de coesão dos agentes sociais durante

o processo de construção de identidades coletivas, voltada para o enfrentamento do conflito político. Nesta dimensão da análise, as identidades coletivas que conformam redes sociais – reunindo indivíduos e organizações – confundem-se, em muitos aspectos, com os elementos que configuram os quadros interpretativos, noção que será desenvolvida mais à frente.

Esta aproximação entre as duas abordagens da teoria de movimentos sociais, iniciada por Melucci, será retomada e desenvolvida por Diani, em um exercício de definição do que são os movimentos sociais. Este debate indica os limites e possibilidades do seu uso, e irá auxiliar na análise dos ciclos de protestos aqui estudado. Esta discussão exige dar uma atenção especial a emergência de novas configurações dos movimentos em suas formas de mobilização, comunicação, expressão e articulação. Construo, para análise na pesquisa sobre junho de 2013, referências que ajudem a estudar uma ação coletiva, de onde emerge uma mobilização social, uma onda de protestos, que não está impulsionada por uma organização de movimento social e que não resulta tampouco numa organização de movimento social, mas que é, ao mesmo tempo, o conjunto de tudo isso, em um contexto, no entanto, que podemos caracterizar como de crise e oportunidade política.

O conceito de movimentos sociais de Diani busca integrar várias abordagens teóricas deste campo de estudo. Para ele, os movimentos são processos sociais de intensa interação que apresentam mecanismos nos quais os atores comprometidos em uma determinada ação coletiva se envolvem em relações conflitivas com oponentes claramente identificados. Estes se reúnem ou estabelecem vínculos em densas redes informais e compartilham uma identidade coletiva que se diferencia no contexto social, situando-se fora do âmbito institucional e dos procedimentos de rotina da vida cotidiana. Esta definição ajuda a fazer algumas distinções acerca de agentes individuais e coletivos que vamos observar durante a dinâmica dos protestos. Eles desencadeiam sempre uma ação coletiva conflitiva em relação à ordem política ou cultural, procuram promover mudanças sociais ou se opõem a estas. Conflitos são aqui entendidos como uma relação de oposição entre atores que disputam e querem controlar certo campo de poder, seja político, econômico ou cultural, isso em um processo que produz demandas negativas de um para o outro, no sentido em que se essas reivindicações forem atendidas ou realizarem-se, prejudicariam os interesses dos oponentes. No entanto, essa ação coletiva, orientada por objetivos firmados em valores e princípios morais, deve estar articulada especificamente em termos políticos e sociais (DIANI, 1992, 2010, 2011, 2015; DELLA PORTA e DIANI, 2011).

Os movimentos sociais constituem densas redes informais, diferenciando-se de um campo vasto de casos em que as ações coletivas são coordenadas de forma em geral a partir dos

limites da lógica de organizações específicas, a exemplo das organizações partidárias e sindicatos. No caso dos movimentos sociais, esses têm lugar na medida em que os atores, tanto individuais como organizados, comprometem-se em intercâmbios duradouros de recursos, na busca de metas comuns, sem perder sua autonomia e independência. A coordenação das iniciativas particulares, a regulação da conduta dos atores individuais e a definição das estratégias dependem de negociações permanentes entre os indivíduos e as organizações envolvidas na ação coletiva. Nenhum ator organizado, não importa o quão forte seja, pode apropriar-se da representação do conjunto de um movimento.

Os movimentos sociais conformam uma identidade coletiva, e esta não é uma mera soma de protestos ou campanhas específicas, pelo contrário os movimentos são reconhecidos só quando fomentam identidades coletivas que transcendem eventos e iniciativas particulares. A identidade coletiva se relaciona estreitamente com o reconhecimento e a criação de conectividades. Os movimentos contêm um sentido de propósitos comuns e compromisso compartilhado por uma causa que possibilita que os militantes ou organizações se considerem vinculados de maneira estreita e efetiva com outros atores, que não tem estrita identidade de interesses, mas sim afinidades políticas, culturais ou ideológicas, motivo suficiente para gerar uma mobilização coletiva mais ampla. O que exige estarmos atentos aos critérios que estabelecem a delimitação, de quem faz parte ou não da rede, para compreender os elementos que ajudaram a surgir e dar forma à ação coletiva.

O exercício de conceituação dos movimentos sociais nos permite fazer a diferença entre o que estamos chamando de movimentos sociais, por um lado, de organizações políticas e sociais como os partidos políticos, grupos de interesses e grupos ou seitas religiosas; por outro lado, de redes informais de ação coletiva tais como as de campanhas de mobilização política de natureza eleitoral ou sindical e de coalizões políticas. Assim como diferenciar movimentos sociais, protestos e atividades políticas.

Os movimentos sociais, partidos políticos e grupos de interesse são frequentemente comparados dada a suposição de que todos estes incorporam diferentes estilos de organização política. Conforme Della Porta e Diani, pode-se considerar que a diferença fundamental entre os movimentos sociais e outros atores políticos não consiste principalmente nas diferenças em suas características organizativas ou padrões de comportamento, apesar destas terem que ser consideradas na análise. O mais importante é o fato que os movimentos sociais não são organizações de nenhuma classe particular (DELLA PORTA e DIANI, 2011).

Os movimentos sociais não são organizações, são redes que podem incluir organizações formais ou não, dependendo das circunstâncias. Dessa maneira entende-se que uma organização sozinha, seja qual for as suas características organizacionais, não é um movimento social. No entanto estas podem participar em dinâmicas de movimento social, porém isso não é exatamente o mesmo, já que o movimento gera formas de organização diferentes. Essa delimitação do conceito discorda da utilização indiferenciada e frequente de movimentos sociais para nominar organizações específicas de movimentos sociais ou determinadas redes de interação. A definição construída por Diane quer enfatizar, ao discutir o caráter informal dos movimentos sociais, a natureza fluida desse fenômeno. Em sua formação, os movimentos se consolidam pelo sentimento de pertencimento coletivo, que é criado em cima dos vínculos de solidariedade e lealdade que se desenvolvem entre os indivíduos e grupos ou organizações específicas.

Um movimento tende a desarticular-se quando as identidades organizativas, corporativas, terminam por dominá-lo, ou quando o sentir-se parte passa a referir-se principalmente a uma organização e seus componentes e não tanto a um coletivo mais amplo, de limites mais frouxos, enfatiza Diani. Ao mesmo tempo, podemos entender que se os movimentos sociais se diferenciam analiticamente das organizações que atuam em seu interior, qualquer organização envolvida em uma dinâmica de movimentos sociais – respeitada as características que os conforma –, pode ser considerada como uma organização de movimento social. O mesmo pode-se dizer dos grupos de interesse, aí inclusos os partidos políticos. Dizer que um partido político faz parte de um movimento social não significa que os movimentos sociais sejam uma categoria teórica mais ampla em que diversos tipos de organizações (grupos de interesse, sindicatos, grupos comunitários, partidos políticos e outros semelhantes) atuem como subtipos, e sim que, sob certas condições específicas, alguns partidos políticos podem sentir-se fazendo parte de um movimento e ser reconhecido como tal tanto por outros atores no interior dos movimentos como pelo público em geral – isto parece ser a exceção.

Poderia se objetar que por mais forte que seja a identificação do partido pelo movimento, esse cumpre funções específicas no âmbito da representação de interesses, e nesse sentido, se diferencia dos movimentos sociais. Esta diferença existe em um nível funcional. E, nesse sentido, a principal peculiaridade dos movimentos sociais não reside em como realizam a função de representação de interesse. No entanto, suas redes de interação favorecem a formulação de reivindicações, a promoção de campanhas de mobilização e a elaboração e difusão de crenças e identidades coletivas, contribuindo assim para redefinição das coordenadas culturais e políticas que tem a representação de interesses.

Concordo com Diani quando afirma que sublinhar a particularidade dos movimentos como redes informais não implica em descartar as organizações da análise dos movimentos sociais, pelo contrário isto exige de quem vá fazer a análise de situações que se encontra nessa intersecção, que reconheça e elabore conceitos específicos que dê conta da distinção entre processos de movimentos sociais e processos organizativos das organizações que integram os movimentos.

Identifica-se um movimento social quando episódios individuais de ação coletiva são percebidos como parte de uma ação mais duradoura e não como um acontecimento isolado, a exemplo de situações em que pessoas envolvidas se sentem a ele ligados por laços de solidariedade e se percebem como integrantes de uma comunhão de ideais ao lado de outros que promovem mobilizações semelhantes. Isto, em parte, porque a construção de identidades supõe, igualmente, um sentido de pertencimento coletivo que possa manter-se mesmo depois que uma iniciativa ou campanha específica tenha se encerrado. Essa experiência vivida leva a que esses sentimentos persistam de alguma forma, o que leva a que possam ser acionados em uma futura mobilização que seja possível de realizar-se em torno às mesmas metas. Outra consequência que se pode tirar dessa caracterização e dinâmica, própria dos movimentos sociais, é que estes oscilam entre breves fases de intensa atividade política e longos períodos de latência. Este sentimento e memória compartilhada que pode expressar uma dimensão do que chamamos aqui de identidade coletiva, pode ajudar a estabelecer relações e explicar explosões ocasionais de protesto que, do contrário, ficaria mais difícil de explicar (MELUCCI, 2001b).

Já ressaltai que os movimentos sociais não são a mesma coisa que organizações de movimentos sociais. Igualmente eles se diferenciam de eventos de protestos realizados espontaneamente e de coalizões políticas. Quando um protesto pode ser considerado como parte de um movimento social e não apenas um evento isolado? Um argumento utilizado, mas que não parece sustentável, é relativo ao alcance da dimensão e da duração, que uma campanha, por exemplo, de arrecadação e donativos para populações carentes consegue, criando novas identidades específicas muito maiores do que levantes repentinos e breves protestos ou tumultos, mas, mesmo uma campanha deste tipo, não é um movimento social, se recorremos à delimitação da conceituação adotada por Diani apresentada aqui.

A construção de identidade coletiva depende de uma variedade de fatores, os quais muitas vezes, para serem relacionados como distintivos para formação de movimento social, só podem ser precisados em análises empíricas (MELUCCI, 2001a). Iniciativa bem específica, pode ser considerada parte de um movimento social, se a interpretamos à luz de um sistema

amplo de valores. E isto se torna possível se o contexto em que ocorre propicia o desencadeamento de uma ação coletiva mais geral, criando um ambiente favorável ao alinhamento de quadros interpretativos, ou seja, um enquadramento político que consegue reunir ativistas e organizações em redes de ação coletiva, ou articula e interliga diferentes ações coletivas – que definiremos melhor mais a frente (HUNT, SNOW e BENFORD, 2001). Assim a identidade coletiva pode ser uma condição prévia para criação de novas e diferentes identidades, e, portanto, de novos e diferentes movimentos sociais.

No exemplo das coalizões, discutido por Diani, que podem ser caracterizadas como um tipo de rede informal, os atores coletivos só estão densamente conectados uns aos outros em termos de aliança e identificação de seus opositores, no entanto, esses vínculos não são necessariamente sustentados por uma forte identidade ou pela construção de uma identidade coletiva, diferentemente do que nos movimentos sociais. As ligações estabelecidas nas coalizões não implicam em algum tipo de continuidade para além dos limites do conflito específico que os reuniu ou para o redimensionamento global das questões que foram a razão da sua existência, devido a sua natureza contingente e instrumental. Neste espaço os atores coletivos compartilham recursos com o fim de alcançar objetivos específicos, no entanto, não precisam desenvolver nenhum sentimento de pertencimento ou de um futuro comum que alimente esse processo. Uma vez encerrada a batalha enfrentada junta, esta não deixa nenhum legado de longo prazo em termos de identidade e solidariedade, nem se preocupa em ligar essa campanha particular com um quadro interpretativo mais amplo.

Para refinar a análise, integro no debate desse contexto de crise política, a dimensão das confrontações políticas como constitutivas dos processos de democratização (McADAM, TARROW e TILLY, 2005; TILLY, 2005, 2010, 2013). Discuto também como se entrecruzam, no processo de democratização e confrontação, os partidos políticos e sua crise de representação, a relação dos partidos com os movimentos sociais, como ocorre a participação popular (McADAM e TARROW, 2011) e como isso se relaciona com o ativismo autonomista e os repertórios de ação direta que eclodiu em junho de 2013.

O interesse dos estudos sobre oportunidade política estiveram ligados a observação das interações ocorridas entre os movimentos sociais e a política institucional. As perspectivas sobre essas oportunidades, seguiram duas abordagens diferentes. Uma delas, a dos norte-americanos, se prenderam a explicação do surgimento dos movimentos sociais de base em sua ação concreta e as mudanças provocadas na estrutura institucional ou nas relações informais de poder de um sistema político nacional específico. A abordagem dos europeus empreendeu

estudos sobre as diferenças na estrutura, em sua amplitude e no êxito alcançado por esses movimentos de base em suas ações coletivas conflitivas. Eles centraram a atenção nas diferenças e nas características políticas, de um mesmo tipo de movimento estudado em diferentes contextos nacionais.

Seja estudando determinado tipo de movimento e os ciclos de protesto desencadeado por eles ou fazendo pesquisas sobre um mesmo tipo de movimento em diferentes contextos nacionais, reconhecia-se que “os movimentos sociais adotam formas de mobilizações distintas de fazer pressão aos governos ou de organização para mobilização, dependendo de uma ampla gama de oportunidades e restrições políticas próprias do contexto político” (McADAM, McCARTHY e ZALD, 1999, p. 24). A percepção é de que há uma influência dos sistemas políticos institucionais sobre as possibilidades de ação coletiva e sobre as formas que estas adotam. Mas também se observa que o grau de influência alcançado pelos movimentos sociais depende também dos diversos tipos de estruturas de mobilização, através das quais os grupos se organizam para protestar.

Estrutura de mobilização são os canais coletivos tanto formais como informais, através dos quais as pessoas podem mobilizar-se e comprometer-se com uma ação coletiva. Essa noção está relacionada às decisões que tomam os ativistas a respeito das formas que os grupos utilizam para mobilização, o que trará importantes consequências quanto a sua capacidade para obter recursos e pressionar os dissidentes, assim também como sobre o grau de legitimidade que adquirem junto à sociedade. Aspectos que podem ser decisivos para verem seus esforços coroados de êxito ou não.

Calçados nessa noção, o que se objetiva é conseguir enquadrar diversas estruturas de mobilização em configurações estruturais de mobilizações susceptíveis de serem descritas, observando os vínculos que existem entre elas, tanto em um nível empírico como, diacronicamente, correlacionando esta, com as respectivas estruturas de oportunidade política e padrões de criação de marcos interpretativos estratégicos (McCARTHY, 1999).

No debate da teoria de movimentos sociais, pergunta-se até que ponto é acertado associar a diferença entre os movimentos sociais e outros atores políticos e sociais, contrapondo os protestos aos estilos convencionais de participação política, tais como as eleições ou o lobby junto a representantes políticos. Assim como se pergunta se dada a escalada de protestos como as ações antiglobalização, por exemplo, deve se considerar o protesto como uma atividade política não convencional, violenta e de confronto, uma vez que, afora os grandes ciclos no Brasil de 1984 (Diretas Já) e 1992 (Fora Collor), de meados da década de 1990 em diante,

diversas formas de protesto político tem passado a fazer parte de um repertório já consolidado e ritualizado de ações coletivas, a exemplo do Grito dos Excluídos, Abril Vermelho, Grito da Terra Brasil e Marcha das Margaridas.

Em geral, afirma Tarrow, o protesto já não é uma ação vinculada a setores radicais, constituindo-se muito mais como uma opção aberta a um leque amplo de atores que se sentem ameaçados em sua posição relativa no processo político. Entretanto, devido ao lugar periférico que os atores dos movimentos sociais ocupam nos processos de tomada de decisão, estes precisam mobilizar a opinião pública para manter sua capacidade de pressão. Mesmo que algumas formas de protesto estejam normalizadas, os movimentos tendem a inventar novas formas transgressoras de ação, desafiando o estado no campo legal, no campo da ordem. A política dos movimentos sociais continua sendo, em grande medida, seguir fazendo política na rua (TARROW, 2009).

Atento às ressalvas feitas acima, deve-se considerar que uma das características do protesto é a capacidade de mobilizar a opinião pública através de formas não convencionais de ação para pressionar aqueles que tomam as decisões políticas. Os movimentos sociais se utilizam de diferentes tipos de ações, que tomadas no seu conjunto, são chamadas de repertórios de ação coletiva. Em suas formas podem assumir táticas muito diferentes, que variam na sua radicalidade e tipos de manifestações. A definição e o tipo de repertório a ser escolhido é, via de regra, uma decisão difícil por envolver cálculos estratégicos e avaliações sobre o contexto cultural e os valores. Os agentes dos protestos devem pensar em como atender aos diferentes tipos de audiências, levando em conta, na eleição do tipo de repertório a utilizar, as influências de variáveis internas assim como a interação com outros atores, isso tanto dentro como fora das fronteiras nacionais.

Os protestos são formas não rotineiras de influenciar os processos políticos, sociais e culturais. Em geral os movimentos sociais empregam métodos de persuasão e coerção que são, na maioria das vezes, originais, não ortodoxos, dramáticos e de uma legitimidade questionável, salienta Tarrow. Estes podem se definir também como espaços de contestação em que são utilizados os corpos dos manifestantes, símbolos, identidades, práticas e discursos para perseguir ou impelir mudanças nas relações institucionalizadas de poder. Uma característica importante dos protestos é o uso de canais indiretos para influenciar aqueles que tomam as decisões. Protesto é um recurso político de quem não tem poder.

Os protestos põem em movimento um processo de persuasão indireta mediado pelos meios de comunicação de massa e do poder. Os atores que não tem poder devem mobilizar o

apoio de grupos mais poderosos. Os protestos mobilizam uma variedade de atores. Os interessados mais diretamente nas decisões políticas formam a base social dos protestos, de onde pode surgir uma liderança ou uma intervenção coletiva de caráter mais horizontal, que guia as ações e mantêm as relações exteriores. Os meios de comunicação difundem sua mensagem, dirigindo primeiro ao público de referência dos que tomam as decisões. Estes últimos são o verdadeiro objetivo do protesto.

Para que o protesto seja vitorioso, deve ter estímulos positivos e ganhar a simpatia dos que tem mais recursos para intervir nas arenas onde se tomam as decisões. Enquanto a ação coletiva dos grupos com acesso ao poder puder dirigir-se diretamente aos que tomam as decisões, os sem poder devem envolver a quem tem possibilidade de influenciar sobre aqueles. A influência exercida pelos movimentos sociais pode ser tanto positiva, atraindo simpatias para sua causa, como negativa, ameaçando estender a “desordem”. Por isso, os meios de comunicação são tão importantes, e o desenvolvimento da capacidade para dirigir-se à opinião pública e conseguir veicular a sua mensagem é crucial (DELLA PORTA E DIANI, 2011).

Neste sentido, os autores enunciam que os protestos ultrapassam os canais de participação formais da representação política parlamentar e da votação. Desde a década de 1960 um novo conjunto de atividades políticas tem se somado aos repertórios políticos vindos das lutas sociais do século XIX e da primeira metade do século XX. Podemos chamá-las de não convencionais. Elas incluem abaixo assinados, manifestações legais, boicotes, negação ao pagamento de impostos e taxas, ocupações, audiências públicas, bloqueios das vias públicas, greves políticas com ocupação dos ambientes de trabalho, estas formas somam-se a outras mais tradicionais como seguir a política através dos jornais e mídia, fazer discussão política com outras pessoas, trabalhar para partidos políticos e seus candidatos, assistir manifestações políticas, manter contatos com administradores públicos e convencer amigos ou conhecidos para que votem orientados por determinadas posições políticas.

As novas formas de participação política têm ganhado legitimidade, mais em geral não tem uma direção antissistêmica. Pippa Norris, em pesquisa realizada nos Estados Unidos e Europa, encontrou muitas razões que confirmam a ideia de que a mudança de influência crescente dos movimentos sociais frente aos grupos de interesse tradicionais repercute nas formas das agências, nos repertórios e objetivos da participação política. O novo repertório político que listamos acima, por exemplo, tem-se tornado muito popular nas últimas décadas, assim como os protestos destacam-se como um dos canais de expressão e de mobilização que está mais em alta (NORRIS, 2007).

Os protestos inserem-se como expressão de ações coletivas que são identificadas e analisadas pela teoria do processo e do confronto político. Os ciclos de protesto são entendidos como uma fase de confronto intenso que perpassa todo um sistema social, a exemplo de

[...] uma rápida difusão da ação coletiva de setores mais mobilizados para outros menos mobilizados; com um ritmo rápido de inovação nas formas de confronto; com a criação de quadros interpretativos de ação coletiva, novos ou transformados; com uma combinação de participação organizada e não organizada; e com sequência de fluxos intensificados de informação e de interação entre desafiantes e as autoridades. Esse confronto tão disseminado produz externalidades que dão aos desafiantes ao menos uma vantagem temporária e permitem que superem a fraqueza na sua base de recursos. Ele exige que o Estado monte amplas estratégias de reação que são ou repressivas ou facilitadoras, ou uma combinação de ambas. E ele produz resultados gerais que são mais do que a soma dos resultados de agregado de eventos desconectados (TARROW, 2009, p. 182).

Observo junho de 2013 como um movimento social que eclode em ondas de protestos. Para analisá-lo utilizo as categorias de ciclos de protestos, repertórios de ação, performance de confronto e quadro interpretativo.

1.2.Repertórios de ação, performance de confronto e quadros interpretativos: condição de existência dos movimentos sociais

No curso dos confrontos políticos na história das sociedades os atores passaram a agir em nome de algumas identidades. As identidades definem suas relações com os outros atentando para as especificidades. Suas ações, na verdade, consistem de interações com os outros, estando essas interações focadas em reivindicações. Os atores encenam uma demanda mútua e publicizam-as por meio de identidades que estão ligadas a esta. Em nome da identidade coletiva é que é construída e mantida a interlocução dos atores frente a seus contenedores, as estes exigem, ordenam, pedem, imploraram, solicitam, prometem, propõem, ameaçam, atacam, destroem, conquistam a reivindicação dirigida aos opositores, as quais dizem respeito a bens que estão sob o controle dessa outra parte.

Quando os interlocutores do outros reagem em nome de suas identidades políticas, um episódio de confronto político começou. Conforme avança o processo, as identidades que se expressam de forma mais forte no início vão se modificando. Os confrontos podem começar contrapondo identidades coletivas que se expressam em sua interlocução por determinados agrupamentos, seguimentos sociais ou movimentos, e, apresentar após algum tempo de manutenção dos confrontos, outra configuração no conflito, em que novos interlocutores passam a dominar a cena. A título de exemplo os autores

narram caso de conflito narrado por Beth Roy, situação em que um desentendimento entre granjeiros que se identificavam enquanto tais, porém terminou tornando-se um confronto quase militar entre hindus, mulçumanos e funcionários públicos (McADAM, TARROW e TILLY, 2005, p. 151).

Repertórios contenciosos são um conjunto limitado de rotinas para mútua reivindicação que estão à disposição do par de identidades que está em conflito. Como já foi dito, esta metáfora, repertório, é tomada emprestada do teatro para transmitir a ideia de que os que participam, fazendo reivindicações e declarações públicas, adotam alguns scripts que já foram encenados anteriormente, ou, ao menos, já foram observados. Eles não inventam simplesmente uma nova forma de ação eficaz à situação ou para expressar qualquer dos impulsos que sentem, sem antes reelaborarem rotinas já conhecidas em resposta às circunstâncias do momento. Ao fazê-lo, adquirirão a capacidade coletiva de coordenar, antecipar, representar e interpretar as ações de vivenciadas em outros momentos (McADAM, TARROW e TILLY, 2005, p. 152).

Os repertórios de ação coletiva assinalam a importância de diferentes aspectos ou dimensões tanto estruturais como culturais ou simbólicas e é um conceito de alcance intermediário, que permite uma conexão entre mudanças macroestruturais e processos micro sociais (SVAMPA, 2009). Nas mobilizações sociais os repertórios de ação e performances de confronto são entendidos como as formas que as pessoas utilizam quando agem juntas movidas por interesses comuns.

A expressão repertório, afirma Tarrow, deve ser tomada como um critério para registro e descrição do que acontece durante um protesto, no sentido de ir identificando determinado número limitado de rotinas que são apreendidas, compartilhadas e executadas através do processo vivenciado pelas pessoas que se reuniram para realizar uma determinada ação coletiva. Isso nos permite fazer comparações sobre diferentes protestos, em diferentes processos políticos e em diferentes períodos históricos. Da mesma forma, permite inferir o quanto os limites daquele aprendizado restringem ou ampliam as opções de escolha na hora do movimento planejar e realizar uma ação coletiva, um protesto. Em geral as pessoas procuram novas formas de ação para terem vantagens táticas, mas apesar disto elas inovam pouco, acrescentando algumas iniciativas em torno das rotinas já conhecidas (TARROW, 2009).

Repertório é um conceito ao mesmo tempo estrutural e cultural, inclui não só o que os manifestantes fazem quando estão em meio a um protesto, imerso num conflito com outros, mas o que eles sabem sobre como fazer e o que os outros esperam que façam. “Os repertórios são simultaneamente as habilidades dos membros da população e as suas formas culturais” (STINCHCOMBE apud TARROW, 2009, p. 51). Muda com o tempo, mas muito lentamente,

dependendo mais dos jogos de interesse, das oportunidades e das organizações, muitas vezes correlaciona-se com mudanças na escala do que ocorre nos estados e no capitalismo. Mas, como ressalta Tarrow, embora tendo bases estruturais, as mudanças nos repertórios aparecem nos momentos de grandes divisores de águas políticas que são os ciclos de protestos ou confrontos.

As ações dentro dos repertórios não seguem orientações precisas, ao pé da letra. Assemelham-se a uma conversação, da forma como acontece estão muito mais implícitas regras de interação, o que implica no desenvolvimento constante da capacidade de improvisação dos participantes. As manifestações que ocorrem hoje se desenrolam de forma diferente das que ocorreram anteriormente, em função de quem participe dela, de como a polícia se comporte com a multidão, se tenham aprendido com experiências passadas e de como responderam às reivindicações no passado. Manifestações que começam de maneiras semelhantes acabam convertendo-se em concentrações massivas, marchas ritualísticas, ataques a edifícios públicos ou em batalhas campais entre polícia e ativistas (McADAM, TARROW e TILLY, 2005, p. 153).

Em geral, as ações estereotipadas (ritualizadas) tendem a perder a eficácia, da mesma maneira que um discurso formal e repetitivo perde relevância. Segundo estes autores, elas reduzem as vantagens estratégicas dos atores, fazem sucumbir o ânimo e a convicção dos manifestantes, assim como diminuem a repercussão do acontecimento. Como consequência, a inovação em pequena escala modifica os repertórios continuamente, sobretudo quando um ou outro conjunto de participantes descobrem que há uma nova tática, numa nova mensagem ou uma nova forma de apresentação do mesmo que oferece recompensas que os predecessores não ofereciam.

Para Alonso, o repertório aparece como feito e refeito, é um contínuo num descontínuo. Ele quase sempre tem uma marca de inovação, naquilo que realizado impulsionado por registro de uma memória individual e coletiva, se faz ação presente. Inovação que ocorre, por um lado, na dinâmica da rotina da vida cotidiana. Os improvisos dos atores nesse âmbito, sofre pequenas modificações nas performances previstas no repertório. Já na dinâmica social em processos de crise e ciclos de protesto, há variações rápidas nas oportunidades políticas que, apreendidas diferencialmente pelos atores conforme a posição que ocupam. “Os detentores de poder repetem estratégias acertadas utilizadas no passado, fixando-se em repertórios *rígidos*; já os desafiantes adotam repertórios *flexíveis* (ou *fortes*), pois lhes interessa o fator surpresa que a inovação pode trazer” (ALONSO, 2012). Em momentos de latência dos movimentos, experiências inovadoras ficam no registro da memória coletiva, outras se perdem no tempo histórico.

O que faz que alguns repertórios permaneçam na memória acessíveis e outros sejam esquecidos? A esta inquietação Ângela Alonso responde:

No plano micro, interesse e eficácia: perdura a inovação vantajosa para atores. Do ponto de vista macro, decantam as performances modulares – ponto desenvolvido por Tarrow, que podem servir a muitos atores, assuntos, situações: a queima de sutiãs das feministas encontra raras ocasiões de uso fora de seu contexto de origem; já a resistência passiva de Gandhi pode ser usada por muitos movimentos. A modularidade facilita a transposição (ALONSO, 2012 p. 30).

Quando se fala de repertórios e interação política, na discussão sobre conflitos políticos, está deslocando-se o foco da análise de abordagens conversacionais da sociologia política, nesta abordagem a partir do teatral, a interação contenciosa chama a atenção para a combinação de script e improvisação na reivindicação em si mesma. Se comparadas com todas as interações de que tecnicamente os atores são capazes de experimentar, em qualquer cenário e episódio particular eles podem se utilizar repetidamente de um pequeno conjunto de rotinas, inovando dentro de limites que são definidos pela história das interações anteriores (McADAM, TARROW e TILLY, 2005, p. 152).

A concepção analítica dos estudos da dinâmica de confronto, como expresso acima, integra em seu marco teórico, diálogo com o interacionismo de Goffman. Tilly avança mais nessa perspectiva, escrevendo a obra *Performance de Confronto*. Alonso destaca esse itinerário realizado por Tilly, quando discute o conceito de repertório, sinalizando a passagem de um Tilly estruturalista para relacional.

Tilly partiu, em 1976, de uma noção de repertório como *formas* de ação reiteradas em diferentes tipos de conflito; abordagem estruturalista e racionalista, concentrada na ligação entre interesse e ação e privilegiando atores singulares. Trinta anos depois, o conceito se apresenta relacional e interacionista, privilegia a *experiência* das pessoas em *interações* conflituosas, e o *uso* e a interpretação dos *scripts* em *performances*, a nova unidade mínima do repertório. A adição de performance e o olhar nas interações foi seu modo de adensar a *agency* e mitigar o estruturalismo de origem. Tilly começou botânico das formas de protesto, classificando, categorizando, discernindo padrões e permanências, e chegou a músico atento ao improviso e ao contingente na interpretação das partituras sociais, as interações (ALONSO, 2012, p.32).

Para melhor compreensão da sua metáfora, Alonso utiliza-se do exemplo do jazz e do teatro pinçada por Tilly para descrever a relação repertório-performance, quando inclui ao seu acervo de noções teóricas de *script*, chamando atenção de que esta é uma reverberação de Goffman. Distinguir teatro e ritual visa a acentuar criatividade e improviso, em vez de repetição, no uso do repertório, bem como enfatizar a margem de manobra dos atores, suas possibilidades

de interpretação singular do *script*. *Script* passa a integrar uma das formas de ação do repertório, destacando que aí a criatividade envolvida nas performances é tal, que cada uma se particulariza.

Se olharmos de perto uma reivindicação coletiva, veremos que casos particulares improvisam a partir de roteiros [*scripts*] compartilhados. [...]. A metáfora teatral chama a atenção para o caráter agrupado, aprendido, e ainda assim improvisado das interações [...]. Reivindicar usualmente se parece com jazz e *commedia dell'arte* mais do que com a leitura ritual de uma escritura sagrada. Como um trio de jazz ou grupo de teatro de improviso, as pessoas que participam em política confrontacional normalmente podem atuar em diversas peças, mas não numa infinidade delas (Tilly apud ALONSO, 2012, p. 30).

Para Goffman, as metáforas teatrais têm a finalidade de representar a maneira pela qual os indivíduos atuam e apresentam suas imagens ante si mesmo e aos outros. A atuação (performance) constitui o ato e o estilo de atuar, representar um papel frente uma plateia, uma audiência. A “gestão de impressões” (impression management), é outro conceito formulado para referir-se a maneira pela qual os indivíduos, em diferentes cenários, procuram criar impressões particulares nas mentes dos outros. O “eu” (self) das pessoas, diante de uma plateia, é o resultado do processo de administração da impressão de como o outro constrói as imagens que a pessoa quer que ela capte. São essas impressões e imagens que constituem, no conjunto, a forma como as pessoas se expressam (gestos, posturas e maneiras de falar), constroem códigos a serem decodificados no contexto das estruturas e sistemas de significado (AMPARAN, 2006).

No estudo do ciclo de protesto de junho de 2013, procuro identificar as oportunidades políticas e estrutura de mobilização que possam ter gerado a irrupção das manifestações, investigando nesse processo as ações coletivas que vieram conformar os quadros interpretativos dominantes (*masterframes*). A partir do estudo de Alonso e Mische (2016) assumo que os quadros interpretativos neste ciclo se apresentaram politicamente enquanto expressões públicas reconhecidas como autonomistas, socialistas e patriotas.

Nesse processo político, procuro estabelecer as articulações necessárias para correlacionar as oportunidades políticas, estruturas de mobilização e repertórios de confronto, observando a constituição e as expressões das redes informais de ativistas e organizações de movimentos sociais, para inserir na análise a abordagem sobre (*frame*) quadros interpretativos (HUNT, BENFORD e SNOW, 2001; McADAM, McCARTHY e ZALD, 1999; TARROW, 2009; AMPARAN, 2006).

O conceito de quadro (*frame*) empregado pelos sociólogos norte-americanos é

tomado emprestado de Erving Goffman, para quem um quadro constitui um esquema de interpretação, que permite que os indivíduos localizem, percebam, identifiquem, classifiquem e definam situações dentro de seu espaço de vida e do mundo em geral. Essa noção é retomada e reinterpretada como um conceito que lida com a produção de significados na ação, o que legitima as atividades do social orientada para o movimento. Os autores sublinham a função dos "quadros", enquanto dispositivos que ocultam ou chamam atenção dos agentes em uma situação ou acontecimento desprovido de justiça.

Com base no conceito de quadro, Goffman quer resolver o problema relacionado ao fato de que agentes sempre enfrentam qualquer situação social com uma questão, implícita ou explicitamente formulado: Que é o que acontece aqui? Na opinião dele, a possibilidade de que os indivíduos respondam a esta pergunta, resulta do fato de que tem à sua disposição um conjunto de "quadros" básicos de compreensão para dar sentido aos eventos externos.

Então, as definições de uma situação são construídas de acordo com os princípios de organização que governam os eventos sociais e a nossa participação neles. Usando o termo "quadro de referência", Goffman refere-se a esses princípios de organização. No livro "Os quadros da experiência social" (GOFFMAN, 2012) o autor está interessado em examinar como ele gera experiência e conhecimento sobre o mundo. Ele se pergunta sobre a possibilidade de que um evento ou situação alcançar o status de algo real. Pressupõe a possibilidade do surgimento de algum tipo de sentido para realidade em que os agentes sintetizem em sua existência princípios de organização ou quadros de referência.

Desta forma, Goffman tenta dar uma base geral a sua Sociologia. Esta é constituída exatamente pela noção de "*frames*", quadros de interpretação (estruturas de compreensão), que orientam não só a interpretação de ações sociais, mas também a realização em si das atividades sociais. O núcleo conceptual do trabalho é a ideia da existência de marcos primários (estruturas primárias) que funcionam como esquemas interpretativos que permitem ao indivíduo reconhecer um evento e dar sentido à qualquer sem sentido em uma cena.

Os quadros ou marcos primários podem ser classificados em dois tipos: marcos natural e sociais "*frames*". Os primeiros conduzem a identificar situações no mundo exterior como evento; os segundos permitem identificar as situações externas como ações. Goffman assegura que muitos eventos necessitam da aplicação de "*frames*" secundários. Por exemplo, as "modulações" (*keyings*), através das quais uma atividade seria tomada como um modelo para produzir um outro tipo de atividade, que embora seja semelhante, sua finalidade é completamente diferente da atividade que toma como modelo. Um outro tipo de marco

secundário é o que o autor chama de "fabricações" (*fabrications*). Esses marcos são gerados quando os indivíduos tentam induzir uma falsa crença sobre uma atividade em outros agentes.

Como falado anteriormente, as metáforas teatrais têm a finalidade de representar a maneira pela qual os indivíduos atuam e apresentam suas imagens a si e aos demais, em uma atuação performática, construindo o seu eu (*self*) no mundo. O que é possível porque cada um, o ser eu no mundo, torna-se real através de signos e constroem referências estruturantes para vida em sociedade, extrapolando às vezes com essa interpretação (quadro) o cultural, dada a subjetividade aí contida.

A partir disso, Goffman trata de estabelecer os quadros de significados mediante os quais, nos rituais da interação, se produzem o encontro entre as microestruturas de sentido que compõem a expressão da pessoa e a macroestrutura de significado que compõe a cultura. Assim a realidade social é analisada como um texto e os marcos que organizam as experiências criam referências para a ação individual ou coletiva serem decodificadas, interpretadas. Os marcos são esquemas interpretativos que simplificam e condensam a realidade social, ao selecionar e decodificar situações ou eventos e relacioná-los com o ambiente em que o ator encena. Neste sentido, os processos de enquadramento da pessoa na vida quotidiana atribui significado às situações para daí interpreta-las. As definições de uma situação são construídas com base nos princípios de organização, que governam tanto os eventos sociais quanto a participação dos atores. E é através do conceito de quadro que se explica estes princípios de organização. Um quadro interpretativo é constituído por um esquema de interpretação que capacita os indivíduos para ordenar suas experiências dentro de seus espaços de vida cotidianos e no mundo em geral.

Com base nesta elaboração, utilizo a categoria *frames* na pesquisa para captar elementos culturais e ideológicos que conformaram esse ciclo de protestos. Isso porque os movimentos sociais, como ressalta Tarrow (2009, cf., p.143-144), sempre estão instados à tarefa de nomear descontentamento, conectando-os a outros descontentamentos e produzindo quadros de significados amplos e que façam sentido para cultura da população onde se desenrola a ação. A partir daí constroem uma mensagem que seja compreensível para os detentores do poder e a opinião pública em geral.

Para discutir as peculiaridades dos protestos ocorridos no Brasil, procuro fazer um delineamento dos quadros interpretativos (*frames*) específicos e quadros interpretativos dominantes ou estratégicos (*masterframe*) identificados nesse processo. Os quadros interpretativos se conformam pela dimensão cultural e ideológica da difusão de ideias que movem os participantes dos protestos e organizações de movimentos sociais e redes que o

integram. Os quadros interpretativos se orientam para a ocorrência de ações coletivas em contextos particulares e se constroem na intersecção entre o caldo de cultura da população e os valores e objetivos do movimento.

Um quadro interpretativo é

[...] um esquema interpretativo que simplifica e condensa o ‘mundo exterior’ ao demarcar e simbolizar seletivamente os objetivos, situações, acontecimentos, experiências e as associações que são produzidas acerca do presente e do passado de cada indivíduo (tradução livre) (HUNT, SNOW e BENFORD, 2001, p. 228).

Entendo que o conceito de quadro interpretativo principal ou estratégico busca explicar, na observação empírica, como ocorrem quando surgem ciclos de protestos onde não se encontram presentes estruturas de oportunidade políticas favoráveis, tendo em vista que se havia teorizado que o motor que conduz aos ciclos de protestos são estas oportunidades. Com esta categoria procurou-se uma explicação alternativa desde uma perspectiva de enquadramento dos movimentos sociais, para dar conta dos casos em que certo número de movimentos mantém-se mobilizados durante um período, apesar das condições estruturais não propícias para uma mobilização generalizada. Frente a um ciclo de protesto com essas características, poderia atribuir-se a existência do ciclo ao desenvolvimento de um quadro interpretativo principal ou estratégico. O quadro interpretativo estratégico tem um caráter mais geral, é um quadro de ação coletiva de maior alcance e influência em relação a quadros interpretativos de movimentos sociais específicos ou setoriais. A maioria dos quadros interpretativos de ação coletiva responde a contextos específicos, um quadro interpretativo estratégico estabelece articulações e atribuições que são bem mais largas, flexíveis e suficientemente inclusivas para que outros movimentos possam adotar a mesma visão, criando as condições para conseguir êxito no protesto (BENFORD, 2013, cf. p. 366-367).

Os enquadramentos da ação coletiva destacam certos aspectos da realidade, e ao mesmo tempo atuam como base para atribuição e articulação de significados. Os quadros interpretativos concentram a atenção em uma situação específica e problemática, apontando esta como sendo de responsabilidade de determinadas pessoas ou atos e articulam propostas alternativas, entre as quais se incluem aquelas que os atores dos movimentos devem fazer para conseguir a mudança desejada. Conforme Hunt, Benford e Snow, para alcançar o consenso e a mobilização coletiva, os quadros interpretativos precisam cumprir três tarefas fundamentais: a de criação de marcos diagnósticos, prognóstico e de mobilização. Ou seja, para promover a mobilização do consenso é necessário que seja estabelecido previamente quadros coerentes de

diagnóstico e prognóstico, e mesmo assim o acordo sobre essas definições da realidade especial não gerará automaticamente a ação coletiva (HUNT, BENFORD e SNOW, 2001).

Para que as pessoas decidam passar à ação, orientados por objetivos em vista do enfrentamento e solução do problema percebido como uma injustiça, será preciso que elas desenvolvam um conjunto de razões urgentes e convincentes para realiza-la, tenham motivações bem concretas e desenvolvam certa reflexividade sobre seu lugar no mundo (LARANÃ, 2001; MELUCCI, 2001a). Faz-se necessário, nesse âmbito, criar um vocabulário de motivos adequados e razões plausíveis que justifiquem a ação a favor de uma causa. Portanto as motivações implicam na construção de uma identidade coletiva, que permitem que os agentes da ação identifiquem os seus antagonistas e os objetivos capazes de promover a mudança pretendida pelo movimento.

A cultura da ação coletiva é feita de quadros interpretativos e de emoções que visam tirar as pessoas de sua submissão, mobilizando-as para ação em cenários conflituosos. Os símbolos são extraídos seletivamente de um reservatório cultural pelos líderes do movimento e combinados a crenças orientadas para ação, de modo a navegar estrategicamente em meio a um paralelogramo de atores, que vai desde estados e oponentes na sociedade até militantes e populações-alvo. O mais importante é que a eles é dada uma valência emocional que visa converter a passividade em ação (TARROW, 2009, p. 146-147).

Nos protestos observados em que estão envolvidos ativistas e organizações, serão identificadas, além disso, estratégias de alinhamento dos quadros interpretativos. Estes ocorrem no processo durante a realização de pequenas mobilizações em que membros das organizações procuram influir nas diversas interpretações dos outros agentes participantes da mobilização, o que nos remete a perguntar sobre em que medida a ideologia e as metas dessas organizações são compatíveis com os interesses, valores e crenças dos possíveis seguidores do movimento. De alguma forma esse alinhamento dos quadros pode ser vistos como uma estratégia de discurso produzido com a intenção de alinhamento das identidades individuais e coletivas.

Snow e Benford (2006) descrevem quatro processos de alinhamento dos quadros interpretativos: conexão, ampliação, extensão e transformação, entendendo-os enquanto esforços de diálogo dos movimentos com a cultura existente. São processos que desenvolvem conexões entre questões específicas e buscam expandir para abarcar e incluir interesses e pontos de vistas mais amplos, até almejarem mudança social de maior porte, o que vai conformar os quadros interpretativos dominantes ou estratégicos.

As criações de marcos interpretativas se baseiam em aspectos interrelacionados nas interpretações que fazem os atores de um movimento social, como é discutido por McAdam,

McCarthy e Zald. Um primeiro aspecto se vincula aos sistemas de pensamento ou ideologia, que são fruto da interação e emergem nos processos de criação dos marcos interpretativos. Um outro aspecto expressa-se nas estruturas cognitivas que guiam a ação coletiva e geram outros quadros interpretativos, dominantes ou estratégicos (McADAM, McCARTHY e ZALD, 1999).

Segundo estes autores, os marcos interpretativos, geralmente, são um produto cultural mais flexível que a ideologia. Ele não precisa de um conjunto coerente e completo de pressupostos e princípios integrados, e proporciona, no lugar da ideologia, uma chave de leitura alternativa que dá sentido ao mundo. Em muitos casos, os quadros têm sua origem na ideologia, outras vezes, os quadros podem ter efeitos sobre as ideologias.

Concordando com eles, intuo que a diferença entre a ideologia e os marcos interpretativos não impedem que os marcos sejam capazes de proporcionar interpretações amplas sobre a realidade. Isto é particularmente cabível no caso dos marcos dominantes. Della Porta e Diani afirmam que o termo marco dominante expressa o fato de que os movimentos e os conflitos não se perpetuam no tempo e no espaço, pelo contrário, tendem a se concentrar em períodos políticos e históricos concretos. Isto têm consequências para elaboração simbólica dos movimentos. O discurso dos ativistas ou de organizações de movimentos sociais deve situar-se conforme as orientações políticas e culturais gerais do período históricos vivenciado. Se identificadas conjunções particulares favoráveis ao desenvolvimento de uma ação coletiva, as visões dominantes sobre o mundo nesse período informarão, ou ao menos influenciarão, as representações produzidas pelos movimentos. Surgirá assim um restrito número de quadros interpretativos dominantes, que podem traduzir ou sintetizar, mais ou menos, as diretrizes de elaboração específicas dos diversos movimentos ou organizações (DELLA PORTA e DIANE, 2011, p. 111-112).

As categorias apresentadas até aqui ajudam a ir além da investigação das oportunidades políticas geradas no contexto que será analisado, podendo dar conta da dinâmica que relaciona as ondas de protestos com as organizações de movimentos sociais e os ativistas envolvidos, e com as redes que se formaram para a mobilização, os recursos de comunicação e informação ativados, em especial as redes sociais virtuais e a ação das mídias alternativas on-line. Assim como possibilita fazer comparações, para discernir se a magnitude dos protestos e suas características indicam a abertura de um novo ciclo, o que os distingue dos anteriores e quais os seus resultados.

Na minha visão, reconhecer os movimentos associando-os a uma distintiva identidade coletiva não implica defender a hipótese da existência de uma homogeneidade entre os atores

que compartilham essa identidade. Como Laraña, compreendo que a identidade dos movimentos sociais é dinâmica na medida em que os grupos e indivíduos, para sentirem-se parte dessa coletividade, têm que estar mobilizados para apoiar ou opor-se a uma mudança social, e para isso têm que estar identificados com elementos motivacionais que resgatam experiências passadas, projetos para o presente e perspectivas de futuro, confrontando-se com atores sociais ou políticos que são identificados como opositores ou antagonistas a serem desafiados. Se uma identidade coletiva será inclusiva ou exclusiva e em que grau, a que título se compartilha essa identidade de um ou de vários tipos, são perguntas empíricas (LARAÑA, 1999, 2001).

Svampa (2009) também procura articular em suas análises os dois campos teóricos, do processo político e das identidades coletivas. Ela sustenta o uso do conceito de movimentos sociais a partir de pontes entre certas noções provenientes do paradigma da identidade e alguns elementos extraídos da teoria da interação estratégica, articulando isso com a tradição da teoria crítica especificamente latino-americana. A análise de protesto tem a vantagem de elencar aspectos novos da ação coletiva a partir dos anos 1990 e inclui o nível propriamente político da análise, mas não é necessário excluir outros níveis da ação, como dimensões culturais, ideológicas ou especificamente subjetivas. O que permite analisar a multiplicação de formas de resistência, com continuidade no tempo e a expansão de um vasto campo de organizações. Desta forma, entendo que não é possível abandonar a teoria de movimentos sociais baseada nas identidades, ainda que muitas vezes tomem tons normativos, ela continua sendo enriquecedora para explorar questões de ordem cultural e ideológica, presentes no processo de construção de identidades coletivas. Esta perspectiva favorece a análise da heterogeneidade e complexidade das lutas sociais que, aliás, não é nova, assim como o caráter contingente e precário das próprias identidades.

É necessário distinguir o uso do conceito de movimento social

Por um lado, podemos falar de movimento social no sentido forte leitura que tem prevalecido em América Latina), que alude a ideia de um ator ou movimento social que questiona a lógica da dominação; em última instância, um ator ou conjunto de atores, portadores de uma ação irredutível a institucionalização. Esta definição forte implica a possibilidade de pensar os movimentos sociais como sujeitos potencialmente antagônicos e emancipatórios. Por outro lado, podemos adotar o sentido fraco da noção de movimentos sociais, que alude a um tipo de ação coletiva que intencionalmente busca modificar o sistema social estabelecido, ou defender algum interesse material; uma ação contenciosa e intencional que dá conta de uma continuidade organizativa, da parte dos atores que não tem poder frente aqueles que tem poder (SVAMPA, 2009, p. 7).

Esta visão, que trabalha com o duplo uso da noção de movimento social, sentido forte e fraco, compreende como próprio dos movimentos sociais a sua inserção em espaços de geometrias variáveis, que desemboca necessariamente em uma tipologia de movimentos sociais. A referência a esta noção guarda coerência com a perspectiva longitudinal de macro, meso e micro análise, ou seja, as diferentes escalas adotadas neste trabalho. Se trata de uma visão tributária da sociologia política, atenta às diferentes escalas da ação coletiva e a um modelo relacional que enfatiza a dinâmica dos processos. Os movimentos sociais são compreendidos dentro de uma história maior e se configuram em diferentes momentos, desde as origens, ascensão, apogeu, crises e reconfiguração, podendo ter ou não maior permanência, com diferentes vertentes ideológicas e/ou marcos de referência, articulando atores coletivos plurais, que inscrevem sua ação em diferentes níveis, com distintas organizações, com articulações diferenciadas e complexas. Esta reflexão, tributária de Tilly, enfatiza o caráter relacional da ação coletiva e não cai na tentação do modelo de “um só ator”, e destaca momentos de inflexão nos processos de mudança social.

Alguns teóricos como Touraine, Melucci e Gusfield sugerem que os processos de construção de significados também podem ser considerados como a essência de muitos conflitos na sociedade contemporânea. O que implica que o antagonismo simbólico frequentemente pode desenvolver-se paralelamente aos protestos políticos. No entanto a relação dos dois aspectos, não cria uma relação de condicionalidade entre eles para eclosão da ação coletiva ou protesto.

Apesar da concepção de Melucci de que os movimentos sociais aportam com fissuras no sistema, não se pode tomar os movimentos sociais e os seus agentes como necessariamente anticapitalistas, apesar de que estes tipos de movimentos são objeto desta pesquisa. Pelo contrário, é necessário que se deixem espaços nas análises para discutir os processos de mudança social, observando como os movimentos se conformaram ao longo da história quanto à participação mais ou menos massiva, os tipos de proposições políticas e ideológicas e os repertórios de mobilização que adotam.

Outras perguntas necessárias para orientar a análise de movimentos sociais dizem respeito as interpretações culturais dadas aos conflitos, quais questões entraram em jogo, ou qual o grau de radicalização assumida pelos repertórios de mobilização. Só nas análises históricas e contextuais pode identificar-se melhor se o que aparece como um desafio ao sistema na fase de preparação e mobilização do protesto, quando ele não é apenas reformista. Ou se os períodos em que o conflito é intenso e generalizado podem animar os movimentos a adotarem

estratégias radicais com maior frequência do que nas fases em que os conflitos não são mais tão fortes, e a opinião pública tende a se distanciar da discussão sobre os conflitos voltando-se para outros assuntos. Considerando esse conjunto de questões, vejo que o mais acertado no processo de análise é limitar o número de variáveis a serem discutidas no estudo dos movimentos sociais e conflitos específicos, em especial nos ciclos de protestos, fases de profundas mudanças culturais e políticas.

Na sequência apresento elementos significativos do contexto dos ciclos mundiais mais recentes, a partir da inflexão produzida em 1968, para em seguida discutir este ciclo e refletir sobre as contribuições relevantes para a história e os estudos de movimentos sociais.

1.3.Contexto mundial dos ciclos de protestos de 1968 a 2013

Ao fazer esta contextualização discuto noções que permitem uma leitura do sistema-mundo, em um processo de globalização que assume determinadas características econômicas, políticas e culturais nesse período. Para isso apresento o contexto, com uma determinada periodização, referida aos protestos ocorridos nesses anos: maio de 1968; a queda do muro de Berlim; dos dias de ação de ação global ao Occupy Wall Street; para chegar ao ciclo de junho de 2013, no Brasil. Nesse capítulo discuto apenas o contexto geral e o ciclo de 1968.

Entendo que 1968 foi um ponto de inflexão de ciclos históricos vistos em longa duração, com também foi o ponto de partida para novas teorias de ação coletiva que se distinguem das anteriores. Os movimentos sociais passam a ser vistos não mais como disfunções sociais e/ou referidos à relação capital-trabalho, surgem a partir desse evento leituras diferenciadas e presentes em correntes teóricas fortes. A ação passa a não ser vista apenas como reativa ao Estado ou na perspectiva de tomada de poder, ela incorpora um ideário que, no meu ponto de vista, se constitui como um ponto de referência para o ciclo de protesto mais recente. Este ideário dá ênfase a elementos de ação direta, democracia participativa e democracia direta, horizontalidade, autonomia, etc. Elementos culturais fortes da ação política dos movimentos que emergem em 1968, atravessam os ciclos subsequentes, chegam aos nossos dias, e permitem novas reflexões teóricas sobre os movimentos sociais.

No início da segunda década do século XXI observamos no mundo uma eclosão simultânea de movimentos sociais de protesto com reivindicações peculiares em cada região, mas com formas de luta muito semelhantes, fenômeno que há muito não ocorria em tal proporção. Movimentos de protesto tomam as ruas, atingindo países do norte da África,

derrubando ditaduras na Tunísia, no Egito, na Líbia e no Iêmen; são acompanhados por greves e ocupações na Grécia e na Espanha, e também, um pouco antes, por revoltas nos subúrbios da Inglaterra, na Europa; estendendo-se para América com as mobilizações estudantis no Chile e a ocupação de Wall Street, nos EUA. Nesse acontecimento de ordem global, chama atenção a

sincronia cosmopolita febril e viral de uma sequência de rebeliões quase espontâneas surgidas na margem sul do Mediterrâneo e que logo se manifestaram na Espanha, com os Indignados da Puerta del Sol, em Portugal, com a Geração à Rasca, e na Grécia, com a ocupação da praça Syntagma. Em todos os países houve uma mesma forma de ação: ocupações de praças, uso de redes de comunicação alternativas e articulações políticas que recusavam o espaço institucional tradicional (CARNEIRO, 2012, p. 7-8).

Estas movimentações, em suas expressões locais, assumiram diferentes características. Na América Latina se expressou principalmente na reivindicação estudantil por educação pública e gratuita no Chile - que teve apoio de amplos setores, com greves sindicais que geraram uma crise nacional, debilitando estruturalmente o governo. Nos Estados Unidos direcionou-se para denuncia das corporações financeiras, iniciando com a ocupação de Wall Street, daí se espalhando para **centenas** de estados, conseguindo articular um dia de greve geral em Oakland, onde situa-se um dos mais importantes portos do país. No norte da África os protestos assumiram o caráter de revolução democrática, colocando fim a longas ditaduras.

O contexto internacional econômico em que eclodem tais manifestações, coincide a crise financeira de 2008, que se gera devido a medidas dos governos e traz graves consequências sociais, tais como, a carestia dos géneros alimentares e o aumento do desemprego. A força e a grandiosidade das revoltas, invocam comparações de longo alcance histórico, evocando desde semelhanças com o ano de 1968, quanto com as convulsões populares e operárias, as jornadas revolucionárias de 1948. Ou seja, esses eventos geram muitas indagações e expectativas políticas, que recorrem a diferentes categorias explicativas, algumas vinculadas a um vocabulário que se confunde com os anseios de transformação e ruptura da ação políticas dos agentes que as desencadeiam, como uma nova jornada popular, rebelião popular ou revolução. Esse debate e disputa de sentidos serão retomados quando da discussão de junho de 2013 no Brasil.

Para os objetivos desse trabalho, na caracterização geral do contexto global, reconheço algumas categorias explicativas da dinâmica social mundial, que facilitam situar os processos políticos em que se inserem os ciclos de protestos, mundiais e local. Neste intento, utilizo uma bibliografia complementar a da teoria de movimentos sociais, com um recorte que se prende a localizar algumas noções (sistema mundo, globalização, neoliberalismo) que se inserem, um

pouco na análise realizada, e um pouco mais, para tornar inteligível a descrição dos movimentos sociais e ciclos de protestos globais. Discuto ideias que identificam os agentes desses processos políticos, que os caracterizam, exigindo um diálogo de concordância ou discordância, no exercício de análise (WALLERSTEIN, 2002, 2007; THERBORN, 2013a, 2013b, 2014; HARVEY, 2006, 2014a, 2014b; SASSEN, 2010).

Início pela expressão globalização. Esta é uma noção difusa, também tratada como mundialização, tendo uma origem no tempo que extrapola o período desse estudo. No entanto, ela ganha novos significados com o fim da guerra-fria e a adoção de medidas liberais dos EUA e Inglaterra pós o choque do petróleo, em 1973.

Wallerstein (2005) falava em globalização antes da generalização de seu uso nos anos 1990. Ele já utilizava esta noção, não como algo novo, mas como algo que tinha sido um elemento básico para o sistema mundial moderno, já desde que começou no século XVI. Seu argumento era o de que devia-se sair dos compartimentos estanques de análise, segmentadas em disciplinas nas universidades, essa compartimentação tornava-se um obstáculo e não um auxílio na compreensão do mundo. Ele defende que a realidade social em que vivemos, e determina quais são nossas opções, não foi a dos vários Estados-nação de que somos cidadãos, senão algo muito maior, que se chama sistema-mundo. Afirma que o sistema mundo conta com muitas instituições, Estados e sistemas interestatais, empresas, classes, grupos por identidade - estas instituições criam uma matriz que permite ao sistema operar, mas ao mesmo tempo, estimula os conflitos, assim como esconde as contradições que estão presentes no sistema.

Deste ponto de vista o autor não só enfrenta o saber oficial daqueles quem detém o poder, mas também se enfrenta, em boa parte, com o conhecimento convencional produzido pelos cientistas sociais que não conseguem aceitar essas conexões sugeridas pela ideia de sistema-mundo. Destaca a importância de olhar em um modo novo, não só para a maneira como funciona o mundo em que vivemos, mas também, para as formas com que abordamos e pensamos sobre o mundo. Assumir uma perspectiva de análise com foco no sistema-mundo, é fazer-se participante de um protesto fundamental contra as maneiras que nos faziam pensar que conhecíamos o mundo. Nesse sentido, Wallerstein assume a posição, com a qual eu concordo, de que a emergência deste modo de análise é uma reflexão, uma expressão de um protesto concreto contra as desigualdades profundas do sistema mundial, que ocupam o centro político do nosso tempo.

O centro da sua análise do sistema mundo, por um lado, afirma a perspectiva epistemológica indicada acima, vinculada a uma atitude intelectual militante. Com essa postura

Wallerstein busca superar a compartimentação disciplinar acadêmica, dividida em política, economia, estrutura social, cultura. Tendo essa como ponto de partida, por outro lado, apresenta uma leitura do processo de formação do sistema-mundo ao longo da história moderna, apontando três pontos de inflexão desse percurso: foi ao longo do século XVI, que o sistema-mundo moderno veio à luz, como economia-mundo capitalista; a Revolução Francesa de 1789, como acontecimento mundial que deu lugar a dominação subsequente, durante dois séculos, de uma geopolítica cultural para esse sistema-mundo, cultura que foi dominado por um liberalismo centralizador; e por fim, a revolução mundial de 1968, que previu o encerramento da longa fase do sistema-mundo moderno em que nos encontramos e que previu a desagregação da geopolítica cultural liberal centralizadora, que mantinha o sistema-mundo unificado – utilizo adiante elementos destacados por ele sobre 1968, para descrever a dinâmica social e as correntes políticas desse anúncio da virada política e cultural ocorrida (WALLERSTEIN, 2004).

Therborn (2013a) propõe uma forma de organização e descrição do fenômeno da globalização que se aproxima e diferencia da leitura realizada por Wallerstein, a qual considero como complementar. Ele trata da globalização num registro que enfatiza as ondas de globalização, propondo uma periodização histórica de construção dessa, ao longo do processo de formação das civilizações. Nisso ele se aproxima e diferencia-se das fases apontadas por Wallerstein quando discute o sistema-mundo, como é possível observar fazendo a comparação.

Ao descrever os ciclos de ondas de globalização, Therborn faz uma delimitação na qual utiliza um critério que superpõe camadas de observação sobre as sociedades locais e suas inter-relações, assim como os fluxos e contra fluxos temporais e de deslocamentos culturais e territoriais, de forma nem sempre sincrônica ou na maioria das vezes diacrônicas.

Pouco importa nossa localização, quem foram nossos governantes no passado, quem somos, no que acreditamos, do que nos recordamos hoje — tudo isso sofreu o impacto de forças que ultrapassaram as barreiras territoriais, através das ondas históricas de globalização. Por onda histórica de globalização entende-se aqui a extensão, aceleração e intensificação de importantes processos sociais de alcance ou impacto pelo menos transcontinental — mas não necessariamente mundial. Além disso, essa extensão/aceleração/intensificação precisa estar delimitada no eixo temporal. Esses processos, práticas e crenças normalmente não surgem ou desaparecem abruptamente com as ondas de globalização — essas ondas crescem, avançam e se retraem, mas as águas permanecem (THERBORN, 2013a, p.55-56).

Nessa perspectiva, para melhor compreender o mundo contemporâneo, afirma que deve-se distinguir pelo menos seis ondas da globalização: formação das religiões mundiais e delimitação das civilizações — dos séculos IV ao VIII d.C.; colonialismo europeu – dos século

XVI ao início do século XVII; guerra franco-britânica e a ascensão de uma superpotência europeia - dos séculos XVIII a início do XIX; imperialismo generalizado e separação entre mundo desenvolvido e subdesenvolvido – 1830 a 1918; política globalizada – 1919, 1941, 1447-1989; globalização autoconsciente e sua polissemia – 1990 adiante.

Nesse trabalho lanço mão da descrição que ele faz dos traços fundamentais da dinâmica da globalização, em relação as duas últimas ondas, período que vai do fim da primeira guerra mundial até 1989 e período pós ano 1990 que atravessa a crise de 2008. Esses traços irão ajudar na exposição dos contextos dos protestos. Ele entende que a última onda de globalização ganha um significado mais específico. Foi essa onda

[...] que deu à globalização seu nome, partindo de uma explosão conceitual da década de 1980. Esse foi o período em que a dimensão do tempo foi implodida na dimensão do espaço — quando uma nova possibilidade de futuro se transformou em um espaço estendido, "globalizado". Ele foi marcado pelo colapso da União Soviética, pela virada capitalista na China e pela sequência das derrotas, no final da década de 1970 e início da década de 1980, do movimento trabalhista na Europa Ocidental, dos revolucionários latino-americanos e do socialismo africano (THERBORN, 2013a, p. 75).

A globalização, é impactado pelo choque do petróleo de 1973, abrindo um novo ciclo de crise do capitalismo depois da segunda guerra mundial. Esse fato é seguido por alguns acontecimentos, que produzem profundas mudanças nas sociedades nacionais e no mundo. Representativo disso é a adoção de políticas neoliberais, contraposta a política keinesiana que acompanhou o pós-guerra. O keinesianismo se caracterizou, pelo que ficou conhecido, como políticas de bem-estar social, políticas essas garantidas pela intervenção do Estado na economia, para gerar equilíbrio entre arrecadação e gastos públicos, que equalizassem investimentos sociais, tendo em vista a redução de desigualdades sociais, e, a redução de conflitos trabalhistas e sociais. Esse modelo, que teve aplicações muito diferenciadas e com diferentes graus de real distribuição de renda, seja na Europa não comunista e na América do Norte, assim como, nas aplicações no contexto dos chamados países do terceiro mundo, à época, que viviam processos de lutas de descolonização, África, Ásia e parte do Oriente Médio, ou, dos governos populistas nacionalista e de ditaduras na América Latina.

Esta virada de época gera um uso da expressão globalização com certas características, marcadas por certos acontecimentos, compondo uma noção composta de globalização

neoliberal, que é útil neste trabalho. Com o fim da guerra-fria⁵, fala-se, da dominação dos Estados Unidos da América, seja pelo controle de suas corporações financeiras e dos organismos financeiros multilaterais, seja pelas suas intervenções militares em defesa de interesses econômicos, ou pela hegemonia política-cultural, como uma nova forma de império. Harvey (2005) aborda essas noções fazendo um diálogo que articula as lógicas territorial e do capital – partindo de outros interesses e pressupostos, essa também será uma expressão utilizada por Negri e Hardt (2016), que se terá ocasião para apresentar nesse trabalho. Harvey procura explicar a dimensão que ganha a dominação, em um primeiro momento após a guerra-fria quase que unipolar, e na difusão e construção de uma hegemonia neoliberal.

Trata-se de um imperialismo capitalista, diz ele, que funciona como uma fusão contraditória entre uma política de Estado e uma política de um império. Entendido aqui, o imperialismo, como projeto distintivamente político da parte de atores cujo poder se baseia no domínio de um território e numa capacidade de mobilizar os recursos naturais e humanos desse território para fins políticos, econômicos e militares. Esta forma de atuação vai além das estratégias de políticas diplomáticas e militares usadas por um Estado, ou por algum conjunto de Estados que conformam um bloco de poder, que buscam afirmar seus interesses e realizar suas metas em um território expandido no mundo.

A política de Estado, é entendida diferente e complementarmente, como processos moleculares de acumulação do capital no espaço e no tempo, em que o imperialismo é exercido como um processo político-econômico difuso no espaço e no tempo no qual o domínio e o uso do capital assumem a primazia. Nesta forma o fluxo do poder econômico atravessa e percorre um espaço contínuo, na direção de entidades territoriais ou em afastamento delas mediante as práticas cotidianas da produção, da troca, do comércio, dos fluxos de capitais, das transferências monetárias, da migração do trabalho, da transferência de tecnologia, da especulação com moedas, dos fluxos de informação, dos impulsos culturais (HARVEY, 2005, p. 31-32).

A adoção de políticas neoliberais foi liderada pela Inglaterra na Europa e, na América do Norte, pelos Estados Unidos, na América Latina, sobre influência desses dois países, o Chile também adotou, pós ano 1973, quando se instalou uma ditadura militar nesse país. A partir

⁵ A era pós-1945 ficou conhecida como Guerra Fria, já que as disputas só aconteceram no que então se consideravam áreas marginais, sempre envolvendo representantes de um lado ou do outro. O ponto central era Berlim, naquele momento dividida em duas partes. A Guerra Fria teve suas batalhas locais, e elas foram sangrentas — sobretudo no Vietnã e na Coreia, mas também na África e na América Central. Ela chegou ao fim graças à renúncia, por parte da União Soviética, de ambições globais, em 1989, e à sua implosão e desaparecimento ulteriores, em 1991 (THEBORN, 2013a).

dessas experiências, apoiadas por instituições financeiras internacionais a exemplo do Fundo Monetário Internacional - FMI, Organização Mundial do Comércio – OMC e Banco Mundial - BM, entre outras - criadas inicialmente para gerir a reconstrução das infraestruturas dos países saídos da guerra, mas que passaram a atuar impulsionadas agora pelas forças do capital financeiro internacional e suas corporações transnacionais -, lideradas pelos Estados Unidos, passam a ter uma políticas intervencionistas nas economias nacionais, promovendo os conhecidos ajustes estruturais, que desregulamentavam direitos sociais e trabalhistas, abriam as economias ao livre comércio, impulsionavam privatizações das empresas estatais, controlavam os Bancos Centrais e as políticas de juros baseado nos interesses dos investimentos privados, entre outros. O que gera um processo de endividamento dos países para com as instituições financeiras privadas e quebra da sua soberania nacional.

Contemporâneo a construção dessa hegemonia neoliberal nos países do Ocidente, têm-se essa mesma crise da economia mundial incidindo no Leste Europeu, ao que se segue o fim da guerra fria, a desestruturação do socialismo real com a queda do muro de Berlim e a quebra da União Soviética, em fins dos anos 1980 e início dos anos 1990. Na América Latina nesse mesmo período tivemos o progressivo fim das ditaduras militares e populismos, instalada a fase de redemocratização dos Estados na Região. E ainda, processos de distensão militar, com derrota das guerrilhas socialistas, na América Central.

Neste contexto, Harvey (2008) define muito bem neoliberalismo. É uma teoria que se dirige para uma explicação das práticas político-econômicas, que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor em se liberando as liberdades e capacidades empreendedoras individuais, constituída uma sólida estrutura institucional de garantias de direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio. A função do Estado seria construir essas condições e preservá-las, em uma estrutura institucional apropriada aos objetivos citados.

O Estado tem de garantir, por exemplo, a qualidade e a integridade do dinheiro. Deve também estabelecer as estruturas e funções militares, de defesa, da polícia e legais requeridas para garantir direitos de propriedade individuais e para assegurar, se necessário pela força, o funcionamento apropriado dos mercados. Além disso, se não existirem mercados (em áreas como a terra, a água, a instrução, o cuidado de saúde, a segurança social ou a poluição ambiental), estes devem ser criados, se necessário pela ação do Estado. Mas o Estado não deve aventurar-se para além dessas tarefas. As intervenções do Estado nos mercados (uma vez criados) devem ser mantidas num nível mínimo, porque, de acordo com a teoria, o Estado possivelmente não possui informações suficientes para entender devidamente os sinais do mercado (preços) e porque poderosos grupos de interesse vão inevitavelmente distorcer e viciar as intervenções do Estado (particularmente nas democracias) em seu próprio benefício (HARVEY, 2008, p. 12).

Como salienta Harvey, a proposta neoliberal desde os seus primeiros experimentos, tem influenciado todos os campos da vida social, desde a educação, através das universidades, nos meios de comunicação, em conselhos de administrações de instituições financeiras, em instituições-chave do Estado, a exemplo dos bancos centrais. Tem forte influência, senão controle, da lógica de funcionamento das instituições internacionais como o FMI, o Banco Mundial e a OMC, que regulam as finanças e o comércio globais. Nesse crescente, o neoliberalismo foi hegemonizando as modalidades de discurso, afetando amplamente o modo de pensar, incorporando-se às maneiras cotidianas de muitas pessoas interpretarem, viverem e compreenderem o mundo.

Assumo esta perspectiva de Harvey, em especial a sua afirmação de que a “destruição criativa” do capital gerido por essa lógica, afetou não somente antigos poderes e estruturas institucionais, abalando até as formas tradicionais de soberania do Estado, mas também das divisões do trabalho, das relações sociais, da promoção do bem-estar social, das combinações de tecnologias, dos modos de vida e de pensamento, das atividades reprodutivas, das formas de ligação à terra e dos hábitos do coração. Ele induz a um pensamento que julga a troca de mercado um valor, uma ética capaz de orientar toda ação humana, tornando-se, por assim dizer, uma crença.

Milton Santos, um intelectual militante e pesquisador reconhecido internacionalmente, formula uma sentença em torno da explicação dessa lógica neoliberal, que, para mim, expressa fortemente a crítica econômica e ética que um grupo de acadêmicos e intelectuais assumiram no debate ocorrido por volta de meados dos anos 2000, interagindo com o movimento da alterglobalização, do qual falo adiante.

Tiranía do dinheiro e tiranía da informação são os pilares da produção da história atual do capitalismo globalizado. Sem o controle dos espíritos seria impossível a regulação pelas finanças. Daí o papel avassalador do sistema financeiro e a permissividade do comportamento dos atores hegemônicos, que agem sem contrapartida, levando ao aprofundamento da situação, isto é, da crise. A associação entre a tiranía do dinheiro e a tiranía da informação conduz, desse modo, à aceleração dos processos hegemônicos, legitimados pelo "pensamento único", enquanto os demais processos acabam por ser deglutidos ou se adaptam passiva ou ativamente, tornando-se hegemonizados (SANTOS, 2005, p. 35).

Esse cenário, de globalização neoliberal e seu ideário, o impacto e as crises regionais por esta promovidas, produz novas conformações políticas e culturais, que repercutem no debate sobre os movimentos sociais, geram a produção de novos trabalhos teóricos, uma nova

percepção da dinâmica de confrontação política e de interpretação dos percursos dos ciclos de protesto observados após este período.

Falava-se de pós-neoliberalismo, quando emerge uma nova crise mundial, esta parece a mais grave do período abordado, sendo comparada com a crise mundial de 1929. A crise mundial de 2008, precisa ser entendida dentro no contexto da revolução tecnológica e informacional, da fase de financeirização do capitalismo, do transbordamento dos embates entre os blocos econômicos compostos pelo G7, G20 e BRICS⁶. Que representam, no pós guerra-fria, a tensão, entre um mundo multipolar acenado pelo G20 e BRICS, enquanto alternativas de equilíbrio de forças e regulações para redução das desigualdades entre as nações; e um mundo unipolar sob dominação Norte Americana Estadunidense, com sua cultura militar imperialista, que desconhece instituições internacionais de regulação das relações internacionais entre países e quebra acordos transnacionais militares, econômicos e ambientais (GIRALDO, del CAMPO e GALLEGOS, 2013; WALLERSTEIN e COLLINS et al. 2013; ÁLVAREZ, 2009; ORNELAS, 2013; HARVEY, 2010).

Em economia falar de crise, numa perspectiva crítica ao capitalismo, parece uma redundância, devido a quase natureza do capital de ser impulsionado por um movimento de “destruição criadora”, o que o faz cíclico. Milton Santos apresenta essa lógica de forma muito interessante. Para ele a história do capitalismo pode ser dividida em períodos, que se sucedem e se apresentam de diferentes formas, mas dentro de um sistema. Os períodos são antecidos e sucedidos por crises, isto é,

[...] momentos em que a ordem estabelecida entre as variáveis, mediante uma organização, é comprometida. Torna-se impossível harmonizá-las quando uma dessas variáveis ganha expressão maior e introduz um princípio de desordem. Essa foi a evolução comum a toda a história do capitalismo, até recentemente. O período atual escapa a essa característica porque ele é, ao mesmo tempo, um período e uma crise, isto é, a presente fração do tempo histórico constitui uma verdadeira superposição entre período e crise, revelando características de ambas essas situações. Como período e como crise, a época atual mostra-se, aliás, como coisa nova. Como período, as suas variáveis características instalam-se em toda parte e a tudo influenciam, direta ou indiretamente. Daí a denominação de globalização. Como crise, as mesmas variáveis construtoras do sistema estão continuamente chocando-se e exigindo novas definições e novos arranjos. Tratasse, porém, de uma crise persistente dentro de um período com características duradouras, mesmo se novos contornos aparecem. Este período e esta crise são diferentes daqueles do passado, porque os dados motores e os respectivos suportes, que constituem

⁶ G7 – grupo de 7 países com maior poder econômico e político no mundo – posteriormente este grupo foi chamado G8, com uma nova inclusão; G20 – grupo de 20 países que se destacam na disputa central de poder num nível imediatamente inferior ao G7; BRICS – grupo de países em expansão desenvolvimentista que disputam a concepção multipolar do mundo, a sigla indica os nomes dos países: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

fatores de mudança, não se instalam gradativamente como antes, nem tampouco são o privilégio de alguns continentes e países, como outrora. Tais fatores dão-se concomitantemente e se realizam com muita força em toda parte. O processo da crise é permanente, o que temos são crises sucessivas. Na verdade, trata-se de uma crise global, cuja evidência tanto se faz por meio de fenômenos globais como de manifestações particulares, neste ou naquele país, neste ou naquele momento, mas para produzir o novo estágio de crise. Nada é duradouro (SANTOS, 2005, p.33-34).

Retomo Therborn (2013a) em sua exposição sobre a última onda da globalização, destacando novos elementos a partir de uma perspectiva, que busca articular dimensões políticas, societária e culturais, situadas no ambiente econômico, que são indicações importantes para esta pesquisa. Para ele, nos anos de 1990, globalização era uma palavra que de forma consciente ou não, transmitia algo que estava acontecendo, uma mistura própria de mudança rápida e, ao mesmo tempo, constância que havia caracterizado o último quarto do século XX e a entrada do século XXI. Mas, afirma, existiam mudanças ocorrendo no mundo que eram aceleradas, mas não do ponto de vista estrutural ou cultural.

Pelo contrário, os eventos entre 1989 e 1991 consolidaram a estrutura e a cultura política do planeta — ou seja, a estrutura e cultura do triunfante capitalismo. Porém, o ritmo do capitalismo global e, em termos mais gerais, da cultura global, estava se intensificando, e aqueles que não estivessem dispostos a nadar com a maré afundariam feito pedras. A exceção da agricultura dos países ricos, todas as outras atividades econômicas estavam, ou em breve estariam, imersas em competição global. Os malandros do mundo financeiro encheram os bolsos com enormes fortunas ao criarem suas próprias economias surreais que cresciam e superavam as verdadeiras — até hoje conhecidas pelo termo "economia real". Novas mídias eletrônicas envolveram o mundo todo em uma onda de comunicação instantânea (THERBORN, 2013a, p. 76-77).

Concordo com as indicações de Therborn, para quem, esta onda da globalização, caracterizou-se pela extensão dos mercados, de abertura dos movimentos de capital e do intercâmbio de mercadorias e serviços. Globalização passou a ser competição global. Cresceu enormemente a conectividade global através dos meios de comunicação e da migração cultural. Uma nova imagem do mundo parece estar emergindo. Mas, uma visão que queira ver nessa modalidade de globalização algo sem precedentes, é a-histórica. Nessa onda, o desenvolvimento do capitalismo, é mais visto menos em sua expansão territorial, e mais como a relocação estrutural da lucratividade, saindo da indústria e dos serviços e passando às finanças. E entre este último o setor das telecomunicações estão cada vez mais em primeiro plano. O mais importante, no entanto, nessa onda de globalização, está mais na mudança global nas forças gravitacionais, ou no centro de equilíbrio do poder. Isto pode ser observado no fato de

que a globalização em 2010 era mais representada pelo crescimento da China e da Índia, e não pela extensão do capitalismo estadunidense, que estava tendo sua delimitação condicionada.

Seguindo essa descrição tem-se como caracterização geral dessa onda, duas correntes centrais. Uma primeira corrente, é representada pela revolução no setor das telecomunicações, na internet, como meio de comunicação global universalmente acessível e de massa – que inicia-se na década de 1980, mas ganha escala nos anos 1990. Por exemplo, em 2007, próximo de um quarto da população mundial estava plugado a internet. Igualmente a televisão, via satélite e os canais digitais, mudaram o espectro da mídia global. Nesta primeira corrente vale salientar

o avanço recente mais notável são as novas formas de mobilização política, com a ajuda de telefones celulares — mais para envio de mensagens de texto e imagens do que para ligações —, da internet e da blogosfera. Esses novos meios de comunicação desempenharam um papel central na campanha de Obama em 2008 nos EUA, assim como nos protestos eleitorais em Teerã em 2009. Em nenhum dos casos, esses novos meios substituíram os voluntários e a presença física, mas, mesmo assim, foram cruciais na mobilização de pessoas. No dia 6 de abril de 2008, no Egito, o Facebook constituiu uma plataforma de solidariedade admirável entre trabalhadores de uma fábrica em Al-Mahalla Al-Kubra, cidade ao norte do Cairo, e os jovens de classe média da capital. No dia em que os trabalhadores entraram em greve, brotaram, no centro do Cairo, protestos e manifestações de solidariedade, todos organizados via Facebook. Assim como em Teerã, as autoridades egípcias fecharam o cerco, mas, no fim, o meio acabou virando a mensagem. A "ciberpolítica" é a nova dimensão da política, mas permanece sujeita aos parâmetros geopolíticos historicamente herdados (THERBORN, 2013a, p. 139).

A segunda corrente discutida por Therborn está referida ao sistema financeiro capitalista. Já na década de 1980, as finanças globais podiam ser vistas como um grande cassino eletrônico mundial, volumes enormes e fictícios eram parte das transações baseadas em previsões sobre as taxas de câmbio e conjecturas quanto aos cenários futuros dos investimentos aplicados. Estas transações, em sua volatilidade e especulações sobre o retorno de lucratividade e incorporação de juros, sem o acompanhamento de uma base produtiva material, entrou em certo colapso, em episódios que envolveram fundos de investimento, bolsas de valores e operações de alto risco empreendidas por corretores.

Nesse processo, a ideologia neoliberal, nutrida, na década de 1970, pela crise do keynesianismo pós-guerra, bem como pela vitória capitalista na Guerra Fria, contribuiu com os movimentos de capital livre e de livre-comércio. Mas, com as novas dinâmicas que foram sendo agregadas às inter-relações globais, em termos comerciais e em termos dos fluxos de capital globais, ao menos sobre a fé no capitalismo financeiro, pode-se afirmar que 2008

testemunhou o início do fim dessa última e mais recente onda de globalização. Para dar um exemplo Therborn destaca que

o comércio internacional recuou significativamente em 2008, assim como os fluxos de capital internacionais. As consequências disso a longo prazo ainda estão longe de poderem ser antecipadas [...] por mais que a crise de 2008-2009 acabe por representar nada mais do que uma mera gota no oceano global, o significado dessa onda de globalização está começando a mudar, tomando direções não antes vistas no discurso da globalização dos anos 1990. Ela já não mais se refere, exclusiva ou predominantemente, a uma extensão dos mercados, à conexão virtual em redes ou à compressão do eixo espaço temporal. Trata-se agora, acima de tudo, de uma notável mudança global das forças gravitacionais econômicas e políticas (nesta ordem) da Euro-América de volta à Ásia, leste e sul (THERBORN, 2013a, p. 79).

Com essa sinalização o autor chama atenção a uma nova preocupação das potências do Norte, quanto a inserção mais autônoma e de maior vigor de países do sul, leste e Ásia em blocos geopolíticos econômicos, que geram forças de equilíbrio que não estavam presentes nas duas décadas passadas. Isso acontece em um contexto de crise mundial.

Em 2010, a China tomou o lugar do Japão como segunda economia mundial. Nas cúpulas sobre a crise global, em 2008 e 2009, o grupo G8 — formado pelas maiores economias ocidentais, além da Rússia e do Japão — foi considerado fraco demais para ditar as regras do jogo e, assim, o G20 foi formado, incluindo a China, a Índia e o Brasil, bem como outros países fora do Atlântico Norte. O pouco resultado que se obteve na Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2009, em Copenhague, foi produto das turbulentas negociações entre os EUA e a China, assistidas pelo Brasil, pela Índia e pela África do Sul (THEBORN, 2013a, p. 78-79).

Saskia Sassen (2010), frente ao cenário e processo político e econômico da globalização, formula uma sociologia da globalização em que faz ponderações a proposição do conceito de sistema-mundo de Wallerstein, considerando que no processo de globalização, não existe uma dominação unilateral das forças hegemônicas sobre os países apenas, afirmando que os países recriam dinâmicas internas para inserir-se na globalização que não são dependentes daquela, necessariamente. Esta formulação, que não contradiz o exposto até aqui, traz insumos para este debate sobre os contextos dos protestos.

Para Sassen, as formações globais existem há séculos, como também afirma Wallerstein. No entanto, essas formações globais, têm uma dinâmica que varia com o tempo e o espaço. Contemporaneamente, podem ser identificadas novas formações e novos traços em velhas formações, “as formações globais de hoje são diversas, como formas sociais e como ordens normativas” (SASSEN, 2010, p. 16). Identificar variações e especificidades nas formações produzidas no processo de globalização, proporciona avançar em estudos sociológicos mais

ricos e complexos, ajudando a entender os diferentes padrões de relações sociais. Muitas dessas formações globais emergentes são ordens institucionais ou sistemas de relações parciais ou totalmente novos. Nestes encontram-se diferentes institucionalizações e diferentes subculturas, regras formais e informais, regimes regulatórios, geridos por lógicas de poder distintas em conformações de atores sociais muito heterogêneas e fragmentadas.

O que interessa para esse estudo, em sua formulação, é a noção de *cidades globais*, em especial quando da análise de 2013 na cidade do Recife, uma das cidades que acolheu a copa mundial de futebol, criando uma infraestrutura que à época foi chamada de “padrão FIFA”. Para Sassen, as cidades globais, podem, como as entidades subnacionais, escapar das hierarquias organizadas em torno do Estado nacional em seu papel como ator exclusivo das relações internacionais.

Isso ocorre por meio das práticas de atores econômicos (empresas e mercados globais) e do desenvolvimento de determinados regimes de valor (desregulação da economia). Para investigar essas mudanças, são necessárias novas arquiteturas conceituais; um exemplo é o modelo da cidade global. Ela atravessa parcialmente a velha divisão Norte-Sul e constitui uma geografia de centralidade, que atualmente também incorpora as principais cidades do Sul global, ainda que a hierarquia dessa geografia de centralidade seja bastante nítida (SASSEN, 2010, p. 24).

Essas cidades constituem redes que se conectam através de fronteiras e tendem a superar os Estados nacionais. No início dos anos 2000 ela falava em 40 cidades globais, que conformavam esse circuito mundial. Essas redes comportavam uma variedade de atores e atividades em expansão, tais como a rede global de filiais de uma empresa, redes de migrantes transnacionais e redes terroristas internacionais - pelas quais a riqueza econômica e os processos nacionais se articulam com uma proliferação de circuitos globais de capital, investimento e comércio.

Acrescento, a seguir, um balanço de algumas reverberações dessa globalização em curso, em relação a uma certa estratificação social, que problematiza e estabelece possíveis correlações entre esta, os agentes da ação coletiva e os protestos que eclodiram pós 2008.

As variadas condições que originam e as formas como se expressou a indignação protagonizada pelos movimentos, em cada contexto específico local ou nacional, lhe dão por vezes um caráter fantasmagórico, o que têm levado os que os analisam a se perguntarem da sua capacidade de sobrevivência, de constituição de coesão dos atores que protagonizaram o evento, da sua capacidade de incidência nas arenas políticas dos respectivos Estados-nação. No entanto, essas indagações que se seguiram à ocorrência dos protestos, parecem remeter a um

procedimento já meio viciado nos estudos dos movimentos sociais, de querer encontrar aí um ator coletivo coeso e com potencial para construção de uma nova hegemonia política e cultural, o que reflete um apego a certos paradigmas que não são suficientes para compreender como se forjam, se organizam e se expressam esses novos movimentos. Que critérios e teorias podem iluminar os estudos sobre movimentos que façam distinções entre as velhas lutas e movimentos operários e populares que ocorram vinculados ao mundo da produção, dos que estão sendo promovido por movimentos de classe média (THERBORN, 2014). Essa questão me remete para discutir, no Brasil, a participação da classe média ou das novas classes trabalhadoras nos protestos, buscando entender o lugar dessa “nova classe média”, referida por Therborn, no processo de globalização mais recente.

Segundo Therborn os discursos sobre a nova classe média se multiplicaram nos últimos dez anos. Quando se referem à África, Ásia e América Latina, predomina o tom triunfalista – embora mais cauteloso acerca da Europa Oriental –, que proclama a iminência de grandes mercados de consumidores solventes. Corretos ou não, discursos de classe são sempre significativos socialmente, de modo que o recrudescimento, a nível global, do discurso da classe média é um notável sintoma da década de 2010.

Ele equaciona essa questão ressaltando a mudança na composição das classes nos contextos nacionais e globais, apresentando agentes políticos sociais críticos que têm oferecido resistência às forças capitalistas financeiras hegemônicas, as quais tem participado das lutas por transformações políticas e sociais em seus países, entre as quais destacaremos aqui o que ele vai chamar de *classes médias*. Para ele, isto se deve ao fato que nos últimos trinta anos assistimos a uma desindustrialização no Norte, que deteve e inverteu a força que tinha o operariado. Hoje vemos a industrialização de países líderes do Sul com bom desempenho, o que provoca uma mudança na visão sobre o desenvolvimento capitalista, afirmando que este também é possível na Ásia, na África e na América Latina, ao contrário do que diziam as teorias da dependência. Frente a esse diagnóstico vem a pergunta se hoje encontra-se alguma força política de transformação social, que poderia assumir o papel da classe trabalhadora organizada ou dos movimentos anticolonialistas do século XX.

Comungo com a formulação de Therborn de que talvez seja possível indicar formações que encerrem, potencialmente, uma posição crítica ao desenvolvimento capitalista contemporâneo em forças sociais importantes que vem se manifestando, que não se confundem com os movimentos mais radicais de ação global anticapitalista. Com esse critério Therborn distingue quatro tipos diferentes de formações sociais. A primeira força social potencialmente

crítica consiste em populações pré-capitalistas que resistem às intrusões das grandes empresas. Os principais atores são os povos indígenas, que em tempos recentes alcançaram certo poder. Eles são politicamente significativos na América Andina e na Índia. A segunda força crítica, em grande parte extra capitalista, é composta das centenas de milhões de camponeses sem-terra, trabalhadores informais e vendedores ambulantes que constituem as vastas populações das favelas em muitas partes da África, Ásia e América Latina.

A terceira força é a do trabalho assalariado capitalista que segue atual, mas se reconfigurou geograficamente. Por um lado, tem a classe operária industrial que subsiste no Norte e continua fraca demais para representar algum desafio anticapitalista. A austeridade econômica e as ofensivas capitalistas, tem nos últimos anos engendrado protestos de horizonte curto. Por outro lado, têm os novos trabalhadores industriais na China, Bangladesh, Indonésia e outras partes do Sul, que podem ter mais cacife para fazer demandas anticapitalistas, mas sua posição fica debilitada pela vasta oferta de mão de obra. Embora no Sul as lutas de classes tenham obtido aumentos salariais e, em certa medida, condições de trabalho menos austeras, parece improvável que se transformem num desafio mais sistêmico, afirma Therborn.

Uma quarta força social, que aqui interessa de forma especial para refletir sobre os protestos, está representada por um segmento que tem sido potencialmente crítico e pode estar surgindo no seio da dialética do capitalismo financeirizado.

É a camada da classe média – incluindo, como fator decisivo, os estudantes – que desempenharam papel fundamental nos movimentos de 2011 na Espanha, Grécia, Oriente Médio Árabe, Chile, bem como nos protestos mais fracos do movimento Occupy nos Estados Unidos e na Europa – e na onda de manifestações na Turquia e no Brasil, em 2013. Essas irrupções levaram às ruas tanto jovens da classe média como das camadas populares contra sistemas capitalistas corruptos, exclusivistas, causadores de polarização social. Eles não conseguiram desestabilizar o poderio do capital, ainda que em 2011 dois governos tenham sido derrubados, Egito e Tunísia. No entanto, talvez venham a se revelar como ensaios gerais para dramas que estão por vir (tradução livre) (THERBORN, 2014, p. 10).

Nesta contextualização destaquei a existência de uma globalização neoliberal e economia de base financeira, com o capitalismo em mais uma fase de crise. Algumas lacunas podem ser observadas nessa exposição. Esta uma crise se articula com outras crises de grande envergadura, antes não vividas, mas não me debrucei sobre elas aqui, refiro-me às crises climática, energética e hídrica. Observa-se também nos desdobramentos das revoltas mundiais e no Brasil, tendências a uma onda de retrocesso nos marcos institucionais das democracias e recrudescimento dos fundamentalismos políticos e religiosos, aspecto ainda não destacado.

Elementos relativos às reverberações políticas e culturais da crise, que se localizam nos ciclos de protestos aqui abordados, serão complementados na contextualização específica sobre os períodos.

1.4.Os protestos de 1968: autonomismo e contracultura

No campo dos estudos dos movimentos sociais, o ciclo de protestos dos acontecimentos de 1968, é um divisor de águas, seja na Europa ou nos Estados Unidos. É um ponto de inflexão para as estruturas do pensamento político e filosófico. Expõe e fomenta embates entre correntes políticas das esquerdas, marcando limites entre o que se passará a chamar de velha e nova esquerda, seja isso dirigido a defesa ou crítica ao *stalinismo* soviético, às estruturas burocráticas dos partidos comunistas vinculados a esta linha, à burocratização das centrais sindicais, ao formalismo do pensamento e hierarquia no interior das instituições acadêmicas e políticas, ao comportamento e moral conservadora dos líderes e militantes políticos, ou de intelectuais do mundo das letras e das artes.

É um período que se estende por anos que antecedem e ultrapassam 1968. O que pode ser localizado entre o levante dos estudantes na universidade de Berkley⁷, por liberdade de expressão, em 1964, e o outono quente na Itália⁸, representado por uma coalisão autonomista que reunia operários e estudantes, atuando para lidar com a crise econômica recessiva e repressiva – a herança fascista que o arcabouço jurídico instituiu no país como um Estado de Exceção -, utilizando-se de luta de protestos de rua e ocupações de fábricas.

Maio de 1968 na França imprimiu traços ao acontecimento da época que são hoje reconhecidos como tendo permeado o conjunto das mobilizações que ocorreram em todo o mundo, entre 1967 e 1973. Ribeiro (2014a) em artigo sobre os protestos de junho de 2013 no Brasil, estabelece comparações com o que aconteceu na França, fazendo uma descrição político filosófica de 1968, que ajuda a pensar a natureza de certos movimentos de protestos que irrompem em certas circunstâncias históricas, que chamo de ciclo de protestos pela magnitude e longevidade que adquirem, compreendendo o elemento disruptivo como parte, que coincide com o que ele situa como *acontecimento-evento* (*événements*).

Depois de quase meio século dos *événements de mai* – os acontecimentos de 1968 na França que aparecem hoje como o paradigma de movimentos sem uma causa aparente –, pode-se enumerar algumas de suas características mais

⁷ Sobre isso ver (SOUZA, 2009).

⁸ Sobre isso ver (TRONTI, 2012).

importantes. A verdade é que eles não são previstos, ou melhor, não podem ser previstos. Vêm sempre de surpresa. Uma causa política deve reunir apoio, algo que geralmente leva tempo. Movimentos sociais, se bem-sucedidos em suas causas, também podem ser vistos quando se fortalecem. Mudanças econômicas igualmente precisam de tempo. As principais palavras que vimos empregando aqui significam que processos podem ser percebidos na medida em que o tempo os desdobra. Mas eventos que acontecem segundo o modelo de 1968 não reúnem força no curso do tempo, eles ocorrem de repente. Aqui o tempo é o instante, o momento, o momentum [...]. Hoje quase tudo na vida política, social e econômica pode ser previsto, ao menos como possibilidade. Mas o modelo de 1968 significa que não havia existência anterior, nem mesmo como possibilidade... Significa não somente o fato genérico de que algo acontece, mas, antes, o fato de que algo muito especial ocorre, experiências comuns tornam-se nesses momentos como que consagradas por essa condição extraordinária [...] Significa algo único, sem ensaio e sem reprodução ou repetição [...] Mesmo experiências comuns tornam-se nesses momentos como que consagradas por essa condição extraordinária... Diríamos que muitos experimentam uma epifania. Sentem que outro mundo é possível [...]. Todos têm, portanto, a experiência de um conhecimento diferente, intuitivo, instantâneo; isto é epifania ou revelação. Leis municipais menores são transgredidas; isto é ação. Todos sabem; eles agem. E experimentam novas formas de sociabilidade; isto é comunhão [...]. É a revelação de possibilidades que existem em *cada um* de nós, em *você*. São bem democráticas e geralmente muito baratas, uma vez que rompem com as regras do consumo. Muitas coisas, para não dizer tudo, parecem estar à mão [...]. Será que as pessoas mudam realmente no decorrer desses eventos, que, mesmo durando algumas semanas, como costumam durar, *nunca* podem ser caracterizados como um processo? Porque nunca deixarão de ser momentos. As pessoas podem passar juntas um longo tempo: ainda assim, terão o sentimento de que algo muito especial, *único*, está acontecendo (RIBEIRO, 2014a, p. 97-103).

Para uma leitura de 1968, enquanto um ciclo de protesto, particularmente no caso da Europa, pode-se identificar diferentes interpretações, ligadas ao debate de correntes políticas e filosóficas militantes atuantes naquele momento, ou a seus intérpretes na academia (MATOS, 1989, 2008; HORCASITAS, 2014; ZAPPA e SOTO, 2008). Os debates e interpretações militantes se vincularam a uma perspectiva radical da esquerda marxista, a autonomia operária (autonomismo), ao situacionismo, ao anarquismo e à nova esquerda. A partir de relatos e interpretações militantes e analíticas sobre 1968, registro elementos sobre os repertórios aí utilizados, suas performances de confronto e ideários que permeiam os protestos, as formas de organização, a militância e algumas questões do debate provocado por este evento.

Os eventos de maio de 1968 se expressam em uma grande polissemia e extensão, ganham expressões peculiares aos países onde acontecem, tendo algumas que são partilhadas, pelos impulsos e contágios próprios aos horizontes históricos de possibilidade. Matos (1989) se pergunta, por que uma multidão, tão diversa segundo cada país, se torna explosiva simultaneamente? O maio parisiense, o mais conhecido, não foi um fenômeno isolado. O

mesmo movimento acontece em Varsóvia, Berkeley e Paris, todos mais ou menos violentos, mais ou menos organizados, mais ou menos reprimidos, mais ou menos libertários. Não há nenhum centro de direção clandestino orquestrando unificadamente a agitação. Há simultaneidade, mas não coordenação. Como em Paris, a rebelião estudantil inicia quase sempre com uma passeata que desfila pela universidade ou pelas ruas por razões estritamente universitárias e é reprimida pela polícia. Os enfrentamentos são mais ou menos violentos, sendo utilizados diferentes arsenais pelas forças repressivas, desde o cassetete até gás lacrimogêneo, tanques, bazucas, armas de fogo. O grau de violência varia conforme o país, a amplitude e profundidade da revolta.

Para Matos, a rebelião estudantil toma a forma de uma renovação cultural, e se inspira em pensadores antiautoritários como Marcuse, fazendo aflorar a possibilidade da liberação do desejo sem culpa, participando de "revolução sexual" influenciada pela retomada das obras de Reich. O marxismo ortodoxo é posto em questão em nome do freudomarxismo e do pensamento libertário. O ano de 1968 foi o marco da Grande Recusa: recusa dos partidos oficiais, do marxismo burocratizado, de recusa e exigência de transformação de valores. A revolta acontece em sociedades "prósperas" e "democráticas" como uma recusa moral: a obscenidade não é mais a mulher nua que exhibe o púbis, mas o general que exhibe a medalha ganha no Vietnã. A rebelião estudantil, despojada de uma base de classe no sentido tradicional, é simultaneamente política, moral e instintiva, heterodoxa: os instintos devem se erguer contra a crueldade, a brutalidade, a feiura. A revolta instintiva é uma revolta contra a sociedade produtivista e os simulacros de valores que ela engendra. É revolta contra a alienação do trabalho. É desejo de eliminação dos trabalhos embrutecedores, enervantes, pseudo-automatizados, imposto pelo progresso capitalista ao trabalhador (MATOS, 1989).

Ao lado desse impulso antiautoritário e libertário, as imagens que ficaram, de 1968, são de greves nas escolas, distribuição de panfletos, proclamações, assembleias, passeatas silenciosas ou turbulentas, ocupação de auditórios ou de salas de aula, queima de jornais, agrupamentos entusiastas nem sempre aptos a enfrentar os conflitos que surgem nas ruas, mas que não recuam diante da violência. Por exemplo, os EUA vivem em 1968 uma contestação estudantil que, por seus métodos, sua progressiva radicalização, suas origens, se aproxima da

França e também da Alemanha: recusa da guerra colonial — no caso dos EUA, a guerra do Vietnã — e organização da deserção e da desobediência civil, recusa da sociedade de consumo. Utopia. Basta lembrar, neste caso, o movimento hippie que não conta entre seus porta-vozes nenhuma personalidade política, mas sim poetas e escritores, como Ginsberg. A arte vem tomar o lugar da política: a juventude não conformista pratica a inversão dos habituais — o

flowerpower, que lança flores contra a polícia armada. Uma citação do movimento hippie se faz notar na Sorbonne ocupada pelos estudantes, antes que os policiais a retomassem: militantes do "Comitê Revolucionário de Ação Cultural" distribuíram flores aos C. R. S. (Corps Républicain de Sécurité), antes de serem alvejados por granadas de gás lacrimogêneo. Neste gesto se inscreve a contestação absoluta do sentido da palavra "Poder"; ele reivindica uma outra cultura que não se confunde com os quadros violentos de autoridade e introduz um elemento estético na contestação (MATOS, 1989, p. 43).

A narrativa de Matos introduz o debate sobre a renovação de repertórios e o que se discute sobre isso, razão pela qual apresento amplamente seu pensamento. De acordo com a autora, a resposta à atuação da polícia ou à ideação do poder se faz improvisadamente, afirmando-se a dimensão lúdica do movimento, seja nas ocupações de fábrica ou nas manifestações de rua, desfaz-se a seriedade militante, liberando-se fluxos polimorfos de energias criativas, antes enclausuradas na diversidade dos sujeitos sociais. É o momento em que a luta política coincide com um estado de alegria. Felicidade é sinônimo de luta, dilui-se a representação tradicional do militante, ensimesmado, endurecido pela revolução, essa atitude é substituída por uma imagem operária que quer afirmar o próprio direito à existência em toda sua vitalidade.

As formas de se comunicar com a população revelam essa nova faceta da ação militante. Multiplicam-se panfletos, faixas, estas são significativas do que é o movimento. Palavras miúdas, onduladas pelo vento, "parecem velas de uma nave que parte para descobrir mundos maravilhosos e desconhecidos" (MATOS, 1989, p. 21). Explode o canto, o riso, as corridas, os abraços, os beijos, o bater palmas, olhar-se, existe uma empatia recíproca, militante e rua se fundem em uma energia libidinal de novo tipo. Nestas manifestações se exprimiram antecipações da felicidade a ser concretizada imediatamente, "tudo, já", foi um dos lemas do movimento. Sublimação não-repressiva, cidadania ao princípio de prazer, afirma Matos.

Uma nova concepção da democracia e do direito se afirma. O direito não é mais aquilo que se institui à luz mortíca dos corredores dos parlamentos, mas se afirma na rua, a céu aberto, com exigência do cumprimento dos direitos e da instituição de novos direitos. Jovens operários e estudantes praticam a espontaneidade consciente e criadora. Não se considerou o sistema de partidos ou grupos de pressão, não se participou do sistema, nem se utilizou os seus métodos. O movimento não tem dirigentes, nem hierarquia, nem disciplina partidária, ele contesta os profissionais da contestação, viola as regras que as oposições dominam. Essa não foi uma luta pelo poder ou contra ele, nela afirmaram-se os direitos da subjetividade e da espontaneidade consciente, comenta a autora.

Citando exemplo desse exercício de poder exercido como democracia direta, Matos fala do que foram as assembleias, como uma de suas formas. Maio de 68 não descobriu a assembleia, mas ele foi a afirmação de um novo tipo de assembleia que rompe com o cerco paralisante de uma reprodutibilidade que petrifica a experiência. Ele afirmou com essa prática a difusão de um nível de comunicação que, através da irreprodutibilidade atrai para a participação direta segmentos sociais e indivíduos singulares, tradicionalmente exauridos pela televisão e pelos jornais. A assembleia é irreprodutível, ela cria sua aura, gera uma sedução que vem do fato de desconhecer hierarquias ocultas ou manifestas, não estabelece critérios que codifique quem fala e quem ouve, não distingue quem é organizado ou desorganizado, não ritualiza a prática tradicional de votar moções previamente redigidas por grupos. A assembleia se opõe ao congresso, forma tradicional e plasmada da política, conclui.

Na mesma linha de reflexão sobre 1968, ressaltando a seguir o depoimento de um participante do evento, exemplificando esta experiência, e que culmina com sua análise a respeito. Badiou, francês, quando jovem em 1968, participava de um agrupamento maoísta, hoje um filósofo radical, faz uma descrição, do que ele denomina de quatro maios de 1968, que são distintos. É um evento em que se entrelaçaram, de forma combinada, quatro processos bastante heterogêneos, permeado na sua grandiosidade, por muita complexidade. Para Badiou (2012a), um primeiro maio de 1968, foi a revolta da juventude universitária e secundarista. O mais conhecido, transmitido por imagens fortes que registraram o momento: manifestações em massa, barricadas, confrontos com a polícia, violência da repressão e do entusiasmo, um fenômeno mundial. Nessa época, a juventude universitária e secundarista representava uma minoria da juventude propriamente dita, distinta da massa da juventude popular. Em meio a essa juventude pode-se sinalizar para duas novidades, uma delas, a força extraordinária da ideologia e dos símbolos, do vocabulário marxista, da ideia de revolução; a outra, a aceitação da violência, defensiva e antirrepressiva, mas violência. É o que dá a essa revolta sua cor particular. Tudo isso compõe um primeiro Maio de 1968.

O segundo maio de 1968, foi a maior greve geral de toda a história francesa. Essa foi uma greve clássica. Estruturada para abranger as grandes fábricas, estimulada pelos sindicatos e pela Confederação Geral do Trabalho (CGT). Por sua extensão, essa greve, situa-se historicamente num lugar diferente da revolta da juventude. Fez parte de um contexto que era mais classicamente de esquerda. No entanto, ela foi caracterizada por elementos de radicalidade inovadores: o desencadeamento da greve foi movido por fora do controle da burocracia sindical, foram grupos de jovens operários que iniciaram o movimento, depois os sindicatos se

integraram ao movimento para controlá-lo. E aqui pode observar-se que nesse maio operário, tem um elemento de revolta, que é também interno à juventude.

Nesse segundo maio, os jovens operários praticaram as chamadas “greves selvagens”, para distingui-las das grandes jornadas sindicais tradicionais, que já começaram em 1967. Encontra-se aqui um vínculo temporal e histórico entre movimento da juventude estudantil e movimento operário, que é singular. Em sua radicalidade, esses jovens operários fizeram o uso sistemático das ocupações de fábrica – que encontra na memória o exemplo herdado das grandes greves de 1936 ou 1947, período da unidade popular, sendo em 1968, muito mais generalizadas. “Quase todas as fábricas foram ocupadas e cobertas de bandeiras vermelhas. Só vendo para saber o que foi o país quando todas as fábricas se cobriram de bandeiras vermelhas. Quem viu não consegue esquecer”, lembra Badiou (2012a, p. s/p.).

Essa prática de confrontação mais aguerrida, do segundo maio, promoveu ações conflituosas mais tensas e violentas, em que se assistiu durante esse ano e seguintes, uma prática de sequestro do patronato e confrontos periféricos com altos funcionários e polícia, denotando também, nesse segundo maio, uma certa aceitação da violência, conforme afirma Badiou. Dada toda essa efervescência política social, desencadeou-se uma ação de controle do movimento operário. Entre a vontade dirigente da CGT e as práticas de insubordinação operária, houveram conflitos internos no movimento de greve, conflitos que levaram a rejeição dos termos de negociação mediado pela CGT, pelos operários da Renault-Billancourt, fábricas onde a luta estava mais radicalizada. A rebeldia ainda se insurgia contra as tentativas de resolver a greve geral via uma negociação clássica.

Para Badiou, existe ainda, um terceiro maio de 1968, o maio libertário. Aquele que incidiu nas questões da mudança dos costumes, nas relações amorosas, na liberdade individual, que levou a organização do movimento feminista, a emancipação e afirmação dos direitos dos homossexuais. Este maio afetou a área cultural com a ideia de um novo teatro, uma nova forma de discurso público, um novo estilo de ação coletiva, com a promoção de festas temáticas fora dos horários e espaços tradicionais, os festivais, a improvisação e o jeito de fazer cinema. Esse componente cultural performático faz parte do tom geral do evento. Exemplo disso é a força gráfica dos cartazes de Maio de 1968, criados pela oficina da Escola de Belas Artes.

Badiou ressalta que os três maios de 1968 não se confundem, mas tem fortes intersecções. As vezes se conflitam, a exemplo dos embates entre o esquerdismo e a esquerda clássica, ou entre o esquerdismo político – em especial o trotskismo e o maoísmo - e o esquerdismo cultural, em geral anarquista. Essas três expressões de maio, podem ser

representadas por grandes lugares simbólicos. Para os estudantes universitários, foi a Sorbonne ocupada; para os operários, foram as grandes fábricas de automóveis; para o Maio libertário, foi a ocupação do teatro Odeon. Concluindo, maio de 1968 foi intenso e ocorreu numa multiplicidade de contradições. Quem viveu e transmitiu esse maio francês, o faz a partir de uma visão particular, com uma narrativa peculiar, destacando dimensões que lhe identificam na participação desse evento ou momento histórico. Mas, para Badiou, o quarto maio de 1968, é o que vai marcar o futuro de uma geração. É o menos inteligível, porque se manifestou ao longo do tempo, foi o que se seguiu ao mês de maio em anos políticos intensos, que ele chama “anos vermelhos”, um espírito de época que domina a sequência que vai de 1968 a 1978, depois é reprimido e absorvido pela cena política convencional. Nesse maio estendido dois aspectos chamam atenção, uma delas, a convicção de que, a partir dos anos 1960, assistimos ao fim de uma velha concepção de política, outra, a busca nas décadas de 1970-1980, por outra concepção da política, ou de respostas à pergunta: O que é política? Que é ao mesmo tempo, teórica, difícil, mas acompanhada de muitas experimentações imediatas nas quais as pessoas se engajavam com entusiasmo.

A reflexão sobre os quarenta anos de 1968, apresentada por Badiou, traz algumas indagações político filosóficas, que vão para além do relato, sobre o significado histórico para esquerda, daquilo que este ciclo representou como virada de época. Para ele a concepção dominante, partilhada por todo tipo de militante, de um certo campo revolucionário, nesse espectro de 1968, era de que existe um agente histórico, agente da transformação social da emancipação humana, chamado de classe operária, proletariado ou povo. Isto mudou, foi mudado. Mas, naquela época, a política de emancipação não era apenas uma ideia, uma vontade, ela estava contida, programada, na realidade histórica e social. Esse agente objetivo deveria ser transformado em força subjetiva, e essa como entidade social tornar-se um ator subjetivo. O agente precisaria ser representado por uma organização, o partido, partido da classe operária ou partido popular. Ou seja, essa concepção clássica, em 1968, era amplamente compartilhada por todos os atores e, sobretudo, por sua linguagem. Lideranças das instituições dominantes ou os contestadores, comunistas ortodoxos ou esquerdistas, seja os maoístas ou os trotskistas, utilizavam a linguagem da luta de classes, do partido, da direção proletária das lutas, das organizações de massa e do partido.

Mas a verdade secreta, e pouco a pouco revelada, é que essa linguagem comum, simbolizada pela bandeira vermelha, está morrendo. Maio de 1968 apresenta uma ambiguidade fundamental entre uma linguagem unanimemente compartilhada e o começo do fim do uso dessa linguagem. Entre o que começa

e o que termina, existe uma espécie de indistinção provisória, que dá a intensidade misteriosa de Maio de 1968 (BADIOU, 2012a, s/p.).

Nesse tempo e espaço, se procurava o que podia existir além do muro do revolucionarismo clássico. Mas, procurava-se de maneira cega, porque se utilizava a mesma linguagem da concepção dominante, a concepção da qual se quer desfazer-se. Nas suas reflexões, Badiou busca exemplificar elementos que estavam contidos no ideário da época em sua radicalidade de contestação, proposição e experimentação política de uma geração de revolucionários, dos vários maios de 1968, indo além da pujança do movimento, a indeterminação da história como aprendizado, dizendo sobre o desfecho das eleições que seguiram-se ao evento.

Maio de 1968, e, mais ainda, os anos seguintes, questionaram profundamente a legitimidade das organizações históricas da esquerda, dos sindicatos, dos partidos, dos líderes conhecidos. Mesmo nas fábricas, houve contestação da disciplina, da forma usual das greves, da hierarquia do trabalho, da autoridade sindical sobre os movimentos. A todo instante, a ação operária e popular excedeu seu quadro normal por iniciativas consideradas anárquicas ou selvagens. Houve enfim, e talvez sobretudo, uma crítica radical da democracia representativa, do quadro parlamentar e eleitoral, da “democracia” em seu sentido institucional, constitucional. E, principalmente, não podemos nos esquecer de que a palavra de ordem final de Maio de 1968 era: “Eleições, armadilha para imbecil!”. E não se tratava de um simples arrebatamento ideológico, havia razões precisas para essa hostilidade contra a democracia representativa. Depois de um mês de uma mobilização estudantil, operária e popular sem precedentes, o governo conseguiu organizar eleições e o resultado foi a Câmara mais reacionária que já se viu! Estava claro para todo mundo que o dispositivo eleitoral não é apenas, e nem mesmo principalmente, um dispositivo de representação: ele é também um dispositivo de repressão dos movimentos, das novidades, das rupturas (BADIOU, 2012a, s/p.).

Partindo desse depoimento e interpretação de Badiou sobre 1968, ressalto o quanto o mesmo é polissêmico e conforma um ciclo que ultrapassa o evento, incidindo numa revisão profunda na visão de mundo e nas perspectivas militantes de ação política revolucionária para futuras gerações. Este é o aspecto que nos interessa nesse resgate do evento-ciclo.

Denning (2002) propõe um corte histórico que destaca outras dimensões desse período, situando-o em um *continuum* no pós-guerra-fria. Para ela, 1968 é um momento de revolta social e política que marca a história. Falando a partir dos EUA, ela aponta um desafio e uma chave de leitura para interpretar os movimentos sociais que emergem nesse período, o significado da noção de liberação, chamando atenção para sua inter-relação com os movimentos e lutas de descolonização. “Liberação”, e não “identidade”, no entendimento dela, é uma palavra chave para o movimento de liberação das mulheres, dos gays e dos negros. Liberação, constituiu-se

numa referência ética, política e ideológica para vários movimentos “no fim da década de 50 se tornou o título de uma revista pioneira da Nova Esquerda americana, e também da revista do Congresso Nacional Africano. Esta palavra foi também uma categoria-chave nos trabalhos de Herbert Marcuse, Franz Fanon e Shulamith Firestone ” (DENNING, 2002, p. 69), intelectuais de grande influência para militância de esquerda dessa época, sendo Fanon um dos inspiradores do debate sobre descolonização do poder e do saber nos países do Sul Global. E não é, para ela, uma questão de semântica.

Os movimentos de libertação fazem parte desse momento histórico particular. Concordando com esta afirmação de Denning saliento que, em sua análise, o período, insere-se na era que chama de era dos três mundos, um período dominado por um pensamento que dividia o mundo em três partes: o Primeiro Mundo capitalista, o Segundo Mundo comunista e o Terceiro Mundo descolonizado. Um momento que, com a era da globalização, tornou-se invisível, em especial após 1989, sendo substituído pelo discurso hegemônico nessa onda de globalização, que conclama que nos encontramos todos agora num único mundo.

Denning afirma que para uma melhor compreensão dos movimentos de libertação de 1968, e dos sentidos deles, é importante a adoção dessa geografia imaginária dos três mundos. E justifica ao dizer que 1968 marcou a segunda revolução mundial, citando Wallerstein, ao afirmar que em todas as partes do mundo os movimentos sociais de 1968 tinham como mira os regimes de Estado, produtos de um século de lutas por poder estatal iniciadas pela revolução mundial de 1848. Estes regimes são as socialdemocracias do Primeiro Mundo com seus aparatos sindicais e partidos trabalhistas, as democracias populares do Segundo Mundo e as burocracias dos partidos comunistas, e os Estados pós-coloniais do Terceiro Mundo com suas elites nacionalistas compradoras. Nessa geografia imaginária, os movimentos de libertação foram produtos das novas estruturas técnicas, educacionais e ocupacionais do capitalismo, comunismo e da modernização nacionalista, apoiando-se no mundo vasto e ampliado dos estudantes, das *intelligentsias* técnicas, das mulheres emancipadas, dos trabalhadores de colarinho branco e do setor público. Segundo Denning, 1968 marcou a primeira revolta do proletariado do conhecimento. A partir dessa referência ela indica, na sua percepção, alguns traços de caracterização dos movimentos sociais que emergem movidos, por ideário, como ela chama de libertação⁹.

⁹ Contra estes movimentos surgiram os contra-movimentos de 1968, movimentos anti-libertação. Assim como os contra-movimentos fascistas do começo do século xx adotaram muitas formas e métodos do socialismo e do comunismo proletários, os contra-movimentos de libertação adotaram formas e táticas dos movimentos de libertação, levando muitos estudiosos dos movimentos sociais a deduzir uma semelhança substantiva entre movimentos opostos, semelhança essa vinda de suas características formais. Contudo, a modernidade tem sido

E eles lutaram contra o Estado: o Estado de bem estar social, o Estado de guerra, o Estado intervencionista. A luta das mulheres por liberdade sexual e reprodutiva e pelo direito ao divórcio, contracepção e aborto, e contra o assédio sexual e a violência; a resistência à escalada de armas nucleares e ao envolvimento do Estado nas guerras coloniais; as greves espontâneas e a auto-organização de jovens trabalhadores do setor público, a ação direta por direitos civis e direitos de bem estar organizada por minorias étnicas/raciais: em todas estas lutas o Estado foi o alvo e a aposta dos manifestantes [...] todos os intelectuais dos movimentos de liberação trouxeram o Estado de volta ao pensamento social, frequentemente recorrendo a temas da tradição anarquista. De fato, desafiando as promessas não-cumpridas da Segunda Internacional Socialdemocrata, da Terceira Internacional Comunista e do Nacionalismo de Bandung, estes autores vieram questionar duas hipóteses fundamentais dos primórdios dos movimentos sociais, chamados de "Velha Esquerda": a noção de que o objeto da luta do movimento social era tomar o poder do Estado, seja por meios parlamentares ou insurrecionais, e a noção de que o partido (seja ele de massa ou de vanguarda) era o veículo principal de luta (DENNING, 2002, p. 70).

Neste resgate panorâmico desse ciclo de protesto vão sendo delineados alguns traços gerais importantes. Esta análise de Denning confirma a ideia de que este ciclo lançou profundos questionamentos a ideia de partido como vanguarda das lutas sociais. Destaco, a seguir, uma dimensão interpretativa nova sobre esse processo, enfocando mais diretamente o que as vezes é designado como *novos movimentos sociais* e *nova esquerda*. Isso porque, me parece difícil quando discutimos militância ou ativismo, distinguir os enquadramentos ou delimitação que as pessoas fazem sobre sua ação a partir do lugar de participante de movimentos sociais ou de uma nova esquerda, quando se sai do campo estrito dos partidos políticos e sindicatos tradicionais – referidos aos de tradições socialista e comunista.

Araújo (2000), em trabalho que discute a nova esquerda no Brasil e no mundo, nos subsidia com elementos de caracterização desse período de 1968, que coincidem com recortes dos maíus de 1968 descritos por Badiou, e que dialoga com o *continuum* referido por Denning, mas que é sistematizado como elementos de herança política e cultural dessa geração, percebida na sua heterogeneidade de organização espacial, estética e ideológica.

Ela retoma alguns dos acontecimentos históricos já mencionados indiretamente -, como marcos políticos que vieram modificar as ideias de “política”, de “participação política” e, sobretudo, de “esquerda”. Com revisões significativas, novos sentidos foram acoplados às

dominada pelo eixo esquerda-direita que surgiu com a Revolução Francesa; se alguns consideram esta uma concepção teleológica, eu responderia dizendo que os movimentos e os contra-movimentos participantes continuam a se enxergar em termos teleológicos, como parte de uma grande luta histórica ligada ao futuro ou ao passado. Movimentos e contra-movimentos continuam a depender de filosofias da história, sejam essas histórias salvadoras de redenção religiosa, histórias raciais e nacionais de nações arianas e de supremacia branca, ou, de fato, narrativas de revoluções incompletas e liberações eventuais (DENNING, 2002, p.71).

noções de política e de esquerda. “Para muitos jovens intelectuais e militantes de esquerda, tanto no Brasil quanto no mundo, esses acontecimentos representaram marcos fundamentais de ruptura com o conceito tradicional de política e de esquerda” (ARAÚJO, 2000, p. 15-16).

A partir do livro *A tale of two utopias; the political journey of the generation of 1968*, de Paul Berman, Araújo faz uma descrição do espírito de 1968 expandido para a década de 1970, recuperando ideias sínteses da obra. Seu ponto de partida é de que tanto nos Estados Unidos, como na Europa ocidental, este é um tempo marcado por uma visão otimista em relação ao futuro. Otimismo advindo da crença de que profundas mudanças estavam ocorrendo no mundo e uma nova sociedade emergiria desse processo.

A síntese apresentada registra as mudanças geradas por esse impulso e movimentos desencadeados nesse ciclo, como grandes revoluções:

a revolução de costumes e padrões de comportamento, englobando aí as revoltas estudantis, as ocupações de imóveis, o movimento negro, a liberação sexual, o movimento feminista e o movimento *gay*; uma revolução no que Berman chama de “zona espiritual”. A entrada em cena de uma nova religiosidade — ou, pelo menos, de uma nova sensibilidade — que abria as portas para o transcendentalismo, para as religiões orientais como o budismo e o zen-budismo, para uma nova percepção da realidade dada pelo uso de drogas lisérgicas e potencialmente alucinógenas; fascínio de algumas experiências e vitórias comunistas da época; especialmente Cuba, China e o Vietnã; a possibilidade de contestação do comunismo soviético, como ocorreu na Primavera de Praga, em 1968, na Tchecoslováquia (ARAÚJO, 2000, p. 16).

Apesar de reunirem elementos muito diferentes, até dispares, essas quatro dimensões de transformações em curso, vivenciadas pelos militantes, demonstravam uma visão de transformação global e radical da sociedade que escaparia dos vícios tanto do capitalismo quanto do socialismo soviético.

Em perspectiva, essas quatro “revoluções” realizariam o sonho possível de um

[...]socialismo genuíno, não-corrupto, não-tirânico, não-stalinista, ultrademocrático. A triste e velha escolha entre uma civilização democrática, no Ocidente, que parecia ter vendido sua alma para o capitalismo e uma civilização soviética, no Leste, que certamente perdera sua alma para a burocracia, finalmente parecia superada. E uma nova alternativa para a humanidade parecia estar bem próxima (BERMAN, 1996 apud ARAÚJO, 2000, p.16).

Araújo enfatiza o quanto essa descrição consegue ser viva e fiel à época, ao espírito contestatório, que se originou em 1968 e se espalhou por toda a década de 1970, movido pela ideia de uma revolução com novo sentido e novo conteúdo. Politicamente, a ideia expressou-se

numa militância muito marcada pela dissidência e pela heterodoxia. A princípio, surgiram no mundo todo organizações dissidentes das matrizes comunistas dos partidos comunistas oficialmente organizados nos países. Seguido a essas dissidências, a criação de movimentos políticos peculiares, que ficaram conhecidos como movimentos alternativos, reunindo grupos específicos tais como os movimentos indígenas, de mulheres, de negros, de homossexuais.

A autora exemplifica que este foi um fenômeno mundial e cita alguns grupos e publicações que ilustra o que foram essas novas esquerdas dissidentes, nos Estados Unidos surgiu a *New Left*; na França, a *Gauche Proletarienne*; na Itália, *Il Manifesto* e *Lotta Continua* — grupos que faziam uma forte crítica aos partidos comunistas dos quais se originaram. A estes exemplos podemos somar outros, situados em mais largo prazo, por integrar também, grupos anteriores a 1968, mas que somam com esse espírito de época. São correntes e agrupamentos que vão influenciar o pensamento e a cultura de grande parte da nova geração militante pós 1968, assim como reconfigurar a esquerda socialista, o que convencionou-se chamar de nova esquerda. São práticas e ideias que repercutem nas formas de organização, ação e estratégias, afirma Araújo.

Estas novas esquerdas expressaram-se em tradições políticas diversas, como já apontado, entre elas citamos algumas: os anarquistas; a Internacional Situacionista; o autonomismo do grupo da Revista Socialismo ou Barbárie na França; a já citada Nova Esquerda na Inglaterra, identificável pelos seus clubes ou círculos de cultura e Revista Nova Esquerda (NLR – New Left Review); o existencialismo do círculo articulados em torno da figura de Sartre, na França, e a ação de apoio e participação nas lutas anticolonialistas, principalmente na África; no movimento cultural participante da Primavera de Praga na defesa de um socialismo humanista e democrático; nos grupos pacifistas na Europa que atuaram contra a corrida armamentista e de instalação de usinas de energia nuclear, atuando pelo distencionamento da guerra fria; os comunistas radicais e autonomistas, críticos ao stalinismo soviético, que se reuniam nos grupos trotskistas, maoístas, espartaquistas, operismo - Grupo Sabotagem da Itália (INTERNACIONAL SITUACIONISTA, 2002; MATOS, 2008; SOLIDARITY, 2003; MARK, 2005; CLAUDIN, 1983; ALI, 2008; BADIOU, 2012a, 2012; BARTRA, 2012a; TRONTI, 2012).

Complementar ao quadro do campo da nova esquerda na Europa, apresento componentes do que constituiu a nova esquerda nos EUA. Aí destacaram-se: o movimento de contracultura representado pelos hippies, a luta das feministas, as mobilizações estudantis do SPD – Students for a Democratic Society, seja na luta antirracista no Sul do país, seja na luta

contra a ocupação militar e contra a guerra no Vietnã, assim como ao alistamento forçado dos jovens, pelo distencionamento das relações com Cuba, em apoio as guerrilhas latino americanas, legitimadas pela figura heroica de Che Guevara; a luta contra o racismo e pelos direitos civis, inicialmente movidas por estratégias de ação não violenta, liderada por Martin Luther King, depois de enfrentamento armado a repressão policial, liderada pelo movimento dos Panteras Negra (ROSZAK, 1972; SOUZA, 2009).

Assim, conformava-se internacionalmente uma cena política de esquerda alternativa. Essa cena não era de todo homogênea, por exemplo, organizações dissidentes diferiam de movimentos feministas, mas estabeleciam diálogo, pontos de contato e atividades em conjunto. Havia em comum a crítica ao comunismo, aos partidos comunistas tradicionais, e a incorporação de novas ideias e práticas sugeridas pelos movimentos de 1968. Ao longo dos anos 1970 desenvolveu-se, portanto, na esteira da experiência política da década anterior, uma militância marcada pela noção de dissidência, de heterodoxia e pelo signo do alternativo, afirma Araújo.

As lideranças das organizações de esquerda alternativa que dirigiram os movimentos de jovens radicais em todo o mundo em 1968 e ao longo de toda a década de 1970 tinham, em sua maioria, *um passado de ligação e rompimento com os partidos tradicionais de esquerda — comunistas ou socialistas*. A maior parte delas já havia militado nesses partidos, tendo rompido com eles ou sido expulsa (ARAÚJO, 2000, p.35).

Considero que a movimentação mundial de 1968 construiu uma corrente contra cultural, com fortes traços que conformam o que vou chamar aqui de autonomismo em um sentido mais amplo, que influenciou a época a emergência de movimentos sociais na Europa, Estados Unidos, Ásia e América Latina. Este *caldo cultural* participou nas formas de expressão e organização da onda de protestos, com o desenvolvimento de um pensamento autonomista, que reivindicava, para o funcionamento do Estado e da sociedade, menos hierarquia, que viveu experiências comunitárias e organizativas baseadas em relações sociais e de poder mais horizontais e de ação direta no enfrentamento ao Estado.

Foi um movimento geracional da juventude, em especial estudantes, que em um processo de revolução política e cultural se insurgiram contra costumes e estruturas de poder das democracias liberais e do que chamavam de Estados burocráticos e autoritários do socialismo real. Se insurgiram também contra as formas autoritárias e burocráticas dos partidos e dos sindicatos, de ideologia socialista e comunista, por seu caráter hierárquico, legalista e passivo na realização do programa declarado, que se reivindicavam representantes únicos dos trabalhadores e sujeitos exclusivos das transformações políticas e sociais.

Nesta tradição política cultural herdada dessa época estão intelectuais e movimentos sociais que se vinculavam ao debate do anticolonialíssimo, materialismo cultural, existencialismo, teoria crítica ou marxismo ocidental, e atuavam como movimento social ou como organizações de esquerda junto a grupos de operários autonomistas, estudantes, feministas, antirracistas, pacifistas e ambientalistas. Uma característica marcante desses agrupamentos ou correntes estava na forma de atuação mais horizontal, no combate a burocracia das organizações de esquerda e do Estado, na autogestão operária, na revolução sexual e na adesão a contracultura. Eles agrupavam, como participantes, estudantes, intelectuais, artistas, operários, sendo também mulheres e pessoas negras.

A discussão sobre o impacto prático e teórico de maio de 1968 será feita a partir do debate sobre as ondas de mobilização que ocorreram no mundo a partir deste período, no capítulo seguinte.

Após abordar um primeiro ciclo de protesto nesse capítulo, pelas razões que expus – ele é um ponto de inflexão histórico –, chamo atenção para o fato de que, nessa recuperação da memória dos ciclos anteriores a 2008, darei no próximo capítulo, uma atenção especial ao ciclo dos movimentos antiglobalização¹⁰, pelas suas características, que evocam comparações com o ciclo de 2011. No entanto, registro também a passagem pelas mobilizações ocorridas em fins dos anos 1980 e início de 1990, no Leste Europeu, que resultou no desmonte da União Soviética, e, que teve por símbolo maior a derrubada do muro de Berlim e a crise do socialismo real. Esse período não terá a mesma atenção dos outros, ele será explorado mais em suas características e influências nos tipos de protestos e movimentos, no capítulo três, enfocando menos os acontecimentos do Leste e mais o que marcou, nessa época, os movimentos sociais e protestos no Brasil e na América Latina.

¹⁰ A antiglobalização é o ciclo de protestos que inicia com a *batalha de Seattle* tendo continuidade na realização dos Fóruns Sociais Mundiais. Além da expressão antiglobalização, este movimento é nomeado de diferentes maneiras, a depender da ênfase que pesquisadores ou ativistas querem dar ao movimento: alterglobalização, justiça global, movimento dos movimentos, antissistêmico. No próximo capítulo trato esse movimento como um dos ciclos de protesto. Adianto aqui a concordância com Bringel e Muñoz (2010) quanto a adoção da nomeação de movimento antiglobalização. A razão dessa escolha “é justamente a oposição à globalização capitalista o nexo de união de tamanha heterogeneidade e não a necessidade de reformá-la (opção de somente alguns setores) ou de lutar por um determinado modelo de nova ou outra globalização, terreno em que não há nenhum tipo de consenso” (p. 30).

2. CICLOS DE PROTESTOS NO MUNDO PÓS 1968: DEMOCRACIA E SOCIALISMO, GLOBALIZAÇÃO, ANTIGLOBALIZAÇÃO E CRISE MUNDIAL

Em muitas partes da América Latina, aparece a referência ao outro mundo possível com um nome que efetivamente se coloca no lugar do que era o socialismo como meta anteriormente. Fala-se agora da sociedade na qual caibam todos os seres humanos, mais igualmente a natureza externa ao ser humano. Trata-se ao mesmo tempo da concepção de um mundo no qual cabem muitos mundo e diferentes culturas [...]. Um projeto correspondente de uma sociedade na qual caibam todos não pode ser nunca um projeto definitivo de instituições definitivas. Contudo deve executar em forma de projeto uma transformação tal das instituições, do sistema de propriedade e do sistema de mercado bem como do Estado, de modo que deem lugar a todos. Tal projeto de transformação não é um programa de governo, mas o projeto em função do qual se devem e se podem exercer pressões para se chegar a negociar programas de governo que assuma o projeto em geral ou parcialmente [...]. É importante ter consciência do fato de que se precisa conceber projetos de transformação, apesar de serem de fato impossíveis. O impossível de fato devemos torná-lo possível. Entretanto só podemos tornar possível um projeto concebido antes de empreender sua realização. O que não foi pensado e concebido tão pouco podemos torna-lo possível; embora o fato de termos concebido uma solução de nenhum modo garante a sua realização.

Franz J. Hinkelammert

No desenvolvimento deste capítulo discorro sobre as ondas de protesto mundiais que eclodem pós 1968 para criar condições para reflexão sobre o ciclo de protesto, em 2013, no Brasil. Encerrando o capítulo, resgato nas características dos protestos e movimentos que serviram de subsídio, enquanto referências comparativas, para operacionalização da análise do material empírico e bibliográfico, tendo por foco a categoria mais geral de *militância autonomista*.

Tomar o ciclo de 1968 como momento de inflexão na história e teoria de movimentos sociais permite discutir as continuidades e discontinuidades do seu ideário e de seus repertórios nos ciclos subsequentes. A seguir, apresento algumas informações e marcos históricos sobre os ciclos de 1989, que tem como momento forte a queda do muro de Berlim; sobre ciclo reconhecido como do movimento antiglobalização, que ficou delimitado pela realização dos Dias de Ação Global e do Fórum Social Mundial; e a onda mais recente que tem como processos distintivos os movimentos da primavera árabe, indignados e *occupy*.

2.1. A queda do muro de Berlim

Passado o ciclo de 1968, junto com sua herança e a força da globalização na transição entre a quinta e a sexta onda, como apresentado por Therborn (2013a), com a crise política crescente da União Soviética e do conjunto do bloco de países do Leste europeu, registra-se um grande levante na Alemanha Oriental, que resulta na queda do muro de Berlim. O que aconteceu em 1989? Tilly e Wood (2010) responde em poucas palavras, ressaltando alguns acontecimentos emblemáticos do ano: florescimento do movimento Solidariedade na Polônia, instauração de um sistema político eleitoral na maioria dos regimes Europeus de socialismo de Estado, um aparente processo de democratização em regimes autoritários rígidos como o albanês, assim como, uma série de mobilizações que levam, entre outras coisas, à queda do muro de Berlim, a manifestações de massa em Budapeste, Berlim e Praga, e a uma mistura de movimento social e guerra civil na Romênia.

E para ele, o mais surpreendente de tudo, durante um mês, estudantes, trabalhadores e moradores de Pequim tiveram um certo controle dos espaços públicos do centro da cidade, conseguindo conter o exército em alguns momentos, até que uma intervenção militar como operação de guerra ocorresse para reprimir os protestos, terminando num grande banho de sangue, em 4 de junho – episódio que ficou conhecido como o massacre da Praça da Paz Celestial. Por fim, a Iugoslávia começou a ruir diante das demandas das diferentes repúblicas federadas, que exigiam autonomia e mudança de regime. Um ano denso de acontecimentos políticos, marcados por grandes protestos e confrontos políticos entre manifestantes e governos nacionais, ou entre facções dentro dos Estados nacionais, movidas por insatisfações étnicas herdadas do passado de unificação dessas repúblicas.

Identificada a densidade histórica do ano de 1989, para melhor localizar elementos que ajudem a perceber a dinâmica histórica em que ocorrem os protestos e atuam os movimentos, nos anos que o antecedem, observando o Leste europeu, disponho alguns dados e reflexão de Eley (2005), em obra que escreve uma história social da esquerda na Europa, entre os anos 1850 a 2000. Com essa contextualização histórica trago informações sobre os cenários e os agentes que atuaram nesses acontecimentos. Inicialmente, limito a discussão ao processo vivido na União Soviética, com as reformas que Gorbachev buscou empreender no sistema político e econômico desta e do bloco dos países do Leste Europeu, o que termina por levar a desagregação das Repúblicas da União Soviética, na sequência retomo a queda do muro, pinçando a ocorrência de alguns protestos e características de movimentos sociais que estiveram

presentes nesse cenário.

No início da Guerra Fria, a União Soviética abalou a esquerda da Europa Ocidental e gerou rompimentos, com forças que se alinhavam até então a ela. Sua política conflitava-se com o parlamentarismo socialista, e sua atuação seguia padrões que evocavam um cenário de ditadura e dominação policial, originando com essa imagem uma crise desastrosa para a credibilidade moral do socialismo. Em 1956 e nos anos seguintes, os socialistas ocidentais viviam se desculpando pelo comportamento soviético. A invasão da Hungria e da Tchecoslováquia, fez que o mal-estar dos comunistas da Europa Ocidental se transformasse em decepção ainda maior.

Outra contradição da política da União Soviética, que Eley aponta, é a de que ao mesmo tempo que oferecia recursos para Cuba e outras revoluções no Terceiro Mundo, dava um tratamento aos dissidentes que desrespeitava qualquer direito civil, seja no interior do próprio país, como em toda Europa Oriental. Nesse ímpeto autoritário, ela sufocou pela repressão direta experiências de democratização socialista de três significativos e fortes movimentos de reforma que se desenvolviam - a Revolução Húngara (1956), a Primavera de Praga (1968) e o Solidariedade na Polônia (1980-81). Essas intervenções produziram muitas dissidências no interior dos partidos comunistas dos países da Europa Ocidental, ao mesmo tempo que enfraqueciam a força de sua proposição e atração de novos militantes. Por contraste essa política soviética virava uma arma da direita contra a esquerda em toda Europa.

Tal política sofrerá mudanças importantes entre 1985-86. Brejnev morre em novembro de 1982, ele ficou 18 anos no poder da União Soviética, e era conhecido pelo seu extremo conservadorismo, que dava forma a política descrita antes. Substituído por Iuri Andropov e Konstantin Chernenko, com a morte deste último em 1985, assume Mikhail Gorbachev, membro mais jovem e dinâmico da cúpula do partido, já indicado antes para o cargo por Andropov, por seu perfil reformador. De fato, Gorbachev vai dar início a um programa de condução do comunismo soviético para um futuro modernizado, que acabou levando-o a sua implosão.

Gorbachev foi o primeiro reformador autêntico desde Krushev, afirma Eley, ele vai renovar significativamente as posições ocupadas nos espaços de poder no partido e no governo. De forma cautelosa, acumulando forças e se legitimando para o cargo que passou a ocupar, no Congresso do partido em março de 1986, ele incorpora em seu discurso uma nova retórica de aprofundamento da democracia socialista. Foi durante esse Congresso que Gorbachev lançou os slogans definidores de sua plataforma de governo, que ficaram muito conhecidos no mundo

todo, a perestroika, que pode ser entendido como reestruturação ou reforma radical, e glasnost, que significa transparência, combate a corrupção e a burocracia. Depois de anos de descrédito dessa instância de poder, era difícil a população levar a sério aquela retórica. Mas Gorbachev refirmou os seus propósitos daí em diante.

No entanto, tinha uma questão de fundo, como tirar a economia da estagnação. Existia um funcionamento cronicamente deficiente da economia dirigida que se confundia com as duras condições de vida da população, o que ia desde o racionamento de alimentos e outras carências, até a deterioração dos serviços, piora da saúde e da mortalidade. Era difícil diante de tais condições criar um sentido necessário de urgência, que desse o poder que Gorbachev precisava para realizar as reformas radicais pretendidas. Tinha também uma questão política de fundo, como remover as camadas acumuladas de letargia e corrupção em que a burocracia econômica se havia enterrado.

Diante dessas dificuldades ele teve que libertar a esfera pública das amarras dos controles estatais absolutos. Vai designar editores liberais para os jornais, encerra a censura, as artes são liberadas, a história é desenterrada, ativa-se a vida pública. Gorbachev recebe dissidentes que saíam da prisão ou voltavam do exterior. Enfatizava os valores humanos comuns, a soberania de Estados independentes, reconhece o Tratado de Genebra, e as tropas soviéticas saem do Afeganistão em 1989. Rompendo com a política bélica anterior e tomando atitudes concretas de retirada de tropas de países sobre intervenção, ele termina por receber em 1990, o prêmio Nobel da Paz. Essa política do líder da União Soviética vai repercutir no sentido de reforçar lutas democráticas que vinham ocorrendo em todo o Leste europeu, o que retornava para Gorbachev na forma de pressão interna da burocracia que temia a perda do controle político dessas reformas e das insatisfações populares que já vinham se manifestando.

Um exemplo disso ocorreu no verão de 1987 com protestos que saudaram o aniversário do Pacto Nazi-Soviético de 1939, que havia levado a tomada de Lituânia, Letônia e Estônia pelos soviéticos em agosto de 1940. E no outono de 1988 ‘Frentes Populares’ exigiam a independência nacional dos três Estados. Cada um dos três Sovietes Supremos declarou sua própria soberania, assim, as Frentes Populares junto com os PCs bálticos, em 1989, se desligaram do PCUS. Em fevereiro de 1989, ocorreram grandes manifestações pela independência na Geórgia, no aniversário da anexação da república pelos soviéticos em 1921. E os exemplos podem ser multiplicados.

Mudanças dessa magnitude na periferia exigiam decisões no Centro, mas as intenções de Gorbachev evoluíam aos saltos. Ao recrutar novos líderes, liberando o fluxo de ideias e abandonando a mentalidade de cerco da Guerra

Fria, ele esperava levar o PCUS em direção a uma Primavera de Praga soviética, inspirando pelo caminho a confiança popular. Mas era difícil induzir o Estado-partido a agir, depois de décadas de acordos e dissimulações. Para quebrar a inércia do Partido, a sociedade tinha de se colocar ela em movimento. Se os comunistas não queriam ir até as montanhas, as montanhas seriam trazidas aos comunistas. Mas Gorbachev ainda precisava do Partido. A dialética de partido e sociedade deveria recarregar o primeiro, concentrando as esperanças da sociedade numa ação revitalizada de mudança. Mas a sociedade estava descobrindo seus próprios interesses e capacidades multivariados. Com tanto incentivo - liberação do debate, remoção dos tabus, exposição do passado e capacidade de falar o que não se podia falar -, tornou-se inevitável um novo pluralismo. Enquanto Gorbachev tentava canalizar energias, a sociedade civil buscava suas próprias formas (ELEY, 2005, p. 502-503).

Gorbachev convocou em 1988 um Congresso para impulsionar e promover a democratização da vida do Partido e da sociedade como um todo. A reunião expôs em público as divisões do Partido, nessa ocasião ele propôs que se tivesse um Congresso eleito de Deputados do Povo. A eleição do Congresso, em março de 1989, se transformou em momento alto dos anos Gorbachev. Foi um momento de autêntica democracia popular. Ela deu início a formação de partidos, reunindo os movimentos informais que se constituíram entre 1986 e 1987, embriões do que serão os partidos em 1990-91. O Congresso foi realizado diante das câmaras de televisão durante 12 dias de debates livres. O efeito foi um processo de dissensão pública. Desse percurso e das reformas institucionais, Gorbachev, com adoção de eleição para o Congresso do Povo, foi indicado para ser o presidente. No entanto, no comando do forte partido comunista da Rússia, e portanto, no comando dessa república, com todo o poder que representava nessa geopolítica, emergiu a liderança de Boris Yeltsin, que fazia oposição a Gorbachev.

Em 1989, a disposição de mudança ultrapassou a capacidade de controle do partido-Estado e seu líder, o poder se deslocou para as ruas, as repúblicas nacionais, e os fóruns que se reuniam em salas transformaram-se em organizações políticas e sociais independentes. Gorbachev, apesar desse clima político em ebulição e das pressões internas que recebia, seguiu com suas reformas negociando adequações com redução de poder da União no novo formato de federalismo constitucional em torno das repúblicas, rompendo com a tradição comunista. Conseguiu aprovar um amplo programa socialdemocrata em 1991, num formato híbrido entre uma economia mista e um socialismo de mercado.

A crise se aprofundou, e novos arranjos institucionais e políticos se desenharam, fazendo emergir novas lideranças que passam a dividir a cena, recompondo campos de alianças políticas no interior do sistema, que não permitiam as reformas ir tão longe quanto pretendidas

internamente, nem tinham a legitimidade para manter a união das repúblicas, frente a explosão de insatisfação e fragmentação dos interesses, assim como o peso dos ressentimentos da história de anexações e subordinação política.

Tais reformas não foram suportadas pelas burocracias das repúblicas contrárias as reformas implementadas por Gorbachev, e tentaram a realização de um golpe contra ele, que não foi bem-sucedido – não contou com apoio do exército nem da KGB. Mas esta tentativa, de alguma forma, ajudou para o desfecho da implosão da União das Repúblicas Soviéticas. Ele se recusou a aceitar o golpe e contou para isso com o apoio da república russa, que acionou o poder que detinha.

Dramaticamente, Yeltsin postou um tanque diante do Parlamento russo, denunciou o golpe e convocou o povo para a defesa da democracia. Multidões enormes responderam. No dia seguinte, o golpe morreu e Gorbachev voltou a Moscou. Ele condenou o golpe e aplaudiu a resistência de Yeltsin. Renunciou a Secretaria do PCUS e solicitou ao Comitê Central sua dissolução. O PCUS foi suspenso e seus bens confiscados. O vencedor não foi Gorbachev ou seu projeto de perestroika - uma União Soviética democratizada e um PC revivido, reinventado como partido socialdemocrata comprometido com o socialismo de mercado - mas Yeltsin e a república russa. Gorbachev perseguiu obstinadamente a quimera de um Tratado da União viável, mas a base havia se evaporado. Durante o golpe, as repúblicas do Báltico foram acompanhadas pelas outras na independência completa - Ucrânia (24 de agosto), Bielo-Rússia (25 de agosto), Moldávia (27 de agosto), Azerbaijão (30 de agosto), Uzbequistão (31 de agosto), Quirguistão (1 de setembro), Tajiquistão (9 de setembro), Armênia (23 de setembro), Turcomenistão (27 de outubro) e Cazaquistão (16 de dezembro). Moscou tinha agora dois executivos rivais - Gorbachev, [...] e Yeltsin [...]. Em 8 de dezembro, Yeltsin se juntou a Ucrânia e a Bielo-Rússia para formar uma Comunidade de Estados Independentes (CEI). Onze repúblicas (com exceção da Geórgia e das bálticas) assinaram a declaração de adesão em Alma Ata. Em 25 de dezembro de 1991, Gorbachev renunciou a Presidência da União Soviética, que havia deixado de existir (ELEY, 2005, p. 505-506).

Volto aqui ao episódio, dentro dessa onda de revolução e onda de protestos, na qual se insere a queda do Muro de Berlim, no Ocidente, que foi a imagem mais divulgada pela mídia corporativa, simbolizando a queda do comunismo e alardeando um certo discurso ideológico de fim do socialismo real e de fim da história. A quebra do muro por manifestantes, ocorreu em novembro de 1989. Lowy (2009) narra esse acontecimento, chamando atenção para o quanto as repúblicas do Leste europeu, em especial, a Alemanha Oriental, tornou-se um símbolo, do autoritarismo burocrático nos países do Leste. Isso era representado pela construção de um muro que dividia a cidade de Berlim em duas, desde 1961, sendo vigiada dia e noite por seguranças armados e cães policiais. O objetivo era impedir a todo custo, matando se necessário, que os cidadãos de Berlim Oriental passassem para "o outro lado".

E continua Lowy,

Em 1989, está longe a Berlim espartaquista insurgente de 1919. A burocracia "socialista" dos herdeiros de Stalin havia confiscado e trancafiado a revolução atrás de um muro. Mas o regime está em crise, a nova direção soviética (Gorbatchev) não apoia mais Honecker e o povo sai às ruas. Uma multidão tranquila, que não tem medo e sabe o que quer: democracia, eleições livres, abertura das fronteiras. Homens e mulheres, operários e intelectuais, estudantes e aposentados marcham lado a lado nas manifestações, sorridentes, irônicos e irreverentes. O combate é dirigido contra o stalinismo e o "stasinismo" — termo derivado do nome da temível polícia política, a Stasi [...], cujo enterro se deseja realizar o quanto antes.

Enquanto o regime burocrático, desesperado, tenta ganhar tempo, a multidão passa ofensiva e ataca o símbolo do poder autoritário, a barreira que corta a cidade em dois, o obstáculo que impede a livre circulação das pessoas: o muro. Rapidamente, mãos armadas com alicates cortam os arames farpados, enquanto outras, munidas de picaretas, abrem buracos. Em algumas horas, segmentos inteiros do muro ruem e as pessoas podem passar, ir e vir livremente (LOWY, 2009, p. 529).

O que encadeou os acontecimentos do período ou como chegou-se ao ato de derrubada do muro em Berlim? Como surgiram, se organizaram, se expressaram os manifestantes, dentro desse ciclo de protestos?

Discurso mais sobre esse evento trazendo alguns dados e reflexões de Eley (2005). Para ele os acontecimentos de 1989 são comparáveis às revoluções do Centro-Leste da Europa de 1918, como aquelas, estes criaram soberanias nacionais partir de um sistema imperial decaído, e de alguma forma, foram ofuscados pelos acontecimentos na Alemanha, que vão ter implicações para as novas democracias no Leste. As revoluções demonstraram um padrão comum, substituição dos governos comunistas de partido único e de economias dirigidas por democracias multipartidárias e capitalismo de mercado, baseados na propriedade privada e no império da lei. As transições revolucionárias, através das quais os comunistas entregaram seu monopólio, resultaram em parte do fato de pertencerem todas ao Pacto de Varsóvia e dos circuitos regionais de oposição que surgiram aí na década de 1980. Mas também resultaram da revolução das comunicações de 1968, que possibilitaram acesso as imagens dessas revoluções pela televisão.

Em outubro de 1989, a Europa Oriental estava à beira da revolução. O novo internacionalismo de Gorbachev, de distensão com o Ocidente, e suas reformas de liberalização das instituições políticas no sentido da sua democratização e transparência em seu funcionamento administrativo, desestabilizava o funcionamento do centralismo soviético e o funcionamento das burocracias dos

partidos comunistas do bloco. Em Berlim Oriental, nas festividades do quadragésimo aniversário da República Democrática da Alemanha - RDA, Gorbachev fez críticas à direção do partido e ao governo, fato que estimula a manifestação pública de insatisfações com o sistema. De certa forma isso desmoraliza o partido. Próximo a esta data, em 7 e 8 de outubro, manifestações foram duramente reprimidas em todo o país. Mas no dia seguinte, ocorreu a manifestação semanal que ocorria em Leipzig. Estas manifestações semanais iniciaram-se a partir do 1982, em pequenas reuniões em favor da paz em uma Igreja, elas haviam se massificado entre 4 de setembro e 2 de outubro, contando com um comparecimento de 15 mil manifestantes. Com a decisão de realização de nova manifestação desafiando a repressão do dia anterior, gerou-se um receio de que se repetisse o que foi a repressão aos estudantes na China, mas o número de participantes subiu para 70 mil. Após negociações mediadas por personalidades do mundo das artes e da religião, a manifestação decorreu sem incidentes.

O governo queria endurecer contra essa onda de protestos e manifestações públicas, mas também tinham dificuldades internas quanto a como lidar com essa situação, lhes faltavam uma liderança aberta às reformas propostas pelo líder soviético. Em 18 de outubro, a oposição havia crescido maciçamente e se cristalizava em novas organizações, desde um partido social democrata até uma grande variedade de esquerdas, redes feministas e democráticas. Os protestos adquiriram enormes dimensões, afetando a maioria das grandes cidades e mesmo localidades menores no final de outubro, se espalhando pelas universidades, fábricas e por toda a paisagem institucional da RDA. As ações semanais em Leipzig, tornaram-se uma referência para a onda de luta democrática nesse contexto, de 110 mil manifestantes em 16 de outubro, mais de 225 mil se reuniram uma semana depois e meio milhão em 6 de novembro. Contemporaneamente a essa movimentação crescente observada, no dia 4 de novembro, em Berlim Oriental, um milhão de pessoas se manifestaram por democracia, liberdade de expressão, direitos humanos, mudança do governo e renovação socialista. Enquanto a cúpula do partido tentava reorganizar o seu governo, ia fazendo concessões às pressões da sociedade, criando uma esfera pública e criando nova lei de viagens, mas os mecanismos locais do Partido não conseguiam implementar essas medidas de reforma. Em 9 de novembro, cai o Muro de Berlim.

Esses acontecimentos foram revolucionários. Protestos populares ocorreram em outros países, e como na Alemanha, cresceram até se transformar em desafio a esses governos. Assim, os movimentos sociais conseguiam conter ou mesmo desmontar a máquina de repressão do Estado, fazendo com que os regimes e seus seguidores fossem paralisados, provocando a composição de um novo governo que se comprometesse com a realização de eleições livres e com uma transição democrática. Com o processo de reestruturação da União Soviética, conduzida para uma democratização não especificada, abriu-se espaço para transições negociadas na Polônia e na Hungria. Uma sociedade civil organizada surgia na Hungria e existia um processo já adiantado na Polônia com a organização do Solidariedade. Mas, com a derrubada do governo da RDA, por um levante de massa, esse novembro de 1989, fez que os processos políticos de oposição ocorridos nas salas de comitês saíssem para as ruas. Em novembro-dezembro de 1989, uma reação revolucionária em cadeia levou a democracia para a Europa Oriental. Eley descreve os processos ocorrido nos países e indica os elementos que constituíram transformações estruturais, no arcabouço institucional, na vida política e cultural desses países.

a paisagem institucional foi reconstruída; e o império da lei foi estabelecido, com a independência do Judiciário, o controle da polícia, a força dos contratos, a segurança da propriedade e a proteção das liberdades civis. Criaram-se as esferas públicas. Refizeram-se as normas da vida pública. Mudanças institucionais dessa magnitude criaram condições para profunda reforma cultural, com implicações em todas as esferas - alta cultura e artes, entretenimento e recreação, cultura popular, vida associativa, formas de família, sexualidades, educação, intercâmbio intelectual e a textura geral da linguagem pública. Na Europa Oriental, tornou-se possível falar, escrever, agir e pensar de formas diferentes (ELEY, 2005, p. 510).

Eley chama atenção que as mudanças ocorridas não vieram só das cúpulas dos governos, de cima. Vieram mudanças de baixo, dos movimentos e da sociedade. A demanda de pluralismo tinha vindo daí e pressupunha uma auto-organização da sociedade em contraposição ao estado-partido. O Solidariedade polonês em 1980-81 foi uma dessas expressões organizada dessa autonomia, tornando-se mesmo contra hegemônico no sentido gramsciano. Para Eley, a militância coletiva dos trabalhadores poloneses deu condições para que as forças sociais mais abrangentes se unissem numa ética da recusa. Reformadores anteriores já haviam atuado nas próprias instituições partidárias, nas universidades, nas comissões de política e em revistas, fazendo ligações com a liderança, e não conseguiram. Foi esse o modelo, tentado em 1956 e 1968. Ele salienta ainda, um outro elemento histórico comparativo, baseado no exemplo polonês, que é elucidativo para uma melhor compreensão desse processo político e da inter-

relação entre os ciclos de protesto. Lembra que as derrotas violentas e a normalização da repressão soviética e do partido comunista polonês, entre de 1968-73 na Polônia, na Iugoslávia e na Hungria, assim como na Tchecoslováquia, esgotaram a credibilidade do comunismo.

Esse é o ponto de viragem, a partir daí a oposição passa a uma atitude de intervenção, de não-cooperação e de confrontação, ou antipolítica. A ação da oposição desloca-se do Estado-partido e volta-se para sociedade. A atuação passa a ser no campo da "sociedade civil", organiza-se fora das estruturas partidárias ou governamentais. A forma privilegiada de organização mais comum no conjunto dos países onde ocorreu as revoluções, foi o

‘Fórum’ - uma frente ampla informal, apressadamente improvisada, formada principalmente por intelectuais, com apoio popular indefinido e não representativo em qualquer sentido de procedimento democrático. Quando começavam as conversações, quem se sentava a mesa eram esses comitês auto constituídos, e não partidos organizados com filiação e programa. Essas mesas redondas eram muito ambíguas. Eram em pane confrontações de opostos inconciliáveis: Estados-partidos corruptos e antidemocráticos a enfrentar sociedades civis revividas, onde era possível dar nova base a democracia, as locais de uma ‘pólis paralela’. Nesse caso - como um desafio da ética ao poder parecia não haver soluções de compromisso. Ainda assim, essas mesas redondas foram veículos de notável sucesso para a transição imediata (ELEY, 2005, p. 511).

As oposições se mostraram negociadores endurecidos. Muitos queriam que a oposição não se desenvolvesse em partidos. A questão era falar aberta e eticamente em nome da sociedade civil, chamando os governantes a se justificar moralmente: a qualidade geral do "movimento" de oposição parecia ser seu melhor patrimônio, que se perderia se os “fóruns” se transformassem em partidos tendenciosos. No entanto, assinala Eley, a reconstrução do "civismo" da sociedade por meio de uma ética de responsabilidade, pela perpetuação de movimentos como o Fórum Cívico ou o Solidariedade, nessas revoluções fracassaram, foram absorvidos pelo processo de institucionalização democrático liberal, dos países das democracias capitalistas, em poucos casos influenciados por uma terceira via socialdemocrata, sofrem forte influência da onda da globalização e de seu modelo neoliberal.

O que essa onda de protestos e ação de movimentos sociais, nesse processo de crise do socialismo real traz para nossa reflexão? Um elemento que se destaca é a emergência da categoria sociedade civil, como espaço de resistência a partido-Estados, e a sua forma de organização em fóruns que reuniam intelectuais, artistas, dissidentes do partido, assim como segmentos de igrejas, universidades, jornais. Como pano de fundo temos protestos massivos e ações ligadas a destruição de símbolos, a exemplo da destruição do muro de Berlim e as

motivações de luta por liberdade de expressão e por democracia. Estando estas inseridas em um contexto de experimentos de realização de outras possibilidades da articulação do socialismo e comunismo com a democracia, sufocadas pela força da burocracia e autoritarismo, que já eram objeto de críticas no ciclo de 1968, talvez a principal, que incluiu movimentações também no Leste europeu, como a mais conhecida delas, a Primavera de Praga.

Essas experiências e repertórios de ação e confrontação política, serão retomados nos capítulos seguintes que incluem debate sobre o processo de democratização no Brasil, na transição de regime autoritário e ditatorial para democracia. A reflexão sobre os ciclos de protestos que acompanham o processo de democratização no Brasil remete ao regate aqui realizado em torno da queda do muro de Berlim, e ao debate geral sobre processo semelhante ocorrido no Leste europeu, assim como na América Latina, sobre a agência da sociedade civil ou dos novos movimentos sociais nessas transições.

Estes aspectos se vinculam à reflexão sobre a militância e os ideários que permearam opções acerca de como enfrentar a crise e/ou substituição do horizonte de possibilidades de revolução socialista. No caso do Brasil, em um contexto de democratização, permeado para a esquerda, por uma concepção defendida de institucionalização de modelos de democracia popular, participativa e direta, como uma referência comum, mas que comporta diferentes caminhos, ênfases, graus de negociação ou rupturas com a institucionalidade anterior e de enfrentamento dos conflitos de poder a isso subjacente. Isso remete a seleção de elementos que possam ir construindo contornos para delimitação do que posso tomar como referência para a categoria militância autonomista.

É entre 1968 e a queda do muro de Berlim, o momento onde vamos encontrar o ambiente em que se desenvolve, e/ou se afirma mais amplamente, a noção de nova esquerda, a qual confunde-se com a noção de novos movimentos sociais. Ou seja, a nova esquerda inclui militantes e agrupamentos políticos, culturais e sociais, críticos e radicais, estando esses vinculados, próximos ou desligados dos partidos políticos institucionais, que chamam de esquerda tradicional – stalinista, autoritária, burocrática. Ou ainda, se vinculam ou estão próximas de organizações que se constituem como tendências políticas extraparlamentares, associações autonomistas, culturais, de formação política, quer sejam marxistas radicais ou ortodoxas, neomarxistas ou anarquistas. No caso da América Latina e Brasil, em especial, que será tratado nos próximos capítulos, conta-se também com os agrupamentos de cristãos de base ligados à Teologia da Libertação.

Uma outra observação importante sobre os processos políticos desse período é quanto à diferença existente entre a concepção inicialmente gestada, nos anos 1970 e 1980, sobre a forma de intervenção e perspectivas políticas das organizações que se construíram autonomamente na sociedade civil, no Leste europeu e, em parte, da América Latina e Brasil. No Leste europeu predominou uma posição, que na luta pela democratização contra os regimes autoritários dos partidos-Estado, terminaram por aderir ao ideário liberal como alternativa política-ideológica de construção da democracia (WAINWRIGHT, 1998; BLACKBURN, 1993; SADER, 2006). Na América Latina e no Brasil, sofre-se uma influência da perspectiva de um marxismo crítico, seja ao modelo do socialismo real, seja do seu marxismo ortodoxo e da herança dos partidos comunistas dos respectivos países. A influência maior será de um certo marxismo ocidental expresso no pensamento de Gramsci, na teoria crítica da Escola de Frankfurt e do materialismo cultural dos historiadores marxistas ingleses, nas formulações de autonomismo marxista da França e Itália, do estruturalismo e pós-estruturalismo francês.

Essa observação é importante, para situar, neste trabalho, a coincidência do processo político de luta contra ditaduras e regimes autoritários, passado por uma dinâmica de fortalecimento da sociedade civil, gerando entre o Leste europeu e América Latina, diferentes tipos de ação política, organizações e perspectivas ideológicas culturais, como será analisado nos capítulos seguintes, acerca do Brasil.

2.2. Os Dias de Ação Global e o Fórum Social Mundial

Quais as interconexões que podem ser observadas entre os ciclos de protestos internacionais, passando pelas revoltas estudantis e operárias de 1968, pela queda do muro de Berlim e o desmonte da república da União Soviética em torno a 1989, como já visto, com processos políticos ocorridos a partir de meados dos anos 1990 e anos 2000? Como falou Denning (2002), antes, com o fim da guerra dos três mundos em 1989, resulta uma guerra global. A partir dos protestos em Seattle, em 1999, contra a OMC, fica nítido o surgimento da crise atual, uma era em que os três mundos parecem ter se tornado um só: a era da globalização.

Período marcado por uma forte intervenção das instituições financeiras mundiais com base na lógica econômica e ideológica neoliberal, que verá também, na entrada dos anos 2000, sinais de esgotamento da sua política. Mas, com a combinação da crise do Leste europeu e a política econômica neoliberal agressiva e intervencionista, assiste-se crescer a perda de credibilidade de governo e partidos políticos. O que gera, num primeiro momento, um processo

de democratização sob hegemonia de governos vinculados a história das ditaduras e interesses estadunidenses, que pesaram para instalação do ciclo de militarização e perda de soberania da política no subcontinente; ao que segue um momento de resposta frente às crises subsequentes, provocadas pelas medidas econômicas antipopulares. Refiro-me a eleição de governos de centro-esquerda em vários países.

Governos de centro-esquerda que têm características muito distintas quanto ao grau de ruptura com o modelo econômico anterior, ao espectro de alianças firmado para governar e à efetividade da participação popular – realidade essa que será abordada a partir de análise de contexto do Brasil, onde se discutirá o PT e o governo Lula-Dilma, a partir de chave de leitura que o situará na América Latina no ambiente de transição dos períodos 1980-1994 a 1994-2013.

Em tal panorama político gera-se instabilidade nos governos nacionais movida, em parte, por insatisfações com as políticas implementadas. Frente à flexibilização dos direitos e redução da capacidade de ação reguladora e distributiva do Estado, há redução da força de pressão dos sindicatos e têm-se a emergência da sociedade civil expressa pela atuação em ONGs. De igual importância é a emergência de novas organizações de movimentos sociais e a criação de redes e fóruns de articulação dos movimentos e das ONGs, estando essas iniciativas e ações inseridas em uma nova modalidade de ativismo global em suas intervenções políticas, sem que percam força as iniciativas locais.

O ciclo de protestos desse período, no Brasil, atravessa os governos de FHC e Lula-Dilma. Inserindo-se em um debate que discute se há ou não uma mudança entre o período FHC e Lula, de políticas neoliberais para políticas pós-neoliberais, sendo essa última uma opção da política do possível, que avança em medidas de combate à desigualdade social e constrói condições de afirmação de soberania nacional. Para uma maior compreensão da dinâmica deste período a partir do contexto nacional, ele será retomado em capítulo seguinte.

A luta antiglobalização se articula em alguns momentos com governos de centro-esquerda, mas têm princípios de autonomia que faz com que não incorporem os partidos em sua organização, senão como apoios ou convidados. Essa demarcação, como uma de suas características inovadoras, possibilita refletir sobre suas formas de protestar nas ruas, acampar, realizar assembleias, articular fóruns internacionais, assim como chama atenção para o tipo de militância ou ativismo que predomina no processo de convocação, organização dos eventos, articulação desses agentes e o tipo de expressão pública on-line ou no impacto cênico quando nas ruas.

Destaco, para exemplificar, os processos de mobilizações e protestos populares desencadeados na América Latina iniciado pelo levante indígena Zapatista no México, os Cocaleiros na Bolívia, indígenas no Equador e piqueteiros na Argentina, em fins dos anos 1980 e início da década de 2000 (SEOANE, 2003; SVAMPA, 2004; SVAMPA e PEREYRA, 2004; ZIBECH, 2007; PLAYERS, 2009), indo até a articulação de ações internacionais antiglobalização. No plano internacional, isso está representado pelos dias de ação global, no qual ativistas marcaram presença em protestos em momentos de reuniões de fóruns e cúpulas econômicas mundiais, manifestando-se contra acordos comerciais e medidas que aprofundavam ajustes econômicos neoliberais que agravavam a desigualdade social global e no interior dos países, restringido as soberanias nacionais, flexibilizando direitos sociais e do trabalho, ameaçavam o equilíbrio ambiental. Também está representado na articulação do Fórum Social Mundial, reunindo movimentos sociais, ONGs, centrais sindicais de trabalhadores, organizações camponesas de todos os continentes (DELLA PORTA, 2007; SANTOS, 2005).

Para ilustrar, e extrair os elementos necessários para nossa análise posterior, início a narrativa desse ciclo pelo Zapatismo, devido ao fato de que esse levante é visto como o detonador da ação global de luta coletiva contra o neoliberalismo, sendo ainda fonte de inspiração para o desenvolvimento e difusão de um pensamento autonomista peculiar e inovador. O levante zapatista soma-se aos atos de protesto contra a cúpula econômica do G7, à época, que têm seu ponto culminante na batalha de Seattle, e têm sua continuidade com um clamor por justiça global no Fórum Social Mundial. Além de que, essa ordem de apresentação dos movimentos, serve para facilitar a cronologia dos fatos.

Olhando nessa perspectiva, um dos principais eventos que iniciam o movimento antiglobalização é, ao que me parece, o levante zapatista no México, em 1994, no mesmo dia em que naquele país entrava em vigor o NAFTA – Tratado de Livre-Comércio da América do Norte. Apesar de ter menor força militar frente ao exército nacional, os zapatistas conseguiram que não fosse declarada uma guerra aberta aos territórios liberados pelo levante por parte do governo mexicano. Analistas indicam que isso se deveu à capacidade de angariar forte apoio na sociedade civil local e de inspirar a esquerda mundial, tendo um lugar protagonista na luta contra o neoliberalismo, a partir da mobilização do *I Encontro Intercontinental pela Humanidade e contra o Neoliberalismo* (1996) que precedeu e serviu de inspiração para o Fórum Social Mundial, a Ação Global dos Povos e a Via Campesina. “Se um evento realmente merece aparecer como pioneiro do ‘movimento antiglobalização’ esse evento foi o levante

zapatista”, afirma Ortellado. Ainda que seja preciso reconhecer que a ação de enfrentamento às medidas econômicas neoliberais que atingiam a população na Ásia, Índia, África e América Latina, iniciaram antes, em protestos realizados contra outras rodadas de negociação da OMC (ORTELLADO, 2005; DELLA PORTA, 2007).

Ortellado (2006) elaborou questões analíticas centrais para a reflexão sobre o Zapatismo e sua relação com os elementos da tradição marxista e da tradição autonomista, cuja noção me interessa apreender neste trabalho. Ele se pergunta, como a, mais ou menos anacrônica, guerrilha das Forças de Libertação Nacional - FLN dos anos 1980 se transformou no moderno Zapatismo do levante de janeiro de 1994? O Zapatismo subordinou o militarismo à ação política da sociedade civil, combinou a tradicional organização indígena com a democracia radical europeia, substituiu o materialismo marxista por um discurso político fundado na ética e, finalmente, e apareceu como a vanguarda do movimento “antiglobalização” na ênfase que dá aos novos centros de poder transnacionais.

Ortellado explica essa passagem de uma tradição a outra, do marxismo ao autonomismo. Originalmente a FLN, posteriormente EZLN – Exército Zapatista de Libertação Nacional, era um agrupamento marxista-leninista formado por militantes da classe média urbana, caráter partilhado por outros grupos guerrilheiros dos anos 1980. A decisão de subordinar a estratégia militar ao trabalho político se deveu à crença de que a insurreição libertadora não aconteceria no curto prazo. Essa estratégia foi aprofundada devido a gradual aproximação com as lideranças tradicionais das comunidades indígenas de Chiapas e foi consolidada com a reação da sociedade civil mexicana ao levante de 1994. Ao simultaneamente demonstrar apoio às reivindicações zapatistas e exigir o fim das hostilidades, a sociedade civil indicou que a consolidação e mesmo a sobrevivência do Zapatismo não poderia ser garantida militarmente, mas apenas por meios políticos. Assim, os zapatistas que já sabiam que não tinham meios militares para derrotar sozinhos o exército mexicano, perceberam que teriam o apoio de uma significativa parcela da sociedade mexicana, mas apenas na medida em que abrissem mão da via militar exclusiva, conclui.

De fato, nas negociações de paz entre o exército zapatista que tinha o controle da região de Chiapas e o governo nacional, foi o cerco desarmado da sociedade civil ao prédio onde a reunião acontecia que criou as condições para que o governo não adotasse medidas de força que inviabilizassem a continuidade do processo. A partir desta articulação e o sentido conferido pelo Zapatismo para sociedade civil, como uma rede de grupos que estão em luta e não necessariamente disputando o poder de Estado, foram construídos os *caracóis* de apoio urbano

à Chiapas e as *juntas de bom governo* no território liberado. Ortellado salienta o lugar que esta articulação ocupou na resistência.

Os zapatistas também criaram encontros de diálogo e apoio entre as comunidades (Chiapas) e a sociedade civil (os *Aguacalientes*) que depois foram substituídos por instituições permanentes de contato chamadas de *Caracóis*. Esses vínculos entre as comunidades zapatistas e os apoiadores da sociedade civil impediram que o governo mexicano iniciasse uma impopular guerra aberta, restringindo-se a uma guerra de baixa intensidade. A subordinação da estratégia militar à luta política era realmente inusitada para uma organização militar – e particularmente inusitada porque a política que era praticada pelos zapatistas era essencialmente não-institucional, centrada na aliança com a sociedade civil. De qualquer maneira, o EZLN rapidamente incorporou essa lição como doutrina norteadora e passou a se apresentar nos comunicados zapatistas como um exército de “soldados [que lutam] para que um dia não sejam necessários os soldados”. Essa censura ao militarismo não expressava apenas a esperança de paz, mas apontava para a contradição entre um projeto político radicalmente democrático e a inevitável hierarquia militar. Essa contradição dissolveu-se em parte com a criação das *Juntas de Bom Governo* em 2003. Orientada pelo princípio do “mandar obedecendo” (em que o governo municipal se reporta às deliberações das assembleias), a constituição do “bom governo” era fruto da passagem de comando político dos municípios autônomos do exército para a comunidade – uma renúncia que normalmente não se espera de quem já exerce o poder. Alegando que “os exércitos não foram feitos para governar, mas para defender”, o EZLN passou o comando dos municípios para as *Juntas* e se restringiu à tarefa de oferecer proteção contra os ataques do “mau governo” (ORTELLADO, 2006, s/p.).

O dilema entre a via militar e a via política, ou em seguida, a defesa de mudanças nas leis nacionais e, ao mesmo tempo, de autonomia das comunidades indígenas, foi respondida pelos zapatistas com o lema “um mundo onde caibam vários mundos”. A prática política desenvolvida colocou reflexões para a esquerda mundial porque indicava uma perspectiva ética de pluralidade sem perder o caráter de movimento antagonista e que mantém o “horizonte de transformação social radical”, afirma Oterllado. Esta concepção, na linha que venho desenvolvendo neste trabalho, de forma prática, demonstra a abertura para a incorporação de aspectos originários do ciclo de 1968 e do ciclo do fim do socialismo real, indicando perspectivas articulatórias renovadas e práticas políticas embebidas dos elementos que configuram a perspectiva autonomista, de forma articulada à perspectiva socialista. O programa horizontalista dos zapatistas incorporou a crítica moral ao capitalismo como teoria, sem negar a sua origem marxista. “Ao que tudo indica, a assimilação das lideranças tradicionais das comunidades indígenas na estrutura de poder zapatista trouxe com ela o discurso moral que sempre acompanhou as bases” (ORTELLADO, 2013b, p. 2).

O Zapatismo conseguiu também articular a luta local indígena com os processos amplos da economia global, analisando os impactos diretos destes naquela, em especial, a partir dos

acordos de livre-comércio. Ao não disputar o poder central de Estado, os zapatistas, na acepção de Ortellado com a qual tenho concordância, criam uma forma de antagonismo aberta, razão pela qual parecem conferir grande valor aos processos de articulação com a sociedade civil local e em âmbito internacional ao movimento antiglobalização. Pela sua forma de expressão nos comunicados oficiais, performances nas manifestações públicas e o uso da internet para ampla difusão de seus ideários e para suas convocações, o movimento zapatista estabeleceu uma relação de alimentação mútua (imbricação) entre ética e estética na forma de fazer política, que influenciou diversos movimentos no mundo. O Zapatismo é reivindicado pelo movimento antiglobalização”, pelo movimento piqueteiro na Argentina, e pelos centros sociais dos jovens da Europa – grupos autonomistas de ação direta.

Das experiências recentes de lutas autonomistas na América Latina, contemporâneas e integrantes das articulações do movimento a(nti)lterglobalização, os piqueteiros, terão repercussão e influência em iniciativas e repertórios de luta no Sul do Brasil, mais que os cocaleiros da Bolívia e indígenas (CONAI) no Equador. Por isso, incluí aqui uma breve descrição dos piqueteiros e de grupos que, como eles, se fizeram presentes nos protestos, durante a crise de 2001 na Argentina.

Piqueteiros é como ficaram conhecidos, em comum, os vários Movimentos dos Trabalhadores Desempregados - MTDs, reunidos nos bairros de periferia de Buenos Aires e no interior da Argentina, que foram fortes entre os anos 1999-2001. Os MTDs locais, em geral, se reúnem em coordenadorias. Assim, existe uma coordenadoria ligada ao Partido Comunista, outra ligada a partidos trotskistas e a coordenadoria Anibal Veron, que reúne os MTDs horizontais e apartidários. Este nome se deve a uma importante forma de luta utilizada por este movimento: os piquetes, que trancam as ruas, mas o seu repertório de ação inclui várias outras expressões, incluindo diversas formas de autoajuda comunitária, como restaurantes populares, padarias, centros de saúde e outras. O movimento já se organizava em meados da década de 1990, e ganha força quando há um agravamento da crise, o que leva a que sua experiência organizativa ganhe maior visibilidade e se expanda, revelando, entre as forças políticas que o compunha, a pujança de algumas práticas autonomistas. Por exemplo, nos MTDs da coordenadoria Anibal Verón, essas iniciativas são em geral autogeridas e os cargos de controle revogáveis e rotativos. Os desempregados na Argentina recebem um auxílio pequeno do governo e, com isso, criam estas iniciativas. A forma como tudo isso é gerido e organizado varia muito, muitos grupos piqueteiros tinham a ambição de construir iniciativas locais dissociadas da lógica de mercado (SVAMPA e PEREYRA, 2004; SVAMPA, 2004).

O movimento de piqueteiros foi concomitante na Argentina às manifestações tipo panelaço e as assembleias. As manifestações com painéis são vistas por muitos como sendo as responsáveis pela queda do presidente De La Rúa, e, a elas, se seguiram a organização de inúmeras assembleias em bairros da capital e em outras cidades e a ocupação de fábricas e outros prédios para uso comum. Em depoimento, Pablo Oterllado, em seu blog, falando do movimento *assembleista*, apresenta a forma massiva e espontânea como as assembleias iniciaram e o seu esvaziamento posterior, reunindo cerca de 50 pessoas em cada uma das aproximadamente 120 em bairros da capital, que ocorriam entre uma a quatro vezes por semana. Ele indica também como este ciclo de protesto na Argentina adotou inicialmente um caráter anti-partidário.

A questão dos partidos é capítulo à parte. A revolta popular dos dias 19 e 20 de dezembro foi em grande medida uma revolta contra os políticos em geral e, de certa maneira, contra a política institucional como um todo. Segundo me contaram, logo nos dias seguintes, durante as manifestações, qualquer pessoa que ousasse levantar uma bandeira de partido em uma manifestação, mesmo que fosse de um partido de esquerda era vaiado e execrado. Todos os políticos eram xingados na rua e os cafés e restaurantes se recusavam a servi-los. O lema dessa mobilização e que ainda é cantado em muitas assembleias é: “Que se vayan todos. Que no quede ningun solo!” (Que todos vão embora e que não sobre mais nenhum!) Claro que desde o começo os partidos trotskistas achavam que o “todos” não se aplicava a eles, mas apenas aos políticos de direita... Mas eles viram nesses primeiros dias que também suas bandeiras e atitudes buscando o aparelhamento do movimento eram execradas... No entanto, com o passar do tempo, muitas das pessoas menos politizadas deixaram de frequentar as assembleias e a proporção de pessoas partidárias aumentou muito (ORTELLADO, 2002, s/p.).

Este ciclo foi marcado também por ocupações. Diversas assembleias em bairros decidiram apoderar-se de espaços desocupados nos bairros: antigos mercados e casas, bancos e fábricas falidas, que foram transformados em habitação, restaurantes populares e centros culturais. Algumas fábricas falidas e ocupadas adotaram a perspectiva de auto-gestão operária a partir de seus antigos trabalhadores, mas a maioria das 180 fábricas ocupadas adotaram o modelo de cooperativas. O depoimento refere-se a duas destas experiências fabris:

A Brukman e a Zanon defendem a estatização das fábricas sob controle operário, ou seja, elas seriam do estado e produziriam para o estado, mas a gestão seria operária. Segundo seu argumento, o modelo de “gestão operária” em oposição ao modelo de “cooperativa” permitiria que a fábrica produzisse fora do mercado e resguardasse os princípios de gestão democrática contra as pressões do mercado (ORTELLADO, 2002, s/p.).

Um outro aspecto a destacar neste depoimento é um novo repertório que ficou conhecido como “escracho”. Grupos de filhos de desaparecidos políticos, *Hijos*, que, em seus objetivos, se assemelham às Mães da Praça de Maio, se afirmam a partir de uma outra forma de manifestação em prol da justiça e da memória dos pais, mas se contrapondo aos métodos mais centralizadores e hierárquicos adotados pela esquerda tradicional. Eles se propõem a uma prática política mais horizontal e apartidária e desenvolvem a performance de escracho, enunciada por Oterllado nestes termos

Eles identificam ex-torturadores da época da ditadura, localizam a casa do sujeito, o local onde trabalham, etc. e fazem um escrache. O escrache consiste numa campanha de “esclarecimento” junto a comunidade onde o cara vive. Eles vão no mercadinho, vão na padaria, nos cafês, etc. e falam para a comunidade do bairro o que o cara fez, que ele torturou gente, espancou, etc. Eles também põem centenas de cartazes no bairro com a foto do sujeito e dizeres do tipo “Nesse bairro vive um torturador”. Muitas vezes eles também põem no cartaz o telefone do cara para as pessoas ligarem e insultarem. Depois, no dia do escrache propriamente dito, os Hijos chamam uma espécie de manifestação e vem gente de toda parte para jogar ovos e tomates na casa do sujeito... Há também manifestações artísticas, discursos, etc... O que é surpreendente é que essas campanhas são muito populares e parecem funcionar. Frequentemente os ex-torturadores são obrigados a mudar de bairro e se esconder porque não aguentam a pressão popular. Tudo isso, é claro, é feito com muito critério. Há muita pesquisa, juntam-se depoimentos, etc. para evitar que se cometam injustiças. Aliás, o mote dos escraches é que se a justiça não funciona, então as pessoas mesmo devem fazê-la (ORTELLADO, 2002, s/p.).

Este tipo de manifestação passou a ser adotado pelo Levante Popular da Juventude no Brasil desde 2010, sem o rigor do trabalho de informação e mobilização popular, mas como uma manifestação que congrega jovens em frente a residências de pessoas a serem escrachadas por terem sido torturadores durante a ditadura militar. Esta ação se somou a outras iniciativas visando reforçar a importância de ampliação dos trabalhos da Comissão da Verdade, para fazer justiça. Mais recentemente, na atual conjuntura, escrachos foram feitos em função de posições pró *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff.

Voltando ao movimento anti-globalização, discuto sua inter-relação com ciclos históricos e de protestos anteriores. O Zapatismo pode ser tomado como uma referência do movimento anti-globalização, mas ele dá continuidade a um processo de resistência que vêm de antes. Como precisa Denning, o movimento de antiglobalização articula-se em três momentos de um passado recente: “uma primeira aparição, a de ‘revoltas contra o FMI’ no fim da década de 1970 e começo de 1980; uma segunda aparição em 1989, quando a História parecia

ter terminado; e um terceiro momento, este mais visível, inaugurado com a revolta dos Zapatistas em Chiapas em janeiro de 1994” (DENNING, 2002, p. 72).

O primeiro momento do movimento antiglobalização começa com uma série sem precedentes de revoltas urbanas por comida. No verão de 1976, protestos em massa aconteceram no Peru e na Polônia, entre outros. Em janeiro de 1977 outras revoltas se formaram em várias cidades egípcias onde o governo aumentou o preço dos alimentos e da gasolina em resposta às rigorosas exigências do FMI. Essas revoltas por comida e contra a carestia surgiram no meio da depressão mundial da década de 1970. Em anos seguintes, protestos contra a austeridade fiscal surgiram, como resultado do fim dos subsídios em serviços e bens públicos. Estes protestos contra a austeridade fiscal ficaram conhecidos como revoltas contra o FMI.

O segundo momento do movimento antiglobalização é menos visível porque a incidência das revoltas contra o FMI parecia diminuir no fim dos anos 1980. Porém, como ressaltou Denning (2002), o fim dramático da era dos três mundos — o colapso do leste europeu comunista, a queda do regime do apartheid na África do Sul e a "transição para a democracia" das ditaduras militares e Estados de partido único da América Latina e da África, que possibilitou a institucionalização de partidos da oposição — deve mais às "revoltas contra o FMI" do que se costuma reconhecer. As crises da dívida e a "estabilização" do FMI desestabilizaram Estados de esquerda e de direita.

Neste período há um ataque combinado do FMI aos salários, aos subsídios estatais de alimento e transporte e aos empregos no setor público. Nos países do Leste europeu este é um dos fatores que contribuíram para desestabilização e liberalização quando da crise do socialismo real, que, em geral, é lida como uma "transição para a democracia", e que, na prática, vai significar um colapso global da democracia social. Esta afirmação se deve ao fato de que este colapso vai gerar o fim das redes de segurança social, dos sistemas de bem-estar e dos subsídios de preços, assim como a privatização global de terras, indústrias e serviços públicos. Um exemplo, na América Latina, no fim dos anos 1980 e começo dos 1990, uma nova onda de revoltas surgiu na Venezuela, um aumento de preços em fevereiro de 1989, sentido pela população através de um substancial aumento no preço das passagens de ônibus, desencadeou um dos maiores e mais violentos protestos que já ocorreram lá, conhecido como caracazo, com barricadas de rua, saques, e queima de ônibus, sendo respondidos com uma ocupação militar e a morte de mais de trezentas pessoas.

O terceiro momento do movimento antiglobalização, como já descrito, começa realmente com a revolta do EZLN em Chiapas no começo de 1994. E dentro da linha de

argumento desenvolvido por Denning, os Zapatistas não foram uma resposta urbana ao aumento de preços, mas sim uma revolta rural contra o cercamento das terras comunitárias, a tentativa de supressão da cláusula sobre terras comunais contida na Constituição mexicana. “Eles articularam uma revolta contra o que chamaram de “neoliberalismo” e, ao pedir o apoio de uma nova sociedade civil, reformularam o discurso da esquerda” (DENNING, 2002, p. 75). Além disso, lideram articulações internacionais do movimento antiglobalização.

Que forças políticas estavam envolvidas no processo de constituição desse terceiro momento do movimento antiglobalização? Ele foi reconhecido publicamente e construiu condições de articulação e identificação que lhe permitiu ampliar sua capacidade de mobilização e criar uma dinâmica que estendesse no tempo essa referência, ajudando assim a reformulação do discurso e da prática da esquerda. Nesse processo de constituição do movimento anti-globalização, tendo os zapatistas impulsionado essa articulação global de movimentos, o evento que mais impacta a opinião pública internacional ficou conhecido como a batalha de Seattle. São dois signos de radicalidade política e social desse movimento.

No começo dos anos 1990, esse movimento realizou encontros e manifestações paralelas através da atuação de ONGs nas cúpulas e conferências das Nações Unidas, problematizando e sugerindo caminhos alternativos, sobre a mesma agenda destes eventos. Emblemática dessa fase foi a conferencia paralela à Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento do Rio de Janeiro (ECO 92), na qual ONGs e organizações de movimentos sociais atuaram tanto na Cúpula oficial como nos eventos paralelos. Bringel e Muñoz (2010) lembram que, nesse mesmo período, estavam ocorrendo também mobilizações chamadas “500 anos de resistência”, nas quais os movimentos sociais latino-americanos, principalmente movimento negros e indígenas, rebelavam-se frente às comemorações do quinto centenário do descobrimento da América, que antecede em anos o levante zapatista. Nesta fase, já mais para o final da década, destacam-se também as primeiras jornadas de luta articulada pela Ação Global dos Povos, com o lema “Nossa resistência será tão global como o capital” – que retomo em mais detalhes a seguir -, a criação da rede ATTAC¹¹, coletivo que advoga pela aplicação da Taxa Tobin aos capitais financeiros especulativos e que convocou, em 1999, o Encontro Internacional *Outro Mundo é Possível*, convertido logo no lema do movimento e, posteriormente, em 2000, do Fórum Social Mundial. E assim em 1999, eclodem as mobilizações que ficaram conhecidas como a batalha de Seattle.

¹¹ ATTAC – Ação para Tributação das Transações Financeiras em Apoio aos Cidadãos.

Uma descrição de Seattle mostra a ambientação com elementos que passam a habitar o cenário dos protestos antiglobalização e os dias de ação global organizados após Seattle, pela rede de ativistas AGP – Ação Global dos Povos, realizados de forma descentralizada em cidades espalhadas por todo o mundo, a partir de articulação global de coletivos, viabilizados pelas redes via internet. Della Porta (2007) esboça uma descrição geral do evento. Era 30 de novembro de 1999, em Seattle, cidade estadunidense, 50 mil pessoas protestam contra a terceira conferência da Organização Mundial de Comércio (OMC), onde seria dado início, um ciclo de negociações - intitulada à Rodada do Milênio - para uma maior liberalização dos mercados, o que incidiria de sobremaneira sobre investimentos em serviços públicos. A articulação do protesto ocorreu no mesmo ano em Genebra, por organizações de diferentes procedências, natureza organizativa e causas que defendiam. Estas organizações já haviam se mobilizado com êxito, para impedir nessa ocasião, a assinatura do AMI - Acordo Multilateral para Investimentos, que em nome do livre-comércio iria reduzir a capacidade dos Estados de regular e intervir em assuntos sociais e ambientais. As manifestações em Seattle, para barrar com a rodada de negociação da OMC, foram precedidas de assembleias e ampla circulação de informação para o mundo todo. O seu processo de articulação e organização juntou 1.387 organizações não-governamentais, sindicatos, ambientalistas e organismos de Igrejas. Durante as manifestações liam-se nos cartazes: "O mundo não está à venda"; "Não à globalização sem participação", "Somos cidadãos e não apenas consumidores ", "OMC = Capitalismo sem consciência"; "Comércio: limpo, ecologicamente correto e justo".

Della Porta nos transporta para as movimentações daqueles dias de protesto. Na manhã do primeiro dia, ocorrem várias *sentadas* para obstrução das vias de acesso ao local do evento, coordenados pelo Direct Action Network — Against Corporate Globalization (DAN). Tal ato impediu que a grande maioria dos três mil delegados, dos 135 países participantes da Rodada, chegassem ao local da cerimônia de abertura do evento. Organizados em grupos de afinidade, autônomos, mas articulados uns aos outros, dez mil manifestantes sentam-se ao chão e se acorrentam juntos, para dificultar a remoção dos bloqueios. Aplicando as táticas aprendidas em cursos de educação para a não-violência, os manifestantes não opõem resistência à polícia, chamada para liberar as vias de acesso à reunião de cúpula.

Nas ruas de Seattle, entre bandas e grupos teatrais, os ativistas do Greenpeace apresentam-se com gigantescos preservativos com a inscrição "pratique comércio seguro", enquanto agricultores franceses distribuem 250 quilos de Roquefort, queijo submetido a altas taxas nos Estados Unidos como retaliação pelas restrições introduzidas pela União Europeia (UE) aos produtos alimentícios tratados com hormônios. O Jubileu 2000, uma coalizão

de grupos (entre os quais inúmeras organizações religiosas) para a abolição da dívida externa dos países mais pobres, organiza uma corrente humana. Uma grande manifestação é convocada pelo sindicato americano AFL-CIO (American Federation of Labor — Congress of Industrial Organization), que mobiliza mais de vinte mil trabalhadores, particularmente portuários e funcionários públicos, pedindo uma extensão global dos direitos dos trabalhadores. Organizações de agricultores, juntamente com organizações de consumidores e ecologistas, exigem, em nome do princípio de precaução, que os produtos alimentícios sejam excluídos dos acordos de liberalização. Fantasiados de tartarugas — espécie em risco de extinção —, 240 manifestantes circulam entre a multidão com o objetivo de evitar violências; como explica o autor das roupas coloridas, Ben White, ativista do Sea Turtle Restoration Project: "Desde tempos imemoriais, as tartarugas são o símbolo da sabedoria: jamais entram em conflito. Não empregam violência. Nós as representamos e devemos ser a voz delas... Quem se comporta de forma agressiva, ainda que apenas verbalmente, deve tirar imediatamente a fantasia... não somos apenas não-violentos, somos também contra a violência. Sempre que as tartarugas deparam com comportamentos violentos, procuram trazer de volta a paz". Às margens dos protestos, contudo, pequenos grupos intervêm de forma violenta, quebrando as vitrinas de alguns estabelecimentos comerciais de multinacionais — entre os quais a Nike, a Levi's e o McDonald's — já submetidas a campanhas de boicote pela utilização de trabalho infantil ou de produtos geneticamente modificados. Seja como for, é antes das ações violentas dos anarquistas que a polícia intervém energicamente contra o bloqueio não-violento, com gás lacrimogêneo e spray de pimenta. Após a declaração do toque de recolher, bloqueios e manifestações se repetirão, de dia e de noite, também nos três dias seguintes, até que a cúpula intergovernamental chegue ao fim, sem nenhum acordo (DELLA PORTA, 2007, p. 9-10).

Esse relato apresenta os grupos envolvidos nos protestos e sua ação coetânea, o que na maioria das vezes é visto como resultantes da coalisão de Seattle, mas esta não se concretizou. Na narrativa acima pode parecer que existia um plano e uma coordenação conjunta para realizar a ação, mas não foi essa a dinâmica da confrontação. Della Porta (2007), Denning (2002) e Ortellado (2005), a partir do lugar de pesquisadores ou ativistas, enxergam que o que ocorreu foi uma aliança contraditória de forças que em geral não se articulavam. Denning identifica quatro agrupamentos: os grupos de ação direta que treinaram e mobilizaram pessoas em protestos de rua através da desobediência civil e do teatro de rua¹²; ONGs que organizaram campanhas contra o FMI, OMC e o Banco Mundial, lançando publicações, estabelecendo contatos e recursos via internet e educando os intelectuais do movimento emergente¹³; a AFL-

¹² Ruckus Society e a Direct Action Network

¹³ Entre estas ONGS se incluem o Global Exchange, o Naderite Public Citizen 's Global Trade Watch e o International Forum on Globalization.

CIO¹⁴ com sua organização de trabalhadores; e grupos de tendências anarquistas anônimas¹⁵ (DENNING, 2002).

O autor faz a distinção destas quatro forças baseada em relatos que se debruçaram sobre as características desta ação. Mas, para ele, o mais importante é perceber o surgimento de um novo tipo de ação antissistêmica que veio se articulando nas últimas décadas do século XX, um tipo de resistência social que se diferencia do que ele identificou, na onda de 1968, como movimentos de libertação. Denning indica que há uma tendência antissistêmica identificada no movimento antiglobalização, mas ele vê como algo que não tem ainda um nome que lhe qualifique, nem uma cronologia reconhecida. Em seu conjunto, na literatura acadêmica o movimento antiglobalização é reconhecido como um novo movimento transnacional. Para ele, pode-se dizer que é um movimento polissêmico e que é uma força política antissistêmica, fazendo referência à perspectiva de Wallerstein.

Wallerstein (2004) na sua periodização do sistema-mundo capitalista, apresentada anteriormente, toma o que chama a revolução de 1968 como um ponto de inflexão da orientação e ação dos movimentos sociais antissistêmicos. Para ele há uma mudança de foco na intervenção política de segmentos e grupos militantes que se desloca de uma perspectiva de tomada ou controle do Estado, como única possibilidade de realização de transformações que rompam com as contradições de classe em favor dos trabalhadores e oprimidos, esta foi uma grande limitação dos movimentos antissistêmicos no trajeto histórico até aí. Até esse momento, estava cristalizado na cultura da esquerda tradicional, que constituía esses movimentos antissistêmicos, os partidos, sindicatos ou governos nacionais revolucionários, um ímpeto de dar direção ao processo de transformação, a partir da burocracia do Estado e com isso acabavam sendo absorvidos por sua estrutura, legitimando práticas de governo que combatiam, justificando a impossibilidade de executar um programa mais radical e agindo com um autoritarismo que excluía a participação da sociedade. Falando de períodos históricos mais próximos, encontram-se exemplos nos países comunistas do Leste Europeu, nas experiências de nacionalismos revolucionários, nas organizações das internacionais socialistas e sindicais.

É a partir de 1968, na sua visão, com a qual me vinculo, que vão emergir novas expressões de movimentos, que pensam a ação e focam a estratégia em processos de intervenção e transformação a partir da sociedade e dos indivíduos enquanto ativistas. O autor aponta quatro correntes desses novos movimentos antissistêmicos: os grupos da esquerda

¹⁴ Sob a liderança de John Sweeney do New Voice, que tomou posse em 1995.

¹⁵ Incluindo o N02WTO Network, o Black Clad Messengers e o Anarchist Action Collective.

marxista radical que romperam com os partidos comunistas oficiais, a exemplo dos grupos maoístas surgidos motivados pelos ideais da revolução cultural; os novos movimentos sociais representados pelos movimentos antirracistas, os verdes e as feministas; as organizações não governamentais que passaram a atuar com base na defesa dos direitos humanos, tais como a Anistia Internacional, que vão dar apoio a grupos de resistência as ditaduras e ao colonialismo na América Latina e África; e por fim, o movimento da antiglobalização em suas múltiplas expressões, como discutido aqui.

Para Ortellado (2005), em reflexão apresentada como ex-militante da AGP, o que aconteceu em Seattle foi mais uma organização simultânea de protestos do que uma verdadeira coalizão. E, ele, diferencia três esferas de agrupamentos políticos distintos, com planejamentos para sua intervenção diferentes. As três esferas, como denomina, agregam ONGs, sindicatos e grupos de jovens de ação direta. Na participação das ONGs ele chama atenção para as campanhas que a Public Citizen e a Global Exchange iniciaram contra as políticas da OMC. Dos sindicatos reconhece principalmente aqueles vinculados a AFL-CIO, a federação sindical “liberal” - liberal, no sentido americano, “de esquerda”, ressalta ele -, que prepararam antes de Seattle, ações de lobby e protestos em escala nacional e internacional. Os grupos de jovens de ação direta que atuavam em diversas frentes, sobressaem-se os ligados ao movimento ecológico, os quais começaram a se reunir numa rede que chamaram de DAN (Rede de Ação Direta).

Um pouco como dissidência das táticas de ação direta da DAN (bloqueios estritamente não-violentos) um outro grupo de ação direta foi formado, o Black Bloc, voltado para táticas de destruição de propriedade de grandes empresas. Mas, após um longo e desgastante debate, essas duas vertentes dos grupos de ação direta aprenderam a coexistir pela ideia de “diversidade de táticas”. Talvez o maior mérito de Seattle tenha sido permitir que essas três esferas se articulassem internamente e se reunissem cada qual em função de interpretações gerais do que acreditavam ser os males causados pela OMC. Foi a simultaneidade dessas três iniciativas que deu força ao movimento. Com os números e a força política trazida pelos sindicatos, com os lobbies e os dados fornecidos pelas ONGs, que há anos vinham estudando os impactos das políticas neoliberais e com um surpreendente movimento de ação direta que bloqueou as ruas de Seattle, impedindo o tráfego dos delegados, conseguiu-se um clima político que possibilitou que as demandas de alguns países do terceiro mundo que eram contra as medidas ultraliberais da OMC fossem ouvidas. Esse foi o cenário do fracasso da rodada do milênio (ORTELLADO, 2005, s/p.).

Mas essas distinções não são suficientes para apreender a dinâmica ocorrida, existem vários pontos de contato de umas com as outras, completa Ortellado. Várias ONGs têm contatos

mais ou menos próximos com os movimentos e grupos de ação direta. Alguns membros dos movimentos de ação direta são profissionais de ONGs, e parte do material que subsidia essas informações vem dessas ONGs. Ou ainda, existem ONGs, como a Ruckus Society, que se dedicam a preparar e treinar ativistas de ação direta, o que dilui muito as fronteiras. As relações entre os sindicatos e as ONGs são muito próximas, várias ONGs são financiadas pelos sindicatos para produzirem relatórios para eles, por exemplo, sobre os impactos das políticas neoliberais no âmbito das relações trabalhistas. As relações entre os sindicatos e os movimentos de ação direta, são variadas. Em Seattle, só um pequeno grupo de sindicalistas jovens participou das ações de bloqueio e esses jovens trabalhadores eram em sua maioria dos sindicatos pequenos e radicais como a IWW. Mas, em muitos países, como a Itália (COBAS), a Suécia (SAC) e a Espanha (CGT e CNT), há um sindicalismo radical de base mais significativo que têm vínculos com os movimentos de ação direta dos jovens.

Neste cenário das primeiras ações do movimento anti-globalização, chamo atenção, devido à pouca visibilidade pública que tinham, para o movimento dos grupos de jovens de ação direta, como denomina Ortellado – que incluem, diferentemente dos agrupamentos descritos por Dennig, grupos de ação direta e anarquistas anônimos. Para entender isso uma boa alternativa é conhecer a iniciativa de articulação desses grupos em torno da AGP – Ação Global do Povos e da criação do Indymedia – conhecido no Brasil a partir do CMI – Centro de Mídia Independente. Ortellado faz um relato acerca do surgimento da AGP e do CMI, como participante da rede AGP e integrante do CMI no Brasil. Opto por uma descrição mais vibrante dessas iniciativas, por entender que trazem informações elucidativas para o objetivo desse trabalho, pois permitem identificar grupos e movimentos emergentes herdeiros dessa história, seus ideários e o impacto que os repertórios de confronto e performance utilizados por eles à época, e que retornará no ciclo pós 2008.

Descrevendo as sobreposições de articulações ocorridas entre grupos de ação direta e organizações de movimentos sociais, Ortellado narra o processo de constituição da AGP, demonstrando como existiu inicialmente uma imbricação ou pontos de contatos entre movimentos camponeses e grupos de ação direta. Por exemplo, movimentos camponeses que fazem uso da ação direta, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra - MST, no Brasil, que promove ocupações ou os agricultores Karnakata, na Índia, que queimam campos de transgênicos, diz ele, têm mais do que apenas a admiração dos grupos e dos movimentos de ação direta dos jovens urbanos. Mais ou menos nos anos de 1998 a 2000, antes da consolidação da Via Campesina, grupos de ação direta dos jovens urbanos e alguns movimentos radicais

camponeses, articularam-se numa rede mundial chamada AGP, a Ação Global dos Povos. Depois, com a consolidação da Via Campesina, os movimentos rurais deram prioridade a esta, sem deixar totalmente de participar da articulação mais ampla. Mais precisamente, a ideia de fundar a Ação Global dos Povos, nasceu em 1997, no Segundo Encontro Intergaláctico pela Humanidade e Contra o Neoliberalismo, organizado pelos zapatistas. A proposta era confederar os movimentos sociais de base voltados para a ação direta, para organizar globalmente uma oposição ao neoliberalismo. A ideia nasceu nesse encontro zapatista, em Barcelona, mas o encontro fundador foi em Genebra, em 1998.

A viabilização dessa articulação ocorreu já num contexto de ampliação da *cultura de internet*. Ele destaca que essa é uma das coisas que distingue totalmente o movimento antiglobalização em relação a movimentos anteriores, o que lhe permitiu ter uma organização global. Antes, uma luta influenciava a outra, mas não havia uma organização que possibilitassem as lutas se corresponderem. Com a internet, isso mudou, as ações dos movimentos foram articuladas. E ele dá um exemplo da capacidade de comunicação e ação coordenada, ocorrido no Brasil, o A20 em abril de 2001, que sofreu forte repressão. Como repercussão da articulação internacional, foi ocupada a embaixada brasileira em Amsterdã, em Roma, “ação desenvolvida a partir dos relatos que se mandou para companheiros desses países”, diz Ortellado. Outro exemplo, quando aconteceu a morte do Carlo Giuliani, em 2001, “a gente ocupou o consulado da Itália, e não era uma coisa espontânea, era uma coisa de articulação da rede de solidariedade. A gente ensaiou essa possibilidade de organização horizontal num nível internacional”.

Esta organização baseava-se nos princípios da autonomia, da horizontalidade, na ideia de não ser exatamente uma organização. A AGP era uma ideia e uma carta de princípios. Nos encontros, tinham delegações para a AGP. No primeiro que aconteceu em Genebra em 1998 o delegado brasileiro foi do MST. Nas primeiras manifestações no Brasil, o MST participou. A primeira reunião da AGP do Brasil foi na sede da Consulta Popular e o MST deu toda a infraestrutura. Eles participavam, mas, aparentemente, não eram os atores mais importantes.

A AGP não era uma organização, era uma espécie de rede de solidariedade e luta. A ideia era da diversidade de estratégias de luta, de não termos uma linha única que fosse imposta, de rejeição dos modelos já estabelecidos de luta, e uma crítica muito forte a todas as formas de opressão. O que não era algo necessariamente novo, mas levávamos muito a sério. Incorporamos essas lutas do feminismo, do movimento negro, de forma muito forte. Na verdade a gente via o processo de globalização como uma oportunidade para federar as lutas que tinham se fragmentado nos anos 1960, era nossa leitura. Antes dos anos 1960 era o movimento operário que conduzia a luta social, depois se

fragmentou no movimento feminista, movimento ecológico, movimento negro, e assim por diante. E nossa ideia era que o processo de globalização econômica permitia federar essas lutas porque afetava as mulheres que estavam trabalhando num workshop no México, afetava o problema do desmatamento porque suspendia as regulações ambientais para gerar competitividade entre os países, então o movimento ambiental podia se somar, o movimento trabalhista porque suspendia também a proteção ao direitos trabalhistas para flexibilizar a mão de obra, etc. Quando demos o nome de anticapitalismo, no final dos anos 1990, é curioso, tinha uma acepção diferente, porque não era econômica. Era a ideia de que o capitalismo era a soma de todas essas formas de dominação e exploração, e que o anticapitalismo era a federação de todas essas lutas em uma luta comum, a luta contra o neoliberalismo. Foi realmente uma tentativa. Tanto que por exemplo, na nossa rede da AGP aqui teve vários grupos feministas, vários grupos ambientais, alguns sindicatos pequenos, no Ceará tinha um pessoal do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), então a gente confederava lutas muito diferentes, mas aqui muito orientadas na luta contra a ALCA - Área de Livre Comércio das Américas (ORTELLADO, 2013b, s/p.).

A partir da AGP conseguiu-se definir dias de ação global - jornadas de luta pela Ação Global dos Povos, com o lema “Nossa resistência será tão global como o capital”- , articulando protestos em várias cidades do mundo ao mesmo tempo. A ideia foi lançada e a primeira que aconteceu globalmente foi no J18, 18 de junho de 1998, em dezenas de cidades. Em seguida teve Seattle, em 30 de novembro de 1999, e depois 26 de setembro de 2000. E em 2000 com uma maior articulação global, fez-se ações em cerca de 300 cidades no mundo com milhões de pessoas, e eram coordenadas pelo movimento autônomo. A essas ações somaram-se as anti-cúpulas (ou contra-cúpulas) que se seguiram após Seattle, e se associando a protestos, como em 2000, o S-26, barrando um encontro do Banco Mundial e do FMI em Praga. Depois ocorreram outros grandes protestos a exemplo do ocorrido em Gênova, marcado por forte repressão. Daí esse ciclo começa a declinar.

Falando das formas de realização dos protestos, Ortellado, ressalta que, o objetivo era tentar reproduzir a bem-sucedida experiência de Seattle e do “Reclaim the Streets”. Os “carnavais contra o capitalismo”, inspirados no “Reclaim the Streets”, de Londres, eram uma articulação do movimento de politização das *raves* e do movimento contrário a construção de estradas, vinculados a coletivos ambientalistas. Eles adquiriram a prática de realizar festas de rua bloqueando as estradas, daí veio a ideia de carnavais globais contra o capitalismo, experiência que guardava uma forte referência na contracultura.

Ele traz a memória também como surgiu a ideia de criação do Indymedia, em Seattle, que no Brasil se organizará com o nome de CMI. Os dias de ação global foram, como já foi dito, articulados através do uso da Internet e suas ações foram fortemente difundidas pelas mídias independentes. Este repertório de ação está fortemente presente desde o levante

zapatista, passando pela chamada batalha de Seattle, e chegando às manifestações globais que ficaram conhecidas pelas suas datas. Em 1999, o J18, dia de ação global em 18 de junho, em protesto contra a reunião do G8, esta forma de comunicação já estava dada. Neste período é criado, no Brasil, a partir da experiência Indymedia em Seattle, o CMI – Centro de Mídia Independente. A ideia original do CMI tinha por base uma visão de que os movimentos sociais tinham a intenção de ser horizontais e que o problema das convergências consistia na diversidade de suas lutas (feminismo, ecologia, sindicalismo etc.) e não na diversidade das abordagens políticas (anarquistas, trotskistas, comunistas etc.). Mas, o processo demonstrou que na prática política as articulações enfrentariam maiores dificuldades do que era aparentemente visível.

O CMI se apresentava como um projeto que “queria dar voz aos que não tem voz” o que significava mais do que “vincular-se aos movimentos sociais” – significava que os movimentos sociais falariam por si mesmos, significava que o CMI “era” os movimentos sociais. Claro que tudo isso pressupunha muita coisa: que os movimentos sociais que estavam mais engajados no chamado “movimento antiglobalização” (os movimentos de jovens autonomistas e alguns movimentos sociais ligados à AGP) eram representativos do universo total dos movimentos sociais e que o processo de apropriação do CMI que eles haviam liderado podia ser estendido aos movimentos sociais como um todo em escala global (ORTELLADO, 2004, s/p.).

Com o arrefecimento do ciclo de protestos em torno das contracúpulas internacionais, os centros de mídias passaram a se voltar para o cenário nacional. As diferenças de pensamento em torno de justiça social e democracia direta entre as distintas organizações de movimentos sociais vieram à tona. Ortellado, um dos idealizadores do CMI, reconhece que a concepção desta forma de comunicação é minoritária. Para ele, a perspectiva de base e de democracia direta estaria presente apenas em algumas experiências na América Latina: os zapatistas no México, o MOCASE e alguns grupos piqueteiros na Argentina, além dos movimentos de jovens nos centros urbanos, que seriam diferentes de outros, marcados pelo stalinismo, estatismo e centralismo democrático. Na expressão de Ortellado

A história do século XX é, num sentido, a história do cooptação dos movimentos sociais pelos partidos políticos e pelo estado. Os movimentos “selvagens” que resistiram e lutaram por sua autonomia como os conselhos operários, maio de 68 ou a revolta argentina de 2001, em grande medida fracassaram e deixaram apenas o legado político de uma luta a ser continuada e aprofundada. Como herdeiros dessa corrente minoritária da esquerda temos a difícil tarefa de pensar em como vamos nos relacionar com os movimentos majoritários vindos de outras tradições, especialmente quando eles estão em oposição aos nossos princípios mais caros (ORTELLADO, 2004, p. 2).

Isso significa que, para o CMI, ser orgânico aos movimentos, era preciso submeter-se ao que consideravam ser a orientação dominante entre os movimentos. Ao não fazer isso, permaneceu em um certo isolamento, ainda mais em contexto de governos de esquerda, como era a situação no Brasil, no qual muitos movimentos se sentiam partícipes.

No transbordo das ações dos dias de ação global e contemporâneo a estes momentos desenvolvem-se outras articulações, envolvendo os outros atores já referidos, as ONGs, que correspondem a um espectro de uma gradação de diferenças muito larga, com a presença dos sindicatos e federações associativas de camponeses, assim como, na borda, se integram personalidades das universidades e partidos, da esquerda tradicional e revolucionária. Situamos iniciativas e realização de eventos, que contribuíram para a articulação do Fórum Social Mundial, adentrando a década de 2000. Importante lembrar a promoção das ONGs, no começo dos anos 1990, de encontros e manifestações paralelas às cúpulas e conferências das Nações Unidas. Bringel e Muñoz (2010) cita como exemplo a *The Other Economic Summit* (A outra cúpula econômica), realizada, de forma paralela, às reuniões do G-7, em 1992. Neste mesmo ano foi realizada a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento do Rio de Janeiro (ECO 92), na qual ONGs e organizações de movimentos sociais atuaram tanto na Cúpula oficial como organizaram eventos paralelos.

Ainda nesse momento, estavam ocorrendo também mobilizações a partir da ideia de “500 anos de resistência”, em que os movimentos sociais latino-americanos, principalmente movimentos negros e indígenas, rebelavam-se frente às comemorações do quinto centenário do descobrimento da América. Durante os protestos contra o Acordo Multilateral de Investimentos (AMI) da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), é criada a rede ATTAC, na França, coletivo que advoga pela aplicação da Taxa Tobin aos capitais financeiros especulativos e que convocou, em 1999, o Encontro Internacional *Outro Mundo é Possível*, convertido logo no lema do movimento e, posteriormente, em 2000, do Fórum Social Mundial.

Continuo a apresentar elementos já tangenciados nas páginas anteriores. Entre 1999 a 2001, ocorreram sucessivos protestos e um aumento da intensidade do conflito, que já havia ganhado grande visibilidade na mídia com os acontecimentos de Seattle. As limitações das cúpulas ou fóruns paralelos de sociedade civil por ocasião das reuniões de instituições financeiras ou de chefes de Estado haviam levado à criação de contra cúpulas. Foram vários encontros e manifestações contra cúpulas frente às reuniões internacionais do G8, FMI, Banco Mundial, União Europeia, Davos, OCDE, entre outros. As manifestações contra cúpulas

sofreram forte repressão, por exemplo, na ocasião da Cúpula do G-8 em Gênova em 2001. A repressão em Gênova foi influenciada pelo ocorrido em 11 de setembro nos EUA e seus métodos de extrema violência irão inibir, em parte, as iniciativas dos grupos de ação direta, da AGP. Ao lado dos coletivos de ação direta, de posição mais radical, existia uma ala mais propositiva do movimento que criou alguns espaços de debate, como o Fórum Outro *Davos*, em 1999, que geraria as condições para a criação do Fórum Social Mundial, realizado pela primeira vez em Porto Alegre, em 2001 (BRINGEL e MUÑOZ, 2010).

O Fórum Social Mundial - FSM se consolida nos anos seguintes e há uma certa queda dos protestos globais, ainda que durante um período se mantenham as contracúpulas, mas crescem os protestos locais e o trabalho virtual na internet. Os protestos globais se rearticulam de forma pontual, como no caso das manifestações contra a Guerra do Iraque, em 2003.

Em uma exposição realizada em 2001 sobre o movimento antiglobalização, quando da articulação do primeiro FSM, Denning (2002) analisa esta dinâmica política considerando seus diferentes atores. Reflexão situada em um momento de intersecção entre os dias da ação global e o FSM. Pensando sobre o processo de constituição do movimento anti-globalização, em seu seguimento com a articulação dos Fóruns Sociais Mundiais, ela distingue quatro vertentes, entre os movimentos que o integram, os quais ela toma como antissistêmicos – numa aplicação dessa categoria ao movimento da antiglobalização, citado por Wallerstein como um dos movimentos antissistêmicos surgidos na virada pós 1968. Uma primeira vertente, é definida como a tentativa dos grupos de cidadãos e estudantes de estabelecer, junto com as ONGs leis alternativas para a economia mundial, através da luta em fóruns mundiais, um tipo de keynesianismo global. A segunda vertente se articula como resposta a extraordinária proletarização e precarização do trabalho de milhões de pessoas no mundo, atreladas a uma linha de montagem global, que fez surgir um sindicalismo global, influenciada pelos movimentos sociais sindicalistas dos anos 1980, liderados por um *novo sindicalismo* surgido no Brasil, África do Sul e Coréia do Sul. A terceira tendência é uma teoria sobre a "recolonização", que surgiu nos países do hemisfério sul, um novo bloco de países que podem ser chamados de movimento dos não-alinhados, criando assim novas formas de conexão entre os países do sul. Na América Latina, as vezes, esta vertente é nomeada como socialismo do século XXI, manifesta, em grande medida, na retórica do então presidente da Venezuela, Hugo Chavez. Por fim, a última vertente é identificada em expressões e atores mais difusos, que se apresenta como uma maneira nova de imaginar os bens públicos, e não apenas como uma luta pela terra, que faz integrar a essa corrente os povos indígenas, mas também uma luta contra a mercantilização e a privatização de

aspectos da vida social, que têm possibilitado incluir aspectos como a mercantilização da vida e do pensamento ou, a mercantilização do material genético e da informação, que integra um amplo campo de ativismo radical. Apresentada uma das possíveis leituras que busca apreender a dinâmica política, social e cultural do movimento antiglobalização, segue uma apresentação de fases do seu processo de constituição.

Players (2013a) distingue quatro períodos na história do movimento da antiglobalização. O primeiro período corresponde ao tempo do processo de formação de um movimento global, se estende pela década de 1990 – coincide com os acontecimentos que foram abordados até aqui e é marcado pelas lutas e eventos de combate ao neoliberalismo. Recapitulando, temos como lutas realizadas e atores nesse primeiro período, o movimento indígena, particularmente o dos Zapatistas no México; a "guerra da água" na Bolívia; as coligações Sul-Africanas contra a privatização; os movimentos dos pequenos agricultores na Ásia e na América Latina, reunidos a partir de 1993 na rede global Via Campesina, que conta hoje com 200 milhões de participantes mundialmente; sindicatos, particularmente na Coreia do Sul; intelectuais progressistas; ambientalistas; a marcha mundial das mulheres; ativistas de libertário e redes de jovens 'alternativistas', centenas de ONGS e dezenas de milhares de "cidadãos comuns". Nesta etapa, é bom registrar o papel que intelectuais militantes, do Norte e do Sul, vem desempenhado ao atrair a atenção da opinião pública sobre os danos das políticas neoliberais, desenvolvendo argumentos contra o consenso de Washington e multiplicando reuniões internacionais. Eles criaram redes que desempenharam um papel crucial no movimento, como ATTAC, Global Trade Watch, Instituto Transnacional e Jubileu Sul, os quais muito contribuíram para articulação e realização da contra cúpulas dos organismos e corporações financeiras internacionais.

O segundo período localizado entre os anos 2001-2005, é o que têm no centro a realização dos Fóruns Sociais Mundiais centralizados. Todos esses atores da primeira, encontraram-se no primeiro Fórum Social Mundial, realizada em Porto Alegre (Brasil), em janeiro de 2001, que marca o início desta nova fase. Nos cinco anos que se seguiram, centenas de fóruns sociais foram organizadas a nível local, nacional, continental e global. Ao invés de oposição a uma instituição internacional, que foi o cerne dos protestos e eventos contracúpulas e dias de ação global, os fóruns são destinados a incentivar intercâmbios entre militantes de diferentes partes do mundo ao redor das alternativas que eles implementam.

O FSM, dentro do movimento de antiglobalização, passa a ocupar um lugar central na visibilização de propostas, além de servir como ponto de encontro e espaço de intercâmbio de experiências de diferentes atores e iniciativas de todo o mundo. Os Fóruns dão corpo a uma

perspectiva presente no movimento de que uma outra globalização é possível, e mostram muita vitalidade nos primeiros anos. Na realização do primeiro Fórum, em janeiro de 2001, em Porto Alegre, contou-se com uma participação de 16.400 inscritos, em 2002 teve 52 mil escritos, subindo em 2003 para 100 mil participantes. Os três primeiros Fóruns Sociais Mundiais ocorreram em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. Neles realizaram-se milhares de seminários e assembleias onde serão elaboradas propostas, mais ou menos realistas e originais, para uma globalização a partir de baixo e se discutirá sobre política e políticas alternativas, algumas já em experimentação, a exemplo do orçamento participativo em Porto Alegre. Sobre tudo a partir de 2002, a experiência dos fóruns sociais como lugares de encontro e de debate se estenderá em âmbito local, e também regional. Em especial, no outono daquele ano, realizou-se em Florença o primeiro Fórum Social Europeu, com três dias de seminários, dos quais participaram 60 mil inscritos. Debates sobre modelos de desenvolvimento alternativos — de construção de "sociedades sustentáveis" — serão realizados em Bamako, para o Fórum Social Africano, em Beirute, para o Fórum Social do Oriente Médio, em Belém do Pará, para o Fórum Social Pan-Amazônico, e em Hyderabad, na Índia, para o Fórum Social Asiático (DELLA PORTA, 2007).

A valorização dos conhecimentos especializados tem um papel central para a elaboração de propostas políticas alternativas sobre os temas da globalização. Para a elaboração do discurso e da identidade do movimento, os fóruns sociais, organizados em diversos níveis territoriais, tiveram um papel importante. E como Della Porta chama atenção, eles compartilham a importância dada a um debate aberto entre grupos diferentes, muitas vezes caracterizado por uma grande ênfase na elaboração de um saber científico "alternativo". Os fóruns sociais mundiais, e depois os fóruns sociais regionais, são pensados como lugares desvinculados de decisões imediatas, que deveriam ensinar a cultivar o mútuo respeito pelas diferenças, superando as contradições pela construção de normas comuns. Na Carta dos princípios do primeiro Fórum Social Mundial lemos que "Fórum Social Mundial é um lugar de encontro aberto dedicado ao pensamento reflexivo, ao debate democrático, à livre troca de experiências e à ligação visando ações comuns por parte de movimentos da sociedade civil que se opõem ao neoliberalismo...". Já no primeiro Fórum Social Mundial de Porto Alegre, os quase 17 mil participantes (dentre os quais 10 mil delegados de organizações, associações e *network* e 436 deputados de 27 países) discutiram por quatro dias, em quatro sessões plenárias pela manhã e em cerca de 200 seminários à tarde, a maneira de "traçar estratégias de resistência à globalização, mas também de elaborar paradigmas alternativos de desenvolvimento econômico, ecológico e social". No segundo Fórum Social Mundial, em janeiro-fevereiro de 2002 — com a

presença de 68.300 pessoas de 131 países, com 15.230 delegados representantes de 4.909 organizações, além de 3.054 jornalistas e 800 parlamentares -, realizaram-se 28 sessões plenárias e 800 *workshops*. Em janeiro de 2003, os encontros do terceiro Fórum Social Mundial de Porto Alegre teriam 100 mil participantes em cerca de mil seminários (DELLA PORTA, 2007, p. 149-150).

Pode-se perguntar como essa articulação tão heterogênea consegue manter-se pulsante nesses processos de realização de Fóruns Sociais globais, regionais e temáticos.

No passado, a busca de um reconhecimento por uma identidade coletiva emergente passou muitas vezes pela elaboração de grandes utopias. No caso do movimento pela globalização a partir de baixo, a multiplicidade das bases de referência em termos de classe, gênero, geração, raça e religião parece ter impelido a identidades não fracas, mas com certeza heterogêneas. Com um trabalho contínuo de vinculação com o tema mais geral da denúncia do neoliberalismo, os fragmentos de culturas diferentes — laicas e católicas, radicais e reformistas, jovens ou mais maduras — foram compostos em um discurso mais abrangente que adotou a justiça social como lema, deixando margem para elaborações autônomas. Ao lado da justiça social, surgiu depois como base comum o metadiscurso da busca de novas formas de democracia. (DELLA PORTA, 2007, p. 81).

O debate e a prática por *um outro mundo possível*, se entrelaçam e são polimorfos, seja na sua expressão do valor da justiça global, seja na sua concretização como propostas de democracia. A preocupação com a democracia se expressa, tanto pela preocupação com a ampliação da participação popular ou cidadã, por exemplo, a escolha de realização do primeiro FSM em Porto Alegre, prefeitura governada a época pelo PT, que vinha desenvolvendo experiências de gestão participativa, quanto pelas práticas de funcionamento dos coletivos ou assembleias. Exemplo disso é a adoção, em momentos de tomada de decisões, do método consensual, que rompe com a cultura da delegação por representação e de votação por maioria. Para Della Porta, esta prática vincula-se ao respeito pela subjetividade. Ao invés da contagem de votos, o método consensual requer um debate orientado para a construção de uma posição comum. No decorrer da discussão, o confronto entre posições diversas ajuda a encontrar soluções melhores. Anteriormente adotado pelo movimento feminista, ele foi adotado também nesse espaço com outras redes. Ele é difícil de administrar, alongando o tempo das decisões a ponto de chegar a impedir a ação. O movimento antiglobalização busca elaborar novas regras, mais ou menos formalizadas, para ajudar a superar os bloqueios à decisão criados pela permanência de diferenças de opinião, ou a manipulação do processo por parte de poucos.

Em 2004, o FSM foi realizado em Mumbai, na Índia e em 2005, votou a ser realizado em Porto Alegre, que respectivamente foram inscritas 120.000 e 170.000 pessoas. Estão, entre

os mais bem-sucedidos, seja pelo nível da mobilização popular e o intercâmbio criado em torno de diferentes temáticas, seja pela sua forma de organização autogestionária das atividades, que possibilitou o estabelecimento de relações mais horizontais do que as anteriores edições dos fóruns sociais. Durante este período, os fóruns sociais receberam ampla cobertura da mídia, ganhado muita popularidade, atraindo a presença regular de líderes progressistas latino-americanos e até mesmo os políticos de direita ou representantes do Banco Mundial queriam participar. Esse período corresponde também a chegada ao poder de governos progressistas, de centro esquerda na América Latina.

O FSM se fortalece, mas recebe fortes críticas.

Entre as mais habituais estão: a escassa democracia do encontro; a ênfase nas conferências de importantes intelectuais versus o ativismo horizontal e o trabalho de base; a presença majoritária da classe média europeia e latino-americana; a presença crescente de partidos e líderes políticos (como Chávez ou Lula); a burocratização e institucionalização, entre outros elementos (BRINGEL e MUÑOZ, 2010, p. 32).

Retomando a periodização de Pleyers, para ele o terceiro período, encontra-se entre os anos 2006-2010, como um momento de redefinição da geografia do FSM. Depois de 2005, várias reuniões de ativistas fizeram avaliações sobre o processo inicial, emergindo daí críticas, polêmicas e divergências quanto a sua continuidade, espaço de articulação de atores e lutas antiglobalização em que se intercambia experiências e se debate propostas; ou uma internacional dos movimentos sociais que deve ter um programa comum de ação coordenado.

Apesar das divergências ele mostrou a capacidade do movimento de se expandir geograficamente e integrar melhor a África, de descentralizar-se geograficamente com a realização do Fórum Social Mundial "policêntrico" de 2006, realizado em Caracas, Bamako e Karachi, a realização do FSM 2009 em Nairobi e o Fórum Social Mundial de 2011, em Dakar. O número de participantes diminuiu consideravelmente (entre 15.000 e 50.000 para cada um destes fóruns), a integração de segmentos e organizações populares continuou sendo uma dificuldade, mantendo-se a crítica de ser o FSM um movimento da classe média intelectual de esquerda ou radical.

O movimento não conseguiu articular uma resposta convincente frente a um sistema que se vê marcado pelas crises globais multidimensionais que haviam sido denunciadas nos protestos antiglobalização, desde seu início, afirma Bringel e Muñoz (2010). Os efeitos do neoliberalismo se fazem sentir e não são mais suficientemente contestadas por fortes movimentos globais ao final da primeira década do século XXI. Frente à ausência dessa contestação global coordenada, as redes e movimentos passam a atuar utilizando seu próprio

repertório de protestos e propostas em tempos de crises, com destaque para os movimentos ecologistas, camponeses e indígenas, mas também de jovens em situação precária. Bringel e Muñoz ressaltam que esta nova situação apresenta tendências diferenciadas entre o Norte e o Sul: enquanto, no primeiro, a maioria dos protestos enfrenta as consequências econômicas e laborais da crise, a exemplo da Grécia, no segundo, busca-se assegurar a sobrevivência mais básica frente à forte subida dos preços dos alimentos na África, Ásia e alguns países da América Latina, o que converte em demanda aglutinadora a reivindicação da soberania alimentar, por um novo modelo de produção, de defesa dos recursos naturais e também o resgate de saberes mercantilizados pelo neoliberalismo.

Em linhas gerais, o novo cenário do movimento anti-globalização é descrito pelo autor como sendo de arrefecimento com o desgaste das grandes plataformas dinamizadoras do movimento antiglobalização (a AGP, no ramo do protesto e o FSM, no marco da proposta), o que tem levado a uma maior descentralização das ações coletivas em novas redes como forma de tentar revitalizar a contestação global.

Ainda assim, tal esgotamento está intrinsecamente vinculado a duas questões fundamentais amplamente estudadas pelas teorias das ações coletivas e dos movimentos sociais. Em primeiro lugar, a dificuldade existente para manter uma alta intensidade de conflito e participação ativa durante muito tempo seguido; e, em segundo lugar, a sempre contraditória e particular manifestação dos resultados dos movimentos que, em vários casos, leva a seu desaparecimento quando sua demanda central é absorvida de maneira parcial ou total (BINGEL, 2010, p. 34).

Apesar das avaliações duras sobre o caminho percorridos pelo movimento, e particularmente pelo FSM, pode-se afirmar que, *‘um outro mundo é possível’*, lema do Fórum Social Mundial, emerge, assim, frente ao *‘não existe alternativa’*, de Thatcher, ou ao *‘fim da história’*, de Fukuyama, como “uma importante ruptura discursiva, algo que já pode ser considerado um primeiro grande êxito deste movimento” (BRINGEL e MUÑOZ, 2010, p. 30). Ou, como diz Player, nessa fase o movimento antiglobalização apesar das dificuldades identificadas e divergências enfrentadas, podem ser observados alguns ganhos políticos relativos, em três âmbitos: uma expansão geográfica em áreas consideradas estratégicas ou simbólicas (Estados Unidos, África, mundo árabe¹⁶), convergências em torno de questões ambientais e a deslegitimação do Consenso de Washington.

¹⁶ Fóruns sociais espalhados em áreas consideradas estratégicas ou simbólicas: África subsahariana já recebeu três fóruns sociais mundiais e dezenas de fóruns nacionais ou continentais. 15.000 ativistas, principalmente das classes populares, participaram em cada um do Fórum Social dos Estados Unidos em Atlanta (2007) e Detroit (2010) cujas principais discussões foram sobre racismo, migrantes, trabalhadores domésticos, o direito à cidade ou movimentos em torno do alimento. Mas é sobretudo no mundo árabe que fóruns sociais têm proliferado. Sete

Pode-se perguntar, a essa altura do processo de constituição desse movimento global, o que resulta dele ou qual a aprendizagem política produzida pelo intercâmbio entre essas redes de movimentos e organizações sociais. Distingue-se seu repertório de mobilização e performance tão variado, acompanhado de inovações no âmbito da comunicação e convocação para protestos, nas formas de organização em rede e no tipo de ativismo.

Em 2010, fazendo um balanço analítico do movimento nesse período, com o qual concordo, Bringel e Muñoz (2010) sistematizam, aquelas que seriam, no momento, as características mais fortes encontradas na dinâmica do movimento antiglobalização: sua enorme heterogeneidade derivada da união de amplos setores da esquerda e de diversas lutas; o caráter espetacular de seu repertório de ações coletivas, que apresenta elementos do pacifismo, de ação direta, de inovação cultural e de resistência ativa, entre outras; a utilização das novas Tecnologias de Informação e Comunicação, que se constituíram em ferramentas-chave em todo o mundo para canalizar a informação contada pelos próprios movimentos sociais, mas que também funcionam como instrumentos de participação, mobilização e criação de identidade; a horizontalidade como forma de organização política, a partir de um sistema de tomada de decisões de caráter assembleístico e por consenso, desvinculado do centralismo, das fortes hierarquias e da lógica da representatividade; e uma estrutura organizativa descentralizada em forma de redes; a presença de uma conexão *glocal*, cujo lema *pensar globalmente, atuar localmente*, funciona como impulsor de uma engrenagem que permite identificar a globalização neoliberal como causa principal de diversos conflitos locais, com a importância da visibilização global dos conflitos e também dos trabalhos de base mais invisíveis; e, por fim, uma radicalidade reivindicativa frente a um modelo socioeconômico que se pretendia infalível.

A partir da observação do percurso do movimento, Bringel e Muñoz (2010, p.31) identificam em suas estratégias, repertórios e ideário, duas posições distintas – que podem aqui, ser entendidas como uma espécie de enquadramento interpretativo - sobre a sua ação global. Uma, pode ser chamada de reformista (ou da proposta), identificada no Fórum Social Mundial e com uma forte participação de Organizações Não Governamentais (ONG), seu foco está na reforma da globalização neoliberal, buscando incorporar questões sociais relevantes na agenda política para alcançar um determinado patamar de justiça global, incorporando graus de

fóruns internacionais lá realizaram-se, por exemplo, em outubro e novembro de 2010. 130.000 participantes do Fórum Social Mundial, 2009, em Belém também mostraram que o sucesso do antiglobalismo não é desmentido na América Latina, onde vários regimes progressistas permaneciam no poder.

participação em âmbitos institucionalizados; a outra, pode ser chamada como revolucionária (ou do protesto), majoritariamente identificado com a Ação Global dos Povos, com maior participação de movimentos sociais de base. Essa não exclui a proposição, mas está mais centrada no protesto, pode ser tida como rupturista, ao se posicionar abertamente contra o capitalismo e com uma atitude de enfrentamento diante das estruturas de poder dominantes. Diferente da primeira, a presença na cena internacional não está marcada pela aposta mais institucionalizada de uma participação sociopolítica por convite, mas pela participação por irrupção em determinados espaços. Enquanto na primeira postura prevalece a cooperação, nesta última o central é o conflito social.

E dizem mais, essa diferença é importante, porque chama atenção para o fato de muitas vezes se confundir ou restringir o movimento anti-globalização ao Fórum Social Mundial, o que prejudica compreender as diferentes dinâmicas de articulação das redes, dos confrontos nos protestos e de conflitos que permeiam os eventos FSM. Ao mesmo tempo, chama atenção para o fato de que as características do movimento não podem ser filtradas por uma oposição dessas duas posições. Entende-se que estes compõem, na dinâmica do movimento, uma identidade que integra essa diversidade e ambivalência, em que convergências no combate ao neoliberalismo, seja antiliberalismo ou anticapitalismo, possibilitam que essas posições intercambiem valores baseados na justiça global, concepções, práticas e formas de organização fora dos padrões da tradição da esquerda tradicional e construção de visões críticas da globalização e do capitalismo, com bases em outras referências teóricas subjetivas. Eles chamam atenção também para o fato de que os movimentos sociais globais não devem se confundir como sendo uma iniciativa de ONGs, ainda que essas participem em suas redes, mas apenas como uma parte dele. “Para compreender o movimento em foco, é necessário considerar as diferentes formas de produção e reprodução de sentido” (BRINGEL E MUÑOZ, 2010, p.31).

Voltando as faixas sugeridas por Player, o último período, inicia-se em 2011, ele o demarca pelo que chama de uma nova geração, situando o contexto de surgimento dos ciclos de protestos pós 2008 e as novas práticas de ação coletiva, para ele influenciada de alguma forma pelo movimento antiglobalização. Entre 2005 e 2010, o mundo árabe tem sido a região onde o maior número de fóruns sociais internacionais foram realizados. É nesta região que ocorreu em 2011, uma onda de movimentos. Eles denunciaram as políticas de austeridade, provenientes de medidas impostas pelo setor do capitalismo financeiro, e não de gastos do Estado com programas de segurança social, como querem fazer crer.

Para além da crise económica, o movimento '*ocupar*' e '*indignados*' especialmente, denunciaram a crise da democracia. Eles se rebelaram contra a falta de escolhas oferecida pelo sistema da democracia representativa e atuação dos partidos políticos, contra a desigualdade e corrupção, que se encontra entre o 1% dos mais ricos e líderes políticos. Para os ativistas dos *indignados* e dos *ocupas*, democracia não é um discurso, é também, e principalmente, uma prática. Esses ativistas experimentaram práticas de uma democracia direta, participativa e horizontal, seja em debates, processos de tomada de decisão, seja na organização da vida cotidiana, isso foi o coração de seus acampamentos e de suas assembleias.

Players (2010) percorrendo analiticamente o itinerário do movimento antiglobalização, distingue no seu interior, duas correntes de pensamento e práticas distintas, que coincidem em parte com a distinção feita por Bringel e Muñoz, mas utilizando categorias diferentes para qualificar essa distinção. Entendo que estas categorizações são complementares, e serão uteis para construção de elementos para análise do ciclo de protestos de 2013. Uma primeira corrente é representada por aqueles que são orientados por meio da subjetividade, a outra por aqueles que o fazem por meio da razão. A primeira é caracterizada por buscar ser criativa na realização das ações, por dar atenção a experiência subjetiva, no processo de resistência à lógica imposta pelo mercado. Contra a opressão da sociedade mercantil, eles inventam novas identidades, experimentam novas formas de viver juntos, igualitária, deliberativas, assim como, se propõem uma convivência baseada no respeito mútuo, na autonomia individual, buscando fugir da lógica utilitarista dominante.

O caminho de subjetivação está orientado pelo desejo de agir sob a máxima de Gandhi: "Seja a mudança que queres ver no mundo". Pleyers, acompanhando inúmeras manifestações antiglobalização, nos propõe como exemplo privilegiado desta corrente o movimento zapatista e especialmente sua tentativa de se organizarem em comunidades autônomas chamadas *caracóis*, e também a vários centros sociais na Europa e redes de jovens "ativistas da antiglobalização". Estes últimos desenvolveram uma cultura política e uma maneira de organizar-se, que são hoje o núcleo das assembleias, das ações diretas e dos acampamentos, constituem-se em uma nova geração global de jovens ativistas presentes nas revoluções árabes, nos indignados, no movimento ocupar e no #Yosoy132 no México.

A segunda corrente, orienta-se pelo caminho da razão, como ele chama. Em vez de potencializar a emoção e subjetividade, busca lançar mão de um instrumental técnico e profissional para lutar contra a ideologia neoliberal dominante e promover a cidadania ativa, para impedir que as orientações econômicas fiquem nas mãos de uns poucos especialistas. Desta

forma, esses agentes da antiglobalização, desenvolvem diagnósticos e propostas alternativas, refutando em nível de igualdade os prognósticos e políticas que estão no monopólio de uma elite de economistas vinculados a lógica do neoliberalismo, que afirmam não existirem alternativas, senão a proposta por eles, querendo com isso desencorajar a busca de alternativas socialmente justas. A organização ATTAC, exemplifica bem esta vertente, naquilo que propõe: aplicação de imposto para transações monetárias internacionais (e talvez todas as transações financeiras), a fim de limitar a volatilidade das taxas de câmbio.

Este ciclo, dos dias de ação global e dos Fóruns Sociais Mundiais, marca uma transição entre os ciclos anteriores e o ciclo que se abre, quase como uma continuidade deste, após a crise econômica mundial de 2008. Nas ruas e praças pós 2008, predominantemente, quem se apresenta em cena, não são militantes de partidos ou sindicatos, não são ativistas de ONGs, são ativistas de coletivos autônomos críticos às políticas de austeridade dos seus governos, à corrupção dos políticos, à concentração de poder das corporações financeiras no mundo e nos países, os quais declaram a decisão de condenarem essa política e convocar a população para agir contra essas políticas. Eles aderem a uma outra forma de fazer política, na rua, com democracia direta, sem representação dos partidos e parlamentares, decidindo em assembleias o que fazer e como se organizar para estar nas ruas ou nas praças.

A anti-globalização representa uma nova modalidade de ativismo político, pela forma que se expressa e pelos repertórios utilizados nos protestos, pela sua dimensão global e capacidade de difusão, uso das tecnologias de comunicação e informação, e impacto na dinâmica de confronto e estruturas de mobilização. É um ciclo de importância igual ao ciclo de mobilizações operário, estudantil e artístico dos anos 1960 ocorrido no mundo. O surgimento do movimento antiglobalização configura uma mudança relevante no plano internacional, pela existência deste novo ator e novas formas de mobilização que dialogam com os repertórios introduzidos a partir do ciclo de 1968.

Nesse sentido, a distinção de correntes no interior do movimento da antiglobalização, que Bringel e Muñoz e também Players sugerem, ajudam na construção da delimitação da noção de autonomismo, que utilizo como categoria empírica para discussão de tradições políticas culturais que emergem nos protestos de 2013 no Brasil, como também para identificar campos de conformação de enquadramentos interpretativos, que reconfigurados em seus repertórios e estratégias de confronto, fazem emergir certas correntes latentes em contextos específicos.

2.3. Primavera Árabe, Indignados e Occupy Wall Street

Considerando o contexto de crise do capitalismo desencadeada em 2008 e dos ciclos históricos de protestos realizados pelos movimentos sociais em âmbito global, qual o grau de influência das manifestações internacionais ocorridas entre 2010 e 2013 nos protestos de rua de junho de 2013, assim como na dinâmica de ação dos movimentos sociais, no Brasil? Quais as peculiaridades e que inter-relações podem ser estabelecidas entre os ciclos de protestos que ficaram conhecidos como Primavera Árabe, Indignados na Europa, Occupy nos EUA, estudantes no Chile, YoSoy132 no México, que podem nos ajudar a melhor interpretar o que ocorreu no Brasil em 2013? Assim como realizado sobre os ciclos anteriores, apresento características deste período destacando elementos centrais de seus repertórios.

Olhando numa perspectiva histórica para os ciclos de protestos em suas várias ondas, territoriais e temporais, como já tratado, encontra-se aí uma grande pluralidade entre os participantes, motivações, causas, conformação das redes de movimentos sociais e tipos de protestos. São diversas as dinâmicas que articulam os indivíduos e o coletivos nos eventos, deste período, que tem uma a marca da indignação, dos *indignados*, que encontrou em Stéphane Hessel¹⁷ (2011) uma referência filosófica emblemática, resignificada no “novo tempo do mundo” (ARANTES, 2014).

Pode-se dizer, como indicou Players, que de alguma forma estes protestos são uma continuidade do movimento da antiglobalização. Um movimento transnacional, com forte influência de práticas de um ativismo global, mas não desterritorializado, é um movimento de reivindicações pela soberania de sociedades nacionais diante da ação predadora do capital financeiro desterritorializado e transnacional. A indignação construiu uma identidade, agenciando uma ação em um tempo em que os partidos políticos, sindicatos e instituições estatais que haviam garantido políticas de bem-estar social, tem perdido legitimidade e autonomia.

Apesar das diferenças contextuais, uma das principais fontes de indignação foi a crise atual provocada pelo sistema financeiro globalizado. Frente a isso os governos estadunidense e dos Estados da União Europeia tem adotado o critério de privatizar serviços públicos, reduzir benefícios sociais e socializar os custos da crise. É contra estas imposições de natureza

¹⁷ Stéphane Hessel, que esteve em campos de concentração de judeus e participou da Resistência Francesa, escreveu, ao final da década passada, aos 93 anos de idade, um livreto chamado *Indignai-vos!*. Em poucos meses, a obra vendeu 1,5 milhão de exemplares e foi publicado em várias. Ele influenciou muitos jovens que estão se indignando no início desta nova década.

financeiro-monetaristas, que se sobrepõem aos interesses das maiorias que se tornam vítimas dessa crise econômica e dos estragos que esta política veio gerando aos serviços públicos de educação, saúde, justiça e outros, que se levantam, em diversas cidades do mundo, os indignados. O grito maior pela democracia reflete a experiência vivida em governos que têm perdido poder frente à força de mando dos financistas internacionais. É devido a essa realidade que o destinatário principal da indignação tem sido tanto as instituições do capital financeiro internacional quanto os Estados Nacionais.

Antes dos protestos que tiveram maior repercussão na mídia no Brasil, como o levante da população árabe, já estavam presentes na Europa movimentações sociais com protestos de rua e greves. Tarrow (2011a) comenta, uma série de protestos que eclodiram nos dois últimos anos anteriores a 2011, resultado da crise financeira global que começou nos Estados Unidos em 2008 e espalhou-se ao redor do mundo. O país mais afetado inicialmente foi a Grécia, a partir da crise que se instalou na União Europeia. Aí ocorreram protestos, confrontos políticos marcados por passeatas na rua combatidas com muita violência policial.

Da crise do Euro grego pode-se tirar três lições importantes para o estudo dos movimentos sociais hoje, ressalta Tarrow. A primeira lição tem a ver com a natureza da crise capitalista que disparou esses eventos – realidade que já exploramos anteriormente. A segunda lição é que há limites para a globalização e a internacionalização. A terceira lição é que, a crise financeira provocou uma grande onda de confrontos políticos, que, a depender dos diferentes contextos locais, criou estruturas de oportunidade política favoráveis a múltiplas formas de protestos, em cada país. Eventos de confrontação vem em ondas, mas raramente são sentidos simultaneamente, gerando um ciclo como o que se abre nesse período.

Tarrow dá alguns exemplos de protestos ocorridos em anos anteriores a 2011. Em Atenas, três pessoas morreram quando manifestantes incendiaram um banco durante uma greve geral contra medidas de austeridade adotadas como resposta à crise financeira. Em Madrid e Paris, as principais Centrais Sindicais convocaram uma greve dos trabalhadores do sector público, contra duras medidas de austeridade adotadas pelos dois governos, que em nome do enfrentamento da crise adotaram programas semelhantes. Na Alemanha, a Chanceler Merkel foi alvo de manifestações contra seu apoio ao plano de execução da dívida da Grécia. Nos Estados Unidos, houve uma reação populista à crise: o "Tea Party"¹⁸, reunindo partidários

¹⁸ Tea Party é um movimento formado por uma constelação de grupos locais de cidadãos Unidos pela sua oposição à agenda de Obama, eles consideram que projetos como a reforma de saúde, ou o pacote de estímulo econômico pode desnaturar o sistema econômico com base no mercado livre mercado e tornar o país socialista, levando-o à falência. Para alguns é um grupo "ultra-conservador" é de "extrema direita". Mais consensual é que os seus ativistas estão à direita da posição oficial do partido republicano na maioria das questões. Comentário de Castells tratando

conservadores republicanos, disfarçados de soldados contrarrevolucionários, realizaram protestos contra agenda social de Obama em votação no Congresso e apoiando candidatos conservadores nas eleições parlamentares de 2009 e 2010.

Em meio a esse tumultuado contexto de crise e suas primeiras reações, onde encontra-se formas mais convencionais de protesto, ações diretas e manifestação de setores conservadores, desencadeia-se um ciclo de protestos que demonstrou maior flego e envergadura. Em publicações dedicadas a refletir sobre os protestos de 2011, Castells e Safatle (2012), destacam o levante cívico na Islândia e a sua capacidade de enfrentamento às medidas de austeridade e respostas alternativas a elas.

Castells (2013) relata o desastre econômico provocado pela privatização do sistema financeiro e as fraudes desse setor que levaram a Islândia a acumulação de uma dívida externa astronômica e um achatamento do PIB e da renda da população de forma drástica, crise que em 2008 levou a manifestações da população, ficando conhecida como *revolução das panelas*. Iniciou com ato individual de um cantor protestando em frente ao parlamento, ampliando-se em 2009 em protestos massivos, nos quais a população utilizou o recurso de bater panelas e frigideiras, até fazer renunciar o primeiro ministro e levar a convocação de novas eleições, com indicação de revisão da constituição. Tal levante resultou em uma vitória eleitoral contra os conservadores que estavam no governo, por uma coalisão formada por sociais-democratas e verdes-vermelhos, neste mesmo ano, avançando em soluções com participação popular.

A Islândia decidiu que o uso do dinheiro público para indenizar os bancos seria objeto de plebiscito. Maneira de recuperar um conceito decisivo, mas bem esquecido, da democracia: a soberania popular. O resultado foi o apoio massivo ao calote. Mesmo sabendo dos riscos de tal decisão, o povo islandês preferiu realizar um princípio básico da soberania popular: quem paga a orquestra escolhe a música. Se a conta vai para a população, é ela quem deve decidir o que fazer, e não um conjunto de tecnocratas que terão seu emprego garantido nos bancos ou de parlamentares cujas campanhas são financiadas por estes. Gomo disse o presidente islandês Ólafur Ragnar Grímsson: "A Islândia é uma democracia, não um sistema financeiro". O interessante é que, com isso, saiu-se dos impasses da democracia parlamentar para dar um passo decisivo em direção a uma democracia plebiscitária capaz de institucionalizar a manifestação necessária da soberania popular (SAFATLE, 2012, p. 48-49).

do Occupy Wall Street afirma o seguinte: Tea Party, mistura de populismo com libertarismo que ofereceu o canal de mobilização para uma variedade de opositores indignados com o governo em geral e com Obama em particular. No entanto, quando ficou claro que o Tea Party era bancado pelas Indústrias Koch, entre outras corporações, e que fora apropriado pelo Partido Republicano, como tropa de choque a ser sacrificada no estágio final do processo eleitoral, o grupo perdeu o poder de atração para muitos de seus participantes. Já os mais obstinados se tornaram militantes de uma causa manipulada: inviabilizar o governo para deixar livres as mãos das grandes empresas (CASTELLS, 2013, p. 118).

O caráter polissêmico e geograficamente descentralizado das manifestações de indignação demonstra bem a inter-relação entre fatores locais e globais, entre condições específicas e intercâmbios que tornaram possíveis a aparição quase simultânea de movimentos em contextos geográficos às vezes contíguos e de realidades políticas assemelhadas, mas também em contextos geopolíticos muito diferentes.

As descrições do que aconteceu contemporaneamente e em sequência à movimentação da Islândia, uma onda de protestos e acampamentos (os ocupes), se prendem a enfoques que se centram em campos de interesse muito distintos, mas que revelam traços de cada um dos eventos e do seu conjunto, no que compõem um ciclo de protestos (TARROW, 2009), por sua intensidade e permanência no tempo, massificação e, nesse caso, extensão territorial global.

Nas descrições que seguem, feitas por diferentes autores e sobre os diferentes eventos, conforme observação dos contextos particulares e suas estruturas de oportunidade, participantes, tipos de repertórios e performances de confronto, por vezes resultados, eles destacam como acima, a dimensão da luta pela democracia direta, e como se segue, a presença de uma juventude de alta escolaridade desempregada com vínculos de trabalho precarizado, importância do uso das tecnologias de comunicação e informação online para os processos de mobilização, o caráter cênico e performático presente nos protestos e acampamentos, a ocupação de praças e parques em defesa desses espaços e da cidade como bens comuns.

A revolta árabe de 2011 pertence a uma classe rara de acontecimentos históricos: a da concatenação de levantes políticos, um deflagrando o outro em toda uma região do mundo, afirma Anderson (2011). Desde que se acendeu o fósforo na Tunísia, em dezembro de 2010, e as chamas se espalharam para o Egito, Bahrein, Iêmen, Líbia, Omã, Jordânia e Síria, não se passaram mais de três meses. O Oriente Médio e o norte da África ocupam uma situação à parte no universo político contemporâneo. A colonização formal demorou a chegar a boa parte do mundo árabe. A descolonização formal foi acompanhada por uma sequência praticamente ininterrupta de guerras e intervenções imperiais. As intervenções começaram cedo, com a expedição inglesa, em 1941, a edificação de um estado sionista, sobre a derrota da revolta palestina, esmagada pela Inglaterra em 1938–39. Daí em diante, um poder colonial em expansão, atua às vezes como sócio, às vezes por procuração. A sequência de frequentes agressões regionais, coincidiu com a afirmação dos Estados Unidos como o senhor do mundo árabe, no lugar da França e da Inglaterra.

O fato dessa Região ser o repositório da maior concentração de reservas de petróleo da Terra, vitais para as economias do Ocidente, diz Anderson, é o que vai gerar um grau

excepcional de vigilância e interferência euro-americana no mundo árabe. O que levou a instalação de bases aéreas, navais e de espionagem em todo o Golfo. Diante dessas condições geopolíticas, os países aí localizados, tem tido uma longevidade e intensidade de variadas tiranias que, desde a descolonização formal, rapinam o mundo árabe. Nos últimos trinta anos, regimes democráticos, espalharam-se da América Latina à África Subsaariana e ao Sudeste da Ásia. No Oriente Médio e no norte da África, não ocorreu nada parecido. Pelo contrário, mantiveram-se muitos ditadores. Persistindo de forma conectada, a dominação do sistema imperial americano e a ausência contínua de instituições democráticas.

Para ele esse é o quadro no qual a revolta árabe finalmente irrompeu, facilitada pelos dois grandes fatores de unidade da região: a língua e a religião. O mote dos levantes foram

[...] as demonstrações em massa de cidadãos desarmados, que em quase toda parte enfrentaram com coragem exemplar a repressão a gás, água e chumbo. Raramente articulado a um conjunto de instituições, o poder de atração da reivindicação de democracia surgiu mais como uma negação do *status quo* do que da afirmação do seu conteúdo. Punir a corrupção nos altos escalões do velho regime aparece com mais destaque do que as particularidades da Constituição a ser feita. Nem por isso a dinâmica dos levantes ficou menos clara. Seu objetivo é, no mais clássico dos sentidos, puramente político: liberdade. Na raiz da comoção que sacode o mundo árabe havia pressões sociais vulcânicas: desigualdade social, aumento do custo dos alimentos, falta de moradia, ausência de emprego para a juventude instruída – e não instruída – numa pirâmide demográfica sem paralelo no mundo[...]. Em parte, liberdade precisa ser reconectada com a igualdade. Sem essa conexão, as rebeliões podem facilmente murchar numa versão parlamentar da velha ordem, tão incapaz de responder à energia e às tensões sociais explosivas quanto as oligarquias decadentes do período de entre guerras (ANDERSON, 2011, s/p.).

A fagulha que gerou a explosão social que se estendeu por vários países, a Primavera Árabe, foi detonada na Tunísia, a partir do auto sacrifício por imolação de um ambulante, em cidade do interior do país, em protesto contra o confisco de sua banca de frutas e verduras, por ele ter se negado a pagar propina. Esse gesto de Mohamed Bouazizi, foi gravado e divulgado em vídeo pela internet, se viralizando. Isso impulsionou, entre a juventude, mobilizações que se espalharam em todo o país. Elas foram recebidas por uma brutal violência que chegou a matar mais de 147 pessoas. Tal reação social terminou por obrigar o ditador Bem Ali e sua família a deixarem o país, no entanto os manifestantes queriam o afastamento de todo o comando do regime (CASTELLS, 2013).

Como desdobramento desse levante difuso, como relata Castells, se conforma um grande movimento que vai se concentrar de forma muito mais massiva na capital, Túnis, exigindo novas eleições, sobre novas regras eleitorais, e gritavam “Fora! Fora!” para todos os

poderes constituídos: políticos corruptos, especuladores financeiros, policiais violentos e mídia subserviente. Para isso foi fundamental a divulgação pela internet dos protestos e da violência policial, assim como, a convocação para uma resposta contra essa situação nas ruas.

Em 22 de janeiro de 2011, o Comboio da Liberdade (Qdfilat alhurriyya), partindo de Sidi Bouzid e Menzel Bouzaiane, chegou à Kasbah, na medina de Túnis, pedindo a demissão do governo provisório de Mohamed Ghannouchi - uma óbvia continuação do regime anterior em termos de pessoal e de políticas. Afirmando simbolicamente o poder do povo, naquele dia os manifestantes ocuparam a praça do Gouvernement, no coração da Kasbah, local em que se situa a maioria dos ministérios. Eles montaram barracas e organizaram um fórum permanente envolvido em ardentes debates que se estendiam noite adentro. Por vezes as discussões duravam até duas semanas, sem interrupção. Eles filmavam-se e divulgavam o vídeo dos debates pela internet. Mas sua linguagem não era apenas digital. Os muros da praça foram cobertos de slogans em árabe, francês e inglês, já que o movimento desejava relacionar-se com o mundo exterior para reivindicar seus direitos e aspirações. Cantavam slogans ritmados e canções populares. Com muita frequência recitavam o verso mais popular do hino nacional: ‘Se o povo um dia quiser viver, o destino terá de responder’. Embora não houvesse líderes, surgiu uma organização informal para cuidar da logística e aplicar regras de participação nos debates da praça: as discussões tinham de ser educadas, respeitadas e sem gritarias, todos tinham o direito de expressar sua opinião, mas sem longos discursos, de modo a haver tempo suficiente para que todos pudessem exercer a recém-obtida liberdade de expressão. Uma discreta rede de vigilância, organizada pelos próprios manifestantes, garantia que as regras fossem respeitadas. A mesma organização informal protegia os acampados da violência e da provocação, fosse de fora, fosse de dentro. Houve violência policial e os ocupantes foram várias vezes expulsos da praça, mas voltaram a ocupá-la em 20 de fevereiro de 2011 e novamente em 1º de abril (CASTELLS, 2013, 25-26).

Essa descrição consegue apreender elementos que constituem características relevantes da dinâmica dos protestos, que se aglutinam e se potencializam realizando acampamentos em lugares simbólicos para o poder e a resistência, criando formas de organização, expressão e comunicação como descritas, exercitando modos de coordenação não centrado em lideranças personalizadas. Dito isso, Castells enfatiza, com mais detalhes o lugar que teve a internet, os blogueiros e a TV por satélite Al Jazeera¹⁹, para criar as condições favoráveis aos protestos e acampamento, alcançando a derrubada da ditadura, a criação de um movimento democrático que, como resultado, em 21 de outubro de 2011, conquistou a realização de eleições com novas regras. Na eleição a coalizão islâmica moderada recebeu 40% dos votos, saindo daí o primeiro ministro. “A conexão entre comunicação livre pelo *Facebook*, *YouTube* e *Twitter* e a ocupação

¹⁹ Al Jazeera é a maior emissora de televisão jornalística do Catar e a mais importante rede de televisão do mundo árabe, segundo o Wikipédia. Conforme o *Le Monde Diplomatique* Al Jazeera é um canal de televisão por satélite do mundo árabe que tem o mérito de oferecer aos telespectadores informações não censuradas.

do espaço urbano criou um híbrido espaço público de liberdade que se tornou umas das principais características da rebelião tunisiana, renunciando os movimentos que surgiram em outros países” (CASTELLS, 2013, p. 25).

Analisando a revolução egípcia Castells retoma elementos que se fizeram presentes na Tunísia. No Egito a situação limite que vai detonar a revolta é também dramática, vão ocorrer seis autoimolações, em protesto contra o preço dos alimentos e a onda de fome que se alastra. Esses episódios foram transmitidos à juventude por uma das fundadoras do Movimento da Juventude 6 de Abril, estudante da Universidade do Cairo. Os vídeos foram viralizados nas redes da internet, sendo espalhado o chamado à ação entre as redes sociais de amigos, familiares e associações.

Assim, em 25 de janeiro, dezenas de milhares de pessoas convergiram para a praça Tahrir (praça da Liberdade), um lugar simbólico e central, e, resistindo aos ataques da polícia, ocuparam a praça e a transformaram no espaço público visível da revolução. Nos dias subsequentes, centenas de milhares de pessoas de todas as condições, incluindo populações pobres urbanas, minorias religiosas (cristãos coptas tiveram grande presença no movimento, ao lado de islamitas e manifestantes seculares) e uma grande proporção de mulheres, algumas com seus filhos, usaram o espaço liberado da praça para apresentar suas manifestações, exigindo a renúncia de Mubarak e o fim do regime. Estima-se que mais de 2 milhões de pessoas tenham participado das manifestações na praça Tahrir em diferentes momentos. O dia 28 de janeiro veio a ser conhecido como a Sexta-Feira da Ira, quando um violento esforço da central de segurança da polícia para reprimir os protestos foi enfrentado com determinação pelos manifestantes, que ganharam o controle de áreas da cidade e ocuparam prédios do governo e delegacias de polícia, sob preço de centenas de vidas e milhares de feridos. Eventos semelhantes tiveram lugar no Egito em geral (CASTELLS, 2013, p. 47-48).

Durante um ano a luta permanece ativa contra os sucessores de Mubarak, sendo as sextas-feiras o dia simbólico de concentração na praça para expressão da indignação pela manutenção do poder sobre controle do Conselho Supremo das Forças Armadas, sendo a cada vez essas manifestações violentamente reprimidas pela polícia. A força da resistência em grande medida, foi de novo aqui, a combinação das redes da internet e das redes off-line preexistentes que divulgavam panfletos nas favelas sem acesso a rede digital e realizavam reuniões sociais e políticas nas mesquitas após as orações da sextas-feiras. A presença da jovem, uma mulher, no ato desencadeador dos protestos, é acompanhada por uma presença ativa das mulheres em todo o processo, desafiando e rompendo grandes barreiras culturais implicados nos papéis atribuídos a elas. Assim como foi de fundamental importância o envolvimento ecumênico das igrejas na derrubada da ditadura.

Foi a combinação entre mídia social na internet, redes sociais de pessoas e mídia tradicional, que possibilitou a existência de um território ocupado e concebido como um novo espaço público, que se fez na interação dinâmica entre ciberespaço e espaço urbano. Essa combinação conseguiu afirmar a libertação de determinado território que havia escapado ao controle da autoridade do Estado e era autogerido, apoiado por uma ampla rede de solidariedade. Essa solidariedade comunal criada na praça Tahrir inspirou o repertório dos movimentos Occupy. Solidariedade expressa de muitas formas, desde as “práticas sociais do autogerenciamento da logística da vida cotidiana durante a ocupação a gestos como a proteção da praça por cristãos coptas durante o sírio de 21 de novembro, enquanto os muçulmanos faziam suas orações de sexta-feira” (CASTELLS, 2013, p. 51).

A dimensão da ocupação e liberação de espaços públicos nesse ciclo de protesto, como enfatizado por Castells, a partir da sua perspectiva de sociedade em rede. Essa perspectiva salienta a articulação online e off-line, como condição de possibilidade e garantia para afirmação da força coletiva, capaz de mobilizar emoções e dissolver medos, como o que tornou possível o enfrentamento de ditaduras tão arraigadas. É visto por Hardt a partir de outro enfoque teórico, como ele exemplifica, recorrendo ao levante na Turquia.

O acampamento no Parque Gezi, em Istambul, é exemplar para a exigência pela criação do comum. A fagulha dos protestos turcos se deu com a resistência ao plano neoliberal de privatizar o espaço público – no caso, a construção de um shopping center imitando antigos quartéis otomanos bem no parque central da cidade. Os movimentos, por um lado, se opuseram à privatização. Mas, por outro lado, também se opuseram ao controle público (quer dizer, estatal) do espaço urbano. No curso da luta, o movimento tornou o parque e a circunvizinha Praça Taksim um espaço comum, – aberto a todos e organizado segundo mecanismos de governança democrática. Esse desejo por um comum através de Istambul e além é uma maneira de exprimir o direito à metrópole. O desejo pelo comum, especialmente em formas metropolitanas, é a cola que mantém unidos os movimentos da multidão (HARDT, 2014, p.8).

A defesa do comum pela multidão e o acionamento da internet, em Hardt, desloca a ênfase da análise da importância do uso da rede e a constituição de novas relações a partir dela, para a potência da revolta do trabalho de um novo tipo. As revoltas da multidão revelaram o poder de uma força de trabalho emergente. Jovens inteligentes, muitos com alto grau de instrução e com habilidade no uso da internet, se tornam fundamentais nas lutas. Para eles não constituem uma classe média, por serem inteligentes e terem competências semelhantes às das classes altas. Esse segmento na maioria das vezes está no mundo do trabalho de maneira precária. Mesmo sendo elas extremamente produtivas, criativas e pode-se dizer realizadoras de novas formas de vida social – uma ‘produção biopolítica’. A defasagem as grandes capacidades

produtivas dessa juventude, as “oportunidades miseráveis oferecidas a eles, na sociedade contemporânea, tem sido uma das forças primárias das revoltas nos anos recentes. Temos que reconhecê-las como revoltas do trabalho, noutras palavras, revoltas do trabalho talvez de um novo tipo” (HARDT, 2014, p. 9).

O contexto histórico e político da região onde ocorreu a Primavera Árabe, diferente das demais, tem peculiaridades e diferenciações que exigem a inclusão de algumas informações, como já registrado acima. Recuperando alguns traços dos protestos e revoluções que caracterizaram essa onda, em que resultou, Visentini (2014; 2015) faz uma breve explanação que ajuda a situar esses desdobramentos em suas particularidades geopolíticas. A Primavera Árabe abalou ou derrubou velhas oligarquias autoritárias que estavam no poder há décadas, tanto monarquias tradicionais como repúblicas modernizadoras. Na já vista onda de confrontações políticas que produziram mudanças violentas e imprevisíveis, alterando a correlação de forças regional.

Além da mudança de governo na Tunísia e no Egito houveram guerras civis no Iêmen, na Síria e na Líbia, esta última com intervenção estrangeira para apoiar os rebeldes. No Barein, a população xiita apenas não derrubou o governante sunita porque a Arábia Saudita interveio militarmente em sua defesa. Em todos os demais países da região a tensão tem sido grande, com enfrentamentos esporádicos. Observa-se em toda Região embates generalizados contra autoridades opressivas, com fundamentos socioeconômicos comuns, busca de democracia, revolta de pobres por melhores condições econômicas, conflitos de clãs, rivalidades religiosas e conflitos entre forças políticas, golpes de Estado seguido de intervenção estrangeira (a exemplo da Líbia).

Visentini, partindo de uma abordagem que se baseia na análise das relações internacionais, destaca que, é preciso ir além do que se acredita quanto ao fator que desencadeou os movimentos. Muitos os veem como vinculados ao acesso e emprego das novas tecnologias da comunicação e informação, que estaria nas mãos de uma nova sociedade civil global, com posta por jovens. Existe uma outra variante que deve ser considerada, a utilização explícita da política de Mudança de Regime (Regime Change) das chamadas "Revoluções Coloridas"²⁰.

²⁰ "Revoluções Coloridas", um novo elemento das relações internacionais. E, basicamente, uma estratégia de mobilização para provocar uma mudança pacífica de regimes políticos desgastados, que se tornaram indesejáveis às grandes potências. Elas tiveram início como forma de derrubar os regimes comunistas do Leste Europeu (não mais apoiados por Gorbachov), especialmente na Alemanha Oriental e na Tchecoslováquia (Revolução de Veludo). a estratégia foi empregada com sucesso na Sérvia em 2000 (Revolução Bulldozer), na Geórgia em 2003 (Revolução Rosa), na Ucrânia em 2004 (Revolução Laranja), no Líbano (Revolução Cedro) e no Quirguistão (Revolução Tulipa) em 2005. Mas na China, na Venezuela, no Irã (Verde), na Rússia, na Bielorrússia, em Mianmar e no Zimbábue, entre outros, ela (ainda) não atingiu seus objetivos. Finalmente, chegou aos países árabes em 2011.

Estas constituem-se em uma estratégia de mobilização para provocar uma mudança pacífica de regimes políticos desgastados, que se tornaram indesejáveis às grandes potências. Nelas se potencializam o uso da tecnologia da informação. Sempre estão presentes slogans, logos, a adoção de uma cor ou flor padrão, um kit que inclui camisetas, bandeiras, faixas e balões, lembram as convenções partidárias dos EUA, e estabelecem uma conexão comum com a grande mídia global, o que se viu lá mantém uma semelhança muito grande com esse padrão²¹.

Para Visentini pouca coisa realmente mudou, pois houve mais a saída de personagens detestados do que uma transformação de regime na Tunísia e no Egito, enquanto a situação permanece bloqueada no Marrocos, Argélia, Jordânia, Líbano, Irã e nas petromonarquias. O Afeganistão se mostra bastante instável. Há um vizinho que talvez esteja se encaminhando para a perda quase total da governabilidade, que é o Paquistão. A Síria, o Iémen, a Líbia pós-Kaddafi e o Iraque vivem guerras civis de base comunitária e religiosa, sem uma solução estabilizadora à vista. A única mudança profunda ocorrida, ou Revolução, foi a da Líbia, que melhor poderia ser considerada como Contrarrevolução (com intervenção externa), pois restaurou um modelo social mais atrasado, sem a velha monarquia como elemento legitimador e mediadora entre os diversos clãs.

A eleição do muçulmano Mursi no Egito foi revertida por um golpe militar do General Sisi em 2013 (eleito em 2014), mas, graças ao apoio russo, o regime de Bashar Assad se mantém na Síria. Todavia, o vácuo criado permitiu o surgimento de um outro movimento ainda mais radical no Iraque e na Síria, o Califado Islâmico do Iraque e do Levante, ou Estado Islâmico. Radical, cruel e muito bem armado, ele conta com apoio do Catar, de alguns príncipes

Não existe prática sem teoria. Segundo os professores G. Sussman e S. Krader, da Portland State University/Estados Unidos, "as Revoluções Coloridas não são espontâneas, mas resultado de uma vasta planificação. Os Estados Unidos, em particular, e seus aliados exerceram nos Estados pós-comunistas uma impressionante gama de pressões e utilizaram financiamentos e tecnologias a serviço de 'apoio à democracia'. O teórico da nova técnica de mudança de regime é o politólogo americano Gene Sharp, professor emérito de Ciência Política na Universidade de Massachusetts e pesquisador na de Harvard, que publicou a obra *From Dictatorship to Democracy*, disponível em 25 idiomas, inclusive em árabe. Sharp foi um dos criadores da Albert Einstein Institution, organização destinada a estudar a metodologia da resistência não violenta. Robert Helvey, ex-coronel das Forças Armadas dos Estados Unidos, se encarregou de difundir essa estratégia política pelo mundo com a finalidade de desestabilizar regimes indesejáveis. Além dessa, muitas outras instituições trabalham na mesma direção: USAID, National Endowment for Democracy (NED), International Republican Institute (IRI), National Democratic Institute for International Affairs (NDI), Freedom House, Open Society Institute, e last but not the least, a Fundação Soros, uma das mais ativas (VISENTINI, 2014, p. 141).

²¹ Qual a razão para os EUA instigarem a derrubada de um velho regime amigo, ou tentarem direcionar um movimento que deseja fazê-lo? Em política, não há aliados permanentes, ameaças a hegemonia das potências redefinem as alianças, mesmo correndo riscos. Fundações americanas e europeias pró-democracia e ONGs despenderam previamente milhões de dólares nos países afetados pelas Revoluções Coloridas. A metodologia empregada é ministrar cursos sobre democracia, direitos humanos e governança, bem como selecionar *ciberdissidentes* e prepará-los para a ação política pacífica. Os instrumentos de "luta" são o *Skype*, o *Facebook*, o *Twitter*, a internet e o celular, sendo que o último jogou um papel fundamental para mobilização de massa, já que os demais ainda são acessíveis apenas a uma elite globalizada [...] Quem são os agentes dessa ação? (VISENTINI, 2015, p. 119).

sauditas e a convivência da Turquia, que deseja ocupar um papel de liderança na região. Está em processo uma verdadeira limpeza étnica contra cristãos e outras minorias nos dois países. Na Líbia, o vácuo de poder permitiu a certos grupos articular a migração massiva de pessoas da África e do Oriente Médio em direção à Itália, gerando uma crise humanitária e política, com milhares de mortes. A lógica dos conflitos é a tentativa das monarquias sunitas e da Turquia (com um governo Islâmico) de controlar as nações e forças aliadas do Irã xiita na região, ocupando o vácuo deixado pela retirada americana. Nesse ponto, contam com o discreto apoio de Israel, dispostos a impedir a normalização do Irã com o Ocidente e sua projeção regional como potência. O problema é que o apoio a fanáticos islâmicos e aventureiros pode gerar um efeito ainda mais devastador na região, como se observa no Iêmen (VISENTINI, 2015, p. 120-121).

Os ventos das lutas por democracia geraram um novo movimento a partir da sociedade, de descolonização interna, mas sem condições de estabelecer a estabilidade política desejada. Com a desestabilização das relações externas na Região, observa-se o fortalecimento do movimento “Estado Islâmico”, que traz a cena novas perplexidades.

Islândia, Tunísia, Egito, Turquia deste eixo do grande Médio Oriente, num processo de contaminação e difusão das revoltas, vão estender-se pela Europa, para além dos surtos já vividos pela Inglaterra e Grécia, chegando a Espanha, ganhando como expressão pública a denominação de protesto dos indignados, como já referido.

Para discutir, o movimento dos Indignados, na Espanha, tomo como referência a elaboração de Bringel (2015), que auxilia na compreensão do contexto e das características deste ciclo. Conforme este autor, a questão democrática é central para os movimentos sociais espanhóis desde a década de 1970, por várias razões. A organização territorial; a cultura política localista que advém das tradições organizativas autogestionárias, mas também das especificidades dos conflitos nacionalistas; e as influências de matrizes político-ideológicas autonomistas e libertárias são elementos determinantes para esta centralidade da democracia. Na Espanha, informa, há inúmeros coletivos que valorizam o político e enfatizam os aspectos subjetivos e pessoais do ativismo. Essas características se alinham ao caráter antiautoritário, antiburocrático, antimilitarista, anti-imperialista, antipatriarcal e antiprodutivista que tem marcado boa parte dos movimentos sociais espanhóis desde a luta contra a ditadura franquista.

Na Espanha, no contexto da década de 1990, os movimentos sociais em sua diversidade, também estiveram influenciados por dinâmicas globais de participação e associação, tais como a expansão das organizações não governamentais (ONGs), sendo que alguns movimentos se converteram em ONGs. Neste período, os indivíduos ganharam maior centralidade e os limites de ruptura com a ordem estabelecida se reduziram. Uma parte das ONGs acabou entrando em choque com uma nova geração de ativistas e um novo ciclo de protestos que emerge na mudança

de século. Refiro-me ao *Movimento Okupa* que se organiza em torno da crítica à especulação imobiliária e da apropriação de espaços para uso cultural ou como moradia; a luta estudantil contra a mercantilização da educação; os protestos e assembleias contra a precarização do trabalho. Sobre este último, Bringel cita o caso do *May Day*, movimento que adquiriu dimensão europeia, vinculando sindicalismo de base, coletivos de precários, associações de migrantes, anarquistas e feministas.

A partir destes conflitos, em Madri, foi criada uma iniciativa em 1997, *Rompemos el Silencio* – RES, que organizou por alguns anos a Semana de Luta Social, com ações diretas de desobediência civil. Entre os anos de 2005 e 2010 foram ocupados vários espaços simbólicos da cidade. Em 2008, quando a crise financeira começou a repercutir na Espanha, os ativistas do RES ocuparam a Bolsa de Valores de Madri para denunciar a ganância do capitalismo global e para protestar, de forma mais específica, contra o congresso mundial de petróleo celebrado durante aqueles dias na capital espanhola, descreve Bringel. Um ano depois, as consequências da crise se agravaria, tornando-se visíveis em despejos, desemprego e na perda de direitos sociais e trabalhistas. Diante dessa conjuntura, 52 ativistas são detidos em junho de 2009 por ocupar o Cassino de Madri com lemas como “Por estas portas não entra a crise” e “Nós não pagaremos a crise”. Um ano antes da emergência em 2011 do Movimento dos Indignados, o RES convoca sua semana de luta social para o dia 15 de maio de 2010, na mesma linha de anos anteriores. Outra articulação do período é a Plataforma dos Afetados pelas Hipotecas – PAH, que foi precedido por outro movimento de luta por moradia, o V de Vivienda, que nasce em 2006. Todas estas articulações, plataformas e outros coletivos, realizavam protestos e buscavam ampliar o alcance de suas ações.

A busca de ampliar as mobilizações pelas redes sociais é um elemento importante para a mediação com indivíduos não organizados nos moldes anteriores. O uso das novas tecnologias de comunicação é desenvolvido inicialmente por jovens ativistas, e se retroalimenta de iniciativas locais e de uma gramática contestatória diversa que rompe, em certa medida, com dinâmicas já existentes no ativismo espanhol, e criam campanhas e linguagens mais diretas e com maior apelo público. Neste período, são organizadas diversas e heterogêneas assembleias dinamizadoras que incorporam pessoas que não vinham de uma militância anterior. Isso tudo desemboca na emergência de um ciclo de protesto. Movidos pela indignação, assim serão reconhecidos, tendo o movimento se batizado por 15M, em referência ao dia de eclosão da ação, prática nascida no movimento antiglobalização, demarcando os dias de protesto contra as cúpulas econômicas.

A Porta do Sol, principal acampamento dos Indignados, é o local, em Madri, onde, por várias décadas, encerram-se as manifestações. No dia 15 de maio de 2011, a manifestação convocada era uma forma de visibilizar o descontentamento profundo diante da situação política e econômica e das propostas que circulavam para as eleições municipais e gerais, que seriam uma semana depois. Ao término do protesto, vinte e quatro manifestantes queriam permanecer na praça e foram detidos. A informação circula e no dia seguinte ocorre nova concentração, bem mais massiva, de solidariedade. No fim da manifestação a praça estava ocupada e este repertório de ação se disseminou largamente pela Espanha. Em poucos dias, havia centenas de acampamentos nas principais praças.

Os Indignados exigiam: reforma fiscal e eleitoral, supressão dos privilégios dos políticos, defesa dos serviços públicos e dos direitos sociais, regulação da corrupção e do mercado financeiro e democratização da política e dos mecanismos deliberativos e participativos. Terminado o período dos acampamentos, o movimento se expande para diversos bairros com o lema “*No nos vamos, nos expandimos*”, adotando outras expressões e dinâmicas próprias, em outras cidades para onde o movimento se espalhou. Segundo Bringel “as dinâmicas posteriores variaram muito, dependendo das especificidades dos lugares, das correlações de forças e tradições locais e das concepções dos ativistas sobre o que havia sido o 15-M e sobre o horizonte a seguir” (BRINGEL, 2015, p 70). Bringel destaca o que seriam as novidades deste ciclo

Seja como for, a emergência do 15-M — assim como seus desdobramentos no momento pós-acampamento — representou uma inflexão diante da trajetória prévia dos movimentos sociais espanhóis. Novos elementos, dinâmicas e atores emergem e outros permanecem, embora de maneira ressignificada. Entre as novidades, podem ser destacados três elementos fundamentais. O primeiro é a criação de plataformas e coletivos abrangentes e transversalizantes, constituídos sem siglas de partidos, movimentos e sindicatos. O segundo, a ruptura parcial com os canais, formas e atores convencionais de mediação ativista e de difusão dos protestos, convocados virtualmente de maneira mais descentralizada. Por fim, o 15-M produz um tencionamento na orientação eminentemente sociocultural dos movimentos sociais espanhóis (pouco capazes de interpelar a sociedade como um todo e desafiar as estruturas de poder), introduzindo um certo pragmatismo político praticamente inexistente antes [...] Une-se a isso a busca pelo protagonismo social, a tentativa de superação de dicotomias prévias (reforma/revolução ou elites/massas) e a construção de outros horizontes a partir de processos que não estão determinados a priori. Por fim, pode-se dizer que não são movimentos minoritários, mas sim movimentos de maioria social que se forjam após ciclos de mobilização e politização resultantes do que tenho definido como “transbordamento societário” (BRINGEL, 2015, p 70).

No repertório de ação do Movimento dos Indignados esteve a criação de espaços de convergência, de debate e organização que, ao mesmo tempo, se tornavam lugares de protesto. Isso se torna visível na ocupação do espaço público para a realização de acampamentos e assembleias, mas também na construção de algumas ações coletivas, a exemplo das marchas e as *mareas* (“marés”), mobilizações cidadãs que se diferenciavam por cores e eixos de reivindicação, saindo de lugares diversos para “inundar” as cidades e convergir em um ponto específico previamente estabelecido, podendo, em alguns momentos, fazerem convergir várias lutas, tornando-se multicoloridas. Bringel salienta que “protesto e proposta não aparecem, desse modo, como duas esferas e momentos dissociados, mas sim como parte integrante de um processo, em que convivem concomitantemente forças destituíntes e instituintes” (BRINGEL, 2015, p.71).

A partir de entrevistas realizadas, Bringel, ressalta ainda, que há uma consciência entre os ativistas de estar vivendo um momento “único” ou “histórico” e de ser parte de um movimento mais amplo de contestações pelo mundo. Ele se refere à expressão “nada será como antes”.

Para boa parte dos movimentos sociais preexistentes a maio de 2011, o novo cenário é propício para deslocar velhos sectarismos e dogmatismos e para aprofundar um processo de radicalização baseado na crítica do modelo de desenvolvimento, de democracia e de representação e na (re)construção de processos de autogestão e de espaços autônomos. Para parte dos novos ativistas que passaram a se mobilizar com o 15-M, observa-se a oportunidade de recolocar a política a serviço de uma maioria social excluída, combinando pressão e incidência com iniciativas concretas, de protagonismo cidadão, que permitam fortalecer a participação, os direitos e o consumo crítico. Como isso será feito nos próximos anos depende, no entanto, não somente das visões e das propostas dos atores, mas também dos mecanismos e instrumentos políticos usados para tal fim (BRINGEL, 2015, p 71).

Taibo (2011) indica que o 15-M, ou Indignados, como ficou conhecido no Brasil, se alimentou de “duas almas”: os movimentos sociais alternativos, que já vinham se organizando previamente, e a juventude indignada. A questão geracional é uma dimensão central na emergência desse novo espaço e momento de mobilização, pois os atributos, visões de mundo, formas de socialização nem sempre encaixam com as de ativistas mais experientes. Os novos atores e ações levaram, finalmente, à construção de enquadramentos sociopolíticos que contribuíram a impulsionar o momento de transição social e política vivido no Estado espanhol, a partir dos marcos de dignidade, justiça e democracia real, que, em termos cognitivos, discursivos e políticos, foram aos poucos se materializando em diversas propostas.

As revoltas não pararam na Europa, atravessaram o atlântico chegando na América, ao Estados Unidos, a Nova York, a Wall Street. Como adiantado anteriormente por Tarrow, a política de austeridade, promoveu cortes e contenções nas políticas sociais do país, colapso do sistema de financiamento imobiliário e execução de dívidas de mutuários, que perdem suas moradias, estando muitas vezes desempregados.

O Occupy Wall Street, como ficou conhecido, aí iniciando, espalhou-se de cidade em cidade, adotando a tática de tomar um espaço público, um parque central, uma praça próxima geograficamente aos centros de poderes políticos ou econômicos, postando os seus corpos aí nesse território, tornando um lugar político de iguais, um espaço aberto ao debate sobre o poder, discutindo o que este está fazendo e o quais as formas que se tem ao alcance de enfrentá-lo. Para Harvey (2012) essa tática estava sendo retomada da Praça do Sol, em Madri, praça Syntagma, em Atenas, nas escadarias de Saint Paul, em Londres. Ela expressa o poder coletivo e a força que têm a presença de corpos humanos no espaço público, como isto continua sendo um instrumento efetivo de oposição, quando todos os outros meios estão bloqueados.

Diferente da ênfase dada por Castells, para Harvey, a praça Tahrir mostrou ao mundo, que são os corpos nas ruas e praças, não a difusão de informações e imagens apelando para as emoções no *Twitter* ou *Facebook*, o que realmente importam. A força está nos acampados afirmando os seus objetivos num lugar público. Ele transcreve trechos da declaração do Movimento *Occupy* nos Estados Unidos:

Nós, as pessoas, estamos determinadas a retomar nosso país dos poderes do dinheiro que atualmente o controlam. Nosso intuito é provar que Warren Buffett está enganado. Sua classe, os ricos, não vai mais governar sem oposição e nem herdar automaticamente a terra. Sua classe, a dos ricos, não está destinada a sempre vencer [...]. Somos os 99%. Somos a maioria e essa maioria pode, deve e vai prevalecer. Uma vez que todos os outros canais de expressão estão fechados para nós pelo poder do dinheiro, não temos outra opção a não ser ocupar os parques, praças e ruas de nossas cidades até que nossas opiniões sejam ouvidas e nossas necessidades atendidas (HARVEY, 2012, p. 61).

Com este tipo de plataforma, os acampados do Parque Zucotti, constituem-se em um movimento? Que tipo de movimento? Esse foi um debate que surgiu na mídia, em parte com o objetivo de descredibilizar e criminalizar a iniciativa, por outra parte, pelo entendimento do que seja um movimento social, a exemplo do que foi o movimento pelos direitos civis, que travou uma acirrada luta, com grandes protestos contra a discriminação racial, conseguindo incidir na mudança de legislação. Algumas personalidades públicas, entre elas, Andrew Young, um jovem pastor à época da luta pelos direitos civis, não reconhece o acampamento como um movimento,

outros o vêem como um Tea Party de esquerda, ou seja, os participantes não representam nenhum segmento da população e nem apresentam demandas específicas, com suas performances buscam chamar atenção para posições e organizações da esquerda.

Tarrow (2011b) começa sua análise sobre o acontecimento do Occupy, dialogando com essas visões restritivas sobre os movimentos sociais, apresentadas no parágrafo acima. Concordo com sua análise, em especial quando afirma que, assim como o movimento 15M de Madrid, o Occupy é um movimento de um tipo completamente novo. Diferente do movimento dos direitos civis e do Tea Party, ele não nasceu para atender setores sociais específicos. No primeiro caso, afro-americanos enfrentaram o peso das leis segregacionistas do Sul, no segundo caso, americanos mais velhos, brancos de classe média se consideravam vítimas de medidas sociais do governo federal, por ameaçar sua estabilidade de classe, seu discurso é de que trabalham duro para ganhar o seu pão, que os pobres façam o mesmo, o governo não têm que subsidiar as políticas sociais para quem não trabalha. Occupy Wall Street apresenta novas propostas de políticas, tem uma configuração social e política polissêmica mas baseada em valores de igualdade e justiça social, que se espalhou por todo o país. Sua declaração afirma que o sistema deve proteger os direitos e que, ante a corrupção do sistema, é responsabilidade dos indivíduos proteger seus próprios direitos e os dos seus próximos. Pode-se dizer que está é uma plataforma política, mas não está nela a explicação do que seja um novo tipo de movimento.

Os movimentos podem ser divididos em três tipos, diz Tarrow. Esta divisão pode ser delineada de acordo com o que pretendem com sua ação, um pode ser tomado por aqueles que se baseiam em determinadas reivindicações políticas, outro os que agrupam-se por segmentos ou identidades que pretendem representar ou construir como afirmação perante seu antagonista. Seja o movimento por direitos civis, como Tea Party, podem ser classificados no primeiro ou no segundo tipo. Occupy Wall Street representa o terceiro tipo de movimento nessa classificação, é o que poderia ser chamado de um movimento do tipo "aqui estamos nós", para contestar e realizar. As pessoas que participam, nem estão revoltadas contra Obama nem apoiando-o, também não são uma multidão enfurecida como alguns querem fazer parecer. Com a sua presença pública, tudo o que dizem aos outros é: reconheçam-nos.

Para Tarrow, Occupy na verdade têm semelhanças com o movimento feminista da década de 1970, identificado na literatura com um dos novos movimentos sociais. Quando emergiram os protestos feministas, após o movimento dos direitos civis, ele chocou a conservadores e a liberais, ambos ficaram confusos com o que acontecia. Os primeiros consideravam as ativistas como anarquistas desvairadas que queimam sutiãs; os segundos as

viam como mulheres pouco femininas, ou como liberais bem intencionadas que se desentocaram. Algumas líderes do novo movimento feminista queriam incluir certas políticas na agenda pública, no entanto, sua principal demanda era de reconhecimento, de consciência do quanto a sua condição de sexo e gênero trazia consequências para vida cotidiana. De forma semelhante, quando os ativistas do Occupy enfrentam e atacam Wall Street, o que querem e a quem atacam? Essa é uma pergunta polêmica quanto as possibilidades e alcances de um movimento deste tipo. Tarrow o vê como um movimento que não é contra o capitalismo, mas contra o sistema de relações econômicas, seus excessos de austeridade e negligência em relação ao que é público. Em sua interpretação, estes tipos de movimentos *aqui estamos nós*, costumam iniciar rapidamente e dissolver-se na mesma velocidade, ou se fragmentam em muitos eixos de reivindicações e interesses particulares, ou ainda, como os novos movimentos feministas, geram alguns setores organizados, cada um compondo um conjunto de demandas e identidades políticas.

Com base no relato de um participante do movimento, Graeber (2015), ativista, que assume uma perspectiva anarquista e é também acadêmico, farei intersecções com as análises de Castells (2013). Para Graeber no processo de articulação, organização e ocupação, encontram-se esforços de ativistas e coletivos que foram parte do movimento antiglobalização, em especial nos protestos contra as cúpulas econômicas, sendo Seattle a mais emblemática. Ele mesmo integrou o DAN e reencontrou, durante os debates da campanha Occupy Wall Street, muitos ativistas desse tempo. Na ebulição dos debates provocados pela situação da crise econômica, entre anarquistas, autonomistas e grupos de ativismo político cultural e de mídia livre, inseriam-se intercâmbios e informações sobre as experiências dos acampados na Grécia, em Syntagma; em Tahrir, no Egito e na Praça do Sol na Espanha.

Enquanto isso um grupo de publicitários *Adbusters*²² tinha se lançado numa campanha para fazer um enfrentamento a crise provocada pelas corporações financeiras, que tinha por plano ocupar Wall Street, criaram para isso um slogan que fosse atrativo e expressasse com precisão a mensagem que se quer passar e depois ficaram insistindo na mensagem, para criar as condições de realização da ação: Occupy Wall Street. A campanha estava convocando a ocupação para o dia 17, dia em que ocorreu a assinatura da Constituição americana, o que

²² Adbusters: revista ligada aos *culture jammers*, criada por publicitários rebeldes que tomaram nojo da indústria para a qual trabalhavam e decidiram mudar de lado, usando suas habilidades profissionais para subverter o mundo corporativo que haviam sido treinados para promover. Ficaram famosos por criar subversões de propaganda, antianúncios (GRAEBER, 2015, p. 27).

denotava que a convocação para a ocupação queria restaurar a democracia tornando o sistema político independente do poder do dinheiro.

Antes dessa iniciativa ocorreu uma batalha entre o que vou chamar de grupos de ciberativismo e de ação política cultural e mídia livre, e harkers que atuam em defesa das corporações financeiras, chama atenção Castells. Outros grupos e redes também se envolveram na convocação da campanha Occupy, o *AmpedStatus*, rede de ativistas organizados em torno de um site, vem postando há algum tempo análises e informações sobre a destruição financeira da economia americana, e difundiam elementos que coincidem com suas ideias: “é chegado o momento de os 99% dos americanos se mobilizarem”. O site do *AmpedStatus* sofreu repetidos ataques cibernéticos da parte de agressores misteriosos. O *Anonymous* veio em seu socorro, e o site, assim como a rede em torno dele, sobreviveu e começou a construir o movimento dos 99%, planejando uma "Rebelião Empire State" e um subgrupo do *Anonymous* juntou forças com o *AmpedStatus* para criar a plataforma 99A, apresentada na rede social deste último site. No dia 23 de março de 2011, o *Anonymous* convocou um Dia da Fúria, na esteira de apelos semelhantes no mundo árabe. A coalizão 99A também convocou sem sucesso a ocupação, no dia 14 de junho, do *Liberty Park* (que depois passou a se chamar *Zuccotti Park*), a dois quarteirões de Wall Street (CASTELLS, 2013).

Os grupos autonomistas e anarquistas se reuniam discutindo se participariam ou não da ocupação. Tinham dúvidas quanto a viabilidade da convocação e da sua concretização. Antecipando-se ao acampamento inspiravam-se, por exemplo, na ocupação da praça Syntagma, localizada próxima ao parlamento grego, lá haviam criado uma assembleia popular permanente, que chamavam de uma nova ágora, com princípios de democracia direta. Quando da sua instalação, ocorreu uma grande disputa entre marxistas e anarquistas quanto a que expressão utilizar para nomear o acampamento, os marxistas queriam copiar os Indignados da Espanha chamando-a de democracia real, os anarquistas queriam afirmar a expressão democracia direta, em votação, estes últimos venceram, narra Graeber.

Nas conversas preparatórias entre os anarquistas, a perspectiva era que a ocupação-acampamento, enquanto assembleia, ela mesma, fosse a mensagem, como um fórum aberto para que as pessoas falassem sobre os problemas e propusessem soluções não contempladas pelo sistema atual; ou para que discutissem a criação de um novo sistema. Uma assembleia que se espalhasse por muitos lugares na cidade, no país. Para ele, esse tinha sido o sonho do Movimento de Justiça Global – que venho chamando de antiglobalização -, o que era chamado de *contaminacionismo*. A expectativa era que as práticas democráticas se espalhariam, se

adaptariam às necessidades das organizações locais. Teve-se algumas experiências exitosas, mas como sair do gueto, dos grupos de ativistas, chegar a pessoas que não estivessem em nenhum tipo de política de base? A ideia do Occupy era uma possibilidade de divulgar a proposta de democracia direta. A ação direta e os movimentos horizontais anarquistas, após o atentado terrorista de 2011, foi sufocada pela constituição de coalizões anti-guerra nas quais predominaram um tipo de organização mais hierárquico e protestos com cartazes, além de que recrudescer a violência policial, mesmo contra as manifestações não violentas.

Nas reuniões e assembleias de planejamento para ocupação, reuniam-se e conflitavam-se vários grupos de esquerda organizados, grupos de cultura mais leninista que centralizavam as lideranças, tentando controlar o movimento (WWP - Workers World Party – Partido Mundial dos Trabalhadores), grupos de sindicalistas mais combativos, acostumados a passeatas com cartazes e carros de som (IWW – Workers of the World – Trabalhadores Industriais do Mundo), grupos trotskistas (ISO – International Socialist Organization – Organização Socialista Internacional) que tem afinidades com a proposta anarquista de ação e democracia direta e de estruturas de baixo para cima, se aproximam das ideias dos grupos horizontais anarquistas, mais tem muita dificuldade de atuar no sentido de colocar em prática as ações propostas nessa direção. Esta é uma caricatura pintada por Graeber, que ajuda a perceber o heterogêneo caldo de cultura desses ativistas, as disputas e negociações que permearam essa construção política, lembre-se que ainda estão no cenário os grupos do ciberativismo e grupos político-culturais de designer e mídia alternativa, tinha-se múltiplas correntes de resistência e política alternativa. Desde esse momento a decisão militante dos ativistas era fazer valer a prática, descrita por eles, das assembleias gerais das experiências da Grécia e da Espanha, nas quais representantes de grupos políticos organizados são invariavelmente excluídos. Eis uma parte dos bastidores do que virá a ser o acampamento no Parque *Zuccotti*.

Em 17 de setembro ocorrem manifestações em Wall Street, com a subsequente ocupação do *Zuccotti Park*, registra Castells, a qual é seguida de outras manifestações em toda Nova York. A polícia reprimiu duramente todas elas e realizou muitas prisões, no entanto, quanto mais a polícia recorria a repressão, mais as imagens dessas ações eram postadas no *YouTube* mobilizando mais pessoas para os protestos. A solidariedade da população foi crescente. O *Anonymous* revelou o nome de um policial de Nova York que agrediu com cassetete, sem nenhum motivo, jovens mulheres que participavam de uma manifestação. No dia 27 de setembro, duas mil pessoas reuniram-se em assembleia geral na área ocupada, com a participação de vereador e intelectuais, passaram a contar com apoio do sindicato dos

rodoviários e da Central Sindical AFL-CIO, tendo essa última convocado seus associados para defender os acampados contra os ataques da polícia. A ocupação estava consolidada e seu exemplo levava a que Occupy se espalhassem por outras cidades do país.

Ele observa que a ampla maioria das pessoas que atuaram no movimento havia participado de vários movimentos sociais e se envolvera em organizações não governamentais e campanhas políticas. Também tinham presença em redes de militância na internet, postando vídeos e participando de ativos fóruns políticos. Além desses incluíam-se outras categorias que se faziam presentes nas atividades, sindicalistas de meia-idade, pessoas da classe trabalhadora na faixa dos cinquenta anos, algumas delas desempregadas, veteranos estiveram nos acampamentos e na linha de frente das manifestações. Assim como, a ocupação, como em outras, se tornara refúgio para sem-teto que ali encontravam comida, abrigo e proteção. Somente cerca de 1/5 dos ocupantes realmente dormia nos acampamentos. A ampla maioria participava das atividades diárias, e cerca de 3/4, das manifestações de rua.

A forma de existência material do movimento foi a ocupação do espaço público. Um espaço em que os manifestantes podiam reunir-se e formar uma comunidade para além de suas diferenças. Um espaço de convivência. Um espaço de debate, onde se passava da contestação de um sistema injusto, a reconstrução da sociedade de alto a baixo. Em suma, um espaço de autonomia. Pois só sendo autônomos eles podiam superar as múltiplas formas de controle político e ideológico e encontrar, individual e coletivamente, novos modos de vida (CASTELLS, 2013, p.128).

Desde o início, o movimento Occupy experimentou novas formas de organização, deliberação e tomada de decisão como modo de aprender, fazendo, o que é a verdadeira democracia. Essa é uma característica fundamental do movimento. Os ocupantes não desejavam reproduzir em suas práticas o tipo de democracia formal e de liderança personalizada a que se opunham. Eles inventaram, pouco a pouco, um novo modelo organizacional que, com variações, esteve presente na maioria das ocupações.

Graeber formula como compreende e o que apreendeu com o vivido no acampamento do Occupy, e ainda retomando as referências construídas durante período dos dias de ação global. Para ele, à época, baseado na noção de contaminacionismo, que tinha numa visão de que a democracia é contagiante. Ou seja, pelo menos, o tipo de democracia direta sem líderes que durante aquele processo tinham desenvolvido grandes esforço por realizar. O que deveria funcionar, mais ou menos assim,

no instante em que as pessoas eram expostas a esse tipo de democracia, assistindo a um grupo de pessoas que realmente ouvem umas às outras e chegam a uma decisão inteligente coletivamente sem que ela tenha sido

imposta a ninguém de nenhuma maneira, tendiam a mudar sua percepção sobre o que era politicamente possível (GRAEBER, 2015, p. 42).

No dia da ocupação do Parque Zuccotti, a mobilização superou as expectativas, e encontraram-se reunidas duas mil pessoas. Os organizadores não tinham se preparado para tanto, como fazer para tomar decisões na forma de uma assembleia geral, criando as condições de exercício de democracia direta, com a horizontalidade autonomista pretendida? Em meio ao impasse um dos mobilizadores dos estudantes, subiu num banco de pedra da praça e anunciou que a multidão seria dividida em grupos de trinta pessoas, para fazer uma tempestade de ideias tendo por mote o debate sobre a criação de uma sociedade verdadeiramente democrática ou outras preocupações que os participantes considerassem politicamente fundamental. A praça se transformou em um emaranhado de pequenos círculos conversando, possibilitando que um grupo de trabalho se reunisse para pensar um plano.

Encerrado o trabalho em pequenos grupos, o desafio era como compartilhar as ideias debatidas e tomar decisões, frente ao desafio da comunicação entre aquela multidão. Mediadores com prática de trabalho em assembleias regidas pela democracia direta e construção de consenso, foram identificados, o que possibilitou dar andamento a assembleia. Daí veio a sugestão do uso da técnica do microfone humano, pois a tentativa de juntar os megafones existentes na manifestação não tinha dado conta de ampliar o raio de comunicação. A tática do microfone humano tinha sido utilizada pelos ativistas nas ações contra a OMC, em Seattle no ano de 1999, recorreu-se a ela.

O expediente é bem simples. Uma pessoa fala em voz alta, fazendo uma pausa a cada dez ou vinte palavras, mais ou menos. Quando ela para, todos que conseguirem ouvi-la repetem a frase, e então as palavras alcançam duas vezes a distância que alcançariam. Não é apenas prático, mas têm também um efeito curioso e profundamente democrático. Antes de mais nada, desencoraja fortemente os discursos. Ninguém cairia na asneira de divagar sabendo que milhares de pessoas estão esperando para repetir cada palavra. Em segundo lugar, já que qualquer um pode falar, e todos têm que repetir, os participantes são obrigados a realmente ouvir (GRAEBER, 2015, p. 67).

O microfone humano ajudaria na tomada de decisão entre duas posições existentes na assembleia, se os manifestantes ficariam no parque tornando-o um território livre ou se seguiriam em passeata para Wall Street fazendo o enfrentamento com a polícia que lá estava entrincheirada. Prevaleceu a posição de ocupar. Mas para quê? Para a maioria dos observadores, a dificuldade de avaliar o movimento Occupy Wall Street veio da ausência de demandas precisas que pudessem ser alcançadas ou negociadas. Houve uma demanda concreta apenas no

apelo inicial do manifesto, que era simbólica, a nomeação de uma comissão presidencial para decretar a independência do governo em relação a Wall Street.

Para Graeber, numa perspectiva anarquista²³, a recusa em fazer exigências é também uma recusa em reconhecer a legitimidade da ordem política para quem as demandas teriam de ser feitas. Ele explica,

para os anarquistas, essa é a diferença entre protesto e ação direta: o protesto, por mais combativo que seja, é um apelo às autoridades para que se comportem de forma diferente; já usar a ação direta é proceder como se a estrutura de poder dominante não existisse, criando um sistema de ensino alternativo em uma comunidade, por exemplo, ou produzindo sal à revelia da lei (a exemplo da famosa marcha do sal de Gandhi), ou ainda tentando interromper uma reunião ou ocupar uma fábrica. A ação direta é, em última análise, insistir, provocativamente, em agir como se já fosse livre. Todos estão perfeitamente cientes da existência da estrutura de poder, mas, ao agir dessa forma, negam qualquer autoridade moral à resposta que inevitavelmente virá e que, em geral, será violenta (GRAEBER, 2015, p. 229).

A resposta à pergunta acima, feita por Castells, reconhecendo o ideário dos acampados, é dada pela própria existência das ocupações, residia na constatação material de que outra vida é possível na comunidade provisória surgida no protesto. Nas ocupações, a vida cotidiana era organizada com muito cuidado. Montavam-se barracas, depois sanitários, cozinhas, creches, espaços lúdicos para crianças, jardins comunitários, bibliotecas populares, palestrantes e centros de mídia eram convidados para promoção de debates com os ocupantes. Organizava-se a assistência médica com voluntários, equipes jurídicas, instalavam-se redes Wi-Fi, criavam-se sites do Occupy. Para implementar decisões da assembleia geral, organizar o acampamento e se engajar na prática, formavam-se comitês (facilitação, mídia, serviços comunitários, alimentação, ação direta, manutenção da paz/segurança, serviços sanitários/sustentabilidade, finanças/recursos, jurídico, médico, mídia social). Para serem reconhecidos oficialmente, os comitês precisavam ser aprovados pela assembleia.

O movimento Occupy foram predominantemente não violentos, tanto em sua filosofia quanto em sua prática. Mas era combativo, pois sua tática de ocupar espaços para construir sua autonomia, e de manifestar-se contra o sistema, tendeu a ser enfrentada pela ação policial.

²³ O que é então o anarquismo? Na verdade, o termo significa simplesmente "sem governantes". Assim como no caso da democracia, há duas maneiras diferentes de contar a história do anarquismo. De um lado, podemos olhar para a história da palavra, que foi cunhada por Pierre-Joseph Proudhon em 1840 e adotada por um movimento político na Europa no final do século XIX, estabelecendo-se com força na Rússia, na Itália e na Espanha antes de se espalhar pelo resto do mundo. Ou podemos analisar o anarquismo como uma sensibilidade política muito mais ampla. O modo mais fácil de explicar o anarquismo em qualquer sentido é dizer que se trata de um movimento político que tem como objetivo produzir uma sociedade genuinamente livre, que seria definida como aquela em que os seres humanos mantêm apenas relações que não precisem ser impostas pela ameaça constante do uso da violência (GRAEBER, 2015, p 187-188).

Desafiar o sistema fora dos canais institucionalizados de dissenso significava assumir riscos de repressão policial. Mas sempre há uma zona cinzenta de legalidade e cálculo político que o movimento tentou usar a seu favor, explica Graeber, a recusa em pedir autorizações era parte do espírito do acampamento. Os códigos de Nova York são tão restritivos que qualquer assembleia não autorizada com mais de 12 pessoas em uma praça pública já é tecnicamente ilegal. As reuniões dos acampados eram uma forma de desobediência civil, no sentido de uma recusa em cumprir uma lei injusta ou uma ordem juridicamente válida, mas injusta. Nessa perspectiva um ato de desobediência civil também pode ser uma ação direta – que, para ele, não é a mesma coisa, pois em geral atos de desobediência civil não questionam a própria ordem jurídica, apenas leis ou políticas específicas.

O acampamento buscou exercer a prática de democracia por consenso, experiência vinda do feminismo, dos *quaquers*, das comunidades indígenas, adotada pelos anarquistas na visão de anarquismo que Graeber assume²⁴. O consenso não é apenas um conjunto de técnicas. Quando falamos em processo, nos referimos à criação gradual de uma cultura de democracia. O consenso requer a capacidade de ouvir bem o suficiente para compreender perspectivas fundamentalmente diferentes da sua e buscar um terreno pragmático comum sem tentar converter completamente o interlocutor à sua própria perspectiva. Isso significa ver a democracia como uma solução de problemas comuns entre pessoas que respeitam o fato de que sempre terão, como todos os seres humanos, pontos de vista incompatíveis em alguma medida.

É assim que o consenso deve funcionar: o grupo concorda, em primeiro lugar, com um objetivo comum, o que permite que a tomada de decisão seja vista como uma maneira de solucionar problemas comuns. Dessa forma, uma diversidade de perspectivas — uma diversidade radical de perspectivas, inclusive —, embora possa causar dificuldades, pode ser uma enorme fonte de recursos (GRAEBER, 2015, p.202).

Em seu trabalho, Castells apresenta o Occupy, como um movimento onde não havia liderança, fosse ela tradicional ou carismática. E certamente não havia liderança pessoal. Havia funções de liderança, mas estas eram exercidas no acampamento, pela assembleia geral que se reunia regularmente, aí, e só aí, eram tomadas todas as decisões. Auxiliar ao trabalho de coordenação geral, por vezes era utilizada a rede de internet, para fazer consultas. As

²⁴ Não estou particularmente interessado em descobrir que tipo de anarquista sou, mas em articular coalizões amplas que operem de acordo com os princípios anarquistas: movimentos que não estejam tentando atuar por meio do governo nem tentando tornar-se governo; movimentos sem interesse em assumir, na prática, o papel de instituições governamentais, como organizações profissionais ou empresas capitalistas; grupos que se esforcem para fazer das relações com as pessoas um modelo do mundo que queremos criar. Em outras palavras, pessoas que trabalham na direção de sociedades verdadeiramente livres (GRAEBER, 2015, p. 192).

assembleias gerais respondiam a proposição de ser aberta e horizontal, sem liderança, baseada no consenso.

Qualquer um podia fazer ou apresentar uma proposta. Esperava-se que todos, menos os que tinham preferido abster-se ou observar, participassem do processo de tomada de decisão mediante sinais manuais²⁵. Embora não houvesse líderes, a assembleia era facilitada ou moderada por pessoas do comitê de facilitação, em geral em regime de revezamento [...] Ações menores realizadas fora da ocupação podem ser planejadas em pequenos grupos sem a aprovação dela. Grupos de afinidade e de trabalho podem tomar decisões por si mesmos, mas precisam levar à assembleia geral assuntos que afetam o conjunto da ocupação (GRAEBER, 2015, p. 140).

Para Graeber assim se exerce a democracia. A democracia, não se define necessariamente pelo voto da maioria: é, sim, o processo de deliberação coletiva sob o princípio da participação plena e igualitária. É mais provável que haja criatividade democrática, quando se tem um conjunto heterogêneo de participantes, vindos de tradições diversificadas, com uma grande urgência de improvisar meios para regular assuntos em comum, livres de uma autoridade superior a todos.

Castells conclui a apresentação sobre o Occupy ressaltando que o efeito político positivo desse movimento social foi seu impacto na consciência das pessoas, expresso na opinião pública pelo debate que gerou na internet e na mídia tradicional, sobre a questão da desigualdade social, condensada na oposição entre os 99% e o 1%, que passou para primeiro plano no discurso público. Ao lado desse resultado ele levanta uma questão que vai tocar exatamente no caráter predominante da experiência autonomista e/ou anarquista do acampamento, que vale em grande medida para o conjunto dos acampamentos. “Como podem as pessoas promover uma transformação fundamental quando não confiam em suas instituições políticas e se recusam a se envolver na derrubada violenta dessas estruturas? ” (p. 155), Ou ainda,

quando os mecanismos de representação não funcionam adequadamente, quando poderes irresponsáveis, como instituições financeiras e mídia corporativa, definem os termos e resultados da deliberação e das tomadas de decisão num campo limitado de opções, e quando importantes desvios de comportamento em relação às regras enviesadas do jogo estão sujeitos à

²⁵ Cada proposta segue o mesmo formato básico: um indivíduo descreve a proposta e explica por que está sendo apresentada e como pode ser executada. Outros membros da assembleia expressam seu apoio, fazem perguntas ou reagem a ela. Após discussões exaustivas, e quando há indicações de que o grupo está perto de um consenso, o facilitador convoca toda a assembleia a expressar, mediante uma série de gestos manuais, sua opinião sobre a proposta. Havendo um consenso positivo, ela é aceita e tem início a ação direta. Se não há consenso, o indivíduo que fez a proposta é solicitado a revisá-la e voltar a submetê-la à assembleia até que se chegue a um acordo. Algumas assembleias gerais exigem consenso total, mas outras adotaram o consenso restrito ou parcial - como o 90%, por exemplo (GRAEBER, 2015, p. 140-141).

intimidação pelas forças de segurança e por um Judiciário nomeado por políticos (CASTELLS, 2013, p. 155).

As características do movimento Occupy, para além da sua forma de organização representada pela ocupação e acampamento, com uma determinada dinâmica de funcionamento e experiência político comunitária, de debate político cultural marcado por certa hegemonia autonomista, ressalta o caráter antissistêmico confrontando o símbolo maior do capitalismo financeiro, Wall Street.

Como reflexão final sobre o Occupy incluo algumas questões levantadas por Zizek (2012), que se colocam na intersecção e problematizam a tensão entre a crítica radical ao capitalismo e as opções de ação política para confrontar o sistema. Diria que ele aciona uma certa leitura marxista para equacionar essa tensão, apresentando na sua leitura psicanalítica lacaniana, um paradoxo da política contemporânea, que pode ser enquadrada como radical (BADIOU, ZIZEK et al., 2010) ou anti-humanista (FAUSTO, 2010), na sua adesão à ideia de ilusão democrática, que se soma ao conjunto da interpretações sobre esse ciclo. Para ser fiel ao seu pensamento e estilo, destaco duas passagens um tanto longas do texto, que foi o discurso pronunciado no acampamento de Occupy Wall Street à época.

Há uma longa estrada pela frente, e logo teremos de tratar questões realmente difíceis - não aquelas relativas ao que não queremos, mas ao que, de fato, QUEREMOS. Que organização social pode substituir o capitalismo atual? De que tipo de novos líderes precisamos? E de que órgãos, incluindo aqueles de controle e repressão? As alternativas do século XX obviamente não funcionaram. Embora seja excitante desfrutar dos prazeres da "organização horizontal" das multidões em protesto com sua solidariedade igualitária e seus debates livres e abertos [...] os debates abertos terão de fundir-se não somente em novos Significantes-Mestres, mas também em respostas concretas à antiga questão leninista: "Que fazer?" (p. 16). Não faltam anticapitalistas hoje, estamos até mesmo testemunhando uma abundância de críticas aos horrores do capitalismo [...] O objetivo (explícito ou implícito) é democratizar o capitalismo, estender o controle democrático para a economia por meio da pressão da mídia, inquéritos parlamentares, leis mais severas, investigações policiais honestas etc, etc. Porém, jamais questionar a moldura institucional democrática do Estado de direito (burguês) [...] E aqui que o principal *insight* de Marx permanece válido, talvez mais do que nunca: para ele, a questão da liberdade não deveria ser localizada em particular na esfera política propriamente dita (o país tem eleições livres? os juízes são independentes? a imprensa é livre de pressões escusas? os direitos humanos são respeitados?) [...] A chave para a verdadeira liberdade, em vez disso, reside na rede "apolítica" de relações sociais, desde o mercado até a família, em que a mudança necessária, se quisermos melhoria efetiva, não é a reforma política, mas a transformação nas relações sociais "apolíticas" de produção [...] (p. 22) Mudanças radicais nesse quesito deveriam ser realizadas fora da esfera dos direitos "legais" etc: em tais procedimentos "democráticos" (que, é claro, podem ter um papel positivo), não importa quão radical seja o nosso anticapitalismo, busca-se a solução na aplicação dos mecanismos

democráticos - os quais, não podemos esquecer, são parte do aparato estatal "burguês" que garante o tranquilo funcionamento da reprodução capitalista. Precisamente nesse sentido, Badiou está certo ao afirmar que hoje o nome do pior inimigo não é capitalismo, império, exploração ou algo similar, mas democracia: é a "ilusão democrática", a aceitação dos mecanismos democráticos como a moldura fundamental de toda mudança, que evita a transformação radical das relações capitalistas (ZIZEK, 2012, p. 23).

A exposição desse discurso se alongou por permitir retomar aspectos comuns presentes nos outros acampamentos e protestos, sendo esse aquele que eclodiu mais tardiamente, assim como, pela sua ligação mais próxima, através da participação de ativistas, do ciclo do movimento antiglobalização. A descrição mais longa realizada por um pesquisador e um ativista, contrastam os enfoques entre ciência e política, de Castells e Graeber, um diálogo impossível, como diria Weber, ou uma tensão que perpassa a tarefa do intelectual pesquisador e/ou militante, estabelecendo uma fronteira permeável e tênue. A magnitude das questões apresentadas pelos protestos, ocupes, acampamentos desse ciclo fazem retornar, a quem o estuda - mesmo que com o objetivo de acionar elementos para uma história comparada, nos estudos de movimentos sociais e ciclos de protestos -, questões que são de ordem da política, assim como dificulta delimitar, nos textos de vários autores, quando escreve o pesquisador ou o intelectual militante.

Esse ciclo chega na América Latina com um levante estudantil. No Chile, a 14 de agosto de 2011, os secundaristas e outros estudantes organizam uma marcha carnavalizada de Valparaíso até o Congresso Nacional, exigindo ensino superior de qualidade, na qual havia slogans políticos, mas também figurinos diferentes, pinturas nos corpos e batucadas. Nesse mesmo ano, na Colômbia os jovens se mobilizam contra a reforma educacional. No ano seguinte, em Quebec, Canadá, os estudantes fazem greve contra o aumento no pagamento do registo, que duraria 100 dias e iria mobilizar 200 mil pessoas pelas ruas de Montreal. Em meados de 2012 ocorre o #YoSoy132, no México. A juventude realiza protestos com marchas em massa e acampamento no monumento à revolução (BARTRA, 2014). Nesse registro sobre a América Latina, resalto os protestos no México dada suas características, que me interessa em comparação com junho de 2013.

No México, em 2012, a coragem da juventude, apesar da raiva, tomou a forma de grandes mobilizações de carnaval, convocadas pelos estudantes da Universidade Ibero-americana, através de redes sociais e mobilizou 40 mil pessoas na Cidade do México e 10 mil nos Estados. A partir de 19 de maio de 2012, realizarão uma ação não partidária mas claramente política e em repúdio a Enrique Peña Nieto, candidato do Partido Revolucionário Institucional (PRI) à Presidência da República e contra as televisões que davam suporte para suas políticas.

Uma outra manifestação, no dia 20 do mesmo mês, convocada pela internet por ativistas culturais do Movimiento Regeneración Nacional (Morena), congregou 20 mil jovens em apoio ao candidato de esquerda à presidência da República, López Obrador, na praça principal da cidade, o Zocalo. No dia 21, nova manifestação na praça das Três Culturas, na qual jovens que aderiram ao Morena, vindos de todo o país, escutaram a López Obrador. No dia 23, outra ação agregou uma multidão de jovens, cerca de 20 mil, desta vez convocada pelo recém constituído movimento estudantil *YoSoy132*, com fortes críticas à corrupção e à manipulação midiática em prol da candidatura de direita.

O *YoSoy132* teve uma grande manifestação, transgressora, carnalizada, que percorreu as ruas da Cidade do México, invertendo as rotas tradicionais das passeatas e desenvolveu suas próprias práticas de confronto. Não houve convocação. Aliás, a marcha foi desconvocada para evitar provocações e, no entanto, aconteceu e foi enorme. Em contraste com as inúmeras falas prolongadas e retóricas que concluem as mobilizações convencionais, esta não teve nenhum palanque, som ou alto-falantes. Este modelo de manifestação é uma marca destes ciclos de protesto.

O ponto forte desta movimentação juvenil é que ela resultou intensamente política e claramente eleitoral. Porém, nas grandes manifestações de 10 de junho, que convocaram mais de 100 mil pessoas na capital e milhares em mais vinte cidades, a ação mostrou-se fortemente apartidária. Ela contou também com uma atividade cultural com presença de artistas circenses, cantores e outras expressões. A ela se seguiu, em 30 de junho, a “marcha do silêncio”, na qual os jovens acataram a proibição governamental de fazer política na iminência das eleições. Após os resultados eleitorais, uma nova marcha contra a imposição aconteceu e em 26 de julho um cerco ao principal canal de televisão.

Assim, com uma breve, mas intensa, sequência de ações de rua, os estudantes reapareceram de forma determinada na cena política mexicana, depois de uma ausência pública de quase meio século, apenas interrompida em 1986 e 1999 por greves na Universidade Nacional Autónoma de México (UNAM), motivados por questões educacionais. E eles fizeram isso com uma velha bandeira antisistêmica: o repúdio ao autoritarismo manifesto na imposição dos governantes, leis e políticas, mas também de pequenas decisões igualmente opressivas e uma forte crítica à mídia convencional.

Surpreendeu a alguns o anti-autoritarismo juvenil, associado com a defesa dos comícios como espaço não único, mas privilegiado da democracia. Os jovens organizadores dos protestos tinham clareza em separar a atuação política da atuação partidária. Bartra apresenta um

depoimento de uma estudante organizadora das manifestações onde essa concepção fica evidente.

[...] O movimento se declara apartidário porque não segue a linha ideológica de qualquer partido, mas não é apolítico, porque o que fazemos é política. López Obrador (...) não é a solução para todos os problemas que existem, mas criou o Movimiento Regeneración Nacional (MORENA), que tem um linha eleitoral, mas com uma base cidadã. Não queríamos defender o voto nulo, queríamos que as pessoas pudessem decidir entre as opções que existiam. No entanto, o movimento foi claro e disse que a luta vai continuar para a frente, mesmo com a vitória de López Obrador (BARTRA, 2014, p.31).

A politização eleitoral deste movimento, que era alheio aos partidos, abriu a porta para que outras organizações sociais que não estavam participando abertamente da campanha, se incorporassem na luta contra a candidatura da direita, e assim, de certa forma, apoiaram a candidatura da esquerda.

Bartra descreve com eloquência a preparação de um protesto na Universidade, por ocasião da visita do candidato da direita, Peña Nieto: os estudantes souberam na noite anterior e decidiram se manifestar. Os de comunicação se coordenaram por *WhatsApp* para fazerem máscaras e *flyers*, panfletos e vários *stenciles* que imprimiam imagens e mensagens em cobertores expropriados de suas famílias. Os da história, por sua vez, editam um DVD documentando os *chicaneries* do PRI e o divulgam. Na tarde e noite anteriores e na manhã do dia da visita, os *tweets* e *re-tweets* se multiplicam no intuito de alargar a rede de participantes. Quando chega o candidato para o debate, o esperam o cobertor com as mensagens gravadas, os *flyers*, as máscaras, gente com mãos pintadas de vermelho, dezenas de cartazes com mensagens injuriosas e algumas meninas com camisetas pintadas trazendo sob elas apenas o *sutiã*, para que a segurança não possa removê-las. Além disso, os manifestantes prepararam perguntas comprometedoras e algumas saíram no sorteio. Peña Nieto primeiro reage, depois entra em pânico e finalmente se esconde no banheiro. Centenas de celulares captam as imagens, e os ausentes capturam em *streaming* e outros recebem pelo *skype* ou *livestream*, os inúmeros *memes* e há até um *quizz* no qual participa um meio digital do Norte, a *hashtag* #EPNlaiberoNoTeQuiere que se torna um duradouro *trending topic*. Nos dias seguintes os vídeos vão para o topo de visualizações no *YouTube*, enquanto o *Twitter* e o *Facebook* também se aquecem e mais *hashtags* sobre o candidato e suas desfigurações se tornam novo *trending topic*. Essa descrição densa da ação no movimento *Yo Soy132* demonstra como as tecnologias de informação e comunicação, e o seu uso coletivo, compõem os repertórios de ação destes novos ciclos de protestos.

As manifestações juvenis, no México, foram, em certo sentido, antissistêmicas. Isso foi declarado claramente pelos discursos dos organizadores, em especial no cerco à rede de televisão Televisa. Eles apresentaram seis pontos programáticos: democratização dos meios de comunicação; mudança no modelo educativo, científico e tecnológico; mudança no modelo econômico; mudança no modelo de segurança nacional; negociação com os movimentos sociais e cumprimento do direito à saúde. “Como o 68 do século passado, 132 irá permear o imaginário coletivo desta geração e da próxima” (BARTRA, 2014, p. 30).

Em uma breve análise sobre as manifestações no mundo, pós 2011, posso afirmar que as características deste ciclo demonstram a existência de complexas interações entre o local e global e refletem peculiaridades das subjetividades dos agentes sociais no âmbito local, as quais apresentam inúmeras confluências em suas dinâmicas políticas e culturais. Essas dinâmicas contenciosas se expressam em novas formas de organização e no acesso a distintos repertórios de ação tais como a ocupação do espaço público, vivência da democracia direta e horizontalidade na realização das assembleias e gestão dos espaços ocupados (ruas e praças), no uso criativo das novas tecnologias da internet móvel - redes sociais, *blogs*, *twitter*, *whatsapp*), de forma articulada e complementar. Estes são alguns dos traços que caracterizam esses protestos.

Recupero, para concluir esse capítulo, reflexão de Castells (2013), a partir de enfoque que lhe é peculiar, pela visão de que os movimentos sociais contemporâneos se constituem em redes virtuais, ainda que se articulem eventualmente nas ruas, o que corresponde a sua concepção da existência de uma sociedade em rede. Não compartilho dessa concepção, mais compreendo que é significativa a mediação das redes virtuais presentes nos movimentos de novo tipo que observei nesse ciclo, que pode contribuir para alargar a visão sobre esse ciclo. Ele analisa-o discutindo a dinâmica encontrada nas redes que se articulam nos diversos países onde eclodiram os conflitos, buscando entender as motivações de ativistas e o papel da internet nesse processo de articulação e mobilização. Centra sua análise nos contextos geopolíticos onde ocorrem os protestos, destacando, no entanto, as novas características do ativismo individual na era das redes, distinguindo a tensão vivida pelos agentes sociais entre a afirmação de autonomia individual dos sujeitos e as possibilidades de comunicação e ação coletiva em rede. Sua abordagem representa um dos campos de investigação e interpretação sobre os movimentos do século XXI e o lugar que têm as redes virtuais para sua expressão e mobilização em uma *sociedade em rede*, em que o poder da comunicação é estruturante, produzindo novas dinâmicas de relações sociais, dominação e exercício de poder.

Para Castells a sociedade em rede se constitui como um poder multidimensional que se organiza em torno de redes programadas em cada domínio da atividade humana, conformadas por interesses e valores. O poder é exercido principalmente pela capacidade de influenciar a mente humana e faz isso através de redes multimídias de comunicação de massa. Partindo dessa compreensão, as redes de comunicação atuam de maneira muito significativa para construção do poder. Seguindo esse entendimento os movimentos começaram nas redes sociais da internet, já que estes se apresentam como espaços de autonomia, que fogem do controle de governos e empresas. No caso dos protestos estudados, pessoas de todas as idades e condições sociais, via a comunicação em rede, saíram da segurança do ciberespaço e passaram a ocupar o espaço público, “num encontro às cegas entre si e com o destino que desejavam forjar, ao reivindicar seu direito de fazer história –sua história -, numa manifestação de autoconsciência que sempre caracterizou os grandes movimentos sociais” (CASTELLS, 2013, p.8).

É importante enfatizar o contexto e as conexões em que as características do ciclo pós 2008 ocorreram ou que propiciaram sua eclosão. Destaco dois aspectos fundamentais que aparecem em várias caracterizações. Um deles, como enfatiza Castells, são as conexões criadas e possibilitadas pelas tecnologias de comunicação e informação via internet, o que permite a constituição de identidades globais construídas em torno de uma rede de solidariedade mundial. Rede global que também contribui para difusão de repertórios de ação e difusão de valores ligados a dignidade e a justiça social, que conformam esta identidade global, de contestação a ordem e de esperança por um *outro mundo possível*. No entanto, tão importante quanto o acesso à tecnologia, o que contribuiu igualmente para esse intercâmbio entre ativistas e para o fortalecimento de um ativismo transnacional e difusão dos repertórios de ação direta, foi a realização dos Fóruns Sociais Mundiais, em especial, com seu processo policêntrico e descentralização e, que estenderam a realização dos eventos para além da Europa e América, tendo sido realizados, após 2005, vários na África e Oriente Médio.

Outro aspecto, também já registrado anteriormente, mas que é destacado por Players, é que os protestos e acampamentos tiveram como principais agentes, uma geração global de jovens com uma precária inserção no mercado de trabalho, senão desempregados, vítimas de um processo global de retração da economia e precarização das relações de trabalho, em alguns países submetidos a um regime político de censura e repressão da liberdade. Uma geração com um grande potencial criativo e intelectual, elevada escolaridade, mas sem perspectivas profissionais e de projetos de futuro.

Deixo a discussão sobre a comparação dos ciclos para fazer após o estudo do ciclo de 2013 no Brasil nas considerações finais. Na passagem para o capítulo três e quatro, as características que marcaram os ciclos estudados aqui, oferecerão subsídios para reflexão e estabelecimento de conexões entre tradições político culturais que possam ter permeado ao longo do processo histórico de 1968 para cá, traços que retornam a cena dos confrontos políticos a serem estudados, que ficaram subterrâneas. Influências que repercutem na ação coletiva militante/ativista na conformação de repertórios e/ou enquadramento interpretativo de características autonomistas.

3. A CRISE POLÍTICA E OS IMPASSES DA DEMOCRATIZAÇÃO BRASILEIRA: ERA LULA-DILMA, OS PROTESTOS DE JUNHO DE 2013 E A DISSOLUÇÃO DO CAMPO POLÍTICO DEMOCRÁTICO POPULAR

Em duas semanas o Brasil que diziam que havia dado certo — que derrubou a inflação, incluiu os excluídos, está acabando com a pobreza extrema e é um exemplo internacional — foi substituído por outro país, em que o transporte popular, a educação e a saúde públicas são um desastre e cuja classe política é uma vergonha, sem falar na corrupção. Qual das duas versões estará certa? É claro que todos esses defeitos já existiam antes, mas eles não pareciam o principal; e é claro que aqueles méritos do Brasil novo continuam a existir, mas parece que já não dão a tônica. O espírito crítico, que esteve fora de moda, para não dizer excluído da pauta, teve agora a oportunidade de renascer. A energia dos protestos recentes, de cuja dimensão popular ainda sabemos pouco, suspendeu o véu e reequilibrou o jogo.

Roberto Schwarz

Realizado no capítulo anterior a contextualização dos ciclos de protestos de 1968 e os que se seguiram a esse período e feita caracterização do ciclo de 2011, nesse e no próximo capítulo, sistematizo a análise do ciclo de protesto de junho de 2013 no Brasil. Este capítulo centra-se em debate que, por um lado, discute o processo de construção democrática do Estado brasileiro considerando que existe uma mudança de ciclo histórico, por outro, debruça-se sobre os aspectos que demarcam a profundidade da crise do sistema político, tendo como foco de interesse, a questão da participação e nesta, o lugar dos movimentos sociais, situados no interior da complexa dimensão das relações sociedade civil e governo. Observo a existência, no interior de uma esquerda social – que problematiza a tradição política cultural da esquerda institucional –, de proposições e práticas que se vinculam a perspectivas de autonomia na relação com o estado e autonomista quanto às formas de organização e ação.

A noção de esquerda, utilizada ao longo do capítulo é diversa, às vezes, têm um uso indiferenciado de esquerda social e esquerda cultural, e diferenças mais marcadas quando utilizo esquerda institucional e esquerda social. Começo a esclarecer essas nomeações tomando o uso mais genérico. Quando utilizo esquerda ou esquerda política, pretendo abranger uma posição de organizações e indivíduos na sua ação política de cunho de esquerda, ou seja, diferenciada ideologicamente da direita – para essa distinção entre esquerda e direita recorro à conceituação que ficou clássica de Bobbio (1995). Para ele, os movimentos de direita se caracterizam por considerar que “as desigualdades entre os homens são não apenas inelimináveis (ou são elimináveis apenas com o sufocamento da liberdade), como são também úteis, na medida em que promovem a incessante luta pelo melhoramento da sociedade” (p. 20),

enquanto a esquerda se caracteriza pelo fato de que seu empenho político é movido “por um profundo sentimento de insatisfação e de sofrimento perante as iniquidades das sociedades contemporâneas” (p. 23-24), já que o objetivo é distinguir grandes campos políticos ideológicos.

Ao usar outras nomeações de esquerda, lido com elas demarcando campos de identidade e de ação, de fronteiras mais nítidas, a exemplo de esquerda institucional e esquerda social (GARCIA, 1986; 1994; 2005). A primeira, a esquerda institucional, refere-se à esquerda partidária, partidos de tradição comunista, socialista ou popular nacionalista, que atua nos espaços institucionais via o parlamento ou em instancias ou mandatos do executivo. Ela inclui organizações políticas que se organizam como partidos, mas não priorizam a eleição como um campo de ação de seus militantes, que poderia ser chamada de esquerda extra parlamentar, como foi utilizado na Europa nos anos 1970.

A segunda, esquerda social, refere-se a militantes e organizações políticas sociais ou culturais que atuam fora dos espaços institucionais, em espaços da sociedade civil, tendo no associativismo civil a sua maior expressão, que ganha a forma de associações de bairro, grupos artísticos e culturais, centros de educação popular, coletivos políticos culturais, grupos organizados por identidades, por atividade de trabalho, ONGs e outros. Cultivam práticas políticas, culturais e de formação identificadas com uma perspectiva socialista, marxista, humanista, religiosa libertadora, libertária, democrática e popular. À esquerda social, em sua largueza e heterogeneidade, por vezes, atribuí a nomeação de esquerda cultural. Outra observação importante, é que em estudos sobre movimentos sociais, a inserção da noção de esquerda social, pode ser confundida com a noção de organizações de movimentos sociais, e, nesse sentido, são em grande parte coincidentes, pois estão lidando com militantes e grupos que agem e se organizam em espaços não institucionalizados ou em um associativismo de institucionalidade autogestionária – considerando-se o foco da observação desse trabalho sobre esse campo.

Em estudos realizados sobre a história da esquerda, o período que abrange o surgimento e expansão de uma corrente de nova esquerda na Europa e nos Estados Unidos, entre os anos de 1960 e 1970, e no Brasil, com o fim da resistência armada, o período do início dos anos 1970 aos anos 1980, quando foi retomado o processo de militância e organização da esquerda, pelas características peculiares, é nomeada esquerda alternativa por Araújo (2000), o que pode, às vezes, ser substituído pela expressão nova esquerda. Outro uso coincidente, que irei distinguir

adiante, é o que iguala esquerda social e campo democrático e popular dos movimentos sociais (DAGNINO, 2000; SADER, 1988).

A exposição nesse capítulo permite enriquecer o olhar analítico sobre o que será o conteúdo do próximo capítulo, o quarto, em que me centro numa discussão de alcance meso social. Nesse e no próximo capítulo, tomo como referência a construção de macro enquadramentos interpretativos, com base nos repertórios de confrontação, distinguindo, conforme adiantei na introdução, três grandes campos de expressão de posicionamentos políticos: autonomista, socialista e patriótico. Alonso e Mische (2016) ao definirem elementos que distinguem as fontes sociais e culturais dos repertórios presentes em junho, sinalizam para ambivalências que aí estão presentes e os definem recorrendo aos ciclos de protestos anteriores, das Diretas Já e do Fora Collor, situando-os em relação a características que se fizeram presentes naqueles ciclos e que influenciaram o atual, aspecto que, em particular, será tratado nesse capítulo.

O repertório socialista, mais influenciado pelas Diretas Já, tornou-se mais familiar na esquerda brasileira nas últimas décadas; o autonomista, mais afim a vários grupos libertários e autônomos, vincula-se a uma nova onda de propostas críticas ao poder e ao Estado, que esteve ausente do cenário político das últimas décadas, e o patriótico, que se fez presente no Fora Collor, usa um discurso nacionalista e as cores verde e amarela com um significado histórico e situacional bastante peculiar ontem e hoje. Essa referência é útil para introduzir a discussão desse capítulo sobre os ciclos históricos, que aqui se centram mais em reflexões sobre a crise política e as tradições militantes políticas culturais que se fizeram presentes nos movimentos sociais nesse processo histórico.

Para Alonso e Mische, assim como, para Bringel e Players (2015), o atual ciclo de protesto, iniciado em 2013 estende-se até 2016, e pode ser dividido em três fases. Alonso e Mische observando mais os repertórios, delimitam as fases observando as grandes ondas de protesto nesse período, distinguindo, uma primeira em junho de 2013 entrando no ano de 2014, em que se fazem presentes os três repertórios de forma difusa, com ações de rua massivas e intensas; uma segunda, da metade de 2014 em diante, quando se retiram das ruas autonomistas e socialistas, fazendo-se fortemente presentes os patriotas numa oposição ao governo e à reeleição de Dilma; uma terceira iniciada em 2015, após a eleição de Dilma, com a defesa do impeachment da presidenta pelos patriotas polarizando, em protestos, com os socialistas contrários aos patriotas.

Bringel e Players distinguem também três fases, coincidentes em termos de anos da periodização com as apresentadas acima, mas fazendo uma leitura mais centrada nos processos de disputa política das correntes que constituíram os repertórios ou aos enquadramentos interpretativos, tratados por Alonso e Mische como repertórios, e suas variações ideológicas. Para eles, 2013 caracteriza-se por uma fase catártica, que começou em junho de 2013 e durou alguns meses, na qual a polarização ideológica estava presente, o que pode ser exemplificado pelos confrontos entre grupos, sendo agredidos os que vestiam camisas vermelhas pelo seu vínculo com partidos de esquerda, mas, no geral, era difusa e mais expressa por uma certa indignação em massa e pela experimentação das ruas.

Uma segunda fase, começa em 2014, uma fase de decantação da heterogeneidade inicial, caracterizada por temas e reivindicações trazidas por indivíduos, grupos e segmentos mais diferenciados no espaço e alinhados mais claramente à esquerda e à direita. É um momento mais marcado por manifestações que não são massivas, mas seguem ocorrendo de forma pontual, no qual se vê uma reorganização mais subterrânea dos indivíduos, das redes e dos coletivos. A terceira fase coincide com o período da contenda das eleições presidenciais em 2014, se estendendo nas disputas pró e contra o impeachment em 2015, que acabou abrindo um novo momento de acirramento das polarizações entre esquerda e direita já observada no período anterior, absorvendo boa parte dos atores sociais e políticos ao longo de 2015.

A última periodização ajuda a ver a imbricação dos protestos de junho de 2013 na conjuntura que se desenha após o evento, identificando as polarizações político ideológicas presentes, indicação importante para a dimensão prospectiva do resgate histórico realizado aqui.

Quadro: Fases do Ciclo de Protestos entre 2013 e 2016 para uso nessa pesquisa

	1ª Fase	2ª Fase	3ª Fase
Alonso e Mische	Junho 2013 a junho 2014	Ano de 2014 e 2015	Ano de 2016
Bringel e Players	Junho a outubros de 2013	Ano de 2014	Ano de 2015 e 2016

A minha pesquisa se concentra na primeira fase do ciclo, observando as fases apresentadas no quadro acima. Nesse capítulo discuto o ciclo no plano nacional, me atendo principalmente aos meses da primeira fase na periodização de Bringel e Players. Para o estudo de âmbito local, realizado em Recife, me estendo até junho de 2014, devido as peculiaridades desse ciclo nessa cidade. A primeira fase na periodização de Alonso e Mische será o marco temporal para o capítulo 4.

A distinção das três fases do ciclo chama atenção que a conformação dos protestos muda o seu perfil em período posterior a junho de 2014, seja durante a campanha eleitoral ainda em 2014 ou seja nas mobilizações pró impeachment em 2015 e 2016. Em 2016 constata-se uma polarização entre o repertório socialista e patriótico, este último tendo incorporado em seu interior um expressivo segmento de tendências fascistas, como também, a ausência dos autonomistas enquanto repertório e quadro interpretativo dominante (ALONSO e MISCHÉ, 2015, 2016; MISCHÉ, 2015; ALONSO, 2015). O que não implica dizer, que não houve presença de autonomistas. Houve, mas, no entanto, eles estiveram não alinhados em um macro enquadramento dominante.

Para melhor situar a crise política instalada em 2013 num contexto histórico de maior alcance, apresento, nesse capítulo três, uma exposição sobre os ciclos de protestos anteriores, no Brasil, com uma rápida comparação com os ciclos de protestos no mundo, mantendo 1968 como a referência, ponto de partida, para essa reflexão sobre os ciclos de protestos prévios ao ano de 2013.

Por que coloquei no centro da pesquisa aquilo que estou denominando de *macro enquadramento autonomista*? Primeiro porque contribui para a dar um recorte em um período limitado a alguns meses, dentro do ciclo de protesto que se estendeu no tempo até 2016, devido a coincidência da sua permanência em cena na primeira fase do ciclo, de junho de 2013 a junho de 2014. Permite explorar as razões da invisibilidade pública anterior dessa corrente política cultural na cena política do país, assim como, me indagar acerca de suas heranças subterrâneas no processo histórico dos movimentos sociais no Brasil. Também possibilita discutir sobre sua ausência nas fases subsequentes desse ciclo de protesto, ou pode-se dizer, de sua presença mais difusa se observarmos a atuação de um ativismo que, sem conseguir promover um alinhamento em termos de um enquadramento dominante, manteve-se presente nos protestos.

Tendo em vista essas indagações, levanto aqui a hipótese da presença de militantes autonomistas que, enquanto indivíduos, inserem-se numa certa borda de sobreamento entre os socialistas e anarquistas. No capítulo cinco, no caso de Recife, estudo como isso se expressa na passagem entre as ondas de protestos de junho de 2013 e o *Ocupe Estelita* em 2014. Essa reflexão metodológica, neste momento, se faz necessária devido à sua ligação com a opção de desenvolvimento do capítulo três. Isso porque, para dar espaço a exploração dessa hipótese, precisei organizar a exposição desse capítulo no sentido histórico contextual desse processo político, buscando dialogar com dimensões que permitissem identificar traços presentes no processo histórico dos movimentos sociais do campo da esquerda social, política e cultural que

possibilitassem vislumbrar a existência de uma corrente subterrânea autonomista, num sentido largo, que não confunde autonomismo com anarquismo, ainda que o inclua.

Aqui no terceiro capítulo, portanto, início refletindo sobre os ciclo de protestos recentes, prévios ao ano de 2013, faço uma abordagem mais macro social, discutindo as razões dos protestos e da crise política instalada, dialogando com bibliografia – livros e artigos - que inclui reflexões sobre os anos do governo com o PT na presidência e a eclosão dos protestos, dialogando com as diferentes visões e interpretações sobre o acontecimento, sua relação com o lulismo e o petismo e um certo esgotamento ou colapso do processo de democratização pós transição da ditadura militar para a “nova república” e os prognósticos quanto ao futuro da democracia brasileira quanto a participação da sociedade e dos movimentos sociais no processo de crise e enfrentamento – considerando a inflexão ocorrida no debate sobre o socialismo e sua realização histórica.

Tarrow (2009), no livro *Poder em Movimento*, faz referência às noções teóricas de autores do marxismo ocidental, a exemplo de Gramsci e Thompson, que foram inspiradoras para a contribuição síntese que ele elaborou no interior do debate da teoria de movimentos sociais norte-americana, como exposto no capítulo um. Na análise macroestrutural deste capítulo, exploro esta abertura de Tarrow ao diálogo com a tradição do marxismo ocidental, para lançar mão de categorias desta corrente. Utilizo autores com interpretações que se abrem à contingência do presente e às indeterminações históricas, valorizando as possibilidades, construídas e em aberto, da ação individual e coletiva, que se conformam no processo político, expressas em situações de latência e emergência, de continuidade na descontinuidade.

Nesse capítulo utilizo bibliografia que se concentra em estudos acadêmicos de um campo amplo, que chamo de campo da teoria crítica, incluindo autores que estudam os movimentos sociais. Muitos desses autores, participaram do debate enquanto intelectuais públicos – no campo acadêmico da sociologia, estes a quem chamo de intelectuais públicos correspondem ao posicionamento do que é definido em debate da Associação Internacional de Sociologia como *sociologia pública* conforme formulação de Burawoy (BURAWOY, 2009). Para não truncar o discorrer da análise, registro a sua existência, mas não irei distingui-la ao utilizar os diferentes tipos de textos que poderiam ser classificados na exposição dos autores(as) como sendo de intelectual público e/ou de intelectual acadêmico. Além deles incluo, para análise, reflexões que circularam na imprensa, em blogs e sites, expressando posições do campo da esquerda, fundamentalmente, veiculadas por intelectuais públicos, ativistas de coletivos políticos culturais, militantes de movimentos sociais, partidos e sindicatos. Privilegiei, na

consulta do material, os intelectuais públicos, ativistas e militantes de movimentos. Dentre as contribuições acadêmicas, privilegio aquelas que tem um enfoque menos institucionalista, devido o foco nesse capítulo estar no movimento e na participação popular. As referências às opiniões, com expressão na grande mídia, de intelectuais identificados com posições liberais, de centro direita ou que fizeram oposição ao governo-PT e da direita antidemocrática, serão acessados como exemplo e contraponto às posições da esquerda, quando necessário. A esquerda, aqui inclui posições pró PT críticas e (o)posições críticas à esquerda do PT. O acesso a essas informações foram obtidas em livros, revistas, textos, discussões e exposições que circularam na internet registradas em vídeos, com áudio e imagens de mesas de debates, entrevistas, documentários, programas de debate – estes materiais estão disponíveis, classificados e catalogados nos Apêndices I e II.

As escolhas de autores como informantes e interlocutores para pesquisa considerou, em regra geral, a recorrência da sua presença nos debates públicos e análises encontradas em revistas e livros, nos textos na internet, nos registros em vídeos. Estando mais distante do fato, o processamento do material, vê-se complementado por reflexões posteriores que fazem referência ao ocorrido em 2013, como base para a análise. Na identificação da recorrência de nomes de autores(as) citados(as), é possível observar a existência de vínculos que informam a presença de diferentes visões e relação com campos políticos e teóricos. Quando necessário farei referência a isto.

Dito isto, o roteiro de exposição nesse capítulo seguirá o seguinte curso. Início fazendo um resgate histórico dos ciclos de protesto anteriores a 2013, que permite situar nele alguns elementos que interessam ser destacados para análise, no seguimento da exposição. Um próximo elemento desenvolvido é a constituição de um campo político democrático popular, que têm em sua conformação organizações políticas e movimentos sociais (tradicionais e novos), que pode ser identificado como uma nova esquerda ou uma esquerda social. Na sequência, discuto a formação do PT como um partido de esquerda de novo tipo, confrontado com a experiência de conquista eleitoral da presidência da república e a emergência de uma forma de liderança e governo que será nomeada como *lulismo*. Reflito sobre sua origem e alguns traços que o caracterizam como neopopulista, nacional desenvolvimentista, promotor de significativa mobilidade entre as classes sociais, autor de um reformismo fraco e de um pacto social conservador e/ou regressivo.

Por fim, como último item, trato do esgotamento do modelo de participação cidadã e crise do sistema político, ou melhor, do modelo de democracia ou revelação dos limites

restritivos a participação social e popular, revelada com a eclosão dos protestos de junho de 2013. A isso agrego outros debates posteriores que remeterão a balanços do processo de democratização pós ditadura, presidencialismo de coalisão, monopólio por grupos econômicos da mídia, e a mais importante para esse estudo, o descrédito ou crise de representação dos partidos, em especial, dos partidos de esquerda e movimentos sociais tradicionais, frente à sociedade em geral e para uma nova geração de militantes. Seguem-se análises prognósticas, que devido ao período em que encerro a redação da Tese, serão situadas considerando o contexto pós impeachment da presidenta Dilma, analisado como um golpe institucional, o que ficará para ser aprofundado nas considerações finais, para não contaminar o foco da pesquisa.

3.1 Ciclos de protestos na redemocratização e o campo político democrático popular

Lido, neste item, com os ciclos de protestos ocorridos no Brasil pós 1968, considerando a dinâmica do processo político e algumas características gerais dos repertórios de ação e confronto acionados pelos movimentos sociais em determinados cenários políticos. Situo o percurso da eclosão dos dois ciclos anteriores a 2013, relacionando-os com o de 2013 e, ao longo do período, com a constituição de um campo político democrático popular dos movimentos sociais nos anos 1980, seguido de sua erosão e dissolução de meados da década de 1990 até 2013. Recuperado esse trajeto histórico e a dissolução desse campo, ressalto a coincidência com a eclosão da crise política do sistema político e dos caminhos da democratização brasileira pós ditadura, em 2013.

Indico ainda, a existência de um entre ciclo, articulado com ciclo mundial da antiglobalização, que têm pouca visibilidade no Brasil, mas que, talvez, observá-lo, ajude a perceber contradições políticas que podem contribuir para entender de forma mais profunda junho de 2013, seja discutindo o lugar dos movimentos sociais, seja dos partidos de esquerda – que será melhor trabalhado no próximo capítulo. Discutindo os ciclos anteriores e a eclosão de novo ciclo de protesto em 2013, apresento para melhor enquadramento dessa recuperação histórica, hipóteses presentes nas análises que avaliam este ciclo como a ideia do fim de um ciclo histórico da redemocratização, o fim da nova república, uma crise do pemedebismo, uma crise do *lulismo* – na verdade debato essa dimensão ao longo de todo o texto do capítulo.

O resgate do ciclo de protesto do período de 1968, dada as suas características peculiares ao Brasil, em relação ao espírito libertário e autonomista da Europa e EUA, não será tratado aqui. Não que ele não seja relevante para o estudo dos movimentos sociais e protestos, mas

devido à natureza diversa que teve, para efeito de comparação com o ciclo global no mesmo período.

O ciclo de 1968 no Brasil, no conjunto da América Latina, na África e na Ásia, o tipo de levante de estudantes e operários, esteve muito mais marcado no Brasil pelas lutas de resistência à ditadura, em formas de organização e ação política social, inspiradas nas experiências de luta e organização revolucionárias e guerrilheiras vinculadas as formulações sejam da filosofia ou ideologia marxista e/ou nacionalista (guevarista, maoísta, espatarquista e também dos comunistas leninistas, stalinistas ou trotskistas), lutas anti-ditatoriais, pela libertação e descolonização das nações e povos desses continentes, como visto no capítulo um. Este ciclo será dedicado mais à discussão sobre o campo democrático popular (o debate estrito sobre esquerda social irá para o capítulo quatro), retomando as heranças dos traços da contracultura e suas influências no campo artístico cultural da música e do teatro no conjunto da sociedade e da sua incidência na ação de base no âmbito da educação e cultura popular, e, pelo reposicionamento político e social da militância das organizações revolucionárias no processo de articulação e constituição do que chamo de campo democrático popular.

Esse campo sofre forte influência do ambiente político cultural internacional de grupos e/ou correntes europeias ou americanas, nomeadas de nova esquerda, assim como pela corrente renovadora de militantes e grupos vinculados aos trabalhos das igrejas cristãs, o que ficou conhecido como teologia da libertação e esquerda católica no Brasil (ARAÚJO, 2000; LOWY, 2000). A nova esquerda mundial será depois nomeada no Brasil como esquerda social, nas décadas de 1970 e 1980, incluindo os grupos das artes e cultura também (GARCIA, 1986, 1994, 2005). Estes militantes e grupos da esquerda social – cuja discussão retomamos no capítulo quatro de forma mais detida - será parte significativa dos segmentos que estarão envolvidos na formação do PT, naquilo que podemos chamar de sua fase de partido-movimento (CARLEIAL, 2009) ou como nomeia Secco (2011) na periodização que propõe para construção de uma história do PT, como a fase de oposição social. Secco localiza essa fase indo de 1978, ainda no período de formação do PT até 1989, quando da participação de um candidato operário do partido à presidência da república, período que, se pode considerar, coincide com a existência mais pujante do campo democrático e popular, que não se confunde com o partido, mas nele se expressa por militantes que participam do partido, o que torna o uso dessa noção uma questão complexa de se equacionar. Mais à frente apresento essa noção, situado em relação aos objetivos do capítulo, propondo uma interpretação analítica.

O foco desta pesquisa no enquadramento interpretativo autonomista permite fazer um recorte temporal, como já falado, entre junho de 2013 e junho de 2014. Permite também explorar razões para sua invisibilidade anterior na cena política do país e daí me possibilita indagar acerca das heranças político culturais dessa corrente subterrânea, as razões que a fizeram sair de cena pós junho de 2014, e assim verificar a possibilidade da sua presença mais difusa (bordas entre socialistas e anarquistas), no estudo local em Recife. Para realizar essa dimensão pretendida pela pesquisa tornou-se necessário incluir na Tese um capítulo histórico contextual que ajude a identificar traços das tradições político culturais dos distintos enquadramentos interpretativos. E, como nesse item trato do campo democrático e popular, que me parece, pelo menos em sua composição, vista a partir de alguns grupos que o integraram e de alguns militantes, se inclui de maneira forte na corrente autonomista, pelo menos em parte da sua existência no tempo. Por isso faço aqui essa inserção de cunho metodológico.

A nomeação das mobilizações de junho de 2013 exige uma reflexão à parte. Os vários trabalhos que consultei de acadêmicos ou intelectuais públicos são reveladores das filiações teóricas, políticas e ideológicas dos autores, a partir deles é possível fazer uma cartografia por correntes de interpretação desse fato relevante da história recente do país. A magnitude do ocorrido faz com que essas correntes se expressem ao mesmo tempo sobre o mesmo fato, retirando desse exercício mediações comparativas em termos temporais ou territoriais, se considerarmos versões que se difundiram pela grande mídia e pela mídia independente, com imagens das ruas, narrativas sem cortes dos agentes da ação que estavam nas ruas e confronto de versões veiculadas por muitos canais.

De forma geral pode-se considerar que todos estes intelectuais que se pronunciaram no período tiveram acesso a esse acervo de informações e falaram, mais ou menos, das mesmas coisas. Ainda que sem me debruçar para realizar essa cartografia, vou me beneficiar desse ponto de observação, para ao longo da análise, fazer referência a estas posições teóricas, política e ideológicas, para efeito de justificativa da metodologia adotada e seleção de opiniões para construir certos enquadramentos. A referência aos títulos dos livros, dossiês ou artigos que buscam fazer um registro do ocorrido, sistematizar os acontecimentos e interpreta-los, às vezes já revelam certo campo político intelectual do autor ou autores, às vezes precisa de um complemento quanto à linha editorial no caso das revistas ou indicações bibliográficas quando são livros autorais – esta listagem de títulos pode ser consultada no Apêndice II.

Cito alguns exemplos dessa nomeação-categorização do ocorrido através de títulos de livros (Apêndice II, item 1) que tratam de junho de 2013: Maricato – Org. (2013), Gohn (2014),

Ricci e Arley (2014), Reis (2013), Sherer-Warren (2014), Mendes – Org. (2013), Freixo – Org. (2016) os chamam simplesmente de manifestações (de rua); Nogueira (2013) nomeia as massas que foram as ruas; Figueiredo – Org. (2014) fala simplesmente de junho de 2013; Cattani - Org. (2014); Borba, Felizi e Reys – Org. (2014) utilizam protestos, Bucci (2016) utiliza conjuntamente protestos e manifestações; para Sampaio Jr - Org. (2014), Gonçalves - Org. (2014), Brancalone e Bem - Org. (2014) foram as jornadas de junho, e para os últimos autores foi também uma rebelião da tarifa, assim como para Braga (2015) uma rebelião plebeia; para Singer (2013a) e Arantes (2013) um acontecimento; revoltas para Nobre (2013b); para Bringel (2013) um levante; para, Cava (2013) a multidão, para Cavva e Cocco - Org. (2014) um levante da multidão; para Moraes e demais organizadores (2014) apresentou-se a potência das ruas e das redes.

A esses títulos somam-se aqueles títulos de livros e documentários, que desenvolveram uma abordagem de temas e/ou fenômenos sociais que emergiram no período, provocaram grandes polêmicas e tiveram muita visibilidade pública e emissão de opiniões, a exemplos daqueles que trataram dos Black Bloc; da ação da mídia independente; das versões dos fatos na forma de testemunho por pessoas que se envolveram nos protestos enquanto profissionais, ativistas, militantes; da escalada da violência policial, segurança e direitos humanos; da relação entre mídia comercial e mídia independente no tratamento e construção de versões sobre o acontecido; versões dos fatos por meios de comunicação corporativos. Alguns títulos servem como exemplo deste bloco: Vinte centavos (JUDENSNAIDER, E; LIMA, L.; POMAR, M.; ORTELLADO, 2013); Mascarados: a verdadeira história dos adeptos da tática black boc (NOVAES, MANSO, SOLANO, 2014); Ciberativismo e noticiário: da mídia torpedistas rede sociais (PRADO, 2015); #BHnasruas: uma experiência de cobertura colaborativa (OLIVEIRA, 2014).

A seguir faço um resgate histórico dos ciclos de protesto anteriores a 2013, considerando esse último, discutindo as características gerais tratadas em um viés mais macroestrutural, com base em análises da sociologia política em debate e colaboração com a economia política e a filosofia política – que incluem as linhas que estruturam sua visão a partir da psicanálise lacaniana e biopolítica, articulando o marxismo. Esse item como todo o capítulo se centra principalmente nas razões e sentidos da crise política no período. Feito esse registro metodológico nesse intermédio do trabalho, sigo a discussão proposta acima.

Para acurar a visão acerca dos ciclos de protestos, inicio apresentando elementos para delineamento de uma periodização política e histórica dos mesmos, assim como, da

conformação de um campo político democrático e popular dos movimentos sociais, que se associa à dinâmica social, política e cultural coincidente com esses.

Domingues (2013a) em análise de conjuntura publicada em Dossiê do NETSAL meses antes de junho de 2013 e depois no Boletim da OSAL (2013b) sobre junho de 2013, expôs reflexão sobre a história recente do Brasil e os protestos, com as quais concordo, em que propõe um corte histórico pensando a relação sociedade, movimentos sociais e Estado. Para ele, a partir de meados dos anos 1980 inaugura-se no país uma nova história. Recorrendo a uma noção que é estruturadora do seu pensamento, que é a discussão sobre as fases de modernização no Brasil, ele afirma que com a conclusão da “modernização conservadora”, que se baseou na aliança entre latifundiários e burguesia industrial, o país galgava de alguma forma, à sua maneira, uma inserção no contemporâneo da modernidade que se afirmava mundialmente, e isso ocorria ao lado de uma verdadeira revolução democrática que ocorria no país, economia e política se sintonizavam em nova perspectiva. E naquele momento prévio aos protestos ele indagava, “o que se coloca em nossa agenda é a construção de uma nova história, totalmente em aberto, e não simplesmente alcançar uma modernidade que parecia nos escapar” (DOMINGUES, 2013c, p. 74).

Em análise posterior a junho de 2013, ele dá seguimento à reflexão nos seguintes termos.

[...] antes das manifestações ocorridas sobretudo entre 6 e 21 de junho, destaquei os avanços realizados pelos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) e enfatizei o esgotamento provável da agenda governamental. Falava da "nova história" do Brasil, sobretudo a partir dos governos de Luiz Inácio Lula da Silva, e da possibilidade de começar uma "novíssima história" do Brasil, impulsionada por novas e renovadas forças populares. Apontei para o fato de que, política e socialmente, as políticas sociais focalizadas e setorializadas provavelmente haviam atingido seu teto. O modelo econômico tampouco parecia ter fôlego para seguir combinando estancamento do desenvolvimento industrial, crescimento da agroindústria e do consumo popular, sem investimento em bens de consumo coletivo, a começar pelo transporte público. Indagava ainda se e quando emergiria um novo ciclo de mobilização popular, através dos movimentos sociais, capaz de provocar o avanço dessa agenda, especialmente na direção de políticas sociais universais. As manifestações foram uma explosão, um verdadeiro terremoto político, que responderam exatamente aos problemas assinalados, com a agravante de revelar a enorme distância entre largas parcelas da população e o sistema político, em particular os partidos políticos. Consistem essas manifestações em mera explosão fugaz, de curta duração, ou significam a emergência de uma novíssima história do Brasil? (DOMINGUES, 2013c, p. 93).

A análise de Domingues acima, e em especial a sua pergunta final, indica balizas para pensar o antes, o durante e o depois de junho de 2013, indicando alguns pontos de inflexão para pensar este conturbado momento políticos de desencontros de expectativas e da realidade social

e econômica, ainda mais quando, na finalização deste trabalho, lido com informações que abrem diferentes possibilidades de leitura de resultados políticos frente ao que compõe o cenário da conjuntura atual, considerando, entre outros elementos, o golpe institucional do impeachment da Presidenta Dilma.

Para esse ponto de inflexão de meados dos anos 1980, de que fala Domingues, muito contribuiu o processo de trabalhos de base, políticos, sociais e culturais, e depois de articulações nacionais de organizações e movimentos sociais que nasceram descentralizados em iniciativas comunitárias, municipais, estaduais, regionais em um ambiente institucional adverso, devido à ditadura militar. Descrevo esse processo indicando a constituição e atuação política ativa do que chamo de campo político democrático popular – Domingues não descreve o processo político social do período utilizando da noção que utilizo, ele fala de uma revolução democrática molecular, o que se aproxima da noção aqui utilizada, mas a discute num contexto de debate sobre relações internacionais, olhando mais para o Estado, já, aqui, procuro olhar mais para o potencial da sociedade civil - movimentos sociais -, em âmbito predominantemente não institucional da arena política, não se ausentando dela e se reconfigurando ao longo do tempo histórico.

Uma verdadeira revolução democrática molecular tem tido lugar em toda a América Latina, liderada pelos movimentos populares nas décadas de 1980 e 1990, afirma Domingues. Essa revolução engendrou mudanças de grande alcance na cultura política, na construção de instituições, com limites em particular no que diz respeito à cidadania civil das classes populares, expostas à violência social e inclusive ainda à violência do estado (conquanto não haja limites no que se refere à propriedade privada das classes dominantes, há dois séculos protegida acima de qualquer coisa). Esse processo de transformação implicou ainda muito mais participação popular, em uma situação de crescente complexidade social, pluralismo e um padrão transformador de movimentos sociais, eles mesmos muito pluralizados. “A cidadania social ainda é meta de fato distante de ser alcançada, mas isso não tem nada a ver com falta de cultura política democrática, mas sim com a própria implantação do neoliberalismo” (DOMINGUES, 2013c, p.24-25). Para ele esse processo de revolução democrática molecular, gera momentos de grandes transformações estruturais, isso em toda a América Latina, mas essas são impulsionadas pelo Estado (DOMINGUES, 2013c, p.112). Esta formulação de Domingues não substitui a linha de argumentação traçada cf. aqui sobre campo democrático e popular, mas a complementa no sentido de refletir sobre o tipo de ação e relação que se desenvolveu no campo.

A narrativa sobre a constituição de um campo político democrático e popular e a descrição do que foram os ciclos de protestos nesse período se misturam e às vezes se confundem. Os relatos sobre essas duas dimensões irão se entremeando ao longo da recuperação histórica e análise.

No processo de resistência à ditadura militar no período da abertura democrática, entre os anos de 1970 e 1980, estiveram presentes articulações, movimentações e organizações políticas e culturais que atuaram até inícios dos anos 1990, que foram nomeadas pela noção de “campo democrático e popular” ou como “campo político dos movimentos sociais”. Nos finais dos anos 1980 e início de 1990, este campo participa ativamente do processo de institucionalização democrática, através da mobilização das greves de operários e canavieiros, das lutas pela anistia aos exilados e presos políticos, da campanha pelas eleições diretas para presidente da república “diretas já”, da mobilização pela assembleia nacional constituinte com ênfase nas proposições de emendas populares baseadas na coleta de assinaturas, da organização das greves gerais nacionais, das eleições presidenciais de 1989 apoiando a candidatura de Lula, pelo PT, na frente de esquerda chamada Frente Brasil Popular, que, configurava a participação eleitoral deste chamado “campo democrático e popular”. Esse período inicia-se com o ciclo de protestos das Diretas Já, mas cabe perguntar se pode ser considerada a sua duração, mesmo que mais difusa, até as eleições de Lula em 1989, passando pelo movimento da constituinte popular (Apêndice III).

A composição desse amplo movimento social ou campo político democrático popular articulou a integração de diferentes experiências históricas, oriundas da organização política e social anterior, dos trabalhos de base ligados a várias matrizes discursivas, a saber: os intelectuais e militantes das esquerdas marxistas e nacionais-populares na diáspora, ou seja, remanescentes de distintas organizações políticas que foram reprimidas pela ditadura; os militantes cristãos das CEBs e pastorais populares identificados com a teologia da libertação; os sindicalistas autênticos, das diretorias e oposições sindicais, identificados como promotores de um novo sindicalismo. Este campo político vai ser reconhecido através do processo de articulação e organização de movimentos sociais nacionais: a CUT, o MST, articulações do movimento negro, de mulheres, de moradia, de direitos humanos, além de centros de educação popular e pastorais populares. Também podemos incluir o Partido dos Trabalhadores – PT, pela sua capacidade de expressar politicamente este campo, desde a sua existência até a primeira campanha de Lula à presidência da república, em 1989.

Este campo político democrático e popular dos movimentos sociais, com a derrota eleitoral de Lula em 1989 - por tudo que esta eleição representava de possibilidade de reviver ou reconstruir uma experiência de poder popular semelhante a de socialismo democrático do Chile de Alende -, sofrerá, daí em diante, um processo de reconfiguração, ou talvez melhor dizendo, de erosão em sua coesão política e em suas opções estratégicas de ação política e pedagógica, que vai levar à desconstrução do ideário de projeto democrático e popular (WAINWRIGHT, 2006).

Este processo é marcado pela não consolidação das dimensões institucionais de afirmação de soberania econômica, universalização de direitos e democracia participativa conquistadas no processo constituinte que resultou na chamada “Constituição Cidadã” de 1988. Teremos, na década de 1990, a partir do Governo Collor, a desregulamentação de direitos sociais, econômicos, políticos e dos mecanismos de garantia de participação popular, associada a uma inserção subordinada do Brasil à chamada globalização neoliberal, com a realização de ajustes estruturais orientados pela política monetária do Fundo Monetário Internacional - FMI, que implicaram em abertura da economia ao capital estrangeiro, endividamento externo, redução do tamanho do Estado, redução dos investimentos sociais nas políticas públicas, arrocho salarial, desemprego e flexibilização dos direitos, com a sua conseqüente precarização do trabalho e desmonte do sindicalismo combativo. Este contexto, marcado ainda por escândalos de corrupção no Governo Federal, terminou gerando a mobilização do ciclo de protestos desencadeado pela juventude, indo até o Impeachment do presidente. Refiro-me ao movimento “Fora Collor” protagonizado nas ruas pelos jovens “caras pintadas” e pelo Movimento pela Ética na Política, mas que teve seu desfecho nas decisões no âmbito do Congresso Nacional.

Vitorioso o impeachment, assume o vice presidente. O Governo Itamar tenta retomar a relação com os movimentos sociais, buscando interagir com as insatisfações populares geradas pelos resultados dos primeiros ajustes já realizados no governo anterior. Os anos 1993 e 1994 seriam decisivos, conformariam uma única conjuntura política que se inicia com o plebiscito sobre o sistema de governo em abril de 1993, passa pela reforma constitucional e culmina com as eleições gerais de outubro de 1994. Uma conjuntura em que o tempo histórico poderia ser acelerado, mas também em que as novas condições de poder estariam permanentemente desafiadas pela ameaça hiperinflacionária. Neste período as elites construíram uma coalizão moderno-conservadora, vitoriosa em 1994, com a eleição de Fernando Henrique Cardoso, que é reeleito em 1998.

No período da virada da década de 1990, em que se realiza a reforma do Estado, ocorrem fortes mudanças no campo da ação, organização e institucionalização das organizações da sociedade civil (ONGs), das organizações de movimentos sociais, do sindicalismo, dos partidos de esquerda, dos espaços de articulação do campo democrático e popular. São mudanças provocadas por diferentes fatores, mas que em sua diversidade encontram pontos de articulação naquilo que pode se chamar do curso da globalização neoliberal e dos limites impostos ao processo de democratização brasileiro pelas heranças vindos do processo de transição pós ditadura militar, truncado pelos termos da composição gelatinosa e heterogênea da oposição que lhe forjou e pelas condições impostas pelas lideranças da ditadura civil-militar à negociação da distensão lenta, gradual e progressiva, que incidirá até nos termos da eleição indireta, e não direta como as ruas queriam, do primeiro presidente civil pós ditadura.

A seguir, tendo feito uma contextualização política do período que antecede o ciclo estudado, realizo, de forma complementar, discussão do processo histórico de eclosão de ciclos de protestos anteriores a 2013. Antes de apresentar os ciclos, faço uma diferença entre o que pode se chamar de ciclos de ações coletivas dos movimentos sociais, como utilizado por Bringel (2013), e ciclo de protestos, utilizado por Tatagiba (2014). A perspectiva apresentada por Bringel nos subsidiará para análise do próximo capítulo, quando discuto mais diretamente sobre a emergência ou visibilidade pública de novos tipos de movimentos, repertórios de confronto e quadros interpretativos, e neste capítulo, a perceber possibilidades de leitura sobre o ponto de inflexão que 2013 se torna para interpretação da ação coletiva e dos movimentos sociais, o que aqui ajudará a pensar a relação no interior do campo entre movimentos sociais, partido e governo.

Pode-se falar de dois grandes ciclos de ação coletiva que representam padrões diferenciados de relações entre Estado e sociedade, cada um deles com uma duração de aproximadamente vinte anos: o primeiro emerge na década de 1970 e tem como inflexões importantes a alta intensificação do conflito de finais dos setenta, a queda dos militares e as Diretas Já, concluindo com o impeachment de Collor de Mello. O segundo ciclo emerge no início dos anos 1990, com novos atores e perspectivas de atuação. Enquanto o primeiro tende ao conflito, à ação coletiva menos institucionalizada e à autonomia e crítica ao Estado, o segundo tende mais à cooperação, à ação mais institucionalizada a uma maior aproximação entre movimentos sociais e Estado (BRINGEL, 2013, p. 24).

Sigo a orientação teórica e o percurso realizado por Tatagiba (2014). Sua elaboração contribui para análise sobre a crise política, trazendo elementos históricos sobre a emergência de ciclos de protestos anteriores a 2013, ocorridos no processo de democratização, após a

derrota das tentativas de resistência armada a ditadura. Ela lança mão, como referencial teórico, das noções de ciclo de protestos e repertório de confronto, coincidente com meu referencial teórico, fazendo comparação entre os ciclos. Recorrendo a sua contribuição, percorro esse período histórico, me detendo mais nos ciclos anteriores a 2013, devido a que tratarei desse ciclo com base nesse referencial, no próximo capítulo, aproveitando a observação dos ciclos das Diretas Já e Fora Collor, para subsidiar o debate da crise, mas também para dispor de informações para comparação histórica e caracterização dos movimentos, suas ações coletivas e quadros interpretativos, no capítulo quatro. Seguindo sugestões e destacando elementos do texto de Tatagiba sobre os repertórios de confronto, esta observação pode ajudar a identificar desafios, que já estavam postos por esses levantes para a democracia, a época e hoje, assim como permite explorar as formas que as mobilizações assumiram e a identificar inovações e continuidades desses protestos com 2013, o que será trabalhado também no próximo capítulo. Concordo com ela, quanto ao entendimento de que o

[...] vínculo entre mobilização coletiva e política institucional é a chave para compreensão dos ciclos dos protestos. As dinâmicas dos ciclos são influenciadas pelos padrões de interação entre movimentos sociais e estado no decorrer do jogo político rotineiro no qual atores organizados buscam influenciar as instituições. Ao mesmo tempo as dinâmicas de mobilização e desmobilização internas aos ciclos podem provocar mudanças nas relações entre autoridades e desafiadores, abrindo espaço para expressão de novos atores e discursos, com potenciais impactos sobre a política institucionalizada. Dito de outra forma, as mobilizações coletivas são eventos que rompe o jogo político rotineiro. Mas como sabemos, suas bases encontram-se na forma como ao longo do tempo se conformaram os padrões de interação entre movimentos sociais e atores políticos institucionais (TATAGIBA, 2014, p. 38-39).

Como muitos chamaram atenção, as revoltas de junho de 2013 não foram só por vinte centavos ou contra os gastos com os equipamentos para a copa. Isso têm muito em comum com o que ocorreu nas grandes manifestações da redemocratização, as Diretas Já e o movimento pelo impeachment de Collor. Em 1984 não se tratava apenas de conquistar o direito de votar diretamente para presidente, assim como em 1992 não se tratava apenas de afastar Collor. As comparações podem ser feitas, mas aqui, na sequência, apresento aspectos do processo de cada um destes ciclos, identificando as estruturas de oportunidade abertas, as formas de mobilização e sua infraestrutura, assim como destaco a utilização de determinados repertórios de ação, a exemplo do que faz Tatagiba²⁶. Isso permite que se identifiquem as dinâmicas políticas dos

²⁶ Para não me estender na descrição dos ciclos me benefício, para esse relato, das informações sistematizadas por Tatagiba no referido texto, me atendo as fontes acessadas por ela, evitando assim multiplicar as referências bibliográficas.

confrontos e crises políticas atravessadas pelo país nesse período e traz informações sobre as performances de confronto desses ciclos, o que será mais explorado em relação a 2013 no próximo capítulo.

Começo a descrição pela campanha que ficou conhecida como Diretas Já. Entre novembro de 1983 e abril de 1984, no contexto da transição, as ruas do país foram ocupadas pela realização de grandes concentrações, estilo comícios. Era exigida do Congresso a aprovação da Emenda Dante de Oliveira, que permitiria eleições diretas para presidente da República. Mas em abril de 1984, a Emenda em votação na Câmara foi derrotada. Esse movimento foi convocado e liderado pela ampla oposição à ditadura, reunindo partidos (MDB, PCB e PCdoB, esses dois últimos como tantas outras organizações de esquerda não tinham registro legal), sindicatos, movimentos sociais, contando com apoio de alguns governos estaduais e municipais. A campanha e mobilização das Diretas Já saíram das ruas derrotadas pelo Congresso. Os protestos e os comícios tinham em pauta outras demandas, a exemplo do arrocho salarial, da crítica ao intervencionismo dos EUA na América Latina e ao cardápio de política econômica do FMI, temas que compunham a pauta política de diferentes segmentos e agrupamentos políticos que buscavam se expressar e conquistar apoio da população que estava nas ruas.

A construção desse levante popular não foi simples para ser articulado, apesar de toda a oposição ser favorável às eleições diretas. Não foi fácil construir um consenso, no bloco da oposição, sobre as formas de luta para alcançar o objetivo de ter eleições diretas. Opções que iam desde os acordos de cúpula, negociações entre parlamentares e o governo, até que se conformou uma massa crítica, a partir de eventos suprapartidários e em debates abertos, que deslocou a ação para o confronto político das ruas com o Congresso, para acuar a ditadura. Mas, para chegar aí foram muitas ligações telefônicas interurbanas, para tornar a ação nacional, muitos almoços e jantares, papéis e projetos políticos, até chegar as ruas, ou seja, foi gasto todo repertório já conhecido de longa data pelos políticos profissionais. Foi nesse trajeto que se afirmou, acima das diferenças, o enquadramento interpretativo dominante simbolizado na expressão "quero votar para presidente", diante dos interesses diversos, e até mesmo conflitantes. Isso possibilitou enfrentar o desafio da construção de um marco comum para o confronto, com a campanha das Diretas Já.

Nessa articulação e mobilização foi significativo o papel dos partidos políticos, senão decisivo. "Diretas Já" foi um enquadramento interpretativo construído a partir de um forte trabalho de negociação e articulação políticas, conduzido por lideranças partidárias. Na luta

pelas diretas nas ruas os símbolos nacionais estiveram muito presentes. O verde e amarelo, tornou-se as cores das Diretas, o hino nacional era cantado nos comícios, pelos que estavam nos palanques e por todos os presentes, eram os brasileiros retomando o país nas mãos, a nação se levantando contra o poder do Estado, mimetizando isso numa grande festa cívica, quase um carnaval verde e amarelo, talvez para impedir a repressão da ditadura, avançando no seu objetivo. Nessa estratégia de ações de rua, as festas-comício compunham a parte central do repertório de confrontação. Estes contavam com acordos entre os governadores, lideranças partidárias e organizações de movimentos. Isso contribuiu para que fossem realizados comícios em muitas capitais. Eram grandes eventos públicos, que duravam em torno de cinco horas, e que costumavam contar com a presença de artistas e cantores, os custos eram assumidos por seus organizadores.

Os megacomícios das Diretas Já se transformaram em festas cívicas. Além dos comícios no repertório da oposição foi incluída as Caravanas das Diretas, cujo objetivo era chegar com a campanha das Diretas às cidades do interior do país. Foram protagonizados por Ulysses Guimarães, Lula e Dutel de Andrade, respectivamente presidentes do PMDB, PT e PDT. Delas participavam grandes lideranças nacionais, políticos locais, artistas e cantores regionais.

O segundo ciclo de protestos de nossa história recente foi o Fora Collor, em 1992, quando ocorreram mobilizações coletivas entre os meses de maio e dezembro, para exigir a saída do primeiro presidente eleito após o retorno da democracia, Fernando Collor de Melo. Ele estava envolvido em escândalos de corrupção. Os protestos desse ciclo, foram liderados pela União Nacional dos Estudantes (UNE), tendo apoio de muitos outros segmentos sociais. Este ciclo Fora Collor, diferente do anterior, saiu vitorioso em seu objetivo principal, o presidente sofreu *impeachment* no Congresso Nacional, as manifestações e protestos se impuseram e o presidente foi afastado. Como é previsível em ciclos de protestos e nas dinâmicas de confronto, nesse também estiveram envolvidos interesses diversos e conflitantes, colocando desafios para construção de um marco comum, no caso o *impeachment*, o que mobilizou muita energia dos organizadores. Como no ciclo anterior o papel dos partidos políticos foi decisivo para essa costura.

Nesse processo, Fora Collor foi o enquadramento possível de construir a partir de um dispendioso trabalho de negociação e articulação políticas das principais lideranças partidárias da oposição. Nesse ciclo, como no anterior, os símbolos nacionais estiveram muito presentes nas mobilizações. Nos protestos em favor do impeachment, lia-se cartazes que falam desse nacionalismo, nas mãos dos "caras pintadas" de verde e amarelo, contendo a expressão "verás

que um filho teu não foge à luta". Na campanha pelo *impeachment* do presidente destacavam-se os jovens e suas caras pintadas de verde e amarelo. Os partidos de oposição em algumas cidades fizeram distribuição de bandeiras durante os atos. Passeatas, seguidas de comícios, compunham as principais estratégias de confrontação.

Quanto à utilização das cores verde e amarela, que alude à bandeira, símbolo cívico da nação, ocorreu um fato curioso. Collor em um discurso, dia 13 de agosto, convocou a população toda do Brasil para que saísse às ruas, no domingo dia 16, vestido de verde e amarelo em defesa ao seu mandato. No domingo, o país inteiro vestiu-se de preto e em muitos lugares foi encenado o enterro simbólico do presidente. Carreatas ocorreram em muitas cidades, tornando-se um ato preparatório para as passeatas. Nos atos públicos que se utilizavam de carros de som ou palanques, em pontos que historicamente eram utilizados para concentrações políticas, teve-se a participação de artistas e cantores animando os presentes, recriando os showmícios das Diretas Já. A tudo isso somou-se atividades artístico-culturais, com encenações e exposições de arte.

Não foi destacado acima de forma mais minuciosa as organizações da sociedade que estiveram mais ou menos envolvidas em cada um dos dois ciclos de protestos descritos, fazendo-se uma referência mais geral. No entanto, é bom ressaltar que a estrutura de mobilização dos dois ciclos esteve assentada na formação de frentes suprapartidárias, como relatado, e contando com representações de diferentes organizações e movimentos sociais e da sociedade civil, dentre os quais se destaca CUT, CNBB, OAB e UNE.

Os ciclos das Diretas Já e do Fora Collor permitem discorrer exemplarmente sobre o inevitável vínculo entre política institucional e dinâmicas de contestação típicas como os protestos. O campo político democrático popular dos movimentos sociais, investiu na democracia como projeto político e na participação democrática como forma de acesso e garantia de direitos, como chama atenção Dagnino (2000) e Dagnino et al (2006). A democracia participativa conformou um traço daquilo que poderíamos chamar de nova cultura política desse campo referido, o que vai dar certo sentido às interações entre movimentos sociais e estado e indicar um caminho específico para as mudanças, observando as regras do jogo.

A trajetória de luta política e capacidade de intervenção, na interação com Estado forjou no processo de democratização pós ditadura no Brasil, uma das mais inventivas e sólidas arquiteturas participativas da América Latina. Esse campo já erodido, mas herdeiro dessa experiência e parte da geração de militantes que dele participaram, tem na eleição de Lula como presidente em 2002, um ponto alto desse processo ou o reconhecimento de uma vitória que se referencia mais na memória do significado da experiência da trajetória desse campo e suas

virtualidades do que nos compromissos assumidos pelo PT na coalisção construída para chegar a vitória eleitoral.

Os protestos de Junho de 2013, para Tatagiba, chamam atenção, quando comparados com os ciclos anteriores, em termos de capacidade de intervenção e negociação dos movimentos com o governo ou de influência nos projetos dos partidos, pela existência de um ponto de inflexão no processo de democratização e nos potenciais do projeto inicialmente construído pelo campo democrático popular e que depois têm sua existência quase que delegada ao PT, esfacelando-se e não mais sendo reconhecido pelas novas gerações.

A impressão é que o projeto de esquerda concebido em torno do PT perdeu o vigor e não aparece como uma alternativa para parte significativa dos jovens que tomaram as ruas do país. As características dos protestos de junho permitem supor que entramos em uma nova fase de mudanças, na qual os movimentos sociais tradicionais e os partidos políticos de esquerda disputam elou compartilham o protagonismo das lutas sociais com um leque mais diversificado de atores que emergem na cena pública portando um conjunto variado de demandas e projetos políticos. O ciclo de protestos de junho interpelou os ganhos realizados por gerações sucessivas de militantes que apostaram na chave das reformas por dentro do estado e através das regras do jogo democrático. Os jovens que foram para a rua não fizeram parte desse acordo, e não se veem por ele constrangidos (TATAGIBA, 2014, p. 58).

Este resgate dos ciclos de protestos exige fazer uma breve caracterização para encontrar alguns fios que ajudem a dialogar com os porquês da eclosão de 2013 e da emergência de um enquadramento interpretativo autonomista que estava ausente, ou latente, nos períodos anteriores. Tal empreendimento ajuda a melhor situar o contexto em que eclode a crise política que abriu espaço a vaga de mobilizações gerando uma tremenda instabilidade institucional.

Olhando a emergência desses protestos e acessando a perspectiva da dinâmica do confronto político, pode-se dizer que eles vieram escancarar a dimensão conflitiva sempre presente na democracia. Potencial radical que muitas vezes é tolhido pelo acionamento de mecanismos que confundem negociação de posições políticas com conciliação de interesses, que fragilizam mecanismos de equalização das desigualdades econômicas, assim como pelo bloqueio dos canais de participação enquanto espaços efetivos para uma gestão democrática dos interesses públicos, de expressão de posições ideológicas divergentes em arenas políticas públicas e não em espaços privados.

Ainda podemos chamar atenção para a necessidade de entendimento e aceitação de que as ações coletivas na forma de protestos devem ser vistas como uma prática saudável e necessária para o fortalecimento da democracia, quando pensada numa perspectiva de afirmação da liberdade, da igualdade, da socialização econômica, em interação com a vontade

popular expressa em ações diretas ou na criação de mecanismos de participação popular, enquanto potencialização de uma democracia direta. A democracia se aprofunda quando cria as condições institucionais e ideológicas de lidar proativamente com as dinâmicas de confrontação política que lhe atravessa permanentemente (MCADAM, TARROW, TILLY, 2005).

As crises políticas institucionais, vistas a partir da dinâmica de confronto político dos movimentos sociais com o Estado, apresentam-se de forma variadas. É na interação política entre repertórios de confronto, sempre adaptados às oportunidades políticas, ênfases ideológicas dos contendores, estruturas societárias e formas organizativas, que se configuraram as crises políticas quanto à sua natureza e magnitude. Observando os ciclos de protestos e as crises atravessadas em diferentes períodos históricos do Brasil se enxergam semelhanças e peculiaridades entre eles. A noção de dinâmica de confronto político e repertórios de confronto lidam com a ideia de que a democracia existe e se fortalece a partir dessa dinâmica, apesar de que esta dinâmica não é linear. Pode-se falar de processos de democratização, mas também de processos de *desdemocratização* (TILLY, 2013). A democracia é contenciosa, ou melhor, as dinâmicas de confronto político e a democracia se modelam.

Ambas interagem permanentemente: os ordenamentos políticos institucionais democráticos se conformam por meio de confrontos políticos e remodelam os confrontos políticos ao se conformarem; o mesmo conjunto de mecanismos que explica as ações, as mobilizações e as trajetórias dos confrontos políticos explica também o conjunto das mais diversas mudanças políticas que dão lugar a construção da democracia. A democracia não é um fenômeno *sui generis* que deva se analisar a margem dos confrontos políticos, a democracia só se atrita, incompatibiliza e torna-se reativa aos confrontos políticos, em momentos de transição, peculiares e perigosos. Tão pouco a democratização é uma simples questão de elites que decidem em nome de uma sociedade quando e como há que ser mais democrática (MCADAM, TARROW, TILLY, 2005, p. 337).

Rodrigues (1993, 2001) na análise sobre as Diretas Já, utiliza categorias da sociologia da crise política de Dobry, alguns dos elementos que ele elenca quanto a períodos de intensa mobilização, serão encontrados nos ciclos de protestos discutidos anteriormente, e também em 2013. Esta sociologia da crise política, dizendo aqui de forma muito sintética, destaca que uma crise política institucional se instala quando ocorre um processo de desestabilização do governo, que quase sempre ocorre por causa de uma ação política e social multisetorial que confronta o poder central de governo, movido por diferentes razões, demandas e ideologia, o que dificulta, reduz ou faz o governo se enfraquecer de sobremaneira, pela falta de capacidade ou impossibilidade de resposta à crise, que em parte ocorre por ausência de abertura de canais de comunicação e negociação, com todos que se levantam contra o governo. Ou ainda pela

incapacidade de compor os interesses em conflito, o que leva a perda gradual da manutenção da sua posição de representação popular. Essas abordagens sobre a crise, diz da necessidade de, ao longo desse estudo, fazer uma análise do Lulismo e das peculiaridades da crise da participação social e do sistema político que eclodem com o ciclo protestos de 2013.

Apesar de que, no conjunto do trabalho, me atendo mais a dinâmica de participação dos movimentos sociais no processo de democratização, dos seus espaços de articulação de construção de possibilidades de intervenção e formulação de projetos desde o lugar de sociedade civil, desde um campo democrático e popular, me parece importante registrar a contribuição de Nobre, na interpretação sobre o processo de democratização, mais focado nos impasses criados por mecanismos institucionais e de negociação entre partidos políticos. Isso ajuda a fazer uma ponte com a discussão sobre crise política que faço mais a adiante.

Para Nobre (2013a, 2013b) o evento dos protestos de junho de 2013, rompe com a lógica que contaminou o sistema político brasileiro desde o processo de abertura democrática na transição pós ditadura civil-militar, seja na vitória do Congresso na decisão por eleições indiretas para um presidente civil nessa passagem, seja pela conformação de um bloco parlamentar que ficou conhecido como “centrão” que se constituiu para barrar, na Constituinte, propostas de emendas populares e formulações mais avançadas em Comissões de Parlamentares Temáticas coordenadas por deputados de esquerda – nestas Comissões eram acolhidas as emendas populares e fazia-se o debate sobre as propostas²⁷ para a nova Constituição.

Para ele é nessa transição que se cria, via o PMDB, mecanismos institucionais e políticos para manutenção de um sistema político insulado do conjunto da população, contendo também os mecanismos de participação popular como sendo para aprofundamento do processo de democratização, criando assim uma blindagem do sistema político à participação da sociedade. Volto a ele quando, à frente, discuto a crise do sistema político revelada de forma mais clara com a eclosão dos protestos.

Deixo por enquanto o debate sobre a crise política, e retomo, após discutir os ciclos de protestos, a noção de campo democrático popular. A discussão sobre os ciclos ajuda a enxergar, como chamei atenção, o ponto de inflexão da conjuntura e mesmo de ciclo histórico de 2013. Com a reflexão a seguir quero situar melhor as ligações desse momento com a constituição e erosão do campo democrático e popular, para depois poder voltar a discutir a existência de um

²⁷ A luta da esquerda em geral e do campo democrático e popular procurava atuar no sentido de romper com as heranças autoritárias, patriarcais, elitistas, corporativas, restritivas dos direitos sociais, trabalhistas e da cidadania, de liberalização econômica com desregulamentação da soberania nacional (recursos naturais, serviços essenciais, patrimônio das empresas estatais, sistema financeiro), de manutenção do latifúndio e da especulação fundiária, saúde privada e educação religiosa, entre tantas outras pautas.

campo autonomista na formação do PT e no PT, demonstrado pela participação de intelectuais independentes, da ampla categoria dos simpatizantes e dissidentes do PT e de correntes autonomistas não anarquistas. Tal discussão será realizada associando o que aqui trato como campo democrático e popular à noção e debate de esquerda social no capítulo quatro. Conseguir delinear alguns traços do que seja o que nomeio como campo democrático popular faz-se necessário para dar maior densidade a noção de autonomismo, que lançamos mão enquanto categoria operacional, mas que ao longo da pesquisa foi ganhando novos contornos e funções no seu uso para análise mais geral, e não só para seleção do material a ser processado.

Apesar da observação acima apresentar elementos que conformam o que chamo de campo democrático popular, é também necessário discutir a crise política ou uma de suas dimensões, se pensamos em sua constituição e dissolução, e as consequências disso para conjuntura e cena política de 2013. Ou seja, a crise política coincide com uma onda conservadora e perda de uma hegemonia cultural de esquerda que se forjou e se firmou, no campo intelectual da arte e cultura (RICCI e ARLEY, 2014, p 54-59; SINGER, 2012), assim como com processo de erosão e/ou dissolução do campo político democrático e popular dos movimentos sociais e/ou de esquerda social, que se forjou nos anos 1970-1980, perdendo forças a partir dos anos 1990 (ANDRADE, 2012).

Andrade (2012) trabalha a noção de campo democrático popular como sendo a articulação resultante do processo que agrupou parte de uma esquerda social que se conformou na democratização brasileira pós-ditadura militar, a partir de um conjunto de iniciativas promovidas por organizações sociais identificadas como movimentos sociais populares, a qual gerou as condições para criação do PT e da CUT, enquanto expressões de massa de certa cultura socialista e de formulação de um projeto político democrático e popular. Campo esse que terminou por se confundir com as experiências de governo das administrações petistas ou da frente partidária que compunha esse campo político, com apoio de movimentos sociais a ele articulado. Aqui interessa especialmente identificar as novas conformações da relação sociedade civil e Estado, no contexto pós governo Lula, e as implicações disso para (re)configuração dos movimentos sociais, no processo do que estou chamando de constituição e dissolução do campo.

Fazendo essa reflexão, compreendo, como Dagnino (2004), que se faz necessário “conferir um maior peso explicativo à noção de projeto político, no nível teórico, e em consequência, investir, no nível empírico, na investigação e análise dos distintos projetos políticos em disputa, e especialmente no esforço de desvendar a crescente opacidade construída

por referências comuns” (p. 98), no que se refere à democracia, participação e cidadania, através de deslocamentos de sentido que sofrem. Entendo o termo ‘projeto político’

[...] como um conjunto de crenças, interesses, concepções de mundo, representações do que deve ser a vida em sociedade, que orienta a ação política dos diferentes sujeitos [...] eles não se reduzem a estratégias de atuação política no sentido estrito, mas expressam, veiculam e produzem significados que integram matrizes culturais mais amplas, no que se refere a relação Estado-sociedade civil, sem incorrer na clivagem simplista de considerar a sociedade civil como 'pólo de virtudes democratizantes', e o Estado visto como 'encarnação do mal' (DAGNINO, 2004, p. 98).

Nessa perspectiva, a visão homogeneizadora dos dois polos é em certa medida superada, e permite identificar os deslocamentos de sentido ocorridos, os sentidos que os projetos políticos escondem e revelam. Dagnino (2006), para tanto, constrói uma tipologia de projetos que estão em disputa hoje na América Latina e no Brasil, na qual distingue as formas de democracia e as tensões criadas, de um lado, em torno da participação cidadã e das lutas pela democratização realizadas pelos movimentos sociais, de outro, pelos experimentos de gestões democráticas de governos de centro esquerda, com suas iniciativas de participação social. Nesta análise ela delimita a existência de pelo menos três tipos de projetos em disputa: projeto autoritário; projeto neoliberal; projeto democrático participativo. Esta tipologia coincide com outra que apresentamos na análise de contexto quando registramos a emergência de um movimento em 1992, que, naquele momento, apresentava um projeto de resistência negro, indígena e popular, que foi se delineando muito mais claramente nos anos 2000.

Interessa discutir aqui, de forma mais fina, as diferenças que se apresentam no interior do que é identificado como projeto democrático participativo, expressão da formulação do campo, que como projeto no Brasil foi nomeado, coincidentemente ou conseqüentemente, de projeto democrático e popular, que como já dito se confundiu com a história do PT - e em especial caracterizará as suas gestões de governo como administrações democráticas e populares.

Nos estudos que fazem referência a essa noção de campo democrático e popular, quais são as ênfases que lhe são dadas? Paludo apresenta a conformação do campo e do ideário que vai se constituir num projeto democrático e popular, nos seguintes termos

O Campo Democrático e Popular (CDP) se constitui em nosso país nas décadas de 1970/80, de um lado, em contraposição aos desdobramentos específicos do projeto de modernidade e, de outro, na continuidade do aprofundamento de concepções e práticas que procuravam articular a democracia com a justiça social e com a construção de um projeto alternativo de sociedade. O CDP representa, no espaço social [...], a articulação e

congregação de forças políticas e culturais com capacidade de intervenção política e organizativa. Apesar das especificidades das práticas sociais, de identidade, composição social e projetos, o CDP orientava-se para a luta pela democratização formal e para aprofundamento desta democracia, que consiste na partilha do poder político, econômico e cultural, apontando já nesse período para necessidade do alargamento e universalização dos direitos civis, políticos e sociais. Na luta pelo aprofundamento da democracia, por exemplo, diferenciava-se de outros campos que também lutavam pela democratização formal [...] A luta e as condições que configuram seu processo deixam de ser pensadas nos estritos limites do econômico e passam a ter uma maior e melhor expressão de sua dimensão política e cultural. Além disso, o CDP se orienta pela autonomia dos diferentes sujeitos sociais – partido, Estado, movimento –, pelo rompimento de relações hierarquizadas entre direção e base, pelas formas de participação direta do popular na reflexão, decisão, execução e controle das deliberações, enfatiza o caráter pedagógico das relações (PALUDO, 2001, p.45-46).

É importante retomar aqui balizas históricas temporais da constituição de um campo democrático e popular durante as décadas de 1970 e 1980, e a sua desarticulação e/ou reconfiguração a partir da derrota eleitoral de Lula em 1989 e/ou seu esgarçamento maior provocado com a eleição de Lula para a presidência da república, em 2002 (VERAS, 2011). A constituição desse campo coincide com a formulação correspondente às suas perspectivas políticas e ideológicas, como vimos, um projeto democrático e popular.

Sader (1988) nos apresenta outros ângulos para enxergar esse campo. Apresenta-o como uma nova configuração dos sujeitos sociais que produziram as mobilizações na década de 1970, reunindo-os em torno de uma noção de classe trabalhadora ampliada, formada pelo novo sindicalismo, as comunidades eclesiais de base e intelectuais de organizações de esquerda na diáspora, que passou a atuar como um *movimento democrático e popular* na sociedade civil.

Doimo (1995), analisando os anos 1980 e os primeiros anos da década de 1990, ao abordar a participação política dos movimentos sociais, faz um balanço das práticas políticas e das formas de organização e intervenção, identificando que, para além do projeto (do) popular, existem ações temáticas e territoriais dos movimentos, que se articulam em redes constituídas em torno de um *campo ético-político democrático e popular*. E nesse processo assinala uma inflexão que estava em curso quanto às concepções e práticas políticas, nos inícios dos anos 1990, qual seja, o abandono da noção de ‘popular’

Embora não se possa esquecer que os recursos de poder para tanto vieram, paradoxalmente, de condutas informadas por códigos ético-políticos um tanto avessos à própria institucionalidade política, o fato é que também o apelo aos direitos de cidadania sempre estiveram colocados neste mesmo universo. Significa dizer que, ao lado de posturas de negação da institucionalidade, foram desenvolvendo padrões de convivência positiva com a institucionalidade, mediante reivindicação à face provedora do Estado [...] a

própria noção de popular começou a perder terreno para a idéia de 'sociedade civil organizada' e aquela postura de negatividade indiscriminada para com a esfera institucional, que marcara o período precedente, cedeu lugar a relações de seletividade positiva para com a esfera político-administrativa. Com efeito, verifica-se uma gradual e sensível mudança no discurso. Cada vez mais fala-se menos em 'democracia de base' e mais em 'democracia como valor universal', menos em 'movimento popular' e mais em 'movimentos sociais organizados', menos em 'luta contra o Estado' e mais em 'participação da sociedade nas decisões' através do estabelecimento de parcerias” (DOIMO, 1995, p. 225).

Como se pode observar, são distintas as interpretações sobre o projeto democrático e popular e sua relação com um campo político correspondente, mas ele é presente desde o período da redemocratização até os dias atuais, se for registrado a criação conjunta por organizações de movimentos sociais e PT, da Frente Brasil Popular, em 2016, para articular mobilizações em apoio a Presidenta Dilma em reação às movimentações favoráveis ao *impeachment*. Considerando algumas balizas históricas apontadas acima, quanto à trajetória do campo na relação com os partidos e o governo, teremos como um primeiro ponto de inflexão a derrota da eleição presidencial de Lula em 1989, depois o processo de participação na gestão das políticas públicas iniciada nos anos 1990, chegando em 2002 com a eleição de Lula à presidência da república.

Sendo essa última baliza quase um ponto de ruptura ou saturação, já que aquele projeto, que era uma referência comum para os que se sentiam vinculados ao campo, não foi realizado pelo governo. Pelo menos não foi realizado dentro dos horizontes utópicos construídos nas práticas políticas, sociais e culturais autônomas de organizações e militantes que se sentiam participantes dessa construção, principalmente aqueles que não estavam nas grandes organizações partidárias (PT, PCdoB, PSB) ou dos movimentos (CUT, MST, UNE), ou integraram cargos nas administrações públicas.

Estes períodos são balizas que demarcam momentos que foram promovendo reconfigurações no campo, ou melhor dizendo, a sua erosão em termos de afirmação de um projeto socialista, democrático e popular, assim como de sua autonomia na relação com as instituições sejam partidárias ou de governo. Essa pode ser uma chave para analisar e avaliar esse longo e complexo processo.

As observações e análises acima sobre o campo democrático popular, baseia-se também em observação empírica proporcionada por pesquisa sobre a experiência da Assembleia Popular, que se debruçou sobre o período de 2005 a 2010, quando pode-se falar de um período pré crise política do país e do PT (ANDRADE, 2012).

A teoria do processo e do confronto político estabelece uma correlação entre mudanças ocorridas na organização do Estado e a ocorrência de mudanças nos repertórios de mobilização, com a criação de condições favoráveis para deflagração de ciclos de protesto. A identificação e discussão sobre os repertórios de mobilização e confronto adotados pelos movimentos e ativistas trato no próximo capítulo. Neste discutimos sobre o contexto e mudanças sociais que podem ter produzido estruturas de oportunidades que possam ter gerado o processo de confronto político, mediado por ações coletivas desencadeadas por atores sociais muito concretos e situados, aqui estudados. A dinâmica de confronto observada gerou uma grande crise política. Esta é a questão sigo discutindo aqui.

A crise política no contexto descrito teve como um importante palco as ruas, como já dito, diferentes leituras sobre o ambiente institucional, que é o que por hora interessa, foram apresentadas, interpretando porque aconteceu 2013 e continuou presente no cenário político nacional. A agenda das manifestações questionava a legitimidade dos poderes da república, a qualidade dos serviços públicos e a realidade urbana caótica, o que traduz grandes insatisfações com o modelo de desenvolvimento, o funcionamento da democracia e o governo. Faz-se presente na rua um forte questionamento ao sistema político pela sua impermeabilidade à participação e a escuta da sociedade, principalmente o Congresso, o que coloca de novo, em pauta, o processo de democratização que estamos vivenciando, fazendo emergir debate mais amplo sobre a realização de uma reforma política.

Um forte indicador quanto ao grau das insatisfações que às vezes parece generalizada - a exemplo da frase de cartaz encontrado na manifestação do dia 20 de junho em Recife: “insatisfação coletiva do coletivo Brasil”-, é a presença massiva da juventude nos protestos, o que talvez implique num ponto de inflexão geracional, de tipo de discurso e instrumental de explicação da realidade e suas contradições. Isso, de certa forma, pode ser tomado como um indicador cultural de que existe um esgotamento de modelo nas formas de gestão da economia, da política e da sociedade como comenta Sylvia Dantas, em debate realizado no IEA-USP.

Nós estávamos tomados por um estado de melancolia (...), de que as coisas estão tão complexas, de que somos tão impotentes que não há como sair disso. E de repente essas manifestações começam a acontecer aqui, no nosso país, em que todos achavam que nossa juventude estava alienada e que todos estávamos tomados por uma passividade muito grande. De repente a população vê os jovens se manifestando e também quer se manifestar, porque é vida, porque significa sair desse estado de certo sonambulismo, uma anestesia pela qual todos estavam tomados. Outros jovens, então, começam a participar desse movimento. É um momento de catarse, em que as pessoas estão colocando para fora a vivência de uma dissonância cognitiva (...), em que sua percepção da realidade não está de acordo com o que é dito. E o que

é dito? Que somos a 7ª economia do mundo, que estamos melhorando, que a classe média está se expandindo, coisas muito positivas são colocadas e propagandeadas (DANTAS, 2013).

Singer (2013a), em análise sobre os protestos de junho de 2013, elabora uma caracterização do evento se utilizando de uma descrição geral e de pesquisas de opinião²⁸ - descrição que será enriquecidas a partir da categoria teórica principal utilizada no trabalho de confrontação de performance e enquadramento interpretativo, que nos apresentaram nuances aqui não percebidos -, algumas nacionais e outras sobre São Paulo, Rio Janeiro e Belo Horizonte, e descrições do evento, centradas em São Paulo e Rio de Janeiro. Apesar de ter discordâncias com algumas conclusões suas, apresento sua interpretação, pela sua acuidade e por representar certo viés que, guardadas diferenças laterais, predominou no meio das análises de cientistas políticos e de grande parte da esquerda tradicional. Procuro ir além dessa visão presa à região sudoeste no próximo capítulo, dada à diversidade de dinâmicas que o material empírico apresenta, e para empreender um esforço no sentido do que Bringel e Players (2015) sugerem, da necessidade de um esforço em romper os limites colonialistas da produção intelectual centrada na observação da região Sudeste.

Singer, para qualificar as mobilizações de rua massivas ocorridas em todo o Brasil, lança mão da noção de acontecimento, diferente dele, nesse trabalho, lembrando, para dar visibilidade a categoria que permeia o conjunto da Tese, adoto desde o título a categoria de ciclo de protestos.

A exemplo do exposto na introdução do capítulo sobre as fases do ciclo de protestos, Singer também identifica fases para descrever e ancorar a sua análise. Como já sinalizado, sua base de observação empírica é mais São Paulo e Rio de Janeiro, e, sua periodização se atém ao mês de junho, período de maior efervescência dos protestos no país. A primeira fase que ele circunscreve é caracterizada como o momento de esquerda do ciclo, para ele acontecimento, que coincide com o momento de mobilização promovida pelo MPL, centrado no objetivo da

²⁸ Utilizo, mais à frente, os dados das pesquisas de opinião sistematizados por Singer (2013a) e análise quanto ao perfil dos participantes, por ter constatado que ele lança mão das pesquisas disponíveis divulgadas mais amplamente sobre os protestos na sua onda no mês de junho de 2013, dando conta dos elementos fundamentais para uma caracterização do mesmo, para efeito das discussões desse capítulo. Sendo assim abduco de fazer sistematização de dados de pesquisa de opinião que se tornariam repetitivas em relação ao já produzido e disponível.

As pesquisas de opinião utilizadas por Singer foram: duas pesquisas realizadas pelo Datafolha em São Paulo, nas manifestações dos dias 17 e 20 de junho; pesquisa realizada na manifestação do Rio de Janeiro no dia 20 de junho pela Plus Marketing; pesquisa nacional realizada pelo Ibope nas manifestações do dia 20 com 2002 entrevistas em oito cidades - São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Fortaleza, Salvador e Brasília; pesquisa feita em Belo Horizonte na manifestação do dia 22, pelo Instituto Innovare.

redução da passagem, entre os dias 6 e 13 dos protestos em São Paulo. Sendo o protesto do dia 13 alvo de forte repressão policial e posterior solidariedade do conjunto da sociedade, se terá daí em diante uma segunda fase de protestos multitudinários, que fogem à direção política do MPL.

Esta segunda fase ele a identifica nos protestos ocorridos entre os dias 17 e 20 em São Paulo, quando as demandas se tornam vagas e dispersas, como foi muito repetido por muitos analistas, cada manifestante levava um cartaz com pautas e dizeres os mais diferentes²⁹. Nessa fase ele destaca o deslocamento dos protestos para outras capitais do país (Brasília, Fortaleza, Salvador, Belo Horizonte e Rio de Janeiro), estas mais centradas no questionamento aos gastos com a Copa das Confederações, que no Rio ganham contornos de sublevação popular, no dia 18. No dia 19, em Fortaleza, estudantes entram em choque com polícia durante a realização da partida Brasil e México. Nesse mesmo dia, depois da prefeitura ter sido quase invadida em São Paulo um dia antes, pelo que parece, diz ele, por grupos de direita com orientação para fazer isso, a prefeitura e o estado de São Paulo decidem revogar o aumento dos vinte centavos. No dia 20, as manifestações se estendem por mais de cem cidades em todo o Brasil, 1,5 milhão de pessoas saem às ruas em São Paulo. Quatro dias depois, Dilma faz pronunciamento propondo uma constituinte exclusiva para reforma do sistema político, a proposta não se sustenta por mais de quarenta e oito horas, fato que Singer não dá relevo, e é derrubada por pressão dos partidos da base aliada, em especial o PMDB liderado nesse ato pelo vice-presidente Michel Temer.

A terceira fase, para ele, vai do dia 21 até final do mês. Vista como um momento de arrefecimento e dispersão dos protestos. Impulsionados com a energia da fase anterior, em cada cidade faziam-se protestos com objetivos específicos: redução de pedágios, derrubada da PEC 37, protestos contra o Programa Mais Médicos, contra o Projeto de Emenda Constitucional 37 e contra os gastos para a Copa. O registro de Singer, talvez pelo seu enfoque, não considera as histórias dos processos de mobilização e organização local anterior ao evento e pode confundir a visibilidade que lutas regionais tiveram, rompendo o cerco da invisibilidade, sendo notícia na grande mídia dado o ambiente político nacional do momento.

Singer, ao sistematizar dados das pesquisas de opinião (ver quadros elaborados por Singer, a partir destas pesquisas, no Anexo I), cruzando as informações sobre geração,

²⁹ A exemplo das frases que seguem: “Copa do Mundo eu abro mão, quero dinheiro pra saúde e educação”, “queremos hospitais padrão Fifa”, “O gigante acordou”, “Ia ixcrever augu legal, maix fauto edukssao”, “Não é mole, não. Tem dinheiro pra estádio e cadê a educação”, “Era um pais muito engraçado, não tinha escola, só tinha estádio”, “Todos contra a corrupção”, “Fora Dilma! Fora Cabral! PT = Pilantragem e traição”, “Fora Alckmin”, “Zé Dirceu, pode esperar, tua hora vai chegar” (SINGER, 2013a, p. 25).

escolaridade, renda e opções políticas ideológicas, que, no fundamental, concordo, propõe a síntese que segue. Ele chama atenção da existência de dois pontos de vista predominantes, nas interpretações sobre junho. Um que apresentava nos protestos uma extração predominante de classe média – a discussão de classe se reacende muito fortemente no contexto do lulismo, aspecto que retomo a frente –; outro, que enxerga uma forte presença do precariado. Singer propõe uma terceira hipótese, chamando atenção que nesse debate, os dados disponíveis nas pesquisas pela sua natureza e abrangência, não permitem fazer afirmações definitivas baseados neles, a hipótese é de que se encontraram nas ruas simultaneamente as duas coisas,

[...] tanto expressão de uma classe média tradicional inconformada com diferentes aspectos da realidade nacional quanto um reflexo daquilo que prefiro denominar de novo proletariado, mas cujas características se aproximam, no caso, daquelas atribuídas ao precarizado pelos autores que preferem tal denominação: trata-se dos trabalhadores, em geral jovens, que conseguiram emprego com carteira assinada na década lulista (2003-2013), mas que padecem com baixa remuneração, alta rotatividade e más condições de trabalho (SINGER, 2013a, p. 27).

Seguindo com a síntese, considerada a problematização acima, ele chama atenção para o fato de que houve um predomínio de jovens nas ruas, o que significa a presença de pessoas com até 25 anos, que perfazem a maioria em todas as pesquisas. Em São Paulo a partir dos dias 17 e 20, aumenta a proporção de mais velhos – que era ínfima na faixa acima de 50 anos –, em Belo Horizonte nesse mesmo período a predominância continuou sendo da juventude. Essa presença dos jovens, se acrescida à faixa de idade entre 26 e 39 anos, agregavam 80% dos que estavam na rua.

Quanto aos dados de escolaridade, a constatação é de que jovens e adultos possuíam alta escolaridade. Os dados mais detalhados disponíveis sobre a escolaridade, no âmbito do ensino fundamental e médio, ficaram restritos a São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Nessas capitais os percentuais de pessoas que apenas ingressaram e/ou concluíram o ensino fundamental ficou entre 1% e 4%, com exceção do Rio de Janeiro que no dia 20 de junho apresentou a percentagem de 14% - o que para Singer implicou numa maior presença de segmentos da periferia. Quanto à informação sobre ingresso e conclusão do curso médio, ele assinala que 8% ingressaram no ensino médio sem concluí-lo. Inversamente a esses dados que indicam a baixa escolaridade, 43% dos manifestantes tinham diploma universitário – na pesquisa feita nas capitais –, isso chama atenção se comparado com o dado de que até 2010, apenas 8% dos brasileiros tinham concluído curso universitário. Ao lado disso ainda se observou, também nos dados sobre as oito capitais, que 49% dos que saíram as ruas tinham o

curso médio concluído ou cursavam a universidade. Em São Paulo e Belo Horizonte, agregando os que tinham diploma universitário e os que tinham ingressado no curso superior, somaram 80% dos presentes.

As observações sobre a renda indicam um dado contraditório em relação ao cruzamento dos dados escolaridade e renda. O quantitativo de baixíssima renda não foi tão insignificante quanto se esperaria pelo que se constatou de pessoas com alta escolaridade, o que sugeria rendimento alto. O constatado foi outra realidade, 50% dos manifestantes estavam na faixa daqueles que recebem até cinco salários mínimos de renda familiar mensal, tendo uma parcela entre quinze a vinte por cento, que ganhava até dois salários mínimos. O que pode se considerar baixo rendimento no Brasil. Ao mesmo tempo, metade dos manifestantes tinham renda familiar acima de cinco salários mínimos e cerca de 20% recebiam acima de dez salários mínimos familiares mensais, portanto se pode dizer que tinha uma classe média nas manifestantes, mas nessas proporções apresentadas.

Isso nos leva à seguinte equação. Enquanto ao olhar por escolaridade vimos uma acentuada presença do topo da escala social, remetendo para a classe média tradicional, do ângulo da renda e da ocupação que se pode deduzir dela, as pesquisas apontam uma incidência expressiva da metade inferior da pirâmide nas manifestações. Seria a confirmação de que o novo proletariado ou precariado, conforme sugerido por alguns autores, foi para as ruas. Se considerarmos que a maioria dos manifestantes era jovem, tendo entrado recentemente no emprego [...]Tendo em vista o exposto, sugerimos que a melhor imagem para descrever a composição social das manifestações seja a de dois blocos relativamente equivalentes, formados por jovens e jovens adultos de classe média e outro por pessoas da mesma faixa etária, mas pertencentes à metade inferior da estrutura social brasileira, sendo estes com menos escolaridade média [...] Isso reforça a impressão de que [...] a segunda fase das manifestações teria produzido, em consequência, um cruzamento de classes [...] juntamente com as evidências de que o subproletariado pouco participou dos protestos (SINGER, 2013a, p. 31-32).

Quanto à ideologia dos manifestantes, ele retoma informações sobre a descrição do evento fazendo a necessária distinção entre as fases, desse ponto de vista, e, a partir das pesquisas, constrói uma interpretação de que houve uma predominância da presença do centro nos protestos, enquanto perfil ideológico, conforme a análise abaixo.

Não apenas o centro é a posição individualmente majoritária, mas, se considerarmos que a centro-esquerda e a centro-direita podem ser vistas como parte de um centro ampliado, chegaremos a que perto de 70% dos participantes giravam em torno de posições centristas. Faz sentido pensar que esquerda e direita se encontraram no centro ao cruzarem, em sentidos opostos, as avenidas do país (SINGER, 2013a, p. 38).

Na sua avaliação sobre a primeira fase, sob a coordenação do MPL, as manifestações tiveram uma posição de esquerda. A segunda fase é heterogênea ideologicamente e campo de disputa entre direita e esquerda, sendo o centro majoritário. No auge das manifestações, as diversas correntes ideológicas estavam juntas nas ruas. Apesar da expulsão simbólica da esquerda partidária da Avenida Paulista, que tudo indica por grupos de extrema-direita, diante de olhares alheios do centro, ele chama atenção, que no dia 20, após os episódios de confronto, a esquerda social lá permaneceu, sendo uma parcela significativa do protesto.

Nessa segunda fase, a direita trouxe o problema da corrupção. A esquerda, a questão da extrema desigualdade e precárias condições dos serviços públicos na vida urbana. Aqui ocorre um cruzamento ideológico, que se sobrepõe ao cruzamento de classe como apontado acima. O inusitado para ele, no entanto, é a atuação do centro, que assume uma e outra bandeira, protestando contra os gastos públicos privatizados pelo capital e contra a corrupção, o que vai se generalizando como posição de quem vai para as ruas. O centro encampa as duas bandeiras, vendo-se aí lutando por uma sociedade moderna em confronto com um Estado envelhecido, e ao fazê-lo assim, retira o potencial de confronto de dentro da sociedade que as palavras de ordem poderiam ter.

Na interpretação de Singer, o centro atua nas manifestações acreditando em um tecido social unificado e participativo, combatendo um aparelho estatal opressivo, para remover velhos hábitos, símbolos do atraso e a corrupção. Ele caracteriza esse centro como pós-materialista, esta fase não teria representado uma apropriação do movimento pela direita, mas uma ressignificação por parte de um centro pós-materialista. Para esta tanto os “hospitais padrão Fifa” como as “punições exemplares aos corruptos” são símbolos para alcançar a “modernização do Brasil”. Diferentemente do centro, para os trabalhadores de baixa renda ainda está posta uma agenda materialista, diante da qual esquerda e direita têm respostas nítidas: mais Estado, de um lado, e mais mercado, de outro. Apesar de que seja possível, que o universo da classe média pós-materialista esteja entre os desejos de jovens que em sua mobilidade social por meio da elevação educacional, mire nessa direção. É sempre possível os indivíduos criarem identidade com o lugar social para o qual querem ir e não com o chão de onde vêm. No que coube fazer a seguinte indagação. “Descobrir como o novo proletariado reagiu ao estranho cruzamento ocorrido ajudará a entender melhor o significado profundo dos acontecimentos de junho” (SINGER, 2013a, p.40).

As observações empíricas, confrontada com os dados das pesquisas de opinião, são a base para sua análise que têm como tese a ideia de que nesse acontecimento forjou-se o que ele

chamou de classe e ideologia cruzadas, que pode ser descrita a partir das correlações que ele estabelece entre os dados geracionais, de escolaridade, renda e posicionamento ideológico, simplificando um pouco sua descrição, apresento-a a seguir. Para ele a primeira fase foi predominantemente de esquerda, com o MPL na direção, apresentada como uma esquerda autonomista de novo tipo. A segunda como uma fase de disputa entre a esquerda e a direita, com uma presença do centro predominantemente de uma classe média tradicional insatisfeita com os primeiros sinais da crise econômica, posicionando-se como oposição ao governo, portanto uma fase sem direcionamento ideológico claro, marcado por disputas e alguns embates entre direita e esquerda; a terceira delinearía uma confirmação da expressão pública da classe média tradicional assumindo-se como oposição e anti PT, em torno de demandas que ele vai chamar de pós-materialistas, fundamentalmente por não se vincularem ao mundo do trabalho e suas demandas de emprego, salário, renda, ampliação de direitos do trabalho, economia produtiva forte. Demandas pós-materiais de garantia de qualidade dos serviços públicos de saúde, educação transporte, moradia, segurança, cultura, cuidados ambientais, as quais, frente às realizações e promessas de inserção ao mundo do consumo e ascensão social que o lulismo promoveu ao novo proletariado, deixa interrogações quanto a opção que ele tomará após os protestos, por um centro capitalista ou uma esquerda socialista.

Uma primeira discordância com a interpretação de Singer que apresentei acima é quanto ao enquadramento de classes, por vezes rígido, do perfil dos que foram às ruas, em especial as fronteiras entre novo proletariado e classe média, que se fez presente aos protestos. Ela está em que, independente da magnitude dos protestos, nas várias fases em que os divide ao longo do segundo semestre de 2013, ele não capta a presença do subproletariado, ou como ele denominou “segmentos da periferia” em outros trabalhos, deixando-a de fora da sua análise por considerar que ela esteve ausente da rua. Talvez por falta de material empírico, acabou subsumindo esse segmento de periferia, com exceção da referência a manifestação do MTST no dia 19 em São Paulo, subordinando essa nuance ao enquadramento ideológico, quando de forma correta classifica o MPL como de esquerda – mas como uma vanguarda que convoca a periferia e não consegue fazê-lo, abrindo a rua à classe média e um novo proletariado que parece sofrer influência da classe média pós-materialista. No entanto, me parece que a dinâmica é mais complexa, apesar da interpretação dele ser fecunda para interpretação daquele momento.

Outra discordância é quanto à correlação que estabelece entre o enquadramento ideológico, identificando a ideologia de centro como pós-materialista, que em parte se confunde com a primeira. Essa correlação segmenta, na dinâmica do confronto, elementos que entendo

devem estar correlacionados, ou seja, as demandas pós-materiais, que são políticas e culturais, na minha análise, devem compor com aquelas associadas às questões econômicas e do trabalho. As lutas políticas e culturais estão imbrincadas com a economia e o trabalho, e participam igualmente da construção da realidade e do esforço de transformação social da mesma.

O mais problemático, no entanto, nessa interpretação que representa um amplo espectro da esquerda, está no foco para onde dirige a observação, ou lugar de onde ela é feita - um tanto marcada, talvez, pelo temor de dar munição para direita e de perder o controle institucional. Por um lado, isso pode ser enxergado no Singer e no conjunto da esquerda a que me referi. Num sentido geral houve uma avaliação de esquerda de que se tinha uma ação desproporcional das ruas em reação ao governo, relativizando as repercussões dos limites do reformismo fraco do lulismo e da inevitabilidade das opções das políticas desenvolvimentistas – aspecto que Singer irá rever em artigo publicado posteriormente - como prioridade frente às impossibilidades imediatas de enfrentar o acirramento das contradições da desigualdade, principalmente nos centros urbanos, dados os custos de investimento necessários para isso, negligenciando a discussão sobre os investimentos em serviços públicos e consequências da utilização da financeirização para garantir os repasses das transferências de renda e micro créditos (LAVINAS, 2014).

Por outro lado, por não conseguir ver as novas organizações e movimentos de novo tipo e de esquerda, restringindo-se a apresentar o MPL e MTST, vendo isso quase como um incidente, ele não enxergou as potencialidades políticas que, na movimentação, foram capazes de gerar. Tendo dificuldade de situar as responsabilidades das instituições e partidos pela brecha de oportunidade que abriram para eclosão dos protestos, ele enfatiza muito mais, ao meu ver, a incapacidade do MPL de dar uma direção àqueles que pegaram carona com a massificação das mobilizações, o que teria aberto uma vaga para emergência da expressão pública da direita, e igualmente teria favorecido o alinhamento da classe média em uma postura de oposição ao governo, assentado em uma posição de centro com demandas pós-materialistas.

Nesse sentido, Singer não enfrenta, naquela primeira análise, representativa de posições da esquerda, as exatas responsabilidades do governo, do PT e do sistema político na crise que é desencadeada, ou seja, a aposta na estabilidade institucional, gestada pelo PT, não poderia ser abordada para não agravar a crise e abrir o flanco para direita. Aqui já estou extrapolando, em boa medida, as margens de interpretação do artigo de Singer, o faço para ressaltar o discurso que predominou no campo da esquerda governista-petista, para além da interpretação deste artigo.

Para além das dimensões estruturais ressaltadas por Singer, e importantes de serem consideradas para uma abordagem mais abrangente desse acontecimento, na linha do desenvolvimento de uma análise política contextual (GOODIN e TILLY, 2006), acrescento elementos que indicam a necessidade de se debruçar sobre a eclosão de uma crise política institucional, que confronta a nossa democracia.

Mesclo, a seguir, análises que complementam elementos da descrição do evento de 2013 realizada até aqui, indicando aspectos dos conflitos e dados que o enquadram numa crítica das insuficiências da política econômica, dos serviços, da rede de estrutura urbana, das greves, das pressões que recaíram sobre o governo e o sistema político.

Por exemplo, Saflate (2013) fala da necessidade de um movimento de refundação do Estado e da democracia, com base na democracia participativa e direta. Nobre (2013a) ressalta a estagnação da democracia, provocada pela blindagem do sistema político à participação da população, gerada pelo que chama de “peemedebismo”, para o qual a onda de protesto pode ser considerada como um “choque de democracia”, ou seja, só a democracia das ruas será capaz de romper com esse insulamento dos poderes da república (NOGUEIRA, 2013).

Fato representativo dessa crise foi o embate ocorrido entre a presidenta e o Congresso, quanto à proposta da Dilma de um plesbício popular para realização de uma reforma política ampla, tendo que recuar de sua posição antes de 48 horas depois que fez o pronunciamento, por pressão do Congresso. Tendo depois apresentado o pacto com os cinco pontos, apresentado aos governadores e a imprensa, para mediar a relação com a sociedade frente à crise política instalada, em que tratava dos problemas de transporte, educação, saúde, responsabilidade fiscal e combate a corrupção.

Concomitante ao conflito ocorrido entre os poderes, movimentos sociais ‘históricos’ e intelectuais já vinham defendendo a realização de uma reforma política através da Plataforma dos Movimentos Sociais por uma Reforma Política Democrática e Popular. Essa plataforma, inclui entre suas proposições a regulamentação, para acionamento pela sociedade de seu poder cidadão, dos mecanismos de democracia direta: constituinte, plebiscito e referendun, o que demonstra a insatisfação com os limites do modelo de democracia instituído e a disposição para realizar mudanças. À frente volto a tratar da Plataforma.

Ribeiro (2014) expressando seu posicionamento sobre o significado de 2013 e as eleições em 2014, a partir de marcos históricos que integram o político e o econômico, e a ação conjunta de enfrentamento de impasses para afirmação da cidadania e de uma nação democrática, fala em ondas de democratização. Olhando para esse processo histórico de

democratização, situa as demandas que emergem nos protestos de 2013 como uma quarta onda da democracia brasileira. Ele identifica, portanto, três ondas anteriores a que se espraia em junho. A primeira sendo a derrubada da ditadura, a segunda a superação da escalada inflacionária, a terceira, em andamento, é a inclusão social, sendo a quarta a universalização com qualidade dos serviços.

Desde as manifestações, tenho sustentado que elas abriram uma quarta agenda democrática para o País – aquela que, ao se completar, consumará o longo processo de conversão do Brasil numa democracia que funcione [...] A quarta agenda, afirmo, é a da qualidade dos serviços públicos – transporte, educação, saúde e segurança públicos –, o que diz respeito, portanto, à qualidade do Estado brasileiro. Não é fortuito que os movimentos de 2013 tenham começado com a defesa do transporte público bom e barato (em tese, gratuito) e que, dali, tenham-se estendido para a educação e a saúde. Cada uma destas agendas, que se desenrolam num lento, porém talvez seguro, continuum desde a década de 1980, se efetivou ao ser assumida como prioridade por um partido e, depois de muitos ensaios e erros, emplacar como projeto amplamente majoritário da sociedade brasileira (RIBEIRO, 2014, s/p.).

Nos próximos parágrafos descrevo brevemente como Nobre centra sua análise na discussão da democracia no Brasil, nomeando junho como um choque da democracia (NOBRE, 2013a). A partir daí ele propõe certa problematização do que chama de blindagem do sistema político e de como entende o lugar ocupado pelo PMDB, e seu papel de manutenção de uma tradição e composição política no Congresso para produzir mecanismos institucionais de bloqueio da participação. O autor ressalta dois momentos chaves no processo de redemocratização, em que o PMDB atou para blindar o sistema político.

Um primeiro momento em que foi gerada essa blindagem, a mais precária, foi quando da articulação de uma unidade contra a ditadura militar (1964-1985), na fase da abertura do regime e início do processo de redemocratização. Nos anos 1980, o PMDB foi o partido que liderou amplamente a cena política, com a força que tinha impôs de certa forma uma unidade, quase que forçada, entre todas as forças progressistas para derrotar o autoritarismo. Por exemplo, todos os partidos participaram da eleição indireta de janeiro de 1985, no Colégio Eleitoral, regido pela ditadura, exceto o PT. Eleito presidente, Tancredo Neves morre, sem ser empossado no cargo, deixando seu cargo vago para o vice-presidente, José Sarney. Esse político do Maranhão deu sustentação à ditadura militar, era, até a abertura, da ARENA, o partido da ditadura, foi indicado para vice pelo PFL (que em 2007, muda o nome e sigla para DEM). Apesar desse histórico e tendo Sarney assumido a presidência, depois na dança das cadeiras partidárias - nesse início do que se chamou a época, de nova república -, ele muda de partido, indo para o PMDB. O que demonstra que o progressismo passou a representar ou a hegemonizar

a lógica oficial da transição conciliadora para a democracia, em grande medida controlada pelo regime ditatorial, que, com a crise, negocia a abertura por cima, mantendo o sistema político dependente de pactos feitos entre as elites.

Durante a Constituinte estoura a primeira crise dessa blindagem, a unidade forçada foi confrontada pelos movimentos e organizações sociais, sindicatos e protestos populares que não foram facilmente assimilados nesse formato de abertura política. Estando pressionado o sistema e refratário a uma interlocução democrática real, articulou-se no Congresso um bloco suprapartidário, que ficou conhecido como Centrão, formado em sua maioria por parlamentares do PMDB. Com isso, o sistema político encontrou uma maneira de neutralizar a força do movimento constituinte popular, barrando a votação de suas propostas como apresentadas, apostando na ausência de uma pauta unificada e impedindo que um partido ou frente partidária capitalizasse a vontade de mudanças da sociedade civil vinculadas a ideologias de esquerda. Aí foi testada a blindagem do sistema político contra a sociedade pela primeira vez. É a esse mecanismo de blindagem que Nobre dá o nome de pemedebismo, fazendo menção ao partido que liderou o processo de redemocratização.

O mesmo progressismo da Constituinte funcionou, no seu entendimento, no *impeachment* de Collor. Só que esse novo período de crise política, com certa pressão popular, deu origem a um outro mecanismo de blindagem forjado pelo pemedebismo, que não era mais a ideologia unificadora da união das forças progressistas. De novo o sistema político, no processo de *impeachment* em 1992, não optou por uma reforma radical. Predominou o discurso que Collor tinha caído porque não dispunha do apoio político necessário no Congresso, para manter-se na presidência, teria lhe faltado “governabilidade”. Para ele, nasce aí a exigência de uma construção esmagadora de maiorias suprapartidárias, que assim teriam força para bloquear movimentos tipo o *impeachment*, como já ocorrido com o modelo do Centrão na Constituinte. Na sua visão, só junho de 2013 vai conseguir arranhar essa blindagem.

Foi assim que o sistema se preservou sem mudar, fortalecendo sua lógica de travamento de grandes transformações, reprimindo as diferenças sob uma nova unidade forçada. Foi assim que, a partir de 1993, foi sendo construído o acordo da governabilidade que blinda o sistema político contra a sociedade, a segunda figura do pemedebismo, só de fato desestabilizada com as revoltas de 2013 (NOBRE, 2013b, p.12).

Em 2005, o escândalo do mensalão, que, independente do formato de negociação dos acordos para votações favoráveis às propostas de projeto do governo que gerou a formação de maiorias congressuais, revelou a cedência do PT a lógica do pemedebismo. Isso contribuiu para

blindagem do sistema político, que ocorreria através de canais de interlocução democrática efetivos – sim porque, como discuto à frente, a arquitetura de gestão participativa será atingida por esse ambiente político institucional.

A partir do contexto apresentado, da recuperação de traços dos ciclos de protestos anteriores a 2013 situando a crise política instalada, lido, na sequência, com a discussão aqui iniciada sobre o processo de democratização em curso, debatendo o lulismo e o petismo, em suas interfaces com a crise da participação popular. Crise política que coincide, como falado, com o processo de erosão de uma hegemonia cultural que se forjou e se firmou com a constituição de um campo político dos movimentos sociais, o campo democrático e popular, a que me referi aqui.

Feita esta contextualização que situou o ocorrido em junho de 2013 e o debate do lulismo e petismo que será feito a seguir, retomo problematizações levantadas desde o início do capítulo, acerca da trajetória das organizações de movimentos sociais de um determinado campo político da esquerda, criando bases para uma reflexão que enfrente a crise política em questão. Interessa-me discutir interpretações das possíveis correlações entre a institucionalização da participação popular em espaços de gestão das políticas públicas e sua relação com os protestos. Parece que o ciclo de mobilização deste período não tem uma relação com os movimentos que participam das redes e organizações que integram esses espaços de participação. Assistimos a novos tipos de conflitos políticos que colocam também em questão os tipos de mediação estabelecidos entre a sociedade civil, e nela dos movimentos sociais, com o Estado e com os governos.

3.2. Governo Lula e a hegemonia às avessas

Dando seguimento à análise iniciada acima, discuto neste item a formação do PT como um partido de esquerda de novo tipo, partido-movimento, fruto da articulação de um campo democrático popular dos movimentos sociais, confrontado com a experiência de conquista eleitoral da presidência da república e a emergência de uma forma de liderança e governo que foi nomeado por Singer (2012) como *lulismo*. Para isso, enfatizo alguns temas quentes do debate acadêmico e político empreendido no período sobre o desenvolvimento, a mobilidade social que recompõe a estratificação dos segmentos sociais agregado ao debate sobre classes sociais, e a conformação de certo estilo de governar do executivo com Lula na presidência. O

lulismo possibilita estabelecer alguns parâmetros para análise da crise política que emerge e se agrava a partir das manifestações de junho de 2013.

Abordo, adiante, análises críticas da realidade social e política brasileira instigadas pelos impactos da era do governo Lula (COCCO, 2009; ARANTES, 2007; VIANNA, 2011; RICCI, 2010; SINGER, 2012; MARTINS, 2011; AB'SABER, 2011; BRAGA, 2013b; NOBRE, 2013b; SOUZA, 2009). Dialogo com esses estudos complementando elementos importantes para contextualização da pesquisa, esses autores intervêm intensamente no debate político e sociológico sobre junho de 2013.

As reflexões sobre e que debatem o *lulismo*, é importante destacar, incorporaram uma larga discussão sobre as classes sociais e os alcances da ação política destas. O debate, pode-se dizer, vem em resposta a mudanças sociais ocorridas. Seu ponto de partida foi certa mobilidade social ocorrida nesse período, levando à revisão dos padrões da estratificação social ou divisão dos extratos de classe no Brasil de hoje, em novo contexto econômico. Em especial para conjuntura nacional e mesmo internacional, nesse debate sobressai-se a polêmica interpretação sobre a constituição de uma ampla classe média no novo contexto do *lulismo*, o que corresponde a uma tendência global da interpretação sobre a conformação social em países com economias emergentes, a exemplo dos BRICS, que associaram ao processo de exportação de *commodities* e produtos de tecnologia da informação, uma modalidade de inclusão social pelo consumo de massa, passando a atribuir-se a esse segmento que mudou de faixa de renda para cima a nomeação de classe média (THERBORN, 2013b) – aspecto já sinalizado no capítulo primeiro, quando da análise do contexto de eclosão do último ciclo de protestos mundial.

O período do governo Lula, e depois Lula e Dilma, foi designado por André Singer como *lulismo*. Tomo esta expressão para refletir sobre o contexto político desse período, apresentando e discutindo as concepções dos autores a que me referi logo acima. As análises destes intelectuais sobre junho de 2013, na medida do possível, serão agregadas a discussão inicial que fizeram sobre o *lulismo*. Já as análises acerca da crise política produzida por eles pós 2013, que vai gerar o *impeachment* da presidenta Dilma, só serão objeto de reflexões eventuais e nas considerações finais.

A expressão *lulismo* não é adotada por todos os analistas que foram consultados para esse trabalho. Essa expressão, no entanto, representa uma primeira formulação mais sistemática sobre os fenômenos políticos sociais que envolvem os períodos de governo de Lula e Dilma,

construída por Singer em 2009³⁰ - a partir daí a nomeação *lulismo* será uma referência para as reflexões que se sucederam. Outros autores assumem essa nomenclatura reinterpretando o fenômeno, outros falam *era Lula* ou *hegemonia lulista*. Em geral, utilizo indistintamente as várias expressões, identificando, ao longo do texto, as diferentes interpretações e concepções sobre o fenômeno. Alguns temas que nos parecem relevantes para compreensão do *lulismo*, não serão abordados de forma mais sistemática, ainda que presentes ao longo do texto, como populismo, neo desenvolvimentismo e as particularidades do sistema político do chamado presidencialismo de coalizão.

Devido a ampla utilização de categorias gramscianas na maioria das análises estudadas sobre o *lulismo*, independente de concordâncias e discordâncias quanto às conclusões a que chegam, considerarei em geral que o(a) leitor(a) conhece essas categorias, só discutindo-as quando entender necessário para o trabalho ou quando houver divergências quanto à sua aplicação.

Reconheço que o Governo Lula representa na América Latina uma das expressões de realização de um projeto democrático participativo (DAGNINO, 2008), ou democrático popular, inserido na onda de eleições de governos de centro-esquerda, que configurou um chamado contexto pós-neoliberal - o qual considero que, em princípio, esta permeado de continuidades e rupturas com a lógica hegemônica neoliberal anterior, sendo nomeada de pós neoliberal naquilo que consegue avançar como ruptura com a lógica hegemônica neoliberal.

A caracterização do contexto pós-neoliberal é discutida a partir da existência de ações e políticas estratégicas de desmonte do neoliberalismo, principalmente a partir dos Estados latino-americanos governados por forças de centro-esquerda, antes da onda de retrocesso conservador hoje observada, estando voltadas para “processos de desmercantilização como forma de universalização de direitos, somente possível quando se rompe com a norma central do modelo neoliberal, dada pelos critérios de mercado” (SADER, 2009, p. 150). Sader (2011) entende que no caso do Brasil, Lula se inseriu no campo da construção de estratégias pós-neoliberais, a partir da implementação de dois eixos cruciais para fazer retroagir a política neoliberal onde ela está mais frágil, sendo um eixo a prioridade para as políticas sociais ao invés da política de ajuste fiscal, e o outro eixo, a prioridade para os processos de integração regional em lugar dos Tratados de Livre Comércio com os Estados Unidos.

30 Artigo “Raízes sociais e ideológicas do lulismo” publicado na revista Novos Estudos, do Cebrap, novembro 2009.

Entre os governos de centro-esquerda, eleitos na última década na América Latina, pressupondo-se a existência de um momento pós-neoliberal, faz-se uma diferença entre dois blocos, um mais radical que adota proposições anticapitalistas e outro que poderia se nomear de capitalista social-democrata. Para Sader

[...] o governo Lula pertence a uma das vertentes que compõe o campo pós-neoliberal na América Latina, junto aos governos argentino e uruguaio. A outra vertente inclui os governos da Venezuela, da Bolívia e do Equador. A primeira se compõe de governos anti-neoliberais, cujas políticas buscam a superação desse modelo. A outra, além dessa referência, pretende também ser anticapitalista (SADER, 2011, p. 126).

Em uma interpretação mais radical de uma ciência política marxista e militante trotskista, Boron (2012) não compartilha dessa tipologia de Sader, e considera que os governos do primeiro bloco integram uma direita neoliberal, e que só o segundo bloco, é de esquerda, atuando numa perspectiva de contraposição anti-neoliberal.

Não aprofundo a análise sobre a situação regional, mas adoto essa diferenciação para explorar a leitura de que existe, no caso do Brasil, na era do *lulismo*, disputas de projeto político no âmbito das forças que são indistintamente reunidas junto ao PT como defensores de um projeto democrático popular, entendendo que este não é homogêneo. Vislumbramos nas análises a presença política e acadêmica de disputas realizadas em torno dos sentidos e significações das nuances que definem os conteúdos e estratégias de ação de um projeto democrático e popular, no contexto histórico referido, que em parte se confunde com a atuação do PT. Este debate ajuda a enxergar a perda de certa hegemonia cultural da esquerda e da erosão do sentido político originário vigente na constituição desse campo democrático popular dos movimentos sociais, no qual se incluiu o Partido dos Trabalhadores.

A isso se soma a observação de outro fenômeno político mais global que se relaciona com o neoliberalismo. Como salienta Nobre, para além do receituário econômico, o neoliberalismo gerou um fenômeno político de geração de coalizões partidárias de centro em todo o mundo, de cunho conservador, que é parte constitutiva da sua noção de pemedebismo já apresentada e que insere-se no debate sobre o *lulismo*. Ele entende que a partir de 1990 com a onda neoliberal provocou-se

uma aglutinação mundial de forças políticas majoritárias em torno de um novo centro político, carregado de receitas e prescrições ideológicas próprias da cartilha da globalização. E esse novo centro estreitou o horizonte das discussões e das alternativas de ação, como ficou gravado no bordão atribuído à primeira-ministra inglesa Margaret Thatcher ao caracterizar sua própria política neoliberal: “Não há alternativa”. Mas, ao mesmo tempo, esse

fenômeno mundial não se dá da mesma forma em toda parte (NOBRE, 2013b, p. 12-13).

Os deslocamentos observados no cenário político a partir do ciclo de protesto de 2013 devem ser percebidos no contexto das mudanças que se gestaram em grande medida no período do governo Lula, compreendendo-o, no entanto, como um processo híbrido de continuidade e ruptura com políticas já implementadas no governo de FHC. As caracterizações discutidas sobre o Governo Lula e sua continuidade no primeiro Governo Dilma, são bem diversas, indo desde aqueles analistas que o veem como um governo social liberal (LOWY, 2010), que não se diferencia dos governos dos Fernando Collor e Cardoso (BRAGA, 2013b), aos que o veem como um governo pós-neoliberal, ou seja, um governo participante de um esforço de governos de centro esquerda na América Latina, que se colocaram a tarefa de gerir os processos de democratização pós ditaduras militares, implementando políticas sociais e garantindo maior soberania nacional (SADER, 2013), perspectiva a qual Singer, em grande medida, incorpora.

Já Nobre extrapolando a dimensão estrita do econômico na abordagem do desenvolvimento, incorporando uma leitura de modelo de sociedade e cultura política³¹, constrói a noção de social-desenvolvimentismo. Nesse modelo social desenvolvimentista, ele vê um *continuum* entre ações dos governos FHC e de Lula, no entanto identificando que nos Governos Lula e Dilma houveram avanços e aprofundamento no campo social e na democracia, apesar dos entraves antepostos pelo pemedebismo. Assim ele apresenta

[...] o descompasso entre uma cultura política pemedebista que domina o sistema político e um novo modelo de sociedade que exige uma nova cultura política — que já se instalou, mas ainda não se aprofundou — significa apontar para transformações de grande alcance, que foram assimiladas apenas parcialmente tanto pelo sistema político como pelo sistema econômico. A unidade do período pós-Real em relação ao período anterior está em que suas duas grandes fases — a do governo de FHC, de um lado, e a de Lula e de Dilma, de outro — tiveram por objetivo dirigir o pemedebismo, e não reformar radicalmente o sistema político. É nesses termos que enunciam seus diferentes projetos. Ao mesmo tempo, colocando a inflação sob controle, o período FHC fez com que, finalmente, a desigualdade abissal do país fosse explícita e diretamente para o centro do debate e da disputa política. Ao colocar como elemento central e explícito de seu governo a diminuição das desigualdades, o período Lula acabou por consolidar um novo modelo de sociedade. A partir daí, o que passou a estar em causa foi o aprofundamento ou não desse modelo,

³¹ Modelo de sociedade e cultura política são formas enraizadas na vida social, nas instituições políticas formais, na economia, no cotidiano. São noções que balizam visões de mundo, que legitimam a maneira como se distribuem riqueza, poder, recursos ambientais, reconhecimento social. Um modelo de sociedade não é apenas um programa econômico nem somente uma maneira determinada de entender a política, mas um padrão de regulação social mais amplo. E essa maneira abrangente de regular a vida social se expressa em uma cultura política determinada (NOBRE, 2013).

bem como a velocidade em que esse processo pode se dar (NOBRE, 2013b, p. 12-13).

Situadas essas interpretações sobre o ambiente político em que se desenvolve o lulismo, com o interesse de entender junho de 2013, acesso as análises que matizam em que medida os governos Lula e Dilma deram continuidade ou romperam, e em que grau, com a herança dos ajustes estruturais que reduziram a capacidade do Estado em suas tarefas de regulação da economia e de garantia de serviços públicos universalizados, investiram na desregulamentação de direitos, privatização de empresas estatais e na vulnerabilidade da economia com a desregulamentação dos mercados. Pergunto-me se os governos Lula e Dilma foram capazes de gerar novas alternativas e perspectivas para consolidação da democracia, para diminuição das desigualdades sociais e para fortalecimento da economia nacional em um contexto de globalização capitalista.

A caracterização global de políticas neoliberais ou pós neoliberais, indicadas acima, produz em geral um olhar muito vinculado à defesa ou ataque do PT e/ou do governo, que não ajuda a identificar contradições relativas às condicionantes do contexto econômico regional e internacional, a formação socio-cultural e política do país, ao sistema político, às disputa políticas entre blocos partidários, à história, às mudança de perfil e expectativas existentes em relação ao PT enquanto um partido de uma nova esquerda. Por isso discuto um conjunto de análises realizadas sobre esse período de governo, que extrapolam essa polarização referida inicialmente.

Na abordagem que trata das opções de política econômica do lulismo, já introduzida acima, assumi a opção de recorrer a construção de uma síntese da análise de Chico Oliveira sobre a formação econômica brasileira até chegar a sua formulação sobre o governo Lula, quando talha a noção de hegemonia às avessas. Entendi que essa opção contribuiria mais para esse estudo, do que me debruçar sobre o debate polarizado sobre balanços das políticas públicas e econômica das gestões do governo Lula, a partir de visões que, localizadas teoricamente em dois extremos, identificam esse governo como neoliberal ou pós neoliberal. São exemplo os estudos que identifiquei, uns posicionados firmemente em críticas a opções do PT e do governo (GONÇALVES, 2013; OLIVEIRA, BRAGA e RIZEK, 2010; MAGALHÃES et ali, 2010), outros com avaliações pró PT e governos Lula, calçado no argumento político recorrente das condicionantes internacionais e governabilidade (SADER e GARCIA, 2010; SADER, 2013; SICSÚ, 2013; DULCI, 2013).

A apresentação do pensamento de Chico Oliveira, nos termos indicados, contribui para equacionar algumas questões que serão tratadas ao longo desse capítulo. É possível falar

positivamente de um tipo de desenvolvimento que compõe crescimento econômico com políticas sociais inclusivas, a partir de redução da pobreza e distribuição de renda, sem que isto se vincule a um enfrentamento às desigualdades sociais e sem colocar em questão os riscos do modelo adotado para o meio ambiente? Procuro responder a esta questão apresentando uma análise de mais longo prazo realizado por Oliveira (2003), com a qual concordo, que ajuda a entender certas contradições das posições em debate sobre o lulismo, e, a partir de 2013, sobre sua crise e futuro.

Em 2003 Oliveira se lança a um intenso exercício de análise dos significados de Lula na presidência e de suas opções políticas de governo. Num primeiro momento expressa o quão é imprescindível para a intelectualidade responder algumas indagações sobre o momento político vivenciado então. O que quer dizer essa vitória do PT? O que quer dizer esse governo? As questões contidas nela não estavam nada claras e levavam a perguntar quais são as consequências dessa vitória. “Ela é inusitada exatamente pelo fato de os membros das classes dominadas prescindirem do poder principal da República na história brasileira. Isso é por si só uma grande novidade. A esse fato eu denominei de quarta refundação do Brasil” (OLIVEIRA, 2003, p. 27).

Para ele a primeira fundação foi a Independência e a segunda fundação a abolição da escravatura, colada à instituição da República. A terceira, a Revolução de 30, com consequências para a expansão capitalista do Brasil, a Federação e, sobretudo, a mudança no comando do Estado. A quarta viria a ser a eleição que faz Lula presidente do Brasil. Como todas as fundações, essas eram enigmáticas em si mesmas. Isto é, um período cheio de possibilidades, rico em perspectivas, mas indefinido. Indefinido exatamente porque se trata de virada histórica, o seu significado somente é possível ver com clareza, em retrospectiva. O significado dessas viradas é sempre enigmático e abre possibilidades históricas.

O fundamental da percepção imediata quanto a essa quarta refundação tinha sua marca no dado fundamental de que

[...] a classe que antes era a classe perigosa não só entrou na política como ajudou fortemente o processo de democratização, por meio de um de seus membros. O processo resolve-se numa eleição que conduz a sua liderança mais evidente à presidência da República (OLIVEIRA, 2003, p. 29).

No entanto, para Oliveira naquele momento, permanecia a pergunta, sobre quais seriam os seus desdobramentos. Para ele, sob um ponto de vista da Sociologia, Economia e Ciência Política, esta seria uma obrigação dos cientistas sociais, qual seja, acompanhar formulando questões e vislumbrando o que parecia denotar avanços para democratização da sociedade,

democratização do Estado, e sua completa republicanização. Deve-se então “enfrentar essa esfinge, responder à velha pergunta: 'Decifra-me ou te devoro', se é que podemos [ríamos] saudar o comportamento do novo ciclo da revolução passiva brasileira” (p. 30).

Como já falamos antes, nos debates sobre o *lulismo* tem sido muito utilizado o arsenal teórico gramsciano, alguns leem o fenômeno da experiência do governo do PT e Lula como uma revolução passiva³², com natureza renovadora ou de contrarreforma, ou ainda quanto à insuficiência explicativa da categoria hegemonia³³, para compreensão da hegemonia lulista. A isso se contrapõem as perspectivas de “hegemonia da pequena política” e 'hegemonia às avessas', respectivamente desenvolvidas por Coutinho e Oliveira. Essas categorias, combinadas com outras subsidiárias, tais como bonapartismo, questão meridional e/ou setentrional, cooptação e desmobilização, são acionadas para tentar compreender e responder se existe algum grau de reformismo forte ou fraco, isto é, para destacar dimensões relativas ao caráter transformista do processo de mudança social observado.

O governo do PT ou a presidência de Lula, qual desses fatos geraram o fenômeno nomeado por Singer (2012) como *lulismo*? Fala-se de um processo de consolidação da democracia, no qual uma nova esquerda chega ao governo, mesmo que em uma coligação em que o vice é um liberal nacionalista. Fala-se também do fenômeno de uma liderança carismática que por ser de origem pobre, da classe trabalhadora, sofreu fortes preconceitos das elites intelectuais de classe média, por um lado, e por outro resgatou a autoestima da grande maioria da população de pobres e miseráveis, de trabalhadores empregados e desempregados, tendo sido capaz de contornar uma crise política envolvendo o núcleo de poder do seu governo, no ano de 2005, se reelegendo e fazendo a sua sucessora à presidência. Fala-se, ainda, da frustração de militantes dos movimentos sociais, que na década de 1980 participaram ativamente de mobilizações sociais, que lutaram pelas eleições diretas para presidente da república, por uma

32 Vejamos os traços principais de uma revolução passiva para Gramsci. Ao contrário de uma revolução popular, 'jacobina', realizada a partir de baixo, as quais tendem a romper radicalmente com a velha ordem política e social, uma revolução passiva implica sempre a presença de dois momentos: i) de restauração – reação conservadora à possibilidade de uma transformação efetiva e radical proveniente de baixo; ii) de renovação – na qual algumas demandas populares são satisfeitas 'pelo alto', através de concessões das camadas dirigentes. Pode-se também aplicar ao “conceito de revolução passiva o critério interpretativo das modificações moleculares, que na realidade, modificam progressivamente a composição anterior das forças e, portanto, transforma-se em matriz de novas modificações” (GRAMSCI apud COUTINHO, 2010, p. 33).

33 A hegemonia, na concepção gramsciana, é um tipo de direção consensual sobre os que aceitam ou consentem, e inclui uma dimensão coercitiva sobre os que se recusam, ou seja, os que extrapolam os meios de oposição considerados legítimos pelo grupo hegemônico; mas essa dimensão é episódica e, normalmente, a hegemonia se resume num tipo de dominação que é predominantemente (ainda que não inteiramente) consensual. Pode ser entendida também apenas como relação consensual entre grupos que estão fora do poder. Depois das reflexões inovadoras de Francisco de Oliveira, muitos têm se questionado se o conceito de hegemonia perdeu eficácia nos anos 1990 com o triunfo do neoliberalismo. Este seria totalitário e não abriria brecha para sua contestação. Além disso, não seria integrador e renunciaria à universalidade (SECCO, 2010).

constituente popular, pelo *impachament* de Collor e levaram o PT e Lula a concorrerem em eleição para presidência da república, articulados em torno de um projeto político democrático e popular.

Quaisquer que sejam as respostas dadas pelas análises realizadas sobre o período dos governos Lula e Dilma, nela têm sido incluídas a discussão sobre uma certa revisão da estrutura de classes no país dada à mobilidade social gerada pelo processo de crescimento econômico e incrementos de políticas sociais e de distribuição de renda no governo Lula; o surgimento de um (neo)populismo; os limites do processo de construção da democracia brasileira ou do seu caráter continuísta em relação ao governo anterior de FHC. Para dialogar com essas questões, dada a sua importância para o argumento desta tese, tomo como referência inicial, para melhor baliza-las, períodos históricos anteriores.

O período de 1964-1990 é caracterizado por Oliveira (2003; 2007) como uma época de forte invenção política no Brasil, em especial, pela formação de um novo sindicalismo. Novo não porque o velho devesse ser rejeitado ou condenado. Novo porque havia ocorrido uma ruptura no tipo de relação com o Estado e com as classes dominantes.

Na ação desse novo sindicalismo observa-se uma certa quebra da estrutura de atrelamento da classe trabalhadora ao empresariado mediada pelo Estado, herança do populismo do segundo Vargas e seus sucessores³⁴. Assistimos isso ocorrer dentro de um ambiente político e de um processo de modernização conservadora, e passiva, empreendida pela ditadura militar - a forma de todos os casos de capitalismo tardio, como o brasileiro. Modelo que produziu e requereu uma formidável coerção estatal, que se mostrava, de um lado, na criação e controle de fortíssimas empresas estatais, e de outro, no controle da nova classe trabalhadora, que começa então a resistir e se mobilizar.

Essa ruptura é um momento fértil em que uma nova ação sindical frutificou. Não é que a ditadura³⁵ criou a virtualidade, mas quando a classe trabalhadora rompe a relação com as

34 Este período pode ser caracterizado pelo domínio de forças que operavam nos marcos de um desenvolvimento capitalista comandado pelas forças internas, com a burguesia nacional à frente, subsidiado pelas forças subordinadas, sobretudo o proletariado urbano recém ocupado na indústria, ao que chamamos de populismo. Celso Furtado caracteriza esse período como o de internalização das decisões, não apenas pelo crescimento da economia na forma de dominação predominantemente da burguesia nacional, mas também porque a tutela do operariado estruturava a produção de um consenso brutalizado, mas de inequívoca afirmação do espaço nacional como centro do conflito e das decisões (OLIVEIRA, 2006, p.266-267).

35 A ditadura, pela impossibilidade de hegemonia, promoveu uma aceleração na transformação das forças produtivas, logrando um crescimento econômico que elevou a média da expansão capitalista nos últimos cinquenta anos, como ficou reconhecido nos anos do milagre brasileiro. A nova forma do desenvolvimento capitalista, levada aos limites pela ditadura militar, reforçou o centro de decisões interno, mas abriu os flancos para o começo de sua extroversão, na medida em que se apoiou não apenas nos capitais estrangeiros, mas numa pesada dívida externa, no período caracterizado pela literatura como de alta liquidez de capital nos mercados internacionais. Foi na ditadura militar que se formou o tripé desenvolvimentista empresas estatais - privadas nacionais - multinacionais.

classes dominantes, e o Estado trata-a repressivamente, abre-se um espaço importante que o novo sindicalismo soube trabalhar. Os movimentos sociais igualmente desafiaram o Estado com exigências de políticas sociais. O novo aqui era nomeado pela sua vitalidade, plantada em bases reais do novo movimento social e sindical. Todavia, não era novo na sua expressão política. Nesse sentido, a criação do Partido Comunista em 1922, já tinha inaugurado essa modernidade no Brasil. É daí que nasce o Partido dos Trabalhadores, que vem a ser não uma espécie de recriação, de resgate da história operária brasileira, numa fase inteiramente nova, mas que desaguou dessa longa formação.

Podemos, portanto, dizer que a eleição de Lula foi o resultado dessa longa acumulação. “O risco era naquele momento concluir que em as forças que ganharam sendo essas, o caso estava resolvido, elas têm um projeto e um programa. Mas de fato, estas forças, esse movimento, tinham um programa?” (OLIVEIRA, 2003, p.31). Oliveira responde às indagações, aprofundando suas análises sobre a natureza do capitalismo brasileiro no período e suas peculiaridades, emoldurando estas em leituras retrospectivas do processo histórico.

Ele entende que findo o período de distensão da ditadura, consolida-se o processo de abertura com a instalação do que ficou conhecida como Nova República – período situado entre a eleição de Sarney e as eleições diretas para presidente em 1989, abordado numa outra perspectiva no item anterior -, esta não pode ser pensada como uma ruptura, ela é a consequência da sociabilidade e do campo de forças longamente gestado desde o Golpe Militar de 1964, passando pela intensa transformação produtiva e da estrutura social e das novas formas de representação social e política. O programa da Nova República foi a tentativa de criar uma política que fosse expressão dos interesses gerados pela intensa expansão capitalista, recuperando as correlações entre classe e representação, conferindo maior previsibilidade à política. Tem-se então, no campo partidário, o PFL, como uma metamorfose de parte do partido da ditadura, representando a condução possível do atraso, o PMDB, herdeiro do partido da resistência à ditadura, não um partido da burguesia, mas do chamado interesse nacional. E o novo partido, o Partido dos Trabalhadores, cuja representatividade no campo de uma nova esquerda, formava o conjunto possível do novo consenso. Com o surgimento do PSDB, em 1988, preenchendo o lugar das novas classes médias – da época -, parecia “completar a configuração política em estreita relação com a estrutura social. As linhas entre classe e

Uma parte notável do excedente tomava o rumo do exterior no pagamento da dívida, com o que se encaminhou, já nos anos 1980, para uma crise da dívida externa que marcou todo o período e tornou quase sem eficácia econômica a redemocratização política operada após o encurralamento da ditadura, afinal afastada em 1984 (OLIVEIRA, 2006, p. 267-269).

representação, interesses e representação, pareciam tão claras como nunca estiveram na política brasileira” (OLIVEIRA, 2006, p. 270-271)

Na virada dos anos 1990, para Oliveira, a exasperação da inflação jogou por terra a longa acumulação de todo o período anterior. Um salvacionismo intenso percorreu a espinha dorsal da sociedade, varrendo com as relações entre classes e interesses, representação e política. Recordando os eixos centrais da nova conjuntura, identificados nos processos que desfizeram a sociabilidade anterior e tornaram caduco o campo de invenções do longo período 1964-1990. A exemplo da desregulamentação do mercado, abertura indiscriminada às importações, perda do controle cambial, financeirização total da dívida interna e da dívida externa e, não menos importante, a construção do discurso com o qual se acusava os adversários de corporativismo, negando a ação comunicativa anterior e tentando instaurar uma nova sociabilidade cuja matriz central era tanto o discurso liberal da iniciativa dos indivíduos quanto a desregulamentação e o desmanche que davam bases materiais à nova ação comunicativa.

O período de Fernando Henrique Cardoso (FHC), na visão dele, aprofundou, num grau insuspeitado, o desmanche iniciado com Collor. Privatização total das empresas estatais, deslocando o campo de forças no interior da própria burguesia, desmontando o tripé empresas estatais - privadas nacionais - multinacionais para a predominância das últimas nos principais eixos da acumulação de capital, extrovertendo o centro de decisões. A relação Estado-burguesias se altera radicalmente, tornando o Estado uma espécie de refém do novo poder econômico centrado nas multinacionais produtivas e financeiras. Este vai realizar modificação no estatuto do trabalho, buscando desregulamentá-lo e deixando ao mercado a resolução dos litígios e contratos, emoldurados num discurso que se apropriava – usurpando-os – de antigos temas das reformas, anulando o dissenso, privatizando a fala e destruindo a política. O período de FHC completou o desmanche conforme sua promessa de superar a Era Vargas (OLIVEIRA, 2007).

Com FHC foram amalgamadas num bloco, liderado pela aliança da elite universitária paulista com os grandes empresários, uma mudança da estrutura social que unificou as classes sociais de norte a sul. A coalizão política construiu-se representativa e ampla, articulada pelo grupo paulista universitário-empresarial, incluiu lideranças regionais, novos e velhos coronéis representantes das oligarquias. Tinha-se, então, uma composição adequada para constituição de uma hegemonia conforme os termos gramscianos: “para conduzir o atraso, sem o qual não se governa, uma vanguarda preparada nas caldas da contemporaneidade produtiva-financeira-intelectual” (OLIVEIRA, 2006, p. 284). Na clássica interpretação de Maquiavel por Gramsci,

o partido moderno, de massas e de quadros, é o Príncipe, o *condottiere* com seus intelectuais orgânicos que organizam a hegemonia.

O partido político da “era da indeterminação”, como ele denomina essa fase dos anos de 1990, não conduz, é conduzido, pelas pesquisas de opinião e de intenção de voto e pela imagem. “Uma dispersão de micro centros de organização do social simulacro da sociedade civil: é uma onguização da política social, que concorre com o Estado e os partidos, desde a formulação de políticas locais e focalizadas até a distribuição de alimentos” (2006, p. 284). O deslocamento do trabalho e das relações de classe esvazia essa sociedade civil do conflito que estrutura alianças, opções e estratégias. A sociedade civil fica restrita aos arranjos locais e localizados, enquanto as operações da política tornam-se reserva das grandes empresas e do mercado.

Para Oliveira as opções que orientaram a política econômica do primeiro governo Lula, não geraram as condições necessárias para romper a herança desigualitária que caracteriza o capitalismo brasileiro, por não romper com a dependência externa financeira e não criar as condições necessárias para possibilitar a valorização do trabalho. Manteve-se a tradição analisada no seu texto já clássico, *Crítica a razão dualista* (1987)³⁶, da funcionalização do atraso, na combinação desenvolvimento econômico com alto grau de pobreza. O que vai inspirar a sua caracterização do Brasil como uma sociedade “ornitorrinco” (OLIVEIRA, 2011), um capitalismo feito de combinações contrastantes entre desenvolvimento e dependência econômica externa, uma acumulação truncada, uma indústria de terceira geração instalada e competitiva, uma sociedade urbanizada, uma pequena população rural reproduzindo-se em condições pré-capitalistas e convivendo com um robusto *agrobusiness*, enfim, uma sociedade com uma desigualdade econômica e social abissal (OLIVEIRA, 2011).

Ele lida, na sua análise, com a interpretação acerca de amarras históricas presentes na formação econômica, com isso o desenvolvimento brasileiro é caudatário dessa forma concreta

³⁶ Essa obra clássica de Chico de Oliveira discute a interpretação de que uma “razão dualista” rege o processo da formação social do Brasil, contesta a validade dessa ideia que enxerga a existência de um confronto entre o moderno e o arcaico, que é o atraso que bloqueia o desenvolvimento no Brasil e em outros países subdesenvolvidos. Para ele essa leitura denota um vício metodológico em que se reduzem os processos, relações e estruturas ao modelo dual-estruturalista, o qual identifica contrastes e distanciamento entre o moderno e o atrasado. Ele, diferentemente, vai adotar como método as conexões entre padrões de dominação, acumulação e distribuição em uma sociedade de classes, contribuindo a partir daí para fazer a “crítica da razão dualista”, mostrando a simbiose e a organicidade que existe na “unidade de contrários, em que o chamado ‘moderno’ cresce e se alimenta da existência do ‘atrasado’ [...] o moderno e o atrasado não são rivais distantes e, sim, irmãos siameses” (OLIVEIRA, 1987, p.12). Ele destaca a relação entre padrão de dominação e padrão de acumulação, perguntando a quem serve o capitalismo brasileiro. O subdesenvolvimento brasileiro era e é uma “produção” do capitalismo. O “subdesenvolvimento é uma formação capitalista e não simplesmente histórica” (p. 12), um traço episódico da formação econômica e social do país.

de existência do capitalismo. É como exemplifica Gonçalves (2012, 2013) ao dizer que nos últimos anos a desindustrialização e a reprimarização da economia brasileira refletem exatamente esta forma de realização no país. O capitalismo subdesenvolvido da era desenvolvimentista gerou, em fase posterior do seu ciclo de vida, um capitalismo “malformado, a meio caminho”. É o que se chama hoje de Modelo Liberal Periférico. Este modelo caracteriza-se por

liberalização, privatização e desregulação; subordinação e vulnerabilidade externa estrutural; e dominância do capital financeiro. Com o Modelo Liberal Periférico, os países geram o capitalismo malformado – ornitorrinco - que tem os vícios e defeitos do capitalismo liberal e os defeitos e vícios das estruturas econômicas, sociais, políticas e institucionais da periferia. O capitalismo brasileiro – ornitorrinco – gera o Brasil invertebrado (GONÇALVES, 2012, s/p.).

Para melhor situar a crítica de Chico de Oliveira aos governos Lula e/ou ao lulismo, precisa-se de alguma maneira considerar essa interpretação do processo de formação social brasileira e suas peculiaridades políticas, culturais e econômicas, inscritas por modelos de expressões ambíguas. Ambiguidades que oscilam entre o que se afirma como discurso e as práticas públicas. Ele sinaliza que a produção intelectual hegemônica é avessa a aplicação de estudos comparativos de modernidades que nos sirvam de referência para orientar inovações no processo histórico social em curso, em sua face de resistência a mudanças e transformações nas bases estruturais da desigualdade herdada de sua condição de nação colonizada.

Ao final do primeiro mandato de Lula, Oliveira em texto do período, caracteriza seu governo como um tempo de dominação sem política. Para ele, alguns analistas e a mídia avaliavam aquele mandato como o terceiro mandato de FHC, pois no essencial, a política econômica apelidada neoliberal foi mantida e as políticas de desregulamentação seguem o mesmo roteiro. Os direitos sociais foram inscritos agora no registro das carências, com a estruturação do Programa Bolsa-Família. “Mas é um equívoco teórico rotular esse prosseguimento apenas de neoliberal e terceiro mandato de FHC. Do que se trata agora é de uma dominação de classe sem política” (OLIVEIRA, 2006, p.285).

O Partido dos Trabalhadores, criado no período de invenções, com larga base entre os trabalhadores industriais e de serviços, e, sobretudo, nas estatais, viu-se erodido pelo próprio processo de privatizações e desregulamentações, com a forte perda de empregos formais, a intensa informalização do trabalho. A financeirização de par com a privatização das estatais deu lugar a uma nova classe criada para gerir os fundos de pensão que são de propriedade dos trabalhadores. Esse movimento transportou-se para o partido que profissionalizou-se e foi integrado ao corrupto e ineficaz sistema partidário

brasileiro. Assim, a vitória do capitalismo mundializado é quase total. Não é uma coisa menor que a alternativa política tenha sido digerida pelo sistema (OLIVEIRA, 2006, p. 286-287).

Não se trata de uma nova hegemonia: o conceito não encaixa, enfatiza Oliveira. Trata-se de uma dominação de classe, é uma dominação sem política. É impróprio, pois, teórica e praticamente, falar-se em neoliberalismo: este correspondeu à fase de liquidação da política como nacionalidade. O capitalismo globalizado rejeita a submissão à política, que foi uma invenção especificamente ocidental para tratar as fortes assimetrias instauradas pelo poder econômico do capital.

Oliveira em texto escrito em 2010, analisando as gestões dos governos Lula, vai talhar a categoria “hegemonia às avessas” para caracterizá-lo. Que categoria utilizar para explicar as relações estabelecidas entre Lula, PT, gestores dos fundos de pensão, burocracia estatal, capital financeiro, programa Bolsa Família e movimentos sociais. Lulismo, como utilizado por Singer, não lhe satisfaz. Considerando a evolução das linhas gerais do governo, ele acha insuficiente o uso da categoria gramsciana de hegemonia para descrever o equacionamento das relações das forças políticas, culturais e econômicas no interior do governo e na sociedade.

Na construção da nova categoria, ele ressalta que a vitória de Lula para um segundo mandato reforçou traços do primeiro governo no jeito de lidar com o Estado e o sistema político, entre outras coisas, ampliou-se a coalizão de partidos. Também chama atenção a indiferença da população pelas eleições, pela política. Nas eleições daquele ano foram observados 31% de abstenções, essa indiferença significa que a política não passa pelo conflito de classes, e até mesmo o evita. É aí que ele diz que talvez estejamos assistindo à construção de uma “hegemonia às avessas”, enquanto as classes dominadas tomam a “direção moral” da sociedade, a dominação burguesa se faz mais descarada. A longa “era da invenção” forneceu a direção moral da sociedade brasileira na resistência à ditadura e alçou a questão da pobreza e da desigualdade ao primeiro plano da política. Eleger Lula parecia ter borrado para sempre o preconceito de classe, e destruídas as barreiras da desigualdade. Mas chegando ao poder, o PT e Lula criaram o Bolsa-Família, com isso despolitizando a questão da pobreza e da desigualdade, transformando-a em problemas de administração, funcionaliza a pobreza.

“Hegemonia às avessas” é um fenômeno novo, uma nova dominação que inverte os termos gramscianos. Oliveira conclui que parece que os dominados dominam, pois fornecem a 'direção moral' e, fisicamente até estão à testa de organizações do Estado, direta ou indiretamente, e das grandes empresas estatais. Parece que eles são os próprios capitalistas, pois os grandes fundos de pensão das estatais são o coração do novo sistema financeiro brasileiro, e

financiam pesadamente a dívida interna pública. Parece que os dominados comandam a política, pois dispõem de poderosas bancadas na Câmara dos Deputados e no Senado. Parece que a economia está finalmente estabilizada. Mas não é bem assim. O consentimento sempre foi o produto de um conflito de classes em que os dominantes, ao elaborarem sua ideologia, que se converte na ideologia dominante, trabalham a construção das classes dominadas à sua imagem e semelhança.

O consentimento se transforma no seu avesso: não são mais os dominados quem consentem na sua própria exploração. São os dominantes – os capitalistas e o capital –, que consentem em ser politicamente conduzidos pelos dominados, com a condição de que a “direção moral” não questione a forma da exploração capitalista (OLIVEIRA, 2010, p.27).

A “hegemonia às avessas” então é esse curioso fenômeno em que parte “dos de baixo” dirige o Estado por intermédio do programa “dos de cima”. A “hegemonia às avessas” é a “via de modernização conservadora plasmada pelos limites inerentes à semiperiferia capitalista, em que o avanço se nutre permanentemente do atraso” (BRAGA, 2010, p. 11). No interior desse processo Oliveira sinaliza para um dado político que dissolve todos os ganhos políticos da fase da “invenção”, como ele chamou o período de emergência do novo sindicalismo, o *lulismo* nesse campo vai se caracterizar pela capacidade de cooptação e absorção das lideranças dos movimentos sociais, em especial do movimento sindical, na gestão do governo.

As análises sobre o *lulismo* não são convergentes, pelo contrário, apresentam perspectivas bastante distintas e em certos aspectos conflitivas, isto se deve em parte ao próprio exercício de estudo do presente, ou ao fato de que a dimensão política estratégica e conjuntural, intrínseca à análise, exige dos intelectuais posicionamentos que se confundem com sua vinculação a um determinado campo teórico e/ou corrente de pensamento político, e, por vezes, observamos essas preferências misturadas às reflexões mais analíticas. Além desse aspecto, vamos encontrar diferentes opções em relação a um tema ou recorte de interesse na investigação, dentro da discussão geral sobre o *lulismo*.

Apresento, a seguir, formulações de Singer e Braga, que se diferenciam, senão divergem, em pontos fundamentais nas análises que fazem dos governos Lula. Agrego às exposições desses dois, reflexões de Coutinho seguindo com a discussão do *lulismo*, comparando e contrapondo a visão deste com a visão de Oliveira, naquilo que eles divergem na aplicação das categorias analíticas gramscianas, em especial na utilização dos conceitos de hegemonia, revolução passiva e contrarreforma.

Singer (2012) toma como material empírico a avaliação do comportamento eleitoral da população brasileira em sua relação com Lula e com o PT. Ele identifica que houve um

realinhamento eleitoral nas eleições presidenciais de 2006 e 2010, com a reeleição de Lula e sua sucessão com a eleição de Dilma. Os eleitores do PT, que até então tinha um perfil de classe média e de classe trabalhadora politizada vinculada a uma ideologia de esquerda, e que ao mesmo tempo se concentrava no Sudeste e no Sul, até as eleições de 2002 representavam em torno de 30% do eleitorado. Situação essa que sofre mudanças já em 2002 devido à nova política eleitoral e de aliança do PT que incorpora para vice em sua chapa, o candidato liberal nacionalista do PL, José de Alencar.

O realinhamento, no entanto, será consolidado só em 2006, quando a votação da reeleição de Lula é majoritariamente garantida por um outro extrato do eleitorado bem diferente dos históricos 30% de eleições anteriores. Nesta eleição grande parte do seu eleitorado de classe média não vota mais no PT, devido, possivelmente, aos escândalos de corrupção que envolveu o entorno do poder da presidência na construção da maioria para votações no Congresso, principalmente. Os eleitores de Lula nesse pleito serão o que Singer chama de subproletariado, trabalhadores e desempregados de baixa renda, que obtém uma renda média de até dois salários mínimos, beneficiários da política de transferência de renda do Bolsa Família, do aumento do salário mínimo e dos empréstimos consignados, os créditos subsidiados do PRONAF (Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar) e do Programa Minha Casa Minha Vida (financiamento da moradia popular), que possibilitaram significativo aumento de consumo desse extrato social, estes localizam-se agora não mais no Sul e Sudeste, mas sim no Nordeste e no Norte, e compuseram uma maioria que compôs em torno de 60% de votos.

Os eleitores que votaram em Lula em 2006 e também em Dilma, em 2010, enquanto candidatura mais à esquerda no espectro da disputa eleitoral, o subproletariado, não têm um perfil em princípio identificado com essa ideologia – segundo as conclusões da pesquisa de Singer -, declaram-se contrários às greves e mobilizações sociais. Apesar disso enxergam no governo do PT e em Lula a garantia para manutenção do lugar que galgaram com a mobilidade social obtida a partir das políticas sociais e distribuição de renda realizada nesse período, esses eleitores, são avessos à instabilidade que possam gerar conflitos de classe que coloquem em risco sua segurança. Nesse sentido, para Singer, uma alternativa para o petismo seria investir para a politização deste subproletariado que aderiu ao lulismo, o que não ocorreu, pelo contrário, vemos aprofundar-se uma crise do petismo, junto a uma crise do lulismo, durante as gestões da Dilma.

Singer reconhece que apesar do realinhamento eleitoral observado, que representa a adesão do subproletariado ao governo, as medidas redistributivas, que lhe dão materialidade

são insuficientes para reverter tendências econômicas neoliberais que convivem com as medidas do que vai chamar de “reformismo fraco”, pois elas não apontam para realização de reformas estruturais ou estancamento de processos de flexibilização de direitos que são recorrentemente ameaçados por pressão do capital financeiro e do agronegócio, que possibilitem enfrentar em curto prazo as desigualdades sociais que persistem fortemente, apesar da redução da pobreza promovida. Apesar desses limites e peculiaridades da realidade de desigualdade social que marca a formação social brasileira, ele sinaliza que tais medidas de caráter reformista, que incidem na redução da pobreza, geram certa mobilidade social e quase pleno emprego – mesmo que precários -, remete a memória e comparação da política keynesiana dos Estados Unidos, durante o governo *Roosevelt*, que ficou conhecido como período de implementação de políticas de bem estar social, que favoreceu a constituição de uma classe média e ampliou a inserção produtiva de segmentos do setor operário. Assim, reconhece que o pacto conservador firmado no governo Lula entre implementação de políticas sociais de leve caráter distributivo e os interesses do capital financeiro e agronegócio, contribui para gerar um ambiente favorável a um ciclo neodesenvolvimentista, reproduz a lógica histórica de modernização conservadora observada na formação política do Brasil, reeditando certos traços do populismo.

Para ele esse ambiente gera duas virtualidades em relação à dimensão transformista contida no lulismo, que prevê longo transcurso, que são: a incorporação e irreversibilidade dessas políticas sociais, enquanto políticas de Estado – criação de um sistema de transferência de renda, tipo renda mínima universal - da qual qualquer governo seja por razões eleitorais ou por condicionamento legais e institucionais não possa retroagir; a criação de um ambiente econômico favorável à integração do subproletariado a condição de proletariado com contratos regulares de trabalho, o que geraria novas condições para organização política sindical e enfrentamento dos interesses de classe em conflito. Esta formulação de Singer, embora procedente, já precisa ser revisada hoje frente aos desdobramentos da política nacional pós crise de 2012 na base aliada do governo e nas relações com o empresariado industrial nacional e também frente às mobilizações de junho de 2013, assim como do golpe institucional que afastou Dilma da presidência (SINGER, 2013b; SINGER, 2015; SINGER, 2016).

A perspectiva de uma revolução passiva, de transformação pelo alto, de um reformismo fraco, como visto acima, não é compartilhada por Chico Oliveira, para ele os efeitos da hegemonia lulista são política e ideologicamente regressivos. Para ele, ao absorver “transformisticamente” as forças sociais antagônicas no aparato de Estado, desmobilizando as

classes subalternas e os movimentos sociais, o governo Lula esvazia todo o conteúdo crítico presente na longa "era da invenção" dos anos 1970-1980, tornando a política partidária praticamente irrelevante para a transformação social, afastando da política os embates hegemônicos travados pelas classes sociais antagônicas, conclusão com a qual Braga (2010) concorda - à frente apresento sua análise. Não se encontra nesse processo nenhuma revolução passiva em curso, como no início da gestão podia-se imaginar, nem exatamente uma hegemonia no sentido que Gramsci define, mas um novo fenômeno que precisa ser melhor interpretado. Nesse sentido a noção de "hegemonia às avessas" é rica porque chama atenção para os paradoxos políticos contidos nessa experiência e certa perplexidade de parte da esquerda que esteve vinculada as esperanças virtuais contidas na era da invenção, para nosso estudo, segmentos do campo democrático popular.

O PT, como chama atenção Anderson (2011b), a partir de meados dos anos 1990, foi fechando-se ao diálogo, à contribuição teórica e mesmo à participação política de grupos expressivos de intelectuais que, na formação do partido e na formulação de políticas de governo foram muito importantes, e ajudavam pelo lugar que ocupavam na dinâmica do partido a que o mesmo mantivesse viva uma perspectiva político-ideológica crítica, que na hora de ser governo ajudaria a que tivesse uma visão das possibilidades e limites de execução de um programa de esquerda, menos amarrado a estrutura burocrática do Estado e menos afeito ao realismo político que predomina na atitude das lideranças partidárias que assumem cargos de direção para dentro ou na gestão e no parlamento. A figura de Chico de Oliveira é simbólica dessa fissura, ele foi ativo na elaboração de propostas durante períodos de atuação do PT na oposição, quando acionou as estratégias de governo paralelo e realizou as caravanas da cidadania. Esse elã importante perdeu-se num pragmatismo perigoso. Carlos Nelson Coutinho é outro exemplo dessa ruptura.

Coutinho (2010) tem uma contribuição que diverge de Chico de Oliveira e André Singer, sobre o debate acerca da institucionalização da esquerda na experiência de gestão do governo federal. Para ele, tanto a hipótese da "revolução passiva à brasileira" como de "hegemonia às avessas", não dão conta de interpretar o atual momento hegemônico vivido naquele momento no Brasil. Ele prefere utilizar a ideia de "hegemonia da pequena política". Para ele, esta noção pode melhor traduzir a natureza do *lulismo*, entendendo-a como destaca Braga, na apresentação do livro *Hegemonia às Avessas*, comentando o artigo de Coutinho, como "uma forma de hegemonia mais afinada com as características principais do neoliberalismo, pois apoiada naquilo que Gramsci chamou de 'consentimento passivo', isto é, a aceitação naturalizada de um

existente tido e havido como inelutável” (BRAGA, 2010, p. 10).

A hegemonia da pequena política, na concepção gramsciana, baseia-se no consenso passivo, sendo que esse tipo de consenso não se expressa pela auto-organização e participação das massas, seja por partidos ou outras organizações da sociedade civil, mas simplesmente pela aceitação resignada, que dá as coisas como naturais. Ele existe quando se torna senso comum a ideia de que a política não passa da disputa pelo poder entre diferentes elites, que convergem na aceitação do existente como algo natural, ou seja, quando a política deixa de ser pensada como arena de luta por diferentes propostas de sociedade e passa a ser vista como terreno alheio à vida cotidiana dos indivíduos, como simples administração do existente. Diferente da grande política que “compreende as questões ligadas à fundação de novos Estados, à luta pela destruição e pela conservação de determinadas estruturas orgânicas econômico-sociais” (GRAMSCI apud COUTINHO, 2010, p. 29). É uma expressão da grande política, no Brasil a época, reduzir tudo à pequena política, pois é por meio dessa redução, que desvaloriza a política enquanto tal, o que faz com que se afirme hoje quase incontestada a hegemonia das classes dominantes.

Segundo Coutinho não parece ser possível encontrar na 'época neoliberal' a dialética que combina restauração-renovação que caracteriza as revoluções passivas. Por isso ele entende ser mais adequado, para melhor descrição da época contemporânea, utilizar não o conceito de revolução passiva, e sim, mais precisamente, o de contrarreforma. Pois o que caracteriza um processo de contrarreforma não é a completa ausência do novo, mas a enorme preponderância da conservação ou restauração em face das eventuais e tímidas novidades. E ele complementa o argumento, “se estivéssemos diante de uma revolução passiva, parte das exigências dos “de baixo” deveriam ter sido acolhidas pelo governo reformista e moderado, não verificamos isso quando analisamos o Bolsa Família. O seu alcance político, social e econômico é totalmente insuficiente para ser chamado de reformista, afirma.

Coutinho destaca um elemento importante no pensamento de Gramsci no âmbito da discussão deste processo estudado, para ele, em uma revolução passiva é comum a prática do transformismo como modalidade de desenvolvimento histórico, processo esse que se desdobra através da cooptação das lideranças políticas e culturais das classes subalternas, buscando excluí-las de todo protagonismo no processo de transformação social. O Estado, protagonista da revolução passiva, hegemonizado pela classe dominante, precisa, para se manter, obter um consenso mínimo “passivo” em processos de transição “pelo alto” que sejam também passivos. Em outros contextos históricos estudados, isso foi alcançado pelo que ele chamou de

transformismo molecular, situação em que as personalidades políticas formadas pelos partidos democráticos de oposição se incorporaram individualmente à classe política conservadora e moderada, hostilizando a toda intervenção das massas populares na vida estatal, a toda reforma orgânica que substitui o rígido domínio da hegemonia obtida; e do transformismo de grupos radicais inteiros que passaram ao campo moderado. O mesmo é observado em processos de contrarreforma.

Em nossa época, foi comum na ação de sociais-democratas e ex-comunistas o apoio a governos contra reformistas em países europeus, e no Brasil são emblemáticos o fenômeno de Fernando Henrique e Lula, como bem situou Oliveira. Coutinho salienta que estes processos estancam as políticas de reforma forte, fazem predominar a hegemonia da pequena política, e isto é facilitado pela conformação prefigurada no contexto da era Lula de um modelo de sociedade ocidental, de tipo norte-americano – em contraposição ao que seria o outro modelo, o europeu³⁷ – quanto à forma de articulação das disputas políticas e de representação de interesses. Caracterizado pela presença de uma sociedade civil forte, bastante desenvolvida e articulada, mas na qual a organização política e a representação dos interesses se dão por meio de partidos frouxos, não programáticos, e de agrupamentos profissionais estritamente corporativos. Vê-se hoje muito mais, na disputa entre o PT e PSDB, uma disputa entre partidos pelo comando do governo. Na visão de Coutinho ambos defendem um projeto hegemônico de sociedade indiferenciado, não é enxergada uma salutar disputa entre propostas hegemônicas alternativas do ponto de vista político e ideológico. Pode-se dizer que na era da contrarreforma neoliberal, predomina a hegemonia da pequena política.

Domingues (2013c) faz ponderações seja quanto ao otimismo de Singer com o reformismo fraco, seja quanto ao caráter das mudanças políticas ocorridas no processo histórico que possibilitou a emergência do lulismo, apresentadas por Oliveira e Coutinho. Reflexão que ajuda a fazer uma síntese crítica do debate apresentado até aqui.

Nenhum Estado de bem-estar social nasceu pronto [...] Foram lutas sociais e decisões políticas que os consolidaram, em particular com direitos de cidadania universalizados, mas em outros se mostrando residuais, garantindo maus serviços, utilizados pelos pobres, com os setores abastados comprando-os no mercado. Por seu turno, a Constituição brasileira de 1988 foi orientada para a universalização dos direitos. É nisso que em grande medida se joga o destino do Brasil do futuro. Nem os governos Lula nem o Dilma avançaram para além de combater a pobreza com medidas focalizadas, que, ao mesmo

37 Modelo em que se têm teve uma estrutura partidária centrada em torno de partidos com base social mais ou menos homogênea, defendendo projetos de sociedade definidos e diversos entre si, com presença de um sindicalismo classista, politizado, que não se restringiam a organizar pequenos grupos profissionais corporativos, mas buscava representar o conjunto da classe trabalhadora.

tempo que subvertem o neoliberalismo, a ele se aliam ao recusar a definição de uma cidadania social universal. O Bolsa Família é a expressão principal disso, mas as políticas que respondem a demandas setoriais e dos movimentos sociais muitas vezes reproduzem essa abordagem, ainda que de maneira indireta. É o caso da política de cotas, raciais ou populares, em muitas áreas, permitindo ao governo escapar da questão da universalização de suas políticas sociais e educacionais. Sem dúvida, políticas voltadas para setores específicos, como as do MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário), são necessárias e inevitáveis. Mas não deveriam ser privilegiadas em detrimento de políticas universais, como a implantação do SUS, a universalização da política de renda mínima e o enfrentamento da questão-chave da tributação, que nem sequer foi aventada por Lula ou Dilma (DOMINGUES, 2013c, p. 78-79).

Para Coutinho, assim como para Oliveira, não se pode ainda falar de uma era pós-neoliberal, seja no sentido do reformismo fraco de Singer, que entende que o governo fez as inflexões possíveis, ou ainda do social desenvolvimentismo de Nobre; seja no sentido que Sader atribui, conforme apresentei mais acima, ao enxergar, em prioridades voltadas para políticas sociais e na afirmação de autonomia frente a política de livre comércio dos Estados Unidos, dimensões de rupturas com o neoliberalismo.

A régua da medida e validade da noção de neoliberalismo, ao fim da primeira década dos anos 2000 e pós a crise econômica mundial de 2008, torna-se imprecisa devido ao desencadeamento de novas dinâmicas econômicas, geopolíticas e culturais, nos centros do poder econômico dos Estados Unidos e Europa, suas políticas de austeridade interna, início de inflexões políticas na eleição de governos conservadores e de direita em substituição a governos de centro-esquerda, emergência crescente do pensamento religioso fundamentalista no cenário político, incidindo em composições de governo com força decisiva – no oriente e no ocidente, no hemisfério Norte e Sul -, realidade que atinge em cheio a América Latina – isso fica ainda mais visível, quando escrevo essa análise em 2016. De forma crescente análises interdisciplinares ou o diálogo interdisciplinar são recomendáveis para abordar esse processo dinâmico, interpretações que recorram a leituras históricas de média e longa duração, e comparativas, são valiosas.

Os períodos de transição na história dos países são sempre complexos, até mesmo confusos, difíceis de decifrar. O passado se dissolve aos poucos ou, mais raramente, de modo abrupto, e o futuro anuncia seus contornos apenas paulatinamente, inclusive porque sujeito à intervenção dos indivíduos e de coletividades que buscam impulsionar a transição em uma ou outra direção. Mas não podem controlar, mesmo quando poderosos, os resultados do processo de forma absoluta, movendo-se assim na cacofonia e intransparência típicas desse tipo de situação, para as quais eles mesmos contribuem. O Brasil vive um momento como esse. Toca-nos assistir hoje ao fim de um longo ciclo, iniciado ainda nos anos 1970, que culminou o processo de modernização do

país, “conservadora” ao manter a grande propriedade e o poder de seus detentores, mas que também foi marcado, em seus últimos estágios, por uma democratização significativa. Esta teve seu ápice na Constituinte de 1987-88 e na Constituição de 1988. Alguns querem ver na transição à democracia que teve lugar nos anos 1980 um processo pelo alto. A verdade é que uma ampla participação popular a impulsionou (DOMINGUES, 2015, s/p.).

Domingues (2015) consegue enquadrar bem, na minha visão, a discussão sobre permanências e continuidades dos governos do PT em relação a FHC, assim como das contradições de suas opções políticas no enfrentamento limitado ao neoliberalismo, situando-o em ciclo histórico que representa uma inflexão político democrática. Para ele, os governos de Fernando Henrique Cardoso introduziram as políticas focalizadas, incorporando demandas setoriais e certo nível de participação, fazendo também o "ajuste estrutural" econômico-financeiro, privatizações e o receituário neoliberal das reformas propostas pelo Banco Mundial, associando isso ao predomínio do capital financeiro, como já visto anteriormente. Lula e Dilma, afirma o autor, democratizam esse arranjo e fazendo-o mais inclusivo, procuram garantir maior coesão social e buscam incorporar em seus governos processos anteriores mais ou menos intensos de mobilização para dentro do Estado, promovendo avanços sociais e políticos. Ou seja, depois de um começo marcado por certos compromissos com o neoliberalismo como estratégia de consolidação do poder, mais também, resultado das condicionantes programáticas do PT e da aliança eleitoral, Lula conseguiu aos poucos definir uma agenda mais própria, que se aprofunda no segundo ano de governo, como já indicado - o combate à pobreza, por meio do programa Bolsa Família, secundado pelo esforço de aumentar a renda do trabalhador, por meio do crescimento econômico, do aumento do salário mínimo, da formalização do emprego e da expansão do crédito.

A esse programa, sinaliza Domingues (2013c), alguns definem como “neodesenvolvimentismo”, em especial ante a crise de 2008 e as eleições de 2010, quando o Estado se mobiliza como indutor do crescimento econômico. No entanto nesse percurso o capital financeiro não teve seu poder e privilégios tocados. No que tange à democracia, os conselhos da Constituição de 1988 e aqueles nela espelhados se mantiveram ou se ampliaram, a exemplo do Conselho Nacional de Desenvolvimento. No entanto, para ele, em 2013, muitos desses elementos tinham se esgotado, passada a bonança dos dois governos Lula em um período de capitalismo sem crise e com um Estado fortalecido e uma economia organizada, a crise veio. Com a crise mundial, as *commodities* não conseguem manter o ritmo do crescimento e da geração de divisas, o que a balança comercial, reduz a importação de bens de capital gera uma desaceleração da economia. E as tentativas que o governo fez de manter uma política de indução

do crescimento industrial para enfrentar a crise, expressa nos esforços do Ministério da Fazenda com a baixa forçada da taxa de juros, apostando num crescimento a médio e longo prazos, arriscando pela primeira vez um enfrentamento com o capital financeiro, resultou numa crise com setores industriais da base aliada do governo, que terá sérias consequências para crise política subsequente. Esta iniciativa buscava reverter certo processo de desindustrialização em curso, e a tendência da alta contínua do câmbio e riscos de nova escalada de inflação.

As iniciativas do lulismo de instituir políticas sociais mais inclusivas associadas a um neodesenvolvimentismo que acenou para a reindustrialização não se consolidaram, talvez por não conseguir com sua arquitetura - reformismo fraco e pacto conservador -, romper decisivamente com o desenho sociopolítico que sucedeu,

[...] não obstante o "pós-neoliberalismo" de Lula e Dilma implicar ênfase bem maior na política social, em detrimento de um fiscalismo puro (Sader, 2013). Nesse sentido, a "hegemonia" do neoliberalismo (para recorrer ao arsenal de conceitos de Antonio Gramsci, produtivos em casos como este) nunca foi rompida e segue nos perseguindo, pois a esquerda não foi capaz de propor uma alternativa mais abrangente nem no pensamento nem na prática das políticas públicas, levando-se em conta a metamorfose do neoliberalismo puro-sangue em social-liberalismo mais flexível e ajustado a um mundo em que o potencial explosivo da pobreza é enorme, inclusive do ponto de vista dos setores dominantes (DOMINGUES, 2013c, p. 110)

Sigo apresentando a discussão sobre o lulismo, procurando abordar reflexões que incorporam nele o debate sobre as classes sociais no contexto de mudanças ocorridas nesse período, e também, o debate sobre o petismo que inter-relaciona na análise do lulismo, classe trabalhadora, petismo, projeto político e governo de esquerda.

Braga (2012) tem, na discussão proposta por Singer sobre o lulismo, o ponto de partida para contraposição de argumentos críticos a uma interpretação de classe trabalhadora, de política e de dominação do capital sobre ambas, a partir de um modelo de regulação da economia. Na discussão sobre a hegemonia lulista e o precariado, realizada por Braga, encontro afinidades entre ele e Coutinho. Uma parte dos argumentos desenvolvidos por Coutinho na exposição apresentada sobre a pequena política e contrarreforma é assumida por Braga. As inter-relações estabelecidas entre hegemonia lulista e precariado são intercambiantes quanto ao contexto referido e categorias teóricas.

Ruy Braga (2012) discute a hegemonia lulista a partir de estudo sobre a trajetória da organização operária no ABC paulista. Ele faz um resgate da história do movimento sindical metalúrgico em São Paulo, discutindo a participação desse movimento no processo de redemocratização e no enfrentamento ao modelo de capitalismo fordista periférico, gestado

pelo desenvolvimento conservador, gerido pela ditadura militar como continuidade da política nacional desenvolvimentista varguista. Ele busca identificar o papel da burocracia sindical, na direção dos movimentos grevistas que alavancaram as mobilizações populares para derrubada da ditadura, mas que não conseguiram romper com o modelo das relações capital e trabalho baseado em pactos de compromissos de classe herdado do populismo – constituindo um padrão de regulação contratuais dessas relações, distinguindo e enfrentando os conflitos de classe presentes aí -, e no interior desse processo, observa o lugar ocupado pela liderança Lula.

Para Braga, Lula, como torneiro mecânico, ocupou enquanto trabalhador qualificado, um lugar na burocracia sindical, que lhe possibilitou representar e dirigir o “precariado”³⁸ que nos finais dos anos 1970 e no ano de 1980 levantou-se contra as condições de trabalho nas multinacionais e suas subsidiárias, enfrentando a política de arrocho salarial da ditadura. Neste sentido, Lula é visto como um herdeiro do sindicalismo populista, firme defensor da CLT – à época - e de um sindicato forte e com capacidade negociadora, dentro da ordem e dos marcos de uma legislação trabalhista a ser aprimorada no Congresso Nacional, por representação de trabalhadores, ou seja, Lula nunca colocou em questão os termos do desenvolvimentismo do capitalismo brasileiro. Portanto, para Braga, as origens do lulismo coincidem com o momento de refluxo do ciclo grevista dos anos 1977 a 1979, e a derrota da greve de 1980, em especial dos operários da Ford que, para ele, representa bem a rebeldia operária do precariado naquele momento.

Em fins dos anos 1970 assistia-se ao bem conhecido ciclo de greves, que, segundo Braga, foi dirigido por uma burocracia sindical que afinada com a inquietação das bases metalúrgicas subverteu a estrutura sindical oficial, ameaçando a estabilidade política da ditadura militar. Nesse contexto de mobilização com forte participação da base operária, a decisão do aparelho do Estado de cassar suas lideranças não funcionou, exatamente porque a força motriz do movimento grevista e da rebeldia, não era movida pelo sindicato, mas pelo grupo mesmo de operários. No interior desse processo esse movimento entrou em conflito com a estrutura oficial da qual era produto. Porém quando o movimento entra em refluxo e sofre-se derrotas em lutas de fábricas mais mobilizadas, a burocracia sindical reassume sua função na estrutura oficial (2012, p. 170-179).

38 O precariado para Braga, é o proletariado precarizado, formado por aqueles setores que Marx chamou de superpopulação ativa, excluídos o lumpemproletariado e a população pauperizada. São os trabalhadores precarizados parte da classe trabalhadora em permanente trânsito entre a possibilidade de exclusão socioeconômica e o aprofundamento da exploração econômica. Ele enfatiza nessa análise que, para Marx, é próprio da acumulação capitalista produzir despoticamente, sob a forma de desemprego ou de trabalho precário, gerando uma população trabalhadora excedente e necessária para o funcionamento do seu modo de produção.

Nesse contexto, Lula passa a ser, afirma Braga, participe da opção da burocracia sindical pela manutenção de um padrão de relação com o patronato baseado na lógica de acomodação dos interesses de classe, um “neopopulista” que reproduzia o modelo do Estado de compromisso populista – o que resultou no encerramento daquela greve sem ganhos reais para os trabalhadores. De alguma forma, para ele, o lulismo se confunde com o petismo.

Fundamentando seus argumentos, Braga baseia-se em um balanço do modo de regulação³⁹ capitalista brasileiro, localizando aí a emergência da hegemonia lulista. Ele situa o caráter dependente e despótico da industrialização brasileira, descrevendo-o como o modo de regulação populista desenvolveu-se a partir da década de 1940 visando garantir a reprodução das relações de produção em condições sociais periféricas. Indicando como os trabalhadores brasileiros, particularmente o proletariado precarizado, acumularam suas próprias experiências com os limites do modelo de desenvolvimento, com isso a regulação populista perdeu gradativamente sua capacidade de absorver os conflitos classistas, tendo sido substituída em 1964 por uma regulação autoritária. A regulação autoritária, apesar de ter alcançado algum êxito por pelo menos uma década, até os anos 1970. Com a redemocratização do país, a ditadura militar faz uma tentativa de substituí-la por uma regulação neopopulista baseando-se em um “pacto social” com o novo sindicalismo, que veio mostrar-se inviável devido ao aprofundamento da crise econômica, intensificação dos movimentos grevistas da segunda metade dos anos 1980, até chegar à possibilidade da conquista eleitoral da presidência com Luís Inácio Lula da Silva, candidato em 1989. Tendo-se como resultado a vitória de Collor, passa-se por uma transição para uma regulação neoliberal, em que o regime de acumulação transformou-se em objeto de sucessivos ajustes estruturais, que asseguraram o nascimento do “pós-fordismo financeirizado⁴⁰” no país. Apesar do aperfeiçoamento do modo de regulação promovido pela burocracia lulista, Braga afirma que esse regime de acumulação se consolidou ao longo dos anos 2000 como neopopulista (2012, p. 16-40).

39 Por modo de regulação é entendido o complexo social formado pelas instituições com responsabilidade direta pela reprodução mais ou menos coerente dos conflitos inerentes às relações sociais de produção capitalista.

40 Regime de acumulação apoiado em indústrias de baixa produtividade e orientadas para exportação de bens de consumo não duráveis. Este insere-se em um sistema social articulado de relações de produção capitalistas, semi-capitalistas e pré-capitalistas, dominados pela mercadoria mundial. Em que o mercado mundial estrutura-se por meio da combinação de economias e nações capitalisticamente desenvolvidas e capitalisticamente subdesenvolvidas em um sistema multilateral autocondicionante. Nesse sistema social dominado pela mundialização das trocas mercantis, a formação do fordismo periférico representou uma das principais mediações históricas entre os países capitalistas avançados e subdesenvolvidos. O caráter periférico nesse sistema advém de que os níveis mais qualificados de fabricação e os setores de engenharia permaneciam exteriores a esses países. Do ponto de vista dos mercados de consumo de bens duráveis a dinâmica econômica estaria concentrada na elevação do poder aquisitivo das classes médias locais à custa do declínio na capacidade de consumo dos trabalhadores – inflação, elevação da produtividade do trabalho, degradação salarial, rotatividade da força de trabalho (BRAGA, 2012).

Singer enfatiza a passividade do subproletariado no apoio a Lula a partir do reconhecimento dos ganhos reais de renda e capacidade de consumo gerado pela política social, caracterizando-a como traço de um transformismo, uma reforma pelo alto, um reformismo fraco. Braga ressalta como funciona a hegemonia lulista, indicando como ela se estabelece na relação firmada entre o consenso passivo do precariado que, satisfeito com as melhorias salariais e políticas sociais, adere ao governo, e o consenso ativo da burocracia sindical que participa da gestão do governo Lula.

Ao enfatizar, a seguir, o debate de classe sociais pautado por Braga e Singer a partir das análises apresentadas é importante antes assinalar que essa questão ganha relevância para além da discussão sobre precariado e subproletariado. Ganhou uma dimensão pública, a partir da ideia de que os influxos do lulismo teriam feito surgir uma nova classe média no país. Esse debate, como visto na caracterização, feita por Singer no primeiro item do capítulo, sobre os participantes de 2013, incide nas interpretações sobre esse ciclo de protestos, quando refere-se a sua composição de classe e agência. Portanto, antes de seguir com o debate de Braga e Singer, resgato os termos gerais da leitura que se tem difundido acerca dessa percepção do surgimento de uma nova classe média, por NERI (2010), técnico do IPEA, assim como as análises críticas a ela.

Ribeiro (2014b) em análise sobre os protestos de junho de 2013, a partir de quadro comparado da estratificação social dos anos 2005 e 2010 (Anexo II), apresenta os dados, comenta sobre seu significado e expressa sua perplexidade, diante da explosão social nas ruas.

Os programas de inclusão social, principal característica dos dois governos sucessivos do Partido dos Trabalhadores desde 2003, foram e continuam sendo bem-sucedidos. São aplaudidos fora do país como exemplares. Mesmo que a imprensa brasileira, tão conservadora como é, não os aprecie, eles realizaram o que haviam proposto. Foram capazes de mudar a paisagem social de um país que “não é pobre, mas injusto”, conforme uma ou mais de uma vez disse o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. A apresentação gráfica da desigualdade social como uma pirâmide foi substituída por um losango. Os mais pobres correspondiam a quase 93 milhões em 2005 e em apenas cinco anos seu número caiu para 48 milhões, uma vez que a população de classe média baixa subiu de 62 para 101 milhões, e os mais ricos passaram de 26 a 42 milhões. A base de nossa pirâmide social perdeu 48,4% de seus membros, enquanto o meio do gráfico cresceu 62,1% e o topo 59,7%. O Brasil jamais tinha conhecido mobilidade social nessa escala em tão curto período de tempo. Esta é certamente a chave da enorme popularidade de Lula – que atingiu 87% no fim de seu governo. É quase certo – e também uma explicação razoável para a boa avaliação de Dilma Rousseff nas pesquisas de opinião até meados de 2013. No entanto, em poucas semanas, tudo mudou no Brasil. Enormes protestos ocuparam as ruas (RIBEIRO, 2014b).

A composição de classe que fez achatar a pirâmide para o formato de losango, conforme os números apresentados na citação, detêm-se a uma leitura e agrupamento da estratificação de renda em faixas⁴¹. Muitas são as críticas feitas à denominação de ‘nova classe média’ para uma larga faixa intermediária, que no seu interior comporta muitas diferenças, que além de disparidades no acesso a renda no intervalo desse extrato C, esconde outras disparidades quanto ao acesso a serviços e trabalho (emprego) de qualidade, a bens culturais e nível de consumo. O que indica na formatação dessa noção a visão neoliberal de que a ascensão social, não se dá pelos direitos, mas somente pelo consumo. Tomando o crescimento da renda como indicador privilegiado da mobilidade social e o crescimento maior da renda entre os mais pobres do que o dos grupos mais ricos, técnicos do IPEA agrupam esse extrato de beneficiários da nova política na Classe C (NERI, 2010), para indicar aquela parcela da população que ultrapassou a linha de pobreza, o que justificaria sua inclusão no vago conceito de classe média.

Interpretações críticas sobre essa visão de nova classe média, interpretações do fenômeno da mobilidade social e do seu alcance real, foram realizadas seja no âmbito da academia, seja nas organizações sociais e políticas (BARTELT, 2013; FPA, 2013).

Essa classificação não consegue esconder o lado da real desigualdade, registrada nos dados do Censo de 2010, onde os 10% dos domicílios mais ricos abocanham 42,85% da renda nacional, ou de que o Brasil se situa na 84ª posição entre 187 do índice do IDH da ONU. Ainda que Neri tenha dito que o seu uso do termo não seria sociológico e se referia ao fato da Classe C estar “no meio” das cinco classes de renda por ele aplicadas, e, portanto, uma classe “média”, é clara e intencional a referência à classe média tradicional, enquanto categoria sociológica. O fato é que, nos governos Lula e Dilma, construiu-se uma narrativa que organiza os ganhos reais dos salários de pessoas de baixa renda no Brasil e os avanços nas políticas sociais sob esta imagem de uma nova classe média (BARTELT, 2013).

Na Europa, os grandes partidos outrora identificados como “de direita” ou “de esquerda” se movimentam rumo ao “centro”, declarando direita e esquerda como margens da sociedade, território ideológico dos de ontem. No Brasil, já assistimos a embates políticos por esta classe; o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso alertou o seu partido, o PSDB, para não perder tempo em “brigar” com o PT pela hegemonia nos movimentos sociais e junto ao povão. O esforço em ampliar e consolidar a base eleitoral deve-se focar na nova classe média (BARTELT, 2013, p. 4).

⁴¹ É a sociologia, sobretudo de inspiração estadunidense, que introduz a noção de *classe média* para designar esse setor socioeconômico, empregando os critérios de renda, escolaridade, profissão e consumo, a pirâmide das classes A, B, C, D e E, e a ideia de mobilidade social para descrever a passagem de um indivíduo de uma classe para outra (Chauí, FPA 2013).

Domingues (2013c) em texto escrito antes de junho de 2013, revela aspectos das políticas de bastidores do lulismo, durante o governo Dilma, no qual faz séria crítica a lógica subjacente a ideia de classe média, seja como uma condicionante para as políticas públicas e/ou opção de projeto político, que se expressava naquele momento dentre as disputas da coalizão governista.

O fato de Ricardo Paes de Barros, sob a tutela de Moreira Franco, após haver em grande medida delineado o Programa Bolsa Família, afirmar a existência de uma nova classe média, que consome privadamente, não é casual. Além de haver sido incorporado ao discurso de Dilma, o elogio à existência e ampliação desse setor significa que um dos núcleos duros do governo busca exatamente jogar em um capitalismo voltado para o consumo privado e não coletivo, não para um bem-estar público, mas sim privatizado. Eis aí um campo de disputa aberto dentro do projeto de transformação social brasileiro, que de resto vem tendo na Secretaria de Assuntos Estratégicos, desde Mangabeira Unger, um dos polos ideológicos fundamentais de suporte da classe média ou, como aquele a chamava, —pequena burguesia (para ele o agente transformador do Brasil e do mundo em geral, contrariamente à opinião de Marx). Assim, o afastamento em relação a uma política de cunho universalista se consolidaria. E, é claro, o modelo de desenvolvimento privatista, calcado no consumo individual, não seria sequer questionado, consolidando-se – o que é o maior risco que vivemos hoje – um sistema dual de bem-estar, mercantilizado para os ricos e remediados, residual e na prática formal ou informalmente focalizado para os pobres [...]. É nessas coordenadas que direitos universais, consumo coletivo e a desmercantilização possível da força de trabalho se colocam, ou, antes, deveriam se colocar, na agenda. Em primeiro lugar se trata de defender a esfera do público, recuperar, de fato e não retoricamente, e para além da mera capacidade indutora, a capacidade de investimento do Estado (DOMINGUES, 2013c, p.82-83).

Na apresentação do caderno publicado com as exposições realizadas nos debates realizados pela Fundação Perseu Abramo, do Partido dos Trabalhadores, sobre classes sociais, em 2013, após os protestos de junho, aparece uma exposição de motivos que é bem emblemática do momento de tensão entre intelectuais do PT e o governo Dilma, com o lulismo. Nesse texto reconhece-se o atraso da esquerda, do PT, em construir uma narrativa alternativa ao marketing do governo em torno de uma nova classe média. Reconhecendo que o governo Dilma é hegemonizado pela primeira visão, não que comungue com o discurso do mercado. Mas, insinuam que, ao buscar efetivar a cidadania prevista na Constituição de 1988, encontrando muita resistência das forças do mercado, ela restringe o horizonte do projeto político, amoldando a construção de uma nação de classe média, que já estava em curso com emergência desta “nova classe média”, cedendo assim às pressões do mercado e da grande mídia. O contraponto a essa visão, na perspectiva dos expositores, debatedores e militantes do PT presentes, é de que se têm que apresentar uma visão contra hegemônica a essa perspectiva do

governo a época e pode-se dizer do lulismo.

A base dessa visão contra hegemônica está em caracterizar a novidade da estrutura de classes no país (surgida após as políticas do governo Lula para promover o crescimento econômico, porém, pela primeira vez na história do Brasil, com distribuição de renda), a partir da ideia de emergência de uma nova classe trabalhadora, pois os ex-miseráveis entram no mercado de trabalho pela base da pirâmide – com salários baixos e jornada de trabalho intensa. O mais importante dessa construção é reafirmar que esse contato inicial com o mundo dos direitos, via mercado de trabalho, e com o mundo do consumo, não é garantidor da cidadania plena. Esta só virá com a desmercantilização da educação, saúde, transporte, cultura, da cidade (MEDEIROS, 2013, p. 11).

As críticas quanto ao uso político ou sociológico revelam a inconsistência do anúncio de nova classe média, principalmente pela ausência da criação de mecanismos reais de combate à desigualdade ou conquista de status social e distinção, no processo e na base real da economia e da sociabilidade. Em alguns trabalhos acadêmicos – de intelectuais que também participaram dos debates realizados pelas organizações sociais e pela Fundação Perseu Abramo - FPA, a interpretação sobre as classe no lulismo, contestam a afirmação da constituição dessa nova classe média, enxergam esse extrato de classe ocupando outra posição social, a partir da utilização de outros instrumentais teóricos e ideológicos, com a realização de descrição das condições reais de vida diferentes resultados podem ser claramente observáveis.

Durante debate público em lançamento do livro organizado por Emir Sader e Pablo Gentili (2013), fazendo um balanço dos dez anos de gestão do PT no governo federal, ocorreu um episódio que pode ser tomado como um sintoma peculiar do lulismo. Marilena Chauí era uma das expositoras, sendo uma das autoras que neste balanço escreveu sobre a nova classe trabalhadora, que foi também o tema da sua palestra nesse evento. Ela fala antes de Lula, que estava presente e faria depoimento baseado em entrevista também publicada no livro. Em sua fala, Chauí vai desenvolver a reflexão fazendo a crítica à interpretação de que a mobilidade social promovida pelas políticas do lulismo teria criado uma nova classe média, criticando-a como uma ideologia. Para além dos argumentos teóricos, ela compara o que a (nova) classe trabalhadora alcançou no Brasil no período recente com a classe trabalhadora da França e Itália, no período de bem-estar social no pós-guerra, quando, por exemplo, foi possível comprar carros populares, como no Brasil, e nem por isso foi vista como classe média. Ao final da sua fala, ela faz uma exaltada crítica em relação ao conservadorismo da classe média tradicional brasileira. Na passagem para a exposição seguinte, de Lula, Emir Sader, também presente, cochicha com Lula: “e a coisa da classe média? ”. Lula, antes de fazer a saudação ao público presente ao

evento, dirige-se com um gracejo respondendo ao cochicho e a Chauí, referindo-se a sua palestra: “Vamos ter em conta o seguinte, agora, depois de tantos anos de luta, que eu cheguei a ser considerado classe média, essa mulher avacalha com a classe média, não é possível” (LULA DA SILVA, 2013).

Esse gracejo é revelador para a análise sobre o lulismo e sua relação com o petismo, e destes com a militância. Assim como esse, outro fato é revelador da incapacidade de comunicação e de convocação do PT de sua base partidária e militância, para se fazer presente às ruas quando da eclosão dos protestos de junho, quando o partido esteve ausente. Exemplo disso foi o apelo feito pelo presidente do Partido, Rui Falcão, já tardiamente, convocando a juventude petista para criar uma onda vermelha. A iniciativa não gerou mobilização a mais do que a existente, antes da sua convocação (FALCÃO, 2013; PINHEIRO, 2013)

O principal contraponto apresentado por estudos críticos à noção de classe média está na ênfase ao lugar social e político que se atribui às faixas ou extratos de classe, para localizar aquilo que se propagandeou. As análises se debruçam em estudos da estratificação por faixa para extrair dados a partir da categoria de classe social – utilizando-se de referenciais teóricos do marxismo, do bourdieusianismo e da biopolítica de Negri e Hardt -, voltando o olhar para os segmentos que ficam entre os desclassificados (lupem proletariado, ralé) ou subproletariado e classe média tradicional. Alguns desses trabalhos já foram citados aqui, o que se verifica pelo uso de categorias que indicam o uso da análise de classe, por exemplo, subproletariado (SINGER, 2012) e precariado (BRAGA, 2013) adotam o marxismo, a esses pode-se acrescentar outras categorias formuladas em outras obras como batalhadores (SOUZA, 2012) – usa Bourdieu em argumentos weberianos -, nova classe trabalhadora (POCHMANN, 2012; CHAUÍ, 2013; COCCO, 2009) – os dois primeiros recorrem ao marxismo, o último a biopolítica de Negri e Hardt.

Chauí (2013) analisa a divisão social das classes, assim como Pochmann, enquanto marxistas, tomando como critério a forma da propriedade e não os extratos de renda, senão como dados para construção da análise do modo de produção capitalista. Nesse, a classe dominante é proprietária privada dos meios sociais de produção (capital produtivo e capital financeiro); a classe trabalhadora, excluída desses meios de produção, e neles incluída como força produtiva. Os trabalhadores são proprietários apenas da sua força de trabalho, que é vendida e comprada sob a forma de salário. Em seus textos Marx fala ainda de uma pequena burguesia para indicar a classe social que não ocupa nenhum dos dois lugares fundamentais da divisão social do modo de produção capitalista.

Aplicando essa perspectiva indicada, de forma muito rápida, para demarcar a referência teórica, ela discorre sobre a estrutura de classe no Brasil hoje, fazendo algumas considerações sobre as características do capitalismo contemporâneo e das peculiaridades da realidade brasileira. Situando os impactos da fase de acumulação flexível do capitalismo, regido pela lógica do neoliberalismo e a financeirização da economia, para a reestruturação das classes sociais, ela, a partir dos dados das pesquisas por extrato de renda, que inclui ocupações, propriedade de bens e escolaridade, vai identificar aumento e diminuição dos números de integrantes das classes sociais, estabelecendo, em consequência disto, relações entre produção capitalista em geral e mudanças sociais ocorridas. Destaca, da observação dessas relações, três aspectos fundamentais para melhor compreensão da reconfiguração de classes: desaparecimento da produção industrial sob a forma fordista e sua substituição pela fragmentação e dispersão da produção; surgimento da tecnociência e a mudança no modo de inserção social de cientistas e técnicos; passagem das antigas profissões liberais autônomas à condição assalariada.

Constatando essas mudanças gerais no padrão do capitalismo e seus impactos nas relações sociais, Chauí propõe algumas chaves de leitura que podem ajudar na discussão sobre a nova classe trabalhadora no Brasil. Ela sistematiza essa contribuição a reflexão sobre as classes no Brasil em quatro tópicos. Num primeiro constata que, analisando os números referentes aos programas de transferência de renda e garantia de direitos, tem-se fortes indicações de que o que cresceu no Brasil foi a classe trabalhadora, que na sua composição é heterogênea e não se limita aos tradicionais operários industriais e agrícolas.

No segundo tópico apresenta o argumento de que o critério dos serviços como definidor da classe média, não é mais o mesmo na atual forma de funcionamento do capitalismo. Uma razão para isto, é a desativação do modelo de produção industrial fordista, nele os serviços não eram terceirizados e estavam integrados a sua planta, hoje ainda que terceirizados, continuam vinculados à produção industrial, como um dos seus ramos, e, apesar de toda a dispersão espacial que essa mudança provocou e com a criação de empresas autônomas, seus trabalhadores continuaram vinculados à produção. Nas atividades de serviço, nesse novo contexto, é exigida escolaridade dos novos trabalhadores, devido às novas tecnologias incorporadas aos serviços, donde se conclui que o critério da escolaridade, do domínio de certas habilidades e competências não os tornam integrantes da classe média.

Outra razão para isso é que a ciência e as técnicas ou tecnociência passaram a ser incorporadas às forças produtivas, da mesma forma que os serviços que lhe dão suporte estão

diretamente articulados à acumulação e reprodução do capital. Nas formas anteriores do capitalismo, as ciências, ainda que em parte financiadas pelo capital, eram pesquisas autônomas, sendo seus resultados, enquanto tecnologia, apropriados pelo capital na produção econômica. Cientistas e especialistas técnicos, nessa relação indireta com o capital, situavam-se na classe média. Hoje, ciências e as técnicas são parte das forças produtivas, com isso, cientistas e técnicos especializados deslocam-se da sua posição anterior de classe média para integrar à classe trabalhadora produtora de bens e serviços, vinculado que estão ao capital pela incorporação desta tecnociência às forças produtivas. Aqui também, renda, propriedades e escolaridade não conferem uma distinção entre quem da classe trabalhadora e quem é da classe média.

Em um terceiro tópico aborda os critérios de enquadramento da profissão liberal, sinalizando que esse também é problemático hoje para balizar quem entra na classe média, isso porque, a nova conformação do capital provocou uma extensa ampliação de empresas de saúde, advocacia, educação, comunicação, alimentação, entre outras, de tal forma que seus membros se dividem agora entre proprietários privados e assalariados, estes últimos situam-se assim na classe trabalhadora.

Enfim, um último tópico observado centra-se na figura da pequena propriedade familiar, que passa a não ser mais um critério para definir a classe média. A economia neoliberal ao desmontar o modelo, gerou uma dependência tal das atividades econômicas ao capital transnacional, que transformou antigos pequenos agricultores ou pequenos empresários em força produtiva que, ao lado dos prestadores de serviços individuais, passam a serem dirigidos e dominados por oligopólios multinacionais, transformando estes numa parte da nova classe trabalhadora mundial.

Fazendo esse desenho complexo e multifacetado da nova classe trabalhadora, Chauí conclui que não restam muitos espaços para situar a classe média, identificando estes nas burocracias estatal e empresarial, serviços públicos, pequena propriedade fundiária, pequeno comércio não vinculados aos oligopólios transnacionais e os profissionais liberais não assalariados – que vem reduzindo-se.

Conclui a tipificação destacando, por um lado, que essa classe média se beneficiou com as políticas econômicas do lulismo, cresceu e aumentou sua renda, mas não no mesmo grau e intensidade que a classe trabalhadora. Por outro, que a nova classe trabalhadora, não é apenas um dos efeitos das políticas sociais e econômicas dos governos petistas, ela é também produção das políticas do neoliberalismo, que geraram a fragmentação, terceirização e “precarização” do

trabalho, ao mesmo tempo que incorporaram à classe trabalhadora segmentos sociais que, nas formas anteriores do capitalismo, teriam pertencido à classe média. E por fim ressalta

Uma classe social não é um *dado* fixo, definido apenas pelas determinações econômicas, mas um sujeito social, político, moral e cultural que age, se constitui, interpreta a si mesma e se transforma por meio da luta de classes. Ela é uma práxis, um fazer histórico. Se é nisso que reside a possibilidade transformadora da classe trabalhadora, é nisso também que reside a possibilidade do ocultamento de seu ser e o risco de sua absorção ideológica pela classe dominante, sendo o primeiro sinal desse risco justamente a difusão de que há uma nova classe média no Brasil. E é exatamente por isso também que a classe média coloca uma questão política de enorme relevância para nós. Estando fora do núcleo econômico definidor do capitalismo, a classe média encontra-se também fora do núcleo do poder político: ela não detém o poder do Estado (que pertence à classe dominante), nem o poder social da classe trabalhadora organizada. Isso a coloca numa posição que a define não somente por sua posição econômico-política, mas também, e, sobretudo, por seu lugar ideológico, e este tende a ser contraditório (CHAUI, 2013, p. 98).

Pochmann (2013; 2014) analisa as transformações em curso na estrutura social brasileira, na primeira década desse século, para enfrentar o mito da ascensão de uma nova classe média. Para ele as definições de classe média tem tido uma finalidade de manipulação da consciência da população em benefício das forças de mercado, que fomentam com isso consumismo, negando a estrutura de classe em que no capitalismo molda a sociedade. Em seus trabalhos observa a mobilidade social que está ocorrendo na base da pirâmide social brasileira com a retomada do crescimento econômico, formalização do emprego, diminuição da pobreza e redução da desigualdade social. Seu principal argumento para lidar com a polêmica sobre uma nova classe média é de que não há, empiricamente, uma mudança no Brasil que possa levar a enxergar uma sociedade de classe média no país.

Para fundamentar este argumento apresenta dados sobre as ocupações criadas entre 1985-2010. Os dados mais gerais indicam que estas concentram-se na faixa de até 1,5 salário mínimo, esses são mais de 90% dos ocupados, e mais, estas ocupações são de baixa qualificação. Ou seja, parte significativa dos trabalhadores é submetida à instabilidade profissional e precárias condições de trabalho. Ele chega a esses dados fazendo algumas inferências sobre informações das situações ocupacionais: o perfil dos empregos gerados na economia brasileira concentram-se em atividades de serviços e do comércio; o emprego doméstico no trabalho nas unidades familiares, tem um peso significativo; mais de 20% do total dos ocupados, estão em atividades primárias e autônomas; a nova realidade de precarização e terceirização do trabalho avança enormemente; a contratação temporária é fortemente presente nas estatísticas, o que denota instabilidade e insegurança (Pochmann, 2013). As ocupações

descritas estão na base da pirâmide social, em parte isso significa a incorporação significativas dessas pessoas à classe trabalhadora, não sendo possível identificá-las como expressão de parte de uma nova classe média.

Pochmann (2014) refuta teoricamente a tese de que a classe trabalhadora está sendo substituída por uma crescente classe média. Para ele o capitalismo contemporâneo gerou uma sociedade de baixos custos, conseguindo isso, em grande medida, com a desregulamentação da economia, a redefinição do papel do Estado, deslocamento da produção de bens e serviços para a Ásia, com baixos salários, além de inovações tecnológicas, que contribuíram para viabilizar as cadeias globais de produção e a financeirização da economia. Isso impulsionou a atividade econômica de corporações econômicas, potencializando vantagens comparativas baseadas na flexibilização do trabalho e na redução da proteção social.

Nesse sentido, é curioso notar que as manifestações sociais na Europa, nos últimos anos, apresentam demandas materiais de bem-estar, dentro de um processo que está gerando uma situação multipolar de ocupações, em que uma parte importante da população se encontra em condição de “precariado” (Standing, 2013), o que expressa uma heterogeneidade e segmentação maior da classe trabalhadora. Ou seja, as mudanças no capitalismo contemporâneo fizeram que a sociedade de baixos custos (*low cost*) ganhasse expressão global, permitindo uma ampliação do acesso ao consumo de uma parte da população – sem que “fosse necessária uma alteração sensível na repartição da renda ou na estrutura de classes sociais” – e favorecendo a “ideologia da ascensão social do capitalismo globalizado” (Pochmann, 2014, p.84-5). Nessa configuração societal, em vez de identificar uma crescente “medianização” da sociedade capitalista contemporânea, constata-se uma recomposição da classe trabalhadora, que se torna mais heterogênea e segmentada, portanto, com maior dificuldade de construção de identidades para a ação coletiva (KREIN, 2014, p. 275).

Jessé Souza (2012), em sua análise sobre os batalhadores, uma nova classe trabalhadora, demonstra que as vantagens estratégicas da classe média tradicional não se materializam apenas pela renda maior, mas pelo capital social e cultural que detém e que os trabalhadores “batalhadores” da Classe C não têm, e menos ainda os da chamada por ele de “ralé”, classe mais empobrecidas da sociedade. Embora com maior renda e poder de consumo, ainda seria deficitária em termos de reconhecimento e signos de status, além da menor renda e da situação de maior precariedade, em relação à velha (e delgada) camada média brasileira. Deve ser considerada como um novo tipo de proletariado, um sujeito social correspondente à expansão e aprofundamento do capitalismo no país, que modula o seu tecido social de maneira a criar ainda novas hierarquias.

Os “batalhadores” comporiam o mercado interno de trabalho e consumo, durante o período lulista, existindo numa condição precária, de incerteza e sob a pressão da auto empregabilidade. Eles carecem de relações sociais que ajudem no mundo social e profissional, de tempo para estudar, de competências sociais como disciplina e autocontrole, indispensáveis para ser bem-sucedido no capitalismo moderno, e até de uma auto percepção como “dignos” e, portanto, portadores de direitos. São trabalhadores carregados de um pesado fardo de cobranças, expectativas, angústias e dores que podem construir para si um futuro profissional e empreendedor, em que se descortina a possibilidade de um sucesso, também se veem carregados de uma dívida subjetiva atrelada à situação de maior mobilidade social. Os batalhadores têm obtido algum sucesso, reconhecendo que esta classe continua sendo sistematicamente explorada, profundamente dominada e socialmente humilhada. Para Souza, o novo capitalismo precisa da superexploração, apenas em países com grande parcela de excluídos isso é possível (SOUZA, 2013).

Cava (2014) analisa que a categoria batalhadores traz elementos relevantes para a compreensão das subjetividades, que compõem socialmente o fenômeno lulista, mas não é capaz de apreender a composição política, e não enxerga os processos de organização de autonomia e resistência, por dentro do próprio lulismo. Essa crítica de Cava é inspirada nas ideias de Cocco, em *Devir Brasil*. Nesta obra ele situa o momento vivido pelo país, seu desenvolvimento econômico e nova estrutura de profissões e classe, acesso a informação, conhecimento e tecnologia de comunicação. Esta realidade conforma uma nova classe trabalhadora com potência política, assumida por indivíduos, que se reconhecem como uma multidão. Esta mudança no contexto nacional se articula no âmbito da esfera global, gerando uma sociabilidade política revolucionária, movida por uma ação biopolítica que mina a força do Império, o domínio do capital sobre as estruturas de Estado na sua forma de capitalismo cognitivo.

Cocco, no ciclo de debates da Fundação Perseu Abramo sobre classes sociais, analisa a desregulamentação dos direitos no mundo todo como um resultado da nova dinâmica produtiva pós-industrial. Esse processo, para ele, se justifica:

[...] não porque o capitalismo não possua mais indústrias, mas sim porque o trabalho se transformou, não cabe mais dentro de uma fábrica, se tornou imaterial. Por exemplo, somente 4% do valor de um perfume é material. O resto é simbólico. A questão é que os direitos foram formatados na época do capitalismo industrial, vinculados ao mundo do trabalho (MEDEIROS, 2013, p.14).

É preciso ampliar esse horizonte para atingir a nova classe trabalhadora, que está majoritariamente no setor dos serviços, na nova composição do trabalho metropolitano, com os camelôs, favelados, os migrantes, os trabalhadores precários do telemarketing.

A partir de *Devir Brasil*, Cava (2014) aponta uma ambivalência e um paradoxo no núcleo do lulismo. A ambivalência consiste num duplo rendimento do governo Lula. Se, por um lado, o pacto conservador condicionou uma política de alianças que conservou o contrato social classista (e racista), muito pouco ou em nada ameaçado em pontos vitais, como a política para as comunicações, o regime de tributação, a questão agrária ou os vários oligopólios empresariais em setores-chave. Por outro lado, a massificação das políticas sociais abriu uma brecha constituinte, além do mero reformismo, para afirmar uma nova classe trabalhadora e autonomia produtiva, para além do planejado. Por essa brecha passaram forças produtivas sob pressão, capazes de desenvolver novos mecanismos e requalificações, que dotaram a composição social de novas capacidades. Dentro do “lulismo de estado” habitava um “lulismo selvagem”, que contrapõe ao estado neocolonial brasileiro a radicalização da democracia, uma democratização “desde baixo”, a partir das minorias e seus devires”.

O paradoxo está em que exatamente o poder constituinte operante por dentro do lulismo não só é ignorado nas formulações dos ideólogos do governo, como é visto como um efeito indesejado e perigoso. Com Dilma, a partir de 2011, enquanto a composição social lulista crescia e se multiplicava de qualidades produtivas e políticas, o governo se fixava cada vez num modelo em via de obsolescência: um nacional-desenvolvimentismo baseado nos dogmas da industrialização, modernização, emprego formal e gestão econômica do crescimento. O resultado do fechamento das brechas foi a percepção, cada vez mais patente, de que o governo e o PT se resumiam somente ao pacto conservador e sua política de alianças. Tornava-se, assim, o partido da ordem, daí o esgotamento do lulismo.

A análise da hegemonia lulista, a partir da ótica da questão operária sindical e do precariado trazida por Braga, vai polemizar com Singer com relação ao lugar que o subproletariado ocupa na estrutura de classe e na política, considerando o argumento desse último da conformação de um novo alinhamento eleitoral apoiado no subproletariado, que se tornou a base do *lulismo*. O debate que se estabelece entre eles, portanto, insere-se na reflexão sobre certa mobilidade social gerada pelo lulismo, e os significados disso para a ação política da esquerda, sua (não) hegemonia e condições de incidência na cena política para promoção de transformações sociais mais profundas.

O precariado, definido por Braga, comparado com o subproletariado, contempla a

população que ganha entre um e dois salários mínimos. Grosso modo, o que distingue as duas categorias utilizadas, em termos de delimitação socioeconômica, é que ao precariado não se incluem as pessoas em condições de pauperização e o lupemproletariado, ou seja, aqueles que não trabalham, que vivem da contravenção, fazem biscates ou vivem só do trabalho informal. O precariado delimita-se por reconhecer a população que está inserida no mercado formal de trabalho ou tem o perfil e as condições objetivas de inserção. Nesta categoria não se integram os trabalhadores qualificados ou profissionais que detêm salários acima dos dois salários mínimos – estes compõem uma elite do proletariado, que, via de regra, assumem a direção da burocracia sindical e/ou inserem-se na classe média tradicional. O subproletariado incorpora os que têm perfil e condições de inserção no mercado formal de trabalho, não integra os muitos pobres e o lupemproletariado. Assim Braga (2013b) delimita as fronteiras entre as duas categorias (Anexo III).

Singer, quando constrói a noção de lulismo, se contrapõe a ideia de que estava aparecendo uma nova classe média, para ele ao invés disso surge um novo proletariado, que viria migrando do subproletariado, adquirindo ocupação com carteira assinada, o que lhe daria uma “cidadania trabalhista” que o proletariado propriamente dito tem desde os anos 1940. Para identificar o subproletariado, na atual estrutura de classe do país, ele parte de metodologia aplicada por Paul Singer em pesquisa sobre ocupações e remuneração, realizada em 1976. Nesta, o subproletariado, era composto dos que oferecem sua força de trabalho no mercado sem encontrar quem a contrate por um preço que garanta sua reprodução com condições mínimas de vida, representando a época 50% da População Economicamente Ativa (PEA). Incluía todos os que tinham renda per capita de até um salário mínimo e a metade dos assalariados não-agrícolas que tinham renda per capita entre um e dois salários mínimos.

Aplicando essa metodologia, em 2012, encontrou-se 24 milhões de trabalhadores, 26% dos 93,5 milhões que compõem a PEA, que recebiam até um salário mínimo. Acrescidos de metade de todos os que recebem entre um e dois salários mínimos, que compõe 24%, os subproletários chegavam a ser 38% da força de trabalho. Em 2013 três fatores indicavam a permanência do volume de subproletários:

[...] em 2013, cerca de 25% da população precisava de maneira imperiosa do Bolsa Família; em 2012, 38% da PEA tinha renda compatível com a condição subproletária, usando critério aproximado ao dos anos 1970; em 2009, ao menos 20% trabalhavam sem carteira assinada, acompanhados de 21% de trabalhadores por conta própria e 8% de trabalhadores domésticos, boa parte dos quais deve ser incorporado ao universo dos que carecem de cidadania trabalhista. Assim, o subproletariado, como fração específica dentro do

proletariado, parece ainda pesar na formação social brasileira (SINGER, 2013b, p. 25).

Esse segmento de trabalhadores que não adquiriram a condição proletária, nos termos indicados antes, são expressivos na formação social brasileira criando um paradoxo que faz o proletariado, propriamente dito, ocupar uma posição intermediária no país, podendo confundir quem analisa a estrutura de classe, tomando-a como a classe média. O proletariado é uma fração de classe *intermediária*, porque sob ela há outra camada, mas isso não a faz ser classe média. Importa ainda aqui chamar atenção ao fato de que o proletariado pode cair no subproletariado em situações de desemprego, assim como pode sair dele quando o emprego aumenta. Chamando atenção a isso, Singer levanta uma questão política acerca do novo proletariado, que é predominantemente composto por jovens e jovens adultos entrando no mercado de trabalho nos últimos anos, com essa característica é um grupo em transição que está chegando à condição proletária. Portanto ele tanto pode se integrar com o setor organizado da classe trabalhadora, que têm uma trajetória de luta no país, quanto desviar-se dele, partindo para formas próprias de comportamento político.

O que nos leva a recuperar análise dele sobre junho de 2013, remetendo a relação composição de classe dos protestos e ação política coletiva, e suas implicações quanto a relação consciência política, classe, organização dos trabalhadores e direção da ação política e transformação social. De alguma forma isto remete a indagações acerca dos alcances e limites do lulismo e do petismo. A partir da equação de que os protestos tiveram significativa participação do novo proletariado, mesmo que predominantemente tenham sido de classe média tradicional, vem a afirmação dele, que interessa aqui, “a presença do novo proletariado nas demonstrações confirma a hipótese de que politização tende a acompanhar a ascensão social” (SINGER, 2013b, p.22-23). Admitindo, no entanto, que é um erro imaginar, que a politização do novo proletariado se dará necessariamente à esquerda.

Como estamos em face de um movimento sindical que também sofreu transformações, já não sendo o da década democrática (1978-88), cabe perguntar se haverá verdadeiro interesse em dar guarida a potencial revolta do novo proletariado. De outra parte, no passado o PT generalizaria a experiência dessa geração na forma de um programa político de enfrentamento do capital. Porém, tal não é a perspectiva do lulismo. Por isso, a possível experiência espontânea de politização do novo proletariado talvez não encontre correspondência no plano da luta sindical e partidária, levando a outro tipo de engajamento (SINGER, 2013b, p.28).

Na verdade, Singer está fazendo uma indagação mais geral quanto a capacidade do movimento sindical e do PT, como parte da esquerda, de fazer uma leitura do acontecido em 2013, que os impulse a promover inovações nas estratégias de ação política. Ele está provocando a esquerda a debater qual deveria ser a postura dos sindicatos e partidos em relação a esse novo proletariado.

É interessante registrar, em meio a reflexão sobre o lulismo e as classes sociais, a síntese apresentada no caderno de debate da FPA sobre classes sociais, o que resultou como referências que podem auxiliar ao debate político da militância do PT, em especial.

A nova classe trabalhadora está situada “na base da pirâmide do trabalho” (Pochmann); apresenta “uma composição social complexa e heterogênea, que vai muito além do operariado industrial clássico” (Chauí); é composta por “jovens trabalhadores com baixa qualificação, mas com alguma qualificação que garante emprego formal e com isso direitos e renda” (Singer); são trabalhadores “sem passado sindical, ‘empreendedores’ com seus próprios pequenos negócios familiares, habitantes das periferias que não se mudam de bairro quando ascendem socialmente” (Souza); são, enfim, “os pobres que estimulados pelas políticas sociais e pela distribuição de renda estão produzindo suas demandas, suas lutas” (Cocco) – (MEDEIROS, 2013, p. 15-16).

A relação classes e protestos, vai compor grande parte das interpretações, ao discutir a composição e a ideologia dos participantes. Algumas análises encaminharam-se para identificar os eventos como sendo uma ação da classe média – como já indicado e questionado quando construí o perfil dos manifestantes. Mas ao falarem de classe média, de que classe social estão falando, considerando o espectro de análise acessado aqui, a classe média tradicional, a nova classe média ou a nova classe trabalhadora?

A nova classe trabalhadora e a classe média tradicional parecem ter tido diferentes motivos para ir às ruas. A primeira foi à rua tendo em vista manter sua mobilidade social enquanto segmento de trabalhadores com emprego, independente da classificação dada a essa condição de ascensão social e/ou qualificação profissional, nova classe trabalhadora, batalhadores ou precariado, que dependerá da perspectiva teórica política do intelectual público que analisa. Em geral, estas pessoas queriam, ao que parece, sustentabilidade e oportunidades de melhores postos como profissionais, serviços públicos que ajudem a elevar sua renda, não tendo que pagar escola, plano de saúde, transporte. A classe média tradicional reagiu com preconceito contra o acesso dessa nova classe trabalhadora às mesmas universidades oportunizadas pela política de vagas, cotas e bolsas do governo, pela possibilidade de aquisição de moto ou carro, frequentar o aeroporto e circular no mesmo shopping.

A discussão sobre as classes sociais no lulismo, incide fortemente na análise do petismo na interface com o lulismo e a crise da esquerda, que precedeu junho de 2013. Para abordar esse aspecto, retomo análise de Braga sobre o contexto político em que se move o precariado. Para ele a dialética do *lulismo* consiste em combinar “o consentimento passivo das massas com o consentimento ativo das direções sindicais” (Braga, 2012, p. 37). Com isso enfatiza que o governo Lula conseguiu incorporar parte das reivindicações dos “de baixo” com a bem orquestrada reação ao subversivismo esporádico das massas, representado pelo transformismo de grupos radicais. Isto foi conseguido desde a distribuição de cargos no aparato de Estado até a reforma sindical que robusteceu os cofres das centrais sindicais, passando pelos muitos assentos nos conselhos gestores dos fundos de pensão, pelas altas posições em empresas estatais, pelo repasse de verbas federais para financiamento de projetos cooperativos, pela recomposição da máquina estatal, fatos que indicam que o lugar da hegemonia resultante dessa revolução passiva é o Estado.

O fato é que o subversivismo inorgânico transformou-se em consentimento ativo para muitos militantes sociais, que passaram a investir esforços desmedidos na conservação das posições adquiridas no aparato estatal (BRAGA, 2010, p 13).

Ricci (2010) centra parte significativa da discussão que faz do *lulismo* na crítica à organização e burocracia partidária do PT, em especial, às mudanças ocorridas no padrão de comportamento dos seus dirigentes na sua relação com a sua base social, mas também quanto a dominância de segmentos sindicais na liderança política do partido, incidindo no controle da direção política e definição de estratégias à revelia de qualquer interlocução com os movimentos sociais que o construíram. Debate ainda as condicionantes políticas culturais dos movimentos sociais e suas organizações, diante da limitada capacidade que demonstram de interferirem nos processos decisórios no partido. Analisando esse último aspecto, o atribui a certa herança do idealismo, basismo e anti-institucionalismo do segmento de cristão de esquerda da militância petista, que torna esses quadros muito vulneráveis a processos de manipulação e cooptação em sua participação no interior do partido ou nos governos petistas.

Para ele, o *lulismo* nasce do petismo, a partir de uma crescente erosão constatada no interior do campo democrático e popular dos movimentos sociais. Lula é tido por Ricci como um personagem do *lulismo*, para ele o *lulismo* é filho do PT. O marco do surgimento do *lulismo* coincide com o aprofundamento do processo de burocratização do PT a partir da campanha para as eleições presidenciais de 1994. Esse processo de burocratização é gestado a partir da soma e interação de três componentes políticos culturais da esquerda que se fizeram fortemente

presentes na constituição e história do partido: o pragmatismo sindical, o vanguardismo e burocratismo de esquerda e o viés técnico gerencial vinculado a ideia de governabilidade pela conquista do mercado. Este processo, somado ao estilo carismático de Lula e a criação de mecanismos de comunicação direta com a população, em especial quando Lula assume a presidência, consolidam o *lulismo*.

O *lulismo*, segundo Ricci, estrutura-se por um determinado estilo de gerenciamento do Estado, de entendimento que a governabilidade é conseguida através de um certo gerenciamento do político em negociação com o mercado, o que irá conformar, como diz Vianna (2011)⁴², um Estado de Compromisso, voltado para compor interesses antagônicos sem enfrentamento dos conflitos e contradições econômicas e políticas aí presentes.

Ao jeito de governar peculiar de um Estado centralizado e heteróclito somaram-se as políticas de distribuição e transferência de renda e mais um conjunto de políticas sociais de cunho compensatório – representadas pelos aumentos reais do salário mínimo, do programa Bolsa Família, o crédito consignado, os benefícios continuados da assistência social –, que levou o *lulismo* a produzir deslocamentos de segmentos sociais para extratos de renda superior, que será responsável por um sentimento de crescimento da autoestima e da segurança dos extratos sociais beneficiados por essas políticas, seus benefícios e possibilidade de consumo. Assim, o *lulismo* induziu um processo de reconfiguração da classe trabalhadora, via a inclusão pelo consumo, com a criação de um mercado de massa e ascensão de uma nova classe média.

Esta forma de governo, uma espécie de neopopulismo para ele, tende a absorver lideranças dos movimentos sociais na gestão do Estado, o que é facilitado devido à crise dos movimentos sociais que se estendia desde os anos 1990. A essa forma de governo, soma-se uma certa cultura estatista típica da esquerda no Brasil, o que termina por influenciar para uma perda da efetividade senão esvaziamento da participação política autônoma da sociedade civil, em especial dos movimentos sociais, que são absorvidos pela máquina pública, pela liderança e

⁴² As características de pacto conservador indicadas por Singer no *lulismo*, são concebidas de forma distinta por Vianna (2008; 2010) e Sallum (2008), que veem nesse pacto traços de um retrocesso na conformação política do Estado de Compromisso em substituição ao Estado de Regulação, seja quanto a integração de setores da oligarquia agrária na gestão do governo e sua implicação na direção da não realização da reforma agrária e, portanto, na permanência dessa dívida da modernidade brasileira para com a sua população de pobres do campo, seja quanto à incrustação da cultura clientelista no exercício do poder que a presença desse segmento implica. Paralelo a isso tem-se a integração de quadros dos movimentos sociais – MST e sindical – na administração do governo, o que gera uma estatização da sociedade, implicando na incorporação na gestão pública de interesses corporativos sejam vinculados ao empresariado ou aos movimentos sociais. Tais traços reintroduzem no quadro institucional do governo federal, na opinião dele, características regressivas em relação ao padrão adotado anteriormente por FHC, ao compatibilizar representação de interesses, ação partidária parlamentar e gestão administrativa por quadros técnicos e não quadros partidários ou de grupos sociais de pressão e corporativos. Esta afirmação remete a comparações com o populismo Varguista, guardada as peculiaridades históricas, implicando em um retrocesso por ter-se abandonado o desenho institucional de um Estado Regulador para um Estado de Compromisso.

capacidade de negociação do presidente. A crise dos movimentos, ele analisa como consequência de certa tradição política, ideológica e religiosa presente na trajetória dos movimentos sociais. Entre as quais destaca duas: uma delas, anti-institucionalista e voluntarista, advindas de um certo viés de trabalhos organizativos de base e formação de lideranças promovidos por correntes identificadas com a educação popular, a teologia da libertação e marxismo, identificados com a tradição do nacional desenvolvimentismo populista; outra, marcada pelo seu caráter localista e por ausência de uma elaboração estratégica que fosse capaz de criar e gerir uma tradição que criou uma estrutura de poder inovadora e alternativa, que cresceu dos processos de mobilização e organização popular e democrática ocorridas no anos 1970-1980, que se contrapunha à tradição autoritária e elitista que herdamos da formação social e política brasileira.

Fortes (2005) apresenta uma breve análise da trajetória do PT, que nos parece elucidativa, para situar elementos históricos que correlacionam o petismo e a esquerda, deslocando o eixo do debate do lulismo realizado até aqui. Ele traz problematizações que ampliam e emolduram as análises anteriores, propondo outras possibilidades de leitura da relação movimentos e partido, assim como aponta outras possibilidades para a análise de mudanças na cultura política, que dão abertura para outras interpretações da crise política e do petismo, que dão base para críticas às visões apresentadas anteriormente. A análise faz uma abordagem que distingue as condições de desenvolvimento do PT em relação à esquerda anterior a 1964, representada particularmente pelo PCB.

Ele começa chamando atenção para o fato de que o PT é a primeira organização da esquerda brasileira construída num período em que foi possível a atuação política legal continuada, sendo nisso precedido apenas pela fugaz experiência do PCB entre 1945 e 1947. Também foi o PT o primeiro partido de esquerda cuja constituição partiu de lideranças orgânicas da classe trabalhadora. Os fundadores do partido eram ao mesmo tempo agentes da iniciativa da sua criação e sujeitos do projeto político que dava sentido a sua existência como força transformadora. Quem estava fundando um partido dos trabalhadores, não era uma vanguarda intelectual revolucionária que se via como condutora do destino de uma nova história.

O PT surge a partir de uma nova configuração e posição política da classe trabalhadora do Brasil, representada em especial pelo que veio chamar-se “novo sindicalismo” – como já referido. A maioria das lideranças desse novo sindicalismo, não tinham vínculo com organizações políticas articuladas com a esquerda revolucionária nascidas na resistência à

ditadura ou comunistas, nem tinham vínculos com movimentos ou correntes políticas internacionalistas. Foram operários, trabalhadores com essa origem, aqueles que tiveram peso decisivo na definição do caráter do partido que se propunham a criar.

“Evidentemente reconhecer esse protagonismo não implica menosprezar o papel desempenhado pelas organizações de esquerda que optaram por aderir à proposta do PT, nem pelos grupos ligados à Igreja Católica a ele vinculados desde o início” (FORTES, 2005, p. 196). Mas precisa-se registrar que existe um vínculo originário entre o PT e a classe trabalhadora brasileira, que demarca uma singularidade do contexto político na sua construção, o “que o levou a ser produto e ator do processo de democratização mais profundo e sólido vivido no país” (p. 196). Para ilustrar isso, ele registra o quão relevante foi o papel que esse partido desempenhou na ampliação da presença de trabalhadores e trabalhadoras rurais e urbanos, negros, feministas, líderes comunitários etc. no Legislativo e no Executivo. Esse perfil dos petistas eleitos coroa uma mudança na densidade social e política brasileira que emerge com a ação dos novos movimentos sociais, nos anos 1970 e 1980.

Seguindo com sua análise, Fortes afirma que é possível demonstrar que o PT teve um papel ativo na redefinição da consciência de classe dos trabalhadores brasileiros. A própria consolidação da ideia, explicitamente sustentada pelo partido, de que o trabalhador não era apenas aquele que usava chave de fenda e enxada, mas também o que manipulava a caneta, ideia está respaldada pela importante mobilização sindical de setores como os bancários e professores, indicava importantes mudanças na relação entre trabalhadores manuais e intelectuais, ou classe média assalariada. É a partir do desenvolvimento dessa nova consciência de classe que o PT a partir dos anos 1980, vem contribuir para reduzir “a interdição do acesso ao espaço público pelos subalternos na sociedade brasileira e para quebrar as relações de hierarquia e deferência que caracterizam o padrão autoritário dominante nas nossas relações sociais” (FORTES, 2005, p. 200).

Outro aspecto importante que ele analisa refere-se à construção da identidade do PT em suas origens, e as marcas que estas deixam em sua história e institucionalização. Fruto de diferentes avaliações e experiências das esquerdas quanto ao golpe e a resistência à ditadura, na história do nascimento do PT temos a seguinte equação.

Os comunistas e sua 'áreas próximas' consideravam inviável a construção de uma força política de esquerda com base no discurso classista que marcava o PT em suas origens e apostavam que a iniciativa, marcada além de tudo pelo espontaneísmo, não geraria mais do que uma efêmera frente de grupelhos, jamais um partido no sentido próprio do termo. Já os petistas denunciavam o stalinismo, a ausência de democracia interna, a ortodoxia teórica e a falta de

autonomia na relação com os movimentos sociais que caracterizavam o comunismo. (FORTES, 2005, p. 201).

Essa tensão gerou uma atitude de radicalização no processo de diferenciação em relação a forças históricas anteriores da esquerda brasileira. O PT termina sendo depositário da autocrítica da maioria das organizações dos grupos da esquerda revolucionária, e por outro lado, “da rejeição à 'infiltração' de ativistas no meio operário, o que levava muitos sindicalistas 'autênticos'⁴³ a nutrir aversão pela própria ideia de 'esquerda organizada’” (p. 201). Somado a tudo isso, no discurso petista, marcadamente paulista e operário, a visão da história do país e das suas lutas sociais, muitas vezes passa a sensação de que “o Brasil foi descoberto em São Bernardo do Campo” – berço territorial e político do novo sindicalismo -, o que denota uma rejeição “por experiências passadas cujo principal efeito é alimentar a ignorância em relação a história e a ideia, fundamentalista e prepotente, de que 'detemos a concepção política correta e nosso futuro está assegurado’” (p.201).

Por fim, interessa na análise de Fortes, argumentos que problematizam a ideia predominante sobre a crise do PT, de que houve um distanciamento entre estrutura partidária e base social, que o projeto originário do PT teria sido desviado em função de uma prioridade pela ação institucional em detrimento dos movimentos sociais. Em sua leitura, num primeiro argumento, ressalta que os fatores determinantes na ascensão ou no declínio de movimentos se localizam num plano muito mais profundo da estrutura social do que o reservado à ação partidária. Ele entende que o determinante foi a reconfiguração da classe trabalhadora brasileira em meados dos anos 1970, que aglutinou a esquerda em torno do reconhecimento da novidade que significava o fenômeno dos novos movimentos sociais, que optaram por colocar a sua experiência organizativa e intelectual a serviço daqueles.

Um segundo argumento que levanta, identifica a drenagem de lideranças e quadros tanto para o partido como para as posições que ele passou a ocupar na estrutura do Estado, que teve de fato, um inegável impacto nas organizações e movimentos sociais populares. No entanto, pondera, que isto também possibilitou que algumas demandas vinda dos movimentos fossem atendidas, como também permitiu que canais mais democráticos para sua expressão e negociação fossem criados.

⁴³ Expressão utilizada para denominar as lideranças do novo sindicalismo, que assim os diferenciavam dos pelegos que atuavam em sindicatos que se subordinavam a política da ditadura e tutela do Ministério do Trabalho, como os diferenciavam dos sindicalistas combativos que atuavam nas oposições sindicais para derrubar as direções de sindicatos pelegos. Os autênticos pode-se dizer assim, eram aqueles que tinham feito composição em eleições de sindicatos pelegos participando na chapa junto com os pelegos, que estando no sindicato tinham uma ação combativa e rompia com a tutela do Ministério do Trabalho.

Um último argumento remete ao que ele entende ser um erro, que é subestimar o papel da política eleitoral e prender-se aos postulados do século XIX, que diante da realidade do voto censitário, viam nela apenas uma democracia formal. Para ele deve-se evitar qualquer purismo numa análise sobre a política de massas no Brasil atual. A política continua a expressar uma complexa representação de interesses, que nos processos eleitorais tem seu caráter ideológico mascarados pelo uso de estratégias de mídia. As imagens dos candidatos e suas proposições são apropriadas e reelaboradas com base na distribuição desigual do capital cultural, gerando nos debates públicos a reprodução do senso comum e das relações de poder pré-existentes, em especial em tempos de descenso dos movimentos

Em vez de falar por uma opção pelo institucional em detrimento dos movimentos poderíamos dizer que, de um lado, o partido vem explorando as possibilidades de transformação da cultura política nacional, via jogo eleitoral e, de outro, tornou-se uma das vias de institucionalização de um ciclo histórico de movimentos que [...] se esgotaram há cerca de uma década. O ciclo de lutas de sociais dos anos 1970 e 1980, ao contrário de outros [...], teve a felicidade de contribuir para mudar profundamente a relação da nossa sociedade com a política, gerando o momento mais democrático de nossa história, e, simultaneamente, de criar ou renovar instituições capazes de sobreviver ao esgotamento dos próprios movimentos (ao menos em sua forma original), estabelecendo condições inéditas para que novas lutas venham a gerar um processo de transformações cumulativas. [...] Se bem sucedido, o governo Lula deverá, por meio da retomada do crescimento econômico e da incorporação de amplos segmentos excluídos à cidadania, criar condições históricas para a reconfiguração da classe trabalhadora brasileira e para o desenvolvimento de novos movimentos sociais. Estes movimentos devem portar contradições não apenas com o Estado, mas também com as instituições geradas no momento histórico anterior, como o próprio PT, os sindicatos e as organizações populares construídas nos anos 1970 e 1980 (FORTES, 2005, p. 204-205).

Singer debatendo o lulismo e o petismo, em regate da história do PT, identifica que houve uma passagem no processo de afirmação do projeto partidário que vai de uma concepção inicial de revolução socialista para de revolução democrática (SINGER, 2001). É a partir dessa perspectiva que Singer (2012) lê as opções assumidas pelas políticas adotadas pelo governo Lula, as quais foram anunciadas na Carta ao Povo Brasileiro, divulgada em 2002, como parte da estratégia de campanha eleitoral e expressão da sua concepção de governo petista. Concepção que gerou o lulismo com as contradições já referidas acima, mais que na sua visão, garantiu, em alguma medida, o fortalecimento da democracia com políticas de participação e inclusão social.

Para ilustrar como se compõe essa história, e explicar as tensões ainda presentes no interior do partido, dentre diferentes forças/facções que integram a sua militância, diz que

encontramos no PT duas almas. Uma alma seria identificada pelas formulações presentes e registradas no seu Congresso de Fundação no Colégio de Sion, na qual estão contidas as suas proposições socialistas influenciadas pelos militantes das organizações de esquerda que participaram da resistência à ditadura e luta pela democratização, intelectuais de esquerda, movimentos sociais e comunidades de base das igrejas cristãs. A segunda alma seria a do Encontro realizado no Anhembi, onde é lançada a Carta ao Povo Brasileiro, onde está contida as opções que irão orientar as linhas gerais do governo Lula, onde se afirma que o PT cumprirá os compromissos com todos os contratos do Governo FHC garantindo a estabilidade econômica do país. O que implicava manter a subordinação das ações de governo aos interesses e limitações impostas pelo capital financeiro, não enfrentando a questão dos juros altos, da dívida externa, superávit primário, realização da reforma agrária. Assim como, mantendo um baixo grau de incentivo a reestruturação da indústria nacional e grande incentivo à exportação de *commodities* e ao agronegócio. Conjunto de fatores que atribui à perda de hegemonia cultural da esquerda em fins dos anos 1990, consequência da onda neoliberal, o que teria exigido adequações da postura do partido para ter viabilidade eleitoral, equacionando de forma contraditória muitos de seus compromissos programáticos históricos.

A coexistência das duas almas do PT, apesar de toda burocratização e oligarquização por que passou (RICCI, 2010), sobreviveu às crises vividas pelo partido como desdobramento dos escândalos de corrupção envolvendo seus dirigentes nacionais e membros do governo, fato conhecido como escândalo do mensalão. Isto, por um lado, gerou afastamento de parte da militância ideológica do partido, mas por outro lado, gerou reações internas dos agrupamentos de esquerda do partido no sentido de cobrar fidelidade aos seus compromissos programáticos históricos de cunho socialista. Essa situação leva a que, no III Congresso do PT, em 2007, as declarações e documento final venham carregados de afirmações socialistas, que se fazem visíveis pelo número de vezes que a palavra é utilizada (SECCO, 2011, p. 253). Não que isto venha a ter incidências práticas para a operacionalização de sua estratégia eleitoral em 2010, tendo em vista a renovação e ampliação da coalizão eleitoral e de governo. O partido inicia a campanha sem ter apresentado um programa de governo, em razão das indefinições de posições entre os potenciais aliados. Estes pontos programáticos só vão ser apresentados na campanha no segundo turno.

As visões que apresentei até aqui acerca das análises do governo Lula e petismo, que em grande medida foram polarizadas em torno do conceito de lulismo, são por vezes discordantes, porém, para as necessidades desta pesquisa, se apresentam como

complementares, pelos seus diferentes vieses de abordagem. Elas me ajudam na reflexão sobre os movimentos sociais e o ambiente político que passou a mediar as relações sociedade e governo nos períodos de governos petistas, quando da eclosão dos protestos de 2013 e os que a ele se seguiram.

Se na análise acima já constatei a crise do lulismo, após o ciclo de protestos, com a crise política instalada e com o *impachament* da presidente Dilma Rousseff em 2016, torna ainda mais complexa esta reflexão, o que exigiria uma atualização dessa análise incorporando novas variáveis empíricas, mas que não é necessário dado os marcos temporais desta pesquisa.

O debate sobre o lulismo coloca em questão também as análises sobre o Partido dos Trabalhadores, porém a crise do petismo está situada para além do fim do lulismo. Para discutir esta ideia é preciso considerar o lugar histórico que o PT tem na trajetória das esquerdas, do campo democrático e popular, e na construção de uma nova institucionalidade democrática no país, guardado os limites que a experiência de governos petistas nas esferas municipais, estaduais e federal têm representado.

A experiência do PT no governo federal não conseguiu dar seguimento a experiências de democracia participativa iniciadas nos municípios e Estados em que esteve na administração. Por exemplo, em avaliação conduzida pela pesquisadora inglesa Wainwright (2006) sobre a crise do Governo e do PT em 2005, a qual centra sua análise na questão da participação, ela nos traz um exemplo que é revelador para compreender a natureza do conflito que se instala na relação do governo com os movimentos. Ela relata um caso que demonstra a superficialidade presente na cultura política das lideranças do PT no Governo quanto à democracia participativa: um pesquisador sobre orçamentos participativos em governos municipais e estaduais petista interpela gestores do governo federal sobre a necessidade de estender a experiência de democracia participativa para o âmbito da gestão em nível nacional, e “ouviu como resposta que já havia a democracia participativa: um operário estava no gabinete presidencial” (WAINWRIGHT, 2006, p. 15).

3.3. Crise e participação política: estrutura de oportunidade e democracia confrontada

Nos protestos de junho de 2013, que se expandiram por todo o território nacional, como visto, vieram à tona fortes reivindicações pela melhoria de moradia, dos serviços públicos de transporte, educação e saúde. Estas demandas, dessa vez, não foram vocalizadas só, nem predominantemente, pelos movimentos que historicamente iam à rua em defesa dessas

bandeiras. A eclosão deste ciclo de protesto revelou uma crise do sistema político como um todo, o que inclui certo esgotamento da arquitetura de participação social existente, e também uma crise das organizações políticas e movimentos sociais tradicionais.

A época, era possível falar de um arrefecimento das iniciativas de mobilização e pressão social por políticas públicas? Ou que a priorização deste tipo de interação tenha revelado certa perda de autonomia dos movimentos sociais na sua relação com o Estado? Deve se situar essas questões no contexto da crise do lulismo e do petismo. O possível arrefecimento se deve à incorporação de militantes dos movimentos em cargos das administrações públicas? Ainda associado a isso, pode-se pensar que, em alguma medida, a forma ou a qualidade de funcionamento dos espaços de gestão participativa, os Conselhos de Políticas Públicas, tenham gerado seu desgaste enquanto um canal de mediação do governo com os movimentos sociais no sentido da ampliação e aprofundamento da democracia?

A luta por transporte pautada pelo MPL, centrada na redução do aumento de vinte centavos na tarifa dos ônibus da cidade de São Paulo, desencadeou a ocupação das ruas no primeiro momento em 2013, conquistando gradativamente apoio da população, seja pelo apelo concreto da redução da passagem para estudantes e trabalhadores, seja pela divulgação em tempo real nas mídias alternativas da violenta repressão que os primeiros protestos sofreram. O conjunto da sociedade, os partidos políticos e a mídia, em determinado momento da explosão massiva dos protestos, em seu pico de ocupação das ruas, foram tomados de perplexidades pelas ações de movimentos de ação direta, que, diante da violência policial, reagiam adotando uma tática de defesa com contra violência no enfrentamento à polícia, assim como atacavam e destruíam bancos e agências de venda de automóveis, fazendo barricadas com lixeiras incendiadas, ateando fogo em carros de reportagem de grandes redes da mídia televisiva e hostilizaram, especialmente, repórteres da Rede Globo⁴⁴.

Entre os manifestantes estiveram, desde o seu primeiro momento, os agentes da P2⁴⁵, e suspeita-se também da participação do crime organizado, assim como, episodicamente, pessoas que se aproveitaram para fazer pequenos furtos em lojas. Em reação a esses fatos e por razões políticas, a mídia, participando dessa disputa, reage às cenas de enfrentamento dos manifestantes com a polícia classificando a multidão em vândalos e pacíficos, não conseguindo, ou só muito raramente, abordar o fenômeno em sua complexidade e nuances. Isso favorece uma onda de oposição ao governo capitalizada por forças anti PT e anti governo Dilma.

⁴⁴ Os parágrafos que descrevem junho de 2013 reúnem informações dos vídeos documentários (Apêndice I, item 1).

⁴⁵ Agentes da polícia secreta da PM – Polícia Militar.

Os protestos continuaram na rua, em diferentes cidades, mobilizando-se em torno de iniciativas ligadas à contestação dos gastos da Copa em equipamentos e infraestrutura para sua realização, e dos despejos de famílias que moravam em comunidades desalojadas pelas obras. Assim como continuaram ocorrendo em torno de demandas pela qualidade dos serviços públicos ou contra a corrupção. Com a continuidade das manifestações, mantida as características vistas, cresce o debate público sobre violência, contrapondo elementos acerca da brutalidade da repressão. Chamou atenção, particularmente, o uso intenso pela polícia de um arsenal de armas não letais, mas extremamente danosas à saúde e causadoras de escoriações graves, não muito conhecidas por grande parte da população, a exemplo de balas de borracha, spray de pimenta, bombas de efeito moral e de gás lacrimogênio. Tal fato recolocou a questão da desmilitarização da polícia, a questão da criminalização dos manifestantes, em especial aqueles que atuaram com a tática Black Blocs, chamados de mascarados. Essa questão e seu debate ganhou mais força, quando a polícia avançou nas rebarbas da repressão iniciada no centro das cidades para as periferias e morros, usando, como de costume, bala letal de chumbo, contra seus moradores, sendo a ação mais emblemática e contestada, o desaparecimento e morte de Amarildo, no Rio de Janeiro.

Outra dimensão que permearam a dinâmica de realização dos protestos, ganhando espaço na grande mídia, e que representaram também uma novidade quanto aos repertórios de ação e confronto nesse evento, foi a utilização da internet e das redes sociais, que possibilitaram o mídia ativismo, que teve no coletivo Mídia Ninja o maior representante dessa prática, o que, em grande parte, teria possibilitado a adesão massiva aos protestos de rua.

Estavam nas ruas ativistas e coletivos juvenis representando uma nova geração de movimentos sociais que não tinham visibilidade pública, acionando novos repertórios de ação e confrontação, que geraram estranhamento aos movimentos sociais e a esquerda que tradicionalmente, nas últimas décadas, era quem ocupava as ruas utilizando-se de outros repertórios e estratégias de luta. Disto vou tratar mais detidamente no próximo capítulo, no entanto, o relato acima, retomando alguns traços que marcaram os protestos, trazem uma dimensão muito importante da contraface da crise política e da participação popular, a qual vou me deter aqui. Digo isso ao observar a incapacidade de interpretação, interação e resposta às demandas advindas dessa dinâmica de confronto, e seus novos repertórios, do governo, do PT e dos outros partidos de esquerda - que até aquele momento integravam a coalização presidencial -, seja dos movimentos sociais tradicionais com quem o governo veio mantendo

maior interlocução nos anos do lulismo, a CUT, o MST e a UNE (FUNDAÇÃO JOÃO MANGABEIRA, 2013).

Estes limites se expressaram muito nitidamente na composição das mesas de debates de um seminário, realizado em 09 de agosto de 2013, no Rio de Janeiro, com o tema “Manifestações de junho, razões e perspectivas”, convocado pelas fundações partidárias (Fundação Perseu Abramo - PT, Fundação João Mangabeira – PSB, Fundação Maurício Grabois – PC do B, Fundação Leonel Brizola – PDT, tendo participada como convidada a Fundação do PMDB de Minas Gerais, Ulisses Guimarães). Foram convidados como representantes dos movimentos sociais, a CUT, o MST e a UNE, e também intelectuais que fizeram análise sobre os protestos. As mesas foram organizadas em torno dos seguintes temas, em diálogo com o tema geral: visões dos partidos e as perspectivas políticas; o olhar dos intelectuais; a ótica dos movimentos, avaliação e novas jornadas.

Interessa chamar atenção para a ausência dos novos movimentos de esquerda que estavam na rua e de intelectuais estudiosos das novas dinâmicas políticas e sociais que emergiram. Encontro descompasso entre as interpretações de intelectuais e partidos, os primeiros mais autocríticos da esquerda, dos limites da participação social no governo da coalizão destes partidos e da interlocução do governo e parlamento com as ruas; e os segundos tendo a interpretação fixada em uma resposta à captura das manifestações pela oposição partidária e as impossibilidades de terem se antecipado às demandas apresentadas. Fica ambígua a presença do PMDB, frente à postura de obstrução, no Congresso Nacional, às propostas do governo Dilma para enfrentamento da crise com a convocação de uma Assembleia Constituinte para a reforma política com participação da sociedade, mesmo entendendo que ela se deve a estratégia de aliança eleitoral contra o PSDB em Minas Gerais.

A força da ideia de governabilidade gera um baixo teor de debate político-ideológico nesta coalizão, considerada às vezes de esquerda e às vezes progressistas pelos debatedores, faz com que os movimentos sociais participantes fiquem reféns deste ambiente político, arrefecendo a força de discursos radicais, a exemplo da fala do presidente da CUT. Chama atenção também a ausência de uma liderança nacional do MST.

As Fundações e os partidos não se abriram à interlocução e a inclusão neste debate dos novos movimentos juvenis que de fato estiveram nas ruas e não pertencem a esta coalizão partidária articulada aos movimentos convidados. Os movimentos autônomos ligados às ações de ruas e ao ciberativismo não são chamados a este diálogo, assim como vários outros movimentos e organizações também não estiveram presentes, a exemplo das ONGs, as

organizações sociais populares das igrejas, movimentos populares tal como o MTST, que teve destaque nesta conjuntura. Isto demonstra a incapacidade dos partidos políticos de responderem positivamente aos protestos, fazendo isso repercutir em favor das demandas populares no governo federal e no Congresso Nacional, ou seja, perderam a oportunidade de romper com a blindagem à participação da sociedade na política institucional, no processo de democratização do país.

A incapacidade de interlocução e a dinâmica de confronto dos protestos teve um forte impacto político negativo para o governo, os políticos, a presidenta, os partidos políticos, assim como para todas as organizações da esquerda tradicional⁴⁶. A crise instalada fez cair substancialmente a aprovação de Dilma. Abaixo apresento alguns dados que ilustram isso.

Pesquisa da Interagentes e da Causa Brasil, que utilizam *soft* que identificam a origem de mensagens circulantes na internet, destacaram palavras chaves que revelam os números de seguidores nas redes sociais, *facebook* ou *twitter* principalmente, quantificando endereços replicados e seleção de mensagens (conteúdos). Esses levantamentos de agências de pesquisas, que lidam com *soft* que capturam essas informações das redes, oportunizaram a realização de análises reveladoras da dinâmica social, que nesse momento imbricavam a internet e as ruas. A partir da observação desses dados foi possível identificar disputas políticas ocorridas também nas ruas, entre coletivos, movimentos sociais, ativistas, políticos e governo, permitindo fazer algumas interpretações do que estava ocorrendo nas mobilizações, em uma velocidade antes não vista no Brasil. Rovai (2013) chama atenção sobre esta possibilidade da tecnologia na pesquisa e produção de dados para o debate sobre os protestos, quanto às influências exercidas por determinadas posições políticas, que cruzavam internet e rua.

A partir dele é possível verificar como as conversas de rede foram mudando de lugar nos últimos dias. Nos primeiros dias havia uma grande dispersão, mas o MPL era um dos nós principais das conversas. Depois o *Anonymous* ganhou protagonismo. E nos últimos monitoramentos alguns grupos de direita ampliaram muito sua participação. Se não houver disputa nas ruas e nas redes, esses grupos podem capturar boa parte dessa luta. Na Era Informacional a fragmentação não está em disputa, ela é um dado de realidade. O que está em disputa é a política, que não está sendo praticada na sua essência nem pelos governos que se dizem com viés de esquerda e nem pelos movimentos tradicionais de esquerda. A política como um espaço de construção de um mundo melhor e de diálogo. A política como espaço de transformação da realidade. E quando falta política, a violência prevalece. E os riscos passam a ser grandes (ROVAI, 2013, s/p.).

⁴⁶ Dentre os grupos da esquerda, alguns não concordam com essa leitura, entendendo que já estavam na oposição, e que poderiam capturar e dirigir a insatisfação popular no sentido de dar uma guinada no país, lendo esse processo como pré-revolucionário, propício a rupturas com o padrão de democracia burguesa do país. Essa foi uma leitura minoritária, mas se fez presente entre as interpretações realizadas por organizações de esquerda revolucionária.

A caracterização de Singer feita mais acima, registrou a diversificação das mensagens que estavam presentes nas ruas e sua modificação entre o primeiro e o segundo momento dos protestos analisados por ele⁴⁷ - as informações produzidas, sobre o que circulava na internet, em grande medida coincidem com aquelas. À frente apresento a dinâmica de enfrentamento de demandas e/ou protestos políticos, por agentes (endereços) e seus conteúdos (mensagens), em quadro 1, síntese dos dados de pesquisa nas redes sociais realizadas durante os Protestos de junho de 2013 elaboradas pela Interagentes⁴⁸ e Causa Brasil⁴⁹, a partir dos grafos apresentados no anexo IV.

Quadro 1 - Síntese dos dados de pesquisa nas redes sociais durante os Protestos de junho de 2013 compartilhados por Avritzer (2016).

Interagentes	
Principais autoridades na internet em 6 de junho de 2013	Maiores autoridades na internet no dia 21 de junho de 2013.
1 - Estadão	1 - <i>Anonymous</i> Brasil
2 - Movimento Passe Livre São Paulo	2 - Movimento Contra a Corrupção
3 - <i>Anonymous</i> Brasil	3 - Última Hora
4 - Mídia Ninja	4 - Isso É Brasil
5 - Carta Capital	5 - A Verdade Nua & Crua
6 - O Globo	6 - A Educação é a Arma para Mudar o Mundo
	7 - Rede Esgoto de Televisão
	8 - Estadão
Causa Brasil	
Descrição dos temas nas redes no Brasil no dia 30 de junho de 2013	Descrição dos temas nas redes no Brasil nos dias 05 e 06 de julho de 2013
1 - Governo Dilma Rousseff	1- Educação
2 - Segurança, Educação, Saúde, Gastos da copa	2 - Saúde, Combate a corrupção, Papel dos partidos, Governo Dilma Rousseff
3 - Democracia, Papel da FIFA e da CBF, Combate à corrupção	3 - Democracia, Reforma Política, Renan Calheiros, Segurança, Infra-estrutura

Fonte: Elaborado pelo autor.

⁴⁷ Sobre a disputa nas ruas, Singer apresentava um quadro de disputas políticas, que expressaram, além da defesa do transporte público de qualidade e do questionamento às forças de segurança, reivindicações sobre a saúde e educação, questões relativas aos gastos públicos com as obras para a copa do mundo de 2014, ao poder de investigação do Ministério Público através da PEC 37 (proposta de emenda constitucional, em tramitação no Congresso Nacional), a retirada do Congresso Nacional do projeto de 'cura gay' (Projeto de lei em tramitação à época, aprovado na comissão de direitos humanos da Câmara de Deputados, presidida pelo pastor Marcos Feliciano, que desautorizava a resolução do Conselho federal de Psicologia que proibia psicólogos de realizarem procedimentos voltados para a suposta cura da homossexualidade), entre outras. Assim como ganhou corpo o debate sobre corrupção dos políticos, o enfrentamento à presença de símbolos de partidos de esquerda durante as passeatas, e o questionamento aberto ao governo federal com objetivo explícito de reduzir os índices de aprovação da presidenta Dilma.

⁴⁸ A InterAgentes é uma empresa de comunicação digital especializada em monitoramento, ações de intervenção e articulação de redes.

⁴⁹ Causabrasil é uma plataforma que ajuda a entender quais são as reivindicações dos protestos em todo o país.

Nas pesquisas identifica-se certa ordem cronológica, partindo das mobilizações de São Paulo do dia 12 até 21 de junho. Na mensuração de acesso aos endereços, os que mais foram vistos e replicados foram, nesta ordem, MPL, grande mídia, Mídia Ninja, *Anonymous*. As mensagens, na mesma ordem, são passe livre, corrupção, saúde, educação, padrão FIFA e reforma política.

Quanto à presença do MPL no *facebook*, entre os dias 12 e 18 de junho em São Paulo, a análise dos grafos da Interagentes, em comentário de Rovai (2013), indicam que nesses dias têm-se um padrão de liderança distribuída, com grande aprovação ao movimento. Não sendo o maior nó de rede, a página Passe Livre São Paulo, ocupava um papel de destaque. No entanto ao decorrer dos protestos o Passe Livre São Paulo vai perdendo sua centralidade no debate até quase dissolver-se. Ao mesmo tempo em que aumenta a quantidade de pessoas envolvidas, outros grupos tendem a se apropriar das conversas sobre as manifestações. E a influenciar na sua agenda. É o caso de diversas páginas que levantam a pauta da corrupção e o antipetismo. Mantendo-se bem situado nos debates das redes, os grupos *Anonymous*. Nessa segunda fase entram na disputa das postagens a grande mídia e páginas de perfil político mais conservador a exemplo da Rede Globo, Estadão, Movimenta de Combate a Corrupção.

A análise das mensagens, a partir do trabalho da Causa Brasil, permite afirmar que, no primeiro momento, nos dias de 5 a 16 de junho, emergem demandas relacionadas à mobilidade urbana, em torno das questões do preço das passagens e qualidade do transporte público, já aparecendo expressões de cunho político geral, discutindo a atitude violenta da polícia, democracia e governo Dilma. A partir da explosão dos protestos com a ocupação massiva das ruas após dia 17 de junho, os eixos de assuntos tratados se deslocam para outros conteúdos, destacando-se a questão da segurança e direitos sociais, a exemplo de educação, saúde e moradia, mantendo-se ainda preço do transporte público e a qualidade, assim como começa a aparecer o eixo do combate a corrupção em conjunto com o governo Dilma.

A partir da terceira semana de junho a mudança na agenda é significativa. Destacam-se a fragmentação dos temas e a pluralização das autoridades, os endereços de onde saíram as mensagens. Têm-se, como sinaliza Avritzer (2016), um novo momento na democratização, com manifestações de fundo conservador vultuosas no país, coisa que não ocorria desde 1964. Olhando para estudos pós junho de 2013 sobre os protestos da direita, essa visão talvez possa ser contestada, mas em termos de visibilidade pública nacional e volume é incontestável. Será construído a partir daí uma agenda oposicionista em relação ao governo Dilma, que vai até sua reeleição e posterior impedimento, ou seja, de certa forma predominou na continuidade dos

protestos, na política institucional, uma onda conservadora. Fato positivo para a agenda da esquerda que se sobressaiu foi o da pluralização midiática, mas que não conseguiu se transformar em um projeto de democratização nos espaços institucionais do governo, seja no executivo, seja no Congresso.

A lição que fica das manifestações, tanto para o sistema político quanto para a opinião pública, pode, talvez, ser resumida da seguinte forma: há uma enorme insatisfação no Brasil ligada a diversas agendas, algumas progressistas e outras conservadoras. As agendas conservadoras são: a infraestrutura urbana vista sob a ótica das vias públicas; o baixo nível dos serviços de saúde e educação, vistos sob a ótica de uma classe média recentemente expulsa dos serviços privados de saúde e educação; e principalmente a corrupção vista sob a ótica de uma agenda despolitizada que nega a relação entre corrupção e organização do sistema político e a atribui ao governo petista. Existe também uma agenda progressista, que tem como centro a mobilidade urbana e a melhoria dos serviços de saúde e educação no setor público, mas que de alguma maneira perdeu o apoio da classe média da região Sudeste desde junho de 2013 (AVRITZER, 2016, p. 81).

Acima me referi à possibilidade aberta por Dilma com a convocação de uma Constituinte para realização da reforma política, derrubada imediatamente pelo pemedebismo, e, aos cinco pactos propostos por ela aos governadores - transporte, educação, saúde, responsabilidade fiscal e combate à corrupção -, que não tiveram grandes desdobramentos concretos. Para além da localização dos problemas e das soluções indicadas, o governo conseguiu implementar o Programa Mais Médicos, articulou um parlamentar do PT, deputado Candido Vacareza, na Câmara, para propor um mini projeto de reforma política – sem dialogar, por exemplo, com a proposta da Plataforma dos Movimentos Sociais por uma Reforma Política Popular e Democrática, nem com a proposta da Comissão Parlamentar da Reforma Política, que vinha dialogando com a Plataforma. Na Câmara dos Deputados aprovaram-se projetos de lei destinando 75% dos *royalties* do petróleo do Pré-Sal para educação e 20% para saúde, outro projeto de lei transformou a corrupção em crime hediondo, e foi tirado da pauta o projeto da cura gay.

O governo Dilma tomou ainda outras iniciativas que devem ser apreciadas para análise da crise e seus desdobramentos no que se refere principalmente à relação dos movimentos sociais com o governo. Em meio à convulsão dos protestos, tendo sido na cidade de São Paulo desencadeadas as mobilizações com a ação do MPL, e sendo aquela cidade governada pelo PT – e ter ocorrido no processo a tomada de decisão e comunicação conjunta do prefeito Haddad com o governador do PSDB, Alckmin, da negativa à redução dos 20 centavos, sendo obrigados à recuarem frente ao crescimento das manifestações - as preocupações do governo federal foram

redobradas, o que levou este movimento a ser convidado pela presidência para discutir a política de transporte do país, sobre a qual Dilma teve dificuldade de dialogar por desconhecimento.

Dilma abriu uma rodada de conversações recebendo outros movimentos juvenis, como o Periferia Ativa, também paulista, a UNE, que tinha incidido pouco nas ruas, e ainda mídia ativistas e o MTST – que ganhou visibilidade pública na primeira fase dos protestos em São Paulo. Esta era uma iniciativa que rompia com a atitude de Dilma ao longo dos seus governos, de não receber os movimentos sociais para negociações. O governo ainda reagiu a tudo isso ampliando os canais de acesso via internet, através do programa em desenvolvimento para promover maior transparência do orçamento público da união. Outra iniciativa foi articular jornalistas e *blogueiros* afinados politicamente com o PT e o governo, para atuarem via o *twitter* e outras redes sociais em defesa da imagem da presidenta, em resposta aos ataques ao governo e às pautas que circulavam nas redes sociais. Dilma cria grupo de trabalho especial para influenciar na agilização e conteúdo da legislação de regulamentação da internet.

No entanto, em geral, a dinâmica de confrontação política dos novos movimentos com o governo não incidiu numa mudança no tipo de interlocução pontual, naquelas que foram abordadas pelos movimentos que estiveram com ela tratando de políticas para juventude, transporte, educação e insuficiências de moradia.

O combate à corrupção é parte integrante da agenda de democratização do país após os anos de 1985. Desde o regime autoritário, é sabido que os principais padrões de corrupção ocorrem via obras de grandes empreiteiras, de onde se desviam recursos públicos que são apropriados privadamente. Com a democratização, tais esquemas se deslocam dos entendimentos entre a burocracia do Estado autoritário e empresas, para uma operação ligada ao financiamento de campanhas políticas. Para Avritzer (2016) os últimos governos no Brasil, justificadamente, de FHC a Lula e Dilma, sofreram acusações ligadas a esse mecanismo. No entanto os governos do PT tomaram duas iniciativas para o combate à corrupção. Uma foi a expansão da Controladoria-Geral da União (CGU), para fiscalização dos entes federados, mas esse mecanismo tornou-se ineficaz frente a desproporção entre um excesso de regras administrativas e pouca punição criminal da corrupção. A outra medida foi a que levou às operações da Polícia Federal (PF), integrando a ela o Ministério Público (MP) e a Receita Federal, para agirem onde havia graves indícios de atividades ilícitas, apreendendo recursos e executando mandados de prisão dos suspeitos. Essa é uma visão que termina por ficar presa a evidência criminal ligada ao flagrante, o que termina por impossibilitar a punição dos crimes de colarinho branco e corrupção.

Independente dessas iniciativas e apesar delas, foram encontrados sérios indícios do envolvimento de políticos ligados ao governo e ao PT em crimes de corrupção. O que compromete profundamente a imagem de um projeto político democrático de esquerda. A opinião pública, frente a isso, passou a identificar o PT como mais um partido envolvido em esquemas de corrupção, independentemente do esforço institucional do governo no seu trabalho anticorrupção.

Esse problema da corrupção atinge principalmente a área de infraestrutura, justamente pela falta de participação social e de controle público. O modelo criado para conter esses mecanismos, não foi capaz de combater a corrupção porque os focos de desvios de recursos, que fazem parte das estruturas históricas do Estado são apropriados pelos grupos políticos que estão no poder, independente dos partidos que ocupem o governo. Isso é demarcado pelo loteamento de longo prazo de ministérios ligados à infraestrutura, como é o caso do Ministério dos Transportes, gerido pelo PMDB e pelo PR, tanto no governo FHC quanto nos governos Lula e Dilma – o que ajuda a entender os esquemas de corrupção na Petrobras pelos governos FHC, Lula e Dilma até 2011. Na verdade, esquemas históricos de corrupção, que fazem parte da gestão do Estado brasileiro desde sempre, são reatualizados e inseridos em novos esquemas de financiamento do sistema político. A questão, no entanto, que passou a se colocar a partir de junho de 2013, ao que parece, é a de um aprofundamento da crise de legitimidade ligada aos custos de não punir devidamente os casos de corrupção.

Tal dinâmica política levou a abrir dois campos de crítica ao governo, lideradas em grande parte pela classe média tradicional. Uma quanto à continuidade da corrupção, o que, em especial, tornou o governo muito vulnerável, ocasionando perda de o apoio ao sistema político e levantou desconfianças quanto aos espaços e mecanismos de participação. Outra crítica dirigiu-se contra a sua legitimidade, que passará a ser contestada. O observado levou a que, a partir do combate à corrupção, crie-se um polo de mobilização oposicionista dos setores conservadores aliados à classe média, que muito contribuiu para desestabilização e crise política. Para Avritzer (2016) a corrupção e a adesão da classe média ao seu combate, vinculando-a ao PT, somaram para o desencadeamento da crise política observada, tanto quanto ao presidencialismo de coalizão, que aqui incorporo a partir do enfoque do pemedebismo, quanto pelos limites da arquitetura de participação que acompanhou o processo de redemocratização.

Para Nobre (2013b), parte do fenômeno da corrupção, sustenta-se apoiada na lógica e forma de operar do pemedebismo, e no caráter despolitizado de sua abordagem predominante

que a discute enquanto uma questão de ética na política, falhando em enfrentá-la a partir da cultura política e de mecanismos institucionais estruturantes para conformação de um Estado republicano.

Historicamente, a única forma de oposição ao pemedebismo que se configurou no país até a eleição de Lula, em 2002, foi aquela que ficou conhecida pela bandeira da Ética na política. Essa maneira de se opor ao pemedebismo foi desde sempre abstrata e, no limite, antipolítica, ainda que tenha tido serventia eleitoral pouco desprezível. Seu caráter antipolítico se revelava, não por último, pelo fato de apelar para uma renovação da prática política que viria da ascensão de determinadas pessoas e/ou partidos ao poder, e não de avanços institucionais concretos. Algo que se repetiu, ainda que já com algum grau de politização, a partir de meados dos anos 2000, no mote então bastante frequente do “republicanismo”, da exigência de um “funcionamento republicano das instituições”. Se a bandeira da Ética na política já carregava o pesado e ilusório ônus da antipolítica na sua origem, levantá-la novamente nos mesmos termos é mera farsa. Depois do episódio do mensalão e do desaparecimento dessa bandeira do debate público, a pergunta não tem de ser como retomá-la, mas como aprender com seus equívocos. O pemedebismo é, por natureza, despolitizador, de maneira que a bandeira antipolítica da Ética na política não fez senão reforçar sua lógica e seu domínio como cultura política de fundo no país, como ficou claro após 2005. Do ponto de vista do debate público, fomentar a produção de alternativas reais de ação e discuti-las politicamente é uma das frentes de combate ao pemedebismo. E, no entanto, expressões dessas energias antipemedebistas no sistema político são ainda fracas e incipientes, quando não francamente ambíguas (NOBRE, 2013b, p. 152-153).

Outros aspectos que podem ser incluídos nessa análise dizem respeito a características gerais dos protestos no Brasil que repercutem na crise política da relação governo, mídia e movimentos. Referem-se à natureza da violência policial na repressão aos protestos, que, para Arantes (2014) trata-se da manutenção de certo tempo de exceção, com reação da mídia à atuação do mídia ativismo na cobertura das manifestações e no controle do sistema de informação da polícia federal sobre os hackers e ciber ativistas – o que remete à insatisfação manifestada antes dos protestos pelos movimentos político-culturais (ASSUMPÇÃO, ORTELLADO, PARRA, RHATTO, 2013) que vinham debatendo a regulamentação da internet, vinculados que estão à luta pela democratização da comunicação, na qual se inclui o marco regulatório da internet.

Paulo Arantes (2007; 2014) indica a existência ou manutenção de um Estado de Exceção que demarca a institucionalidade da democracia brasileira, o que a manteria com traços autoritários que restringem e bloqueiam o controle da sociedade sobre a política de Estado e que, para isso, mantém ativado um aparato militar repressivo, ativo e presente no cotidiano da sociedade, atuando como um agente inibidor da participação política efetiva das organizações

sociais populares e fomentador de assepsia social nas periferias e morros, pelo extermínio de pobres e negros. Isso, de alguma forma, descreve limites políticos, jurídicos e institucionais na atuação da esquerda no governo, que cedeu à heranças da legislação vinda da ditadura e com a realização da Copa, reeditou, por pressão do mercado, leia-se CBF, uma lei de exceção, a lei antiterrorismo, que afronta o marco constitucional de um estado democrático, indicado pela análise de legislação sobre justiça e segurança no período por Augusto e Rodrigues (2016). Para eles há três movimentos, desdobrados a partir das Jornadas de junho, que apontam para as transformações no campo da segurança, que podem ser caracterizadas como um desbloqueio dos monitoramentos na combinação entre Segurança Pública e da segurança como Defesa, que cerceiam o exercício da participação política, da livre expressão e organização. O primeiro dos três movimentos encontra-se na

[...] imensa mobilização das Forças Armadas, Força de Segurança Nacional e novos equipamentos. Para forças policiais, como uniformes e armas ditas não letais. Um pequeno e quase despercebido indicio dessa articulação entre segurança pública e segurança nacional e o crescimento da produção nacional de armas ditas não letais, voltadas principalmente a contenção de manifestações [...] Uma segunda referência está no acionamento e criação de leis. Em outubro de 2013, um delegado utilizou a Lei de Segurança Nacional 7170/ 1983 [...] para prender dois estudantes que foram detidos durante uma manifestação. Em seguida desencadeou-se uma série de projetos de lei que visavam responder as situações de manifestações públicas, como as leis estaduais de proibição das máscaras promulgadas nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Em seguida, o governo federal, ainda em 2013, apresentou a revisão da lei antiterrorismo (Lei 499/2013), proposta pelo Ministério da Justiça. A proposta do governo federal não avançou e transformou-se na PL 2016/2015, já aprovada na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. [...] A mais significativa das produções institucionais desse período foi a criação de uma central de inteligência e monitoramento de manifestações pelo Ministério da Defesa. [e mais] gastos em segurança pública para realização do evento Copa do Mundo da FIFA, que envolveram desde a compra de equipamentos eletrônicos de vigilância até a renovação dos equipamentos e fardamento eletrônicos de vigilância até a renovação dos equipamentos e fardamento das tropas, adensamento a indistinação tática e operacional entre forças policiais de choque e forças do exército (Augusto, Rodrigues, 2016, p. 75-77).

O fato é que, considerando as demandas das ruas e as respostas que o governo conseguiu dar, durante e após o período de ocorrência dos protestos, isso significou queda do apoio popular da presidenta, o que trouxe para o debate a crise do *lulismo* ou seu esgotamento. No que interessa mais diretamente a esse trabalho, a discussão da crise vai centrar-se nos bloqueios a uma participação social e popular, frente à crise política observada, o que inclui abordar as insatisfações com a democracia brasileira e o processo de democratização, enxergando-o a

partir do percurso que têm como ponto de partida o período em que se constitui o campo democrático popular dos movimentos sociais.

O percurso irá centrar-se em observações que digam das relações da sociedade, dos movimentos sociais mais precisamente, com o Estado e com o governo mais concretamente, detectando a tensão entre a afirmação da autonomia dos movimentos e a intervenção e/ou interação desses com o governo em diferentes conjunturas. O processo de institucionalização democrática, que incluiu mecanismos de participação, teve sua arquitetura esboçada na Constituinte-Constituição de 1988. O modelo foi influenciado por experiências de participação vivenciadas no interior das organizações sociais e com a constituição de conselhos populares, que às vezes foram articuladas às experiências de gestões democráticas com participação popular, algumas até anteriores a Constituinte, as quais se inspiravam em referências de governos socialistas, nacionais revolucionários (chamados, às vezes, indistintamente, de populista, em especial na América Latina) ou de autogestão em países comunistas. O que sofrerá uma inflexão com a crise do socialismo real do Leste Europeu e das lutas pela redemocratização na América Latina, uma inflexão que teve desdobramentos em termos de influências políticas, ideológicas e teóricas, que podem ser observadas dentro de certo período histórico.

O influxo pós 1968 no Brasil e em grande parte da América Latina, na ação política de organizações e movimentos políticos, foi diferente de outras partes do mundo, como já visto. Na esfera cultural e das artes sofremos influência da contra cultura no bojo do ciclo de protesto global. A ação libertária e autonomista observada na esfera da política nos Estados Unidos e Europa, não se fez presente da mesma forma na América Latina, África e Ásia. Estas regiões foram atingidas mais fortemente pelos apelos das lutas de libertação e derrubada de ditaduras, inspirando-se em teorias revolucionárias para constituição de guerrilhas, que aderiram ao foquismo guevarista ou a guerra popular prolongada, de origem maoísta e vietnamita. Derrotada a luta de resistência armada da ditadura, tem-se o período de luta contra a ditadura pela redemocratização e não mais pela tomada do poder com uma revolução armada.

Neste novo período as expressões de luta política são mais difusas, no sentido de que ocorrem em trabalhos de âmbito mais local, com iniciativas de trabalhos na base em experiências muito heterógenas do ponto de vista político e ideológico. É o momento em que as igrejas cristãs, vinculadas ao que ficou conhecido como corrente da teologia da libertação, acolheram essas iniciativas de formação e organização de base, integrando militantes que tinham diferentes visões políticas de esquerda, incluindo a esquerda cristã. Tempo de construção de

sínteses políticas e pedagógicas necessárias para realização de um trabalho de formação, organização e articulação dessas iniciativas de ação política de base, assim como de disputas entre visões ideológicas que se dividiam entre os que entendiam essas ações como táticas e circunstanciais e os que as tomavam como uma ação estratégica político-pedagógica.

Perduravam no interior dessas experiências distintas visões e perspectivas de ação que passo a enumerar: i) perspectivas revolucionárias, que viam aí um tempo de acúmulo de força para a luta armada e tomada do poder; ii) as que buscavam articular essas iniciativas com a luta eleitoral travada no interior e por meio do MDB como partido de oposição consentido pela ditadura, que era uma posição identificada com a dos Partidos Comunistas; iii) os que investiam na organização operária, enxergando nessa reorganização da classe trabalhadora em oposições sindicais o caminho para reconstrução da luta de massas e construção de uma vanguarda operária, como forma de construção de poder popular para o enfrentamento do Estado Burguês, ao que somava-se uma visão similar com ênfase na organização de oposições sindicais no campo, articuladas com os operários, abertas para as possibilidades insurreicionais ou pela via eleitoral; iv) aqueles que viam no trabalho da formação e organização popular de base um caminho para construção de uma forma de vida e organização socialista alternativa à lógica da organização da sociedade capitalista, que criticavam o vanguardismo político, o eleitoralismo, o burocratismo sindical. Tal perspectiva recuperava elementos dos trabalhos de educação popular de Paulo Freire, das experiências de cultura popular, de um socialismo cristão radical ou romântico revolucionário, de valorização das ações espontâneas do povo, do cultivo da auto-organização associativa de viés autonomista ou conselhistas.

Esta última perspectiva, na minha leitura do período, nomeio de popular (DOIMO, 1995; PERRUSO, 2009). Ela encontrará nos anos 1980, em Gramsci, certo referencial comum (DAGNINO, 2000), talvez dado ao ambiente político de luta anti-ditadura, em um espaço público, ainda que restrito e por vezes vigiado, em que era necessário ganhar terreno na luta política, senão pela força, no campo das ideias e da cultura. Os terrenos da ação política eram espaços sócio-políticos e culturais nos quais atuavam juntos intelectuais, trabalhadores e camponeses, atuação que queria incidir na institucionalidade vigente sem nela se diluir ou com ela confundir-se. Foi um tempo de grande investimento em formação política e de articulação de organizações de base. Neste contexto, novos personagens entram em cena (SADER, 1988; PALUDO, 2001), reconhecidos como sujeitos de ação política com potencial transformador.

Nessas duas décadas, 1970 e 1980, em um cenário que no final da segunda década entra em certa efervescência política, forjam-se e interagem grupos e ideias de diferentes matizes,

agrupados em termos de matrizes discursivas em três grandes vertentes: o novo sindicalismo, a teologia da libertação e o marxismo de intelectuais de esquerda vindos da resistência armada e da luta pela redemocratização. Eles estavam vinculados a trabalhos nos bairros, nas igrejas, em sindicatos, através das mais diversas formas associativas e de comunicação, tais como, os clubes de mãe, movimento contra a carestia, associações de bairro, movimento de saúde popular, centros de educação e cultura popular e sindical, comunidades eclesiais de base - CEBs, pastorais populares, jornais alternativos nacionais ou regionais e comunitários ou de bairros, teatro popular e de rua e organizações políticas de esquerda.

Já falei das emendas populares para Constituinte, apresentados por temas das políticas específicas e/ou por segmentos sociais, com esta iniciativa as articulações que já tinham se constituído, se fortalecem, e a criação de outras são possibilitadas por essa movimentação, o que virá a conformar estruturas nacionais de organizações de movimentos sociais. As centrais sindicais foram as primeiras a se organizar nacionalmente, sendo fundadas ainda no início da década de 1980, a CUT e a CGT. As organizações de movimentos sociais se constituem, ao longo da década, os movimentos de mulheres e feministas, negros e quilombolas, indígenas, trabalhadores sem-terra, movimento de favelados, federações e centrais de movimento comunitário ou de bairro, atingidos por barragem, meninos e meninas de rua, portadores de deficiência, LGBT, pescadores e ambientalistas.

A virada dos anos 1980 para 1990 é um período de inflexão, como já comentado. Estabelece-se o novo marco constitucional com referências progressistas para participação política, ampliação de direitos sociais e cidadania, conquistas populares arrancadas contra a vontade do Congresso e do Centrão, associadas a derrotas populares na reforma agrária e na revisão de mecanismos e legislação de segurança e justiça do período de exceção da ditadura, entre estes os termos da anistia para os torturadores militares e civis. O clima de mobilização, conquistas de direitos, democratização com organização e participação popular, gerou impactos positivos em favor de uma nova cultura política no país. Expressa, em grande medida, como narra Dagnino (2000), pelo direito a ter direito, para aqueles a quem sempre foi negada a cidadania. Isso fez a cidadania ganhar um significado político que extrapolava os limites do direito burguês e vinculava-se a uma ação política democrática que incidia na relação dos sujeitos políticos populares com o Estado e que influenciava para mudanças no interior das organizações políticas e na vida cotidiana. Mudanças que apontavam para valores que rompiam com a tradição autoritária, oligárquica, patriarcal e escravocrata da nossa formação social,

ensaiadas em práticas políticas que passavam a combater o preconceito, o machismo, o clientelismo, a hierarquia burocrática, o direito à expressão independente de escolaridade.

Contemporaneamente ao exercício de cidadania e participação política, no processo de democratização do país, ocorre a derrota do candidato do campo democrático e popular, pelo PT, em 1989, Lula, que representava a possibilidade da experimentação de um governo democrático e popular. A derrota coincidiu com mudanças globais na economia e com a reestruturação do Estado no Brasil com a vitória de Collor e sucessão após o impeachment, de um governo interino e, em seguida, Fernando Henrique Cardoso, do PSDB. Já fiz análise das consequências do governo de FHC quando discuti o contexto do surgimento do lulismo acima.

É um período de diluição da ação partidária programática, quebra da força do movimento sindical pelas políticas neoliberais, repressão violenta do governo com o objetivo de quebrar a força do movimento sindical para evitar reações à privatização das estatais – foi emblemático o caso da mobilização do exército para reprimir a greve dos petroleiros – e com a desregulamentação e terceirização do trabalho; a gestão fragmentada na implementação e formas de participação nas políticas públicas – os conselhos setoriais -, articulada ao tratamento das políticas sociais como ação compensatória e focalizada; e reforma administrativa que cria figuras de entidades sociais para executar políticas públicas, na forma de parcerias e gerenciamento de serviços públicos privados, e parcerias público-privada.

Esta dinâmica econômica, política e administrativa confunde o debate sobre a proposta de democracia participativa, assim como fragiliza a ação de intervenção institucional, mediada ou de confronto, pela desativação dos processos de mobilização e complexidade dos termos definidores da ação autônoma das ONGs (MEDEIROS, 2007; 2008) e organizações de movimentos sociais (SILVA, 2001). À esta dinâmica cruza uma nova prática e/ou institucionalidade de participação, via conselhos de políticas públicas e de parcerias para execução de recursos públicos, dentro de um formato de segmentação da atuação política por tipo de políticas ou segmentos beneficiários. Apesar dos esforços de articulação intersetorial, predominam fóruns e redes temáticas e de segmentos sociais, que também não conseguem articular bem a discussão sobre trabalho e políticas públicas, econômica e social (ALVES, SILVA e ARANTES, 2014; PAZ e SOUTO, 2012). Esses espaços de gestão são compartilhados por representantes das empresas e dos governos, além dos representantes das organizações sociais e trabalhadores, em alguns casos.

As empresas foram inicialmente convocadas a compartilharem responsabilidade ética e social pelas consequências da desigualdade social persistente geradora de uma situação de

extrema pobreza, iniciativa vinda de debate sobre a ética na política, do combate à fome e garantia de segurança alimentar, pautada pelo IBASE e pela figura pública do Betinho. Lançada a ideia-campanha, amplia-se via expansão das iniciativas pilotos da campanha de combate à fome e apoio a projetos sociais, já desenvolvidos por organizações com experiência, para coparticipação das Fundações ou Institutos de responsabilidade socioambiental de empresas. A partir dessa inserção inicial no social, as empresas passam a captar recursos e a executarem projetos em parceria com ONGs executoras – geralmente uma nova geração de ONGs -, disputando espaço político institucional com as ONGs históricas.

Chamo de ONGs históricas aquelas que deram continuidade à política de formação, assessoria técnica e política para os movimentos sociais e sindicatos, que buscaram continuar atuando dentro de um marco político de compromisso com valores e práticas de direitos humanos, participação cidadã, equidade social de gênero e raça, reforma urbana e agrária, economia solidária, segurança alimentar e desenvolvimento sustentável; fazendo intervenções e assessorando os movimentos para qualificar a participação política nos espaços de gestões públicas participativas, nos conselhos e orçamentos, principalmente, fazendo valer as conquistas e promessas de uma democracia participativa (MEDEIROS, 2013). Nesse período, com a criação de novas ONGs e crescente ampliação desse número, as históricas, são suplantadas em números e capacidade instalada de ação pelas ONGs que passam a atuar na execução de projetos governamentais de políticas públicas específicas ou de Fundações Empresariais. As ações e os projetos dessa nova geração de ONGs vão transmutando o sentido de cidadania de luta para garantia e ampliação dos direitos e da política com participação, na construção de um Estado democrático e popular, para uma ação, pode-se dizer, mitigadora da pobreza e de promoção de oportunidades individuais.

Projetos e ações que se estendem para algumas organizações de movimentos sociais, o que embota ou revela os limites da concepção inicial e prática da arquitetura do que pretendia ser a experiência de democracia deliberativa, inspirada na teoria da sociedade civil, ação cívica e comunicativa. Concepção política e teórica na qual se inclui o propósito de ampliação da esfera pública, criação de uma nova institucionalidade, com instrumentos de ampliação da democracia participativa, garantidora de interesses públicos, que frearia a ação corporativa e privatista do mercado na gestão do Estado.

De um período, 1970-1980, para o outro, 1990, saímos de uma perspectiva política de participação popular para a de democracia deliberativa. Esta inflexão foi influenciada pelo contexto político de crise do modelo do socialismo real, que confundia o popular com os

interesses do Estado burocrático, sua *nomenclatura* dirigente e o partido. Crítica dirigida ao modelo autoritário e antidemocrático, que falseava, com o uso do qualificativo participação popular, a real não representação dos interesses coletivos, como declarado, e cerceava a liberdade de participação e de crítica ao regime. Outra crítica à participação popular foi a menção à permanência de referências da tradição populista Latino Americana nessa expressão de participação popular, crítica semelhante a anterior, porém peculiar, pois no caso do populismo ela refere-se principalmente ao atrelamento do Estado a interesses corporativos sindicais e/ou empresariais, gestão personalista e/ou carismática, burocratização como símbolo de atraso gerencial administrativo, intransparência nas negociações de interesses entre classes, clientelismo político e eleitoral.

Como foi visto, no Leste Europeu, a atuação da sociedade civil, nas mais variadas formas associativas, jogou um papel importantíssimo para democratização. No entanto, devido ao contexto muito peculiar e a quebra de equilíbrio na geopolítica internacional e o processo de globalização, cultural e politicamente neoliberal, foram sequestradas para esse modelo. As análises sobre esse processo na América Latina, com a derrota das guerrilhas e queda das ditaduras, com retomada de processos eleitorais e crescimento dos associativismos da sociedade civil, trouxe para a discussão sobre participação e movimentos sociais a teoria de sociedade civil e democracia deliberativa.

Discorro sobre estas ênfases nas interpretações, participação popular e participação cidadã, para situar as diferenças implicadas na perspectiva e prática política dos períodos descritos, para ressaltar as opções e caminhos tomados pelo que estou chamando de campo democrático popular, no qual o PT se inseria como expressão partidária, política e cultural, e, nesse percurso, identificar bifurcações e marcos temporais, e a diáspora política de grupos e militantes dessa primeira hora da constituição do campo. Como se articularam, foram sintetizadas ou se conflitaram as concepções e práticas que distingi nesses dois períodos, um primeiro vinculado à ideia de socialismo democrático e popular, o outro à ideia de direito a ter cidadania e participação política. Faço esse exercício interessado em entender a crise atual da participação política, olhando a partir da sociedade e da discussão sobre os movimentos sociais. Para além do debate sobre os ciclos de protestos já apresentados, este exercício de leitura sobre o período de construção democrática pós ditadura no Brasil enuncia aspectos que estiveram presentes na crise política em 2013 e indica a relação entre características e dimensões político-pedagógicas-organizativas presentes no campo democrático e popular com o quadro interpretativo autonomista que se expressou no ciclo de protesto.

A formulação da concepção de participação popular, de que falei logo acima, esteve marcada pela constituição de conselhos populares, a qual se distingue da concepção de participação cidadã, ocorrida em contexto de institucionalização democrática, interpretada em grande medida no debate sobre a ação política da sociedade civil e movimentos sociais, pela noção de democracia deliberativa.

Segundo Teixeira (2000) a discussão sobre participação popular, baseada em conselhos populares, exige que se faça uma breve retrospectiva que situe o caráter revolucionário das experiências que serviram de referência e os conteúdos da sua concepção teórica. O ponto de partida do debate é a relação dos Conselhos (Populares) com Partido, Sindicato e Estado. Seu papel enquanto um mecanismo institucional ou como instrumento de luta insurrecional, distinto do que é visto nos períodos recentes, como estrutura de consulta e representação de segmentos da população, relacionada com a gestão de serviços públicos. O surgimento dos conselhos no Brasil ocorre primeiro enquanto estruturas normativas ou de caráter corporativo, depois como espaços de democratização surgidos do movimento popular e mais recentemente no seu processo de institucionalização, e já sendo discutida uma crise ou insuficiência da sua arquitetura. Tudo indica que o período conjuntural que estamos iniciando, pós golpe sobre o governo Dilma, tenda a aprofundar a crise destas formas de participação.

Identificam-se três distintas perspectivas políticas que originaram os conselhos, que não são conflitantes, mas apresentam diferentes dinâmicas e ênfases para sua conformação. A primeira foi uma resultante dos movimentos insurrecionais, onde atuou como meio de organização revolucionária e, ao mesmo tempo, como sistema alternativo de representação democrática, criando uma dualidade de poder para disputa do poder e de hegemonia popular. Algumas experiências históricas denotam este sentido, como as da primeira fase da Revolução Francesa (1789), os Conselhos da Comuna de Paris, (1871), os soviets de Petrogrado (1905) e os da revolução de 1917, na Rússia. A abrangência de ação era mais ampla do que eles mesmos, os conselhos eram colocados como organização alternativa de poder - “todo poder aos soviets!” era a consigna de 1917. Uma segunda perspectiva desenvolvida foi a de constitui-los como organizações de base nos locais de trabalho, com assembleias operárias e sistemas de representação por meio de delegados de secção de fábrica, buscando superar a limitação da exigência de filiação sindical, expressando um poder efetivo dos operários enquanto produtores, agentes da ação econômica e política. Dessa origem decorre a denominação de “conselhos operários”, “conselhos de fábrica” ou “conselhos populares”. Numa terceira perspectiva, os conselhos surgem nos países de capitalismo avançado, como arranjos neo-corporativos com

objetivo de negociar demandas de trabalhadores, usuários e outros grupos de interesse e reduzir conflitos distributivos nas ações de governo. Ou organizam-se ainda, como grupo de pressão apresentando demandas relacionadas ao consumo e uso de bens coletivos. Essa terceira perspectiva insere-se no debate sobre participação cidadã em esferas públicas ampliadas, como concebido pela democracia deliberativa.

Os conselhos, em termos gerais, surgiram em momentos de crise político-institucional e, em grande parte, como mecanismos de luta contra o poder capitalista, em momentos de transição e construção de regimes socialistas, ou ainda, como resistência à implantação de Estado autoritário, burocrático e centralizador. Em várias circunstâncias históricas constituíram-se experiências de novas institucionalidades que não tiveram grande duração devido à resistência dos Partidos que lideraram as revoluções e eles foram absorvidos pela lógica do sistema, ou em razão do estágio de desenvolvimento dos países, não encontravam no processo de transição revolucionário espaço para experimentação de uma nova institucionalidade, por temor da contrarrevolução, optavam por gerir as antigas estruturas políticas.

Os conselhos podem ser tidos como uma organização dotada de flexibilidade, aberto a possibilidades de articulação no plano territorial e/ou desenvolvendo atuação multifuncional, facilitando a transparência dos atos e decisões em assembleias amplas e participativas, ao mesmo tempo, constitui-se em um espaço reconhecido de interlocução e disputa de posições políticas e ideológicas, assim como de construção de consensos nessa diversidade.

No Brasil, o surgimento dos Conselhos no formato de conselhos setoriais de políticas públicas, constituídos de cidadãos e membros de governo, dá-se numa conjuntura de opressão política e de emergência dos movimentos sociais, como já indicado. Suas primeiras experiências ocorrem no processo de luta pela redemocratização e de crise do regime militar. É possível distinguir dois movimentos diferentes que nortearam a criação desses espaços públicos de participação: um foi via as iniciativas de governos de vários matizes ideológicos de um campo político progressista e democrático, podendo ser citado como exemplo experiências de gestão democrática em governos municipais do MDB, como Lajes-SC; outra via de criação foram as iniciativas de movimentos populares e associações que compunham articulações em torno do que chamavam conselho popular, de uma determinada região da cidade, para coordenar processos de lutas e mobilizações locais.

Alguns exemplos podem ser lembrados por serem referências importantes para o processo que vai tomar um caráter mais sistemático e ideológico, a partir de 1988, com as

gestões do PT – Partido dos Trabalhadores em prefeituras municipais, dentro de uma dinâmica política em que o PT funcionava como um partido movimento, do campo democrático popular. Neste sentido, na experiência do Brasil, foi marcante o debate sobre os diferentes tipos de conselhos, estes funcionavam como espaço de articulação dos movimentos populares, como conselhos de gestão em administrações municipais do PT, mas também, como espaço de articulação de oposições sindicais e eleitorais, numa perspectiva de disputa de poder popular e construção de um projeto democrático e socialista (SECCO, 2011).

O segundo período é caracterizado pela construção de uma nova cultura política pelos movimentos sociais, como já falei. Nele é forte a noção de participação cidadã, que se funda na institucionalização de uma democracia deliberativa, com a constituição dos conselhos de gestão das políticas públicas e experiências de orçamento participativo (AVRITZER, 2003). O debate sobre democracia deliberativa é influenciado pelo pensamento de Habermas, em análises nas quais desenvolve, de forma articulada, as noções de esfera pública e sociedade civil, compondo uma proposição de modelo de democracia deliberativa. Para ele, é no contexto do surgimento da modernidade, em inícios do século XVIII, que surge o conceito de sociedade, o social, essa figura híbrida em que os interesses privados adquirem uma importância pública, e esta aparece com o surgimento dos Estados Nação capitalistas. Esse contexto possibilitará a institucionalização de certos direitos políticos e civis e a constituição do sistema judiciário para mediar conflitos. Esta nova realidade social gera as condições necessárias para a existência de uma democracia real, na qual se cria uma esfera pública como espaço de debate político e os fundamentos para uma “democracia formal”, herdada da sociedade burguesa, onde se constroem os princípios de soberania popular e do Estado de Direito.

No entanto, pensando o século XIX, Habermas (2003) chama atenção para a existência de uma “refeudalização” da esfera pública, quando interesses privados, em especial das grandes corporações, começaram a assumir funções políticas nas mídias e no Estado, ao mesmo tempo em que as funções do Estado se expandiram no domínio privado e na vida cotidiana com a erosão das fronteiras entre as esferas do Estado e da sociedade civil, e entre os espaços públicos e privados. Isto se caracteriza, em especial, pela lógica monopolista da indústria cultural, em que formas mais privatizadas de participação política emergiram.

Ao avaliar a contribuição da Teoria Crítica à análise da redemocratização ou da teoria democrática no Brasil, Avritzer (1994; 1996; 1999) ressalta a necessidade de que se discuta ao lado da construção de instituições democráticas (eleições livres, parlamento ativo, liberdade de imprensa etc.), a incorporação de valores democráticos nas “práticas cotidianas”. É nesse

sentido que as críticas sociológicas às teorias da transição democrática indicam a necessidade de estudar, de forma reconstrutiva, o modelo concreto de relacionamento entre o Estado, as instituições políticas e a sociedade, mostrando que nessas interseções habita, precisamente, o movimento de construção da democracia. A democratização, nesse caso, já não é mais o momento de transição, é o processo permanente, e nunca inteiramente acabado, de concretização da soberania popular.

Para esse pensamento os conceitos de sociedade civil e espaço público desempenham uma função-chave para compreensão das democracias latino-americanas e brasileira, para captar a dinâmica de participação dos movimentos sociais nesse processo. A análise realizada por essa perspectiva identificou uma esfera para a interação legal de grupos, associações e movimentos, a qual abriu um

novos caminhos dentro da teoria democrática, para além do debate entre os elitistas (Schumpeter, 1944; Downs, 1956; Sartori, 1987) e os democratas participativos (Pateman, 1970; Held, 1987). Introduziu-se, assim, a possibilidade de uma 'relação argumentativa crítica' com a organização política no lugar da participação direta" (AVRITZER; COSTA, 2004, p.706).

O conceito de esfera pública de Habermas levou ao desenvolvimento de duas áreas de investigação na teoria social: as teorias sobre movimentos sociais e as teorias sobre sociedade civil que se inspiram na ideia do desenvolvimento de uma esfera dialógica e interativa à qual pertencem os movimentos sociais e as associações voluntárias. Nesse âmbito se dá a tematização de novas questões e o estabelecimento de fluxos de comunicação. O espaço público continua estabelecendo, como órbita insubstituível de constituição democrática da opinião e da vontade coletiva, uma mediação necessária entre a sociedade civil, de um lado, e o Estado e o sistema político, de outro.

Cohen e Arato (1994) desenvolvem uma teoria da sociedade civil em que identificam uma desprovincialização do mundo da vida, a qual resulta na criação e expansão de novos espaços públicos, micro espaços alternativos. Ou seja, meios culturais marcados pela produção e circulação de ideias e formas de vida pós-tradicionais, as quais colocam em movimento dinâmicas de inovação cultural e contestação dos padrões sociais estabelecidos no plano, por exemplo, das representações de gênero e das relações étnicas, que exigem adequações do modelo de democracia deliberativa de Habermas. Discutindo o conceito de sociedade civil, estes autores partem de formulação de Gramsci, que apresenta uma divisão tripartite entre sociedade civil, Estado e mercado. Pode-se assim entender que a sociedade civil se constitui como uma rede de associações autônomas, com interesses comuns, que devem exercer um

controle sobre o Estado, utilizando-se para isso de meios não só institucionais como não convencionais (TEIXEIRA, 1994). Para ele, assim como, para Cohen e Arato, a noção de sociedade civil deve compreender: pluralidade, publicidade, privacidade e legalidade.

A pluralidade indica a interação de estruturas legais, instituições de comunicação e cultura, associações, movimentos sociais e individuais que se articulam em espaços públicos autônomos com base em processos de diferenciação, integração e reprodução cultural. A publicidade implica a interação entre os atores [...] de forma intersubjetiva, mediante a ação comunicativa no exercício de direitos, na exigência de transparência e na existência de espaços públicos, preservando-se também a esfera da intimidade, da autonomia dos indivíduos e do reconhecimento do outro. Com a legalidade esses componentes são demarcados na relação com o Estado e o mercado (TEIXEIRA, 1994, p.42-43).

Dagnino (2000, 2004a, 2004b) refletindo sobre as mudanças na cultura política, no âmbito da construção de uma nova institucionalidade democrática, sobre os projetos políticos em disputa, na passagem dos anos 1980 a 1990, discute a participação política, sociedade civil e democracia, trazendo outras referências teóricas e analíticas para interpretar os termos da relação entre cultura e política, nos dois períodos. Nesse exercício, ela destaca a importância que teve a apropriação dos conceitos de hegemonia e sociedade civil, em Gramsci, e de como estes, vão forjando uma concepção inovadora de movimento social e democracia, no período anterior, como destaquei antes.

A relevância do papel da sociedade civil colocou a necessidade da produção de novas ferramentas analíticas e orientações políticas para construção da hegemonia nesse espaço, construindo-se um entendimento de que a política é algo mais que o Estado. Em certo período, como já referido, a luta da sociedade contra o autoritarismo do Estado, gerou uma visão de oposição, que por vezes gerou simplificações quanto à distinção sociedade civil e Estado, e quanto à heterogeneidade da sociedade civil.

No interior desse debate passa-se a dar ênfase à política, entendendo-a como um processo ético-cultural. Passa-se a falar da socialização da política na sociedade civil, como base de uma socialização radicalmente democrática do poder. No bojo do desenvolvimento dessa concepção, emerge o uso do conceito gramsciano de 'bloco histórico', afirmando a indissolubilidade orgânica entre forças materiais e ideológicas e sua equivalência. Essa formulação foi um instrumento crucial na virada teórica que redefiniu o estatuto negativo e subordinado que a cultura tinha até então na análise política e sociológica empreendida. Este conceito favorecerá a atribuição de significados que culturalmente estão embutidos em todas as práticas sociais e que se expressam em um contexto caracterizado por conflitos e relações de

poder.

A emergência dos movimentos sociais produziu uma concepção de democracia que transcende os limites tanto das instituições políticas tradicionais quanto dos modelos das democracias realmente existentes, entre as quais a de democracia deliberativa de Habermas, dado o seu caráter eminentemente institucional e a permeabilidade que encontramos nas esferas públicas locais à influência do poder e do dinheiro. Partindo-se da institucionalização de um modelo de democracia participativa, no Brasil hoje, deve-se dar atenção à extensão as experiências dos movimentos sociais e da sua militância nesse processo histórico de democratização.

O enraizamento de experiências no processo de democratização da sociedade brasileira, baseada em novas práticas culturais, esbarra em barreiras que se localizam em relações sociais de exclusão e desigualdade que persistem e marcam a realidade política do país. A nova cidadania para os movimentos sociais se define afirmando uma nova concepção de democracia, ligada à transformação social, numa articulação estreita entre cultura e política; e por uma política cultural que tem implicações na redefinição da política. Cultura vista como uma concepção de mundo que integra práticas sociais e relações de poder nelas existentes, considerando os significados comunicados por estas, na busca de soluções alternativas. A democracia, ou a nova cidadania, é construída historicamente e se expressa em interesses e práticas concretas, não é definida por uma essência universal dada. Essa experiência dos movimentos, além de lidar com a herança da formação social e política do país, tem que lidar com um contexto de globalização que têm grande incidência na política nacional.

A globalização neoliberal veio elevar a complexidade social através dos processos de intercâmbio cultural, econômico e social estimulado pelos mecanismos informacionais, da indústria cultural e da financeirização, tornando a sociedade mais heterogênea e mais opaca tanto para o Estado, como para a sociedade civil, em meio a esse ambiente, surgem novas demandas e novas respostas. Do ponto de vista político, surgem novos desenhos institucionais e político-organizativos que devem nos levar a pensar.

A demanda de interesses, realizadas de forma autônoma, não precisaria perder-se no mero conflito com os aparelhos de Estado ou na auto satisfação de movimentos que terminam por circunscrever-se ao jogo de sua própria identidade, quando não acabam meramente cooptados. (...) Nem o retorno a um estado social-democrata tradicional – sonho de muitos na esquerda desiludidos com o marxismo revolucionário, embora continuem a utilizar-se de sua linguagem – nem as falácias do neoliberalismo e sua crença em um possível retorno ao mercado como senhor absoluto da vida social – com o auxílio apenas de um Estado mínimo, o que não se verifica nem em países

onde logrou hegemonia. Um redesenho criativo das instituições formais brasileiras é o que parece ser mais favorável à democracia e ao desenvolvimento do país (DOMINGUES, 2007, 203-204).

O ambiente produzido pela globalização neoliberal gera uma confluência perversa entre um projeto político democratizante, participativo, e o projeto neoliberal, que marca hoje o cenário da luta pelo aprofundamento da democracia na sociedade brasileira. Dagnino aponta como essa situação confunde seus observadores quanto aos sentidos políticos e culturais presentes nesse cenário em disputa, e quanto aos deslocamentos desses sentidos em relação às noções de sociedade civil, participação, cidadania, direito e democracia. Da segunda metade dos anos 1990 para cá, estas confluências perversas confundem-se, em expressões aparentemente comuns, de projetos antagônicos.

A constituição dos espaços públicos representa o saldo positivo das décadas de luta pela democratização, expresso especialmente — mas não só — pela Constituição de 1988, que foi fundamental na implementação destes espaços de participação da sociedade civil na gestão da sociedade. Por outro lado, o processo de encolhimento do Estado e da progressiva transferência de suas responsabilidades sociais para a sociedade civil, que tem caracterizado os últimos anos, estaria conferindo uma dimensão perversa a essas jovens experiências (DAGNINO, 2004a, p.97).

Frente a todo esse contexto, fala-se de uma crise do sistema representativo e dos partidos políticos (SAFATLE, 2012a) e observa-se a organização dos movimentos sociais em redes e fóruns que buscam atuar de forma articulada, para ampliar os espaços de participação na constituição e intervenção em conselhos de gestão de políticas públicas, em vista à democratização do Estado, onde, por vezes, são absorvidos por sua pesada e envolvente dinâmica jurídico-administrativa. Estes fóruns e redes também atuam de forma autônoma, desenvolvendo ações diretas, realizando protestos, atos públicos ou mobilizações sociais que pressionam o Estado.

As redes sociais são uma mediação importante para compreensão das relações estabelecidas hoje, entre movimentos sociais e governo, sociedade civil e Estado. Deve-se, no entanto, distinguir coletivos em rede e redes de movimentos sociais. Os coletivos em rede referem-se a conexões que se estabelecem em instancias comunicacionais, auxiliadas por redes técnicas, onde diferentes atores ou organizações difundem informações, combinam a realização de ações conjuntas, promovem apoios solidários. As redes de movimentos sociais são redes sociais mais complexas, vão além dos limites estabelecidos pelas organizações, e produzem conexões por meio de formas simbólicas e através de laços de solidariedade, reunindo indivíduos e coletivos, construindo identidades em um processo dialógico (SHERER-

WARREM, 1999).

As redes cumprem nesse contexto descrito, um papel fundamental como mecanismo de articulação dos movimentos sociais na política e na vida econômica em função do acentuado aumento da complexidade e fluidez social, “sem que se possa falar, contudo, de uma 'sociedade em rede', pois mercado e hierarquias (no Estado e fora dele) continuam a desempenhar papéis cruciais” (DOMINGUES, 2007, p. 248). O declínio da força política da classe trabalhadora teve como contrapartida “uma criação limitada de novos movimentos sociais, para além da multiplicação de ONGs e novos movimentos culturais de jovens e rádios comunitárias, que o sistema político e os partidos têm dificuldade ou manifestam falta de interesse em absorver” (DOMINGUES, 2007, p. 248).

Este processo fez crescer a autonomia das pessoas e das coletividades, o que implica que as identidades e interesses não só se pluralizam como também se tornam mais difíceis, se não impossível, controlá-los de cima para baixo. Na medida em que surgem demandas variadas,

a criatividade social se exerce de maneira sustentada ou episódica, são os mecanismos de rede, baseados na colaboração voluntária, que têm proporcionado novas formas de coordenação da ação social e a articulação, em planos mais concretos, da solidariedade social (DOMINGUES, 2007, p. 202).

O resgate dos termos da participação dos movimentos sociais no processo de democratização, situada em dois grandes períodos, pode ser representado, pelo que às vezes, é visto como predominante no primeiro momento, uma lógica conflitiva, até os anos 1980 e no segundo momento, marcado por uma lógica mediada por formas colaborativas de interação. Em outras palavras, muda-se do “protesto” para a “colaboração”. Não concordo com essa dicotomia, apesar dela exprimir certo espírito de época, na trajetória dos movimentos sociais, mas entendo que as interações dos movimentos com o governo nos dois períodos misturam as duas modalidades de interação, mais ou menos conflitiva e/ou colaborativa. No entanto me interessa observar mais como os movimentos sociais absorveram essa reflexão, quanto aos tipos de intervenção política nessas duas largas conjunturas, e as fraturas e diferentes posicionamentos e/ou reflexão sobre a combinação de diferentes ações, limites do seu campo de autonomia ou mesmo limites para afirmação de uma perspectiva autonomista cultural e ideológica.

Na última década, com o lulismo, a perspectiva esboçada por Dagnino que foi apresentada, foi integrando elementos da teoria de movimentos sociais, que esta pesquisa adotou, estabelecendo diálogos interdisciplinares para responder às questões que se esboçam

com muita força frente as ambiguidades e contradições políticas, que se inseriram nas práticas do projeto democrático de governo, do lulismo. Quais as consequências desse novo padrão de interação entre Estado e sociedade? Estaria a sociedade perdendo sua autonomia ao dialogar e/ou colaborar com o Estado? Quais instrumentos analíticos se têm à disposição para analisar os processos de interação entre Estado e sociedade atualmente em curso no Brasil? (SELL, BORBA, 2007).

Este novo contexto tornou essas relações mais intrincadas e ambíguas devido ao fato de que lideranças provindas da sociedade civil e do campo político dos movimentos sociais, oriundas de suas organizações ou comprometidas com suas demandas, assumem governos ou cargos em governos municipais, estaduais e federal. Tais situações levam, por um lado, a um afastamento destas pessoas dos movimentos de origem, do outro, a uma inserção dos movimentos no âmbito dos governos, ou ainda, a uma dupla atuação. Essa configuração promoverá, em dadas circunstâncias, manifestações de apoio aos governos, e em outras, ações de resistência, através de mobilizações que cobram o cumprimento de demandas negociadas e não assumidas pelos governos e suas instâncias de gestão (GOIRAND, 2009; POLETTTO, 2009; DAGNINO E TATAGIBA, 2007; 2010).

Por exemplo, é polêmico como se viu no debate do lulismo, a discussão sobre a interpretação da chegada do PT ao poder, mas o mesmo vale para outros partidos de esquerda, apesar de que o caso do PT é emblemático, pelo que representa a ligação de sua trajetória, desde a sua fundação, com os movimentos sociais. Nesse sentido, a vitória do PT em importantes cidades e depois em governos estaduais, finalmente no governo federal, promoveu, entre outras mudanças, um deslocamento significativo de quadros do “campo movimentalista” para o “campo estatal”.

Tal deslocamento permitiu, por um lado, a criação e a implementação de uma importante inovação democrática no país – o orçamento participativo (OP) – que tem na cidade de Porto Alegre sua mais duradoura experiência, polo de difusão para outros locais e ambientes. Por outro lado, o referido deslocamento acabou interferindo na dinâmica societária, ao promover certo 'esvaziamento de lideranças' no campo da sociedade civil. Nesse sentido, cabe indagar: quais os conflitos, tensões e contradições do campo movimentalista diante da 'estatização' de alguns de seus principais quadros? Por outro lado, quais inovações surgiram desse processo? (SELL, BORBA, 2010, p. 8-9).

A partir dessas questões têm-se um campo de estudo sobre o processo de democratização que demanda o estabelecimento de clivagens no bloco da sociedade civil, para poder identificar, entre os atores do campo outrora homogêneo, diferentes estratégias e formas de ação, ou seja, a multiplicidade e heterogeneidade nesse espaço da sociedade civil, entre os participantes que

integraram o campo democrático popular e atravessaram o seu processo de erosão e dissolução com a crise do petismo-lulismo.

Compreendo que se faz necessário

[...] conferir um maior peso explicativo à noção de projeto político, no nível teórico, e em consequência, investir, no nível empírico, na investigação e análise dos distintos projetos políticos em disputa, e especialmente no esforço de desvendar a crescente opacidade construída por referências comuns (DAGNINO, 2004a, p. 98).

No que diz respeito às noções de democracia, participação e cidadania, e os deslocamentos de sentido que sofrem, vale discutir a ideia de projeto político, concordando com Dagnino, que entende projeto político

como um conjunto de crenças, interesses, concepções de mundo, representações do que deve ser a vida em sociedade, que orienta a ação política dos diferentes sujeitos (...). Eles não se reduzem a estratégias de atuação política no sentido estrito, mas expressam, veiculam e produzem significados que integram matrizes culturais mais amplas, no que se refere à relação Estado-sociedade civil, sem incorrer na clivagem simplista de considerar a sociedade civil como 'polo de virtudes democratizantes', e o Estado visto como 'encarnação do mal' (DAGNINO, 2004a, p. 98).

Esse entendimento sobre projeto político permite identificar deslocamentos de sentido pelos quais tem passado noções acima referidas, vinculando-as ao que diferentes projetos políticos escondem e revelam, e também disputam na sociedade. E mais, os projetos políticos contêm diferenças internas e podem se cindir, sem que isso seja absorvido por muitos que o integram, e não enxergam novos projetos políticos nascido em rupturas com aquele. Um exemplo disso encontra-se no campo do projeto democrático participativo, forjado e experimentado em um primeiro momento em interação entre movimentos, partido e governo, em gestões nomeadas como democráticas e populares.

A reflexão sobre o processo de democratização vem pontuar algumas questões políticas e teóricas que repercutiram e precisam ser discutidas para um melhor equacionamento da crise da participação que se aprofunda a partir de 2013. A indicação de questões que já estavam postas anteriormente, aqui apresentadas e outras ainda, apontam diferentes possibilidades de interpretação, sobre essa crise vista a partir da sociedade civil, dos movimentos sociais e desses em sua relação com o Estado e governo(s). Crise da participação no contexto do lulismo, um período de governos de centro-esquerda, que têm fortes ligações com os movimentos sociais e cuja crise eclode no governo Dilma. Distinguimos, num campo de posições teóricas críticas, visões que apresentam diferentes referenciais analíticos. Vou privilegiar a perspectiva de análise que desenvolveu a noção de repertórios de interação entre sociedade e Estado, por ter

afinidades teóricas e inserir-se mais diretamente nos debates da teoria dos movimentos sociais, permitindo fazer uma ponte com a discussão de repertório e performance de confronto, que sigo fazendo no próximo capítulo sobre os protestos e o enquadramento autonomista.

Dentro do campo de debate sobre a sociedade civil e a democracia participativa, Avritzer apresenta uma leitura sobre a crise da participação que vai analisar os limites da arquitetura da participação no lulismo e certo esgotamento do funcionamento de tal modelo, na dinâmica política estabelecida pelo sistema do presidencialismo de coalizão e judicialização da política, além de outros fatores já indicados, que foram restringindo a efetiva participação social, na opinião dele. No que diz respeito ao presidencialismo de coalizão, ele anota três limites: aumento do custo político da formação da coalizão e a desorganização do Executivo; perda de legitimidade do sistema político; custos políticos altíssimos para o PT, ao gerir esse presidencialismo de coalizão vindo de gestões anteriores.

Interessa fixar como ele explica a situação de crise, mostrando que a política de inclusão e de participação social, implementadas pelos governos Lula e Dilma, chegaram a um certo limite em 2013.

O Bolsa Família e os aumentos do salário mínimo foram importantes na criação de um processo de mobilidade social que não devemos subestimar. O Brasil é um dos países onde a pobreza mais diminuiu e onde o crescimento econômico dos últimos anos teve um dos maiores impactos distributivos. Ao mesmo tempo, as conferências nacionais do governo Lula, continuadas pelo atual governo, envolveram quase 6 milhões de pessoas e criaram um canal real de comunicação entre a sociedade civil e o Estado. Mas estas políticas ou se esgotaram ou alcançaram um patamar de estabilidade desde 2010. A inclusão de novos grupos na assim chamada nova classe média estagnou e, com ela, um certo aumento na capacidade de consumo. Ao mesmo tempo, a inclusão de novos grupos sociais gerou fortes problemas na infraestrutura e na oferta de bens públicos criando gargalos que hoje estão sendo enfrentados pelo governo. E aí aparece uma característica do atual governo que é preciso apontar: a pouquíssima disposição para a negociação em questões econômicas e de infraestrutura (AVRITZER, 2013, s/p.).

Avritzer (2016) apresenta, passado o impacto da hora em 2013, certa avaliação ponderada do funcionamento e crise da arquitetura da participação. Sua ênfase recai, entre outras, na crise da proposta de ampliação da participação social levada a efeito pelo governo Lula. Em relação à ampliação, importa destacar que com o Partido dos Trabalhadores no governo federal foi adotada esta orientação participativa voltada para expansão dos conselhos nacionais e das conferências nacionais que já existiam antes de 2003. Nesse período ocorreram mais de 101 conferências nacionais, com mais de seis milhões de participantes. Quando Lula assumiu o governo, o projeto político que ele representava tinha dois grandes componentes

relativamente integrados entre si - a mobilização e a participação institucionalizada - passou a ter apenas um, a forma institucionalizada da participação. Inicialmente ele pareceu altamente exitoso, o que explica o sucesso de algumas políticas sociais e, para Avritzer, significativas modificações nas políticas sociais realizadas pelo governo federal desde 2003.

Mas também gerou alguns limites que ficaram perceptíveis desde junho de 2013. Um dos limites é a seletividade de políticas e de atores nas administrações participativas no Brasil, que gera forte desequilíbrio entre áreas com profunda institucionalização da participação (saúde, assistência social, segurança alimentar e criança e adolescente), enquanto a área de infraestrutura não é inserida nessa arquitetura participacionista. Outro limite observado, foi quanto às conferências nacionais, foi possível notar que certas áreas de políticas sociais, tais como, políticas para a mulher, cultura e direitos humanos, por exemplo, conseguiram maior mobilização que as áreas tradicionais de participação. No entanto, essa mobilização não gerou iniciativas efetivas na execução de políticas do governo federal, assim como observado nas áreas de infraestrutura, mobilidade urbana e de transporte, sendo estas áreas espaços de eclosão de conflito entre a população, o setor privado e o governo.

Um olhar retrospectivo, mais largo, identifica que os mecanismos institucionais de participação foram mais utilizados pelos governos Lula e Dilma do que em governos anteriores, na área de políticas públicas, mas o mesmo fenômeno não ocorreu no tocante à área econômica, de infraestrutura e meio ambiente. No início do governo Lula, houve um acúmulo de políticas participativas ligadas a movimentos sociais com presença marcante na origem do PT. Mas ocorre uma cisão desse campo em relação às políticas participativas nas chamadas áreas duras. Vale mencionar aqui, a título de exemplos, as polêmicas em segmentos do campo democrático e popular, vinculados ao PT e ao governo, em torno das questões dos transgênicos, da matriz energética a exemplo da construção da Usina de Belo Monte, do plano nacional e direitos humanos (PNDH3), das políticas indígenas, da comunicação e da reforma política. Um bom indicativo dos limites da participação e dessa conflitividade é sua completa ausência do novo ciclo de investimentos públicos municipais, estaduais e federais no Brasil, após 2007 com a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC). As construções das obras de infraestrutura, na área de mobilidade urbana, das novas usinas hidroelétricas, novos aeroportos e vias de acesso, prescindiram completamente da participação social.

A partir de 2013, para Avritzer (2016), ocorre a fragmentação e a pluralização do marco participativo. De um lado, reforçam-se atores de esquerda que já não pertencem ao campo petista, como é o caso do Movimento Passe Livre, que inaugurou as manifestações de junho.

De outro, essa desinterdição do campo participativo leva às ruas atores conservadores, pela primeira vez desde 1964.

Outra análise que apresento é de Ricci (2014), que segue argumentos similares à já apresentada sobre o lulismo, e faz um contraponto a análise anterior, de Avritzer, sobre a arquitetura da participação e ao funcionamento dos conselhos. Para ele, na gestão Lula predominou um procedimento político de inclusão de organizações populares, ONGs e centrais sindicais nas estruturas de tomada de decisão estatal, reproduzindo o modelo de governança da socialdemocracia europeia. Estas organizações que já tinham se visto compelidas a gerir suas crises institucionais de sustentabilidade da sua manutenção e ação política, passam de entidades técnicas, de formação e apoio à ação cidadã, a se constituírem em organizações técnicas que terceirizaram o serviço público na área de promoção social. O que, no governo Lula, foi acelerado, modificando significativamente a composição e locus de atuação das ONGs.

O mundo sindical também passou a ser constitutivo da lógica estatal, muitos deste mundo passaram a integrar cargos no Ministério do Trabalho e Emprego e indicar a composição de secretarias estaduais do trabalho. Sindicalistas tomaram assento em conselhos de gestão de estatais. Fundos de pensão passaram a investir em ações de bancos. “O mundo das ONGs, organizações populares e centrais sindicais não é mais o das ruas. A lógica estatal-desenvolvimentista tutelou a sociedade civil. Até mesmo as estruturas híbridas de gestão pública, tendo nos conselhos de gestão pública seu alicerce” (RICCI, 2014, p. 52).

Sobre os conselhos, Ricci apresenta informações de pesquisa, na qual destaca informações que buscam confirmar o esboço de caracterização da gestão lulista, em sua relação com os movimentos sociais. Destaco algumas dessas informações, que também ajudam a ampliar o quadro de informações apresentado anteriormente a partir de Avritzer.

Poucas conferências estão instituídas em lei, sendo inexistente sua vinculação com conselhos de gestão pública ou com processos de planejamento como o Plano Plurianual (PPA), o que termina resultando na não influência na agenda e nas proposições dos planos de governo. De 59 conselhos federais existentes e pesquisados, 38 estão na área social e ambiental, só 15 estão organizados para lidar com temas ligados a infraestrutura e economia. Metade dos conselhos foi criada por lei, os demais foram criados por decreto ou portaria e tem baixa capacidade de ação institucional. Entre todos os conselhos, considerando a composição, 2.800 vagas são de representações da sociedade civil e 2.700 vagas para pessoas dos governos federal, estaduais ou municipais, no total são mais de 5 mil e quinhentos integrantes. Só a metade dos conselhos tem caráter deliberativo, 43% são consultivos. Esses canais institucionais de

participação social raramente têm seus representantes eleitos diretamente, do seu total, só em 21% dos conselhos há eleições para a escolha de representantes.

Suas conclusões quanto ao quadro avaliativo apresentado pela pesquisa vão no mesmo sentido da caracterização de um governo populista e neocorporativo, gerindo um projeto nacional desenvolvimentista, cooptando e burocratizando os movimentos.

As ruas não conseguiram chegar aos gabinetes estatais, nem mesmo através dos conselhos de gestão pública [...] O fato é que o modelo adotado pelo governo Lula, a partir de 2005, interditou este canal de cogestão ou participação social nos processos de tomada de decisão estatal. Ao contrário, a tutela estatal procurou forjar uma forte conciliação de interesses, evitando conflitos que pudessem obstruir um ambiente de investimentos e otimismo consumista. O fordismo tardio brasileiro, contudo, possibilitou a emergência da cultura conservadora popular e forte dependência da tutela estatal na garantia da manutenção do consumo das famílias de baixa renda (RICCI, 2014, p. 54).

Outra leitura da crise de participação que é importante agregar às análises anteriores é aquela que vê dos movimentos sociais, a partir de iniciativas as mais diferentes, ligadas a ação de incidência ou enfrentamento, frente aos bloqueios ao projeto participacionista e sua arquitetura nos governos lulistas, a que segmentos seus estão ligados, desde a sua formulação no interior do campo democrático e popular. Podem ser citadas as articulações: Fórum Brasileiro do Orçamento, que atuou no início do primeiro governo Lula com o objetivo de reverter a opção macro econômica do governo, desenvolvendo debates sobre as incongruências da manutenção do superávit primário, para um governo de esquerda; Movimento de Combate a Corrupção Eleitoral – MCCE, articulação incentivada pela Comissão Brasileira de Justiça e Paz, utilizando-se de sua base social e acesso a ativistas dos direitos humanos e democracia no judiciário, dando continuidade a campanhas anteriores de luta pela ética na política que desdobrou-se na apresentação do projeto de lei de iniciativa popular que ficou conhecido como Lei da Ficha Limpa; Assembleia Popular, articulação desencadeada a partir da realização de evento da CNBB-Pastorais Sociais, 4º Semana Social Brasileira, teve como tema “O Brasil que queremos? Mutirão por um novo Brasil”, no ano de 2005, do que resultou a constituição da “Assembleia Popular” e a produção de um documento “O Brasil que queremos – Assembleia Popular Mutirão por um Novo Brasil”, que se estendeu pelos estados para criar assembleias populares, coordenada pelas Pastorais Sociais, Movimento Jubileu Sul, MST, Consulta Popular; e um último a ser citado, a Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político.

Tais iniciativas indicam que a questão do sistema político, mediado pelas opções de governabilidade do governo, expresso no estilo de liderança da presidência, na dinâmica administrativa e jurídico institucional, desde o primeiro momento das gestões Lula e Dilma, a despeito da sua aprovação popular e apoio de ampla base dos movimentos sociais, não atuou em favor da pauta histórica de revisão mais profunda do arcabouço legislativo herdado do passado autoritário da ditadura, em especial no campo da democracia política e seus canais e funcionamento efetivo de participação direta nas tomadas de decisão dos poderes da república. Destaco a seguir análise da Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político, pelo que têm de revelador desse embate desde a primeira hora com o lulismo e pela densidade dessa articulação e sua abordagem. Para isso dispus de uma fala proferida no calor da hora de junho de 2013, que se repetiu em muitos espaços, pautando o debate da reforma política.

Relembrando, a descrença popular na política foi respondida com a proposição da reforma do sistema político. Refiro-me a convocação feita pela presidenta Dilma, de um plebiscito para decisão popular sobre a necessidade de uma reforma política, a qual foi derrubada em tempo recorde pelo Congresso Nacional. Várias organizações e movimentos sociais tradicionais, muitos dos quais não vinham acompanhando este debate assumiram a bandeira e lançaram a campanha por uma Constituinte exclusiva e soberana para reforma do sistema político, que teve como instrumento um plebiscito popular realizado em 2014 – debate que já aparece, apresentado em “Debate Público sobre a Reforma Política e Constituinte” (LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE, 2013), realizado no Vale do Anhangabaú, em 13 de julho de 2013, promovido pelo Levante Popular da Juventude, pelo representante da Consulta Popular, um dos convidados para fazer exposição sobre a temática, ao lado de outros intelectuais, jornalistas e militantes⁵⁰.

Um conjunto de organizações da sociedade civil, entre os quais, alguns movimentos sociais, vêm realizando há dez anos (em 2013) a defesa da reforma do sistema político, através de uma articulação chamada Plataforma dos Movimentos Sociais pela reforma do Sistema Político⁵¹. Com a crise instalada em 2013, forças políticas de centro esquerda e a direita, também tomaram para si esta discussão. Assim é que o Instituto Democracia e Sustentabilidade

⁵⁰ Listagem dos expositores: Carlos Nepomuceno, José Moroni, Eugênio Bucci, Marina Silva, Vladimir Safatle.

⁵¹ Listagem das Organizações que compõe a Plataforma: INESC, Articulação de Mulheres Brasileiras, Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil, Conselho do Laicato do Brasil, Liga Brasileira de Lésbicas, Fórum da Amazônia Oriental, Rede Brasileira de Integração entre os Povos, Conselho Federal de Arquitetura, Engenharia e Agronomia, SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia, CFEMEA, Articulação de organização de Mulheres Negras Brasileiras, Associação Brasileira de ONGs, Intervezes Coletivo Brasil de Comunicação Social, Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral, Fórum nacional de Participação Popular, entre outros.

(INSTITUTO DEMOCRACIA E SUSTENTABILIDADE, 2013), ligado à Marina Silva, que havia sido candidata à presidência da República pela Rede/PSB, tenta apresentar alternativas à crise, convocando intelectuais e articulações da sociedade civil para debate. José Antonio Moroni⁵², pessoa central na articulação da Plataforma e intelectual público militante, participou deste debate e expôs como o surgimento da Plataforma, em 2004, esteve ligado ao debate da crise dos mecanismos institucionais de participação popular.

a plataforma reúne um conjunto de movimentos e articulações, redes da sociedade civil e que começa a se articular no final de 2003, início de 2004, quando nós organizamos um seminário em São Paulo sobre o sentido da democracia e da participação. Naquele momento a gente estava querendo entender o que o governo Lula estava propondo como política de participação, porque ele vinha meio que destruindo tudo aquilo que antes tinha sido construído ao longo da década de 80 e 90, principalmente na questão da arquitetura da participação, ou seja, da democracia participativa. A nossa luta era por conselhos paritários e deliberativos e a gente vendo um monte de conselhos consultivos, não paritários, sem autonomias para a sociedade escolher seus representantes, o governo indicando quem era os representantes da sociedade [...] E aquilo tava criando um desconforto enorme entre as organizações (MORONI, 2013).

Ele informa que com o aprofundamento do debate foi ganhando nitidez a avaliação de que o problema era bem mais amplo, abarcava o sistema político como um todo, ou seja, o exercício do poder na sociedade brasileira. O debate enfrentou as questões: Quem exerce o poder? Que mecanismo tem para exercer o poder? Que mecanismo tem para controlar o poder? Numa sociedade baseada na desigualdade como a sociedade brasileira quem tem o poder de exercer o poder? A partir daí formulada a proposta de reforma do sistema político. A Plataforma entende o sistema político como algo bem mais amplo que simplesmente a questão eleitoral ou da representação. As formulações foram feitas em torno de cinco eixos: o fortalecimento da democracia direta; o fortalecimento da democracia participativa que trata da participação institucionalizada que foi criada principalmente a partir da constituição de 1988; o aperfeiçoamento da democracia representativa, no qual há propostas para reforma eleitoral e partidária; a democratização da informação e da comunicação; e a democratização e transparência do poder judiciário.

A emergência da questão da reforma política revela problemas no sistema de representação política no Brasil. Existe uma crise de legitimidade pública do Congresso, insuficiência de canais de interlocução entre a sociedade e o governo e conflitos entre os poderes. Já em 2012, a Plataforma havia lançado a Proposta de Iniciativa Popular pela Reforma

⁵² José Moroni é também coordenador do INESC – Instituto de Estudos Econômicos e Sociais, ONG de Brasília.

Política. Com esta Iniciativa, buscamos debater propostas e coletar milhares de assinaturas para levar ao Congresso Nacional um projeto de lei que fortaleça a democracia direta e altere o sistema eleitoral.

A iniciativa pretendia criar condições legais para favorecer a representatividade, a transparência, defendendo novas regras para plebiscitos e referendos, financiamento público exclusivo de campanhas eleitorais, eleição com voto em lista partidária fechada composta com alternância de sexo e o fim das coligações partidárias de ocasião - apenas para participar nos processos eleitorais. Para aprofundar a democracia direta a Iniciativa defende que os plebiscitos, referendos e projetos de lei de iniciativa popular tenham uma nova regulamentação, para votação nos plebiscitos e referendos que elas sejam coordenadas também por organizações da sociedade civil e não apenas pelos partidos políticos.

O financiamento público exclusivo de campanha eleitoral é uma medida fundamental para frear a corrupção. Hoje a forma clássica de corrupção ocorre efetivamente a partir do processo eleitoral. O candidato recebe recursos de determinado empresário para sua campanha e devolve este recurso depois de eleito com base no dinheiro público. Para inviabilizar estas negociações é preciso, segundo a Plataforma, que as campanhas eleitorais sejam garantidas com recursos públicos e que seja penalizado todo candidato e todo doador que disponibilize recursos para a participação em eleições.

O documento programático da Plataforma prevê, além das propostas acima, que para muitos temas que hoje são decididos no Congresso Nacional seja obrigatória a convocação de plebiscitos ou referendos, a exemplo de: criação de novos estados; acordos financeiros e de livre comércio; concessão de serviços públicos essenciais; aumento de salários dos parlamentares, juízes e ministros; limite de propriedade; projetos de desenvolvimento com grandes impactos sociais e ambientais; mudanças constitucionais; entre outros.

As propostas da Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político tratam de quebrar o monopólio do poder e do exercício da política. Na concepção de Moroni

[...] não é uma questão de ser anti-partido, mas nós temos que repensar o exercício da política através de novas formas de fazer política, incorporando outros sujeitos políticos no debate público que não necessariamente os partidos políticos. Isso não, de forma nenhuma, desqualifica no atual estágio da humanidade a questão da necessidade dos partidos, mas nós não podemos centrar o exercício da democracia unicamente na questão da representação, ainda mais que no Brasil o monopólio dessa representação tem a sua origem nos partidos políticos. Nós não possibilitamos candidaturas avulsas... (...) Só quem pode convocar plebiscito e referendo é o parlamento. Se é um instrumento da democracia direta, porque é que o povo não pode convocar plebiscito e referendo? (...) Esses instrumentos de democracia direta tem de

ser instrumentos que estão na mão da população, e não da representação. As campanhas não podem ser comandadas por frentes parlamentares, como foi no referendo do desarmamento. Essa é uma concepção autoritária da representação e não é à toa que essas manifestações todas (protestos de junho de 2013), colocam de maneira inequívoca a questão: “você não nos representam”(MORONI, 2013).

Apresentar esta articulação de movimentos sociais e outras organizações da sociedade civil em torno do debate da reforma do sistema político é uma forma de expressar que a questão da crise das formas de representação, dos mecanismos de participação e as polêmicas em torno do exercício do poder político já haviam sido pautadas na sociedade brasileira. Todavia, elas ainda não haviam conseguido ganhar as ruas com a força que aconteceu em junho de 2013, ainda que sem um caráter propositivo.

Moroni comenta que dois temas fortes neste ciclo foram a frase presente em cartazes e gritos coletivos nas manifestações “não nos representa!” e a legitimidade do uso de violência contra o patrimônio pelos manifestantes. Sobre a questão da representação, ao olhar para o parlamento brasileiro esta mensagem fica muito nítida. Ele é composto, na sua grande maioria, por homens brancos e proprietários. Na Câmara dos Deputados tem oito por cento de mulheres. Praticamente não tem representação da população negra nem da população indígena, ou mesmo da juventude e da população homoafetiva. Mas, segundo ele, não se pode direcionar o problema da representação apenas para os espaços da institucionalidade, há que se avaliar as formas organizativas dos movimentos sociais. A respeito das possibilidades de uso da força ou mesmo de rupturas, o comentário faz referência à tradição conciliadora na história do Brasil.

Temos que nos questionar, os movimentos e as organizações, tudo isso que nós construímos como esse espaço de organização da sociedade, principalmente a partir da década de 70, 80, precisa ser revisto. Há um questionamento da forma hierarquizada como nós nos organizamos. As nossas organizações são machistas, são homofóbicas, são racistas [...] Na história do Brasil sempre houve uma opção pela não ruptura, nós deixamos de ser colônia de Portugal pela não ruptura, saímos da escravidão também pela não ruptura, saímos da monarquia para república também não rompendo com nada, saímos da ditadura militar pra a tal nova república também não rompendo com nada, sempre com a questão da conciliação. Será que esses movimentos de ruas que nós tivemos não aponta para necessidade de realmente nós termos rupturas no nosso país e não mais ficar fazendo conciliação? (MORONI, 2013).

Outras iniciativas ganharam corpo no interior da sociedade civil, quanto a ações em favor de uma reforma política, entre estas merecem referência: a Coalisão, o plebiscito popular e campanha pela paridade. A primeira é a articulação chamada Coalisão Democrática pela

Reforma Política e Eleições Limpas⁵³. A proposta da Coalisão apresentada para o Congresso Nacional foi confrontada publicamente por parlamentares, do PSDB, DEM e PMDB, e não prosperou para sua votação nos meandros do Congresso. A segunda é a articulação dos movimentos sociais e organizações políticas que se reuniram pós manifestações de junho em torno da proposta de realização de um plebiscito popular para discussão de uma Assembleia Nacional Constituinte exclusiva e soberana para reforma do sistema político, como sinalizei antes⁵⁴. Embora tenha sido polêmica a ideia de colocar em questão uma Constituinte pelos riscos de retrocessos no campo dos direitos que ela apresentava, foi a proposta vitoriosa na articulação ocorrida entre os movimentos sociais tradicionais. A ideia era a realização de plebiscito popular, como processo mobilizador e educativo, semelhante ao realizado por ocasião da Campanha Contra a Alca, que teve impacto forte nas definições governamentais de não realização do acordo de livre comércio das Américas - ALCA.

O processo do plebiscito se desenvolveu durante o ano de 2014, culminando em setembro, quando da realização do Grito dos Excluídos. A votação recolheu mais de sete milhões de votos favoráveis à realização de uma Constituinte Exclusiva para reforma política⁵⁵. Após a totalização dos votos a proposta foi entregue a Dilma, mas não conseguiu se transformar em um fato político relevante naquela conjuntura eleitoral de setembro de 2014, nem na agenda do governo, nem na agenda do PT para a campanha eleitoral, ou em força para realização de mobilizações massivas que impactassem, como planejado pelos movimentos quando lançaram a campanha após junho de 2013.

⁵³ A Coalisão, organizada depois dos protestos de junho, inclui, além da Plataforma, o Movimento Contra Corrupção Eleitoral, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, a Central Única dos Trabalhadores, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, O Movimento Sem Terra, O Movimento de Atingidos por Barragens, o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs, a ordem dos Advogados do Brasil, entre outros. Quando consideramos que a Plataforma congrega vários outros movimentos nacionais a exemplo da Articulação de Mulheres Brasileiras, da Liga Brasileira de Lésbicas, do Fórum da Amazônia Oriental e ainda a Associação Brasileira de ONGs, entre outros, percebemos como as ruas impactaram positivamente na agregação de tamanha amplitude no espectro político das organizações da sociedade civil.

⁵⁴ Este campo congrega a Consulta Popular, os movimentos ligados a ALBA (Aliança Bolivariana), a Via Campesina, Articulação de Mulheres Brasileiras, Marcha Mundial de Mulheres, UNE e outros setores de movimento estudantil, e também a Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político.

⁵⁵ Mais de 7 milhões de brasileiros querem uma constituinte exclusiva para uma reforma política no país. Esta é a constatação do “Plebiscito Constituinte” feito durante a semana da pátria por 477 organizações em todo o país. Mais de 6 milhões foram às urnas instaladas pelas entidades e outros 1,74 milhões votaram pela internet. O plebiscito contava com uma única pergunta: “Você é a favor de uma constituinte exclusiva e soberana sobre o sistema político?” Entre os que votaram, 97% foram favoráveis à proposta - cerca de 7,4 milhões de pessoas. Outros 2,75% participaram da consulta e se mostraram contrários à reforma política. Como não tinha um caráter legal, o objetivo da mobilização era demonstrar o desejo popular por mudanças no sistema político e pressionar o poder público a convocar um plebiscito oficial sobre a reforma política. Entre os apoiadores estavam o PT, o PCdoB, correntes do PSOL, o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), o Movimento do Sem Terra (MST), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), pastorais e ONGs. Candidatos à presidência da República votaram no plebiscito. Entre eles, Marina Silva (PSB) e Luciana Genro (PSOL) - (LOCATELLI, 2014).

A terceira iniciativa ocorreu através

da articulação de vários movimentos de mulheres e mulheres de outros movimentos sociais em torno da campanha pela paridade na política. Vendo enfraquecida a discussão por eleição com voto em lista partidária fechada composta com alternância de sexo, os movimentos de mulheres se uniram para colocar na agenda o debate sobre as condições necessárias para paridade entre homens e mulheres na participação eleitoral. Parte significativa deste debate foi assumido pela Plataforma, parte foi repassado à Coalisão, mas os movimentos de mulheres aproveitaram o debate público gerado também pelo plebiscito popular para reafirmar a disposição de seguir lutando por mudanças no sistema político que possibilitem condições igualitárias de participação (SILVA, 2013, p. 15).

Em resumo, o debate sobre a reforma política, menos ainda sobre a reforma do sistema político, não ganhou força no espaço político institucional no bojo dos desdobramentos de junho de 2013.

Algumas análises realizadas sobre a participação política no período da gestão lulista, utilizando-se da noção de repertório de interação, trazem para a discussão sobre a relação movimentos sociais e governo, contribuições inovadoras, que apreendem dimensões que outras análises apresentadas anteriormente não permitem, devido seus marcos de interesse e teóricos. São estudos que dialogam com a realidade da democracia brasileira e formas de intervenção dos movimentos sociais, e adequam algumas noções da teoria de movimentos sociais utilizadas neste estudo. Eles dão atenção às interações não contenciosas dos movimentos sociais com o Estado (ABERS e BULOW, 2011; TATAGIBA, ABERS e SERAFIM, 2014; TATAGIBA, 2009; ALONSO, COSTA e MACIEL, 2007; DOWBOR, 2012; SILVA, 2011; SILVA, MOURA, 2008; SILVA, ROCHA, ALVES, 2016; MEDEIROS, 2013; CARLOS, 2011), que não ficam restritos as interações institucionalizadas à rotinização dos protestos.

Entre esses estudos, Abers, Serafim e Tatagiba (2014) propõem a criação de quatro novas categorias para dar conta do repertório de ação institucionalizada. Elas chamam atenção de que é possível abordar além dos protestos, como forma de ação de movimentos sociais, a ocupação de cargos no Estado, a participação institucionalizada, a política de proximidade e o lobby parlamentar para dar conta da interação dos atores dos movimentos com o Estado.

A observação, a partir desses repertórios, em investigações que estudam diferentes movimentos sociais que atuam sobre as políticas públicas permite abordar contradições do lulismo, na relação Estado e sociedade, derivadas de um processo histórico que antecede a primeira gestão de Lula no governo federal, identificando traços das heranças políticos culturais que conformaram o Estado e os estilos de governo, assim como peculiaridades de uma gestão

de governo de esquerda com forte enraizamento nos movimentos sociais. A incorporação de dimensões analíticas relacionais e culturais questionam afirmações de outras análises aqui já apresentadas, indicando novas nuances para análise, contestando categorias cristalizadas que enquadram a complexidade da dinâmica política institucional e sociocultural que perpassa essas interações e os conflitos de projetos políticos.

Quando o PT assumiu o governo federal, movimentos sociais ligados ao partido enfrentaram inúmeros dilemas de como interagir com um governo aliado ou sofreram pressões para conter suas críticas ou mesmo moderar as suas demandas. Esse novo contexto, permeado pela presença de atores que tinham laços fortes entre si, estando uns nos movimentos outros no governo, geraram, segundo indicações desses estudos, uma combinação criativa de tradições históricas de interação Estado-sociedade em modos que promoveram novas formas de negociação e diálogo.

Estudos sobre vários movimentos e suas relações com os governos do período concluem que Lula não possuía um projeto centralizado e uniforme que apontava para a institucionalização de políticas participativas. Ao contrário, experiências e iniciativas participativas já existiam em vários setores da política, antes de Lula. Novas rotinas que proliferaram em sua gestão podem ser entendidas como resultado do acúmulo e ampliação do perfil dos movimentos sociais, combinado com oportunidades abertas pela presença de militantes e aliados dos movimentos dentro da estrutura do governo. Movimentos sociais e atores estatais experimentaram criativamente com base em padrões históricos de interação Estado-sociedade e reinterpretaram rotinas de comunicação e negociação de formas inovadoras. Identificar essa combinação de práticas e rotinas de interação do Estado com os movimentos sociais em diferentes setores de políticas públicas é fundamental para analisar essas relações.

Em algumas áreas de políticas públicas espaços participativos formalizados como conselhos e conferências tiveram papel central, enquanto em outros setores predominaram formas de interação menos formais. Essa variação pode ser explicada, seja pelos padrões históricos de relação Estado/movimentos em cada setor, que expressa a heterogeneidade do Estado brasileiro, seja pela abertura no contexto do governo Lula a um experimentalismo resultante da presença de aliados dos movimentos em postos-chave no interior do Estado.

Além disso, movimentos importantes foram criados como resultado de alianças entre indivíduos dentro e fora do Estado, o que coloca em xeque a visão do Estado como contraponto ao movimento. Assim como os movimentos sociais constroem vínculos de colaboração com o Estado, mas também buscam alcançar seus objetivos trabalhando a partir de dentro do Estado.

Atuam nos espaços de gestão participativa e assumem estrategicamente posições na burocracia, transformando o próprio Estado em espaço de militância política.

Ativistas que assumiram cargos na burocracia federal frequentemente transformaram agências governamentais em espaços de militância nos quais continuaram a defender bandeiras desenvolvidas previamente no âmbito da sociedade civil. No governo, tais ativistas buscaram construir e fortalecer espaços participativos formalizados, que até então se restringiam a âmbitos municipais. Mas eles também experimentaram outros canais de comunicação, negociação e colaboração entre Estado e sociedade civil, tais como novas formas de negociação baseadas em protestos e outros encontros, menos públicos e mais personalizados, entre Estado e representantes de movimentos sociais (TATAGIBA, ABERS, SERAFIM, 2014, p. 326).

Apesar da participação no Estado implicar em riscos e exigir dos ativistas a defesa de interesses que não seriam necessariamente defendidos anteriormente, esses atores geralmente se dedicam a transformar o Estado no mesmo sentido que faziam antes, por exemplo, ao tentar promover políticas públicas socialmente justas ou ao criar arenas participativas nas quais grupos da sociedade civil possam participar.

Para lidar com a ideia de que as interações Estado-sociedade derivam tanto da tradição histórica quanto de um grau de experimentalismo, utiliza-se a noção de repertório de interação Estado-Sociedade, o estudo de Abers, Tatagiba e Serafim (2014) identificou ao menos quatro rotinas comuns de interação Estado-sociedade no Brasil, descritas a seguir.

Protestos e ação direta. Historicamente, movimentos sociais expressam demandas e, ao fazê-lo, pressionam os atores estatais a negociar através da demonstração de sua capacidade de mobilização. No contexto do lulismo, elas distinguem no interior desse repertório dois tipos: protesto para abrir ou restabelecer negociação e protestos como parte do ciclo de negociação, estando estes enquadrados em uma dinâmica de ritualização ou rotinização, salientando que os protestos de confronto não são objeto desses estudos.

Ocupação de cargos na burocracia. Para alguns movimentos sociais ocupar posições no governo é uma estratégia comum para o avanço de seus objetivos. Quando governos são percebidos como aliados dos movimentos, esta rotina torna-se muito comum. Ocupar posições no governo gera efeitos de retroalimentação sobre outras rotinas de interação.

Por exemplo, movimentos sociais têm mais oportunidades de envolver-se na política de proximidade quando seus colegas ocupam cargos no governo usando amigos, aliados e companheiros de militância tornam-se funcionários do Estado, conexões personalizadas entre atores estatais e não estatais são facilitadas. As negociações são muito mais prováveis de ocorrer em reuniões informais, não apenas nos ministérios, mas também durante o jantar, ou outros espaços externos às instituições estatais. Talvez na maior parte dos casos,

burocratas militantes iniciaram suas carreiras de militância fora do Estado. No entanto, é importante notar que alguns movimentos sociais foram formados por pessoas que trabalhavam no Estado desde o início (TATAGIBA, ABERS, SERAFIM, 2014, p. 334).

Política de proximidade. Funciona através de contatos pessoais entre atores de Estado e sociedade civil. Essa é característica de relações clientelistas, mas não pode ser reduzida a esse padrão, as relações clientelistas pressupõem uma troca personalista de favores, mas existem contatos diretos que podem ser instrumentos para a apresentação de demandas públicas e para reconhecimento de direitos coletivos. Essa última modalidade é facilitada quando ligações diretas entre os movimentos e o Executivo se ampliam, em governos de esquerda, O recurso mobilizado pelos ativistas, neste caso, é sua posição como interlocutor reconhecido. Essa política de proximidade pode ganhar o formato de política de *lobby*, a qual ocorre tanto no Poder Executivo, como no Poder Legislativo.

Participação institucionalizada. Esta forma de interação é caracterizada pelo uso de canais de diálogo institucionais composto por membros do governo e da sociedade, que em parte foram analisados por Avritzer e Ricci. Estes canais, predominantemente, tem três modelos: o orçamento participativo, conselhos de políticas públicas e conferências.

Participar ou não nessas arenas oficiais tem sido um tema extremamente polêmico. Enquanto alguns movimentos sociais têm rejeitado sistematicamente essa possibilidade, outros movimentos sociais têm tentado utilizar o Estado como plataforma a partir da qual dão maior visibilidade e eficácia às suas demandas. Como agentes do Estado, entretanto, é necessário defender interesses sociais mais amplos do que seria necessário como ativistas de movimentos específicos. Isso foi fonte de tensões e críticas daqueles que consideravam que os ocupantes de cargos não estavam fazendo o suficiente para defender os interesses dos movimentos sociais dos quais provinham.

Tatagiba (2009) elenca outras questões quanto a efetividade da participação ou que permeiam a decisão e o tipo de relações que se estabelecem entre o movimento e o governo, nos processos de participação nos conselhos. Chama atenção para o fato de que na imensa diversidade de contextos e modelos participativos hoje em curso não é incomum encontrarmos experiências, que sob o rótulo da “moderna gerência” ou da “democratização da gestão”, reproduzem o que há de mais antigo na política brasileira.

Estruturas tradicionais autoritárias e clientelistas podem conviver de forma mais ou menos “pacífica” com a nova dinâmica introduzida pelos arranjos participativos. Mesmo em experiências participativas consideradas bem sucedidas os particularismos podem se impor nas entrelinhas da mudança.

[...]. A força dos laços pessoais e seu lugar no encaminhamento das demandas aparecia de braços dados com a participação nos novos canais de mediação política [...]. Diante da oferta de participação estatal, a decisão de participar (ou não) trazia um conjunto de dilemas para os movimentos. Participar, aceitar o “convite”, parecia ser uma retribuição necessária com vistas a manter a aliança (que resultava em benefícios materiais ou simbólicos) e, ao mesmo tempo, aumentar o cacife para trocas futuras. Nesse caso, foi interessante perceber como a participação se acomodava – ao invés de confrontar – o circuito das trocas personalistas ou clientelistas [...]. Aceitar o convite à participação, mesmo reconhecendo todos os seus limites, era um ato de doação e responsabilidade, visto que significava ocupar os espaços pelos quais se lutou. Mas, era também uma decisão dolorosa já que significava de certa forma legitimar uma forma de participação que parecia muito longe da que se pretendia (TATAGIBA, 2009, p. 14-17).

Projeto político compartilhado entre governantes e atores da sociedade civil, na construção de novos processos participativos, chama atenção para a convivência e tensões entre projetos distintos, em razão dos lugares diferentes que cada um ocupa, em torno de propostas semelhantes.

Em um diagnóstico crítico mais geral acerca da participação institucional, a autora aponta para o fato de que os resultados das experiências concretas estão muito aquém das expectativas lançadas sobre elas. Uma das principais críticas está na dificuldade desses processos resultarem em efetiva melhoria das condições de vida da população, principalmente dos grupos mais pobres. Entre o potencial da proposta participativa e seus limites, a discussão nos movimentos parece ter ficado presa na armadilha de uma argumentação polarizada que hora conduz a uma aposta cega na participação institucional, hora sugere o abandono de qualquer tipo de envolvimento em dinâmicas participativas institucionalizadas em favor da ação direta.

Antes de junho de 2013, o governo já vinha tendo dificuldades em ser mais acessível no estabelecimento de interlocução com os movimentos, Dilma tinha se negado sistematicamente a receber movimentos sociais, acomodando-se aos espaços de interlocução e negociação daqueles protestos que eram da rotina da agenda política do ano, que já tinham sua ritualística – e aqui não abordo protestos dos segmentos conservadores ou politicamente de direita, me atenho ao campo do que chamo de movimentos sociais populares. Em junho de 2013 não eram os movimentos sociais tradicionais que estavam na rua, nas coalizões que se formaram no primeiro instante, eles não se fizeram presentes. Parte deles, talvez pelo grau de vínculo com o governo, não entendia o que estava acontecendo ou enxergava tudo como um grande movimento de oposição ao governo.

O estranhamento e a dificuldade, seja do governo, seja dos movimentos sociais tradicionais, de fazer uma análise de conjuntura de forma mais profunda quanto aos seus

significados e de adotar estratégias de intervenção para interagir positivamente com o que estava acontecendo nas ruas, abriu caminhos para a repressão e para os enfrentamentos e escaramuças entre esquerda e direita, com abertura de espaço para o avanço de posições da classe média tradicional conservadora e/ou de direita e para conflitos políticos entre esquerda tradicional e autonomistas dos novos movimentos. Tanto o governo como a esquerda tradicional encontraram dificuldades para traçar uma estratégia para o momento que dialogasse com a estrutura de oportunidade que se abriu com os protestos de junho de 2013.

Os movimentos que eram mais críticos ao governo também resistiam em aceitar o estilo dos protestos e enxergavam naquelas manifestações sem uma liderança personalizada, realizadas a partir da proposta de horizontalidade, sem carro de som, com performances e ações diretas, um radicalismo perigoso. Corria-se o risco de se perder a direção política dos protestos para direita, ou quando da resistência à violência com violência, quase que faziam coro com a grande mídia, vendo aquilo como vandalismo. Muitos só enxergavam nisso expressões políticas a serem combatidas, seja identificando como infiltração da P2, o que era realidade, como delinquência, o que foi muito localizado, ou no caso dos Black Bloc, esses foram confundidos com neonazistas, skinheads, anarcopunks e, muito raramente, como aquilo que é sua principal inspiração, que é ser herdeiro das ações do movimento antiglobalização.

É possível que o contexto da dinâmica institucional do governo (ou da Presidência) na relação com os movimentos tenha incidido de forma inesperada e dificultado a abertura de canais de interlocução mais direta, ainda mais quando se soma a isso o caráter horizontal do movimento que primeiro saiu à rua, o MPL, o que terminou por dar o tom dos protestos, ao lado da dispersão das demandas, do crescimento da adesão dos mais diferentes segmentos da sociedade, dos vários extratos de classe e em um cenário político em que o governo perdia aliados desde 2012.

No período anterior a junho de 2013 os movimentos sociais adotaram diferentes repertórios de interação na relação com o governo, como foi apresentado acima a partir da classificação de Tatagiba, Abers e Serafim (2014). Apresento, a seguir, uma classificação no interior dos repertórios de interação mediado por protestos.

O governo havia se acomodado a uma atitude de interlocução e negociação com os movimentos a partir de protestos que foram se ritualizando ao longo das duas últimas décadas, em especial no período do lulismo. Por um lado, o governo não criminaliza os movimentos, por outro, restringe a pressão das manifestações com negociações que se ritualizam em torno do debate de pautas postas pelos segmentos que realizam a mobilização naquele período. Exemplo

desta forma de interação são as grandes mobilizações: abril vermelho e marcha dos sem terra, do MST; acampamento Terra Livre dos povos indígenas, realizado pela APIB; grito da terra Brasil e marcha das margaridas, organizados pela CONTAG; greves dos funcionários públicos e outras categorias, regidas pela dinâmica de funcionamento do Ministério do Trabalho com presença forte das centrais sindicais na gestão das negociações, definidas pela presença direta nas instancias de gestão federal e delegacias regionais, que possibilitaram estabilidade e força para os trabalhadores no ritual das negociações coletivas com ou sem greve.

Todavia, os movimentos sociais utilizaram também outros repertórios que identifico como eventos de protestos sem mediação para negociações. A seguir identifico alguns exemplos deste período:

a) As ocupações do Movimento Sem Terra, que representaram a resistência política mais ativa nos anos 1990, uma expressão da luta contra o neoliberalismo. O MST constituiu-se num elo da relação do Brasil com o movimento antiglobalização, tendo se integrado à Via Campesina nesse processo e sendo parte do Comitê Internacional do Fórum Social Mundial. Esta luta vai se arrefecer no período lulista, voltando-se mais para o debate local de organização dos assentamentos e para o debate global crítico ao domínio de grandes corporações econômicas sobre a produção de alimentos com o controle da biogenética das sementes, a questão dos transgênicos e da insegurança alimentar gerada. Este foi o mote para luta antiglobalização e para o reforço à política externa do lulismo em favor de uma política soberana e de rejeição aos tratados de livre comércio que estavam em negociação quando Lula assumiu o governo. Isso significa um aparente paradoxo na relação do MST com o lulismo, quando se constata o estancamento da reforma agrária e, em contraponto, o firme apoio ao agronegócio, dada as opções de estabilidade econômica adotada pelo governo e o papel central exercido por esse setor.

b) O Grito dos Excluídos que ocorre quase em substituição aos tradicionais atos de luta e afirmação da força política e consciência da classe trabalhadora no dia 1º de maio que foram abandonados pelo movimento sindical – O 1º de maio passou a ser marcado por eventos festivos e recreativos promovidos pelas centrais sindicais, com distribuição de prêmios. A partir de 1994 surge o Grito dos Excluídos como expressão das estratégias de ação coletiva do campo democrático e popular, adotando repertório de ação do movimento antiglobalização no Brasil, em um misto de resgate da memória e do projeto de desenvolvimento nacional e popular

interrompido pelo golpe militar de 1964⁵⁶, e como uma tentativa de sobrevivência deste campo político após as derrotas eleitorais do PT até 1994, que tinha se mantido até aquele momento como sua expressão partidária – período que marca o início da erosão do campo democrático e popular.

Este quadro de perda da unidade e coesão do projeto político do campo democrático e popular foi marcado por cisões internas nas organizações e entre algumas organizações políticas que até então tinham possibilitado a manutenção de coesão e unidade na diversidade de perspectivas diferentes dentro de um mesmo campo político. O esforço de uma articulação nacional representava a manutenção de referências construídas por uma nova esquerda que tentava com a tradição comunista nacional hegemônica, e que veio a constituir-se como uma esquerda social que tinha uma referência partidária, mas nela não se diluía.

Na virada de época nos anos 1990, em relação ao capital político cultural produzido por uma esquerda social, este campo já tinha influenciado fortemente o conjunto da cultura da esquerda, mesmo aquela herdeira da tradição do PCB e de certa forma do PCdoB e das organizações vindas desse ramo político⁵⁷. Como falei acima quando discuti o lulismo, na década de 1990 a esquerda perde certa hegemonia cultural que havia conquistado em torno desse campo democrático popular. Este campo, em termos políticos e culturais, se distinguiu do campo de oposição à ditadura, mais amplo, reunido em grande medida dentro do (P)MDB.

O campo democrático e popular manteve afinidade, não política, mas cultural, com a esquerda cultural da época, que, mesmo tendo se integrado ao processo de implantação e expansão da indústria cultural, guardadas algumas exceções, manteve vínculos com posições e valores políticos culturais que somavam com as lutas da esquerda social - do campo democrático popular⁵⁸. Dez anos depois de iniciado o Grito dos Excluídos, foi articulada, em 2005, a Assembleia Popular, pela rede de movimentos vinculados a essa iniciativa, quando já se observa um forte esgarçamento daquilo que tinha sido o campo democrático e popular.

⁵⁶ O debate sobre o projeto nacional popular é herdeiro da coalizão de esquerda representada por segmentos dos partidos PTB, PSB, PCB e alguns partidos regionais reunidos nas siglas dos partidos republicanos, apoiados pelo movimento sindical, a CGT, os estudantes da UNE, as Ligas Camponesas, os centros de educação e cultura popular, a exemplo da CPC, MCP, MEB e mais a esquerda católica da AP.

⁵⁷ Estou simplificando a diversidade política presente no interior da esquerda e suas tradições, além do PCB, distinguimos, como parte deste ramo, outras tradições: os trotskistas, a POLOP, a AP, os trabalhistas de esquerda ou nacionalistas revolucionários.

⁵⁸ Identifico estes entre os que vieram do CPC, do Tropicalismo, do Teatro Oficina e Teatro do Oprimido, dos centros de cultura e educação popular, entre outros.

c) Outras mobilizações que se pode destacar podem ser entendidas como protestos de uma nova geração, em relação aos citados anteriormente, alguns estando mais próximos do acontecimento de junho de 2013. Cito como exemplos:

i) A retomada das lutas pela redução dos preços das passagens do transporte urbano, hoje pela tarifa zero, que ocorreram desde 2003 em várias capitais;

ii) Ocupações urbanas por moradia em terrenos em conflito e prédios abandonados que ganharam maior visibilidade após a participação ativa do MTST nos protestos de junho em São Paulo;

iii) Os ocupes, que são ocupações em defesa de espaços comuns para a cidade, ou seja, ocupações de áreas públicas ameaçadas de serem apropriadas pelo capital imobiliário ou empreiteiras para construção de edifícios residenciais de luxo ou shoppings centers, portanto, em benefício do capital privado e sua lucratividade, em detrimento de uma intervenção urbanística que beneficie a cidade e toda sua população. Registra-se também as ocupações em favor da utilização de prédios e casarões de propriedade do poder público, abandonados ou tombados como patrimônio cultural, para o desenvolvimento de projetos de ação cultural e/ou de economia solidária, com a perspectiva de que fomentem uma sociabilidade urbana de acolhimento e incentivo para arte e cultura local, com apoio dos governos e autogeridos pelos coletivos políticos culturais, seus profissionais, artistas e empreendedores;

iv) As Paradas Gays ou Paradas da Diversidade, as Marchas da Maconha ou Marcha da Liberdade e a Marcha das Vadias. Estes são exemplos de manifestações que não se dirigem majoritariamente ao Estado em sua interlocução, buscando um caminho de interação com a sociedade, no âmbito da contracultura e de valores morais libertários;

v) Greves e manifestações realizadas por trabalhadores, indígenas, mulheres e comunidades nos territórios das grandes obras de construção de infraestrutura do PAC, a exemplo da instalação de hidroelétricas que inundarão áreas de populações tradicionais e comunidades camponesas, como é o caso de Belo Monte, no Pará; portos e estaleiros navais associados a complexos de indústrias petroquímicas, a exemplo de Suape, em Pernambuco; abertura de canais para transposição das águas do Rio São Francisco; mobilizações em resistência a medidas governamentais como foi o caso da ação dos movimentos de mulheres contra a reforma da previdência proposta pelo governo Lula; entre outras que geraram significativas mobilizações.

No âmbito das relações do mundo do trabalho, entre as greves e as insatisfações do movimento sindical, a crise política também se aprofundava no contexto imediatamente

anterior a junho de 2013. Pesquisa realizada pelo DIEESE informa que o crescimento de greves e paralisações de trabalhadores em 2012 foi bem relevante. As horas paradas em 2012 foram superiores a 2011 em 75%. Historicamente, este índice só é inferior ao pico de greves de 1989 e 1990, período grevista de grande efervescência e com inúmeros impactos políticos na história brasileira (BRAGA, 2013a).

Braga, em debate público na Casa da Cidade em São Paulo durante os dias das mobilizações de junho de 2013, compartilhando mesa de exposição com Paul Singer, André Singer, Pablo Ortellado e Nabil Bonduki, apresenta uma análise dos acontecimentos a partir de uma leitura da questão do trabalho, resgatando nas manifestações o lugar do precariado, suas demandas, tendo em vista o funcionamento do sistema de regulação econômica do governo Lula e sua frágil inserção na dinâmica de desenvolvimento econômico gerado no período (BRAGA, 2013b). Sua exposição contém a seguinte análise.

O que ficou de fora da inclusão social proporcionada pelo lulismo, para ele, foi o precariado, que como visto antes, situa-se na sua análise de classe, entre o proletariado com emprego estável e sindicalizado, e o subproletariado beneficiado pelo Bolsa Família. Para Braga, olhando-se a situação do precariado⁵⁹ na conjuntura econômica e política atual, é fácil entender porque ele foi às ruas. O precariado, como massa flutuante da mão-se-obra, por não ter qualificações específicas, entra e sai muito rapidamente do mercado de trabalho. Estas pessoas entram na formalidade, saem da formalidade, entram no emprego, saem do emprego. A taxa de rotatividade no mercado de trabalho no Brasil nos últimos dez anos só aumenta ano após ano. De 2011 para 2012, a permanência mínima do trabalhador no posto de trabalho caiu de 19 meses pra 16,3 meses.

Se você for olhar pra quem está na rua e tiver a curiosidade de conversar com quem está lá, diz ele falando dos dias dos protestos, vai perceber que muitos dos que estão na rua, são basicamente o pessoal que faz parte do precariado, vai perceber que são jovens que estão cursando UNI Anhanguera, UNIP, um monte de faculdades noturnas de baixíssima qualidade, esse pessoal vive certa angustia com o modelo de desenvolvimento que foi estruturado no país nos últimos dez anos e que continua funcionando assim. A angustia se deve a certas promessas. Disseram a eles: se você trabalhar duro e se você fizer faculdade, vai encontrar emprego, ou se

⁵⁹ Recapitulando quem é o precariado: Precariado é a massa também estagnada, uma parte do subproletariado, ou seja, aquele pessoal que tá inserido em condições subnormais de reprodução, sim, mas também a massa latente, ou seja, uma quantidade enorme de jovens que estão entrando no mercado de trabalho e que são profundamente atingidos pela desaceleração da criação de emprego formal no mercado de trabalho nos últimos dois anos, e o pessoal que está na informalidade quer passar para a formalidade, e que durante esse último período passou pra formalidade, a gente tá num pico de absorção de trabalho formal no Brasil histórico, historicamente falando (BRAGA, 2013b).

você trabalhar duro e fizer faculdade, você vai melhorar de vida. Eles trabalharam duro em condições degradantes de trabalho, em alta rotatividade, sendo explorados, em condições muito complicadas, pelo aumento da terceirização, da flexibilização, e essas taxas só aumentaram. O emprego formal criado no país nos últimos 10 anos, têm baixa remuneração, 94% desses empregos paga até 1,5 salários mínimo.

Essa criatura sai, vamos dizer assim da condição de babá entra na indústria do call center. São essas pessoas que estão na rua. Fazem das tripas o coração pra manter-se com um salário miserável de 700 a 800 reais, pagar a faculdade privada noturna, se formar, e muitas têm se formado, porque basta você ver o nível de escolarização tá aumentando, isso é nítido, ano após ano, mais gente com ensino superior, entra e fica. Esse pessoal sai da faculdade, fez o curso de administração, turismo, sei lá, ou curso de publicidade e propaganda, volta para o mercado de trabalho e o que é que encontra? Encontra os mesmos 800, 900, 1000 reais que estavam ganhando no início dessa história toda. Eles não encontram empregos melhores que efetivamente ofereça a oportunidade deles darem um salto, e essa angústia de você ao mesmo tempo está perdendo no jogo, vamos dizer assim, das condições de trabalho, da inserção profissional, no salário, etc. e tal, e não ter, não identificar um horizonte propriamente dito de progresso. Eles percebem que progrediram um pouquinho, só que este progresso, essa percepção está se esgotando, já se esgotou, esse é o meu ponto. Essa percepção de progresso dos últimos 10 anos se esgotou, isso é nítido, basta você vê a pressão que esse pessoal faz sobre os sindicatos, de 2008 até hoje a curva dos números de horas paradas e greves nesse país só aumentam, de 2008 a 2009, 35%, 2009 para 2010, 40%, de 2010 para 2011, 35%, 2011 para 2012, 75% de aumento. O ano passado de 2012 é o pico histórico de greve nesse país, não sai na mídia, mas é o pico histórico desse país, maior número de horas paradas desde os anos 80, só perde para 89 que foi a eleição do Lula e 90 que foi o caos econômico [...] Eles percebem que, o condomínio que manda nesse país há 20 anos, que é o PSDB da década de 90, ofereceu o quê? Desemprego. E o PT nos últimos 10 anos ofereceu o quê? Esse emprego em que eles estão, que eles percebem que não tem mais, não dá mais (BRAGA, 2013b).

Para Braga, os gastos desse governo aumentaram muito, mas os gastos com saúde e educação não. A massa de dinheiro pode ter aumentado porque a tributação aumentou, mas a massa relativa à participação com gastos na educação e saúde públicas declinou relativamente. Enquanto o país estava com as *commodities* valendo o dobro, o triplo, tudo bem, mas agora que tem essa desaceleração econômica, está apertando, a massa que está na rua quer direitos sociais, é por isso que eles se mobilizaram pelo direito ao transporte público, saúde e educação de qualidade, querem direito e distribuição de renda, conclui ele.

Analisando do ponto de vista político, histórico e estrutural o processo de democratização brasileira, tendo abordado os ciclos de protestos que o atravessaram, discutido sobre o campo democrático popular dos movimentos sociais e suas interrelações com o lulismo e petismo, concluímos esse capítulo discutindo a crise da participação política que acompanhou

junho de 2013 e a estrutura de oportunidade que possibilitou a emergência deste ciclo de protesto que atravessou fases com perfis de agência e conteúdos muito distintos e plurais.

As reflexões sobre a arquitetura do experimento de democracia deliberativa, observando a capacidade de intervenção política da sociedade civil para constituição de uma nova institucionalidade e para ampliação da esfera pública, vê, em opções do governo restritivas à participação e no sistema político, os impasses que promovem o esgotamento do modelo nos termos em que vêm sendo executado. A visão mais institucionalista centrada no modelo de Estado, enxerga a crise política no estilo populista assumido por Lula, em um modelo de administração burocrático e neocorporativista, que copta lideranças e organizações sociais para dentro da gestão do Estado, neutralizando a possibilidade de pressão vinda dos movimentos sociais, descaracterizando e bloqueando os mecanismos de participação, fragilizando a ação da sociedade civil.

O olhar a partir dos repertórios de interação Estado e sociedade permitiram enxergar as contradições presentes em opções políticas e projetos, que se articulam e se conflitam numa relação que não necessariamente anula a autonomia dos movimentos sociais, mas onde os movimentos planejam sua intervenção em ações que não são necessariamente de subordinação política, no entanto estão marcadas por traços da cultura política tradicional que, permanentemente, condicionam essa interação. Esta interação acaba reproduzindo formas de gestão política viciadas de clientelismo, de transmissão de posições do partido no Estado, de relação diferenciada pela coincidência de projetos entre gestões de esquerda e militantes de movimentos sociais e de absorção dos militantes em tramas da burocracia. Tudo isso gera a incapacidade de transformar a participação em mudanças que impactem no padrão de gestão e nos resultados e alcances de objetivos democratizantes e distributivos. Ou seja, tal abordagem levanta perguntas que podem ajudar a identificar no processo histórico da democratização algumas razões para a crise política de participação.

O período do lulismo foi marcado pelos dilemas que as reflexões sobre repertório de interação entre sociedade e Estado, e movimento social e governo, trouxeram elementos que apontam impasses vividos por militantes dos movimentos sociais. Extrapolando o campo das informações trabalhadas nesse capítulo, e adiantando algumas que serão incluídas no próximo, posso inferir uma hipótese em relação aos desgastes das relações entre movimentos sociais e governos lulista, identificando nesse período histórico um processo de ruptura e dissidências que foram conformando novas forças políticas, organizações e movimentos sociais saídos do

campo político do governo do PT e no sindicalismo da CUT, o que coincide com o esgarçamento crescente do campo político democrático popular dos movimentos sociais.

Tais dissidências coincidem cronologicamente com a crise de 2005, que ficou conhecida como a crise do mensalão, antecedida pelo embate com as manifestações contra a reforma da previdência. No âmbito partidário surge o PSOL e mais tarde a Rede de Sustentabilidade; no âmbito sindical surge a CSP-Comlutas e a Intersindical e, por razões distintas a CTB, no interior dos movimentos sociais surge a articulação da Assembleia Popular – que vêm de uma dissidência anterior no campo democrático e popular, reunindo segmentos das Pastorais Sociais e MST, representando o que viria a ser a Via Campesina, movimento que fundou a Consulta Popular -, que vinha questionar as opções econômicas e políticas do governo; mais tarde, do interior dos movimentos articulados na Via Campesina, retiram-se 60 militantes com críticas quanto ao “governismo” dessas organizações – integrando-se em outras correntes políticas e movimentos, entre eles as Brigadas Populares -; por fim o MTST se desvincula do MST. Nesse processo observa-se ainda uma diáspora de militantes petistas e independentes, que pode ser localizada desde o período de criação da Consulta Popular, Grito dos Excluídos em meados dos anos 1990, intensificando-se em 2005 com a crise do mensalão.

Após o debate sobre a crise da participação democrática e popular, sobre a crise do governo – do lulismo e do petismo -, do sistema político pemedebista, de representação dos partidos e movimentos sociais tradicionais, registradas as análises teóricas críticas e comprometidas com uma perspectiva de esquerda, fica em grande medida ausente da grande maioria das abordagens e correntes, o caráter disruptivo dos protestos. São poucas as análises, fora do campo da militância autonomista e anarquista, que enxergaram o significado, ainda que a participação tenha sido minoritária, dos segmentos sociais da periferia, que não se sentem representados ou são vistos como irrepresentáveis – porque inclassificáveis – pelos movimentos sociais e pela esquerda tradicional.

Zibechi (2013) postula, em sintonia com James C. Scott, que as chaves do que sucede no cenário público têm que ser buscadas nas práticas cotidianas dos setores populares e, muito em particular, no que o autor chama espaços ocultos, onde os subordinados elaboram discursos antagônico ao poder:

Os atos temerários e altaneiros que impressionaram tanto as autoridades foram talvez improvisados na cena pública, porém haviam sido ensaiados por longo tempo no discurso oculto da prática e da cultura popular (SCOTT, 2000: 264 apud ZIBECHI, 2013, p. 17).

Como afirma Zibechi, é necessário compreender como foi se estabelecendo, ao longo de mais de uma década, um novo modo de protestar e de se organizar, uma nova cultura política que só pode ser percebida se o analista presta atenção à prática dos pequenos grupos. Para evitar os riscos das generalizações, é importante direcionar o olhar para atores que esteve na origem do ciclo de protestos de junho de 2013 e que são parte desses novos modos de organização e atuação.

O Movimento passe Livre – MPL cumpre com ambos os requisitos: foi o disparador das massivas manifestações de junho, ao descarregar-se contra suas convocatórias uma brutal repressão policial que enervou a população, e é um dos mais sólidos representantes da nova cultura política que pretendemos revisar. Devem ser contempladas também outras organizações sociais, como os Comitês Populares da Copa, o Centro de Mídia Independente - CMI, o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto – MTST, assim como o papel o movimento hip-hop, importante em São Paulo e em todas as periferias urbanas brasileiras. (ZIBECHI, 2013, p. 17).

Zibechi, em sua interpretação sobre junho de 2013, a partir de sua perspectiva teórica analítica e política autonomista, inclui na discussão sobre os protestos um elemento novo em relação ao inusitado, imprevisível e invisível que foi o acontecimento. Com isso colabora para a hipótese da importância de investigar o enquadramento autonomista dos protestos que têm nos movimentos citados por ele seu ponto propulsor, assim como para buscar perceber, na presença militante autonomista, o invisível quanto a segmentos sociais que somaram para ações disruptivas, e eu acrescento, a invisibilidade e o ocultamento de uma tradição política cultural autonomista subterrânea ao processo histórico da democratização e anterior a ele.

Essa aparição na cena política pública de um repertório e/ou enquadramento autonomista, nessa conjuntura, possibilita perguntar, se não deixamos de enxergar outras formas de resistência invisíveis à democracia existente, em sua institucionalidade e estrutura de poder, em diferentes repertórios de interação movimentos e governo. Pergunto ainda, se na sua radicalidade política e afronta da ordem democrática existente, os protestos não nos remetem para além de repertório de confronto autonomista com o poder instituído e com as organizações que estão integradas nos limites do jogo democrático em voga. Ou ainda, se esses protestos não remetem os movimentos a novas jornadas de lutas, para abrirem pautas políticas que estavam blindadas pela agenda econômica do Estado, lá onde não chegaram os ensaios participacionistas, como indicado em análises acima. Também me pergunto sobre esse ocultamento da agência dos movimentos, da sua atuação no cotidiano, lidando com a vida material e simbólica em processos de organização de base invisíveis na periferia geográfica e política, nos quais ralé, subproletariado, batalhadores, precariado, novo proletariado e

militantes de classe média de esquerda vão criando outros espaços de sociabilidade, rompendo com barreiras políticas e culturais da esquerda tradicional – um policlassismo dos de baixo que não é vanguarda e propõe outra política. Processo que reabre o debate sobre os termos da “democracia como um valor universal”, regida por um realismo político que excluí muitos segmentos sociais, ficando às vezes muito próxima de uma democracia para uma nova elite, um governo de (centro) esquerda que teme assumir uma perspectiva política que lide com rupturas que deem seguimento a políticas redistributivas e democráticas de seus programas (SAFATLE, 2012b).

Quem sabe essa eclosão não possa favorecer a enxergar impasses apresentados por este enquadramento autonomista, que, por um lado, revelou uma institucionalidade democrática vigente ainda muito permeada pelas heranças de uma formação social, política e cultural autoritária, patriarcal, clientelista, patrimonialista, escravocrata, que sistematicamente anula ou bloqueia as conquistas democráticas históricas dos movimentos sociais. Por outro lado, o MPL revelou a necessidade de fortalecer novas relações de poder que afirmem práticas políticas e culturais e valores emancipadores de humanidade, nascidos e expressos em experiências locais e internacionais que aliam contingência e utopia, em uma dura situação de exceção, em um novo tempo do mundo (ARANTES, 2014). Ainda que, em 2016, ao fazer essa análise, assista-se desdobramentos e/ou resultados no cenário político do país, com fortes polarizações políticas entre esquerda e direita, tenha-se passado pela eleição e impeachment da presidenta Dilma, levando pesquisadores a interessar-se por estudar sobre a onda conservadora e grandes manifestações de direita que ocorreram desde 2007, e que até 2015 não tinham sido incorporados aos estudos sobre junho de 2013.

Reconhecendo que todo esse processo de democratização e crise política analisada passou por dentro e se confunde com a história das organizações nacionais de movimentos sociais e ONGs, e com a constituição do campo político democrático e popular, que contou com fóruns e redes articulados para qualificar a intervenção no Estado, para democratizar a democracia, vale a pergunta: como chegamos a uma nova geração de movimentos sociais que se fez presente nas ruas demarcando uma virada geracional e de radicalidade política? Falando especificamente dos movimentos reunidos em torno das organizações, militância e práticas autonomistas, que estou delimitando no correr do estudo. Essa é a principal preocupação da discussão que segue no próximo capítulo.

4. Movimentos sociais: uma nova geração de militantes e ativistas ou novas estruturas de mobilização e performances de confronto? Repertório e enquadramento autonomista em junho de 2013

O sono do gigante [...] entre o sonho noturno e o diurno. No noturno, pensamos para trás – no inconsciente não existe tempo, ele é sempre contemporâneo: não existe passado nem presente. É no sonho diurno que pensamos para frente. Esse “sonhar acordado” é chamado na linguagem coloquial brasileira de devaneio. Trata-se do escape ou descolamento ocasional em relação à realidade sem o qual enlouqueceríamos [...] O devaneio, o sonho acordado, é, assim nada menos do que o fundamento de todas as utopias. A questão central que fica diz respeito à analogia entre esse devaneio coletivo e o vínculo forte do ativismo. E onde mais esse vínculo ativista poderia encontrar os milhares de adormecidos em sua multiplicidade de devaneios, senão no transporte coletivo? O sonhar acordado, esse breve respiro do inferno da jornada de trabalho, que pode abranger desde o namoro e a amizade às contas e a imaginação de fantásticos mundos imaginários, se dá, tipicamente, no transporte coletivo. Esse devaneio, que acontece em meio às duas horas de ida e duas de volta (para ficar no caso de São Paulo) e prefigura e exponencializa as miseráveis condições de trabalho da metrópole, pode aparecer sob a forma de uma lembrança, um caso, uma piada... às vezes acontece em voz alta e pode até se transformar em conversa. Essa conversa é perfeitamente politizável. O que acontece nesse devaneio, que afinal deflagrou o que vimos, é produto de um sofrimento social profundamente ligado ao mundo do trabalho. Mais do que recuperar palavras de ordem ideológica, categorizando classes e posições políticas, é isto que precisamos decifrar

Paulo Arantes,
Aula pública em junho de 2013 em São Paulo.

Movimentos sociais, militância e ativismo, socialistas e autonomistas, ciclo de protestos, estrutura de mobilização, repertório e performance de confronto. Debater o cenário político de junho de 2013 identificando as mudanças percebidas nos padrões de mobilização, formas de luta, articulação, organização, comunicação dos movimentos sociais, alterações na composição dos participantes presentes nos protestos e tradições políticas culturais nos movimentos sociais. Este é o percurso trilhado neste capítulo.

Observo expressões culturais e artísticas performáticas que ocuparam as ruas durante os protestos, a circulação das informações e de comunicação via internet móvel, seja para convocação das mobilizações ou para transmissões em tempo real dos protestos, como já visto. Aqui me atenho à dinâmica das interações de confronto, a partir de olhar do polo dos movimentos e ativistas em suas construções e expressões políticas e culturais públicas, assim como em suas diferenciações internas e auto compreensão. Nesse processo caracterizo os movimentos sociais que emergiram nessa cena, apurando os sentidos de novos movimentos sociais naquilo que os diferenciam dos tradicionais.

Nesse capítulo privilegio uma abordagem mais centrada numa leitura da dinâmica dos protestos. Feita uma análise contextual histórica no capítulo anterior, neste foco nos protestos

em si, observando as performances de confronto, e a partir destas, a conformação de repertórios que ajudem a enxergar na polissemia e heterogeneidade encontrada na fase de junho a outubro de 2013, e em Recife, até junho de 2014, elementos de identificação dos agentes e coletivos desencadeadores dessa ação coletiva (APÊNDICE IV).

Feita uma primeira leitura do processo político conflitivo envolvido na dinâmica de confrontação, e das tensões entre sociedade e Estado, movimento e governo, promotora de uma profunda crise política institucional, neste capítulo construo uma cartografia dos protestos, possibilitada pela observação dos repertórios. Me debruço sobre a dinâmica dos movimentos sociais e ativistas nesse ambiente dos protestos, que parecem romper, em parte, com uma tradição predominante encontrada nos estudos dos movimentos sociais no Brasil. Busco entender esses movimentos e ativistas em suas posições políticas e culturais, na cena do momento, mas também indagando sobre permanências de tradições políticas culturais que tenham influenciado as ações estratégica desses atores, em enquadramentos interpretativos que digam de continuidades e descontinuidades desta ação política e ideário, relacionando presente e passado, memória e horizontes de possibilidades.

Para me auxiliar nesse exercício analítico, recorro de novo a Alonso e Svampa. Alonso (2015) fez pesquisa em São Paulo, ainda em junho de 2013, adotando para seu estudo as noções de ciclo de protesto e repertório de confronto. Usufruindo dos resultados de sua pesquisa e compartilhando do seu enfoque teórico, busco subsídio e inspiração para a análise das informações coletadas e a discussão sobre os novos tipos de movimentos e ativismo que emergiram, estabelecendo um diálogo estreito com muitas de suas sugestões.

Para lidar com o desdobramento da identificação de repertórios, em específico o autonomista, alargando a análise do ponto de vista de repercussões e vínculos com tendências presentes nas ações coletivas e ondas de protestos agenciadas por novos tipos de movimentos sociais, incorporo nesse capítulo a discussão sobre a emergência de um enquadramento autonomista. Busco, para isso, estabelecer relações entre esse enquadramento e tradições políticas e culturais presentes na história dos movimentos sociais, dialogando com a noção utilizada por Svampa (2011) de matrizes sócio-políticas dos movimentos sociais. Ela aponta quatro matrizes que estariam presentes em suas formas de ação influenciadas por distintas tradições culturais, no cenário político da América Latina após os anos 2000, sendo um delas a matriz autonomista. Ao longo do capítulo, portanto, vou explorar este diálogo e sugestões metodológicas sobre repertório de performance e matrizes político-ideológicas no espaço militante de esquerda.

Observo nesse capítulo, como nesse ciclo de protestos atuam e se expressam as redes informais de movimentos sociais; os novos repertórios de performance, os formatos organizacionais de novos tipos de movimentos sociais, articulações e coalisões de organizações sociais e políticas e a participação dos ativistas. Para isso busco enxergar os protestos olhando para o ocorrido em alguns estados, para além dos registros do capítulo anterior, quanto à expressividade das ruas, a atuação dos ativistas, os coletivos e movimentos que ganharam mais visibilidade. Distingo estes elementos a partir de algumas características que permearam a dinâmica de confronto nas várias fases dos protestos, no segundo semestre de 2013 – concentrado entre junho-outubro: presença da juventude, do ciber e mídia ativismo, da ação direta, da questão urbana, entendendo que elas se misturam, mais podem ajudar a identificar diferentes agentes da ação coletiva observada – MPL, Mídia Ninja, Blac Bloc, MTST. Destaco nesse percurso, como elemento distintivo dessa ação coletiva, as assembleias populares horizontais.

A caracterização desses movimentos de novo tipo, a partir de qualificativos que vinculam MPL à juventude e uma gama de movimentos juvenis com traços semelhantes, Mídia Ninja ou Anonymous à ação de ciber e mídia ativismo, MTST à questão urbana e Black bloc à ação direta e radical, insere-se no exercício da análise como categorias subsidiárias para processar as informações reunidas em torno da categoria operacional autonomismo. A categoria operacional autonomismo em trânsito para categoria analítica, pelo significado explicativo da emergência e expressão pública de novas formas de organização e ação dos movimentos sociais e ativistas, permite refletir sobre um tipo de militância que reúne ativismo individual e ações em coletivos. Militância que também se expressa em ações coletivas organizadas, em performances de confronto, em configurações de redes sociais que apresentam um novo script e novos repertórios, em um cenário que vai reposicionando antigos repertórios e ideários.

Procuró identificar se e como se constituiu o enquadramento interpretativo autonomista. Faço isso avançando na discussão sobre a relação da emergência de um repertório autonomista nos protestos com a crise da participação política analisada anteriormente, fazendo um recuo histórico nas tradições políticas culturais da esquerda social, como já vim fazendo, refletindo sobre possíveis continuidades e presença nesse ciclo histórico, aberto com os protestos. Discuto em que medida o repertório autonomista é herdeiro de certa tradição militante autonomista que comporia, de forma difusa nessa onda de protesto, um enquadramento autonomista mais amplo do que o expresso pelo repertório autonomista. Neste enquadramento integro uma borda de militantes socialistas da velha e nova geração, que foram influenciados pela perspectiva de

socialismo autogestionário, e que se encontraram nas ruas – que nomeio de autonomismo ampliado, que se encontra na intersecção ou área de sombreamento entre autonomismo e socialismo. No final do capítulo discuto acerca da trajetória da esquerda social, campo democrático popular, movimento antiglobalização, consulta e assembleia popular e a emergência de um repertório/enquadramento autonomista em 2013.

Na sistematização e análise desse processo político, distingo elementos de âmbito nacional e local. A pesquisa nacional lida com materiais de fontes secundárias, que teve como base de consulta entrevistas, debates, depoimentos, documentários registrados em vídeos acessados na internet, reunidos em apêndice I, assim como em textos identificados também na internet e/ou revistas, jornais, livros, também em apêndice II. Estes materiais, quando citados, são incorporados a bibliografia, a referência aos apêndices é para indicar o universo de documentos acessados.

Essa base de dados trás para a pesquisa um desafio que advém dessa nova fonte de pesquisa que é a internet e as possibilidades que esta passa a oferecer para pesquisas de âmbito nacional, pelo corpo de informações disponíveis e acessíveis⁶⁰. Frente a esse universo e a definição de focar a pesquisa, nessa fase, no repertório e enquadramento autonomista, sendo o autonomismo para a investigação uma categoria operacional, para além dela ter ganho densidade analítica, me orientou para seleção do material a ser acessado e processado, dentro do universo do material arquivado, apresentado nos apêndices. Os arquivos dos apêndices no que se refere a material pesquisado na internet, no google e youtube, foram compostos através de busca pelas palavras: 2013, junho, tarifa, rua, protestos, ninja, Black bloc, revolta, jornada, usadas individualizadas ou fazendo combinações entre elas. Nas buscas, inicialmente me concentrei nos meses de julho de 2013 a março de 2014, quando me decidi por pesquisar os protestos de junho de 2013. Após esse período fiz buscas eventuais, para obter informações complementares. Essas buscas nunca pretenderam ser exaustivas, impossível, assim como, a abrangência de acesso ficou limitada as às minhas condições de possibilidades. Durante o período de arquivamento eletrônico houve perdas de arquivos e nem todos foram registrados nos apêndices.

⁶⁰ Levanto como questão para um debate metodológico, em outro momento, se a classificação desse material, pelo menos os vídeos, ainda que mediados pela gravação de uma câmera e um operador, mas obtida - imagem e som - com a mensagem capturada na forma como exposta pelo autor, que exprime sua posição e interpretação sobre o objeto e questões da pesquisa, sendo os mesmos sujeitos da ação estudada, ainda que não tenha a interação cara a cara, do pesquisador e pesquisado, sendo realizada a narrativa sobre determinadas condições e apresentando interpretações sobre os fatos pesquisados, sendo ele sujeito da ação e estando a compartilhar reflexões em ambiente de forte emoção dado ao contexto de ebulição política e envolvimento pessoal, social e cultural, se esta narrativa não poderia ser tomada como fonte primária.

Para isso, delimitei, dentro do campo político da esquerda, quem iria considerar enquanto fonte de informação (veículo de informação e comunicação na transmissão de sua opinião e/ou posição) e produtor(a) do conteúdo (indivíduos/agentes políticos), excluindo a seleção de materiais de viés político conservador, de centro direita ou direita, senão para eventuais contrapontos nas análises.

Apresento a seguir as classificações das fontes de pesquisa selecionadas, orientada pela categoria operacional autonomismo, fazendo a delimitação de fronteiras entre repertórios/campos socialistas e autonomistas, e patriotas, fazendo distinções e indicando as fontes selecionadas. No contexto dos protestos de junho, delimito as fronteiras e as sobreposições, por um lado, da inserção de militantes autonomistas (anarquistas e não anarquistas) e socialistas num mesmo repertório autonomista, e, por outro lado, de militantes e repertórios socialistas. A delimitação desses dois repertórios com o patriótico nessa fase inicial da onda de protestos – junho até outubro de 2013 -, mesmo considerando-se as adesões por vezes despolitizadas aos símbolos e performances que os representam, é mais nítida em termos da inserção das pessoas que o compõe.

Neste esforço, defino os autonomistas como fonte de informação e interlocutores para meso análise desse capítulo. Apresento as escolhas de fontes por tipos de movimentos que defini como de um campo autonomista, o que inclui grupos que se auto identificam como autonomistas, incluindo os anarquistas, e movimentos que identifico como de tradição autonomista, o que delimita o uso operacional da categoria autonomismo, como apresento no quadro abaixo. Selecionei para trabalhar na pesquisa dois deles: autonomista e autonomista ampliado, ou seja, área de sobreamento entre os repertórios autonomista e socialista.

Quadro 2 - Apresentação de fontes de pesquisa classificado por tipo de repertórios

Repertórios	Interpretações da conjuntura-protestos	Origem do material - documentários, blogs, sites, faceboock, boletins e revistas eletrônicas
Autonomista	- Entende o processo dos protestos positivando a ação como contestação aos limites do governo, por vezes sugerindo rupturas revolucionárias na ação direta, não como tomada do Estado mas como reorganização da sociedade – assembleias populares horizontais; - Afirmam a crise do governo/Estado, das esquerdas tradicionais, partidos, sindicatos;	Auto identificados ou que registram posições autonomistas e/ou anarquistas: - MPL, movimento antiglobalização, frentes ou articulações de luta por tarifa zero para o transporte urbano; - MTST, Comitê Popular da Copa; - Blogs de organizações de esquerda socialista, revolucionária e radical; - Blogs de ativistas e pesquisadores da Universidade Nômade; - Mdiativismo e Ciberativismo (a exemplo de CMI – Centro de Mídia Independente, Mídia Ninja)

	- Propõe o autogoverno, autogestão ou organização e gestão com alternância no poder.	- Produtores culturais independentes ou coletivos políticos culturais (a exemplo de Fora do Eixo); - Coletivos dos Ocupes; - Coletivos anarquistas e Black bloc; - Marchas das Vadias e Marcha da Maconha
Repertório autonomista ampliado: área de sombreamento e intersecção entre os repertórios autonomista e socialista.	- Entendem os protestos como um movimento legítimo e popular por ampliação das políticas públicas estruturantes, combatendo a política lulista de inclusão social pelo consumo; - Atuam politicamente e saem à rua sem temer as consequências de desgaste político do PT e do governo, ou a polarização esquerda e direita; - Criticam o viés tecnocrático e desenvolvimentista do governo pelos impactos negativos em comunidades tradicionais no meio ambiente; - São favoráveis a uma ação combinada do governo de negociação e apoio a mobilização popular	Integram, para a pesquisa, a composição da categoria operacional autonomista: - Movimentos juvenis (ANEL, Juntos, Levante Popular da Juventude); - Blogs que debatem o ativismo pelo direito urbano; - Parte das ONGs históricas da ABONG e/ou participantes da articulação e organização do FSM (a exemplo de Revista Fórum, Outras Palavras; Le Monde Diplomatique/Polis, Ibase, Fase, Ação Educativa, SOS Corpo, Cfemea, Intervozes); - Dissidentes dos partidos de esquerda e sindicatos (a exemplo da Intersindical e Consulta Popular); - Militantes independentes ex participantes de ONGs históricas e/ou do PT; - Articulações e coletivos feministas anticapitalistas (a exemplo da AMB, MMM e novos coletivos juvenis); - Urbanistas e ambientalistas radicais (a exemplo dos ecosocialistas); - Via Campesina (MST, MAB, MPA, MMC, MTD)
Socialistas	- Discutem os protestos negativamente como ação de direita, dirigido pela grande mídia, sem projeto; - Enxergam a crise como um conflito entre o governo do PT e o Congresso; - Veem a mobilização com uso da internet por jovens como sendo apoiados pelos EUA com intenções golpistas; - Afirmam a crise do governo como crise da democracia, do presidencialismo de coalisão, do sistema político, das estratégias do governo Dilma; - Caracterizam mudança de fase no processo político da democratização na República, admitindo uma crise do padrão de ação coletiva dos movimentos sociais com base na democracia participativa.	Campo de tradição socialista e/ou marxista clássica: - Publicações do PT e de suas correntes internas; - Movimentos sociais reconhecidos e articulados com o petismo-lulismo: CUT, MST, UNE, LGBT e Marcha da Diversidade. - Partidos socialistas de matriz marxista e trotskista como PSOL, PSTU, PCO.
Patriotas	- Discutem corrupção, desacreditam dos políticos e partidos, posicionaram-se intolerantes ao uso do vermelho em atitude anticomunista, anti PT; - Foram intolerantes assumindo posições anti gay, racistas e contra as cotas para negros na educação, contra o aborto e favorável ao ensino religioso fundamentalista;	Blogs e sites: - Nacionalista e despolitizados; - Anti PT e anti esquerda, - De expressão pública da nova e velha direita (a exemplo do reaparecimento do integralismo de blogueiros de posições nfundamentalistas e conservadoras neofascistas) Obs.: Após junho de 2013⁶¹ este campo se constituirá em três movimentos reconhecidos

⁶¹ Os principais grupos convocadores do protesto têm extração de classe e preferência política dominantes: gente afluyente, branca, individualista, liberal, antipetista. O Vem pra Rua é o mais moderno. Esbanja recursos midiáticos, cibernéticos e financeiros. Com rede nacional de apoiadores e conexões no exterior, de Divinópolis a Miami. O

	- São favoráveis à terceirização do trabalho e contra a lei de regulação dos mecanismos de participação nos conselhos de gestão das políticas públicas.	publicamente, articulados e organizados pela internet e que irão liderar protestos nas fases pós junho de 2014, que são: Movimento Brasil Livre - MBL, Vem pra Rua, Revoltados On Line.

A pesquisa local foi realizada na cidade do Recife. Abordo os protestos entendendo-os como uma ação coletiva movida por redes de movimentos sociais que reúnem pessoas, organizações políticas e sociais, ativistas e grupos que atuaram em redes sociais virtuais e nas ruas. No nível micros social, para definir o campo da pesquisa e a escolha dos entrevistados, desenvolvo o entendimento que ambas as configurações de redes lidam com ativismo individual, modalidade, como constatado, crescente nos movimentos sociais de novo tipo. Observo também que nas redes sociais, no duplo sentido abordado, há participação de organizações políticas e sociais, dentro das quais muitas vezes encontram-se agrupamentos e tendências de partidos políticos, sindicatos ou associações, e ainda articulações e ou coalizões de agrupamentos políticos. Neste nível registro as visões dos militantes de movimentos sociais de Recife sobre a leitura do ocorrido na cidade e das influências intercorrentes de âmbito nacional e internacional.

Entrevistamos onze militantes de movimentos sociais que estiveram nas manifestações, dando uma atenção maior àqueles que estiveram nos protestos e atuaram no movimento de transporte, Direitos Urbanos, Comitê Popular da Copa, ocupação da câmara municipal e Ocupe Estelita. Ao falar dos protestos em Recife fiquei atento às grandes passeatas e ocupes ocorridas no período de junho de 2013 a junho de 2014, e de ações que se associaram aos protestos vinculando-se às lutas citadas acima. Priorizei, para seleção das entrevistas, pessoas que participam de alguma organização de movimentos social, garantindo que entre os selecionados estejam militantes vinculados às lutas sociais que coabitaram o cenário do ciclo de protesto na cidade.

Os movimentos, articulações e coalizões mapeadas que preenchem os critérios apontados para realização de entrevista com seus militantes, são: movimento feminista (Fórum de Mulheres de Pernambuco - FMPE-AMB, Marcha Mundial das Mulheres, Marcha das Vadias, coletivos feministas juvenis); Frente de luta pelo Transporte Público; movimentos urbanos (MTST, Comitê Popular da Copa, Fórum de Reforma Urbana, Direitos Urbanos, Ocupe Estelita); movimentos de juventude (correntes do movimentos estudantil, levante

Movimento Brasil Livre repete o perfil, radicalizando a pauta. Os Revoltados On Line se situam à direita: moralistas - defendem a família tradicional -, militaristas - elogiam os policiais do Bope - e anticomunistas - acusam excesso redistributivista do PT (ALONSO, 2015b).

popular da juventude); movimento autonomista; movimento anarquista (Bloco Negro); mídia alternativa (Revocultura, Radio Lama, Recife Resiste).

Priorizei entrevistados cuja liderança e capacidade de iniciativa individual, e cujos grupos, passaram a ter uma expressão pública maior a partir desses acontecimentos, e também não tinham maiores vínculos com movimentos e organizações históricas e reconhecidas no cenário nacional e estadual. Entrevisto principalmente pessoas ligadas ao ciberativismo, a grupos autonomistas, feministas, estudantis, militantes da Frente de Transporte, do Ocupe Estelita e do Comitê Popular da Copa.

O perfil dos entrevistados seguiu os critérios inicialmente estabelecidos. Foram entrevistados sete homens e quatro mulheres; quatro na faixa etária entre trinta e quarenta anos e sete na faixa entre vinte e trinta anos. Dentre estes entrevistados, considerando suas múltiplas militâncias, três se identificaram como participantes do movimento feminista, quatro de movimentos juvenis, nove de movimentos urbanos, dez de movimentos autonomistas e dois do movimento sindical. Em relação à formação escolar, nove são vinculados à área de ciências sociais e humanas, dois a comunicação social, uma fez biologia e outra direito e um deles tem curso superior incompleto de direito. Dentre eles alguns têm dois cursos universitários. As áreas de atuação profissional e militante coincidem com os vínculos à organizações e movimentos e com a formação escolar apresentados (Apêndice V).

Considerando os campos de interesse da pesquisa, a entrevista seguiu uma linha de depoimento dos(as) entrevistados(as), percorrendo um itinerário conduzido por um roteiro que leve cada um(a) a fazer o mais livremente um relato com narrativa histórica e interpretativa desse período, tendo sua memória e capacidade reflexiva e autônoma como baliza para sua fala, ver roteiro de entrevistas no apêndice VI.

A exposição da análise neste capítulo segue como roteiro os seguintes itens: Performance de confronto: rupturas geracionais e nos padrões de ação política e cultural dos movimentos sociais; Protestos e ocupes em 2013 e 2014 em Recife: um autonomismo jovem, conectado e radical; e Enquadramento autonomista: reflexões sobre militância/ ativismo⁶² e as tradições políticas culturais da esquerda social no Brasil.

⁶² O uso das noções de militância e ativismo, apesar de entender que podem ser utilizadas como conteúdos diferentes, neste trabalho as utilizo de forma indiferenciada, às vezes referindo militância a pessoas de uma geração mais velha e ativismo aos jovens dos movimentos de novo tipo.

4.1. Performance de confronto: rupturas geracionais e nos padrões de ação política e cultural dos movimentos sociais

O referencial teórico para o exercício de análise nesse capítulo, como já apresentado no primeiro capítulo, na abordagem dos repertórios de confronto, foi fortemente influenciada pela virada relacional e interacionista nos estudos de movimentos sociais. A investigação nessa perspectiva é orientada pela ideia de que a explicação para os protestos não deve eleger entre estrutura e ação, não deve trabalhar com essa disjuntiva, mas ter como ponto de partida para as análises, interações. Nessa perspectiva a delimitação dos repertórios não vai estudar atores com seus valores ou as formas organizacionais, mas sim as interações ocorridas na dinâmica de confronto. Não se olha para os atores envolvidos na ação coletiva como se constituíssem um todo fechado como um ator avulso, que teria uma identidade para definir, com suas pautas. A compreensão é de que na interação, no encontro com outros atores e no confronto com outros atores, é que essas pautas, essas formas de ação vão se definindo (TILLY, 1998; SVAMPA, 2009; FUNES, 2011).

O repertório, enquanto recurso para interpretação e como um fenômeno social, ajuda a estudar, mas não é um movimento, é o processo de interação política, durante o próprio ato do protesto. Como visto antes, essa perspectiva incorpora a dramaturgia social de Goffman ao estudo das mobilizações. Ver as interações políticas como um caso das interações sociais, como uma cena na qual os atores produzem e manipulam interpretações sobre o mundo social, constroem personagens e encenam performances. Para essa leitura teórica aplicada à sociologia política, os protestos seriam uma cena conflitiva, na qual se constroem, se entrecruzam, se confrontam diferentes performances políticas e funcionam como um jogo, cuja encenação de certas performances suscita outras em resposta. Então, aí não tem identidades fixas, não tem valores fixos, não tem nada pré-fixado, porque o jogo envolve um confronto, um esforço de identificação e de diferenciação dos atores entre si, o tempo todo. Isso significa um trabalho contínuo de improvisação dos atores na própria cena. Uma combinação de criatividade, mas também de cálculo estratégico. E isso vai se expressando empiricamente na eleição de certos símbolos, de certas estéticas e mesmo de certas formas de ação. A unidade de análise é aqui entendida não só como atos de mobilização, mas também como formas expressivas, o que consiste em atentar simultaneamente para ação, o que estava acontecendo, mas também pra linguagem, como estava acontecendo.

As pessoas não inventam, elas improvisam a partir de certos scripts já previamente conhecidos. Tilly, como indicado, articula o conceito de repertório de confronto à performance. A ideia de repertório de confronto de Tilly refere-se a um conjunto de formas de ação mais ou menos canônicas para exprimir demandas no espaço público, como as passeatas, as manifestações, as greves. Quando ele incorpora à sua teoria uma perspectiva mais interacionista, acopla a noção de performance à sua noção anterior de repertório. Assim tem-se que existe um conjunto de maneiras, mais ou menos estabelecidas de fazer protesto, mas na hora de protestar os atores vão elegendo, selecionando, interpretando, modificando as formas que eles encontram disponíveis e assim, eles acabam construindo performances políticas singulares (AMPARÁN, 2006; ALONSO, 2012).

Essas performances, no entanto, são também relacionais, porque elas se constroem no confronto com outros atores num jogo de performance contra performance. Isso possibilita que se passe a abordar os protestos com este conceito captando nuances que poderiam escapar no uso de outras noções. No entanto, a atuação desses atores, nesse cenário são influenciadas pelo momento histórico. Nesse sentido, é bom registrar a ocorrência de mudanças na cena cultural que vem acontecendo nos últimos anos nas cidades metropolitanas. Tem-se observado em muitas delas uma espécie de retomada do espaço público, por várias iniciativas culturais nos últimos anos, sobretudo, por meio de intervenções artísticas, ocupações, pichações, criação de coletivos culturais que foram criando uma agenda coletiva comum, que gerou também uma rede de sociabilidade que funcionou como suporte para o desencadeamento dos protestos e ocupes em muitas delas (ASSUMPÇÃO, ORTELLADO, PARRA, RHATTO, 2013).

Ou seja, conformou-se um setor político-cultural autonomista com vários dos movimentos envolvidos nos protestos de junho de 2013 que propugna uma auto nomeação autonomista, no qual foram emergindo novas formas expressivas e foram emergindo inclusive novos coletivos, como é o caso do MPL, mas de muitos outros, a exemplo das Marchas e dos Ocupas Sampa, Rio, Salvador, Brasília, Porto Alegre. Então, antes do início dos protestos, a cena cultural vinha produzindo novas linguagens e redes de sociabilidades que deram insumos para performances políticas e funcionaram como uma espécie de base organizacional para os protestos (PRADO, 2015; COCCO, CAVA, 2014).

Em abril de 2013, em Porto Alegre, o BlpTP POA - Bloco de Lutas por Transporte Público de Porto Alegre, realizava protesto contra o aumento das passagens. O relato etnográfico de Brancaleone (2014) é revelador da expressividade que marcou esse ciclo de protestos de 2013. Ele contextualiza que desde janeiro deste ano pequenos protestos foram se

antecipando numa ação política informativa e conscientizadora, anterior ao aumento da tarifa, reunindo ainda pouca gente. No mês de março as manifestações passam a ganhar mais densidade. A etnografia relata a manifestação do dia 08 de abril. Ele apresenta repertórios de performance, revela que o movimento não começou em São Paulo, que o MPL é parte de uma articulação nacional de movimentos juvenis de luta pela tarifa zero, com características autonomistas e que a violência policial já se fazia presente com todo o arsenal de repressão que marcou essas jornadas.

Manifestação pelo Passe Livre. Porto Alegre, segunda-feira, 08 de abril de 2013. Entre 18h e a madrugada de terça. (Itinerário percorrido pelo autor: Da frente da Prefeitura Municipal – Av. Borges de Medeiros – Av. Salgado Filho – Av. João Pessoa até o Parque da Redenção). Quando pegamos o ônibus em direção ao Terminal de Parobé, éramos eu, com 32 anos, e mais quatro rapazes entre 16 e 17 anos. Desembarcamos, recém passara as 18 horas, o Centro fervia em trânsito intenso (principalmente de pedestres, nessa região). Mas caminhando pelo Largo Glênio Peres já se via um conjunto, então somando mais de mil pessoas, ocupando a Praça Montevideu, defronte a Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Pessoas de meia-idade e jovens, muitos jovens; muitos cartazes, com as mais diversas pautas e formas de expressá-las na escritura (desde o mais inflamado discurso ideológico, até as mais veladas formas de ironia); muitos lenços cobrindo os rostos, muitas máscaras do Guy Fawkes. Os grupos se organizavam por afinidade: casais, grupos de amigos, colegas de trabalho, familiares, mas também se misturavam, se comunicavam, conversando sobre a justeza das reivindicações, trocando impressões sobre as outras manifestações, sobre as pichações e sobre a ação da polícia e, através de celulares e câmeras fotográficas, registravam o evento e o compartilhavam nas redes sociais, ao vivo. O ritmo de preparação da manifestação vinha dos manifestantes que estavam entre o chafariz e as portas da prefeitura, eles pareciam mais sincronizados, sempre trazendo palavras de ordem, as quais a multidão respondia. As ações que ocorriam dentro desse grupo central, também repercutiam no restante da multidão, como quando algumas pessoas com bandeiras de partido tentaram chegar mais perto da Prefeitura e foi rechaçado aos gritos de “Sem partido! Sem partido!”, o que logo se espalhou como um eco entre a massa e foi constringendo, aqui e ali, aqueles que traziam bandeiras de partidos políticos, mas não de sindicatos e de outras militâncias institucionalizadas ou difusas (UNE, LGBT, CUT, Bandeiras todas pretas do Anarquismo, ou só vermelhas do Comunismo). Assim como esse grupo no epicentro da mobilização dava o ritmo do ato, também era influenciado por ações que advinham das margens do aglomerado humano. Cada vez, mais pessoas apareciam de máscaras ou lenços subindo as paredes laterais da Prefeitura; algumas palavras de ordem brotavam de indivíduos na multidão e se difundiam por todo o bloco; e dessa forma, por exemplo, de repente todos estavam cantando o Hino do Rio Grande do Sul ou a palavra de ordem “Ah, o povo acordou!”. A Brigada Militar bloqueou o tráfego de automóveis na quadra da Prefeitura e espalhou uma grande tropa ao redor da concentração dos manifestantes, mas não interferia no ir e vir dos manifestantes e da população. Depois de uma pequena disputa pelo itinerário da marcha, quando um grupo começou a refazer o caminho da manifestação anterior (pela Av. Júlio de Castilhos), a multidão se reorientou subindo a Av. Borges de Medeiros em direção a Av. Salgado Filho. Quando a marcha canalizou-se

subindo a Borges, o som se propagou de uma maneira quase sólida, preenchendo o espaço acústico de uma forma homogeneizante; “Vem, vem! Vem pra rua, vem!” [...]. Entramos na Av. Salgado Filho, impedindo a circulação dos ônibus que têm por ponto final essa avenida; não vi nem funcionários das empresas de transportes, nem passageiros esboçarem reação de conformidade ou exasperação com a manifestação. Mas, do alto dos edifícios foi derrubada sobre nós uma chuva de papel picado e quando olhei para cima, em várias janelas estavam pendurados tecidos brancos (simbolizando um pedido pela não-violência na manifestação). Na elevada das ruas Duque de Caxias e Prof. Annes Dias que cruza por sobre a transição da Avenida Salgado Filho e João Pessoa nos esperavam vários outros manifestantes, com outros cartazes e faixas, com outras pautas, sobretudo, ligadas a manipulação da mídia corporativa. Já havia passado das 19h20 min [...]. Agora que estávamos em uma paisagem mais aberta, descendo a João Pessoa em direção ao Parque da Redenção, eu pude ver o tamanho da multidão (mais de 10 mil pessoas) em uma coluna que se estendia centenas de metros tanto à vanguarda, quanto à retarguarda da minha posição, nessa última linha os manifestantes eram acompanhados de uma distância tensa pela polícia. No céu, dois helicópteros, um da imprensa e outro da Brigada Militar, apareciam e desapareciam acompanhando a manifestação [...] Chegando às cercanias do parque, onde estão localizadas as agências de alguns bancos e a sede de alguns partidos políticos, passando por algum desses pontos, o corpo da multidão desacelerava e ao mesmo tempo em que apenas um indivíduo ou um grupo restrito de pessoas, saía da correnteza de gente e dava um chute na cortina metálica, ou pichava algo na parede ou quebrava um vidro e voltava a caminhar, ato-reflexo as pessoas na multidão gritavam: - “Uhhhh! Sem violência!”. Eu só fui entender o porquê de a multidão estar parando e vaiando nesses momentos, quando pela terceira vez ou quarta vez isso aconteceu de forma mais contundente na porta do Diretório do PT. Mas, de dentro do grande grupo nem parecia algo muito tresloucado ou desmedido, pois tudo estava meio invertido no ritual da manifestação: as pessoas estavam na pista ocupando o lugar dos carros, havia risos, brincadeiras, “conversa jogada fora” ao mesmo tempo em que todos estavam concentrados em reivindicações sérias; casais gays caminhavam de mãos dadas, usuários de maconha fumavam no meio do povo, com um ou outro risinho ou xingamento, e muitos jovens compartilhavam bebidas alcoólicas. Com certeza, ali estava se criando e desdobrando um momento tipo *comunnitas*, de inversão performática de muitos dos valores correntes na sociedade ocidental moderna e urbana. Quando saí para a pista contrária da avenida, para ver melhor a marcha, percebi que os policiais militares estavam cada vez mais perto [...]. Enquanto me afastava fumando um cigarro, ouço atrás de mim o estouro repetitivo de disparos e de gás lacrimogênio, me viro e vejo duas ondas de pessoas se dispersarem. Chego na casa da família e o pessoal está acompanhando pela TVCOM a batalha campal que ocorreu quando os manifestantes entraram na Avenida Ipiranga, almejando chegar até o prédio da empresa de mídia e comunicações RBS. A narração do âncora e do repórter falava de vândalos e baderneiros que enfrentaram a polícia dentro do Parque da Redenção, depredaram lojas de carros, colocaram fogos em coletores de lixo e em um ônibus do qual exigiram que parasse e mandaram previamente descer as sete pessoas embarcadas [...]. No dia seguinte, pelo *facebook*, fico sabendo que um policial à cavalo fez um manifestante correr ao lado do cavalo até quase exaustão, que houve uma série de abusos e de violências físicas e psicológicas nos processos de detenção de manifestantes e de confrontos esparsos de grupos de ativistas com a polícia (BRANCALEONE, 2014).

Dinâmicas de confrontação políticas intensas e duradouras tendem a desencadear ciclos de protestos. Esses são permeados por manifestações públicas que tomam as ruas em muitos lugares ao mesmo tempo e ao longo de muitos dias (TARROW, 2009). Como já investigado, desde um outro ponto de vista, nesse capítulo, faço indagações que podem revelar novas nuances. O que de fato ocorreu? Como se desencadearam essas mobilizações? Onde ocorreram? Quem participou? Como revela o relato etnográfico acima, a questão da tarifa urbana jogou um papel muito importante para o desencadeamento desse ciclo de protestos, e no interior desse processo, o MPL. Sua convocação se espalhou pelo Brasil, tendo a internet e redes sociais como um instrumento de comunicação facilitador. A ela aderiram indivíduos, ativistas e movimentos organizados, isso levou a população às ruas para fazer reivindicações, como já demonstrado antes. Exploro agora outras facetas do olhar e interpretação sobre esse ciclo de protesto.

Foram protestos frequentes no espaço público com participação de muitas pessoas desafiando o Estado, porém sem visar o poder, diferenciando-se, portanto, de um movimento revolucionário. Ocorreram em nome de ampliação de direitos. Até finais de junho registrou-se pelo menos 174 eventos pelo país, 32 com mais de 5 mil pessoas presentes. No total estima-se que entre os 19 e 21 do mês de junho, quando houve uma massificação das manifestações, contou-se com um total de mais de 3 milhões de pessoas protestando (SECCO, 2013). Na sequência do mês de junho registra-se a iniciativa das Centrais Sindicais, puxadas pela CUT, em apresentarem uma pauta de esquerda ao governo e a sociedade convocando um protesto para o dia 11 de julho⁶³, tentando avançar num dia de paralização nacional, o que não ganhou volume, e vê-se na rua nesse dia faixas com Fora Dilma portadas por militantes da Força Sindical. Secco expondo o balanço dos números e natureza dos protestos, de forma um tanto otimista, quanto a capacidade de o PT, a CUT e o MST polarizarem as manifestações, a partir do repertório, socialista, registra

Diante das ações de junho, as centrais sindicais convocaram uma greve geral para o dia 11 de julho, algo que não ocorria desde 1991[18]. Cerca de 200 mil pessoas participaram das manifestações em pelo menos 157 cidades[19]. A abrangência geográfica foi maior do que a dos protestos de junho, embora o número de manifestantes fosse menor. Mas o impacto da greve foi maior devido à paralisação de transportes públicos em algumas capitais e por conta do bloqueio de rodovias na maioria dos estados da federação. Os movimentos

⁶³ A CUT e demais centrais sindicais vão às ruas na próxima quinta-feira (11), no Dia Nacional de Luta, para defender a pauta da classe trabalhadora. Pauta Única das Centrais Sindicais: Redução da Jornada de Trabalho para 40h semanais, sem redução de salários; contra o PL 4330, sobre Terceirização; Fim do fator previdenciário; 10% do PIB para a Educação; 10% do Orçamento da União para a Saúde; Transporte público e de qualidade; Valorização das Aposentadorias; Reforma Agrária; Suspensão dos Leilões de Petróleo. E Pauta da CUT Nacional: Plebiscito da reforma política (CUT, 2013).

sociais organizados e os grupos da periferia das grandes cidades antes só tinham voz mediante pesquisas. A segunda onda de manifestações dirigidas por eles pode polarizar a vida política (SECCO, 2013, p.78)

O ciclo caracterizou-se como um movimento de fronteira fluída, com gente entrando e saindo, flutuação de lideranças, mas não uma ação da rede virtual, ele contou com uma presença forte de ativismo de risco comprometido com uma causa popular. O MPL desde 2005 se expunha à violência da polícia insistindo na causa da tarifa zero (ARANTES, 2013). Os manifestantes, apesar da adoção de estratégia não violenta, tinham certeza do confronto com a polícia, adversário previsível. Movimentos sociais caracterizam-se, ao desenvolver ações coletivas, por explorarem o terreno do ilegal, gerarem uma ruptura momentânea com a estrutura do sistema, legitimado pela expressividade, causa e força da manifestação pública, portanto legítimo (MELUCCI, 2001a). Quase sempre a repressão é a prova de fogo para os protestos, via de regra intimida e faz recuar a movimentação, ou pelo contrário, dado o uso da violência contra seus participantes, por solidariedade com os manifestantes amplia o número de adesões.

Neste ciclo observa-se mudanças de repertório em relação aos movimentos sociais históricos atuantes no processo da luta pela redemocratização. Por exemplo, as tecnologias digitais que proveram comunicação, organização, transmissão de informação e imagens instantâneas. Desenvolveu nova linguagem, utilizando dos sites dos movimentos, que são imagéticos e sintéticos, recusam a oralidade e a estética da esquerda socialista tradicional. A internet criou a possibilidade de as manifestações serem simultâneas em vários pontos, elas viralizaram (CASTELLS, 2013).

Nessa dinâmica de confronto, por um lado, os jovens foram a maioria dos que estiveram na rua, eles cresceram em um contexto democrático e com economia estável. Eles não veem o Brasil a partir da experiência da ditadura ou da hiperinflação, veem um Governo sem agilidade para atender às suas demandas, tanto políticas como de consumo. Já ressaltei que os protestos foram policêntricos, grupos que se coordenavam e se separavam, sem ter uma pessoa que os representasse, assim como teve uma forte presença de estudantes e profissionais com alta escolaridade, vinculados a profissões mais novas. Como é comum a ciclos de protestos, redes de ativistas e movimentos sociais tendem a ser policlassistas, daí quanto mais ampla as bandeiras, mais variada a adesão. Por outro lado, a reação violenta das autoridades às primeiras mobilizações do Movimento Passe Livre - MPL parece ter impulsionado um vasto apoio da sociedade. A mídia dividiu os manifestantes entre "pacíficos" e "vândalos", como se a forma da mobilização, e o uso da violência de alguns decorresse do caráter dos mobilizados.

A criminalização dos manifestantes possivelmente promoveu apoio de cidadãos que

doutro modo não teriam se manifestado. O mais típico são os movimentos sociais surgirem em crises políticas, a exemplo de muitos países da Primavera Árabe. No Brasil estes ocorreram em contexto de normalidade democrática, certa estabilidade econômica e fora do tempo de eleições. Os protestos foram mais causa que consequência de uma crise. Em meio a isso, pode-se levantar uma hipótese de que essa dinâmica denota certo esgotamento do ideário socialista como orientador de movimentos, no entanto se opta-se por essa hipótese, entra-se numa contradição, nele a mobilização se construiu com forma "moderna" e causa "antiga", o que contradiz a tese de teóricos como Touraine – ou como visto antes, por André Singer -, da substituição de pautas redistributivas por "pós-materiais", porque, no caso, o estopim do protesto foi a questão do transporte público. No entanto, o MPL como movimento que de alguma forma detonou o processo massivo descrito, teve dificuldade de controlar o imenso contingente que terminou convocando para as ruas, e não com os antigos repertórios dos movimentos. Os convocados foram socializados em novos métodos de comunicação e os convocadores organizaram-se com perspectivas políticas autonomistas, prescindindo ambos de obedecerem a megafones. A horizontalidade da organização cobrou um preço, que foi a perda do controle da mobilização, foi assim que vários movimentos há muito organizados - à esquerda e à direita - aderiram e trouxeram consigo as próprias bandeiras e métodos (ALONSO, 2013a; 2013b).

Como já apresentado, Alonso e Mische (2015; 2016), identificaram e caracterizaram neste ciclo três tipos de repertórios – autonomista, socialista e patriótico -- que elas compreendem como repertórios em competição, que lidam com ações de confrontação pelos seus atores, frente ao governo e em relação aos outros repertórios. Estudando essa dinâmica de conflitos políticos como ciclo de protesto, os veem constituído por performances políticas híbridas, construídas a partir de elementos pensados nesses três repertórios disponíveis, performances híbridas e em competição, isto é, os manifestantes se dividiram conforme sua posição em relação ao governo do PT, foi isso que gerou dois campos de ação estratégica. Um à esquerda do governo, com performances mais orientadas pelo repertório autonomista, que pedia expansão e eficácia de políticas sociais, políticas públicas de um modo geral; e outro campo à direita do governo, com performances mais orientadas pelo repertório patriota e que levantou a bandeira anticorrupção e pelo estado mínimo. Dois campos estratégicos, que apesar do declarado antipartidarismo presente nos protestos, expressam na verdade, campos que estavam disputando os rumos do Estado, se o Estado devia pender mais à esquerda ou mais à direita do PT. Nesse sentido, o que era um antipartidarismo inicial e aparente, bifurcou-se em duas formas de antipetismo, cada uma puxando os rumos da política para o seu lado.

Para Alonso (2015) o ano de 2013, foi uma primeira fase do ciclo de protestos, que segue com outras duas fases, uma segunda em 2014 e uma terceira em 2015. Vou me ater nesse estudo à observação do ano de 2013. Nessas fases, os distintos repertórios mudam a posição de predominância na presença pública, eles permanecem estabelecendo diferentes graus de intensidade com relação a sua polarização entre si, quanto a diferentes demandas e tipo de contestação apresentadas ao governo. Essa tipologia de repertórios de Alonso foi subsidiada por pesquisa de campo, recorrendo a consulta em sites de convocação para os protestos e entrevistas realizadas durante os protestos em São Paulo.

Nessa pesquisa sobre os protestos de junho, ela toma as mobilizações como interações confrontacionais entre manifestantes e autoridades, mas também dos manifestantes entre si. A isso agregando uma abordagem histórico-contextual, em que ressalta o ciclo de protesto internacional desencadeado em 2011, os desgastes do governo Dilma, principalmente a partir de 2012, desgaste que vinha de período anterior, provocado pelos impactos socioambientais negativos, promovidos pelas grandes obras do PAC, em concorrência ou detrimento da melhoria da qualidade dos serviços públicos – o que aprofunda a crise do lulismo, como já sinalizado nesse trabalho. Situando os protestos nesse contexto histórico, ela identifica os repertórios disponíveis que vieram de outros ciclos de protestos mais ou menos contemporâneos, que antecederam um pouco a junho - estudados no capítulo anterior, Diretas Já e Fora Collor, permeados pelo verde e amarelo, representante de um certo nacionalismo - e uma tradição nacional de mobilizações coletivas ocorridas nas duas últimas décadas, de cunho socialista.

A partir daí ela observou mudanças e tensões nos usos dos repertórios de ação coletiva em protestos, e como se articulou repertório e performance. O que permitiu abordar a heterogeneidade e polissemia dos protestos na primeira fase, conseguindo distinguir a partir das performances em confronto, elementos delineadores, suficientes, para sugerir a constituição de três tipos de repertórios. Retomo a seguir de forma mais detalhada a caracterização destes. Analisando os slogans, ela delimita duas grandes clivagens no interior dos protestos, uma primeira mais propositiva, com grupos mais em prol de um estado do bem-estar social, da sua efetivação, da sua expansão - pauta da expansão e melhoria dos serviços públicos, das políticas públicas para garantia de direitos -, outra mais negativa, com grupos mais em favor de um estado liberal mínimo, em que os cidadãos ficassem mais protegidos dos políticos, do que protegidos por eles - de crítica à expansão do Estado, de repúdio aos políticos em geral, tidos como corruptos.

Essa clivagem de pautas reaparece no estilo das performances políticas, como bem lembra Alonso. Protestar é um ato relacional, os atores vão escolhendo símbolos e maneiras de se exprimir que denotam de que lado eles estão, quem são seus aliados e quem são seus adversários. Encontramos então um repertório mais conhecido de todo mundo, o socialista, enraizado no Brasil há bastante tempo, que tem por referência os movimentos operários e já orientou muitos protestos. Utiliza-se de símbolos vermelhos, suas bandeiras – no entanto, ele não foi pioneiro, foi tardio e minoritário. Estiveram mais fortemente presentes na rua dois outros repertórios, o patriota e o autonomista. O patriota, que é uma espécie de nacionalismo já enraizado na tradição política brasileira e que aparece no uso dos símbolos, slogans e cores nacionais e aparece também na preferência pelo uso de certos espaços políticos já usados em manifestações anteriores.

A maior novidade esteve no repertório autonomista, menos conhecido no Brasil, que vinha ganhando atenção nos protestos mundiais antiglobalização – como visto no capítulo dois. Ele tem raízes anarquistas, um anarquismo de novo tipo, consiste numa estética, tem o uso intenso da arte, de símbolos anarquistas, mas também de ações performáticas, é um tipo de protesto um tanto quanto lúdico, rejeita o capitalismo, expressa isso com o socialismo, tem uma rejeição também ao Estado. Ele ainda se baseia em formas descentralizadas de organização, de tomada de deliberação e no uso de formas de ação direta, sobretudo no recurso de resistência violenta, como o uso da tática Black bloc.

Os manifestantes usaram três repertórios de confronto que estavam disponíveis, com mais ênfase no autonomista e no patriótico, mas que eles combinaram, misturaram, interpretaram momentos desses três repertórios sem se preocupar com a coerência expressiva, visando construir as suas performances políticas. Nesse jogo de diferenciação entre si mesmos, os manifestantes geraram performances políticas híbridas, porque não correspondem exatamente a nenhum dos repertórios, embora tenha dominância de um ou de outro. Os repertórios deram subsídio para as performances e as performances aconteceram em certas arenas ou num campo de ação estratégica. Distingo dois campos conforme convergência de temas dos manifestantes, mas também de símbolos e de formas de ação utilizadas. Com base nessas predominâncias, distinguiu-se, num campo performances predominantemente de orientação patriota, manifestações de caráter mais individualista, de gente que não tinha costume de ir para rua, com pouca coordenação e que usou desse repertório já muito conhecido. É o povo que “saiu do *facebook*”. Outro campo de ação estratégica tinha performances de orientação predominantemente autonomista, são grupos pequenos, que preparavam

mobilizações com antecedência, usavam métodos de deliberação por consenso, novos signos visuais que são utilizados nesse universo, utilizaram-se de formas de deliberação que envolvem um novo gestual, uma maneira de fazer política que é não verbal. Grupos que embora pareçam recorrer muito ao improviso, nascem muito organizados, muito coesos, a exemplo do MPL.

Estas performances híbridas, para Alonso, com o que eu concordo, concentravam-se em dois grandes campos de ação estratégica, dois campos que estavam em tensão entre si. Os campos se dividiam a partir de um centro, que era o governo nacional ocupado por um partido de centro esquerda, o PT. Elas se colocavam claramente de um lado ou do outro do governo, mais próximo ou mais distantes do Governo do PT. Dois campos, um que se situa, tanto do ponto de vista das pautas, quanto das formas expressivas mais à direita e outro mais à esquerda do Governo do PT, direita e esquerda como posições políticas, mas também como posições espaciais na própria cena do protesto. Apesar da pesquisa da Alonso ter sido realizada em São Paulo, é possível - a partir de relatos e documentários - beneficiar-se da sua caracterização para apreender a dinâmica de protestos em outras cidades, e fazer inferências a partir desses traços.

Na sequência desenvolvo a análise trazendo reflexões sobre o ciclo de protestos ocorrido em algumas capitais, para além de São Paulo e Rio de Janeiro que foram o foco da grande mídia e dos debates públicos promovidos em torno deste acontecimento. Apresento junto a essas reflexões sobre os Estados, algumas informações sobre alguns movimentos de novo tipo que emergiram e ganharam a cena nos protestos, elegendo alguns como emblemáticos deste fenômeno, a exemplo do MPL, Mídia Ninja e MTST, além da forma de atuação e/ou estratégia de luta do Black bloc e Anonymus.

O ciclo de protestos de 2013 ganhou dimensões que ainda não tinham ocorrido em outros ciclos. Refiro-me a quantidade de pessoas nas manifestações e também a quantidade de cidades que foram mobilizadas. Esta revolta aconteceu sem uma liderança centralizada e sem uma coordenação nacional orientadora. Entretanto, não se pode negar a importância de alguns movimentos impulsionadores deste processo, os quais são diferentes nas diversas cidades e também a vitória conquistada em muitas capitais com a revogação do aumento da tarifa de transporte público. Passo a discutir alguns destes movimentos buscando articular as informações sobre sua trajetória de organização com a sua performance no período de junho de 2013.

O Movimento Passe Livre – MPL, que iniciou os protestos em São Paulo em torno da revogação do aumento das passagens; o midiativismo encarnado na Mídia Ninja, em especial, cumpriu um importante papel na ampliação das mobilizações a partir das transmissões dos

protestos, e da violência da polícia, ao vivo pela internet; o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto – MTST, que deu sequência às mobilizações nas periferias das grandes cidades. Também foram inovadoras algumas performances adotadas e algumas formas de organização, a exemplo da tática Black bloc, as ocupações ou ocupes(as) e das assembleias populares horizontais. Apresento os dados sobre estes movimentos buscando fazer uma articulação com as experiências distintas que ocorreram nas várias cidades pesquisadas. Não será uma apresentação exaustiva, dada à abundância de material disponível que demarcam as diversas expressões locais, apenas serão tomados alguns exemplos de performances utilizadas como escrachos, ocupações, ações estético-culturais, batucadas e jograis.

O MPL tem uma origem no movimento antiglobalização e outra que vem ideologicamente do trotskismo e também no movimento estudantil pelo passe livre, nos anos 1990, afirma Ortellado (2013b). O Centro de Mídia Independente era praticamente a expressão midiática do movimento antiglobalização. O CMI era organizado com vários grupos locais que se reuniam e atuavam. Funcionou como uma espécie de suporte da Ação Global dos Povos, de organização mais difusa no Brasil, porque tinha coletivos, endereços, comunicação global e um site de referência. Foi muito importante para o movimento antiglobalização como um todo. “O CMI serviu como meio de difusão do MPL. Tanto é que acho que quase todos os primeiros MPLs em 2005 vieram de coletivos do CMI” conclui. Sem discordar desta abordagem, entre os membros do movimento há também outras ênfases quanto às origens, como revela a entrevista de Lucas Oliveira à Revista Fevereiro.

A origem do MPL vem desta mescla entre juventude partidária dissidente, o anarquismo clássico e a experiência autonomista do CMI. E eu acho que esta mescla é muito importante porque ela conferiu uma característica particular ao movimento. Porque muitas vezes, e em muitos sentidos, o movimento autônomo falhou, ao se negar completamente a estabelecer um diálogo institucional. Então, eu acho que a mescla de gente vinda do movimento autônomo com gente vinda de juventudes partidárias permitiu que o movimento tivesse uma característica de autonomismo muito forte, e, ao mesmo tempo, com uma perspectiva de existência e diálogo institucional e proposição de leis. Porque, em última instância, a reivindicação da redução da tarifa e do passe livre deve se expressar numa proposição de lei (OLIVEIRA, 2013).

As revoltas populares em torno da pauta do transporte coletivo ocorrem desde muito tempo. O MPL reivindica a história de sua construção a partir da chamada “revolta do busu” em Salvador, em 2003, seguida por Florianópolis, em 2004 e 2005. De 2003 a 2013 ocorreram

aproximadamente 15 revoltas, segundo o MPL. Reconhecem também um continuum que vem do movimento antiglobalização e da campanha contra a ALCA.

Salvador foi uma explosão, uma revolta popular contra o aumento, ela fracassou pela falta de uma organização política que fosse fiel à demanda dos estudantes. O MPL conseguiu aprender com essa história e construiu uma organização política que estivesse diretamente vinculada a esse processo, a essa luta dos jovens, que durante os dez últimos anos têm saído às ruas contra o aumento dos transportes (ORTELLADO, 2013c)

A criação do Movimento Passe Livre captura essa forma que tinha surgido mais ou menos espontaneamente de revoltas populares contra o aumento da tarifa e dá uma orientação política, ou seja, cria um grupo político que organiza a mobilização e abre um canal de diálogo com o poder público de maneira a poder negociar. O MPL nasce a partir do Fórum Social Mundial de 2005 articulando-se no Acampamento da Juventude e reunindo vários grupos juvenis que haviam atuado nos protestos antiglobalização e setores estudantis independentes de correntes partidárias. A ideia era ter uma organização política apartidária, mas não anti-partidária, horizontal, que fosse aberta e que tivesse como foco a mobilização dos jovens para a realização dos protestos reivindicando a tarifa zero. Os núcleos do MPL foram se organizando autonomamente nas várias capitais, mas eles não possuem uma organização centralizadora, nacionalmente hierarquizada, em cada local os participantes tomam suas decisões para o encaminhamento da luta pelo passe livre. Em alguns lugares, como é o caso de Recife, este movimento teve curta duração, porém a luta seguiu sendo organizada pela Frente de Luta por Transporte Público. O mesmo ocorreu em Porto Alegre, onde os protestos foram conduzidos pelo Bloco de Lutas por Transporte Público de Porto Alegre.

Em dez anos de existência o MPL atua na organização dos protestos por ocasião do aumento das tarifas, mas também faz um extenso trabalho de base em bairros da periferia e escolas, mobilizando pequenas lutas locais e apoiando outros movimentos. Muitas vezes realiza o “catracaço”, que é uma performance que consiste em entrar nos ônibus e pular a catraca ou entrar com muitas pessoas pela porta de saída e, assim, não pagar a passagem. Também se dedica a sua auto-organização e à formação política de seus membros. Vem deste enraizamento a sua fundamentação teórica e política que faz o movimento sustentar o debate sobre a tarifa zero como melhor alternativa de política para o transporte público. A demanda do MPL é fundamentalmente a tarifa zero, é transformar o transporte num direito público, universal e gratuito.

Existe uma herança clara de Salvador. A gente diz que não começou em Salvador e não vai terminar em São Paulo. Mas Salvador é um marco porque

foi a primeira grande revolta desse milênio. E foi uma revolta muito intensa, e foi uma revolta que as estruturas hierárquicas mostraram que não dão conta de dialogar com essa revolta. Porque as pessoas se revoltam nos mais diversos lugares fazendo assembleias, e as estruturas hierárquicas funcionam em outra lógica (MONTEIRO In: PRONZATO, 2014a).

Com base na luta pelo passe livre e pela melhoria das condições dos transportes, o movimento elaborou sofisticadas noções de mobilidade urbana segregação espacial e segregação racial, que compõem sua visão de direito à cidade. Em sua perspectiva, a cidade não se constitui apenas de serviços. A mobilidade, partindo dessa visão, refere-se também a qualquer deslocamento cujo objetivo seja afetivo, lúdico e de puro lazer. E, além disso, o transporte é meio de acesso a direitos já consagrados, como saúde, educação etc. Assim, nas metrópoles contemporâneas, o transporte adquire uma centralidade que o leva à condição de meio de acesso ao direito à cidade.

O MPL é um movimento social autônomo, constituído principalmente por jovens, que luta pela reestruturação dos transportes públicos urbanos e pelo direito à cidade. Para compreendê-lo é preciso retomar o movimento antiglobalização, entre 1999 e 2002. Esses movimentos se articularam em 1997, em torno da rede Ação Global dos Povos, contra o livre comércio, e organizaram eventos planetários, como já descrito no capítulo dois. Grande parte dos grupos que integravam essa rede (aqueles que não eram ONG ou sindicato) se caracterizava por uma deliberada fluidez estrutural e pautava-se por princípios de horizontalidade e não liderança.

A gente quer que as pessoas se auto organizem, quer criar focos de organização e de gestão. É esse modelo que a gente acha que tem que ser, as pessoas tem que gerir a sua própria vida. É uma via que vem de uma tradição autonomista, tem tanto a tradição altermundista, das mobilizações altermundistas, Seattle, Praga, Gênova, Nova Iorque, todas as manifestações altermundistas que tiveram e que alguns militantes inclusive participaram nos dias de ação global aqui no Brasil (MONTEIRO In: PRONZATO, 2014a).

O MPL se organiza com base em princípios que tem influência de concepções autonomistas, anarquistas, zapatistas e altermundistas, mescladas a uma desilusão no que toca ao funcionamento de partidos e instituições políticas em geral. Os princípios buscam assegurar sua autonomia no que diz respeito a sua relação com outros atores e ao apartidarismo. Autonomia também significa o princípio do federalismo que consiste na independência de seus núcleos para tomada de decisão, mas mantendo o vínculo com os princípios. As relações internas são pautadas pela horizontalidade, não liderança e decisão por consenso. Por fim, o MPL adota também como princípios elementos que configuram seu projeto político como o anticapitalismo, prefigurativismo e não hierarquização das lutas (SARAIVA, 2014).

Em relação à estética dos atos o MPL rompe com uma dinâmica da esquerda tradicional de fazer as manifestações mais fechadas. A militância do movimento utiliza elementos lúdicos, músicas, colocam uma batucada em lugar do carro de som, fazem jogral. “O jogral é onde eu falo e as outras pessoas repetem, porque aí as pessoas estão fazendo aquele discurso, e se elas não quiserem falar elas não falam, elas falam aquilo que elas concordam” (VIVIAN In: PRONZATO, 2014a)

Com os protestos de 2013, o movimento atingiu uma grande conquista, embora afirme sempre não ser responsável por ela. Com a pressão das ruas, a tarifa do transporte público baixou em 100 cidades. Em relação ao saldo organizativo, um dos membros do movimento afirma

Qual vai ser o saldo organizativo disso pra esquerda? Tá em aberto. O MPL tá se organizando pra implementar a tarifa zero, pra continuar pautando a organização direta das pessoas, pra pautar uma outra forma de gerir o transporte e a vida na cidade. É pra isso que a gente tá se organizando, a gente tá fazendo trabalho pra isso. A primeira coisa que a gente precisa ter claro é que não teve um refluxo, as manifestações não acabaram. As manifestações venceram. Elas venceram, gente. Isso é lindo! Venceram em mais de 100 cidades, foram mais de 100 cidades que revogaram o aumento. As duas maiores cidades do país revogaram o aumento: São Paulo e Rio de Janeiro. Os maiores partidos do país tiveram que ceder, o PSDB, o PMDB e o PT. Os três maiores partidos do país recuaram politicamente perante a força da população. Isso é muito difícil de acontecer, isso não aconteceu nem no Fora Collor nem nas Diretas Já, inclusive (MONTEIRO In: PRONZATO, 2014a).

Um saldo positivo dessa luta contra o aumento em 2013 é que a população na rua mostrou sua força e conquistou um outro direito, o direito de pensar uma nova cidade e desatou o nó da contradição do governo em relação à conciliação de classe. No vídeo por uma vida sem catracas militantes do MPL falam da solidariedade internacional que receberam nesta luta. “Uma organização do Cairo, no Egito, chamada “Camaradas do Cairo”, mandou uma carta de solidariedade muito bonita pra gente dizendo: Nós podemos sentir o cheiro do gás de São Paulo na Praça Tahrir” (PRONZATO, 2014a).

Para melhor compreensão da atuação do MPL passo a discorrer, brevemente, sobre sua atuação no ciclo de protestos na cidade de São Paulo, a partir de informações obtidas em vídeos documentários e vídeos que registram debates públicos sobre o período (Apêndice I).

Faz parte do caráter apartidário do MPL não diferenciar, para decidir protestar, se é esquerda ou direita que está no governo da cidade promovendo o aumento. No caso da cidade de São Paulo, neste momento o governo era do PT. Ele se mobiliza para fazer o mesmo processo, organizar uma mobilização política da juventude para barrar o aumento. O MPL fez isso com as bases de apoio que tinha nas escolas, com aliança com outros partidos políticos, principalmente com o PSOL, o PSTU e grupos anarquistas e se mobilizou de uma maneira

crescente. Em São Paulo, no primeiro ato, dia 6 de junho, tinha um pequeno número de participantes, o segundo, dia 7 de junho, tinha bastante gente para os padrões de então, e o terceiro, dia 11 de junho, foi quando as manifestações começaram a crescer. Em Porto Alegre e Goiânia as revoltas também estavam em curso. Neste momento o Jornal Nacional fez uma matéria indicando que em São Paulo a situação estava chegando num limite perigoso e pediu ordem, em uma clara insinuação de que o governo deveria intervir com a repressão policial. Os dois grandes jornais, Folha de São Paulo e do Estado de São Paulo, amanheceram com editoriais na mesma linha, pedindo rigor da polícia.

No dia 13 de junho, uma quinta-feira, já havia uma mobilização muito grande, superando os padrões brasileiros e ocorreu uma violência sem precedentes. Neste dia a mobilização já era de tamanho um pouco superior ao padrão e ainda assim a violência policial foi muito grande, de dimensões além das constantes em protestos, e foi transmitida ao vivo por muitos ativistas de mídia livre presentes.

E aí na quinta-feira rolou aquele massacre e não tinha mais como segurar. Não tinha mais como a imprensa falar uma coisa diferente, porque as pessoas viram, as pessoas abriam as portas das suas casas e colocavam manifestante pra dentro. Abriam porta de carro pra sair com os manifestantes. Teve a história lá de uma obra, de um prédio que tava sendo construído, dos pedreiros abrindo a porta da obra pra refugiar manifestantes que tavam tomando cacete. As pessoas não precisavam mais ligar a TV, elas ouviam as bombas, as pessoas estavam voltando do serviço e ouviam as bombas. Não tinha como falar que a gente era violento, a violência era da polícia, a violência era do Estado, e imprensa nenhuma conseguia segurar mais essa verdade (VIVIAN In: PRONZATO, 2014a)

Nos dias seguintes, a posição dos meios de comunicação se inverteu. Na repressão, jornalistas dos grandes meios de comunicação também foram atingidos, mas não parece que este motivo seja suficiente para explicar a mudança. A cobertura no dia seguinte já foi de outra forma. Arnaldo Jabor pediu desculpas pela forma como tinha tratado os manifestantes, a Folha de São Paulo fez editorial e matérias com cobertura bem diferente. No outro dia a revista Veja saiu com matéria de capa sobre as manifestações com a seguinte manchete: “jovens se mobilizam pela tarifa e as outras pautas”. Esta descrição rápida de como a grande mídia atuou em uma semana a respeito das manifestações em São Paulo, construída a partir de documentários (apêndice I, item 1) indica possibilidades de que esta mudança de posição tenha sido orquestrada para mudar o direcionamento político das manifestações. Neste momento a Rede Globo já fazia inúmeras matérias mostrando as outras pautas, entre as quais o combate à corrupção e, mais radicalmente, indicando que as manifestações eram contra a política, em si.

Em São Paulo, as manifestações tinham ganhado uma diversidade de classe e uma diversidade etária, o que indicava que ela poderia ter outros desdobramentos. O MPL havia chamado uma nova mobilização, que já se previa que seria grande porque a população estava indignada com a violência policial e tudo tinha sido divulgado pela internet, com destaque para a Mídia Ninja. Com a divulgação dada pela grande mídia, ao invés da ampliação ser apenas pelas pessoas indignadas, o que os organizadores imaginavam, segundo informaram em debates públicos, poderia chegar a 40 mil pessoas, apareceram 100 mil, com pautas variadas e pessoas despolitizadas, sem tradição de acompanhar ou participar deste tipo de movimentação na rua. Nesta manifestação surgiram vários cartazes com a lista de reivindicações apresentada pela Revista Veja. Desta forma os meios de comunicação conseguiram ressignificar um ciclo de protestos que tinha uma demanda socialista. A demanda do MPL é a tarifa zero, é transformar o transporte num direito público, universal, gratuito.

A partir do monitoramento de mídia em São Paulo (JUDENSNAIDER, LIMA, POMAR, ORTELLADO, 2013) pode-se afirmar que todos os meios de comunicação mudaram de lado e passaram a dizer: “as manifestações são cívicas, são exemplo de cidadania”. Porém, o fato de existir um movimento organizado e posicionado politicamente à esquerda, que iniciou os protestos, fez com que ele, apesar do desvirtuamento da grande mídia, ainda fosse ouvido e mantivesse sua legitimidade. Militantes do MPL foram ao programa Roda Viva, no dia 17, contando com 100 mil pessoas nas mobilizações e conseguiram expor suas ideias sobre a tarifa zero e a forma como entendiam os protestos e o próprio movimento.

No processo de pressão concentrada e continuada do MPL, através de protestos diários no período, pela redução das tarifas, a prefeitura se negou a receber os manifestantes. Houveram tentativas de fazer com que as negociações ocorressem por canais privados, segundo as informações do MPL. E o movimento reafirmou a sua legitimidade e que poderia conversar com a prefeitura e o governo, em caráter público, e sem abrir mão do cancelamento do aumento. Havia uma expectativa de que a prefeitura petista de São Paulo tivesse mais flexibilidade para encaminhar as conversações, mas isso não aconteceu.

Nos dias seguintes o governador Geraldo Alckmin deu uma cartada no jogo: desautorizou a violência policial. A PM entrou em jogo saindo de cena e deixou 100 mil pessoas andando nas ruas sem nenhuma atuação. Não havia polícia para nada, mas não aconteceu nada. 100 mil pessoas marcharam e não aconteceu nada de violento. No dia seguinte, no momento de mais um protesto, setores da passeata tentaram encaminhar a multidão para a frente da Prefeitura Municipal de São Paulo, parte dos caminhantes seguiram para este lado e parte se

dividiu, chegando lá a Prefeitura foi atacada, alguns manifestantes aderiram, mas quem começou foram pessoas que não pareciam estar completamente dentro da onda de manifestações. A onda de violência no centro da cidade durou duas horas e meia, a polícia estava presente, mas não reprimiu. Os vídeos deste dia mostram isso claramente (PARADA, 2013; PRONZATO, 2014b; WAINER, 2014). Ou seja, no dia 18 a multidão vai de novo à rua, já em uma massificação dos protestos que confunde a observação, a polícia frente a nova postura da mídia de crítica a violência daquela, com ordem do Governador Alckmin, se ausenta da cena. Constata-se ações de grupos de identidade desconhecida, por alguns considerados como ampliação da presença da P2 com aliciados para comprometer a coordenação mantida pelo MPL até esse momento.

No dia seguinte a Prefeitura e o Governo, pela manhã, reiteraram que não iriam revogar o aumento e, à tarde, em pronunciamento conjunto revogaram o aumento de tarifas. Era o fim do aumento de vinte centavos no preço do transporte público. Com isso, o MPL entendeu que a demanda que tinha apresentado neste momento havia sido vitoriosa e convocaram uma última manifestação para o dia 19 em comemoração. Após esse dia reconheceu publicamente que as manifestações haviam saído do controle e ninguém sabia em que poderiam resultar e declarou que estava se retirando das ruas. Foi um enorme feito, uma reviravolta, nos últimos 20 anos não havia ocorrido uma mobilização popular massiva com um objetivo de curto prazo exequível, que tivesse tido uma conquista total como essa (JUDENSNAIDER, LIMA, POMAR, ORTELLADO, 2013).

Em entrevista sobre o ciclo de protesto de junho de 2013, Pablo Ortellado estabelece uma comparação entre o MPL e o movimento antiglobalização que depois foi se evidenciando no relato dos militantes do movimento. Ele centra sua análise na capacidade de estabelecer um objetivo de curto prazo ligado a um ideário mais amplo como foco da luta imediata.

Em relação ao movimento antiglobalização eu faço uma avaliação crítica que as características dele fizeram com que historicamente a gente fosse muito desatento aos resultados da luta. Várias experiências dessa se perderam por serem incapazes de ter um foco claro de luta. No movimento antiglobalização, era um esforço enorme a gente converter a luta em uma luta objetiva contra a ALCA. Vamos pressionar o governo brasileiro a não assinar a ALCA. Fazer isso era um esforço, porque a tendência do movimento era ser algo auto expressivo, tipo carnaval contra o capitalismo. Uma explosão de rebelião antissistêmica. O que estava valorizado aí? O processo, a forma de luta. Um dia, quando a gente vencer, que a gente não sabe como, vai ser por meio do fortalecimento da luta, que vai ser horizontal, participativa, comunitária. Mas isso fazia com que o movimento não tivesse um objetivo de curto prazo ligado a esse objetivo de longo prazo. Não tinha estratégia para vencer (ORTELLADO, 2013c).

E eu acho que a grande novidade aqui é que o MPL criou um novo paradigma. Ter um objetivo de curto prazo, que é um processo de uma utopia, de uma transformação mais profunda. Qual a transformação mais profunda? A desmercantilização do transporte. Direitos público à mobilidade urbana. Mas isso se concretiza num passo: a tarifa voltar para trás. É totalmente contra-intuitivo, do jeito que a coisa é, a tarifa sempre cresce. A partir do momento que ela volta para trás, você coloca no horizonte a possibilidade de voltar para trás até seu limite, que é o zero. E isso, cara, parece selvagem, há dois meses atrás diriam que é coisa de extremista, de gente delirante, e eles mostraram isso que agora está no centro da pauta: não tem um partido, um veículo de comunicação ou um político que não estejam discutindo essa pauta que há dois meses era chamada de delirante, sem pé na realidade. Eu acho que eles conseguiram criar isso. E era factível, apesar de bem difícil. Foi suado, custou bastante trabalho, muita gente foi presa, muita gente apanhou, teve gente que morreu, mas era factível, foi factível. E isso ampliou os horizontes. (ORTELLADO, 2013b).

O objetivo do MPL de revogação do aumento estava relacionado com um objetivo de longo prazo, ambicioso, ligado a uma utopia, transporte como direito. Tudo indica que o MPL estava plenamente consciente do tamanho da sua força e da sua conquista. Segundo alguns militantes o momento era de se recolher e continuar o trabalho de base de longo prazo em defesa da tarifa zero (PRONZATO, 2014a). Embora o MPL naquele momento tivesse legitimidade para conduzir as pessoas que estavam nas ruas para o campo da esquerda de onde essa iniciativa nasceu e buscar ampliar as pautas, ele resolveu não arriscar esta cartada e nada garante que conseguiria frente às investidas posteriores da direita no Brasil.

Nos protestos de 2013, outro movimento também entra na cena política, o MTST, Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, e continuou em evidência na conjuntura que se abriu com este ciclo. No decorrer dos anos 2000 este movimento havia feito um conjunto de ocupações urbanas, em terrenos e prédios públicos, em São Paulo, epicentro dos protestos em 2013, o que favoreceu a sua articulação com este processo. Em 2013, atuava em conjunto com duas outras expressões paulistanas, o Periferia Ativa e Resistência Urbana. Tudo indica que os movimentos urbanos saíram fortalecidos do ciclo de 2013. Segundo dados da secretaria de Segurança de São Paulo, entre 2013 e 2014 foram registradas 681 ocupações de sem teto na cidade contra 257 nos dois anos anteriores (GOMBATA, 2016).

Em finais dos anos 1990, portanto, em período anterior ao ciclo de protesto de 2013, o MST buscava ampliar a sua influência sobre outras organizações e contribuir para criar e impulsionar movimentos na cidade que viessem a compor o seu campo de articulação no país, a exemplo do MTD – Movimento de Trabalhadores Desempregados e o MTST. Sua forma de ação coletiva baseada em ocupações e acampamentos em áreas rurais foi responsável por uma

nova relação entre Estado e movimentos sociais e modificou os repertórios de ação ao ponto de não limitar seu raio de influência apenas na zona rural, novos movimentos urbanos também se estabeleceram com essa nova dinâmica de mobilizações. A referência em destaque é o MTST, um movimento que inicialmente é identificado pela luta por moradia, mas que abriga um conjunto de lutas do mundo urbano que ultrapassa a falta de acesso a este direito fundamental. Nasce um movimento social preocupado com transformações sociais mais amplas. Como expõe Gabriel Simeoni em entrevista no ano de 2013.

Temos pretensões maiores que a moradia. Há muitos anos somos herdeiros de um pensamento de esquerda denso e bem construído. Ele sofreu derrotas no campo da teoria política e da prática, uma parte do que está aí é fruto de derrotas, uma parte é fruto de vitórias. Por exemplo, o PT foi uma vitória para a classe trabalhadora, o caminho que as coisas tomaram foi uma derrota [...] Por exemplo, o MTST não abre mão de uma luta de classe na sociedade, o PT abriu. Não existe para nós hoje nenhum paradigma que possa superar a explicação da nossa sociedade a partir das classes. Uma das coisas que se pode observar no Manifesto Comunista é que ele previne que as questões de luta de classe seriam simplificadas. Nós não podemos pegar a teoria política como um dogma e achar que ela pode servir para qualquer coisa. Tem que sofrer ajustes, mas nós não abrimos mão de uma sociedade que tenha como último objetivo abolir as classes sociais. Não abrimos mão de uma discussão que coloque no centro das decisões os trabalhadores. Esse poder é de baixo, é coletivo, trabalha para construir não uma panaceia que possa resolver de um dia para o outro todos os problemas (SIMEONI, 2013, p. 36).

Durante a Marcha Popular Nacional de 1997, liderada pelo MST, que passou por várias cidades promovendo mobilizações sociais com objetivo de construir uma agenda de lutas que relacionasse as pautas do campo e da cidade. Assim, o MST busca ter inserção no meio urbano. Está nesse esforço do MST um dos vetores para o surgimento do MTST. Foi nessa marcha o MST tomou a decisão de liberar militantes para participar e apoiar o processo de organização e formação de grupos na periferia urbana. Seu interesse em fomentar a relação campo e cidade, e construir um movimento semelhante ao que tinha organizado no campo, em âmbito urbano, é parte de sua luta contra o neoliberalismo, junto aos setores dos trabalhadores mais atingidos pelos ajustes econômicos que estão morando na cidade (ROSA, 2007; GOULART, 2011b).

O município de Campinas, em São Paulo, foi um dos primeiros espaços onde ocorreu a relação MST e movimentos urbanos, e nessa cidade ocorre a primeira ocupação de terreno na cidade realizada por movimento urbano. Este repertório resgata antigas experiências semelhantes que caracterizaram a ação de movimentos sociais populares no início da década de 1980, organizados no plano local em movimentos comunitários e associativos de bairro. Nesta ocupação, estiveram juntos, grupos e moradores que faziam movimentos popular por moradia na cidade e militantes do MST liberados para atuar em áreas urbanas. Sobre isso existem

registros de duas memórias, quanto ao fato de o MTST ter se originado como uma organização ligada ao MST ou não. Para aqueles que os veem como uma ampliação da atuação do MST na sua origem, entende que houve um momento de ruptura, de racha do MTST com o MST. Para os outros, o MTST contou com a colaboração de militantes do MST nas suas primeiras ocupações em Campinas, mas originou-se autônomo em relação a esse, por força da organização local dos grupos que já atuavam no movimento popular na cidade, e no processo das primeiras ocupações ficou claro que se fazia necessário uma metodologia de ação e organização própria para o meio urbano, que se beneficiou das experiências de ação e organização do MST e das avaliações críticas da mesma, mas no sentido da criação de uma estratégia própria e adequada para atuação do MTST nas ocupações urbanas (GOULART, 2011a).

O MTST se propõe a ser um movimento que não se limita às questões urbanas no que toca aos serviços essenciais ou o acesso a moradia. Eles têm um projeto político que nesse sentido coincide com o do MST, de ter na bandeira do direito à moradia uma frente de luta para enfrentar o neoliberalismo. Porém também incluem outras pautas, como os serviços públicos, que até o início dos anos 2000 não eram consideradas políticas de responsabilidade do Estado, negligenciando direitos sociais básicos. O que para o MST está incluído numa luta ampla pela reforma agrária, para o MTST está mesma luta é focada em torno da reforma urbana. Mas como indicado acima, essa bifurcação pode denotar diferenças na concepção de atuação política.

Apesar de não está tratando do MST, e da questão do campo não ter se integrado aos protestos (MARICATO, 2013), senão na participação na realização de protestos em apoio as pautas construídas em torno do ato nacional convocado pelas Centrais Sindicais, junto com uma articulação ampla dos movimentos sociais, que inclui o MST, nomeada de Coordenação Nacional dos Movimentos Sociais (STEDELI, 2013). Ato protesto convocado para o dia 11 de julho, ao qual me referi na introdução desse capítulo. Não tendo os protestos ganhado força no campo, vemos o MTST um pouco substituindo o lugar que o MST tinha ocupado na oposição e enfrentamento do governo FHC⁶⁴.

⁶⁴ Nos desdobramentos dos protestos em 2015 o MST é ativo na Frente Brasil Popular e Frente Povo Sem Medo, no entanto, o MTST é quem vai liderar a criação da segunda frente citada. A Frente Povo Sem Medo, diferente da Frente Brasil Popular, lutará contra o impeachment de Dilma mas mantendo postura de crítica e oposição ao PT e ao governo, enquanto a Frente Brasil Popular fazia a luta contra as medidas de ataque aos trabalhadores com a precarização que contou com a anuência do governo, mas, na luta contra o impeachment, mantinha o apoio ao governo e ao PT. Essa ambivalência política do MST, pode ajudar a ir localizando as diferenças entre esses dois movimentos no processo de enquadramento interpretativo dos mesmos no ciclo de protestos.

Em 2013, nota do MTST (2013) sobre sua reunião com a Presidenta Dilma continha as seguintes reivindicações: combate a especulação imobiliária, federalizando a implementação do Estatuto das Cidades e encaminhando ao congresso nacional nova lei do inquilinato; implantação de política federal de desapropriação de terrenos ociosos e destinação de terrenos da União para habitação popular e política de combate a despejos forçados criando a secretaria específica de política federal de aluguel social.

Além disso, o MTST defendeu no encontro com a Presidenta as bandeiras gerais que vinham mobilizando as pessoas nas periferias: Não violência policial nas periferias; contra a criminalização das lutas populares; saúde e educação “padrão FIFA”, nada de dinheiro para a Copa e Olimpíadas; controle sobre valor dos aluguéis; contra as remoções; tarifa zero para o transporte público, redução de jornada de trabalho para 40 horas semanais sem redução de salário. Todas estas pautas foram apresentadas pelo movimento em carta por ocasião da reunião com Dilma. O MTST se afirma como um movimento autônomo em relação aos partidos políticos e ao governo e se situa numa perspectiva de esquerda e popular. Pode-se indagar em que medida ele, nesse ímpeto do ciclo, com sua capacidade de atuação nas periferias com sua perspectiva política, pedagógica e estratégica, não pode ser vinculado a certa tradição do autonomismo marxista. Tal pergunta me surge a partir de reflexão feita por militante do MST, Gilmar Mauro⁶⁵, sobre debates internos realizados no MST e Consulta Popular, sobre novas formas organizativas, formação, periferia urbana, classe trabalhadora e capacidade política de construção de um projeto popular na conjuntura da segunda metade da década de 2000.

⁶⁵ Gilmar Mauro, pela posição que ocupa e a responsabilidade daí decorrente, dá um depoimento precioso – e dramático. Constatando o enfraquecimento dos movimentos sociais sob o governo Lula, em parte cooptados, em parte enfraquecidos, ele considera fundamental o trabalho de formação política, a única maneira de impedir (ou pelo menos dificultar) a burocracia no interior das organizações e a cooptação dos militantes pelo Estado. A meu ver, uma observação de Rosa Luxemburgo a respeito de Marx e Lassalle resume perfeitamente o dilema em que vivem o MST e seus dirigentes: “(...) quando em vez da crise e da revolução começou a triste *saison morte* [época morta] da reação política, Lassalle e Marx voltam a partilhar a mesma ideia – a resignação momentânea e os planos de um trabalho de toupeira de esclarecimento revolucionário, temporário e silencioso.” É nesse lento e paciente trabalho de toupeira de formação política, visando à transformação radical da ordem capitalista, que [...] Gilmar Mauro pensa que para estar à altura do desafio que lhe é imposto – ou seja, para construir o “ciclo pós-PT” –, a esquerda [...] como diz na entrevista [precisa criar um] “movimento político de novo tipo que parta da ideia de construção dos espaços de poder popular, dos conselhos, buscando as experiências históricas da Liga Spartakus, a experiência da Comuna de Paris, a experiência dos conselhos de Turim (que eram conselhos de fábrica), buscando a própria experiência latino-americana; no México tem várias experiências das comunidades indígenas”. Em suma, a ideia é organizar os trabalhadores a partir das comunidades locais, em diálogo permanente com os seus problemas (p. ex., utilizando a cultura como um canal de participação) na esperança de construir uma vasta rede de organizações por todo o território nacional aptas a formar “uma poderosa contra hegemonia”: “(...) estou convencido de que este é o caminho: ou a gente constrói este processo dos conselhos populares, organizações populares, com um projeto político claro de substituição da sociedade capitalista e construção de uma sociabilidade diferente – o socialismo – ou efetivamente a esquerda amargará muitos anos” (LOUREIRO, 2009, p. 9-10).

A gente se pergunta como chegar ao povo. Pode ser a partir da cultura, a partir da arte? Às vezes a gente quer chegar lá só pela via econômica. Aí, faz aquela lista de reivindicações: “o que a comunidade precisa? Ah, precisa de água, etc., etc”. Tem outras vias para estabelecer diálogo com o povo. Uma vez a gente cogitou de filmes populares – ir para as periferias passar filmes, dialogar e assim por diante. E estas propostas não são nada novas, a gente já experimentou em outras épocas. É preciso pensar e lançar mão de outras formas de dialogar com o nosso povo, formas didático-pedagógicas que nos permitam, não só através da agitação clássica, dialogar com o povo e com as suas necessidades, e a partir disso estabelecer laços e construir lutas que possam nos levar à superação disso. Quanto às formas organizativas, eu acho que a própria experiência do MTST – mais recente – da periferia ativa, é muito interessante, porque também parte da ideia de dialogar com o que existe. Nós temos que dialogar com essa realidade objetiva, o que não significa ficar só nisso. Mas é preciso partir daí para ir construindo processos como a experiência dos conselhos populares no Ceará, que, embora pequena, está começando; ela é muito interessante porque vai dialogar precisamente com as comunidades pobres. Mas tem outras formas organizativas de que poderíamos lançar mão (MAURO, 2009, p.103).

Quando é conquistada a revogação do aumento da tarifa em São Paulo, o MPL decide se retirar da convocação dos grandes atos centralizados, que estavam sendo fortemente disputados pela direita contando com a colaboração da mídia corporativa, e se junta ao MTST e ao grupo Periferia Ativa para organização de manifestações na periferia da cidade. Em 25 de junho estes movimentos realizam manifestações em Campo Limpo e Capão Redondo, com bloqueio de vias públicas (RBA, 2013). Eles reivindicavam a desmilitarização da polícia, a redução do custo de vida, o controle público sobre o preço dos aluguéis e o que chamaram saúde e educação no padrão FIFA, em clara referência crítica aos gastos públicos com a Copa do Mundo de Futebol. Atos semelhantes ocorreram em vários pontos da cidade, antes e depois da revogação do aumento.

Com o ciclo de protesto de 2013 o ciberativismo, atuação militante pela internet, ganha força em sua nova expressão no Brasil, o midativismo. Ativistas da comunicação, profissionais ou não, foram para as ruas com equipamentos leves, porém capazes de transmitir em tempo real os acontecimentos. Muitos analistas indicam que o alcance destas transmissões teve grande responsabilidade pela enorme ampliação das manifestações, não apenas em São Paulo, mas nas várias cidades onde ocorreram. Isso aconteceu ao mesmo tempo em que a mídia empresarial atuou para contribuir com a mudança da pauta central dos protestos, impulsionando uma guinada à conservadora com a questão da corrupção. Essa disputa feita por uma mídia mais interativa, com a grande mídia, nas coberturas colaborativas em tempo real, na interpretação de um ex-militante do CMI, tem uma contribuição desse pela sua capacidade de moldar tecnologia para mobilização.

O movimento antiglobalização foi muito rotulado como o movimento da Internet. E eu acho essa uma leitura tecno-determinista muito equivocada, porque a história é o inverso do que é contada. A história que a gente escuta é a de que as redes são horizontais, democráticas e participativas e o movimento das ruas copia a forma de organização das redes. Ou seja, a forma de organização das redes impõe a organização das ruas. E é exatamente o oposto. As redes foram desenhadas por nós pra ter esse formato e não o contrário, ou seja, as redes adquiriram esse formato horizontal e participativo. A Internet era uma rede universitária até 1995, ela se privatizou, ou seja, foi aberta pra venda e serviço de acesso a Internet em 1995. E quando ela se privatizou o modelo que se tentou fazer é o modelo do portal, que é o mesmo da comunicação tradicional: um emissor e vários receptores [...]. O CMI é um entendimento de que a gente devia usar as possibilidades da Internet, que era um veículo bidirecional, em que se falava e recebia, e subverter essa tentativa de transformá-la numa grande televisão ou numa grande revista e fazer uma forma de comunicação interativa, baseada nas experiências das rádios livres, das TVs comunitárias, dos fanzines, nessa tradição de comunicação alternativa. E foi assim que foi desenhado. O CMI era um site de publicação aberta, quando não existia nem blog. Quem inventou o conceito de blog foi o CMI, não tinha blog, as pessoas não faziam isso, elas faziam sites. Uma ideia de um blog, que seja um negócio fácil de escrever e que possa ser atualizado rapidamente não existia, o CMI é pré-blog, é pré-creativecommons (ORTELLADO, 2013b, s/p).

A Mídia NINJA foi uma das maiores referências de Junho, depois dos movimentos que convocaram os protestos, em especial o MPL, e aos veículos tradicionais de mídia, que cobriram intensamente as manifestações.

Entre os dias 18 de junho – na cobertura das manifestações na Avenida Paulista, em São Paulo – e 7 de setembro de 2013, na Sé, e em outras capitais, a Mídia Ninja ficou conhecida nacional e internacionalmente porque: ajudou a inocentar o estudante Bruno Ferreira Teles, preso por portar coquetéis Molotov, em confronto na frente do Palácio da Guanabara, no dia 22 de julho, e o vídeo que comprovou sua inocência foi exibido pela rede Globo. Dois dos seus repórteres foram presos no Rio de Janeiro, no mesmo dia; outro ninja em Belo Horizonte em 7 de setembro, e outros foram agredidos em várias manifestações do período em várias capitais [...] uma entrevista no programa *Roda Viva*, da TV Cultura de São Paulo, no dia 5 de agosto, teve enorme repercussão e provocou uma enxurrada de denúncias contra o Coletivo Fora do Eixo, que abriga a Mídia Ninja [...] no dia 7 de setembro os seguidores da página Ninja no Facebook chegaram a 200 mil. Em menos de três meses os jovens midialivistas, nas ruas de várias capitais em convulsão, protagonizaram acontecimentos impensáveis antes das jornadas de junho. Despertando os aplausos e/ou ira à esquerda e à direita, criando uma audiência de seguidores fiéis, estiveram nas redes sociais, nos jornais da mídia nacional e internacional, em blogs etc (LORENZOTTI, 2014).

Ela surge como braço midiático do Circuito Fora do Eixo, para compreendê-la, é preciso entender esse. O Fora do Eixo (FdE) surge em 2005, numa articulação de produtores culturais de Cuiabá (MT), Rio Branco (AC), Uberlândia (MG) e Londrina (PR). Seu objetivo era

organizar a juventude atuante nas cenas de música em torno de uma rede de produção cultural colaborativa. Nesse contexto, a prioridade era a auto-organização e a influência nas políticas públicas em âmbito local. Duas características originárias dessa experiência já a distinguiam das demais existentes no país. A opção de seus membros por morarem em casas coletivas, ou seja, em comunidades relacionais onde compartilham trabalho e afetos; e a criação de um sistema econômico alternativo, baseado no uso de moedas sociais. Os integrantes das redes são jovens que vivem e trabalham nas casas coletivas gerenciadas por um caixa coletivo por meio do qual compartilham todas as suas necessidades materiais (SAVAZONI, COPELLO, 2016).

Savazoni (2014) indica o ano de 2007, como o momento efetivo do nascimento do Fora do Eixo, quando da realização do seu primeiro congresso. Ao longo dos últimos anos, o FdE se consolidou como uma rede política que atua com cultura e comunicação estruturada fundamentalmente a partir de dois processos internos que se retroalimentam permanentemente: um circuito de distribuição cultural de abrangência nacional e uma organização política de ativismo digital. O autor registra que, em 2012, a rede articulava 122 coletivos, cinco casas e 400 coletivos parceiros. Em agosto de 2013, esse número passou para 18 casas coletivas, 91 coletivos e cerca de 650 coletivos parceiros, o que comprova que durante o período de junho o Fora do Eixo aproveitou para fortalecer a organização.

A Marcha da Liberdade, em maio de 2011, em São Paulo, mobilizada devido à forte repressão à Marcha da Maconha da semana anterior, evento que começou em 1994 e ocorre anualmente em diversos locais do mundo com manifestações em favor da legalização e da regulamentação de comércio e uso da erva, foi um momento forte da construção da Mídia Ninja. O Fora do Eixo faz uma transmissão ao vivo das ruas e obteve 90 mil visualizações e duas mil pessoas acompanhando por steaming (LORENZOTTI, E., 2014). A rede criou a Pós-TV, um canal próprio de streaming pela internet, baseado em programas exclusivos – em sua maioria de debates realizou ações de mobilização por meio de redes sociais, a produção de conteúdo para blogs e sites, o registro fotográfico de ações políticas, a criação e manutenção de programas de webTV, entre outras iniciativas. A mídia do Fora do Eixo, ainda sem marca, é vista com tendo grande destreza no uso das redes sociais e da comunicação. Isso fez com que a ONG que mantém o portal Overomundo, voltado para difusão da diversidade cultural brasileira, transferisse a administração da plataforma para o Fora do Eixo, em 2012.

A Mídia Ninja - Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação – surge no interior do processo do Fora do Eixo, como é prática nessa organização, no seu início foi uma de suas pós marcas, como uma evolução da Mídia Fora do Eixo. Organiza-se de forma autônoma como um

coletivo de comunicadores independentes articulada ao conjunto de iniciativas articuladas pelo FdE. Nem todos os midiativista-jornalistas do Mídia Ninja têm formação profissional na área de comunicação, funcionam como um coletivo político cultural multiprofissional, cujo jornalismo ativista sendo assumido por quem tem disposição de se incorporar a dinâmica e funcionamento do FdE. O novo modelo de captação de imagens e transmissão ao vivo em diversas situações, pressupõe de quem adere a proposta a disposição em cobrir manifestações a partir de dentro, estando presentes nos atos e mesmo nos conflitos com a polícia. Como descrito, no ciclo de protestos de junho de 2013 a Mídia Ninja conseguiu realizar uma cobertura a partir de dentro das mobilizações, noticiou fatos que desmentiram as acusações da polícia, e virou sinônimo de mídia de multidão.

A articulação nacional ganhou força com a chamada para participação, no dia 23 de junho de 2013, na página da Mídia Ninja no facebook. Foi postada uma convocação de correspondentes para ajudar na cobertura em tempo real dos protestos, com a seguinte chamada: fotógrafos, repórteres, cinegrafistas, cidadãos a fim de entrar em nossas tropas, escrevam para midianinja@gmail.com dizendo de onde são e como podem colaborar. Estamos começando a cadastrar gente do país todo. Primeiro passo na montagem de uma rede nacional de jornalismo independente antes do lançamento do nosso site. Quem anima?

Lorenzotti (2014) informa que, em 30 minutos, já havia 125 compartilhamentos. No dia 24, até às 19 horas, havia 735 curtidas e 413 compartilhamentos. Muitas pessoas passaram a fazer parte da cobertura colaborativa organizada pela Mídia Ninja e, com isso, foi possível ter uma visão nacional do ciclo de protestos. É impossível dizer o número de colaboradores porque, devido ao caráter de rede, há pessoas que se dispõem a ser um ninja por um dia ou por horas. Em menos de três meses os jovens midialivristas, nas ruas de várias capitais em que ocorreram protestos, protagonizaram acontecimentos e os relataram na internet, criando uma audiência, estiveram nas redes sociais e em blogs e sites colaborativos, além de municiar as páginas da Mídia Ninja.

A Mídia Ninja é uma expressão do midialivrismo, ou seja, o exercício autônomo da produção midiática em relação a posições e atrelamentos a mídia corporativa. Esta experiência é parte de uma nova forma de atuação dos movimentos sociais, que teve na criação do Indy-media, por ocasião da Batalha de Seattle, e no Brasil, CMI – Centro de Mídia Independente, a sua primeira expressão mais forte. O Centro de Mídia Independente do Rio de Janeiro (CMI-Rio) também produziu material de cobertura disponibilizado em plataforma multimídia, intitulado Mortos e feridos nos protestos. O CMI-Rio se apresenta como um site colaborativo,

que busca dar visibilidade a casos de violência ocorridos nas manifestações populares a partir de junho de 2013. Em Belo Horizonte outro site colaborativo merece destaque pela cobertura das manifestações neste formato engajado e em tempo real, o #BHnasruas (OLIVEIRA, et alli, 2014). Existem outros exemplos semelhantes que funcionam como coletivos locais de cobertura colaborativa, alguns anteriores a 2013, outros que surgiram neste período, muitos atuaram durante a cobertura dos protestos na Copa do Mundo em 2014.

O midiatismo, com a cobertura colaborativa dos protestos, reinventa e potencializa a tecnologia de transmissão on-line ou uso de streaming para divulgar debates sobre os próprios protestos. Baseiam-se em dois pontos centrais: liberdade de expressão, uma vez que não possuem patrocinadores comerciais, e a força da articulação em rede. Associam a isso a disposição política de cobrir os movimentos sociais a partir de dentro dos protestos, com todos os riscos que esta posição gera. Os formatos também são livres: programas de debate, transmissão de shows, sofá armado no meio da rua com o apresentador entrevistando os passantes. E como estão na internet sempre ao vivo, a interatividade é outro ponto responsável pela potencialidade dessa modalidade de comunicação para mobilização – recuperando o que já estava presente no CMI. Quem está assistindo manda comentários e perguntas por twitter, e-mail e até mesmo entra por skype e participa do papo. Isso explica o grande crescimento da Mídia Ninja com a cobertura em tempo real do ciclo de protestos.

Em debate no qual Capilé, do Fora do Eixo, e Pablo Ortellado, um dos impulsionadores do CMI, participam, fica nítido as diferentes perspectivas adotadas pelas duas articulações, diferença que se desenvolveu no curso de 2013, por quem têm uma visão crítica quanto a apropriação do Mídia Ninja se fazendo representante da cobertura colaborativa, capturando poder para a marca. Enquanto o Fora do Eixo entende que a sua atuação como articulação política cultural que deve ser a mais ampla possível, recusando-se ao que chama uma postura rancorosa da esquerda, o midiativismo vinculado à tradição do CMI se apresenta como uma ação midiativista posicionada à esquerda numa perspectiva autonomista (ORTELLADO; FORA DO EIXO, 2012). Em artigo de Torturra, no livro *Movimentos em Marcha* (2013), a fala de Capilé é emblemática desta diferença, quando reúne militância e carreira profissional: “a nossa geração não tinha uma bandeira muito clara como a dos anos 60, que lutava contra alguma coisa. Nem a crise existencial da turma dos anos 80, que estava tentando se entender. Mas a gente decidiu lutar por alguma coisa. E com a internet apareceu uma possibilidade real de se comunicar, de inventar uma carreira sem precisar passar pelos caminhos corporativos”.

Nessa curta trajetória o FdE pelas suas inovações organizativas, capacidade de trabalho que confunde atividade profissional e ativista, como repete em muitas ocasiões, Pablo Capile: “Somos a pratica. Somos o Experimento [sic]. Somos a rede. Somos cooperativa de trabalho. Somos escravos de nossa causa, e racionalmente apaixonados” (CAPILE apud COLETIVO PASSA PALAVRA, 2013, p. 131), assim como nessa fala, a descrição que ele faz sobre o funcionamento da Casa Coletiva de São Paulo, traduz isso na prática, a casa possui um espaço para shows, estúdio, salas de reunião e a hospedagem de 18 membros “liberados” que trabalham 24 horas por dia para o coletivo, não recebem salário, mas em troca têm suas despesas pessoais pagas pelos cartões do coletivo. Esse investimento individual e comportamental é denominado de se entregar para a causa (COLETIVO PASSA PALAVRA, 2013). Gerou polêmicas quanto a natureza do ativismo e seu sentido político, o que vai interferir na imagem do Mídia Ninja, quando essa participa dos protestos fazendo sua cobertura.

Para Savazoni a Mídia NINJA e o Fora do Eixo, dotados de enorme capacidade narrativa e agindo politicamente por meio da comunicação, sofreram inúmeras críticas, da mídia tradicional e de outras organizações políticas atuantes nos protestos. Foram refutados pelo MPL como uma mídia do movimento. Para Capilé, essa divergência ocorre por causa da abordagem alegre, colorida e propositiva que caracteriza o Fora do Eixo, destoando do discurso rígido e sectário do MPL. Na visão de Savazoni o MPL considerava que o Fora do Eixo e Mídia NINJA eram instrumentos cooptados, a serviço do governo e de empresas, e que, portanto, não tomavam parte da luta real contra o transporte por eles encabeçada.

A Mídia NINJA acompanhou os movimentos de rua, e decaiu com eles. Apesar disso, segue atuando como plataforma de comunicação ativista, mantendo um portal de cobertura em parceria com a rede internacional Oximity e articulando um outro movimento denominado #JornalistasLivres, que realizou uma campanha de crowdfunding para se estruturar e conseguiu angariar mais de R\$ 100 mil em doações (SAVAZONI, COPELLO, 2016, p. 154).

Uma das maiores expressões globais no novo ativismo digital são os Anonymous, uma forma de ação que nasce nos Estados Unidos entre ativistas, artistas e hackers e que passou a ter importância no mundo inteiro. Machado, Savazoni e Silveira (2012) analisam a ação do coletivo Anonymous a partir da presença na rede por parte de ativistas ligados ao coletivo

Pode-se dizer que esse foi um momento de grande importância para o ativismo em geral e, em particular, para os Anonymous. Nesse período, realizou-se a chamada Operação Megaupload, que tirou do ar, entre outros, os sites da Casa Branca, do Departamento de Justiça dos Estados Unidos e do FBI, constituindo a maior e mais abrangente ação do gênero que se tem notícia

desde sua popularização [...] A partir de 2008, o Anonymous se torna um movimento essencialmente político. Isso ocorreu após a realização de uma grande onda de protestos on e offline contra a Igreja da Centologia e a favor da liberdade de expressão. O episódio central dessa transação ocorreu quando esta Igreja produziu um vídeo, no qual o ator Tom Cruise falava dos supostos inequívocos benefícios recebidos por aqueles que seguem essa doutrina. Tal atitude provocou a ira do Anonymous, uma vez que feriu uma de suas principais (e então incipientes) bandeiras políticas: a liberdade de informação, principalmente na Internet. Por isso, produziram um vídeo declarando guerra à Igreja (prática que se tornaria muito comum ao recrutar voluntários para as operações) e organizaram uma vasta onda de trolling. Rapidamente, os protestos ganharam dimensão global, de modo que, em 10 de fevereiro daquele ano, mais de seis mil pessoas foram às ruas — Já usando a máscara que imita o rosto de Guy Fawkes, popularizada pelo filme *V de Vingança* e adotada como símbolo pelo coletivo — para protestar em várias capitais do mundo, principalmente em frente a unidades da Igreja (MACHADO, SAVAZONI e SILVEIRA, 2012, p.6-7).

No Brasil, no ciclo de 2013, o Anonymous ocupa um lugar destacado no ativismo digital, sendo um dos endereços mais buscado, como já demonstrado antes. Os hacktivistas, como os que se articulam como Anonymous, são pessoas não apenas peritas em computação, mas motivadas por preocupações éticas e que entendem que seus atos devem ser considerados uma forma legítima de desobediência civil. Segundo os estudiosos, um ato hacktivista deve ser justificado moralmente: não causar dano a pessoas ou propriedades; não ser violento; não visar ao lucro pessoal; ter uma motivação ética, isto é, a convicção de que a lei, norma ou conduta contra a qual se protesta é injusta; e ter, por parte dos agentes, uma vontade de assumir as responsabilidades para eventuais consequências. Nesse sentido, o hacktivismo pode ser entendido como um casamento entre o ativismo político e o hacking de computador e, além disso, como o uso não violento e legalmente ambíguo de ferramentas digitais para se alcançar fins políticos (MACHADO, SAVAZONI e SILVEIRA, 2012; PARADA, 2013). Já fiz referência a pauta que circulou em nome do Anonymous, como das máscaras de Guy Fawkes que habitaram as ruas. Segue comentário de Rovai em matéria na época dos protestos localizando-os no contexto do ciberativismo no Brasil.

No Brasil, os ainda não são um grupo com muito espaço na rede, mas já começam a testar sua força. Estão programando, por exemplo, protestos para o dia 7 de setembro e, de alguma forma, o nome do grupo ganhou a mídia quando dos ataques a sites do governo federal em julho. [...disse Farfalla] “O Anonymous não é um grupo fechado, mas uma ideia, e todos que compartilham dessa ideia são Anonymous, e não do Anonymous.” O que parece um simples jogo de palavras é uma explicação importante para entender a lógica desse novo ativismo. Farfalla é apenas uma das pessoas que se reivindicam Anonymous, mas não é porta-voz do grupo ou muito menos uma liderança. Entender o universo Anonymous não é algo exatamente fácil, principalmente se forem utilizadas as tradicionais classificações da sociologia

política. É preciso tentar entendê-lo com base na lógica da nova sociedade globalizada e em redes, que surge no contexto da revolução digital. Com instrumentos de comunicação, pelos quais muitos falam com muitos de forma horizontal, rompendo a lógica de emissores e receptores. Rompendo a lógica de líderes e liderados. E relativizando completamente a importância das organizações intermediárias. Entre os Anonymous, quem busca se destacar é rechaçado pelo resto da comunidade. E não há causa nobre que justifique mostrar a cara ou aparecer (ROVAI, 2013b).

As manifestações ganham força no Rio de Janeiro a partir de 13 de julho e seguem numa onda crescente, em 17 de junho a multidão no centro da cidade é estimada pela mídia em torno de cem mil pessoas. A reivindicação é para que seja revogado o aumento da tarifa, mas os atos são cada vez mais heterogêneos. Na grande manifestação do dia 20 de junho ocorrem episódios de rechaçamento dos partidos e de suas bandeiras por manifestantes. Grupos de manifestantes reivindicam que aquele movimento é “sem partido”. Podemos enxergar nas agressões às bandeiras dessas entidades políticas uma recusa da representação partidária. O aumento da tarifa é revogado, mas as manifestações não param. As reivindicações passam a tratar dos gastos e efeitos da Copa do Mundo de 2014, das remoções executadas pela secretaria de habitação, dos abusos da polícia militar, das práticas das empresas de transporte urbano, entre tantas outras.

O movimento é narrado e difundido pelos próprios ocupantes das ruas através dos sites de redes sociais e das tecnologias de comunicação. O que caracteriza a potência dessas mídias móveis e descentralizadas não é o simples fato delas serem realizadas por indivíduos e não por empresas, mas sua horizontalidade, a possibilidade de ser operada por qualquer manifestante, sem comandos ou hierarquias.

Com a intenção de compreender o que para muitos parecia um levante repentino, organizam-se debates, palestras e aulas públicas. No Rio de Janeiro, multiplicam-se os ambientes de discussão acerca dos diversos processos enfrentados pela resistência cotidiana a um projeto privatizador da cidade. Nas plenárias vê-se a ampliação do número de pessoas e a multiplicidade das reivindicações. Geram-se conflitos entre a estrutura hierarquizada das tradicionais formas de representação e mobilização frente ao novo movimento sem bandeira e ideologias definidas. Exemplo disso são as formas das plenárias ou assembleias, que precisam de uma metodologia que possa dar conta desta multiplicidade. Discutirei, mais abaixo, o sentido que as assembleias horizontais tiveram para o enquadramento autonomista que emergia neste ciclo.

No Rio, se destacaram também as ocupações como forma de pressão sobre os poderes públicos e privados por direitos à moradia, à saúde e à mobilidade. Manifestantes ocupam a

Câmara de Vereadores, acampam frente às residências dos governantes, no Complexo da Maré expulsam o caveirão, após ações violentas da PM numa de suas comunidades. Há uma força crescente nesses movimentos que, embora não estejam diretamente articulados, tem em comum o ânimo suscitado pelo ciclo de protestos em curso.

Os escrachos são outra forma de manifestação que ocorre neste período no Rio de Janeiro, copiando performance desenvolvida na Argentina de constrangimento público de indivíduos como forma de denunciar os culpados pelos crimes da Ditadura que não haviam sido punidos, como apresentados no capítulo dois. Neste período o governo brasileiro havia criado a Comissão da Verdade, mecanismo de apuração dos crimes da Ditadura. São feitos também escrachos aos poderes constituídos na cidade, no contexto das manifestações.

Neste processo, acontece a ocupação popular em frente ao hotel Copacabana Palace, para cobrar a conta do transporte público durante o casamento da neta do empresário dos transportes Jacob Barata, onde torna-se possível o uso articulado do escracho com a performance de deboche. Convocados para a festa, batizada “O Casamento da Dona Baratinha”, os manifestantes dançaram quadrilha, cantaram e acusaram as relações escusas entre poder público e empresas de transporte. Foi uma forma de escracho inovadora e lúdica que causos muito constrangimento público a empresários e governantes (CAETANO, BORGES, 2014).

Em outubro os professores do Rio de Janeiro estão em processo de mobilização em função da campanha salarial da categoria. A manifestação do dia 15 de outubro teve uma presença diferente: jovens vestidos de preto, com máscaras e capuzes, que chegavam por várias ruas até a frente da Igreja da Candelária. Eram mais de 500 naquele instante, tornar-se-iam mais de mil em momento posterior. Quando eles chegaram, os professores estaduais e municipais em greve começaram um grito de guerra: “Uh! É Black bloc!”. Os corpos subindo e descendo em saltos quase ornamentais, corpos esguios, leves, surpreendentes, muitos negros e de periferia, respondiam de volta, num reconhecimento de parcerias e companheirismo. Assim, a tática Black bloc mostrava sua face mais política nas manifestações do Rio de Janeiro, ao apoiar abertamente os professores que haviam sido reprimidos de forma severa nos dias anteriores, na porta da Câmara Municipal. E o apoio seria recíproco. Professores usavam camisas com os dizeres: Black Prof. E levavam cartazes que diziam: “O Black bloc é meu aluno, mexeu com ele mexeu comigo” (SANTOS, 2014).

A tática Black bloc já havia aparecido nas manifestações do Rio durante a partida final entre as seleções de Brasil e Espanha, da Copa das Confederações, dia 30 de junho de 2013. Na manifestação anterior, em 20 de junho, conforme descrita por Santos (2014) mais de um milhão

de manifestantes haviam sido literalmente expulsos da avenida central Presidente Vargas, sob bombas de gás lacrimogênio e balas de borracha. Uma perseguição que só foi interrompida quando um grupo de jovens arrancou tapumes de metal de uma obra e começou a fazer a proteção dos manifestantes que caminharam rapidamente pela avenida procurando uma possível saída. Pessoas passando mal eram protegidas por esses escudos improvisados. Caíam e eram amparadas por outros jovens, que aderiam voluntariamente às ações de proteção e enfrentamento das forças policiais. Ali, a tática já mostrava a sua face de proteção dos manifestantes e de reação ao aparelho estatal de repressão. Foi uma mobilização principalmente de grupos anarquistas já familiarizados com táticas de resistência e ação direta, que atuam em movimentos urbanos de ocupação para moradia, e que vem lidando diretamente, há algum tempo, com o enfrentamento com a polícia.

Na partida final da Copa das Confederações, os grupos de orientação anarquista, marxista, independentes de matriz libertária, ou simplesmente independentes, que se identificavam com as lutas propostas, se reuniram na Praça Saens Peña e ali cobriram seus rostos, expuseram suas bandeiras e gritaram: “Não vai ter Copa!”, “Fora Cabral”, “Cadê o Amarildo?”. Era um protesto contra a manipulação política dos megaeventos programados para o Brasil, contra a apropriação do estádio do Maracanã pelo capital privado, contra a possibilidade de destruição do complexo esportivo já existente e da Aldeia Maracanã – ocupação indígena multiétnica urbana situada no antigo Museu do Índio, ao lado do estádio – e contra a política violenta de pacificação das comunidades, entre outras (SANTOS, 2014).

As páginas do Facebook Black bloc RJ e Black bloc Brasil foram criadas nesse contexto. A mídia empresarial já propagava o termo cunhado para definir o bloco: vândalos. As páginas se tornaram uma mídia capaz de explicar o que estava ocorrendo nas ruas. Em 4 de setembro, às vésperas do Grito dos Excluídos programado para o 7 de setembro, os administradores da página Black bloc RJ foram presos em suas casas, tendo computadores e aparelhos eletrônicos apreendidos e chamadas telefônicas monitoradas. Naquele momento, não mostrar o rosto tornou-se um ato político, pois o Estado tende a transformar o rosto em identidade, esmagando as subjetividades construídas por aquele corpo detentor do rosto. “Um rosto coberto, ao contrário de um corpo coberto, confunde quem tenta conter as potências do corpo produtivo. É o corpo em protesto” (SANTOS, 2014, p.191).

No contexto do ciclo de protestos Câmaras de vereadores foram ocupadas em várias capitais. No Rio de Janeiro, a ocupação da Câmara foi em 9 de agosto e exigia uma Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI para tratar do processo de licitação das empresas de ônibus. Ao

mesmo tempo em que manifestantes ocupavam o prédio, as ruas foram tomadas em apoio à ocupação. Após a remoção, a ocupação externa permaneceu, foi chamada OcupaCâmara e, à semelhança dos movimentos ocupes, organizou-se com assembleias populares e abertas.

Os profissionais da educação municipal começaram uma greve em 8 de agosto de 2013, que se estenderia até 25 de outubro. Uma das ações desta greve foi a retomada da ocupação do plenário da Câmara, em 26 de setembro de 2013. Essa nova ocupação, entretanto, foi reprimida duramente e os professores foram removidos com cassetetes e escudos de ferro, e os que se encontravam do lado de fora sofreram ferimentos das balas de borracha, estilhaços de bombas de efeito moral, e ficaram intoxicados com o gás lacrimogênio e spray de pimenta (CAETANO, BORGES, 2014). A cobertura da imprensa tradicional se pautou pela ideia que os professores estariam atrapalhando o funcionamento da casa legislativa. Eles estavam manifestando-se contra o plano de carreira proposto pela prefeitura.

As páginas Black bloc RJ e OcupaCâmara Rio fazem uma convocação nas redes sociais em apoio aos professores. Na madrugada seguinte, muitos jovens tomaram os espaços ao redor da câmara, postando-se entre as forças policiais e os professores. Os conflitos duraram mais de quatro dias. Bombas eram jogadas, enquanto os Black blocs as chutavam ou arremessavam de volta para os policiais, usando luvas, máscaras e muita agilidade. O Black bloc era acolhido pelos professores, que viam no grupo uma forma de apoio e parte da revolta popular. Os professores representavam uma luta justa, importante, a busca por uma reforma educacional representativa. Essa articulação entre a luta dos professores e a tática Black bloc parecia indicar um novo campo de possibilidades políticas. Professores se apropriam da tática e surge o Black Prof. Fazem camisetas, criam novas palavras de ordem, de forma a dizer que qualquer criminalização midiática contra o Black bloc seria entendida como uma criminalização do movimento de greve e das manifestações como um todo. Segundo as informações divulgadas nas páginas de facebook, na manifestação do dia 15 de outubro de 2013, os manifestantes que assumiram a tática Black bloc eram pelo menos um mil. Nos ciclos de protesto internacionais os Black blocs, suas performances e ação direta, em especial no movimento da antiglobalização teve uma forte presença, essa narração acima é um exemplo típico, de como os repertórios se recriam em diferentes situações, apesar das semelhanças das performances.

A quebra de vitrines de bancos, grandes lojas ou lanchonetes (como o McDonald's); a construção e queima de barricadas para proteção contra a ação policial, além do enfrentamento aos policiais (seja com xingamentos, seja com lançamento de pedras) para defesa dos demais manifestantes, constituíram táticas frequentemente utilizadas então. Nesse sentido, é importante

considerar a concepção dos ativistas quanto ao caráter das ações violentas que praticam: estas não constituem ações desordenadas ou aleatoriamente destrutivas, muito menos se destinam a afetar pessoas. Voltam-se, pelo contrário, para a destruição de propriedades e são cuidadosa e previamente planejadas pelo grupo, com o intuito de confrontar valores consagrados pelo capitalismo [...] elaboram sua "prática violenta" de forma simbólica, o que os afasta da noção de vandalismo ou arruaça gratuitos. Suas ações trazem à tona a contradição de uma sociedade que repudia qualquer investida contra a propriedade privada e que ao mesmo tempo aceita a violência contra as pessoas, seja a violência policial, seja a violência representada pela falta de acesso a direitos básicos. Por outro lado, essas táticas de ação reportam aos conhecidos debates sobre a importância da violência revolucionária no processo de mudança social. Também remetem a uma reflexão sobre a relação entre a ocorrência da tática e o grau de violência entranhado na sociedade, especialmente aquela empregada pelo aparato policial em relação às classes mais pobres e às minorias sociais (SARAIVA, 2014, p. 48).

No Rio de Janeiro, entre os participantes da tática havia um acordo de que o bloco só viria à frente como proteção, numa atuação defensiva. Qualquer ação direta de enfrentamento que não fosse com caráter defensivo seria interpretada como provocação e essa pessoa seria removida do bloco. Isso foi anunciado em diversas páginas Black bloc no Facebook, bem como em perfis sociais de participantes da tática. Nesta manifestação o contingente policial, no início, parecia ser menor. O conflito começou na altura da Cinelândia, bombas de gás lacrimogêneo e efeito moral foram atiradas contra os manifestantes pelo Batalhão de Choque. Os Black bloc se posicionaram novamente, entre professores e policiais e aturam da mesma forma, enviando as bombas de gás de volta a seus atiradores. Tiros puderam ser ouvidos na hora e em vídeos da internet, publicados posteriormente. Quando já não restavam mais manifestantes pelas ruas, a polícia saiu de cena. Um grupo de manifestantes retorna e senta nas escadarias da Câmara. Um batalhão de choque retorna, circunda a Câmara, e o comandante dá voz de prisão a todos, sem que eles sequer tivessem levantado. Foram mais de 200 pessoas detidas (CAETANO, BORGES, 2014).

Conforme as informações de Santos (2014), a denúncia utilizada para a detenção era de que os detidos estavam de preto, com máscaras ou vinagre. Detidos foram liberados rapidamente e a maioria foi liberada nos dias seguintes, com liberdade preventiva, para responder ao processo em liberdade. As restrições enquanto aguardam julgamento, para alguns, são não participar de atos políticos ou não se comunicar entre si. Apenas dois permaneceram presos até o final de 2013, detidos em circunstâncias diferentes: Rafael Braga Vieira, catador de latas, em situação de rua, que foi detido no dia 20 de junho, com uma garrafa de Pinho Sol e outra de água sanitária e foi condenado a cinco anos em regime fechado. O outro, Jair Seixas Rodrigues, militante da Frente Internacionalista dos Sem Teto (FIST), foi preso no dia 15 de

outubro, de maneira arbitrária. Foi acusado de associação criminosa armada, sem que nada houvesse para configurar a acusação, agora se encontra em liberdade provisória, aguardando o julgamento, mas, assim como os outros que não tiveram os processos extintos, pode retornar à prisão caso a justiça avalie necessário. Este tipo de medidas policiais e judiciais que criminaliza os movimentos sociais faz parte do que tem sido caracterizado por Arantes (2014) como situação de exceção.

Esta longa descrição do uso da tática Black bloc nas manifestações no Rio de Janeiro buscou apresentar uma feição organizada deste tipo de atuação. Não significa que o grau de politização e de relações estabelecida nesta experiência possa ser vista como semelhante para todas as cidades. Obviamente não. Ricci e Arley (2014) em pesquisa feita em Belo Horizonte, cita a análise de um dos entrevistados que, discutindo três manifestações, apresenta uma situação bastante diversa.

Foram conflitos diferentes, em cada uma das três manifestações. Da segunda para a terceira se percebia que a PM tentava se organizar melhor. Aumentou significativamente o número de P2. Foi evidente a atuação de provocação do estopim das reações dos manifestantes para validar a dispersão pelo batalhão de choque. Do outro lado, na segunda e terceira manifestações, houve depredação de concessionárias e bancos nas mediações do Mineirão. Nunca se discutiu essas ações como programação. Nem mesmo entre os membros do Black bloc. Eles tinham como foco a autodefesa, o contra-ataque à ação da PM. Na terceira manifestação, um grupo de mais ou menos cem pessoas depredou por mais de uma hora várias concessionárias. Era evidente que se tratava de gente da periferia. Era visível. A PM não fez nenhuma intervenção. Era gente que estava acostumada a lidar com bala de verdade, não com bala de borracha. Parecia uma mistura de catarse com resposta à violência da PM (RICCI, ARLEY, 2014, p. 185).

O uso das chamadas táticas de ação direta foi um elemento forte do ciclo de protesto de 2013. Isso não significa que todas as ações deste tipo tenham sido construídas pelos movimentos organizadores dos protestos, uma vez que outros grupos de luta urbana ou de movimentos juvenis, em especial da periferia, também participaram ativamente lançando mão de seus recursos próprios para isso. Um dos integrantes do Black bloc de Fortaleza defende a legitimidade deste tipo de ação

Considero a ação direta uma estratégia tão importante quanto a não direta. Nossa sociedade vive permeada por símbolos e saber usá-los é essencial a qualquer demanda, seja ela política ou cultural. Participar de um Black bloc é fazer uso desses símbolos para quebrar preconceitos e condicionamentos. Não só do alvo atacado, mas da própria ideia de vandalismo. (...) A sociedade tende a considerar a depredação como algo errado por natureza. Mas se nós sabemos

que os alvos atacados, em sua maioria agências bancárias, até o momento não foram realmente prejudicados – ou seja, os danos financeiros são irrisórios -, qual é o real dano de uma estratégia Black bloc? Porque deveria ser considerada errada a priori? Não há violência no Black bloc, há performance (NIGÉRIA FILMES, 2013).

Outra inovação observada no ciclo de protestos de junho de 2013 são as assembleias populares horizontais. Elas surgiram quase que concomitantemente em São Paulo, Fortaleza, Brasília e Belo Horizonte, reunindo em algumas 300 e em outras até duas mil pessoas. Em texto de Antonio Martins, publicada no blog Outras Palavras (2013), ele explica que as Assembleias Populares estabelecem um ambiente propício a debater a situação do país e, em especial, a desenvolver a consciência dos direitos e a mobilização por eles, permitem que a população se encontre e converse horizontalmente, livre da massificação da TV. E previa: se continuarem a se espalhar, é provável que desencadeiem, muito em breve, uma nova onda de manifestações, agora mais potente. Na sua linha de reflexão, este ativista envolvido com a construção do processo Fórum Social Mundial, entendia que as ruas deveriam ser disputadas pela esquerda e que o ciclo de protesto “marcou a emergência de uma cultura política de autonomia, redes sociais e horizontalidade” (s/p).

As Assembleias podem reunir moradores de uma região ou pessoas interessadas em discutir coletivamente um tema específico; podem ocorrer em uma praça ou em um salão, numa casa ou mesmo nos pontos de ônibus. Também não é preciso esperar por ninguém, para organizar uma Assembleia. Qualquer organização, ou grupo de pessoas, pode e deve fazê-lo. O importante é não desperdiçar um momento raro, em que as multidões deixaram a passividade e sentem-se empoderadas para debater seu futuro coletivo (MARTINS, 2013, s/p)

Como exemplo de um processo que gerou a construção de assembleias horizontais trago a experiência dos protestos em Belo Horizonte. As informações sobre a movimentação nesta cidade indicam que elementos que antecederam o ciclo de protestos foram fundamentais, razão pela qual as resgato aqui.

Em Belo Horizonte durante junho, por diversas vezes, manifestos e convocações distribuídos foram assinados por sindicatos, centrais sindicais, movimentos populares e partidos de esquerda. Isso se deve à articulação de esquerda que se conformou no Comitê Popular dos Atingidos pela Copa (COPAC), desde 2010. Ele tinha um corte geracional jovem e procedimentos organizativos pouco convencionais à cultura de esquerda tradicional, numa conformação política difere bastante daquelas que ocorreram em outras cidades. Belo Horizonte

sediaria a Copa das Confederações de 2013 e Copa do Mundo de 2014 e os movimentos vinham se organizando desde 2010 com este foco. Ainda em 2010, foi organizado o Encontro das Comunidades de Resistência. Os organizadores foram as Brigadas Populares, o Projeto Polos de Cidadania, Movimento da População de Rua e Núcleos de Sem Teto. Aí foi criado o COPAC, que integrou a Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa, mas este foi o único do país a incorporar a palavra “atingidos” na sigla. A intenção foi imprimir um caráter classista, de denúncia à exclusão e higienização social que as intervenções governamentais e de megaempreendimentos multiplicavam pela cidade afora (RICCI, ARLEY, 2014).

O COPAC organizava a copelada, jogos informais na rua, seguidos de assembleia para discutir os rumos dos protestos contra os gastos com a Copa do Mundo. Com o uso do termo “atingidos”, o COAPC criou um foco e articulou esses segmentos sociais vítimas das obras de intervenção urbana. Em abril de 2013, feirantes que atuavam no Mineirinho foram despejados e se aliaram aos barraqueiros do Mineirão. O COPAC envolveu, ainda, as lideranças da Marcha das Vadias, além do "Fica Ficus", mobilização na capital mineira em defesa das árvores centenárias de Belo Horizonte. Assim começam os protestos de 2013 na capital mineira.

As manifestações realizadas pelo COPAC anteciparam os protestos de 2013. Eles também foram antecipados por dois outros movimentos significativos: o "Fora Lacerda", a "Praia da Estação" e também a retomada do carnaval de rua na cidade, que deram inspiração para o ciclo de 2013. O movimento Praia da Estação foi uma reação bem humorada de jovens contra um decreto municipal. Em 2010, vestidos de roupas de banho e munidos de esteiras, cangas e outros apetrechos praianos, cerca de 200 estudantes ocuparam a Praça durante os finais de semana, em protesto contra o Decreto Municipal n.º 13-798 de dezembro de 2009, que proibiu a realização de eventos de qualquer natureza no local. O Fora Lacerda foi um movimento iniciado após a eleição do prefeito Márcio Lacerda, que propunha o seu afastamento. Em 2011, através do Facebook, o movimento ganhou projeção ao pedir o impeachment do Prefeito, convocando uma reunião pública para o dia 2 de julho daquele ano na Praça da Estação, onde se realizava a “praia da estação”.

O movimento Fora Lacerda foi articulado por grupos culturais ligados a cinema como a Associação Filmes de Quintal, feirantes da Feira Hippie e Instituto de Arquitetos. As marchas organizadas se notabilizaram pela criatividade e expressão política cultural. Em uma, os manifestantes lavavam as ruas com água, muito sal grosso e alecrim, revelando a irreverência que contagiariam as manifestações na sequência. Na retaguarda da marcha, vários grupos musicais e dos blocos carnavalescos da capital ditavam a cadência. O movimento criticava a

truculência da Guarda Municipal, medidas higienistas como o confisco das posses dos moradores de rua, a proibição de manifestações públicas, o despejo de moradores, o projeto de demolição de um dos marcos da cidade, o Mercado Distrital do Cruzeiro, a venda de ruas para a especulação imobiliária e a nomeação do filho do prefeito para a presidência do Comitê Executivo Municipal da Copa do Mundo.

Segundo Ricci

A cultura e o ideário anarquista se espalharam pela juventude que saiu às ruas. Em Belo Horizontes, os anarquistas estavam presentes nas principais mobilizações que antecederam os protestos de junho. E o mais importante: conseguiram impor seus valores — a horizontalidade, a ação direta e autogestão em espaços públicos — entre jovens militantes trotskistas e leninistas. É comum que tais valores sobressaíssem em depoimentos de diversas lideranças e correntes dos protestos juninos (RICCI, ARLEY, 2014, p. 124).

Segundo relato de Rena e Bruzzi (2014), em 2009, Lacerda havia lançado, enquanto parte integrante do seu plano de governo, o “Movimento Respeito por BH”, que visava garantir o ordenamento e a “correta” utilização do espaço público da cidade. Tal discurso moralizante a respeito da utilização do território urbano foi utilizado como justificativa para a remoção de artesãos, pipoqueiros, hippies, engraxates ou qualquer outro trabalhador informal que, ao atuar nas ruas, contrariasse o princípio norteador das políticas urbanas adotadas pelo prefeito, de tornar a cidade comercialmente atrativa. Diversos grupos e movimentos resolveram ocupar a área embaixo do Viaduto Santa Tereza, ameaçada com a revitalização, com expressões político-culturais. Esta movimentação reuniu diversos atores culturais e políticos, em torno do objetivo comum de questionar a forma de construção e apropriação do espaço público na cidade. Grupos musicais, oficinas de arte, feiras colaborativas, produção artesanal, debates e outras expressões tomaram conta do espaço.

Após eclodirem as manifestações de junho, — a partir de conversas com os realizadores do Duelo de Músicas, e com os integrantes do GT de arte e cultura que à época se encontravam reunidos na ocupação da Câmara. Na manhã do primeiro domingo de julho, fez-se a primeira “Ocupação” artística e cultural do baixo do Viaduto Santa Teresa, denominada “O corredor cultural já existe”, que reuniu diversos atores culturais e políticos, em torno do objetivo comum de questionar a forma de construção e apropriação do espaço público na cidade. Pneus velhos foram pendurados na estrutura do viaduto gerando “balanços”, em que as pessoas podiam experimentar, de forma lúdica, outra forma de conviver no local. Produziram-se e distribuíram-se fanzines que, ao ilustrar o cotidiano dos moradores de rua da área, tornaram visíveis histórias muitas vezes ocultas da cidade, mas que aqueles corpos nômades carregam. O coletivo “trajeto do afeto” espalhou barquinhos feitos de papel em vários pontos do espaço, enquanto os passantes e colaboradores penduravam, no “varal coletivo do amor” suas imagens, frases e impressões momentâneas do lugar. Fez-se, também, um “banquete comunitário”, por meio do que se pode

compartilhar, numa grande mesa montada sob o viaduto, fazeres e prazeres relacionados ao ato de comer. Domesticidades desdobrando-se no espaço público, e a cidade passa a ser, mesmo que momentaneamente, atravessada pela ideia do comum. Era esse o sentido que parecia nortear os acontecimentos que se desenrolavam ali. A estrutura montada para a “troca de mudas”, por exemplo, virou suporte para laços momentâneos, já que tornava possível permutar algo plantado por outras sementes ali presentes: arte e comunidade, se é que ambos os substantivos possam existir de maneira distinta (RENA, BRUZZI, 2014, p. 322).

Elas continuam a descrição chamando atenção para a terceira “A Ocupação” que teve como tema o movimento “Tarifa Zero”, que surgiu a partir das discussões do Grupo de Trabalho sobre mobilidade criado na Assembleia Popular Horizontal, já apontando que, a partir daí, haveria um movimento orgânico de atuação entre os GTs da APH e a “A Ocupação” cultural. Em outubro surgiu um novo tipo de ocupação cultural. Um grupo, formado principalmente por artistas e produtores culturais, ocupou um casarão tombado pelo patrimônio histórico e cultural, abandonado desde a década de 1980. O edifício de propriedade do Estado, foi nomeado pelos seus novos ocupantes “Espaço Comum Luiz Estrela”, em homenagem a um militante gay conhecido na cidade, e tornou-se, desde então, um espaço cultural autogestionado e aberto, em que acontecem oficinas, shows, performances, banquetes, debates e uma infinidade de outras atividades oferecidas gratuitamente à comunidade local.

Essa descrição situa bem o ambiente presente nos centros metropolitanos, quanto as iniciativas artísticas, políticas e culturais de coletivos autônomos de tradição anarquista, hippie e ciberativista de uma nova geração ligada ao midiativismo, de grupos juvenis, que vê-se também no Rio de Janeiro, Goiânia, Porto Alegre, Recife, Fortaleza, entre outras. Onde sobressai-se no período do ciclo de protestos os ocupas/es e as assembleias populares horizontais. O relato a seguir procura reconstituir, com base em Ricci e Arley (2014), o percurso do ciclo de protesto em Belo Horizonte, para que se possa entender o sentido da Assembleia Popular Horizontal e a relação com a efervescência político cultural na cidade.

As grandes manifestações de junho de 2013, em Belo Horizonte, começaram no dia 17 de junho reunindo 30 mil pessoas marchando de maneira pacífica e carregando cartazes com diversas pautas, desde a gratuidade no transporte público, a redução das tarifas de ônibus, a qualidade de educação para todos, direito ao espaço público, ou questões relacionadas à organização das copas das Confederações e do Mundo. A marcha, ocorrida de maneira espontânea e com adesão de diversas organizações, foi mais um ponto de encontro de diversas reivindicações e uma demonstração de força dos movimentos sociais e da juventude organizada. Ao encontrar com a barreira da Polícia Militar, em um local ainda distante do perímetro

estabelecido pela FIFA, a manifestação foi protegida por um grupo que se colocava à frente e os policiais atacaram com bombas de gás lacrimogêneo. No dia 18, o COPAC convocou a primeira Assembleia Popular Horizontal (APH), e que reuniu mil pessoas. Este seria um dos principais símbolos das manifestações de junho na capital mineira. A APH foi a proposta de anarquistas apresentada numa reunião do COPAC.

O período que compreendeu os dias 18 e 22 de junho foi de intensa disputa política entre organizações e manifestantes que procuravam liderar os rumos dos protestos. No dia 20, saiu uma marcha convocada por setores que não haviam até então liderado nenhuma manifestação. Para os membros do COPAC era visível que forças políticas conservadoras ou despolitizadas tentavam liderar vários protestos que se multiplicavam aceleradamente. Este período foi tomado por muitas manifestações sem lideranças ou orientação nítidas. Organizações populares e partidos de esquerda convocaram uma reunião para estabelecer um bloco com uma intervenção unificada nas manifestações. Esta articulação se concentrou nas grandes mobilizações que se transformaram em passeatas gigantes nos próximos dias. A partir daí, conseguiram imprimir um discurso que tinha como foco a crítica aos megaeventos e ausência de políticas públicas sociais de qualidade e inclusivas. Algumas decisões foram tomadas a partir de avaliações ocorridas no interior das manifestações. Uma ilustração foi a decisão de retirar um carro de som que gerava críticas de manifestantes incomodados com o que parecia tentativa de direção e coordenação de palavras de ordem. Foram criados, ainda, quatro blocos de percussão: dos grupos de Maracatu; dos organizadores do Carnaval de Rua de Belo Horizonte; do Levante Popular da Juventude; e, finalmente, dos membros do COPAC. Sua função era, em primeiro lugar, animar os manifestantes. Mas também faziam intervenções que coíbiavam possíveis conflitos de grupos ideológicos opostos. Assim, quando se ouvia alguma palavra de ordem discriminatória, como "Sem Bandeiras!" ou "Sem Partidos!", os blocos aumentavam o som e alguns militantes faziam a negociação ou cantavam o refrão plagiado do samba criado por Antônio Carlos e Jocafe que foi muitas vezes usado durante as manifestações: "você abusou, tirou o partido que te convidou..." e também músicas ligadas às lutas. Situação semelhante foi observada em Fortaleza no documentário *Sem Partido (VERSO DE PÉ QUEBRADO – NARRATIVAS, 2014)*.

Em Belo Horizonte, a organização mais efetiva e agregadora que foi legitimada como aquela que convocava oficialmente os grandes atos e manifestações foi a Assembleia Popular Horizontal (APH). Várias lideranças afirmam que foi o saldo organizativo das jornadas de junho em Belo Horizonte. Foi a primeira assembleia em espaço público, de caráter horizontal, criada

durante as jornadas. Veio, em sequência, a de São Paulo e se espalhou como estrutura de tomada de decisão dos manifestantes em vários pontos do país. Foi a APH que convocou e definiu o trajeto e objetivos das duas grandes manifestações de junho que foram organizadas nos dias 22 e 26 na capital mineira.

Os movimentos de Belo Horizonte, na tentativa de ampliar o diálogo com a sociedade, decidem organizar Assembleias Populares Horizontais – APH para tomada de decisões sobre as manifestações. Escolhem como espaço físico a área embaixo do viaduto Santa Teresa, onde ocorriam batalhas de MCs organizadas pelo movimento hip hop, e Domingo Nove e Meia, atividade organizada pelos anarquistas. Organizam também ocupações culturais amplas, abertas a diversas expressões artísticas e aquilo que foi chamado Praia da Estação. Foi em uma assembleia destas que foi decidido que todos os militantes partidários poderiam portar bandeiras e camisetas durante as manifestações de rua. A primeira assembleia aprovou, ainda, o slogan "somos esquerda, sim!". Contudo, os militantes filiados a partidos preferiram levar bandeiras de movimentos sociais em que estavam inseridos, evitando estimular a reação ao que poderia ser interpretado como oportunismo partidário. Foi também numa sessão da APH que se decidiu pela ocupação da Câmara de Vereadores exigindo a abertura das planilhas financeiras das empresas de transporte público, em defesa da redução dos preços das passagens.

Muitos ativistas da APH, conforme Ricci e Arley (2014), sugerem que era possível identificar três blocos de pessoas nas assembleias que se sucederam durante as manifestações de junho: ativistas sociais das mais diversas causas, simpatizantes das mobilizações (mas não organizados) e militantes partidários ou de organizações mais à esquerda e de representação social. Todos os entrevistados repisam que a metodologia adotada para tomada de decisões na APH era extremamente trabalhosa, mesmo porque, todos os militantes de organizações sempre tiveram como referência a lógica clássica de definição de tempo de duração das reuniões, definição de coordenação e mesa diretora, regras para pedir esclarecimentos, levantar questões de ordem e encaminhar deliberações. Nas APH, o método de discussão foi longamente discutido, chegando a exigir votações para definir se o voto seria o modo mais correto de tomar decisão. O princípio era de que a APH não se tornasse uma liderança ou movimento, mas como espaço coletivo de decisão horizontal. Aliás, um dos objetivos era envolver os movimentos sociais existentes com este espaço, criando um encontro de pautas e interesses. Também respondia à necessidade de manifestantes, inclusive independentes, discutirem e definirem uma direção para as mobilizações. Um espaço horizontal, onde as pautas e agendas se transversalizassem e onde as decisões fossem tomadas por consenso.

Segundo testemunho dos membros do COPAC, os sinais adotados para manifestar opinião (acordo ou desacordo, pedido de tempo ou inscrição) nas assembleias objetivavam evitar manifestações muito efusivas que inibissem ou humilhassem os presentes. Os sinais substituíam aplausos. Grande parte dos sinais era idêntica ao que se utilizou em assembleias realizadas nos EUA pelo Occupy. As feministas criaram um sinal de braços cruzados quando percebiam algum argumento machista. Também em uma prática similar à adotada nos Occupy norte-americanos e Indignados da Espanha, a APH possui comissões de apoio, comunicação e construção-disseminação. Esta última discute princípios e a disseminação desta estrutura de horizontalidade para outras regiões do município. A APH formou Grupos de Trabalho (GTs) logo nas primeiras sessões, como foram denominadas suas plenárias abertas. Doze GTs aprofundam uma extensa pauta que vai da reforma urbana à educação, passando por mobilidade urbana, reforma política, saúde, cultura, grandes eventos, mídia, anti-repressão policial, direitos humanos e meio-ambiente.

Somente algumas questões são encaminhadas pelos GTs à apreciação das sessões da APH, pois o entendimento era de que os GTs seriam autônomos. Há declarada intenção de se evitar qualquer tipo de burocratização na tomada de decisão e poder de iniciativa dos GTs, assim como evitar o que denominam de assembleísmo. Novamente, o espírito da ação direta e independência grupal se impõem. A Assembleia pode solicitar que um GT informe o que está discutindo ou os GTs se antecipam e produzem informes com a intenção que outros participantes possam sugerir ou ajudar a implementar suas decisões.

A metodologia das sessões da APH foi se alterando com o tempo. As inscrições para apresentação de propostas foram substituídas pela formação de pequenos grupos que discutem propostas e ações, propiciando que pessoas sem traquejo para falar em grandes públicos possam apresentar suas sugestões e dúvidas. Os pequenos grupos elaboram um pequeno relatório e apresentam para toda a assembleia. A duração das assembleias foi reduzida pois no início eram de quatro horas e inovaram ao eleger dois moderadores por sessão com tarefas diferentes. Um se postava numa espécie de marquise onde eram realizadas as plenárias e moderava as discussões. Outro andava pelos participantes da assembleia (muitas vezes, milhares), ouvindo o que cada um que pedia a palavra tinha a propor, o que ajudava a organizar as propostas que o primeiro moderador encaminhava para discussão. As sessões da APH o auge das mobilizações de junho, reuniram mais de 2.000 pessoas em diversas oportunidades. Posteriormente as reuniões variavam entre 50 e 100 pessoas.

As autoridades públicas locais passaram a acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos dos GTs pelas redes sociais. Um caso insólito ocorreu em agosto de 2013. O GT Educação foi convidado pela Secretaria Estadual de Educação para discutir o seu programa "Reinventando o Ensino Médio", tema central das discussões do GT que ocorria naquele período, fartamente divulgadas pelo Facebook. Foram cinco representantes do GT que se reuniram com oito técnicos da Secretaria de Educação. Após longa discussão, foi acordada nova rodada de debates para vinte dias depois. Os membros do GT, contudo, alertaram para a possibilidade de outros componentes estarem presentes na reunião seguinte já que, ressaltaram, não representavam ninguém. A informação desconcertou os representantes do governo estadual. Um deles chegou a se alterar, dizendo que não era possível negociar com pessoas que variam a cada reunião. A reunião seguinte nunca ocorreu.

A lógica da APH, evidentemente, é oposta à adotada pelo campo institucional. A descontinuidade, a polifonia, a construção de discursos por consenso antagoniza com a hierarquia de comando, a centralidade da ação a partir de metas definidas por instâncias superiores e o discurso coerente com a estratégia governamental de caráter normativo. O mesmo encontra-se em Porto Alegre no documentário *Morar na Casa do Povo - A Ocupação da Câmara de Vereadores de Porto Alegre* (JUAN, 2013)

Entre os dias 10 e 18 de julho de 2013, a Câmara de Vereadores de Porto Alegre foi ocupada pelos manifestantes que vinham defendendo nas ruas o passe livre e, neste momento, a redução do preço das passagens do transporte público. A narrativa abaixo, feita por alguém que viveu intensamente a ocupação, descreve os sentidos políticos que este movimento tomou

As 17h38min da quarta-feira 10 de julho, aproximadamente 50 integrantes do Bloco de Lutas por Transporte Público de Porto Alegre - BLpTP-POA que acompanhavam desde as galerias a sessão parlamentar, invadiu o plenário da Câmara cantando “Somos, somos o povo e o passe livre, nós vamos conquistar. Somos, somos o povo e o passe livre os ricos vão pagar!”, colando cartazes e bandeiras na parede atrás da mesa da presidência, obrigando os vereadores a sentarem no chão para negociar suas exigências para a desocupação da casa legislativa porto-alegrense e introduzindo todo um outro arranjo de pessoas, processos e ações dentro da Casa do Povo, pelos oito dias subsequentes. Os dias de permanência na Câmara foram cheios de tensões e aprendizados. Se a ocupação foi implementada por cerca de 50 pessoas, no decorrer da mesma noite participaram da primeira assembleia de ocupação e pernoitaram na Câmara mais de 200 manifestantes. Desde os primeiros momentos, o processo de ocupação transitou entre a irreverência situacionista e a mais completa organização. As comissões em que se dividia

a gestão do BLpTPPOA foram transpostas para as atividades executadas durante a ocupação: para além das comissões de organização, cultura, mobilização, comunicação e segurança, que tiveram suas pautas reestruturadas às necessidades da ocupação, foram criadas as comissões de alimentação e de pauta permanente da assembleia. A Câmara foi sendo redecorada com bandeiras anarquistas, do PSTU, PSOL, do movimento LGBT; com o reordenamento de parte da mobília; a anexação de cartazes políticos, pedagógicos e/ou satíricos: “Banheiro livre de gênero.” “Você sabe reciclar? Então recicle, por favor!” “Jesus é gay!”; e intervenções nas fotografias e legendas relacionadas com os vereadores. Uma “anarquia organizada” diria o ingênuo ignorante, na qual a horizontalidade e a autogestão foram experimentados de forma ampla e intensa, com todas as suas potencialidades e seus riscos (BRANCALEONE, 2014)

Durante a ocupação da Câmara em Porto Alegre, os coletivos de mídia independente (Coletivo Catarsee, Mídia Ninja, Sul 21, Jornalismo B, entre outros) tiveram acesso irrestrito de transmissão e apuração de pautas desde dentro do plenário, os demais veículos só podiam circular com autorização dos manifestantes e apenas nas galerias e áreas externas. A primeira assembleia do BLpTP-POA na ocupação, foi transmitida ao vivo pelo streaming dos canais dos coletivos acima citados. Nesta primeira assembleia foi decidido que a ocupação era por tempo indeterminado e que se encerraria quando os vereadores encaminhassem dois projetos de lei à Prefeitura, um regulamentando o passe livre para estudantes e desempregados e outro pela abertura das contas do transporte sob a coordenação o BLpTP-POA.

No segundo dia, o presidente da Câmara, Thiago Duarte (PDT), aproveitando-se de um tumulto causado pela presença de um jornalista da RBS, pede a reintegração de posse. Mas manobra não surtiu efeito, dada a pronta resposta da mídia independente e dos próprios manifestantes que inundaram as redes sociais com contra-notícias e pilhérias em torno do uso deste fato pelo vereador. As vereadoras Fernanda Melchionna (PSOL) e Sofia Cavedon (PT) se propuseram a dialogar com os manifestantes e mediar as negociações, mas o Presidente da Câmara se mostrava irredutível. Foi organizada uma coletiva de imprensa pelos ocupantes, à qual alguns veículos da mídia corporativa se negaram a participar. Na coletiva uma palhaça (ocupante) satirizou na sua performance o tratamento dispensado na mídia aos “badernistas anarcados” (trocadilho da frase baderneiros mascarados, reiteradamente pronunciada por um apresentador de TV).

A decisão da Justiça permitiu a continuidade da ocupação no fim de semana que se seguiu, devendo ser desocupada na segunda feira. O BLpTP-POA e a assembleia popular de ocupação decidiram usar o fim de semana para a construção dos dois referidos projetos de lei.

Nesses dias cresceu o apoio popular e centenas de pessoas circularam pela Câmara e participaram das atividades culturais e dos fóruns de discussão sobre a questão do transporte público em Porto Alegre. Na segunda feira tentaram protocolar os projetos, o que foi recusado. Por fim, só depois de uma reunião de conciliação, ocorrida na quarta-feira, 17 de julho, é que o Presidente da Câmara aceitou que a reintegração de posse da Câmara ocorreria ao mesmo tempo em que fossem protocolados os dois projetos. O BLpTP-POA continua nas ruas, não mais com milhares, mas com centenas em suas manifestações. Apesar de tudo, pode-se dizer que os dados ainda estão rolando e que, embora ainda seja cedo para maiores apostas, o saldo organizativo desse momentum da mobilização da sociedade civil em busca de mais interlocução com a classe política e mais participação nos processos de gestão da cidade é genuinamente positivo, não só nesse processo de democratização, mas, também, na fabricação de ferramentas novas na implementação desse projeto. Quais sejam? Horizontalidade e autonomia (JUAN, 2013).

O debate sobre junho e 2013 misturou-se muito com o debate sobre a conexão da juventude pela internet via redes sociais e sobre o ciberativismo. Embora os dois elementos sejam importantes para a compreensão do processo, não é possível afirmar que todos os movimentos envolvidos adotem apenas uma militância virtual. No caso do MPL, movimento que iniciou os protestos em São Paulo e que teve grande destaque neste período, não se pode afirmar que ele privilegie a ação virtual em detrimento das ações presenciais. Em seus quase dez anos de existência até então, o MPL vem desenvolvendo, às vezes de forma intermitente, trabalhos com estudantes do ensino médio e com pessoas que vivem em comunidades da periferia promovendo um processo de crescente mobilização. Mas, a sua atuação nas redes sociais é, sem dúvida, responsável pela abrangência de sua atuação e capacidade de difusão de ideias que demonstrou neste período. Pensando as experiências distintas nas várias cidades, e os movimentos que estiveram à frente dos protestos, pode-se afirmar que eles são compostos majoritariamente por jovens, que articulam outros jovens e que fazem da conexão na internet um campo de atuação ciberativista e midiativista.

Em São Paulo (mas, guardadas as diferenças, na maioria das cidades), durante o ciclo de protestos, o MPL disputa com a mídia corporativa o sentido das manifestações, sendo que o poder da mídia foi muito maior e atraiu milhares de manifestantes para as pautas propagadas por ela, induzindo à criminalização do movimento original, ao fazer confluir o conceito de vandalismo com o de radicalidade, comum aos movimentos que atuam por meio de ações diretas. O fato da esquerda que opta pelo caminho da institucionalidade, partidária e sindical, não ter conseguido compreender o que se passava nas ruas e, apenas em alguns lugares, ter tido

a capacidade de estabelecer uma interlocução, fez com que a perspectiva de seguir com os protestos puxando a pauta para a esquerda, se fragilizasse. Mas como diz Ortellado, algo de novo ocorreu e marcou na conjuntura uma inflexão na ação do movimento autonomista que incide para o conjunto da esquerda.

Os aprendizados adquiridos em quase dez anos de movimento social permitiram ao MPL uma notável combinação de valorização de processo e orientação a resultados. Por um lado, ele soube preservar e cultivar a lógica horizontal e contracultural que extraiu tanto da luta dos estudantes contra o aumento, como do movimento contra a liberalização econômica, de onde vieram muitos dos primeiros militantes. Por outro, soube estabelecer de maneira tática uma meta objetiva exequível: a revogação do aumento. Essa meta “curta”, no entanto, estava diretamente ligada à meta mais ambiciosa de transformar um serviço mercantil em direito social universal. A revogação do aumento criou o precedente de reduzir o preço da passagem pela primeira vez – foi assim em Florianópolis em 2004 e em São Paulo em 2013. A redução redirecionou a lógica da tarifa, da ampliação, para a redução crescente, até o limite lógico da tarifa zero. Ao conquistar a revogação do aumento, a tarifa zero foi imediatamente lançada no coração do debate político. A dupla vitória de reduzir o custo das passagens e trazer para a centralidade do debate político a tarifa zero por meio de uma ação autônoma com uma estratégia clara é o mais importante legado dos protestos de junho. Ele não é apenas um novo paradigma para as lutas sociais no Brasil, mas um modelo de ação que combina a política horizontalista e contracultural dos novos movimentos com um maduro sentido de estratégia (ORTELLADO, 2013d, p. 236-237).

Após a revogação do aumento em várias capitais, as ruas continuam cheias e os movimentos convocadores seguem atuando de outra forma. Em algumas cidades isso é feito por um movimento social, em outras por uma frente ampla de movimentos focados em um objetivo, com destaque para a questão urbana, em especial a oposição aos gastos com os megaeventos ou a luta pela tarifa zero. É possível perceber que princípios de não liderança, horizontalidade e ação direta continuam presentes nas ações dos grupos e movimentos que predominaram neste ciclo em manifestações posteriores.

Ação direta é um conceito de origem anarquista que trata de uma forma política ou social de ativismo que utiliza métodos mais imediatos para produzir mudanças desejáveis ou impedir práticas indesejáveis na sociedade, em oposição a meios indiretos como a eleição de representantes políticos ou recursos judiciais. Durante as manifestações antiglobalização, várias formações pautadas pela ação direta promoveram diferentes ações, inúmeras delas com caráter lúdico. Mas foram as formações táticas dos Black blocs que despertaram a maior controvérsia, não só na mídia e sociedade em geral, como também entre os próprios ativistas, usualmente aqueles vinculados a ONGs e sindicatos.

A horizontalidade, não liderança e decisão por consenso são os princípios que mais despertam estranheza, incredulidade ou ceticismo naqueles que não participam do movimento. Esses princípios transfiguram-se em mecanismos que orientam a relação entre os ativistas, induzindo-os a praticarem um padrão de desconcentração e fluidez do poder. Os ativistas autonomistas não negam a existência do poder, mas, ao contrário, ressaltam a necessidade de sua diluição e da permanente alternância de posições nas relações entre as pessoas. A não identificação de lideranças provoca maior desconcerto na relação com políticos, mídia ou mesmo com a polícia, em momentos cruciais como nas negociações, entrevistas ou mesmo prisão dos que seriam as cabeças do movimento (SARAIVA, 2010).

O anticapitalismo, por sua vez, inscreve o movimento numa perspectiva radical de luta e é traduzido pelo projeto de desmercantilização dos transportes, considerando-o como bem e direito público essencial e não como mercadoria. A proposta de criar conselhos comunitários para gerir os transportes em cada cidade aporta às bandeiras do movimento uma perspectiva de autogestão no direito à cidade (...). Já o prefigurativismo é um conceito de origem anarquista, muito utilizado pelo feminismo e pelo zapatismo, que anula a distância entre meios e fins, criando a noção de revolução como processo cotidiano, sendo mais um elemento essencial na diferenciação entre a atuação do movimento e a atuação dos partidos políticos. Por fim, o princípio da não hierarquização das lutas, conquista do movimento negro e feminista, a partir dos anos 1970, atribuindo a todas as lutas (de gênero, raça, sexualidade, classe social, meio ambiente, 'especismo' etc.) o mesmo patamar de importância (SARAIVA, 2014, p.44).

A perspectiva anarquista tem relação com a radicalidade em pequenos grupos e com a atuação nos movimentos sociais. Existe um anarquismo de massas, em termos de prática e estratégia, é um anarquismo dos movimentos, que acha que é importante influenciar um número grande de pessoas, e, para isso é preciso estar em movimento social para construir e influenciar. E existe outro anarquismo de pequenos grupos de afinidade. E esses grupos de afinidade é que gerariam uma reflexão contínua do seu estar no mundo, essas afinidades levariam às mudanças. Para essa visão não seria necessário estar em um movimento social porque muitas vezes os movimentos sociais são burocratizados, daí a aposta em construir um grupo menor com aquilo que se entende como anarquismo. O especificismo é o anarquismo de massas, que atua em movimento social. O anarquismo de afinidade, dentro do escopo histórico da tradição, teve muita relação na prática com o que se chama de insurrecionalismo. Além de ter esse grupo de afinidade, na prática os insurrecionalistas são aqueles que levam à frente a radicalização total e completa quando tem que fazer uma ação, tem a compreensão de que é necessário radicalizar constantemente, e em grupos menores esta prática tem maior probabilidade de ser efetivada.

Esta panorâmica sobre o anarquismo, apresentada por um dos entrevistados no estudo de caso feito em Recife, que será apresentado a seguir, guarda semelhança com a experiência de Porto Alegre como é possível verificar na elaboração de Ricci (2014), que identifica, que é comum a visão construída sobre a presença do anarquismo nos protestos de 2013.

Há duas vertentes nítidas de anarquistas em Belo Horizonte. A vertente autonomista ou pós-estruturalista e a de ação política, que alguns denominam de anarquismo social. Na prática, as duas correntes se cruzam, mas a primeira se concentra em ações que denominam de micropolítica (lembrando o debate francês que envolveu Michel Foucault e Felix Guatari). Já os anarquistas sociais, também conhecidos como especificistas, baseiam-se em grupos orgânicos com forte inserção política (RICCI, 2014, p.181)

Muitas vezes o anarquismo é confundido com autonomismo em função de ter alguns princípios em comum, especialmente os anarquistas que atuam em movimentos sociais amplos e constroem frentes de luta em comum com outros grupos. Esta reflexão demonstra a zona de sobreposição que a categoria autonomismo cobre, envolvendo anarquistas. Outra zona de sobreposição é a que engloba socialistas marxistas e/ou pessoas que atuam sem um vínculo teórico pré-estabelecido mas que são dissidentes do caminho eleitoral que foi tomado pelo lulismo e que colocam dúvidas sobre a validade do participacionismo no período do governo Lula e Dilma. Diferente da perspectiva marxista clássica, ou mesmo da de alguns anarquistas, que subalternizam as demais lutas à questão de classe, a perspectiva autonomista põe as lutas no mesmo patamar e isso tem fundamental importância nos movimentos sociais contemporâneos que atuam a partir de lutas antirracistas, feministas, de defesa de território, ecológicas, pelo direito à comunicação e pelo direito à cidade.

Os movimentos que estiveram nas ruas em junho de 2003 se inserem entre aqueles que fazem intenso uso das tecnologias de comunicação e, de certa forma, se estruturam com a fluidez que a rede inspira e permite. Isso contribui para a almejada desconcentração de poder, por meio da agilidade na distribuição de informações e tarefas, mas, por outro lado enfrenta dificuldades para incorporar na organização setores populares e de regiões periféricas com maior dificuldade de acesso à internet.

A insatisfação popular com as contradições do capitalismo, manifestada nas ruas, poderiam seguir vários caminhos. Poderiam, inclusive, ter seguido por um caminho de fortalecimento maior da esquerda no país e das políticas sociais de forma mais contundente. Embora o ciclo de protestos de 2013 tenha constituído novas formas de fazer e pensar política,

essas novidades se vinculam a velhas tradições sócio políticas e se apropriam de teorias e práticas anarquistas, marxistas heterodoxas, contraculturais e autônomas.

Três anos após o ciclo de protestos de 2013, a disputa sobre qual é a leitura mais adequada sobre ele continua no debate entre intelectuais acadêmicos e militantes políticos. Como afirma Ortellado, no vídeo “por uma vida sem catraca” está em questão se nós vamos lembrar das lutas de junho como a luta do Movimento Passe Livre, que ganhou a reivindicação contra o aumento e colocou a tarifa zero no horizonte da política, ou se vamos lembrar desse mês de junho quando centenas de pessoas saíram abraçadas na bandeira brasileira com apitos gritando contra os políticos e a corrupção de uma maneira estéril. É um momento de fazer essa disputa da narrativa histórica que vai predominar.

4.2. Protestos e ocupe em 2013-2014 em Recife pelo direito à cidade: um autonomismo jovem, conectado e radical

A questão urbana no estudo dos ciclos de protestos da modernidade ocupa um lugar central devido a ser a cidade o território privilegiado das ações de massa em sua variada gama de repertórios, e contemporaneamente devido ao lugar que têm as novas tecnologias de comunicação, as redes sociais virtuais e os centros de produção e circulação da informação e mídias alternativas. A cidade representa também o espaço físico em que se aloca o poder do Estado, assim como nela se revelam os contrastes da ostentação do poder econômico ao lado da pobreza, exclusão e segregação social.

Cidades globais, que integradas a uma certa dinâmica da globalização, dentro de uma lógica financeira de acumulação flexível e por despossessão, redesenham a geografia das cidades tornando-a um espaço de crescentes conflitos, fazendo com que a população que não tem direito a ela a elejam como um espaço privilegiado para a luta anticapitalista, pois é nesse espaço que têm sido exercido o controle pelo capital sobre o trabalho, os direitos, a circulação de pessoas e o grau de consumo correspondente a posição que ocupa (HARVEY, 2014a; SASSEN, 2010).

O Governo Dilma, dando seguimento à política *lulista* de inclusão social, com políticas sociais de transferência de renda e consumo, não enfrentou a questão fundiária agrária e urbana. Isso agravado pelo modelo de desenvolvimento agroexportador que veio ampliando o processo de urbanização que gerou a criação de megalópoles, com imenso déficit habitacional, com expansão da frota de automóveis, estrutura viária urbana sobrecarregada, atravessadas por traços de segregação social que faz a população negra e pobre viver em territórios muito

distantes do lugar de trabalho, gastando muito tempo para deslocamento e consumindo um alto percentual de sua renda familiar com passagem urbana. Situação que fez estourar, em novos termos, a questão urbana como um conflito social no país (ROLNIK, 2013; MARICCATO, 2013).

A tentativa de articular uma política urbana em nível nacional, a partir da criação do Ministério das Cidades em 2003, não se sustentou após a crise política de 2005, quando o Ministério foi negociado com o PMDB, ou seja, para salvar o seu projeto nacional, a esquerda rifou o seu projeto urbano. Projeto que valorizava a disputa por planos diretores e iniciativas de orçamento participativo, que vinham ganhando força e importância na agenda política. No lugar de um projeto urbano estruturado e democraticamente elaborado, surge uma política de megaeventos, que pretendia viabilizar neles todo o investimento de infraestrutura urbana. Mas a temporalidade necessária à viabilização desse evento, os atores globais neles envolvidos e as prioridades urbanas por eles promovidas acabaram por impedir qualquer forma de participação popular.

É a estruturação do poder global, com suas elites internacionais, que busca escapar a qualquer forma de controle democrático, incidindo de modo particularmente determinante sobre as cidades, que reagem com reivindicações, as vezes dispersa, por mais participação na definição dos seus rumos. Todo esse processo não foi sem consequências. Enquanto o planejamento democrático das cidades deixava de ser prioridade no âmbito federal, para não mencionar o total descaso no nível estadual, intensificava-se a crise urbana no país, resultando em movimentos que, permanecendo à margem da vida partidária, mantinha-se também além da influência do PT, embora não necessariamente em oposição direta [...falando de São Paulo] Esses movimentos sociais, que surgiram como resultado da crise urbana e trabalhando para sua formulação em termos políticos, colocaram a disputa pelo projeto de cidade, logo, de sociedade, no centro de sua agenda política (CARLOTTO, 2013).

O ciclo de protesto de junho de 2013, portanto, faz aflorar de maneira muito intensa as problemáticas enfrentadas pela população que vive nas grandes cidades, a questão urbana ganha uma visibilidade e uma centralidade para os movimentos sociais que não tinha há anos.

Tomamos a cidade do Recife para observar os protestos a partir de uma interlocução com ativistas e movimentos sociais que participaram desse ciclo na cidade. Essa parte da pesquisa terá características de um estudo de caso e me permitirá, dentro da construção teórica metodológica adotada, incluir informações e dados coletados de entrevistas, realizadas em 2016, e dar um tratamento analítico ao objeto num nível micro. Optei por fazer um processamento dos dados que trouxessem para o texto a densidade do acontecido a partir dos

relatos selecionados pelos entrevistados e por mim, transmitindo as performances, vivência dos ativistas, tensão dos protestos, as formas organizativas, os conteúdos discutidos e a ação direta. Lembrando que os entrevistados trazem para o estudo traços que caracterizam, na percepção deles e em minha interpretação, elementos de um repertório e enquadramento interpretativo autonomista, que confirmam tendências observadas nas descrições e características encontradas nos protestos no âmbito nacional, que aqui podemos enxergar com outras nuances.

No processamento das entrevistas e na análise do material sobre o ocorrido no país, e também do estudo sobre os ciclos de protestos internacionais, extraí algumas categoriais que se sobressaíam para delineamento daquilo que pode caracterizar o autonomismo enquanto observação de um determinado repertório e para construção de um enquadramento interpretativo, essas categorias são: jovem, radical, conectado, prestando atenção a uma dimensão transversal relativa à identificação da existência de peculiaridades de uma subjetividade ativista/militante autonomista.

Estes protestos em Recife ocorrem num momento em que, além da pauta do transporte coletivo, aconteceu uma audiência pública para apresentação do relatório da ONU sobre os direitos humanos e a cidade, em que eram denunciados os despejos de comunidades da cidade de Camaragibe, para construção da Arena de Futebol para a Copa do Mundo. Assim como vinha ocorrendo debate público e batalha jurídica e popular contra o Projeto Novo Recife⁶⁶, que pretendia construir edifícios em terreno público cujo processo de licitação e venda é contestada, assim como o tipo de ocupação do mesmo, luta conhecida na cidade como Ocupe Estelita – nome referido ao local do terreno: Cais José Estelita⁶⁷. Portanto o estudo de caso, é composto por observações, com base nas entrevistas, sobre os protestos, aqueles do período da luta da

⁶⁶ Projeto Novo Recife: Responsáveis - Consórcio Novo Recife (Moura Dubeux Engenharia, Queiroz Galvão, Ara Empreendimentos, GL Empreendimentos). O que é - 12 torres de até 40 andares no bairro de São José, no Centro, sendo duas empresariais, dois hotéis e oito residenciais. Custo - R\$ 1,1 bilhão. Prós - Pretende revitalizar a área ao criar parque, ciclovia, píer e ruas de acesso a outros bairros, além da restauração de uma igreja e galpões e da criação de 24 mil empregos. Contrás - Impacto visual em área histórica, aumento do tráfego, redução da ventilação e aumento de calor. Criação de ilha de riqueza sem integração com arredores pobres. O projeto original foi aprovado no apagar das luzes da gestão do ex-prefeito João da Costa (PT). No governo atual de Geraldo Julio, ele foi parcialmente modificado, após as críticas. Mas a nova versão não convenceu o movimento, que continuou acreditando que a proposta é excludente. Na Justiça, a disputa também fez barulho. Denúncias de irregularidades envolvendo o leilão, além de ausência de relatórios de impacto obrigatórios por parte de órgãos de fiscalização, municiaram o grupo de advogados voluntários do movimento. O consórcio nega qualquer irregularidade (DUARTE, 2014).

⁶⁷ Ele está fincado no centro da capital pernambucana, ao lado do Forte das Cinco Pontas, erguido pelos holandeses em 1630 e desde então cenário das maiores revoltas da cidade. Hoje, o cais José Estelita e seu entorno estão de novo em evidência. Às margens da Baía do Pina, o futuro dele virou caso de polícia e mereceu um alerta da Anistia Internacional. O grupo Direitos Urbanos, que desde 2002 milita em causas urbanísticas. Descontentes com a situação, estudantes, arquitetos, professores e advogados, entre outros membros do grupo, se uniram no Ocupe Estelita (DUARTE, 2014).

Frente de Luta por Transporte Público, que coincidem com os protestos nacionais, algumas manifestações em relação a despejos de ambulantes e população de áreas atingidas pelas obras da Copa, e o Ocupe Estelita⁶⁸ (ANEXO V), período que compreende os meses de junho de 2013 a junho de 2014.

Como já demonstrado antes, o ciclo de protesto teve dimensão nacional, distribuído praticamente por todas as regiões do país. Isso significa que teve um caráter de luta nacional, mesmo que isso não signifique uma coordenação nacional das ações, mas um conjunto de manifestações locais iniciadas como protestos contra o aumento do preço de tarifas do transporte público. A motivação inicial que atrai os manifestantes tem caráter econômico, mas ela é traduzida no decorrer dos protestos mais amplamente como questões relativas à mobilidade urbana e direito à cidade. O MPL afirma categoricamente que o ciclo de protesto não começou em Salvador (com a revolta do busão) e nem terminou em São Paulo. Esta dimensão do ciclo permitiu que estudiosos pudessem compará-lo com outros na história recente do país.

Se de fato são válidas algumas comparações com a chamada Revolta do Vintém, ocorrida em 1879 no Rio de Janeiro, além de outras manifestações e protestos populares desencadeados no início do século XX na cidade do Rio de Janeiro e a greve da Meia-Passagem em 1979 em São Luis do Maranhão, é possível atestar a importância desse serviço na economia moral dos populares na moderna sociedade capitalista brasileira, se não abusamos da ideia ao apontar para algo próximo a uma perspectiva de longa duração (BRANCALEONE, BEM, 2014, p. 12).

⁶⁸ O Ocupe Estelita, a partir de 2012, luta contra as empresas de construção civil que pretendem injetar até R\$ 1,1 bilhão para erguer ali um complexo residencial e comercial. Chamado Novo Recife, o projeto é uma cortina de espigões bem diferente da área - histórica, mas decadente. O declínio do cais teve início nos anos 70, quando a estação ferroviária que dava vida ao local foi demolida para dar lugar a um viaduto. Anos depois, os armazéns, antes cheios de açúcar, acabaram obsoletos. Dessa época, restam carcaças de vagões, ao sabor da maresia, desafiando a ferrugem. Por mais de 30 anos, o cais ficou entregue às moscas. Em 2008, o consórcio formado pelas construtoras arrematou a área em um leilão por R\$ 55 milhões. Em 2012, pressionado pelo Direitos Urbanos, ele apresentou o Novo Recife. O caso lembra também a intrincada relação entre políticos e construtoras. Grandes financiadoras de partidos, elas têm influência no poder público. No Recife, a Queiroz Galvão, integrante do consórcio, doou R\$ 300 mil à campanha do prefeito Geraldo Julio (PSB). Em 2012, ela doou R\$4 milhões ao diretório nacional do PSB, que também recebeu R\$ 500 mil de outro membro do consórcio, a Moura Dubeux. Com tanto dinheiro em jogo, governantes podem dar mais atenção a empresas que a pessoas. O Ministério Público de Pernambuco diz que o consórcio não apresentou dados concretos sobre o impacto no trânsito, por exemplo - segundo cálculos dos manifestantes, seriam cinco mil veículos a mais por dia na área. A promotora de Justiça Belize Câmara obteve liminares contra as empresas e protagonizou embates acirrados com o empreendimento. Mas, poucos dias depois, ela acabou transferida da Promotoria de Meio Ambiente e Patrimônio. O Ministério Público alegou necessidades formais e a mandou de volta a sua promotoria de origem. Isso motivou um protesto na sede do MP. Quando flagraram máquinas derrubando os galpões, os ativistas constataram que só salvariam o cais se o ocupassem. Entraram, peitaram os seguranças e barraram a demolição. Com uma barraca, pouca água e dez pessoas, na noite de 21 de maio, iniciou o acampamento, que nos dias seguintes no descampado entre os galpões e a linha férrea, cerca de 60 pessoas montaram a Vila Estelita (DUARTE, 2014).

Os estudos sobre o ciclo de protestos de 2013 têm discutido a sua dimensão nacional e também suas características relacionadas a um novo tipo de sociabilidade militante. Como vimos no capítulo 2, o fim da experiência socialista soviética e os eventos de maio de 1968 abriram novas perspectivas para a militância de esquerda, majoritariamente marxista e com forte influência do modo de organização leninista. Esta abertura possibilitou também o resgate de antigas correntes políticas no campo da luta social que estavam menos visíveis, como o anarquismo. Correntes autonomistas no interior do marxismo cresceram significativamente na década de 1970, influenciadas pelo pós 1968 internacional. No Brasil, a constituição do campo democrático e popular no período da redemocratização é caudatária das ideias democráticas e autonomistas oriundas deste período, embora, posteriormente tenha entrado em declínio, como demonstrado no capítulo 3.

Nos anos 1990 e 2000 ocorreu uma retomada de muitas ideias e práticas anarquistas libertárias e autonomistas que atuaram junto aos movimentos juvenis (Sousa, 1999; 2015). Isso gera a incorporação destas práticas e valores por um grande número de coletivos, organizações, movimentos e indivíduos, associando-os ou não ao anarquismo, mas sempre adotando a perspectiva de autonomia em relação às outras instituições, notadamente partidos políticos e adotando formas organizativas mais horizontais. O uso do termo libertário e autonomista muitas vezes parece para dar conta da adoção destas práticas. Neste período se multiplicam a criação de coletivos de militância, centros culturais, casas coletivas, ocupes, associações, cineclubes, etc, estimulando outras tantas experiências e atividades que se apropriam de espaço público ou privado de forma criativa, colaborativa e autogestionária.

Cresce também o número de pessoas que adotam formas de consumo específicas e com conotações políticas como os consumidores de produtos orgânicos ou agroecológicos; os que se locomovem na cidade com o uso de bicicletas; e que realizam feiras, exposições e ações culturais fora do circuito oficial do mercado. Estes são exemplos de novas formas de engajamento baseadas na autogestão e espontaneidade e na busca de organização horizontal e autônoma. Esta é uma perspectiva diferente das experiências de uma geração imediatamente anterior que desenvolvia sua combatividade filiando-se a um partido marxista, em geral hierárquico e centralizado.

O coletivo ACySE - Grupo de Trabajo Anticapitalismos y sociabilidades emergentes, que congrega cientistas sociais de CLACSO, nomeiam este processo como novas sociabilidades emergentes. Isso significa

Um conjunto de prática sociais e representacionais do social, orientadas por motivações como a horizontalidade, a liberdade, o respeito à diferença, a solidariedade, a livre criação, a apropriação social do valor de uso e a inclusão como fundamento do estabelecimento de laços sociais e de constituição de coletividades autodeterminadas (GT ACySE, 2012, p. 313)

Este conceito permite refletir sobre este processo de auto-organização que está presente em muitos dos coletivos, grupos e indivíduos que participaram, ou que estiveram à frente, do ciclo de protesto de 2013, em especial na sua fase inicial. As manifestações que deram origem àquele ciclo têm um lastro social e não podem ser vistas apenas como espontâneas, embora seu crescimento possa ser interpretado a partir de outros fatores também.

A emergência desse ciclo, com essas características, significa que esta tradição política estava submersa, menos visível no período recente, mas que ela existia. Ruy Braga (2015), a partir de Gramsci, contribui para este debate a partir da ideia de senso comum e bom senso. Nos Cadernos do Cárcere, Gramsci indica que a visão de mundo das classes subalternas, o senso comum, é fragmentada, incoerente e conservadora, porém, dentro deste senso comum existe o bom senso, um núcleo racional e relativamente coerente das representações ideológicas que, eventualmente, pode ser elaborado dialogicamente pelos intelectuais orgânicos socialistas a fim de impulsionar a mudança de perspectiva política, ou nas palavras de Gramsci, a reforma intelectual e moral dos subalternos. Ele utiliza o termo “pulsão plebeia” para alargar a análise da ação social a fim de englobar não apenas os trabalhadores, mas também certos setores pequeno-burgueses, em especial os jovens, diretamente atingidos pela atual crise. Impulso que fortalece e municia o bom senso dos subalternos na defesa, efetivação e/ou ampliação dos direitos sociais.

Refletindo sobre as novas sociabilidades emergentes que ganham forte expressão pública a partir do ciclo de protestos de 2013, mas que possuem lastro social, e também sobre a dimensão ampla e inclusiva da juventude, indico alguns elementos, a partir do caso de Recife, que permitem caracterizar este repertório autonomista nas manifestações nesta cidade como sendo jovem, conectado e radical. Como adiantei nos critérios de seleção e perfil dos entrevistados, segui um corte para chegar aos entrevistados, aplicando a categoria operacional de autonomistas, que inclui um campo de socialistas, como um sombreamento do primeiro, assim como não privilegiei no autonomismo o anarquismo. Os entrevistados(as), todo(as), participaram de protestos ou do Ocupe Estelita em 2013 e 2014, no Recife, envolvidos nos processos organizativos que os desencadearam.

As organizações em que os ativistas/militantes tiveram ou têm inserção no momento da entrevista, considerada a múltipla militância, abrangeu as seguintes organizações e coletivos:

Movimento Zoadá, Coletivo Feminista Diadorim, Marcha das Vadias, Bloco Rachístico Carnavalesco Ou Vai Ou Racha, Juventude do PT, SINTRACI, Direitos Urbanos, Movimento Ocupe Estelita - MOE, Reaja, Recife Resiste, Rádio Lama, Coletivo Anti-proibicionista, Movimento de Trabalhadores Sem Teto - MTST, Comitê Popular da Copa, Coque Resiste/Coque Vivo, Levante Popular da Juventude, Coletivo Anarquista Núcleo Negro, Coletivo Maria Ieda, Coletivo de Luta Comunitária.

4.2.1. Os protestos: entre a luta pela redução da tarifa e “uma grande festa cívica”

Neste item procuro descrever o ciclo de protestos de 2013 em Recife, a partir dos dados construídos com base nas entrevistas, e algumas consultas a documentários e textos que registram alguns elementos de interesse deste processo.

Entendendo o ciclo de protesto em Recife em uma perspectiva contextualizada, junho de 2013 só termina em junho de 2014. Ele vai, pelo menos, dos protestos anteriores à grande manifestação do dia 20 de junho de 2013 à expulsão dos ativistas que tinham ocupado o terreno em litígio no Cais José Estelita pela polícia, no dia 17 de junho, quando da realização do primeiro jogo da Copa Mundial de Futebol em Recife. Entre um momento e outro a cidade é palco de inúmeros protestos pela redução da tarifa de transporte coletivo e outros envolvendo as populações atingidas pelas obras para a Copa, trabalhadores ambulantes do comércio informal e inúmeras comunidades da periferia da cidade, além de jovens e estudantes que atuaram na ocupação do Estelita e que realizaram marchas de contestação das moralidades dominantes (Apêndice I, item 7).

As mobilizações contra o aumento do preço da passagem em transportes coletivos no período recente em Recife começam em 2005, oportunidade na qual foi organizado por jovens um núcleo do Movimento Passe Livre na cidade, mas que não teve permanência mais longa, sendo substituído na organização dos protestos pelo Comitê Contra o Aumento da Passagem e, posteriormente, pela Frente de Luta pelo Transporte Público. De 2005 até 2013, anualmente, por ocasião do aumento das tarifas, eclodiam protestos de menor ou maior envergadura, com episódios de violência policial e ações diretas como quebra de ônibus ou piquetes para impedir a saída dos ônibus das garagens.

A luta de transporte em 2005 foi um momento lindo, foi um momento incrível, que me tomou completamente, em vários aspectos. Foi bonito de participar, foi bonito de ver aquilo tudo, em todos os sentidos. Porque, inclusive, os

partidos políticos da época, [...] não sabiam o que fazer com aquilo ali. E aí, nessa história, eu lembro que a gente fez uma cobertura, na época existia o site que era o Centro de Mídia Independente, CMI. O CMI foi fundado no Brasil com os movimentos antiglobalização. Em 2005, a gente se utilizou do portal pra poder fazer propaganda do que tava acontecendo nas ruas. Então, dali, depois de 2005, do boom da luta por transportes, que foi muito efervescente, muita gente se conheceu ali naquele contexto, naquele caldeirão, se tentou criar um núcleo do MPL aqui, eu fiz parte dessa construção, e se tentou criar o CMI aqui, e também fiz parte dessa construção. Então, tiveram contato com o CMI, com o MPL, muita gente da minha idade, eu tô com 39, participou da construção desses grupos. E foi o celeiro de um debate que não havia na juventude até então aqui, e se brincar, em outros lugares. Então, o que temos aí de gente no Brasil que se coloca no campo anarquista, com a minha idade, é devedor desse processo, de Ação Global dos Povos que aconteceu aqui no Brasil, no Sul mais fortemente, e em Salvador também, e com isso, se deu a criação desses grupos autonomistas (Entrevista 10).

Em 2012, os protestos ganharam uma maior dimensão. Inúmeras passeatas pela principal avenida da cidade, Conde da Boa Vista, foram fortemente reprimidas pela polícia militar. Os manifestantes eram marcadamente jovens, majoritariamente secundaristas, mas também universitários, que se expressavam nas ruas contra o aumento das tarifas dos ônibus. Em uma das manifestações os jovens foram sitiados na Faculdade de Direito do Recife na repressão desencadeada pela polícia. Uma das entrevistadas depõe sobre as formas de repressão: “Foi em janeiro, eu tava grávida, mas não sabia que tava grávida, e levei bala de borracha na barriga” (ENTREVISTA 4).

Em 2013, quando eclode o ciclo de protesto nacional, em Recife estava organizada a Frente de Luta pelo Transporte Público. Desta frente participavam diversas organizações do movimento estudantil (UEP, DCEs e DAs), juventudes de partidos políticos de esquerda como a Juventude do PT e a UJS – União da Juventude Socialista ligada ao PCdoB⁶⁹ e também coletivos independentes, anarquistas ou autonomistas, como o Movimento Zoada, Recife Resiste, Rádio Lama, Movimento Popular Revolucionário, Muda Direito e ativistas auto identificados com a tática Black bloc. Não é difícil perceber as dificuldades de tomada de decisão e de ação política coletiva a partir desta composição, só sendo possível a partir de um método de organização e funcionamento interno capaz de gerar certo grau de unidade na ação.

Uma das entrevistadas nesta pesquisa que, à época atuava na Juventude do PT, explica

a gente fazia muitas reuniões, muitas plenárias, tinha muito debate, porque tinha também os anarcos, tinham pessoas independentes, inclusive em alguns

⁶⁹ Juventudes de partidos presentes na Frente pelo Transporte Público: Juventudes do PT, PSOL, PSTU, PC do B, PCO, PCR e também do PDT e, eventualmente do PSB.

momentos se colocavam para os espaços de negociação, tudo era muito rotativo, às vezes eles queriam, às vezes não queriam negociar, enfim, mas tinham sempre espaços pra eles, por exemplo, sempre que a gente ia fazer uma comissão então tinha todo mundo de um partido e tinha espaço pra galera que era autônoma (ENTREVISTA 4).

Outra entrevistada fala do método que viabilizou a convivência de perspectivas políticas distintas e conflitantes nesta Frente, demonstrando o desafio que era para ela, militante não partidária, esta ambiência e forma de funcionamento e também as linhas políticas de condução dos protestos

a gente se organizava dividindo assim pra facilitar a reunião, a UJS pegava a inscrição, o pessoal do PCR pega a contagem de tempo, então era uma lógica que eu não tava acostumada a trabalhar assim, eu simplesmente queria fazer as coisas e pronto, e era uma lógica de muita representatividade assim, que me agoniava, que a gente via que tinha outros interesses, então a UJS sempre querendo que o ato fosse mais tranquilo, porque na época a UJS já tava muito próxima da gestão municipal e eu acho que o PT também na época ainda não tinha rachado com a gestão municipal. [...] Era na verdade esse grupo que tentava espremer uma laranjinha pra sair alguma coisa, de puxar as pessoas pra rua. Tinha gente do PT também, tinha muita gente do PT, é, mas assim, eu dizer *pra* você que tinha um controle, que tinha uma pessoa que chamava, não tinha (ENTREVISTA 6).

Apesar do esforço de mobilização as primeiras passeatas realizadas em torno da redução do preço das passagens de ônibus em Recife, em 2013, não tiveram o mesmo poder convocador das que estavam ocorrendo em São Paulo e em outras capitais. Ainda assim, ocorreram vários protestos com ocupação da Avenida Conde da Boa Vista e trancamento da Avenida Agamenon Magalhães, ambas na região central da cidade, em torno da luta contra o aumento da tarifa, no dia 17/06. As assembleias promovidas pela Frente de Transporte reuniam uma grande quantidade de militantes e organizavam as ações de rua. Em certa ocasião, a influência exercida pelos protestos em outras cidades torna-se nítida, indicando também certa espontaneidade na realização dos protestos.

Tinha aqueles assembleiões, daí a gente chegou pra uma lá no DCE da Católica e a gente ficou de boca aberta com a quantidade de gente: “galera, olha a quantidade de gente que tem aqui, velho, como é que a gente vai fazer funcionar aqui, se a gente não fizer uma coisa com falas mais leves, as pessoas vão embora”. A galera foi pra lá por que achavam que ia ter um ato na Católica, não foi pra lá pra fazer reunião, a galera tava vendo as coisas na internet e queria sair de casa a qualquer custo. E aí eu lembro que a gente fez a reunião pra construir o ato e aí uma galera trouxe um projetor assim e projetou num prédio uma imagem do Congresso Nacional sendo ocupado naquele dia da assembleia, ocupado não, o pessoal indo pra lá. Aí a galera implodiu a reunião: “não, a gente vai fazer alguma coisa agora!”. Aí a galera saiu da reunião, isso já era umas 300 pessoas, saiu todo mundo. Saímos e

fomos andando até a Praça do Derby e tinha uma galera transmitindo pela internet. Aí nesse caminho a gente: “porra, como é que a gente vai pensar o trajeto? O quê que a gente vai fazer quando chegar no Derby?”. Essa foi a primeira vez que a gente teve que lidar com a vontade das pessoas de ir pra rua sem saber exatamente do quê que elas estavam falando, sabe? Muita gente começou na internet: “a galera vai ocupar o Derby, a galera vai ocupar o Derby”, a galera começou a chegar e foi quando a gente avaliou que a gente tava perdendo o controle, então era melhor a gente sair dali (ENTREVISTA 6).

Com o crescimento das manifestações em várias capitais e com a mudança no tratamento dado pela mídia corporativa, os protestos em Recife também ganharam dimensões de multidão. No dia 20 de junho, coincidindo com o dia de pico das mobilizações em todo o Brasil, em Recife a passeata atingiu o número de cem mil pessoas, conforme informações dos jornais locais. Teve início na Praça do Derby e se dirigiu à Av. Guararapes, passando pela Avenida Conde da Boa Vista, expressando muitas reivindicações, aparentemente dispersas e fragmentadas.

Entre os manifestantes havia um clima de festa cívica ao som do hino nacional, decorada com o verde e amarelo das bandeiras e das roupas. Nos cartazes se apresentavam slogans nacionalistas como 'o gigante acordou'. No dia seguinte a mídia se referiu ao acontecimento fazendo alusão ao bloco carnavalesco galo da madrugada, chamando-o Galo da Cidadania e Galo da Democracia. Para as pessoas que se manifestaram e estavam organizadas em movimentos sociais, o momento foi de muita inquietação e angústia, ao ver suas vozes sem grandes possibilidades de expressão no meio da multidão que tomava conta do centro da cidade. Militantes sindicais, de partidos de esquerda e do MST tiveram que enfrentar o escárnio e mesmo atos violentos de manifestantes contrários às suas bandeiras vermelhas. Também estiveram presentes ativistas que resolveram demarcar sua postura firme contra o capital e o fundamentalismo religioso com ações diretas nas quais marcaram com tinta prédios que são como templos que simbolizam estes poderes: bancos e igrejas.

Naquele momento, as pessoas que se manifestaram não necessariamente se vinculavam a um projeto de esquerda, havendo, inclusive, fortes indícios de posições mais à direita, porém, se notava um forte sentimento de participação na história, conforme narrou um dos entrevistados, ligado ao movimento pelo direito a cidade, “a gente não via no Brasil um ciclo de mobilização tão forte desde o processo de redemocratização, muita gente estava ali querendo participar da história” (ENTREVISTA 11).

A luta pela redução da tarifa estava em curso em Recife e as mobilizações cresciam em âmbito nacional e também na cidade. Tudo indicava que poderia ter uma grande ampliação das

manifestações em Recife e isso teria um caráter contrário à política de transporte adotada pelo governo estadual. Antecipando-se ao problema, o governador Eduardo Campos renunciou ao aumento das passagens e decretou feriado no dia 20, dia que estava sendo amplamente divulgado pela mídia para a realização de manifestações em todas as capitais, esvaziando o sentido reivindicatório da manifestação e transformando-a em uma grande festa cívica. Sobre este ato fala uma das entrevistadas que atuava, à época, em um coletivo autonomista, aludindo à confusão política percebida

Eduardo Campos, muito espertamente, querendo jogar a onda pro Governo Federal, baixou a passagem dias antes e decretou feriado. Ou seja, ele deixou o ato sem pauta, entendeu? (...) e aí no dia 20 deu cem mil pessoas, e a galera lá se combinando de abaixar e gritar “sem violência” se tivessem vândalos. Tava tudo armado, a gente ia pichar os bancos, ia quebrar os bancos, a gente ia levar a tática Black bloc, a gente queria fazer isso, a gente queria que aquele embate acontecesse, a gente achava que aquele choque naquele momento era importante. Por outro lado, a galera do PT dizia: “Ó, o Governo Federal vai cair, o Governo Federal vai cair”, e a gente: “não, porra, tu tá viajando, *brother*, o Governo Federal vai cair por causa disso aí?”, e a gente dizia: “o PT não vai pra rua, o PT vai trair a classe trabalhadora porque vai deixar a galera pautar” (ENTREVISTA 6).

Segundo expressam as pessoas entrevistadas para esta pesquisa, muitos manifestantes oriundos de movimentos sociais e partidos de esquerda, neste dia 20 viveram este sentimento de confusão política, perda de sentido e dificuldade de expressão nas ruas. No turbilhão das manifestações em inúmeras cidades e na divulgação em tempo real pela internet através de mídias independentes produzidas pelos próprios manifestantes, além de este momento ter sido veiculado também pela mídia corporativa, gerou uma participação ampla dos movimentos sociais, mas grande dificuldade de ter uma presença organizada no ato, capaz de se tornar uma expressão pública. A cidade foi preparada pelo poder público para manifestação, como disse um entrevistado “foi organizada uma logística, tinha lugares com tapumes, só faltou banheiro público” (ENTREVISTA 9). Ao invés de uma potência disruptiva, as ruas foram dominadas pelos gritos coletivos “sem violência” sempre que havia algum ímpeto de desestabilização, que, entretanto, ocorreram. Palavras foram escritas com tintas em vários bancos, igrejas e nas paradas de ônibus. Escaramuças entre grupos foram visíveis, em especial no momento final da caminhada, na Avenida Guararapes. Os grupos de militantes que portavam bandeiras vermelhas foram agredidos, conforme narrou uma entrevistada, que é militante partidária, indicando que este tipo de performance da direita gerou consequências pós 2013

Eu lembro que todo mundo dos partidos de esquerda juntos, a gente foi sitiado ali na Conde da Boa Vista, veio uma galera bater na gente, jogaram água,

pedra, pau, foi, a polícia teve que proteger a gente. Vários companheiros nossos apanharam naquela manifestação, os que tavam com camisas do PT, do PCO, do PCB, do MST. Eu lembro da galera se escondendo, trocando a camisa de lado, a gente foi extremamente hostilizado. É claro que a gente vivia no momento de questionar a política, questionar a representatividade política, mas isso que aconteceu acabou revertendo num movimento de ódio, num movimento extremamente fascista, foi o que mais me chamou atenção naquela época. (ENTREVISTA 4).

Poucos coletivos e/ou movimentos organizados conseguiram ter expressão pública na manifestação de 20 de junho. O movimento feminista organizou a participação conjunta, entretanto, com a dimensão da passeata, não conseguiu se manter coeso durante o percurso. Militantes da Frente de Luta por Transporte Público organizaram intervenções coletivas, mas também sofreram certa dispersão. Os blocos formados para participar que conseguiram se manter foram aqueles que tinham um número menor de participantes. Merece destaque a atuação de um movimento social, não organizado nas formas mais tradicionais, a expressão do grupo Direitos Urbanos, que conseguiu transitar no contra fluxo da multidão, portando uma grande faixa que passava acima da cabeça dos manifestantes, com a frase “A cidade é nossa, Ocupe-a”.

A faixa era aquela: “A cidade é nossa, ocupe-a”. E a galera ia na Conde da Boa Vista contra à corrente, passando por cima da marcha, ia assim e a, marcha vinha ao contrário, eu me emocionei muito, foi a coisa mais linda que teve naquele dia 20. Esse momento foi muito emocionante, e eu guardo uma memória visual disso porque tem um registro em foto dessa faixa na Conde da Boa Vista. Eu acho que alguém tirou uma foto de cima de uma passarela ou de cima de algum prédio, você tem assim a avenida tomada, você não vê o asfalto, você só vê as cabeças. É bem de cima e no meio tem a faixa, é linda essa foto! (ENTREVISTA 9).

A confusão política percebida neste dia e a sensação de desassossego produzida entre militantes de movimentos sociais são sentidas também por outra entrevistada, do movimento feminista, que, todavia, parece retirar desta participação, um aprendizado para sua militância política.

Aquilo era um show de horrores, me causou um sentimento de profunda angústia, de profunda confusão [...]. Então, o sentimento era de que a cidade tava parada, as pessoas tavam vestidas a caráter pra aquele momento, quem era de luta tava vestido com as bandeiras de luta, quem não era tava vestido com fardamento do Brasil. E aí a sensação era um pouco de confusão mental mesmo. Mas, ali eu acho que houve um start na minha cabeça, que foi como a nossa voz, diante daquela multidão, é silenciada, quando a gente precisa ter força e não tem, porque fazer movimento não é só fazer um coletivo ou talvez não seja só conseguir voz com mais um grupo de três ou quatro ou cinco ou vinte amigas, é muito mais que isso (ENTREVISTA 3).

Apesar da manifestação do dia 20, a Frente pelo Transporte Público decidiu continuar o processo de convocação dos protestos que vinha realizando. No dia 26 de junho realiza uma passeata com aproximadamente 10 mil pessoas, segundo os organizadores em relato de entrevistados (500 para o Jornal Nacional da Rede Globo, 2.200 para o Jornal Estadão). Desta vez o protesto foi marcado pela presença organizada de vários movimentos sociais, com bandeiras, faixas, tambores e panfletos e, como ocorria sempre nas convocações da Frente de Transporte, sem carro de som. A manifestação começou na Praça do Derby e seguiu para o Centro de Convenções, na divisa com Olinda, lugar onde estava instalado provisoriamente o governo estadual. Ao chegar na altura do Shopping Tacaruna, a passeata se defronta com o cerco policial. A polícia fez um cordão de isolamento à sede provisória do governo, para evitar qualquer tentativa de entrada no palácio provisório. O coletivo da Frente de Transporte compôs uma comissão com seus vários segmentos e conseguiu abrir um canal de negociação em torno das reivindicações pela qualidade do transporte coletivo. Apesar disso, as escaramuças com a polícia tiveram início e a manifestação se dispersou em vários grupos. Algumas pessoas saíram do protesto, retornando através dos corredores da polícia pela Avenida Agamenon Magalhães, outras deram a volta no Shopping Tacaruna, seguiram as fogueiras de lixo providenciadas pelos moradores dos arredores do bairro de Santo Amaro e continuaram o protesto nas ruas dentro do bairro. Lá a juventude da comunidade aderiu e pôde expressar suas reivindicações até o momento em que a polícia resolveu acabar com o jogo de intimidação e começar a usar a força e realizar prisões. Muitos manifestantes encerraram a noite na delegacia tentando reconquistar a liberdade perdida.

Várias pessoas entrevistadas para esta pesquisa participaram desta manifestação. Apresentarei a seguir três vivências de ativistas jovens que, juntas, conseguem configurar o repertório de confronto adotado pelos grupos de manifestantes, diferentes performances de confronto no embate com a polícia. A primeira entrevistada é uma militante do movimento feminista, a segunda uma militante que atuava em um grupo estudantil autonomista, e o terceiro um militante negro à época identificado com o anarquismo. Cada uma das falas registrada expressa um distinto ponto de observação no interior da passeata, mas juntas elas conseguem demonstrar o que foi este momento no ciclo de protestos.

Tinha umas dez mil pessoas e a gente saiu do Derby e fez um roteiro que não é um roteiro usual de Recife, a gente foi marchando pela Agamenon até chegar onde tava o Governador, que era ali no Centro de Convenções [...]. Lá, a gente foi recebida por uma quantidade de polícia gigantesca, por cavalaria, tropa de choque, enfim, um aparato policial que a gente começou a ver que o buraco era mais embaixo. A gente foi encurralada debaixo do viaduto e depois a gente

viu que não tinha como resistir, um grupo começou a voltar, o outro ficou, se formaram dois grupos, então um pegou pelo Tacaruna e o outro, que eu tava, depois que as bombas começaram a cair e a tropa de choque começou a vim pra cima, a gente foi vendo que o cerco se fechava, em cima do viaduto já tinha policial armado, já tava fechado na frente e dos lados e se fechou atrás, a gente começou a recuar e quando a gente começou a recuar, se estabeleceu a ideia de dois grupos. Aparentemente, existia uma autogestão, a gente do movimento feminista sempre tentando muito ficar juntas, mas entender o que era que acontecia lá na frente do ato e o que era que acontecia lá atrás e como era que tava os lados, tentando ter uma leitura panorâmica pra gente traçar, inclusive, rotas de fuga, caso fosse preciso mesmo entrar num processo desse. A gente tava lá também com um pessoal do Coque, o pessoal do Estelita tava lá, essa galera tava muito na linha de frente sempre, os anarquistas do Estelita, sempre tiveram muito na linha frente dos protestos [...] E aí a gente começou a recuar, eu tava no grupo que voltou pela Agamenon e a gente continuou no processo de provocar as ruas e provocar a própria comunidade a vim com a gente, que era a única coisa que podia fazer [...] Então, é nesse momento que a gente percebe as limitações que a gente tem, percebe que a gente não sabe atirar uma pedra no cavalo da polícia, e que a gente precisa da colaboração mesmo. E aí a gente começou a voltar e o pessoal dali de Santo Amaro, alguns começaram a aderir, a gente começou a andar, alguém queimou, jogou pedra e, se eu não me engano, ateou fogo numa parada de ônibus, alguma coisa assim, a polícia começou a vim pra cima e tava uma tensão muito forte, muito forte, entre tudo que a gente fazia de não dá motivo pra polícia vim pra cima da gente, porque a gente tava bem encurralada de policial, a força bélica era muito maior que a força humana que a gente tinha. Na altura da Avenida Norte se intensificou a tensão, porque a gente começou a ficar mais perto da comunidade [...]. Um menino enganchou a bandeira do Brasil numa moto da polícia e a moto caiu, não chegou a quebrar nada, e foi uma confusão tremenda, e esse menino foi pego, uma série de pessoas foram pra cima e aí começou o corre-corre. Enfim, os advogados populares foram *pra* cima, foi aquela confusão e a gente tentando correr. E a gente vai ultrapassando a Avenida Norte, e alguém grita nesse meio de percurso que é a Federação das Indústrias, que a sede era ali, quase em frente e instigando todo mundo a quebrar, a ir *pra* cima e tal [...]. Começaram vários princípios de confusão, até que a gente foi chegando ali na Cruz Cabugá e quando a gente já tava lá, muita gente já tinha dispersado, porque dali pra frente era só chumbo mesmo, não tinha mais, não tinha mais muito protesto (ENTREVISTA 3).

Quando a gente chegou em Santo Amaro a galera pirou, foi todo mundo e a gente andando e falando assim: “a gente vai fugir por aqui, se não a gente vai tomar um pau da polícia, se a gente ficar aqui de bobeira, a gente vai tomar um pau da polícia, a gente vai até a Câmara, pra encerrar na Câmara”. Aí a gente ia passando na frente da Federação das Indústrias, os caras fazendo assim: “ó, ali é a sede das indústrias, a gente devia fazer alguma coisa aqui”, num deu outra, os menininhos pequeninhos subiram no mastro, pegaram a bandeira e foram descendo com a bandeira do Brasil e eu: “Graças a Deus, alguém está destruindo os símbolos da pátria aqui nesse momento”. Aí a galera dos partidos começou a ir na frente e deixar a galera do Santo Amaro pra trás, aí a gente chegou junto: “meu irmão, tá tudo errado aqui, velho, vai dar merda”. A polícia pegou e começou a cercar a gente, aí eu fui correndo lá na frente, porque o Zoada sempre tinha essa coisa de dialogar e conhecia a galera, aí fui correndo lá na frente fiz: “brother, você tá viajando, para essa porra agora, que a galera tá apanhando lá atrás”, aí o cara: “não velho, tá doido,

não vou parar aqui por causa de anarquista não, num vou ficar aqui pra trás por causa de anarquista não”, aí eu: “meu brother, quem tá apanhando é a galera de Santo Amaro, presta atenção na tua vida”, aí a galera apartou porque a gente ia sair no braço, na porrada assim, era eu e o menino que tava vestido com a camisa de João Paulo, aí assim, eu na época achava que eu ia dá nele (risos), tenho certeza, velho, se eu achava que a revolução ia acontecer, quanto mais bater naquele boy (risos), aí minutos depois disso, a gente segurou a marcha, a polícia começou a catar a galera e aí foi a hora que prenderam Lara, e foi o resto da noite na delegacia com os advogados populares e batalhando a grana pra soltar todo mundo (ENTREVISTA 6).

A gente dividiu o ato e seguiu pra Santo Amaro, tava esses grupos autônomos e tava a galera do MEPR, e essa galera que tava começando a surgir, Black Faces, essa nova galera aí do Black bloc, Unidade Vermelha. Enfim, foi um massacre, a polícia massacrrou, né? Mas só que inicialmente massacrrou a comunidade, a gente não sabia nem o que tava se passando, mas a ROCAM entrando dentro da favela e tinha muita movimentação, e acabou meio que perdendo o controle, aí quando a gente pegou a direita pra voltar pra Conde da Boa Vista, a gente se encontrou com outro grupo que tava vindo, não lembro mais de onde, aí a polícia massacrrou. Aí mesmo a polícia massacrando, a gente se reagrupou, e ainda pegou pela Conde da Boa Vista, ainda fez algumas ações pela Conde da Boa Vista, né? Tem essa característica também, pelo menos aqui em Recife, é a presença, vou dizer no termo popular, dos maloqueiros, mesmo assim, os maloqueiros tavam na rua, e os maloqueiros tavam organizado, eles tavam até expropriando Iphone da galera que tava de vacilo dentro da própria manifestação, tavam fazendo ação direta, né? Então, e eles, tipo tem a técnica muito mais avançada do arrastão, de se dividir, de se reagrupar, e isso era uma experiência nova, também pra esse grupo autonomista que tava na rua assim e que querendo ou não na sua maioria é de classe média, e veja que antes o Black bloc era a gente (ENTREVISTA 8).

Crescia no país o debate sobre o sentido do ciclo de protesto. O governo Dilma e a grande maioria dos movimentos tradicionais tiveram muitas dificuldades de fazer uma leitura que possibilitasse uma atuação consistente frente aquela nova realidade. Apesar disso, as centrais sindicais decidiram convocar nacionalmente uma manifestação para o dia 11 de julho, articulada a uma possível greve nacional. Em Recife, a convocação agregou cerca de 2 mil manifestantes em torno da pauta entregue pelas centrais sindicais em março para a presidenta Dilma. A pauta das centrais sindicais incluiu 10% do PIB para educação, redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, fortalecimento do Sistema Único de Saúde, fim do fator previdenciário, contra os leilões do petróleo, por reforma agrária, reforma urbana, democratização dos meios de comunicação e reforma política (CUT, 2013). A passeata do dia 11 de julho foi fortemente marcada pelo estilo sindical tradicional de expressão pública: os manifestantes, alguns vestidos de forma igual, com camisetas pintadas, seguiam atrás de enormes carros de som. Aqui voltaram a se misturar as coisas, até porque as centrais sindicais nunca tiveram a mesma linha política. Enquanto umas se expressavam contra a proposta de

emenda constitucional da terceirização do trabalho que tramitava no Congresso Nacional, por reforma urbana e reforma agrária e exigiam também reforma política, outras aproveitavam para ostentar a faixa 'fora Dilma', que foi amplamente divulgada pelos meios de comunicação.

Segundo Malaquias (2014),

Em Recife, a passeata de todos os sindicatos (da Conlutas à Força Sindical), presenciamos sindicalistas se aliarem à polícia para entregar jovens “vândalos”. Por sinal, o comando da operação estava incitando uns seguranças da Força Sindical a se infiltrarem entre os jovens (MALAQUIAS, 2014, p. 107).

O movimento sindical vinha apresentando historicamente dificuldades para dialogar com a juventude e com as pessoas que não são organizadas, com uma classe trabalhadora não organizada, salientou uma das entrevistadas. Para ela foi “um ato muito bom, mas que teve esse processo todo” (ENTREVISTA 5). Depois deste dia o movimento sindical passou a se relacionar mais com uma nascente organização juvenil que também estava nas ruas, o Levante Popular da Juventude, e que esteve participando ativamente nesta passeata.

Outro momento forte deste período foi a ocupação da Câmara de Vereadores de Recife no dia 8 de agosto de 2013 pela Frente de Luta por Transporte Público, que teve uma curta duração de menos de 24 horas e foi duramente reprimida pela Polícia, mas causou grande impacto em função das transmissões ao vivo através de redes sociais na internet. Os ocupantes reivindicavam a votação do projeto de lei do passe livre a abertura de uma Comissão parlamentar de Inquérito para apurar a situação financeira das empresas de ônibus. A polícia sitiou a Câmara e impediu a entrada de água e comida para os ocupantes. Do lado de fora uma multidão de jovens que se manifestava foi atacada com bombas de gás lacrimogêneo, balas de borracha e detenções de vários militantes e alguns revidaram com coquetel molotov. A pauta dos ocupantes ampliou-se exigindo a liberação dos detidos. A saída foi negociada, mas sem conquistas além da liberação dos militantes (ANEL, 2013; REBELESENAUNE, 2013). Segundo as informações da ANEL, organização estudantil que fazia parte da Frente de Luta pelo Transporte Público, os vereadores se comprometeram a criar a CPI e no prazo de 60 dias votar o projeto que instituiria o passe livre.

Uma militante de grupo autonomista apresenta as dificuldades que seu grupo viveu, na relação com outros grupos com maior proximidade com os partidos políticos, para realizar um tipo de negociação possível naquele espaço.

Pra gente era muito difícil dialogar naquele espaço e era quase um filme de terror, porque era a gente revivendo coisas que já tinha vivido com aquela

galera. Era tipo assim: “não, a gente tem que falar com num sei quem, num sei quem vai ter que botar o mandato a nossa disposição”, era uma linguagem, uma relação que a gente não queria ter, que a gente não tinha e aí no fim a gente acabou refém dessas pessoas, porque no fim o vereador chegava lá e botava o mandato à disposição (ENTREVISTA 6).

A ocupação na Câmara de Recife fez parte de uma onda de ocupações semelhantes em outras cidades. Os ocupes câmara compuseram muito fortemente o repertório dos protestos, associando-se à prática das assembleias populares horizontais, nos meses de junho a outubro de 2013, assim como no Recife, foram ocupadas as Câmaras de Belém, Natal, Maceió, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Porto Alegre, entre outras cidades.

No Recife, mas também em outras capitais dos estados, registrou-se um conjunto de outras manifestações em torno da questão urbana, a exemplo dos ocupas(es), como descrito em Belo Horizonte e que agora registramos também em Recife. Pela força demonstrada no período, o movimento que ficou conhecido como Ocupe Estelita merece um destaque especial, razão pela qual será abordado no próximo item. Neste período ocorreram também inúmeras mobilizações em redes sociais e atos públicos em relação à obras na cidade, a exemplo do plano de construção de viadutos por sobre a Avenida Agamenon Magalhães; passeatas contra ações de despejos forçados de comunidades atingidas pelas obras relativas à Copa do Mundo de Futebol; protestos organizados pelos trabalhadores ambulantes no comércio informal, em reação a política higienista das ações em preparação a Copa através de remoções de barraqueiros e ambulantes, com trancamento de vias públicas, queima de pneus e atos em frente à prefeitura; além de outros protestos mais espontâneos que passaram a eclodir em vários bairros na periferia da cidade.

O Sindicato de ambulantes começa a ser organizado e é fundado ainda em 2012, sendo o ano de 2013 um momento de vários enfrentamentos com a gestão pública municipal sobre o comércio informal. Neste período ocorreram diversas manifestações amplas e outras mais localizadas, “tentando evitar a remoção do direito ao trabalho dos trabalhadores e trabalhadoras entorno de alguns locais visados pela assepsia social para a Copa” (ENTREVISTA 1). Na Avenida Conde da Boa Vista foram realizados quatro grandes protestos, que foi chamada pelo nascente Sindicato de uma jornada de luta do comércio informal, na qual foram deflagrados alguns protestos em vários pontos da cidade. Quando da remoção dos ambulantes da Ponte de Ferro, o protesto organizado travou a Rua da Aurora e a Conde da Boa Vista. Neste processo o Sindicato construiu relações com outros movimentos sociais e obteve bastante solidariedade, a exemplo da passeata conjunta com o Movimento Ocupe Estelita, já em 2014, que saiu da Praça

do Diário para a prefeitura e que pedia a demissão do Secretário de Mobilidade, João Braga, e com a qual se conseguiu abrir um processo de negociação que não teve êxito. Um dos trabalhadores envolvidos nesta organização sindical, entrevistado, relata que na jornada de luta

Na segunda-feira nós começamos, paramos a BR 101 e também paramos, ao mesmo tempo, a Rosa e Silva, um outro dia fizemos dois travamentos ao mesmo tempo também, um na Conde da Boa Vista e outro se eu não me engano na Caxangá ao mesmo tempo. Na quarta teve outro protesto, mas na quinta fizemos uma audiência pública na Câmara de Vereadores com um debate de direito ao trabalho e a dignidade e terminamos na sexta com uma marcha que saiu aqui do Shopping Boa Vista e foi em direção a Prefeitura. Então, esses anos de 2013 e 2014 são anos bastante contundentes da atuação do nosso comércio informal, porque a gente tinha um cronograma estabelecido pela data da Copa. A Copa que aconteceu em 2014 ela tinha um prazo e a nossa organização surgiu desse prazo da Copa (ENTREVISTA 1).

Antes de 2013 teve um período de diversas ocupações urbanas de forma natural, sem organização política, salientou um dos entrevistados, que é membro da organização CLC – Coletivo de Luta Comunitária, que atua nesta área. Ele registra a chegada do CLC em sete ocupações posterior a ação, “de forma natural e voluntária”, ocupar o terreno sem prévia organização, sem bandeira de nenhum movimento todas elas ocupações em áreas urbanas e espaços territoriais que não estariam cumprindo a função social e que as pessoas se auto organizaram, por conta própria, para ocupar e conquistar uma moradia. Essa é uma época em que o MTST-Brasil, a nível nacional e especialmente em São Paulo, começa a se organizar como um movimento de massas.

Um dos entrevistados, que fazia parte do grupo Direitos Urbanos, relembra vários outros enfrentamentos em torno da questão urbana no período, além das remoções, a exemplo da construção do túnel da abolição, do corredor leste/oeste, do pedido de tombamento da Fábrica da Torre, de projetos mal licenciados, de ameaças ao patrimônio histórico por construtoras, a Vila Naval, próxima ao bairro Santo Amaro, e as torres dos Jardins da Aurora da construtora Moura Dubeaux. Em todas estas situações o grupo Direitos Urbanos em sua ação inovadora e capacidade de mobilização baseada nas redes sociais na internet, em suas intervenções, para contestar esses projetos imobiliários, interviu dentro de um repertório de interação, desencadeou processos de negociação com o poder público e acionou mecanismos jurídicos institucionais, sem recorrer a protestos ou confrontos. Este entrevistado descreve o repertório adotado

A gente fazia muito pedido de informação, muita representação no Ministério Público, posts nas redes sociais pras pessoas saberem o que tava acontecendo. Desde o começo a gente participou da comissão de construção da Conferência

da Cidade, pela ordem de mandado de Geraldo Júlio, e aí o Direitos Urbanos participou pioneiramente como uma entidade que não tem CNPJ, não tem estrutura, estatuto, nada, mas a prefeitura queria trazer a gente pra junto deles. Chamou uma reunião conosco, a gente participou, conversou, apresentou as nossas demandas em relação ao Projeto Novo Recife, e parecia que a gente ia ter uma relação boa com a prefeitura, mas era teatro. E a partir daí a gente foi tentando desconstruir uma série de teatros, de participação popular que a prefeitura criava, tanto do Conselho da Cidade quanto de audiências públicas relativas ao projeto (ENTREVISTA 7).

A atuação do grupo Direitos Urbanos voltou-se também para ações públicas presenciais a exemplo dos “Ocupe Estelita”, um evento político-cultural autogestionado pelos participantes e que agregavam muitas pessoas com shows, produção de camisas, pinturas, teatro, passeios de bicicleta, piqueniques, durante um domingo na região do Cais de Estelita, na tentativa de resignificar aquele espaço e de ganhar apoio da população para a luta contra a privatização do espaço. Posteriormente a expressão Ocupe Estelita passou a nomear o movimento criado pelos ocupantes da região dos galpões do Cais de Estelita como forma de resistência contra o projeto Novo Recife, que pretendia construir um condomínio de luxo no local.

No cenário da realização da Copa do Mundo e dos recursos liberados para a construção da Arena em Pernambuco e outras obras de infraestrutura, várias desapropriações foram realizadas. Diversas entidades que atuavam na luta pela reforma urbana e novos coletivos interessados na questão organizaram, na época, o Comitê Popular da Copa, uma articulação para mobilizar a sociedade através da denúncia dos vultosos gastos com as obras e para a solidariedade com as famílias atingidas pelos despejos forçados. A existência deste comitê e a sua atuação foi um outro espaço de embate com as formas tradicionais de atuação de movimentos sociais e da esquerda partidária na questão urbana. Um dos entrevistados recorda

A realidade que a gente encontrava no Comitê Popular da Copa era o envolvimento das famílias da remoção, mas muitos movimentos da reforma urbana diziam: “ah vocês, estão fazendo o jogo da direita”, “vocês tão criticando a Copa para atingir o PT”, e tudo mais, quando na verdade, não se tratava disso, se tratava da defesa dos direitos humanos daquelas famílias que estavam sendo ameaçados, pelo Governo do PT, mas também pelo Governo do PSB. Você tinha uma sociedade civil que girava em torno de umas referências que não se mobilizavam, aí você teve novos sujeitos se mobilizando (ENTREVISTA 11).

A estes protestos que ganharam maior visibilidade poderiam se somar inúmeros outros de menor envergadura que ocorreram no período marcado pela queima de pneus ou de destroços nas vias públicas no entorno de várias comunidades periféricas motivadas pelo abandono do poder público ou por reincidência de acidentes, casos de violência, entre outras questões. Um dos entrevistados recorda

Eu lembro nesse período de ter pego um protesto às onze horas da noite em Boa Viagem, porque um menino na comunidade vítima da ação policial preconceituosa tinha sido morto. Me lembro da Conde da Boa Vista travada por falta de água na comunidade. Me lembro dos carroceiros parando a Abdias de Carvalho porque o prefeito tinha botado uma lei que proibia carroças e não tinha associação de carroceiros, não tinha nada, era os carroceiros fechando a via com carroça e cavalo [...] Eram protestos sem orientação política, sem cunho de tencionar uma negociação no avanço da pauta, mas protestos que demonstram aquele sentimento popular que tá surgindo de pertencimento das ruas (ENTREVISTA 1).

Esta rápida incursão pelos protestos desencadeados de junho 2013 a junho 2014 procurou demonstrar que o ciclo teve dimensão nacional, porém com particularidades locais. No plano local a questão do direito à cidade parece ter sido um aspecto crucial a partir do qual podemos entender o conjunto da dinâmica dos conflitos políticos e protestos. No contexto das manifestações em Recife, assim como igualmente em âmbito nacional, também os participantes se expressaram com uma multiplicidade de performances e de repertórios, que caracterizam elementos do repertório autonomista.

4.2.2. Ocupe Estelita: bens comuns na cidade

A luta em defesa do terreno conhecido como Cais José Estelita em Recife é anterior à ocupação da área por ativistas da questão urbana, em 2014, que gerou o Ocupe Estelita. O cais é uma área de cerca de 101,7 mil metros quadrados, com um pátio ferroviário e uma série de armazéns de açúcar abandonados pelo poder público, localiza-se na região central do Recife e abriga o segundo pátio ferroviário do país. Em 2008 a área foi leiloada, leilão que tem sua validade questionada pelo Ministério Público Federal, para o consórcio “Novo Recife”, composto pelas construtoras Queiroz Galvão, Moura Dubeux, Ara Empreendimentos e GL Empreendimentos. A luta começou em 2008, quando o consórcio imobiliário Novo Recife, comprou em leilão a área por R\$55 milhões. O Projeto Novo Recife visava construir 12 torres residenciais e comerciais de luxo, além de estacionamentos para veículos.

O projeto causou indignação e começou um processo de mobilização, majoritariamente por redes sociais na internet, para acompanhar as reuniões do Conselho de Desenvolvimento Urbano (CDU) da prefeitura de Recife. Neste processo foi criado o grupo Direitos Urbanos (DU). Desde então este grupo utiliza a internet, em particular as mídias sociais, para disseminar informações e mobilizar as pessoas, contando com uma comunidade no *facebook*, um perfil no *twitter* e no *instagram*, e um canal no *youtube*.

A movimentação produzida, além de tentar incidir na decisão política do governo, teve também um caráter cultural de articulação de distintos segmentos sociais que discutiam a cidade, a partir de várias iniciativas. O grupo foi apoiado por diversos artistas locais e de renome nacional. Como forma de instaurar o debate na cidade realizou dias de atividade que foram chamados #OcupeEstelita, em alusão às ações internacionais conhecidas como “ocupes”, nas quais eram realizados shows, oficinas de haikai, poesia, malabares, confecção de livros, eram pintadas camisetas com a marca criada para o movimento e de outros grupos, se realizavam debates, apresentações de maracatu, capoeira, blocos de carnaval e aulas públicas ministradas por professores universitários.

#OcupeEstelita é um ato da sociedade civil, organizado de forma descentralizada através da internet, com o objetivo de protestar contra o projeto intitulado “Novo Recife, que prevê a construção de torres empresariais e residenciais de luxo na área (DU, 2012).

Além disso, o grupo Direitos Urbanos atuava na esfera institucional, nas reuniões do Conselho de Desenvolvimento Urbano, em ação junto ao Ministério Público e o Poder Judiciário e em audiências com a prefeitura do Recife.

Em 21 de maio de 2014 as empresas iniciaram a demolição dos galpões do armazém do Cais José Estelita, o que, casualmente, foi visto por um ativista, que se utilizando de telefone e internet, conseguiu divulgar rapidamente a informação. Era noite, porém vários ativistas de movimentos anarquistas e partidos de esquerda, do movimento estudantil e pessoas sensíveis a causa ocuparam a área, entrando pelas fendas do muro.

Pessoas de diferentes motivações e não apenas dos Direitos Urbanos passaram a acampar no Cais Estelita para refrear a sua destruição. O Ocupe Estelita conseguia agregar várias bandeiras, muitas delas presentes nas Jornadas de Junho e que indicavam a necessidade de discutir o espaço público e democratizar a própria política, retirando o poder das instâncias burocráticas tradicionais e conferindo poder à participação popular. Internamente vivíamos a democracia direta por meio de assembleias que decidiam a organização do espaço, como vamos falar mais na frente e que ocorriam de modo radicalmente horizontal, respeitando a simetria de posições no que concerne ao direito à fala e à manifestação das diversas posições políticas (ANDRADE, LINS, LEMOS, 2014, p. 141).

A frase que virou símbolo da ocupação do Cais José Estelita foi “A cidade é nossa. Ocupe-a”, a mesma que havia percorrido numa faixa suspensa a passeata de 20 de junho de 2013 na Avenida Conde da Boa Vista. A ocupação assumiu formato organizacional auto gerenciário, assumido por ocupantes de várias correntes políticas. Essa encaminhou-se a partir da referência e perspectiva da horizontalidade, baseada na realização de assembleias para

organização do acampamento, lidando com questões do cotidiano e tomando decisões políticas, todavia, as relações estabelecidas com o grupo originário da defesa do Cais, Direitos Urbanos, acabaram por impulsionar a organização de um movimento próprio, apartado daquele, ainda que com relações próximas, porém tensas, o Movimento Ocupe Estelita. Apesar disso, a luta seguiu sendo organizada pelos dois grupos, conhecidos como DU e MOE.

A ocupação deu uma nova envergadura à movimentação em torno do direito à cidade e contra o projeto Novo Recife e teve grande repercussão midiática, especialmente fora do país e na mídia dos movimentos sociais na internet.

Enquanto durou a ocupação, o movimento alcançou uma visibilidade impressionante, muito pela atuação daqueles profissionais e pela presença de equipes da imprensa estrangeira na cidade durante a Copa. Matérias foram veiculadas neste mesmo El País, e em jornais e TVs da França, da Alemanha, da Inglaterra e da Itália. Até a Al Jazeera abriu espaço para o Estelita, o que virou piada diante do silêncio da mídia local, com raríssimas exceções. A barreira foi quebrada de dentro para fora, a partir da mídia internacional, passando por jornais de São Paulo, até chegar à mídia local que, impossibilitada de fazer de conta que nada estava acontecendo, adotou um viés claramente desfavorável ao movimento (ROCHA, 2014, p.1).

O movimento foi duramente reprimido e a ocupação desalojada no dia do primeiro jogo em Recife da Copa do Mundo de Futebol. Após a reintegração de posse os ocupantes acamparam embaixo do Viaduto Capitão Temudo, contíguo à área, mas sem contar com nenhum elemento de infraestrutura que já há haviam construído no Ocupe (Vila Estelita): banheiros, cozinhas, horta, compostagem, espaços protegidos, tenda de comunicação, barracas distribuídas em algumas ruas, espaços para realização das assembleias e tendas para reuniões. A repressão teve grandes proporções, mas os militantes seguiram organizados e realizaram várias passeatas de protestos pelas ruas de Recife no período, chegando a realizar novas ocupações na Prefeitura Municipal, para forçar negociações, e na rua em frente ao apartamento do prefeito Geraldo Júlio – isso já em 2015 -, além de atos públicos, dando sequência à luta.

O resgate deste breve histórico da ocupação do Cais Estelita, para a apresentação desta pesquisa, faz sentido para poder discutir a inserção deste movimento no ciclo de protestos de 2013, que se estende até 2014. Adiante apresento elementos que exploram esta inserção com base nas entrevistas realizadas. Os interlocutores descrevem as formas de ação e organização, compondo uma caracterização deste Ocupe, seus repertórios de performance e confronto, falam dos conflitos inter movimentos, a intensidade da repressão, e indicam elementos para configuração do campo autonomista.

Concordo com a análise de Rocha (2015b) que afirma

Em âmbito global, os movimentos de tipo Ocupe, como os de Nova York, Madri ou Turquia, apontam todos para uma crise aguda da “democracia representativa”. Eles tentam arrombar a porta de instituições que foram se blindando à participação popular, ao longo do tempo, como os poderes judiciários, legislativo e executivo. Muito da força e do significado do Ocupe Estelita e de outros movimentos similares que tem eclodido pelo Brasil afora vem de sua capacidade de romper a cortina de silêncio construída em torno desse modelo político em que ganham os eleitos e os grandes empresários da construção civil, das empresas de ônibus e da coleta de lixo à custa de todos os demais cidadãos chamados a pagar a fatura sob a forma de cidades cada vez mais degradadas (ROCHA, 2015b, p.2).

A reintegração de posse do Cais Estelita ocorreu com forte repressão policial. Os responsáveis pela atuação jurídica do movimento, ligados ao DU, não foram admitidos a entrar para promover a desocupação voluntária. Os ocupantes foram impedidos de sair. Tudo indica que o propósito não era cumprir uma ordem judicial, era massacrar física e moralmente os membros do movimento Ocupe Estelita. Os ativistas permaneceram sentados pacificamente nos trilhos do trem, de mãos dadas e cantando músicas de resistência, e receberam da tropa de choque da polícia bombas de efeito moral e de gás lacrimogêneo disparadas a pequena distância, tiros de balas de borracha, golpes de cassetetes e chicotadas, além de prisões arbitrárias (ANDRADE, LINS, LEMOS, 2014).

A repressão na sequência do despejo, dia 17/06, foi narrada por uma das entrevistadas, o que possibilita vislumbrar a dimensão da violência empreendida pela polícia militar.

Nesse dia, um dia de Copa, todo mundo tá vendo o jogo e era um esvaziamento da cidade. Eu recebi um telefonema de madrugada dizendo que o Estelita tinha sido invadido pela polícia, pela tropa de choque, e que tava rolando a ação de despejo [...]. Então a gente chegou por trás e começamos a andar por aquelas calçadas enormes do Estelita e quando a gente chegou na entrada do buraco tinha um carro da polícia parado e uma menina algemada, imobilizada, vindo junto, a gente se aperreou, foi lá pra ver quem era e era uma das pessoas que mais tavam atuantes, que tava no nascimento do Ocupe, do direitos urbanos, que teve muitos embates com o poder público. A gente não sabia neste momento, mas ela tava nua e foi obrigada a botar uma roupa, ela ia nesse carro de polícia com esses caras e ela tava muito assustada, com muito medo, ia sozinha, e a gente passou um telefone pra ela, um telefone celular. E aí a gente resolveu ficar lá com ela e disse: “a gente vai, não se preocupe que a gente vai de carro atrás de você”, a gente pegou os carros e seguiu, começou a seguir o carro da polícia [...]. Chegou lá, ela foi retirada e colocada dentro de uma cela, que acabou entrando todo mundo dentro dessa cela, quando a polícia viu começou a tirar a gente de dentro da cela, e aí começou a chegar o povo do movimento, começou a chegar imprensa [...] Quando a gente voltou pro Cais já tava um clima muito tenso, fui encontrando o pessoal, as pessoas já tinham sido retiradas de dentro, já tavam pro lado de fora, as barracas já tavam tudo pelo chão, tava aquela confusão toda, o pessoal tinha saído sob o efeito de bomba, de bala de borracha e uma série de agressões, já tinha rolado tumultos,

aí começou a encher de gente que apoiava a ocupação, muita gente e aí começou um tumulto atrás do outro, e eles começaram a alinhar a tropa de choque e por diversas vezes começaram a ir pra cima da gente, então teve vários princípios de confusão e várias confusões e depois começaram as bombas e os tiros de novo. [...] A gente resistiu como pôde. Fechamos a ponte, acho que foi uma das principais ações desse dia, os anarquistas arrancando as placas de trânsito e a gente conseguindo fechar de todas as formas, colocando o corpo mesmo na frente dos carros e fechando com uma faixa, depois fechando outra, muita divergência interna, aquele comboio de menino, que ia desesperadamente de uma ponte pra outra, de um viaduto pra outro e muita divergência, muita divergência, me lembro que uns diziam: “tem que fechar, tem que parar, tem que fazer”, e outros diziam: “não pode, se a gente enfrentar eles vão danar bomba na gente, vai ter bala de borracha, vai ter ferido, vai ter isso, vai ter aquilo”, então muita divergência entre o pacifismo, entre o confronto direto, entre a provocação e o “vamo pro diálogo” [...]. Começamos a notar que a gente tava ficando encurralado de uma maneira muito feia, por que a gente foi pro viaduto e eles tiraram a gente de lá, eles na frente e um paredão atrás, então não tinha pra onde correr [...] Foi um momento muito cruel aquele ali, porque era uma parede muito grande, éramos nós na frente dessa parede, eram ônibus lotados de trabalhadores e uma das bombas caiu dentro de um dos ônibus, que teve que ser evacuado às pressas, as pessoas que tavam dentro dos carros começaram a ficar em pânico e eles conseguiram fazer as pessoas se voltar contra a gente, naturalmente. E a gente começou a correr, só que dispersou muito, muitos voltaram pro Estelita e o Estelita, na minha cabeça, já não era mais uma boa opção [...]. Quando a gente tava antes um pouco da altura do Bargaço a tropa de choque já tinha feito o que certamente fariam, que foi arrodar e ir pela outra ponte que era a ponte do Rio Mar. Correu todo mundo pras pilastras, quem tinha pedaço de coqueiro, se agarrou em pedaço de coqueiro, o que tinha pela frente, começou a se agarrar e a pular e a tudo, a gente entrou no Bargaço e fomos perseguidas pelos seguranças de lá. A gente foi resgatada por um pai de uma amiga, uma parte dos meus amigos tavam na casa de uma menina que mora em Boa Viagem e o pai dela é alguma coisa do exército e foi pegar a gente com o carro dele, que era um carro enorme, de luxo e tal e enfim, e aí foi essa a ideia que os amigos tiveram lá na hora e foram pegar a gente e resgataram assim (ENTREVISTA 3).

No início da ocupação ocorreu um tensionamento em relação ao caráter da mesma, se deveria permanecer como uma ocupação em defesa da área como bem comum da cidade ou poderia abrir espaço para uma ocupação típica em defesa de moradia, ou conjugar as duas. Esta tensão foi provocada pela adesão de moradores de áreas populares circunvizinhas à ocupação. A decisão tomada foi de que o caráter da ocupação era “político” e que não se viabilizaria a defesa de moradia, conforme relatado por um dos entrevistados.

Estava se estruturando nesse dia, eu lembro que a articulação era para vir os moradores da ocupação da Vila Sul, que são moradores de uma ocupação por moradia, e eles chegaram lá, chegaram muitos, umas 100 pessoas, e essa foi uma das primeiras discussões assim, importantes para mim que era: Qual o caráter desta ocupação? É uma ocupação de moradia? A gente vai deixar que essas pessoas fiquem aqui e, enquanto moradores, e se houver uma reintegração de posse, por exemplo, eles perdem tudo, e a gente, enquanto

militantes de ocupação política, mas não de moradia, claro que a de moradia é totalmente política, mas essa era política e não de moradia, a gente vai para nossas casas e estas pessoas aqui, seus filhos, suas barracas, seus eletrodomésticos, suas vidas, sabe? Então, tipo houve uma reflexão sobre isto, que eu acho que é importante a gente também ver a responsabilidade que a gente também teria que assumir em transformar aquela ocupação em outra coisa (ENTREVISTA 2)

Sobre este momento da ocupação, um militante anarquista entrevistado, oferece uma visão divergente, como registrado abaixo, o que demonstra as diferentes percepções sobre as decisões que iam sendo tomadas neste processo

Já era no segundo ou terceiro dia da ocupação, eu tinha sabido que gente que tava nos trilhos tinha chegado lá, não lembro como se deu, foi dito pra essas pessoas que não era pra ocupar aquela região onde tava tendo ocupação do Ocupe Estelita, ocupação classe média. E aquelas pessoas que eram dos trilhos tiveram que voltar atrás, recuar, aí foram embora. Eles querem casa, velho. A primeira coisa que a galera disse foi que "não era pra ocupar, porque ali não era pra moradia". Você tá batendo exatamente na base da questão das pessoas que tavam ali, moradia, casa, lugar pra morar (ENTREVISTA 10).

A organização no interior da área ocupada ocorreu a partir de assembleias e da criação de comissões específicas de trabalho. Inicialmente, as assembleias tiveram duplo caráter, durante o dia eram dos ocupantes para decidir questões relativas às tarefas do acampamento e, em outros momentos, agregando pessoas ligadas ao Direitos Urbanos outros militantes da causa, nas quais eram discutidas a pauta política do movimento, informou um dos entrevistados. Nos espaços de assembleia diários, às vezes duas vezes por dia, discutia-se como gerir o acampamento, onde vão ficar as barracas, fazer banheiro, como gerir a cozinha, quem pode entrar. Também eram discutidas as metodologias da assembleia que aconteciam à noite e que, em geral, tinham um número maior de pessoas. Às noites era o momento político de decisões. “Elas eram muito longas também por que tinham pessoas que ocupavam espaço diferente, e a gente achava que todas elas tinham que falar né? ” (ENTREVISTA 2). Segundo este entrevistado, o movimento se via como um movimento horizontal, posição semelhante foi afirmada pela maioria dos entrevistados.

As assembleias dentro tinham uma diferenciação de quem tava dormindo e de quem não tava dormindo na ocupação, de quem acreditava nas vias institucionais e de quem não acreditava, então, era um movimento que era muito dissonante e isso é muito rico, assim, mas muito cansativo, porque a autorreflexão, a autoanálise, a auto problematização, tudo isso tomava muito tempo, as assembleias eram muito longas, porque elas tinham que dar voz às pluralidades, que é a pluralidade da sociedade mesmo (ENTREVISTA 2).

Em outra chave de leitura, um militante anarquista que não acampou, mas esteve fortemente vinculado ao processo, estando diariamente no ‘ocupe’, questiona a atitude performática típica de lideranças políticas e/ou de alguns ativistas durante as assembleias e cita como exemplo

Tava tendo uma assembleia, ela chega, vê as pessoas, se afasta naquele terreno, vai pra outra ponta com duas ou três pessoas, uma delas era do DU, inclusive ela era do DU. Se levanta uma pessoa, outra, outra, que eram ligadas, mais velhas inclusive, vão saindo, são pessoas que se conhecem de alguma maneira, aí vai um, vai outro, e pessoas às vezes até estratégicas, pessoas que já conhecem, já têm um lastro anterior, se levantando e indo pra junto daquela situação com aquela mulher que tava na ponta. Daqui a pouco, impossível fazer assembleia onde a gente estava antes, então começa a assembleia a acontecer ao redor dela. Isso é de uma... não é nem falta de gentileza, uma falta de cortesia, alguma coisa assim, eu tô falando no trato mais básico, em termos de política, existe um trato, né? E ali, de repente a assembleia, o pessoal tava lá, daqui a pouco a assembleia começou ao redor dela, cara. Eu lembro que eu vendo aquela situação e vendo todos voltados pra ouvi-la (ENTREVISTA 10).

A questão da horizontalidade divide os entrevistados para esta pesquisa, mas há um reconhecimento que o movimento não ocorria por decisões centralizadas, que as assembleias tinham um valor e que o acampamento teve, em si, um caráter pré-figurativo do tipo de sociedade que os militantes pretendem construir. Um dos entrevistados, ligado às lutas urbanas na cidade, relativiza a horizontalidade, afirmando que “às vezes, você tinha uma posição muito bem construída anteriormente bloqueada dentro de uma assembleia, a disputa se dava. Era muito difícil disputar dentro de uma conjuntura como essa” (ENTREVISTA 11). Outro entrevistado que atuou em um grupo de perspectiva anarquista e autonomista, afirma que “o Estelita foi a maior experiência que eu tive numa ocupação com autogestão, era um terreno grande e de fato era gerido pelas pessoas que tavam dentro. Isso serviu muito pra amadurecer politicamente também” (ENTREVISTA 8). A questão da horizontalidade na tomada de decisão e na realização de tarefas, na forma de participação e construção de consenso nas assembleias, é uma questão chave na reflexão sobre os traços da forma de comunicação e expressão, dos repertórios de performance utilizados no acampamento pelo MOE em defesa do Cais Estelita, como uma causa comum, em defesa do direito à cidade.

Outro elemento expresso nas entrevistas diz respeito à relação entre repertórios de interação de movimentos tradicionais, a exemplo da priorização da ação por via institucional, e os repertórios de confronto que adotam a rua como principal cenário e apostam nas passeatas realizadas como performances de confronto, expresso em um método de realização dos

protestos garantido horizontalidade na participação, sem carros de som, com marcação de espaços públicos com pinturas e frases e/ou com ações culturais. O grupo Direitos Urbanos, segundo alguns entrevistados, estava mais afeito à atuação institucional, apesar de ser um coletivo inovador no uso das redes sociais na internet e no acionamento de integrantes do grupo, que eram midiativistas para atuarem com o MOE na construção de contrainformações da mídia corporativa e governo quanto ao Projeto Novo Recife. Já o Movimento Ocupe Estelita, durante e após a ação de despejo, dedicou-se mais à realização de protestos nas ruas, atos públicos, participando junto com DU nas ocupações na sede da prefeitura, com outros movimentos sociais, que apoiaram as ações.

Identificando o midiativismo que se fez presente com a participação de cineastas documentalistas, nos relatos das entrevistas sinaliza-se que esse ativista, com a criação de um coletivo de comunicação, pode-se dizer, criou um rico espaço de mediação e trabalho conjunto entre ativistas do MOE e DU em torno da ação de produção de peças em vídeo, para comunicação com a população e produção de contra informação em defesa da causa do Ocupe Estelita.

O Ocupe Estelita é ao mesmo tempo uma denúncia da privatização das cidades e da ausência de participação social na definição das políticas públicas, como um movimento pré-figurativo da sociedade que quer construir, no sentido que a forma de organização adotada no acampamento, de caráter coletivista, ecológico e de respeito à diversidade sexual e de modos de vida resgata elementos da contracultura no debate político dos movimentos sociais hoje. Concordo com Rocha quando indica que

O Estelita conta a história do fechamento do espaço público no Brasil, em dois sentidos diferentes, mas muito imbricados. Quer seja tomado como âmbito da participação política, quer seja entendido como lugar de encontro com anônimos e de vivência coletiva da cidade, o espaço público está ameaçado diante da captura do Estado pelas grandes corporações no ciclo neoliberal (ROCHA, 2015a, p. 2).

As performances de rua foram compostas com muita criatividade e com atuações coletivas como, por exemplo, o uso de comunicação gestual, performática e oral no interior da passeata para repasse das informações, com jogral. No protesto que se deslocou do centro da cidade para o Shopping Rio Mar e o ocupou por algumas horas, o jogral (coro de muitas vozes transmite uma mensagem que, em seguida, é repetida por novo coro de muitas vozes) foi um elemento muito importante. Esta cena foi gravada, compartilhada nas redes sociais e gerou grande repercussão para o movimento. Um dos entrevistados fala sobre o uso do jogral conferindo a ele um sentido grandioso: “a gente sempre pensa na consciência, enquanto coisa

individual, não é, é uma coisa coletiva. O corpo coletivo. O jogral alimenta esse corpo coletivo” (ENTREVISTA 10). Outro exemplo da criatividade gerada por este movimento é a troça carnavalesca Empatando Tua Vista, que foi criado por um grupo de ativistas do DU

que se juntam fantasiados de prédios” e portando um estandarte e se apresentam nas passeatas e manifestações. Sobre a ocasião da ocupação na frente do apartamento do prefeito, já em 2015, um entrevistado declara; “foi ótimo ver aqueles prediozinhos andando pra lá e pra cá. Foi ótimo! (ENTREVISTA 10).

Um dos integrantes do Direitos Urbanos entrevistado reflete sobre a atuação institucional e a relação disso com os riscos de hierarquização nos movimentos sociais.

A discussão da relação institucional também foi uma coisa superimportante de aprendizado coletivo, eu acho que a gente é muito viciado, na nossa vida social, em achar que os caminhos legais e que os caminhos institucionais são os nossos caminhos, então, o caminho é entrar com processo, é dialogar com o Prefeito, é pedir ao Governador *num sei quê*. E aí, no primeiro momento esse era o caminho sabe, a gente participou de audiências, audiências nem é o ponto pior, audiências públicas são importantes mesmo, mas participou de reuniões à portas fechadas com Prefeito, de uma espécie de negociação que envolvia outras entidades como OAB, a UFPE, o Reitor, a Católica, o CREA, *num sei quê*, mas depois também foi se percebendo que todos esses poderes e o judiciário, o midiático e até a maioria das organizações, elas também tavam ali participando de uma coisa que era um simulacro de negociação e que o lugar da militância e da reivindicação popular é a rua, a pressão popular é na rua, não é sentando, não é personificando quem vai, vão cinco, esses cinco ficam conhecidos como os líderes, esses líderes possivelmente à posteriori podem também se confundir no seu papel social, querer também algum outro benefício, seja ele em termo de capital político, capital cultural, capitais simbólicos de forma geral (ENTREVISTA 2).

A organização do Movimento Ocupe Estelita teve como referência principal, antes de tudo, o debate político, afirma um dos entrevistados, registrando que o jurídico tinha que vir como apoio ao debate político e não como centro da construção política, “até porque a gente sabe enquanto militante, que muita coisa que a gente constrói vai além da legalidade” (ENTREVISTA 10). A dinâmica do acampamento do Ocupe Estelita, o entendimento expresso especialmente pelos ativistas do MOE e os conflitos apresentados quanto às formas organizativas, a condução da assembleias, a presença do mediatismo, o despejo e o enfrentamento da violência policial, a presença dos black bloc, o conflito entre diferentes correntes é muito similar aos relatos que vimos no segundo capítulo quanto ao ciclo da Primavera Árabe, Indignados e Occupy, em suas características de ativismo autonomista e dilemas quanto as estratégias de manutenção da articulação e luta pela causa comum.

4.2.3. O ciclo de protestos em Recife: uma nova geração de movimentos sociais jovens, radicais, conectados, autonomistas

Apresentado os depoimentos e descrições sobre os protestos e Ocupe Estelita, pinço traços do quadro interpretativo autonomista, interrelacionados com a dinâmica expressa na ação coletiva, vivência e interpretação dos militantes/ativistas, agora problematizadas segundo as categoriais que elenco no título desse item. Elementos que revelam a presença de diferentes movimentos juvenis, o ativismo em mídia e na internet, a radicalidade da ação política e a inspiração e influência do ideário socialista mediado pelo anarquismo e/ou marxismo autonomista. O que vem constituir-se num esforço de sistematização do ciclo de protestos no âmbito local, extraindo elementos auto reflexivos dos agentes da ação, que servirão de insumos para o exercício de construção e interpretação da emergência de repertórios e enquadramentos autonomistas.

A presença majoritária da juventude no ciclo de protesto de 2013 é reconhecida por todos que o analisam e pelos levantamentos feitos pelas empresas de pesquisa de opinião pública e que interpretam o acontecimento a partir das redes sociais. Em Recife não foi diferente, em especial no que diz respeito aos protestos organizados pela Frente de Luta por Transporte Público e no Ocupe Estelita. O mesmo não aconteceu em relação a outros setores que organizaram protestos no período, ambulantes e moradores de bairros periféricos. Em relação à passeata do dia 20 de junho, que foi anunciada como tendo reunido cem mil pessoas, a juventude era visivelmente uma presença forte, aparecendo em pesquisa nacional como majoritária.

Em relação ao Ocupe Estelita, um dos entrevistados afirma que, não obstante o debate sobre direito à cidade realizado anteriormente à ocupação ter sido conduzido, majoritariamente, por grupos de pessoas adultas de ONGs, movimentos tradicionais e, mais recentemente, por profissionais da área de urbanismo, do direito, da cultura e comunicação articulados no grupo Direitos Urbanos, no entanto, a ocupação, o acampamento em si foi feito majoritariamente pelos setores juvenis, o que pode ter contribuído para o tipo de organização adotada pelos ocupantes, devido à dimensão geracional e vínculos com movimentos que tinham uma perspectiva anarquista e autonomista radical, o que pode explicar em parte conflitos relatados entre esses e alguns integrantes do DU (ENTREVISTA 10).

Outra entrevista confirma a presença da juventude e indica elementos de um possível conflito geracional, o que me parece que pode ter relação com a faixa etária, mas parece também

com os repertórios utilizados pelos distintos grupos, como já descrito anteriormente, ou mesmo por divergências políticas, que geram diferentes enquadramentos interpretativos da ação coletiva empreendida em articulação pelos dois grupos, MOE e DU. O trecho da entrevista que segue, é de um homem de 35 anos, midiativista.

O que se criou foi o seguinte: a galera novinha de vinte e poucos, que é uma galera que a gente costuma enxergar como mais afeita à tecnologia, à internet, na verdade, essa galera é a galera do corpo e da ocupação física que nem olhava pra internet, pra facebook, a galera tava vivendo lá dentro. E a galera mais coroa, da minha geração, uma galera que em princípio podia ter mais dificuldades com tecnologia, era a galera que tava teclando o tempo todo. E aí os fóruns de debates do DU eram muitas vezes online, e os fóruns do movimento eram as assembleias na ocupação. E um ficava deslegitimando o outro (ENTREVISTA 9)

O grupo Direitos Urbanos tinha uma grande capacidade de articulação e divulgação nas redes sociais, um perfil que atraia muitos apoios no meio cultural e acadêmico e capacidade de atuação na esfera institucional. Era formado majoritariamente por pessoas adultas com inserção profissional em áreas afins. Os ocupantes, o MOE, tinham outras formas de envolvimento com as lutas pelo direito à cidade, como por exemplo, os anarquistas, os estudantes, pessoas independentes, militantes feministas e pessoas ligadas a partidos políticos. As tensões marcaram este processo.

De um lado, parte dos militantes do DU tinha o conhecimento técnico e político sobre questões mais específicas referentes ao Cais. Mas não tinham disposição física para dormir no acampamento. De outro, jovens estudantes, artistas e simpatizantes da causa não tinham, em sua maioria, as propriedades técnicas, mas estavam ocupando o Cais, com seus corpos, com seu trabalho, com seu espírito. Nosso elo básico e comum é que todos nós sofremos diariamente com essa forma desumana de se construir a cidade em nossa sociedade. Capinar a área, construir uma horta, organizar a estação de coleta seletiva de lixo, no intuito de manter o ambiente salubre e a promoção da educação ambiental dos ocupantes eram atos políticos, mas nem sempre compreendidos e valorizados como tal por alguns ocupantes. Um claro conflito intergeracional estabeleceu-se, conflito esse que até hoje não foi suficientemente compreendido e avaliado (ANDRADE, LINS, LEMOS, 2014, p. 143).

Ainda que guardando alguma diferença, estas tensões se assemelham àquelas discutidas entre os analistas de junho de 2013, no tocante aos repertórios de atuação e as formas organizacionais, na relação entre os novos movimentos que inicialmente mobilizaram os protestos nas ruas e os movimentos tradicionais que também pautavam na sociedade a luta por direitos, mas em outros moldes.

A afirmação de Rocha (2014), com a qual concordo, indica o significado da presença da juventude no Ocupe, mas poderia ser expandida para o ciclo de protesto como um todo.

Os jovens ocupantes do Estelita ensinaram que poder viver sua diferença sem medo na cidade é a definição mais concreta de liberdade, e esse tem sido o significado profundo desta experiência. Uma cidade regida por máfias de coleta de lixo, de transporte público e de especulação imobiliária se torna espaço de opressão (ROCHA, 2014, p. 4)

O ciclo de protesto de 2013, em Recife, recoloca na cena política a juventude e também conflitos inter-geracionais. Ele lançou uma geração que já vinha se organizando e mesmo realizando passeatas, ocupações e outras formas de protesto, mas que ainda não tinha se insurgido na cena pública de uma forma tão dramática e diversificada. Segundo uma das entrevistadas, à época militante da Juventude do PT, este momento influenciou no reconhecimento de si entre os próprios jovens militantes e também no reconhecimento político de suas pautas por outros movimentos sociais

A partir de 2013 eu começo a me reconhecer podendo ocupar outros espaços, porque antes eu me reconhecia só podendo ocupar o espaço do movimento estudantil. Depois de 2013, se começa a ter uma demanda dos sindicatos em dialogar as pautas que essa juventude traz pra rua, mas tudo ainda muito burocratizado [...]. E aí, essa juventude, essas mobilizações de junho trazem a necessidade de se pensar outras metodologias, outras formas de atuação política. Os sindicatos, em 2013, começam a dialogar, mas é difícil [...] a gente ouvir sindicalista dizer isso assim: “Ah! Vocês são a galera que tá quebrando as coisas na rua, né? então responde a processo, vocês não sabem fazer movimento”. Entendeu? E aí a gente responde: “velho, que é isso? Vocês já foram presos várias vezes, já responderam processos várias vezes, vocês eram de fazer coisas na rua, como é isso?! (risos) não vai ter mais isso?”. E aí, eu acho que a partir disso começa a se quebrar inclusive esse preconceito geracional de quem é que produz conhecimento, de quem é que produz formas de atuação política, entendeu? Formas de disputa de sociedade, mesmo assim, começa a se aprender isso, a reaprender, a se reaproximar (ENTREVISTA 4).

Em 2013, os grupos juvenis que conduzem a maioria dos protestos estavam construindo formas de fazer movimento vinculadas ao enquadramento autonomista, mas também estavam, muitos deles, iniciando a vida adulta de forma autônoma, nas palavras de um dos entrevistados:

a gente era um grupo que *tava* experienciando a autonomia política, mas também *tava* experimentando a autonomia da vida adulta também, querendo ou não, eram pessoas que *tavam* saindo de casa, então não tinham nível de maturidade assim, isso acabou refletindo na política também, né? (ENTREVISTA 8)

A partir deste ciclo de protestos se fortalecem e também surgem em Recife novos coletivos, uns com perspectiva de atuação profissional militante como o Centro Popular de Direitos Humanos, agregando advogados populares, o Coletivo de Luta Comunitária, que se forma para impulsionar as lutas sociais nas ocupações urbanas e a organização sindical dos ambulantes, as Brigadas Populares, o Coletivo Anti-proibicionista e uma série de coletivos feministas. O Movimento Zoadá e o Coletivo Feminista Diadorim, ambos com formas de atuação autonomista, na visão do entrevistados que se assumem como autonomistas, esses saíram fortalecidos e fomentou a criação de alguns outros.

A conexão via redes sociais é apontada por todos os analistas como um elemento forte desencadeador do ciclo de protestos de junho de 2013. Analisando o caso de Recife, observei que além de divulgação e debates nas redes sociais e de articulação dos grupos por este intermédio, as transmissões ao vivo em tempo real e a realização de filmes documentários e sua ampla divulgação, cumpriram um importante papel nas mobilizações do período.

Em um levantamento feito por um cineasta documentarista engajado na ocupação do Estelita, a partir de uma chamada na internet, foram reunidos 98 filmes sobre o ocupe até aquela data. É interessante perceber como os vários tipos de filmes produzidos possuem capacidade para atingir diferentes públicos. Em entrevista para esta pesquisa este cineasta comentou que o filme “Recife, cidade roubada”, que foi produzido para expor com clareza e de forma sistemática a argumentação contra o projeto Novo Recife, com um discurso bem concatenado e que contou com a participação de um ator famoso, conseguiu em 3 dias, 150 mil acessos na página do Direitos Urbanos, 150 mil no *youtube* e, posteriormente, um milhão de acessos no site da Carta Capital. Segundo ele, isso foi visto pelo grupo como uma conquista máxima, como ‘sair da bolha’. Mas, na sequência eles fizeram um filme paródico, satírico, com música de Reginaldo Rossi, chamado “Novo Apocalipse Recife”. Esse filme, em 24 horas fez 500 mil acessos, três vezes mais do que o outro e em menos tempo. Os comentários no YouTube eram: “Agora eu entendi o Ocupe Estelita, finalmente eu sei do que vocês estão falando”. Na reflexão que acompanhou esta narrativa ele afirma:

o filme que era argumentativo, que queria explicar tudo direitinho, funcionou... mas quando a gente tirou uma onda, a galera “opa! Agora eu entendi”, então isso foi muito forte, todo o investimento de roteiro, de explicar, foi posto em cheque por uma paródia, uma sátira (ENTREVISTA 9).

A ideia de produzir filmes sobre o Ocupe Estelita, depois da ocupação física do terreno, não foi muito bem aceita pelos acampados. Para quem trabalha com audiovisual engajado a

intenção é dar visibilidade ao movimento, mas entre os ocupantes a visibilidade era um fator de risco para a segurança pessoal e do movimento.

Nos deparamos com essa dificuldade do anonimato que vem de 2013, da estratégia Black bloc, da galera que não quer ser identificada. A gente acredita na imagem como uma forma de militância, um vetor de disseminação de ideias, de visibilidade de pessoas, ou populações, ou pautas, ou reivindicações que são silenciadas. E a galera que vem com essa bagagem do Black bloc vê a imagem com uma desconfiança, a imagem é um flagrante de algo que a polícia, o Estado, podem se apropriar pra depois perseguir os militantes. [...] A questão que a gente se deparou na nossa militância foi como a gente poderia aprender com esse anonimato, não só no que diz respeito à como filmar, por exemplo, a gente tem uma tendência a filmar planos fechados, enfatizar uma individualidade, porque a individualidade oferece uma dimensão dramática maior. Se você tá aqui com um plano com o sujeito, você tem a expressão facial, a emoção, você consegue, a partir disso, componentes de sedução através da imagem, do discurso, que são da ordem da dramaturgia clássica mesmo. Com o movimento Black bloc de anonimato, esqueça... o seu plano tem que ser aberto, o seu plano é a multidão, não interessa o sujeito, o indivíduo ali, ele não quer nem se mostrar [...] A estratégia Black bloc não é só uma estratégia de proteção, com relação a possibilidade do Estado vim lhe perseguir ou lhe capturar, é também porque existe uma diluição dessa ideia de personalização das pessoas. [...] Isso podia nos ensinar sobre o próprio cinema, que é uma arte extremamente personalista, extremamente centrada da ideia de autoria localizada do sujeito, do diretor ou da diretora, mas quase sempre do diretor homem mesmo. [...] Aprendemos com isso e no final a gente fazia filmes com direção coletiva, partilhada por 40, 50 pessoas (ENTREVISTA 9).

O Ocupe enfrentou uma batalha nas redes sociais com um site cuja proposta era atacá-los chamado “ocupe-se” e que atuava difundindo mensagens difamatórias e com acusações no campo moral. Os ocupantes eram chamados de maconheiros, viados, putas, recebiam ordens de ir trabalhar. Este é um exemplo de como esta dicotomia se manifestava nas redes sociais. Na comunicação o movimento enfrentava a tensão de definir se deveria ter uma estratégia de persuasão voltada para atingir estas pessoas ou se deveriam ignorar estas iniciativas e fazer filmes na perspectiva de conquistar quem ainda não conhecia e não tinha posição sobre a ocupação e o projeto Novo Recife. Um outro dilema enfrentado foi quanto à filmar a partir da perspectiva de liberdade, conforme as crenças manifestas dos ocupantes ou resguardar alguns cuidados quanto ao que poderia ser visualizado amplamente. Neste sentido um ensaio fotográfico gerou um grande impacto. Ele mostrava os ocupantes sem roupas nos vagões do trem, em fotos artísticas.

Em Recife, o grupo Direitos Urbanos já era reconhecido como uma articulação estabelecida basicamente em redes sociais. Há registros de que a partir de sua atuação no processo do Ocupe Estelita ele rapidamente ampliou a sua área de influência na rede. Conforme

um entrevistado, ele “foi crescendo até chegar aos trinta e tantos mil que tem hoje, virou um caos, e aquele grupo já não serve pra organizar, formar e debater como servia antigamente” (ENTREVISTA 7).

Nas mobilizações organizadas pela Frente de Luta pelo Transporte Público as transmissões ao vivo pela internet tiveram um papel central e são lembradas até mesmo por entrevistados que não participaram destas passeatas. A atuação nas páginas de *facebock* também foi muito relevante. Os militantes investiam muitas horas para postar e responder às postagens nos debates na *fanpage* da Frente e também nos seus perfis pessoais. Uma das entrevistadas compreende que esta deveria ter sido uma postura geral do conjunto dos movimentos e da esquerda social e que isso teria tornado possível reverter o quadro de guinada para a direita que a continuidade das manifestações teve.

Eu acredito que se mais alguns movimentos tivessem pego essa pilha, talvez o resultado tivesse sido diferente. A gente não saia da rede social e era comentando em todos os posts, politizando todos os posts, todo mundo, do primo, do tio, do vizinho até o coleguinha de sala a gente vai comentar, pesando na galera, aí a gente ficava a madrugada toda no *facebook*, tentando resistir a uma onda que a Globo tava trazendo (ENTREVISTA 6)

A atuação na internet gerou possibilidades de ampliação das manifestações e um tensionamento importante com a mídia corporativa. A grande divulgação dos acontecimentos pelos grupos militantes nas redes sociais criou dificuldade para que a grande mídia pudesse manter suas versões com maior credibilidade. Para alguns grupos, a relação entre o debate na internet e o debate presencial também era eivada de tensões. Uma vez que participar de forma virtual não tem o mesmo impacto político na cidade que garantir a força dos protestos que derivava de sua ampliação.

A gente tinha reunião semanal e a gente valorizava o espaço da reunião presencial, a gente dizia que a presença é o requisito do debate, que a gente não vai discutir por facebook, porque a gente achava que as pessoas eram muito corajosas no facebook, mas, elas não tinham coragem de tocar a militância, então, se a pessoa saí de casa pra uma reunião pra discutir, ela vai poder tocar uma tarefa, vai poder pegar alguma coisa, mas se ela só fica lá no facebook perturbando o juízo do outro, não dá. (ENTREVISTA 6)

O ciclo de protesto de 2013 foi analisado por muitos a partir de sua radicalidade. Por atuação política radical eu estou entendendo aquela que quebra padrões dominantes da ordem pública, a exemplo de padrões morais de comportamento em relação ao corpo, vestimentas e sexualidade e padrões políticos de formas de manifestação, de ação direta, de relação com o Estado, de ocupação de espaços públicos e de reação violenta à violência policial. Nesta

perspectiva fazer uma passeata com os seios desnudos ou bloquear o trânsito em uma via pública são performances radicais, assim como a adoção da tática Black bloc, fortemente difundida em 2013.

O depoimento abaixo mostra a radicalidade da Marcha das Vadias de 2014 e as relações que foram construídas entre diferentes movimentos durante este ciclo. A Marcha sai da Praça do Derby em direção à Praça do Diário, na Avenida Guararapes, mas ao chegar lá, as militantes feministas decidem seguir em cortejo até a ocupação do Cais

A Marcha das Vadias aconteceu no mesmo período que o Cais estava ocupado, nós todas tínhamos ajudado a nascer aquele movimento, que era o Ocupe Estelita, a nascer aquele projeto de luta, o Ou Vai ou Racha tinha contribuído, a Marcha das Vadias tinha contribuído, cada uma no seu tempo e das suas formas né? Mas nós como militantes individuais e também os nossos coletivos, fazendo camisa, articulando, levanto o bloco pro Cais. A gente unificou essas duas lutas de uma maneira muito preciosa [...]. E aí quando a gente chegou com a Marcha na Praça do Diário, teve uma intervenção, é como se fosse um teatro, mas não era bem um teatro, uma leitura de uma carta, enfim, uma intervenção urbana feminista que foi muito bonita e muito forte e que deixou todo mundo muito firme, e aí a gente olhou e disse: “não *vamo* parar aqui”, “a gente não vai ficar na praça” [...]. Automaticamente a batucada se realinhou, e a gente botou a rota dali da Dantas Barreto rumo ao Estelita, pra mim foi o momento mais bonito que eu já vivi dentro da Marcha das Vadias, porque era um momento de força tremenda, eram os nossos corpos, de fato, sentindo e pulsando o que a gente vinha gritando, a gente vinha fazendo isso a alguns anos já nas ruas, com a Marcha com o Ou Vai ou Racha, mas foi diferente. A gente enfrentou um pouco de chuva, a gente enfrentou um centro da cidade vazia, escura, de fim de tarde, já começo de noite e a gente enfrentou os homens do centro da cidade e não eram os homens da Conde da Boa Vista, eram do centro da cidade, do camelódromo, daquele percurso. Daí a gente chegar num show de brega que *tava* tendo no mesmo dia, na mesma hora ali dentro, já na saída do camelódromo e a gente passou por aquilo e foi um choque cultural tremendo para todos os lados, porque pra gente era um processo de choque, a gente tá nua, de peito de fora, com os cartazes pintados, com a autonomia dos nossos corpos totalmente na pele ali, de noite, no centro da cidade, e naquele espaço, naquele ambiente hostil à gente, que não estaríamos se não fosse dentro daquela manifestação e pros homens que *tavam* ali, eles não imaginavam sair um monte de mulher desesperada, porque a gente *tava* em fúria pra pegar a cabeça de um e cortar, no meio de todas e com muita força, a gente *tava* com muita energia, porque a gente *tava* indo pro Cais e porque a luta movimentava muitos corações. É estranho e ao mesmo tempo até engraçado, porque foi um choque, um choque para os caras que *tavam* lá e eram majoritariamente homens, não tinham muitas mulheres no show, eram muitos homens e nós. Então a gente passou muito firme de que eles não iam parar a gente, de que as gracinhas, as piadas e os machismos não iam parar a gente, como não pararam. A gente conseguiu passar dali e chegou em uma área ainda mais hostil, porque era uma área que não era habitada da cidade, por trás do Cais, e como abriram um buraco na parede do Cais, a gente conseguiu entrar por lá e o pessoal do Cais *tava* muito sereno, porque estavam numa atividade de uma roda de conversa, e chega a gente, e não éramos poucas, lógico que diminuímos muito, mas não éramos

tão poucas, chega a gente por cima dos trilhos, na cena mais bonita que eu acho que eu me lembre do Ocupe, cantando, pulando, gritando, muito afinadas, a batucada tava incrivelmente afinada, surpreendentemente afinada, e chegou lá, parecia que aquele povo tinha visto o mar vermelho se abrindo, porque foi uma alegria que eles tiveram, tremenda (ENTREVISTA 3).

Outra dimensão da radicalidade no ciclo de protestos de 2013 foi a força da tática blakc bloc nas manifestações ocorridas nas várias cidades. Em Recife esta tática já havia sido usada em outras ocasiões, a exemplo da luta pela redução da tarifa do transporte público, em 2012, organizada por estudantes de grupos anarquistas. Nos protestos de 2013 a tática ocorreu de forma um pouco diferente.

O que se chama de tática Black bloc, que consiste em usar o rosto coberto para não ser identificado pela polícia e para, politicamente, diluir a ideia de lideranças nos processos, tornando-se multidão, não é necessariamente um grupo mas uma forma de atuar em protestos. Em geral os manifestantes Black bloc posicionam-se na passeata de formas a dar segurança para os manifestantes nos choques com a polícia e também em lugares que lhes possibilitem realizar algumas ações como quebrar vidraças de bancos ou lojas de automóveis, escrever em paredes, fazer barricadas ateando fogo em montes de lixos, atirar pedras na polícia, entre outras coisas. Descrição feita por entrevistados que coincide com relatos visto no item anterior.

Conforme expostos por um entrevistado, anarquista, em 2013, em Recife, não existiu um coletivo Black bloc, existiu uma tática Black bloc, uma forma de agir e não um coletivo que se auto-organiza de forma permanente e pensa politicamente. Neste momento, segundo ele, esta tática foi capitalizada por um “grupo de esquerda clandestino stalinista maoísta”, que adotou uma maneira distinta daquela que os militantes libertários vinham adotando até então. Para os militantes anarquistas (ou libertários) que usaram esta forma de ação nos protestos até 2012, todos os envolvidos deveriam estar conscientes dos riscos de sua ação e imbuídos do mesmo objetivo. Na opinião deste entrevistado, em 2013, este grupo político citado teria arregimentado “garotos que não sabiam com o que estavam lidando, esses garotos eram bucha de canhão, e quem dava a linha e fazia o discurso era o núcleo maoísta” (ENTREVISTA 10).

Outro entrevistado, que se define como anarquista, mas de “outro grupo”, e também autonomista influenciado pelo zapatismo, vê o uso da tática Black bloc em 2013 a partir de outro ângulo, vendo a organização de quem a usa como um coletivo e demonstrando a ampliação de sua capacidade de ação radical.

No dia 20, os próprios manifestantes chamavam a polícia pra deter outros manifestantes, digamos, os “vândalos”, né? Aí teve um cenário muito triste, no sentido que a polícia fazia essa perseguição de uma forma massiva pra

quem era preto e da periferia, sabe? [...]. Aí a gente adotou como tática, no momento, de se alinhar com outros grupos que tinham uma certa afinidade com o que a gente pensava fazer na rua. Aí daí surgiu o MEPR, que é aquele com mais força na rua, surgiu o Unidade Vermelha, surgiu Black Faces, um pouquinho mais a frente surgiu uma galera que adotava a tática Black bloc, mas esse Black bloc acabou se transformando num coletivo, porque o Black bloc é uma tática, mas pessoas começaram a usar também pra se organizar coletivamente enquanto Black bloc, né? Então, era muito uma novidade pra gente, porque os Black blocs de Recife antes era a gente, tá ligado? Então, surge essa galera que reivindica essa identidade, que não era do nosso grupo, a maioria dessa galera que vem desses novos Black blocs, era uma galera de perifa e era uma galera com muito mais sangue no olho do que a gente. Era uma galera que tinha uma vivência de confronto com a polícia muito mais real do que a gente tinha. No nosso grupo tinham pessoas de classes distintas, mas a maioria das pessoas que estavam morando junto naquele momento [Vários jovens anarquistas moravam em uma casa coletiva] eram pessoas que eram de classe média. Então, os novos Black blocs era uma galera que teve ações muito mais ousadas que há dez anos a gente nunca tinha feito, por exemplo, coquetel molotov na Câmara de Vereadores no dia da ocupação, enfim, e eles tavam mais preparados pra esse confronto na rua com as forças de repressão do que a gente (ENTREVISTA 8).

Muitos jovens que, nos protestos, atuavam com a tática Black blocs, participavam das assembleias da Frente de Luta por Transporte Público, mas, de acordo com as informações de uma entrevistada, eles não se apresentavam dizendo o nome e quase nunca faziam uso da palavra. Apenas alguns integrantes dos grupos políticos que compunham a Frente tinham acesso ao diálogo com eles. Na opinião dela, constituía-se um vínculo frágil, mas importante porque tinha como setores da Frente dialogar com eles durante os protestos. “Eles também eram muito doidos, porque eles nem sabiam o que era anarquismo, os meninos, tinha uns que só queriam queimar, era um inferno, mas tinham umas liderançaszinhas deles, que não eram lideranças, mas eram” (ENTREVISTA 4).

O ciclo de protestos de 2013, na percepção dos militantes entrevistados em Recife, tem relação direta com a crise da esquerda e do projeto petista no governo federal. Uma delas remonta à pujança dos protestos em São Paulo, lembrando que a prefeitura estava sob comando do PT, com Haddad, e o governo do Estado com Alkimim, do PSDB, que não obstante suas divergências, atuaram em articulação e com a mesma desfaçatez na relação com o MPL e outros movimentos que, no início, lideravam os protestos em defesa do passe livre. A sua reflexão traz à tona as dificuldades da esquerda de entender o movimento que surgia e de atuar no sentido do diálogo, mesmo indicando que entre a militância que foi às ruas havia muitos petistas e pessoas que apoiavam o governo federal.

Em Recife, um dos grupos autônomos que se destacou no interior da Frente de Luta pelo Transporte Público foi o Movimento Zoada.

Na época, o Zoada teve uma atuação muito forte, porque a gente era o único coletivo que conseguia transitar por todos os espaços e fazer todo mundo dialogar, porque a gente tinha pessoas do PT, do PSOL, tinha as pessoas anarquistas, muitas feministas, então, no final das contas, as pessoas sempre que precisavam dialogar em algum espaço, chamavam o Zoada (ENTREVISTA 6).

O Movimento Zoada, grupo de estudantes da Faculdade de Direito de Recife, foi organizado inicialmente para atuar na universidade e concorrer ao Diretório Acadêmico, entretanto, ampliou a sua atuação e esteve articulado ao ciclo de protesto e a todo o processo decorrente dele. Ele foi organizado com base em uma carta de princípios na qual foram estabelecidos a forma de organização e de tomada de decisão horizontal. Diferentemente de outros movimentos juvenis, o Zoada realizava inúmeros debates internos para definir suas análises de conjuntura suas posições políticas sobre os mais diferentes temas. “a gente fazia um debate sobre a análise de conjuntura, mas já construía a nota em reunião [...], tinha que fazer uma reunião semanal, distribuir tarefas, a gente dividia as comissões, as pessoas que tinham que fazer as coisas que assumiam”, relata (ENTREVISTA 6).

Um outro movimento de juventude, organizado neste mesmo período, registra outra experiência de organização e tomada de decisão, o que pode remontar a sua origem no interior de outros movimentos sociais.

Desde o início do Levante a gente tem várias relações com diversos movimentos, e pra fazer as análises desse campo político da gente, o campo popular, a gente chamava muito o MST pra fazer análise pra gente, chamava muito a Consulta também, pra conseguir orientar a gente na análise, porque a gente que tava dirigindo era muito jovem e a gente não conseguia formular muito bem sobre isso e a gente precisava de elementos. Assim, também sempre rolava umas circulares nacionais, também orientando: “ó, o Levante, nos atos a gente vai se inserir de tal maneira”, “vamos levar batucada”, “vamos precisar de segurança” [...]. Então as circulares ajudavam muito a gente a se orientar como entrar e como definir o quê que a gente ia defender e também muito da análise desse nosso campo que a gente tava sempre chamando pra auxiliar. [...] A gente é fruto do MST, da PJR, da Consulta, do MTD, no Rio Grande do Sul, essa conformação gerou o Levante lá e a gente tá sempre em aliança, mas a gente não compõe a Via Campesina (ENTREVISTA 5).

Este dois movimentos que ganharam maior expressão pública neste período, ambos compostos por jovens, apresentam formas distintas de organização, de tomada de decisão e ação política. O primeiro é um coletivo local, o que gera maiores condições de possibilidade para uma organização horizontal, o segundo faz parte de um movimento nacional, que se entende dentro do campo político popular - que ainda que não esteja integrado a Via Campesina, nasce

e insere-se no campo das organizações que compõem a Consulta Popular e a Via Campesina - e tem seu funcionamento interno marcado por formas mais hierárquicas de tomada de decisão. Ambos, nas ruas, atuam com performances criativas e irreverentes, porém o Levante tem maior proximidade com o movimento sindical cutista. A partir da categoria autonomismo, como estou empregando na pesquisa, afirmaria que o Zoadado se apresenta com um movimento autonomista e o Levante se insere na zona de sobreposição entre o enquadramento autonomista e o socialista.

O movimento autonomista em Recife sofreu influência na sua origem da chamada Batalha de Seattle, do Levante Zapatista, dos protestos antiglobalização, relata um dos entrevistados que, à época de 2013, atuava em um coletivo autonomista. O grupo do qual ele participava era composto por estudantes universitários e tinha convivência, adotavam a perspectiva política de romper a divisão entre o trabalho manual e o trabalho intelectual, por isso buscou ampliar a vivência desse ideal através de casas coletivas, e passaram a conviver juntos. O entrevistado relata uma dificuldade que existia, pela qual recebiam muitas críticas, que era “certo ‘clubismo’, uma vez que era muito difícil a entrada de outras pessoas no grupo” (ENTREVISTA 8). Na concepção autonomista isto é próximo do que se chama grupo por afinidades, sendo que não necessariamente tem que conviver na mesma casa. A atuação em um ciclo de protestos como o de 2013, é reconhecidamente tensa e intensa, ainda mais se o coletivo em questão tem um lugar central nas definições políticas da ação que está em curso. Isso gera novas subjetividades militantes, possibilita novas interações entre os indivíduos e novas moralidades não hegemônicas. Uma entrevistada, integrante do Movimento Zoadado à época, relata a dimensão subjetiva neste momento

É como o cara que saiu do MPL disse, a gente se apaixonou por a gente mesmo, no sentido literal, a gente só saía pra beber junto, a gente só se relacionava com quem tava dentro do movimento, dormia no mesmo lugar, usava droga junto, e aí o quê que isso acontece, é um *big brother* da galera, uma hora a galera vai brigar [...]. Naquele espaço de reunião, começaram a ser discutidos coisas, logo eles começaram a implodir, também por dentro, né? E aí, eles começaram a ter que enfrentar coisas que a gente tava enfrentando há muito tempo (ENTREVISTA 6).

Nacionalmente, este setor autonomista nos movimentos sociais no seio da juventude tem como pauta forte a defesa a redução dos preços de passagens, do Passe-Livre, da tarifa zero, do direito a cidade. Para esses coletivos é marcante a questão do anonimato, talvez uma influência dos Zapatistas, baseado na ideia de que “usando uma máscara você se transforma em milhares” e as preocupações com a segurança, que implica em reuniões restritas para definição

dos repertórios dos atos, e a proteção contra o controle e repressão policial (COLETIVO RECIFE RESISTE, 2014). A questão da organização das manifestações de forma horizontal, sem a presença de um carro de som, com adoção de batucada e jograis (microfone coletivo), são marcas dos movimentos autonomistas internacionalmente e que fizeram parte da atuação de grupos como este em Recife, desde 2005, e que se intensificou naquele momento.

A questão organizativa é central no enquadramento autonomista. Um dos entrevistados que não se identifica com esta perspectiva, questiona a horizontalidade nestes grupos. Para ele, o desejo de horizontalidade, de autonomia, também pode ser perigoso em alguns momentos porque ele pode gerar uma ação desgovernada, e o movimento pode perder o controle do processo. Já outro acredita que é fundamental perder o controle para que a correlação de forças na sociedade seja alterada. Este é um debate intenso sobre as diferentes tradições político-ideológicas presentes nos movimentos sociais de novo tipo.

Um dos entrevistados dá exemplo de como novas formas organizativas utilizam as redes sociais na construção dos atos públicos

Dentro dos Direitos Urbanos começava a se criar subgrupos de comunidades de facebook que se voltavam pra operacionalizar algumas ações. Todo Ocupe [atividades artísticas e culturais que antecederam e seguiram ocorrendo após o fim do acampamento no Cais] que tinha criava-se uma comunidade de facebook. Na primeira eu me engajei muito nas faixas, a gente fez essa faixa: “A cidade é nossa, ocupe-a”, e várias outras faixas menores: “Um outro novo Recife é possível”, já associando à memória do Fórum Social Mundial, “Moura Dubeux, projeto de fracasso”, enfim frases que surgiram nesse debate dentro da comunidade, e eu fiquei responsável pela logística de produzir as faixas, ir no lugar que faz faixas, confeccionar, colar na hora e depois arrecadar a grana pra ressarcir o custo, que eu acho que gastou-se uns 600, 800 reais com faixas. E no dia a gente passou o chapéu pra repor, e também se criou até uma caixinha, com isso, a gente arrecadou mais do que tinha gastado, uns 300 reais a mais (ENTREVISTA 9).

A estética dos atos é outro elemento central no repertório autonomista. Na visão de um dos entrevistados o anarquismo e os movimentos autônomos, em Recife, tiveram forte influência nas expressões estéticas das manifestações. Estas formas vieram também, afirma, da ação global dos povos e dos grupos como o MPL e o CMI. Tudo isso influenciou pra que fosse construído um acúmulo de experiência, que lhes permitiu colocar pautas como o passe livre em debate na sociedade e performances de confronto que questionaram as formas tradicionais e rotinizadas das manifestações dos movimentos sociais.

Tinha toda uma estética que não é a do carro de som, a gente sempre foi contra o carro de som, porque a gente sabe que verticaliza, não só a fala, mas

direciona a luta, entendeu? De uma forma que as pessoas não participam (ENTREVISTA 10).

O ano de 2013 abre um espaço de possibilidade para o fortalecimento do enquadramento autonomista e seu repertório de ação. Todas as pessoas entrevistadas para esta pesquisa registram o surgimento de inúmeros coletivos de luta autônoma e o fortalecimento dos já existentes. Esta indicação é válida para o campo do movimento de juventude, mas também para o movimento feminista, movimento urbano, e para a abertura de outras pautas como os coletivos anti-proibicionista que confrontam a política de drogas e pedem a descriminalização da maconha.

O Ocupe Estelita e o ciclo de protestos de junho de 2013 levaram muitos jovens a assumir a atuação em movimentos sociais. Um dos entrevistados conclui que as ocupações de escolas e de prédios públicos, que ocorreram nos anos seguintes são devedoras deste repertório de ação adotado neste ciclo. Uma jovem participante entrevistada afirma que “junho de 2013 mostrou que a gente conseguia chegar, através da internet, através do discurso festivo, irônico, bem-humorado, transgressor, nesse público que a gente quer atrair pra luta” (ENTREVISTA 3). Outro, também jovem, faz a leitura de que “tem que se intensificar trabalhos em escolas, nos assentamentos, tem que ter esse trabalho que não tem glamour, que é um trabalho chato, que é um trabalho que cansa, mas que é a parte mais importante da luta” (ENTREVISTA 8). O contato interseccional entre movimentos, com outras militâncias, reflete um entrevistado, traz aprendizagens com a diferença, com as possibilidades que uma articulação de diversos grupos abre. “Traz também uma recuperação da confiança no poder popular, de entender que realmente existe uma força da coletividade que é capaz de modificar as coisas de verdade”, enuncia. (ENTREVISTA 2).

A análise das entrevistas sobre os protestos em Recife somou com o esforço geral para interpretação do ciclo de protestos de junho de 2013, discutindo o porquê da emergência de repertórios e enquadramento autonomista. Busquei no processo da análise até aqui reconhecer as peculiaridades, abrangência e extensão temporal do enquadramento autonomista, assim como da emergência de movimentos de novos tipos com ênfases de corte autonomista, marcados por uma dimensão de conflito geracional demarcado por diferentes padrões de militância/ativismo. Portanto, um subsídio para compor uma reflexão geral sobre esse ciclo de protesto, a seguir, resgatando elementos das discussões anteriores com os novos elementos surgidos aqui.

4.3. Enquadramento autonomista: militância/ativismo, movimentos sociais e esquerda social no Brasil

Na reflexão sobre o ciclo de protestos de 2011 para cá, do âmbito global ao local, em Recife, a discussão de mudança de época e/ou de ciclos históricos se sobressaem nas análises, no que diz respeito à lógica da globalização e seus impactos econômicos e socioculturais, assim como na dinâmica de ação e organização dos movimentos sociais, que repercutem no ciclo de protestos, nos repertórios de confronto e enquadramentos interpretativos observados. A densidade histórico-política e a velocidade das mudanças ocorridas desafiam a que o exercício de interpretação do ciclo seja situado em um processo de média duração. Isso é necessário para que se possa reconhecer traços de tradições políticas culturais que incidem nas realidades sociais presentes, que ajudem a relacionar agencia e estrutura, autonomia e regulação, dentro de chaves de leitura que consigam apreender interações institucionais e de protesto dentro do intrincado das relações conflitivas e das crises institucionais, assim como da reconfiguração do campo dos movimentos sociais, suas formas de organização, de ação e seu ideário político-cultural.

Nesta perspectiva, agrego ao conceito de repertório autonomista utilizado nos itens anteriores, a noção de matrizes sócio-políticas de Svampa (2011), a qual incorpora a dimensão cultural e sócio-política. Estas matrizes são construídas a partir de formas de ação e organização dos movimentos sociais e de sua militância na América Latina no contexto atual. Nelas inclui-se o autonomismo, o que contribui para balizar nossa análise sobre o enquadramento autonomista nesse ciclo de protestos no Brasil. O autonomismo que se insere dentro de um *caldo de cultura* global e latino americano, que emerge na forma hoje percebida, em período histórico recente - meados dos anos 90 para cá – e que, dada a revolução informacional, contaminou os movimentos sociais, contando com a contribuição da difusão do ativismo global (TARROW, 2010).

Chamo de enquadramento os *frames* (quadros) como apresentado no primeiro capítulo. Enquadramentos interpretativos são formulados e/ou adotados por indivíduos e por organizações, pode-se assim dizer. Estou chamando enquadramento autonomista o processo de alinhamento e de dominância, num campo amplo da esquerda, exercido pelo repertório autonomista, nesse ciclo de protesto, em particular no seu momento inicial, mas tendo permanência mais larga enquanto alinhamento. Pode-se considerar que este enquadramento estende-se até as ocupações das escolas em 2015 e 2016 (JANUÁRIO, CAMPOS, MEDEIROS,

RIBEIRO, 2016), tendo sofrido uma hibridização com a integração de militantes socialistas no ciclo de protestos, nos anos 2015 e 2016 (ALONSO, MISCHÉ, 2016).

É o quadro interpretativo

que permite aos indivíduos ‘localizar, perceber, identificar e classificar’ ocorrências no espaço de suas vidas e no mundo em geral. [...]funcionam para organizar experiências e guiar ações, sejam individuais ou coletivas. Assim conceitualizado, segue-se que o alinhamento de *frame* é uma condição necessária para a participação nos movimentos, seja qual for a natureza ou intensidade (SNOW et alli, 2006, p. 32-33).

Os processos de alinhamento aos quadros interpretativos são fundamentais para promover a mobilização e o engajamento nos movimentos. Isso ocorre por meio de ligações entre interpretações individuais do acontecido e vivenciado e a realizada pelas organizações dos movimentos. Os quadros servem para simplificar e condensar o mundo como percebido, pinçando e classificando objetos, situações, eventos, experiências e encadeamento de ações, em um ambiente passado ou presente (SNOW, BENFORD, 2006). Como já sinalizado, servem para identificação e resolução do problema, ou seja, fazer diagnóstico e prognóstico. Na concepção de Goffman, indivíduos e grupos podem construir quadros interpretativos. Na aplicação aos movimentos sociais, nos centramos naqueles elaborados coletivamente, os quadros de ação coletiva.

O quadro de ação coletiva permite aos militantes articular de forma significativa um condensado de sentimentos e pensamentos sobre eventos e experiências. A seleção de informação e classificação realizada pelas pessoas pode ser diversa e até incongruente, porém, a partir da elaboração de um quadro interpretativo, essas são interconectadas de maneira significativa e expressiva. A importância de um quadro de interpretação de ação coletiva não está exatamente em seus elementos ideacionais, mas na maneira como os militantes/ativistas os articulam coletivamente (SNOW, BENFORD, 2006). Uma das noções básicas para lidar com esse instrumental (SNOW ET AL. 2006) é a de alinhamento de quadros, condição para participação, quando os quadros individuais se conectam a um quadro de ação coletiva, promovendo a participação nos movimentos ou mesmo quando dois ou mais quadros de ação coletiva se interconectam.

Este alinhamento ou interconecção pode ocorrer entre quadros ideologicamente afinados, mas que estruturalmente não têm ligação entre si para abordar uma questão ou problema específico. Pode agregar em um nível organizacional ou em um nível individual. A ligação envolveria uma organização de Movimento Social se congregando em torno de núcleos de sentimentos comuns ou de conteúdos com forte apelo à opinião pública. Os núcleos de

sentimentos comuns referem-se a capacidade agregadora de indivíduos que compartilham sentimentos a respeito de injustiças, mas que não possuem a base organizacional para expressar seu descontentamento e veicular sua reivindicação e/ou seus interesses. Sua efetivação é feita por extensão e difusão de informação entre redes interpessoais ou intergrupos ou por algum veículo de comunicação.

A capacidade de amplificação de um quadro depende da clarificação e do vigor do apelo do quadro interpretativo, tendo como base uma determinada questão. Nem sempre o significado de alguns eventos é conectado à vida cotidiana de cada um de maneira clara e inequívoca. O apoio a movimentos muitas vezes depende do esclarecimento e revigoramento de um quadro interpretativo. Para esta amplificação distingue-se dois elementos impulsionadores, valores e crenças, que pressupõem uma delimitação sobre as suas especificidades. Resulta disso que a relação entre crenças/valores e eventos da vida cotidiana não é sempre clara, podendo ser, por vezes, contraditória e antitética. Os processos de amplificação ou transformação de crenças são utilizados para construir ou transformar essas relações.

Snow et al. (2006) indicam alguns possíveis processos de transformação de quadros interpretativos amplos, nos quais o escopo da mudança ocorre na medida em que uma nova estrutura, um marco de referência comum [*framework*] primário ganha ascendência sobre outros e vem a funcionar como uma espécie de quadro interpretativo dominante. Esse processo envolve um tipo de conversão completa representada por uma mudança profunda do sentido último e fundamentada no estar e compartilhar o mundo, que implica na construção de uma nova base de sustentação existencial e intelectual, um deslocamento de um universo de discurso por outro, de suas regras e gramáticas para criar uma outra. A transformação de uma área de domínio específico, que era o fator para o agrupamento à interpretação, agora é rearranjada e tem novos significados, de acordo com um outro e novo quadro interpretativo dominante (SNOW ET AL., 2006).

O processo de elaboração de um quadro interpretativo dominante pode ser entendido por meio das relações entre ciclos de protesto e os quadros interpretativos identificados neste (SNOW, BENFORD, 2006). Os autores argumentam sobre a importância dos ciclos de protesto para a emergência, sustentação e declínio dos master quadros interpretativos dominantes. Assim como consideram crucial a influência obtida pelos processos de formulação dos quadros interpretativos e das redes de significados para emergência dos ciclos (SNOW, BENFORD, 2006).

Busco estabelecer essas correlações entre a emergência de repertórios autonomistas e um enquadramento autonomista que se conformou, para além dos protestos e suas performances de confronto, para discutir sobre certas inflexões observadas. Uma do ponto de vista histórico estrutural ou relacional e interacionista, outra quanto a certa ruptura entre visões e tipos de organização de movimentos sociais, e entre militantes de uma geração mais velha da esquerda social e ativistas de uma nova geração. A isso corresponde também certa inflexão, de um ciclo histórico vivido no processo de democratização pós ditadura ou a partir da nova república, que se encerra com a eclosão de junho de 2013.

Esta inflexão será em parte demarcada por uma polarização de esquerda e direita, e que no que interessa aqui, têm no interior da esquerda uma quebra interna de perspectivas de ação, que demarca uma delimitação entre o repertório e enquadramento autonomista ampliado e o repertório socialista. Isso se expressará nas mobilizações contra o impeachment da Dilma quando se conformaram como duas frentes de articulação “contra o golpe”, a Frente Povo Sem Medo e a Frente Brasil Popular, em uma temporalidade que extrapola o período da pesquisa mas que esclarece esta quebra de unidade e divergência de perspectiva. A Frente Povo Sem Medo compõe o campo político do enquadramento autonomista ampliado, incluindo a área de sombreamento socialista, sem os anarquistas, que em alguns momentos também se articularam, participaram e promoveram ações contra o golpe; e a Frente Brasil Popular, o repertório socialista. Aqui também as gradações se descolam em parte das organizações para os militantes e ativistas.

A partir dessas preocupações exponho, a seguir, reflexão sobre as matrizes sócio-políticas (SVAMPA, 2011) que se conformaram em torno da ação militante e de organizações de movimentos sociais nesse processo político e na dinâmica de confronto descrita ao longo do trabalho. Retomo os elementos que, na minha análise, delinearam um certo enquadramento autonomista nesse ciclo de protestos no Brasil, destacando traços desse autonomismo que contaminou outros repertórios, como pode-se observar na descrição da assembleia popular horizontal de Belo Horizonte ou no Ocupe Estelita em Recife.

Procuró situar esse enquadramento numa linha histórica, sobre a qual discorri, delimitando períodos distintos, fases no ciclo de protesto, e o processo histórico recente de ação coletiva dos movimentos de viés autonomista, que vim chamando de autonomismo ampliado, para uso do enquadramento, tendo em vista determinadas tradições políticas culturais da militância da esquerda alternativa e social, que chamo de subterrânea ao longo do trabalho. Esta tradição submersa compôs algumas organizações de movimentos sociais e ONGs no

interior do campo político democrático popular, o movimento antiglobalização e Fórum Social Mundial e as dissidências sociais do PT que se expressam na tentativa de articulação de assembleia popular realizada por pastorais sociais e Consulta Popular (ANDRADE, 2012), chegando aos Ocupas/es e Assembleias Populares Horizontais que se inseriram na dinâmica dos protestos de 2013.

Por fim discuto continuidades e descontinuidades, nas tradições militantes e no novo ativismo no campo das organizações de movimentos sociais históricas e novas. Procuro situar a heterogeneidade presente no campo da esquerda e mais especificamente no campo da esquerda que classifiquei como autonomista para investigação nessa pesquisa, discutindo as interfaces existentes entre as opções políticas de militantes/ativistas do enquadramento autonomista e as formas que encontraram no repertório autonomista para lidar com a crise institucional ou posições políticas assumidas, na fase de 2013 do ciclo.

Do ponto de vista analítico, no exercício de construção das interrelações entre as categorias utilizadas para captar a emergência da ação e organização autonomista nesse ciclo, devo esclarecer que tento compor uma estratégia de acercamento do autonomismo, recorrendo a categorias que me permitam abordá-lo no âmbito micro, meso e macro social. Para isso busco encadear observações e análises que lançam mão das noções de repertório, de enquadramento e de matriz sócio-política. A noção de repertório consegue chegar mais próximo da dinâmica de interação dentro dos protestos em andamento, registrando demandas e performances em interação nos conflitos abertos no interior destes. A noção de enquadramento permite olhar para os protestos enxergando as causas aglutinadoras, os atores que agregam, sentimentos, marcos de referência cognitivos comuns, atitudes e conteúdos que conjugam motivação e ação, conformando afinidades que alinham os quadros interpretativos individuais em um quadro interpretativo de ação coletiva, que foi dominante na primeira fase do ciclo, no ano de 2013, polarizado pelo MPL. A noção de matrizes sócio-políticas possibilita situar em uma temporalidade mais larga características que conformam a ação militante coletiva, em torno de referências político ideológicas reconfiguradas, mas que são tributárias de tradições políticas culturais, que nos ciclos de protestos se veem refundadas por agrupamentos militantes que revelam variações nas escolhas de repertórios e na construção de marcos interpretativos. O imbricamento destas noções me possibilita explorar, no processo histórico estudado, heranças políticos culturais que ajudem a interpretar a emergência imprevisível de dominâncias e diluições de novos padrões de militância, ação política e organizativa dos movimentos sociais e da esquerda que são revelados em cada nível de análise para interpretar o processo em sua

complexidade. Já tendo discutido as noções de repertório e enquadramento, a seguir apresento a noção de matriz sócio-política.

Svampa (2011) considera que desde os fins dos anos oitenta, *o território* foi se erigindo como um lugar privilegiado de disputa, a partir da implementação das novas políticas sociais, de caráter focalizado, desenhadas a partir do poder com vistas ao controle e à contenção da pobreza. Esta dimensão material e simbólica, muitas vezes é compreendida como auto-organização comunitária. Atualmente, o território ganha um sentido mais amplo, isto é, concebido duplamente como habitat e comunidade de vida, aparece no centro das reivindicações das mobilizações e movimentos camponeses, indígenas e socioambientais. As ações de tais movimentos, orientadas tanto contra o Estado como contra setores privados, incorpora outros temas, tais como o questionamento a um modelo de desenvolvimento monocultural e destrutivo, e a exigência de desmercantilização dos chamados “bens comuns”.

Os movimentos sociais vieram desenvolvendo uma dinâmica de luta que se instala entre o destituente e o instituinte, que obriga a refletir sobre a maneira como se articulam e como são repensados conceitos tais como o de autonomia, antagonismo e subalternidade. O fato de que os movimentos sociais são heterogêneos em suas demandas e, ao mesmo tempo, possuem uma potencialidade antagônica, gera questionamentos sobre a possibilidade de articulação das lutas e sobre os vínculos que se estreitam entre as diversas tradições político-ideológicas presentes no campo militante contestatório. Na análise de Svampa (2011|), o campo contestatório se desdobra em quatro matrizes político-ideológicas diferentes: a indígena comunitária, a nacional popular, a esquerda clássica ou tradicional e a narrativa autonomista. Por matrizes político-ideológicas a autora entende aquelas linhas diretrizes que organizam o modo de pensar a política e o poder, assim como a concepção da mudança social. Cada matriz político-ideológica possui uma configuração determinada, um dinamismo e uma historicidade particular. As matrizes político-ideológicas dão lugar a diversos entrecruzamentos e conjunções, a processos de conflito e colisão que podem levar a acentuar as diferenças em termos de concepções, modos de pensar e fazer a política.

A matriz indígena se insere no marco da memória dos povos indígenas e coloca no centro a ideia de resistência, direitos coletivos e poder comunal. A matriz nacional-popular se insere na memória que a liga as experiências populistas dos anos trinta e quarenta e cinquenta, e tende a se sustentar sobre o triplo eixo de afirmação da nação, Estado redistributivo e conciliador, liderança carismática e massas organizadas – o povo. A matriz própria da esquerda tradicional partidária se instala no marco da memória marxista latina americana e se nutre das

diferentes variantes do marxismo partidário, entre as quais se destaca a superioridade da forma partido, e uma determinada concepção do poder e de mudança social, ligada à ideia de antagonismo de classes e a construção do socialismo.

A matriz autonomista insere-se no marco da memória dos movimentos da antiglobalização, os elementos centrais que a configuram são a afirmação da autonomia, a horizontalidade e a democracia por consenso. Neste caso particular, fala-se de uma narrativa autonomista porque esta se constitui como um relato identitário, de produção do sujeito, no qual conta a experiência pessoal dos atores, antes de uma inscrição na comunidade, no povo ou na classe social. Historicamente, é uma narrativa que se contrapõe as experiências malsucedidas das esquerdas tradicionais, por isso é forte a sua definição por oposição frente a outras tradições de esquerda, principalmente da esquerda partidária. Ela exalta os processos de desinstitucionalização das sociedades contemporâneas. Esta narrativa foi configurando um ethos comum que afirma como imperativo a desburocratização e democratização das organizações e se alimenta de uma grande desconfiança a respeito das estruturas partidárias e sindicais, assim como de instâncias articulatórias superiores. A autonomia aparece não só como um eixo organizativo, mas também como uma formulação estratégica, que remete à autodeterminação ou experiência prefigurativa do projeto ideal de sociedade no cotidiano. Sua dinâmica tende a se deslocar na tensão inscrita entre afirmação de um ethos coletivo libertário - a autonomia como horizonte utópico - e o recuo diferencialista-identitário - a autonomia como valor de refúgio (SVAMPA, 2011).

A construção das matrizes sócio-políticas elaboradas pela Svampa, em sua caracterização e descrição das correntes contestatárias dos movimentos sociais na América Latina, contribui para compor a discussão que venho fazendo sobre os repertórios, sobre o enquadramento autonomista e a tensão entre gerações de militantes/ativistas dos movimentos sociais e a esquerda, quanto às nuances políticas e culturais e tensionamentos que perpassam o interior do campo de militantes/ativistas, em suas diferenças e possíveis superposições. A interpretação de Svampa, ao debruçar-se também sobre o autonomismo com sua dupla ênfase territorial no campo e na cidade, consegue captar características daquilo que observei como traços da ação dos ativistas e coletivos autonomistas nos protestos nas ruas, na realização das assembleias populares horizontais, nos ocupas/es, assim como no conteúdo do debate travado entre correntes distintas de ativistas e suas relações com a esquerda tradicional e nacional desenvolvimentista no governo.

Indicados algumas dimensões teóricas que dão base a essa análise final, passo a recuperar elementos da trajetória da esquerda e de movimentos sociais para voltar ao enquadramento autonomista presente em 2013. Faço isso para criar as condições de voltar à problematização referente à existência de correntes subterrâneas autonomistas que liguem a esquerda e organizações ou movimentos que constituíram o campo democrático popular ao movimento da antiglobalização/FSM e a eclosão autonomista em 2013. Discuto suas interrelações com o processo global e a crise de representação dos partidos de esquerda, movimento sindical e toda uma geração de organizações de movimentos sociais, que, como visto, incidiu no debate da democratização e da participação popular, em um novo ciclo de ações sociais na história dos movimentos sociais e da esquerda, e da relação destes com a institucionalidade democrática em crise, com o lulismo num primeiro momento e com o fim de um ciclo do lulismo, pelo menos, tendo ocorrido o impeachment de Dilma, sobre coordenação de forças políticas numa composição de centro a extrema direita.

Para abranger esse período histórico, componho a seguinte linha do tempo da trajetória de uma esquerda que se agregou no que denominei em capítulo anterior de campo democrático e popular, observando a sua dissolução, sobre a qual já comentei, em 2013. Identifico, numa retrospectiva histórica, o processo de reorganização da esquerda com o fim da resistência armada, quando da intensificação da luta pela redemocratização na década de 1970, no despontar de uma esquerda alternativa como qualifica Araújo (2000), que articulada a uma esquerda social, entendo que compõe o que chamei de campo democrático popular. A candidatura de Lula pelo PT, em 1989, com forte envolvimento desse campo e a sua derrota, que coincide com a queda do muro de Berlim e a crise do socialismo real, como também com a derrota de uma experiência revolucionária heterodoxa na América Latina na Nicarágua com o Sandinismo, como visto no debate sobre os ciclos de protestos internacionais, teve um grande impacto nas esquerdas e nos movimentos sociais no Brasil, sendo um ponto de inflexão em relação ao período de luta pela redemocratização e constituindo a primeira fase da democratização após os governos da ditadura civil-militar (REIS, 2014). Após o ano de 1989, o campo democrático popular tem a sua ação política unificada abalada pela tomada de diferentes posições em relação às prioridades de ação. Para simplificar, há uma cisão entre a esquerda partidária, que passou a aglutinar de forma orgânica parte da esquerda sindical cutista (PERRUSO, 2013), e a esquerda social e militância autônoma.

A partir de 1994-95 o trajeto mais unitário da esquerda institucional e social vinda do campo político democrático popular dos movimentos sociais se bifurca mais ainda, dado o

caminho eleitoral adotado pelas correntes majoritárias do PT, que tinha sido um partido movimento (CARLEIAL, 2009) até 1989. O PT opta por uma estratégia de viabilidade eleitoral em aliança com a CUT (PERRUSO, 2013), que termina por estreitar até obstruir os canais de participação nas definições de decisões estratégicas, partilhadas ou envolvendo os movimentos sociais, ONGs históricas que foram apoiadoras/assessoras dos movimentos e militantes autônomos originários do campo democrático popular.

A esquerda social e os movimentos sociais se veem envolvidos em uma fase de descenso da capacidade mobilizadora dos movimentos sociais, agravada pela crise econômica e de reforma do Estado que atingiu fortemente a estrutura organizativa do movimento sindical, que era um forte aliado da esquerda social e dos movimentos sociais. Para além dos fatores destacados, o sindicalismo foi fortemente reprimido pelo Governo FHC em conjunto com o processo de privatização das empresas estatais. Tal conjuntura leva as organizações de movimentos sociais e ONGs a atuarem buscando se articular para incidirem nas políticas públicas geridas pelo Estado em espaços de participação institucional. Uma exceção foram as ações de ocupação de terras realizadas pelo MST, em oposição ao governo FHC e sendo por esse criminalizado.

Nesse mesmo período vê-se também o surgimento de uma dissidência no interior do campo democrático popular, em sua vertente partidária-sindical e da esquerda social. Ela é representada pela criação da Consulta Popular, que têm como marco o lançamento de documento intitulado Opção Brasileira, fruto de debate entre lideranças partidárias, sindicais e intelectuais, que reuniu dissidentes do PT e da CUT, especialmente da corrente majoritária que hegemonizou a direção dessas organizações, pessoas representantes das pastorais sociais e teologia da libertação e economistas críticos às opções das plataformas eleitorais do PT naquele momento, vinculados a tradição nacional popular desenvolvimentista. Originada nesse debate que produziu o documento citado, a Consulta Popular transforma-se em uma organização política articuladora de movimentos sociais, pastorais sociais, MST e correntes internas do PT, uma organização extraparlamentar, que, de certa forma, busca rearticular a esquerda social e a ação de formação e organização de base típica da esquerda social do período anterior.

Dez anos depois, em 2005, no bojo da chamada crise do mensalão do governo Lula, esse mesmo coletivo Consulta Popular propõe a instalação de Assembleias Populares para debater um projeto popular para o Brasil. Faz isso partindo de iniciativas de mobilização de debate e atividades de formação promovidas pelas pastorais sociais, a partir da realização de encontros chamados Semanas Sociais, articuladas nas regiões e estados pelas pastorais sociais

e CNBB, na continuidade de campanhas de mobilização realizadas desde 1994, a exemplo do grito dos excluídos, de plebiscitos contra o pagamento da dívida externa, a implantação da ALCA, a privatização da Vale do Rio Doce, pela delimitação do tamanho da propriedade rural. A esta iniciativa se soma, no início dos anos 2000, a realização dos FSM no Brasil, em Porto Alegre, e suas passeatas de abertura e protestos durante os dias de sua realização, que lembram muito o que se assistiu nos protestos em 2013.

Em 2013, para além do caráter radical dos ativistas que ocuparam as ruas num primeiro momento, e a sua expressividade performática, assistimos a realização de assembleias populares horizontais e acampamentos que ficaram conhecidos como Ocupas(es), que evocam as experiências dos conselhos populares da década de 1980, a assembleia popular fundada em 2005, as ocupações dos sem-terra, o ensaio do uso das redes sociais promovido nos dias do FSM em Porto Alegre com o seu sistema de mobilização, comunicação e divulgação, estrutura que ficou conhecido como a Ciranda Internacional da Informação Independente.

Antes de seguir detalhando mais essa descrição que iniciei sobre esse período histórico, indico categorias e fontes nas quais me baseei para fazer essas inferências históricas ou cartografia da esquerda social e do autonomismo. Autonomismo entendido aqui em um sentido mais amplo do que o utilizado para delimitar o repertório autonomista nos protestos em 2013.

Entendo esquerda como

expressão de um campo de forças sociais e políticas e de correntes ideológicas heterogêneas que agrupa socialistas, comunistas (e suas dissidências), libertários, crescentemente setores cristãos, e que se inscrevem em uma perspectiva crítica ao capitalismo, ainda que a natureza, os pressupostos e, sobretudo, as consequências práticas dessa crítica difiram em cada caso, oscilando entre a reforma e a revolução, para ficar na dicotomia já clássica. A estas correntes poder-se-ia acrescentar uma esquerda social emergente com os novos movimentos sociais surgidos a partir da década de setenta, localizada, sobretudo, no sindicalismo, mas, igualmente em outras esferas da sociedade, e que dificilmente poderia ser reduzida a qualquer um dos paradigmas anteriormente mencionados, ainda que não sejam imunes à sua influência (GARCIA, 1986, p. 194-195).

Garcia (1994) faz uma retrospectiva histórica das esquerdas no Brasil considerando de esquerda os partidos e movimentos que se autodesignam socialistas, detectando do início do século para cá, três gerações. A primeira geração tendo sua origem na formação do Partido Comunista do Brasil, em 1922. Ela tem uma proposta gradualista de transformação da sociedade brasileira, de caráter reformista e nacionalista, tendo o Estado um papel destacado, e desenvolve um pensamento nacional-desenvolvimentista. Enfatiza a etapa democrática da revolução brasileira, para enfrentamento dos desafios da chamada dominação imperialista e feudal, sendo esta dominação apontada como a contradição fundamental de nossa sociedade. A

democracia vai aparecer aí, pensada fundamentalmente como um meio. “A ausência de uma reflexão substantiva sobre a democracia, desfigurada pelo adjetivo 'burguês' [...] deixou essa geração de esquerda desarmada para o enfrentamento da questão vital da história republicana brasileira” (GARCIA, 1994, p. 123).

A segunda geração se constituiu basicamente em torno da chamada esquerda revolucionária, denominação que buscava contrastar estes novos segmentos com o caráter reformista do PCB, recolocando a disjuntiva clássica 'reforma ou revolução'. A visão de Brasil que essa geração possuía era catastrofista. O capitalismo brasileiro aparecia como inviável, e dessa inviabilidade se deduziam as possibilidades da revolução. Essa constatação criava as condições objetivas para revolução socialista, que por não ter as devidas condições subjetivas (classes e/ou partidos) para fazer a revolução, tinha-se que criar nova organização, de preferência com características político militares, que lhe permitisse o enfrentamento exitoso com o inimigo. “Se por condições subjetivas entendia-se 'sujeitos sociais', a resposta era um voluntarismo político, que conferia à vanguarda todo o poder e eficácia, suprimindo a letargia das classes historicamente chamadas a fazer a revolução” (GARCIA, 1994, p. 123).

A terceira geração Garcia chamará de esquerda social. Ela tem sua formação em finais dos anos 1970 e começos dos anos 1980. “Surge basicamente dos movimentos sociais que proliferam no período e que refletem complexos e desiguais processos de enfrentamento com o Estado e o sistema de dominação nos anos 70” (p.124). Ela integrou o movimento operário e sindical combativo e as oposições sindicais, os nascentes movimentos do campo, os movimentos sociais urbanos nas grandes cidades, os movimentos por direitos civis – mulheres, negros, homossexuais, indígenas, portadores de deficiência – ou pela preservação ambiental.

Esses chamados 'novos movimentos sociais' corresponde a (re)descoberta e/ou (re)valorização de temas ausentes ou minimizados pelo pensamento das esquerdas tradicionais ou, o que é mais importante, a uma nova reflexão substantiva sobre a democracia, entendida como espaço de criação de novos direitos (GARCIA, 1994, p. 124).

Garcia (1994) diz que a esquerda social é caracterizada por ser heterogênea e heterodoxa em sua composição e formulações. Essa é uma esquerda que: i) aprende com as experiências internacionais, mais irá construir o seu próprio caminho para o socialismo, não se vinculando a nenhum modelo em particular; ii) é permeada por uma heterogeneidade ideológica - que é o que permitirá a convivência de marxistas e cristãos, sem que se gere mal estares ou censuras mútuas; iii) é uma geração de esquerda que dará ênfase à democracia política, esta não aparecerá apenas como no passado, tendo-a como um meio, mas como um objetivo a ser construído.

Da mesma forma, Sader (1988), entende que a partir de 1978 abre-se um novo ciclo de ação de movimentos sociais, que é marcado por uma política constituída a partir das questões da vida cotidiana, uma nova concepção da política baseada não na representação, mas na intervenção direta dos interessados, que colocam a reivindicação democrática referida às esferas da vida social, na qual a população está diretamente implicada – nas fábricas, nos sindicatos, nos serviços públicos e nas administrações nos bairros. O período da resistência à ditadura militar, sobretudo a partir de 1977, colocou a questão cultural no centro das lutas. Nascimento (2004) refere-se à noção de esquerda social, para delinear o significado que determinadas práticas tiveram para constituição de uma nova práxis e para construção de uma nova cultura política. Ele nos lembra que na resistência à ditadura militar, sobretudo, a partir de 1977, a questão cultural esteve no centro das lutas. Através do teatro, do cinema, das artes plásticas, da música; e, no que diz respeito à educação, nos Centros de Educação Popular, a cultura foi uma das molas mestras na construção de uma contra hegemonia, tal qual tinha ocorrido nos anos 1960.

Discutindo a terceira geração da esquerda no Brasil, Garcia observa que estas esquerdas incorporam como elementos estruturantes o que se pode chamar de pós-comunistas e pós-social-democratas. No entanto, o grande problema é que “essa novidade, que é uma novidade social, uma novidade política, não necessariamente se expressou em termos retóricos, não necessariamente foi capaz de produzir efetivamente uma referência teórica” (GARCIA, 2005, p. 65).

Perrusi (2013) recuperando formulação de Ridenti sobre sua historicização da esquerda brasileira, traz elementos complementares aos que Garcia apresenta, apresentado nuances que interessam para compreensão dessa dinâmica político e histórica que imbrica esquerda e movimentos sociais. Estes elementos permitem uma leitura de mais longo alcance e com ênfases que compõem o quadro de referência para fazermos algumas incursões especulativas sobre tradições políticas culturais presentes na história da esquerda e dos movimentos sociais.

A proposição de ciclos históricos é construída segundo a predominância de diferentes concepções e ênfases nas políticas da esquerda nacional, que podem ser estendidas ao campo popular, aos movimentos sociais, como sugere Perrusi. Ele descreve a proposição de ciclos sugerida por Ridenti, interagindo com complementações a partir do seu trabalho sobre os movimentos populares na década de 1970-1980, já citado nessa pesquisa (PERRUSO, 2013). Têm-se, então, até 1930 o ciclo anarquista; de 1930 a 1970 o ciclo das vanguardas; de 1970 a 2000 o ciclo das bases; e de 2000 em diante o ciclo da institucionalização defensiva. O ciclo

das vanguardas – corresponde, em parte, ao que Garcia chama de esquerda revolucionária, tais como comunistas, nacionalistas e trabalhistas, todas se alçando à condição de condutores dos trabalhadores, chegando até a vanguarda com experiências de luta armada⁷⁰.

Com a derrota da luta armada, inaugura-se o ciclo das bases, que têm sua marca na proposição e prática de organização de baixo para cima, seja nos sindicatos ou demais organizações populares nas quais a esquerda tradicionalmente atua. Neste ciclo se faz a crítica do vanguardismo, retomando expressões libertárias e autonomistas comuns ao ciclo de predominância anarquista. O ciclo das bases foi marcado pela ascensão do “novo sindicalismo” e de vários “novos” movimentos sociais (como por exemplo, os movimentos sociais urbanos), pelo surgimento do PT (1980), da CUT (1983) e do MST (1984). Muitos quadros políticos componentes do *status quo* político brasileiro atual se formaram politicamente nesta leva renovadora do campo popular, a qual foi nomeada por Perrusi e Ridenti como geração petista-cutista.

Em estudo sobre as interpretações intelectuais em torno do “novo” no campo sindical e popular nos anos 1970 e 1980, que corresponderia ao ciclo das bases de Ridenti, elenco algumas características percebidas pelos intelectuais estudiosos dos movimentos sindicais e sociais de então, a respeito destes movimentos impulsionados e formatados pela geração petista-cutista, tais como: preocupação com a autonomia e a democracia de base; privilegiamento da mobilização de massa; utilização da ação direta; postura crítica diante das estruturas burocráticas e dos “velhos” movimentos sindicais e sociais, os quais seriam populistas; aposta na organização da sociedade civil desde baixo, em consonância com uma desconfiança diante do Estado. Tais características, destacadas, dentre outras, coadunam perfeitamente com a “organização de baixo para cima”, registrada por Ridenti, como definidora do ciclo das bases. Ainda para Ridenti, o fim do ciclo das bases vai se delineando com a crescente canalização institucional das lutas dos trabalhadores e de seu novo partido, o PT, o governo federal do PT, de certa forma encerrou o ciclo das bases que dera vida e razão de ser ao partido (Perrusi, 2013).

⁷⁰ Ridenti (2007) caracteriza as esquerdas revolucionárias atuantes na resistência à ditadura, distinguindo três aspectos em suas proposições políticas, que dividiam os vários grupos. “O caráter da revolução brasileira (nacional-democrática ou socialista), as formas de luta revolucionária (maior ou menor peso das massas urbanas ou rurais e na luta armada, desenvolvida em moldes que se aproximavam mais do modelo soviético, chinês ou cubano), e o tipo de organização necessária ao processo revolucionário (no modelo partidário marxista-leninista clássico ou com flexibilidade organizacional inspirada no exemplo da guerrilha urbana). Entretanto, as esquerdas revolucionárias guerrilheiras apresentavam aspectos em comum. Todas davam prioridade à ação armada e eram contra o suposto imobilismo de partidos como o PCB. Independentemente das formas de estruturação (em partido ou comando guerrilheiro), as organizações viam-se como a vanguarda da revolução, fosse ela nacional ou socialista, e combatiam o capitalismo e o imperialismo norte-americano [...] As organizações armadas atribuíram o fracasso das esquerdas em 1964 aos erros da 'vanguarda', principalmente do PCB, mas também de grupos menores como AP, POLOP e Pcdob, sem contar a inação das lideranças nacionalistas (Ridente, 2007, p. 29).

Partindo dessas referências e da bibliografia de movimentos sociais já explorada no capítulo anterior, e me beneficiando do conteúdo da minha dissertação sobre a Assembleia Popular, discorro sobre a esquerda social e movimentos sociais, no período referido, acrescentando elementos a primeira descrição que fiz anteriormente para situar o meu campo de interesse para essa análise, na conclusão desse estudo. Quando discorro sobre o itinerário da esquerda social, utilizo a expressão esquerda alternativa construída por Araújo (2000), que contribuiu também, com seu trabalho, para a revisão que faço sobre esse intrincado processo ou jogo de posições e estratégias de intervenção política. A autora enquadra a esquerda alternativa em um entendimento que é intermediário entre esquerda revolucionária ou ciclo vanguardista e ciclo de base ou esquerda social.

Nos anos 1960 e 70 surgiram no mundo inteiro grupos, movimentos, partidos e organizações que tentaram “reinventar a política”. Faziam uma crítica “pela esquerda” aos partidos comunistas e socialistas tradicionais bem como à burocratização da política, buscando caminhos alternativos para a transformação social. Toda a série de partidos e organizações dissidentes e independentes do PCB que surgiu no Brasil, a partir da criação do PCdoB, da APML e da Polop; movimentos de minorias políticas como o feminista, o negro e o *gay*. Em todo o mundo, eles receberam diferentes nomes: esquerda radical, esquerda alternativa, esquerda independente, nova esquerda. A cena política de esquerda se renovava e ganhava novos contornos. Assim, conformava-se internacionalmente uma “cena política de esquerda alternativa”. Essa cena não era de todo homogênea — organizações dissidentes diferiam de movimentos feministas (diferenças que às vezes se manifestavam de forma acirrada), mas estabeleciam diálogo, pontos de contato e atividades em conjunto. Havia em comum a crítica ao comunismo “oficial” (e aos partidos comunistas tradicionais) e a incorporação de muitas das novas ideias e práticas sugeridas pelos movimentos de 1968. Ao longo dos anos 1970 desenvolveu-se, portanto, na esteira da experiência política da década anterior, uma militância marcada pela noção de dissidência, de heterodoxia e pelo signo do alternativo. Os atores dessa experiência de esquerda alternativa eram os diversos militantes espalhados em várias organizações⁷¹ dissidentes e em movimentos de mulheres, de negros, de homossexuais — todo um campo de atuação política muitas vezes depreciado pelos representantes da política mais tradicional, mesmo a de esquerda (ARAÚJO, 2000, p. 9).

Durante a década de 1970, essas organizações configuraram, junto com os movimentos específicos e de minorias, um campo de esquerda alternativa no Brasil, participando da resistência à ditadura militar e desenvolvendo uma ideia de política marcada pelo sentido de

⁷¹ As organizações políticas que compunham a nova esquerda eram: Ação Popular Marxista Leninista (APML) que tinha sua origem ligada a grupos de esquerda católica; Política Operária (POLOP), mais tarde designada apenas como PO, surgiu como um grupo de intelectuais independentes com alguma influência trotskista. Ambas nascidas na década de 1960. Já o Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP) representava uma dissensão da Polop ocorrida no início dos anos 1970. A Liberdade e Luta (Libelu) era uma organização trotskista (ARAÚJO, 2000).

dissidência e de heterodoxia. Apesar de criticar os partidos de esquerda mais tradicionais (como o PCB e o PCdoB), tais organizações e movimentos buscavam se articular com movimentos sociais mais reconhecidos — como os movimentos de base eclesiais, o movimento estudantil, o movimento sindical e os movimentos de bairro. Na década de 1970 essa esquerda alternativa, não se pautava pelo rompimento político e teórico com o marxismo. Seu esforço de formulação teórica e política se pautava pela tentativa de incorporar à cultura marxista as novas questões que estavam sendo levantadas, alargar o campo das teses marxistas para abrir espaço às novas concepções políticas relativas às identidades específicas, à diferença, à alteridade, à valorização da subjetividade e do cotidiano. Os movimentos de novo tipo não enfatizaram, num primeiro instante, o rompimento com a tradição marxista nem com a esquerda mais tradicional. Existia sim uma tensão, mas essa se traduzia por um processo contínuo de aproximação/afastamento e diálogo nas décadas de 1970-80. Os atores dessa esquerda alternativa, para ela, eram as associações, grupos, movimentos e organizações que buscaram construir, nesse período, um novo sentido para a política e para a sua prática. Uma esquerda alternativa que procurou formular novos conceitos e novas práticas de política, na luta contra o regime militar, frente à crise política do socialismo e a crise teórica do marxismo.

Este processo de rearticulação da esquerda alternativa recompunha as organizações políticas nascidas algumas antes do golpe militar como dissidências do partido comunista, outras reagrupando correntes políticas que surgiram do diálogo entre militantes no exílio e aqueles que atuavam no país, que sofriam forte influência da nova esquerda internacional. Contemporaneamente à rearticulação dessa esquerda alternativa, e com participação de militantes dela, verifica-se uma multiplicação de trabalhos educativos e sociais de base, em ambientes de sociabilização religiosa e cultural, em que se destacam as CEBs e os grupos de teatro popular, e um pouco mais tarde, nos anos 1980, centros de educação popular e de direitos humanos juntam-se aqueles. Esta ação e militância é o lastro de uma esquerda social que convive com as organizações da esquerda alternativa e também institucional, representada por parlamentares e grupos de pressão que atuavam pela redemocratização buscando influenciar setores da oposição reunida no MDB, em aliança com militantes comunistas.

No processo de construção de articulações nacionais de movimentos, se constituem PT, CUT e MST, que aparecem como emblemáticos na literatura sobre a esquerda e os movimentos sociais, e que se tornaram os ícones desse esforço de reconstrução de uma organização política popular e de esquerda democrática — crítica a tradição autoritária stalinista e vanguardista do leninismo e trotskismo —, e que forja-se a partir de militância orgânica à estrutura partidária e

sindical renovada, representada pelo PT e a CUT. Outro tipo de militância, autonomista e/ou independente dos partidos e sindicatos, ligadas a organizações de movimentos, ONGs e pastorais populares, assessoravam e faziam trabalho de formação e organização de base, e se articulavam nacionalmente, interagiam e tinham afinidades políticas ideológicas ou pedagógicas com o processo de fortalecimento das novas instituições sindicais e partidárias. O que se devia ao fato de que essas novas instituições provinham de oposições sindicais ou se consolidavam via renovação de direções pelegas por dirigentes sindicais combativos. O PT, com os seus núcleos de base dos bairros e sítios, que trabalhavam para construção de um partido popular e democrático (para muitos socialistas e comunistas), foi, em grande medida, resultado do investimento desse segmento autônomo e independente. A esta militância, somavam-se os que vinham de processos de organização de conselhos populares em bairros e no campo, ou de experiências de conselhos operários nas fábricas, e que propunham que os governos municipais, ganhos pelo PT, implementassem experiências de formação de conselhos populares para uma gestão democrática e socialista.

Nesse período das décadas de 1970 e 1980, é a reunião dessa esquerda alternativa, daquela que se institucionalizava nos partidos e sindicatos e a esquerda social que compôs o que chamo de campo democrático e popular. Como falei antes, é esse campo que vai, de alguma forma, politizar nas ruas a campanha pelas Diretas Já, organizar o processo de Constituinte com participação popular e impulsionar o lançamento de uma candidatura operária para presidência de república, pelo PT, quase tendo conseguido ganhar as eleições em 1989.

Essa derrota foi um ponto de inflexão para reconfiguração desse campo, como já referido, o que significa reconfiguração e rearranjos na articulação e aliança entre esquerda social e partidária. Existe uma gradação em relação as diferenças que demarcam as opções, prioridades da esquerda partidária/institucional e a esquerda social, após 1989, não é simplesmente uma polarização entre as duas, uma optando pela ação política eleitoral, a outra por uma ação sociocultural e político pedagógica.

No interior da esquerda partidária ou institucional acentuam-se divergências entre correntes políticas e ênfases quanto à estratégia eleitoral parlamentar e o trabalho de formação e organização de base, sejam no PT ou na CUT. Essas diferenças passavam por vínculos com as tradições de esquerda vindas de períodos anteriores, tanto no campo interno das concepções da tradição marxista (heranças das dissidências do PCB, de militantes vindos da POLOP, da AP, da esquerda democrática do PSB anterior a 1964), quanto na presença mais difusa e não reconhecida, mas marcante, do trabalhismo. O trabalhismo se fez presente através das

lideranças vindas do sindicalismo autêntico ou combativo (uma marca do novo sindicalismo, que era visto de fora como “classista, socialista e de base”), revelou-se resistente ao discurso socialista, à autonomia sindical e à pluralidade, e afeito a negociação e conciliação de classe em favor de uma relação capital-trabalho que garanta salário e boas condições de trabalho, associada à ideia de crescimento econômico capitalista ou desenvolvimento.

Tudo isso gera significativas mudanças nas formas de atuação, organização e interação de confronto e interação institucional dos movimentos sociais com os governos, sejam vistos como governos petistas ou democráticos populares. Estes governos, na sua composição, inicialmente integram outros partidos de esquerda, vindos da Frente Brasil Popular, construída no processo eleitoral de 1989 que reunia o PT, PCdoB, PSB. Gera também uma reconfiguração das relações entre as organizações de movimentos sociais, ONGs e militantes independentes ou autonomistas. Portanto, no interior da esquerda social, também vamos encontrar grandes diferenças quanto às escolhas políticas das organizações e militantes. A mais significativa delas foi uma certa dispersão ou compartimentação ocorrida com a constituição de fóruns temáticos, em geral para lidar com determinadas políticas públicas, e/ou articulações caracterizadas pela atuação com um determinado segmento social (negros, mulheres, camponeses, sem teto, crianças e adolescentes, meio ambiente, outros) e algumas redes intersetoriais e multitemáticas.

Este processo foi acompanhado pela perda de influência que a esquerda social tinha junto ao PT e a CUT nas estratégias políticas e prioridades de ação, o que gerou distanciamento entre militância social e militância partidária, em espaços de debate comum enquanto militantes, passando a ocorrer em espaços institucionais de conselhos de políticas públicas, gabinetes parlamentares ou de secretarias do poder executivo. Isso gerou outra dinâmica de interação e de possibilidades de construção de projetos políticos convergentes, que rompe com o imaginário de construção de um projeto democrático e popular, e socialista, como idealizado quando do surgimento do campo.

Esta situação produz uma mudança profunda na forma de fazer política da esquerda social e partidária ao mesmo tempo. Tudo isso ocorre em um ambiente marcado por heranças de uma tradição de cultura política que não favorece processos de mudança em favor dos valores democráticos que, até então, estavam presentes no processo de convivência no interior da articulação do campo democrático popular, como visto no capítulo anterior quando discuto a crise da arquitetura de participação do lulismo.

O período de 1995 a 2005 vê surgir também iniciativas de movimentos sociais e ativistas, que se vinculam as movimentações do ciclo de lutas antiglobalização, entre as quais

se incluem movimentos que se constituíram a partir das campanhas de mobilização que citamos logo acima, tais como o Jubileu Sul que tornou-se uma articulação latina americana de luta contra o pagamento da dívida externa dos países do Sul Global e contra a assinatura dos acordos de livre comércio, a qual se junta a REBRIP (Rede Brasileira de Integração dos Povos, vinculada à Aliança Social Continental). De forma mais pontual observamos, como relatado por ativistas de 2013, a realização de ações no país do movimento da Ação Global dos Povos – com participação do MST e Consulta Popular, em um primeiro momento -, a formação de um coletivo nacional do Centro de Mídia Independente - CMI, que terão um importante papel na realização de atividades de militantes autonomistas e anarquistas durante o Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, o que inclui a realização do Acampamento da Juventude no FSM e a fundação do MPL como uma articulação nacional. Nos desdobramentos das articulações do movimento antiglobalização internacional, do qual o MST participou, estando presente nos eventos articulados pelos Zapatistas, integrou-se à recém fundada articulação internacionalista Via Campesina.

Nesta década também se registra profunda mudança no padrão de militância, de formas organizativas e de fazer política da juventude, entre as quais pode-se destacar a participação de segmentos dos Anarcopunks na fundação do AGP e CMI no Brasil, assim como do MPL que se faz herdeiro desses. Ao lado desse registro coloca-se a diversidade de grupos políticos culturais, em especial na periferia, assim como crescem os coletivos autonomistas e anarquistas que atuam no cenário urbano com intervenções artístico culturais. Incluo ainda, mais recentemente, como herdeiros do CMI, a mídia e o ciberativismo que habitou o cenário de 2013 junto com o MPL.

Observando o MPL e sua ação coletiva em junho, assim como seu repertório autonomista, registra-se que o mesmo é herdeiro da tradição do movimento antiglobalização que produziu um forte enquadramento autonomista no ciclo de protesto mundial que eclodiu entre 2010 e 2011, com características que delineei no estudo sobre esse ciclo no final do capítulo dois. Ampliando esse espectro de influências, deve-se chamar atenção para o conjunto de lutas autonomistas a que o ciclo da antiglobalização incorpora e que repercute nesse último ciclo, como registrei na análise sobre os ciclos mundiais.

O MPL e outros coletivos autonomista da mesma geração, que se fizeram presentes em junho, pelo que identifiquei na pesquisa, adotam uma perspectiva construída com base numa genealogia política libertária, que bebe no anarquismo do século XIX; no marxismo heterodoxo do início do século XX; nos movimentos contraculturais dos anos 1960; nos

movimentos autonomistas dos anos 1970 e 1980, na Itália e Alemanha (surgidos, estes últimos, do movimento estudantil radical e apartidário, também denominado extraparlamentar, na tradição alemã); no Zapatismo e nos movimentos anti/alterglobalização, já mencionados. Vale ainda lembrar o ciclo de lutas latino americanas, tais como o pannelaço argentino (2001), a guerra do gás boliviana (2000 e 2005), Oaxaca, no México (2006) e a rebelião dos pinguins, no Chile (2006), referências que são determinantes para o movimento e que promovem uma diversidade ideológica de esquerda em seu seio (PRONZATO, 2014b; SILVEIRA, 2010).

Dessa herança autonomista foram extraídos três princípios que orientam o MPL, e que pode-se dizer são comuns, com variações, ao enquadramento autonomista identificado nesse ciclo de protestos. Esses princípios, já indicados anteriormente, são: autonomia, que se expressa no apartidarismo e no federalismo; horizontalidade, que se expressa pela não liderança e decisão por consenso; anticapitalismo, que se expressa pelo prefigurativismo e não hierarquização das lutas. Juntos buscam assegurar ao movimento a independência. Esses princípios, que se encontram no MPL, conseguiram, a meu ver, através da difusão promovida pelos repertórios adotados nos protestos, construir um enquadramento autonomista, na medida em que essa perspectiva e práticas se expandiram e ganharam visibilidade na expressividade de outros coletivos que atuaram após a saída do MPL da liderança dos protestos. Exemplos emblemáticos são as assembleias populares horizontais e os acampamentos que foram nomeados por Ocupas(es).

Os princípios adotados pelo MPL para sua organização possibilitam variações na conformação dos coletivos existentes em várias partes do país. Estes coletivos estão conectados entre si pelo federalismo, pressupondo que sigam os princípios do movimento. No MPL, por exemplo, em sua prática federativa, observa-se que em alguns Estados, os coletivos adotem relacionar-se com partidos e em muitos outros, não. Esse é um traço que se encontra em outros coletivos que se congregaram ou se constituíram, durante os protestos, ao repertório autonomista. É o caso da Mídia Ninja e dos Black blocs. No caso dos Black blocs isso ocorreu quando transitaram da tática de defesa frente à violência policial e uso simbólico da destruição de ícones capitalistas para a constituição de coletivos passaram se articular como grupos permanentes em diversos Estados – a exemplo da constituição da FIP (Frente Popular Independente), articulada pelo MEPR, que aparece na pesquisa no Rio de Janeiro e em Recife (COLETIVO RECIFE RESISTE, 2014; CASTAÑEDA, 2014).

O princípio da horizontalidade, não liderança e decisão por consenso, adotado pelo MLP, as encontrado nas assembleias e ocupas(es), foram os princípios que mais foram estranhados

e incompreendidos, por aqueles que não participam do movimento. De certa forma, eles confrontam valores de uma sociedade muito marcada pelo personalismo, que influencia o funcionamento, em particular, das instituições políticas, dos governos, partidos e sindicatos. Esses princípios, ao que parece, procuram criar mecanismos que orientem a relação entre os ativistas, fomentando práticas de desconcentração e fluidez do poder.

Apesar disso, em especial os ativistas do MPL, não negam a existência do poder, ao contrário, ressaltam a necessidade de sua diluição e da permanente alternância de posições nas relações entre as pessoas. Veja um exemplo de estranhamento em relação a essa cultura política, no processo de junho, a não identificação de lideranças provocou os maiores desconcertos na relação com políticos, mídia ou com a polícia, nos momentos de negociações, a exemplo do que foi visto no GT de Educação da Assembleia Horizontal de Belo Horizonte em negociação com Secretaria do Governo do Estado. Em entrevistas, um exemplo de estranhamento é a atitude dos entrevistadores no programa Roda Viva (MPL, 2013). Para o MPL, esses princípios se constituem em alvos da constante reflexão e vigilância do grupo, diz Saraiva (2014).

A clivagem utilizada pelo tipo de concepção de autonomismo incorporado pelo MPL, e que também observamos em outros grupos autonomistas nos relatos sobre junho, classifica a esquerda e mesmo as organizações de movimentos sociais, dividindo-as entre aqueles que trabalham em rede e aqueles que atuam sob a lógica de comando. Em especial o MPL e seus ativistas costumam, a partir dessa classificação dos atores sociais, definir formas de relacionamento com aqueles com quem contracenam, e que eventualmente, estabelecem parcerias no cenário político, em dois grupos, baseando-se no critério apontado antes: aqueles que pertencem à "esquerda institucional" e os que se vinculam a uma "esquerda social" (PRONZATO, 2014a).

Na delimitação que fazem da esquerda institucional eles incluem partidos políticos de esquerda, alguns sindicatos, ONGs, centrais e entidades representativas de estudantes — União Nacional dos Estudantes (UNE) e Diretórios Centrais de Estudantes (DCEs). São as organizações vinculadas a uma institucionalidade convencional e que trabalham com foco no Estado. Essa relação costuma ser marcada por variados contrastes e conflitos nas formas de agir e pensar, sendo uma das principais críticas o fato de que a esquerda institucional, com atuação marcadamente autorreferenciada, usa pessoas e situações como massa de manobra para atingir seus próprios fins. Outra crítica é de que se trata de organizações hierarquizadas e que fazem uma leitura ortodoxa e teleológica das classes sociais, com foco em um único sujeito

revolucionária, a classe operária, e, dizem eles, não conseguem quase nunca, compreender ou lidar com a multiplicidade de sujeitos e lutas existentes dentro da própria classe.

Já na delimitação que fazem da esquerda social, incluem os movimentos sociais que, apesar de muitas vezes se estruturarem sobre princípios hierarquizantes, o que por vezes contribui para gerar conflitos e discrepâncias de visão, mas no fundamental, para o argumento do MPL, mantêm uma relação diferenciada com as estruturas estatais, e têm em comum com o MPL o fato deles próprios atuarem na lógica dos movimentos sociais.

Construído esse panorama histórico tendo por chave uma releitura desse processo a luz de 2013 e da emergência do autonomismo, retomo algumas ideias de Svampa (2011) onde ela recoloca elementos sobre a matriz e também ethos autonomista. No interior dessa matriz ela identifica novos modelos de militância, entre os quais se destacam a figura “local” do militante territorial e a figura “global” do ativista cultural. A implementação de um novo modelo de gestão, associado ao discurso neoliberal e ao mandato dos organismos multilaterais, produziu em toda a região a acentuação do processo de empobrecimento e territorialização dos setores populares. Este processo foi colocando no centro uma nova política local e a figura do mediador, através do “militante social” ou “territorial”, herdeiro dos movimentos sociais urbanos de outras épocas.

Para o ativista cultural, sua modalidade de construção organizativa são os grupos de afinidade, através de coletivos, que costumam adotar uma dimensão ao mesmo tempo política e cultural. Movimentos de experiência, nos quais a ação direta e o público aparecem como um lugar de construção da identidade, parte destes grupos se esgotam na dimensão cultural-expressiva e não alcançam uma dimensão política. Porém, em outros casos, sobretudo ali onde a ação dos movimentos sociais é relevante em termos políticos, os coletivos culturais deliberadamente buscam uma maior articulação com aqueles, constituindo-se em criadores de novos sentidos políticos e culturais, ou assumindo o papel de reprodutores dos acontecimentos em um contexto de intensificação das lutas sociais. Esta forma de militância expressa assim uma vocação nômade pelo cruzamento social e o multipertencimento, no marco do desenvolvimento de relações de afinidade e redes de solidariedade com outras organizações. Sua expansão, tanto no âmbito da comunicação alternativa, a intervenção artística e a educação popular, constitui uma das características mais emblemáticas das novas mobilizações sociais. Neste sentido e contrariamente ao que se pensa, o ativista cultural está longe de ser um ator de distribuição, erigindo-se melhor em um dos protagonistas centrais das lutas antineoliberais atuais. Enfim, no campo onde a volatilidade e a tendência ao recuo são a regra, o novo ativismo cultural, já conta na América Latina com uma rica história (SVAMPA, 2011, p. 385-386).

Esta distinção que ela faz entre militante territorial ou local e militante cultural, me remeteu ao cenário dos protestos de São Paulo após o afastamento do MPL da liderança,

quando alcançado o objetivo de redução dos R\$ 0,20 da tarifa, decidiu continuar presente nos protestos indo apoiar iniciativas de mobilização na periferia, em parceria com MTST, estando presente na cobertura a Mídia Ninja. Temos, nesse cenário, uma sobreposição da tipologia proposta por Svampa, onde pode-se identificar o MTST como um estilo de militância local-territorial, o Mídia Ninja uma militância cultural, ficando o MPL por conta da sua inserção nas escolas nos bairros como um tipo híbrido de movimento cultural e local. Assim é a realidade do social, fugidia, não permite a transparência desejada pelo pesquisador. No entanto, essa sugestão pode ajudar a encontrar elementos que ajudem a explicar o enquadramento autonomista ampliado que venho apresentando, reconhecendo ou qualificando melhor as fronteiras, no interior do ciclo de protesto, entre o campo autonomista mais puro, o campo autonomista que integra área de sombreamento com militantes socialistas, e o repertório socialista (que na fase analisada não chegou a compor um enquadramento socialista).

O Mídia Ninja encontra-se no interior do enquadramento autonomista e pela sua perspectiva militante e pelo vínculo com o Fora do Eixo, com suas características contraculturais pós-modernas, tem mais fluidez quanto a posição que ocupa nesse gradiente do autonomismo e socialismo como repertório. O caráter de midiativismo da sua intervenção e sua natureza político cultural, de transmitir protestos tornando a cobertura motivo de sensibilização e convocação para adesão a causa a qual eles decidem cobrir, com a agilidade característica da tecnologia e versatilidade dos ativistas/profissionais, tudo isso explica, talvez, a sua inserção nas fases seguintes dos protestos, gravitando entre os repertórios autonomista e socialista, quando considero que o MTST compõe o repertório autonomista ampliado. Após a Copa de 2014, eles continuam se fazendo presentes nas manifestações, em um primeiro momento, para denunciar o caráter de direita que ganhou o repertório patriótico na luta em favor do impeachment. Assim como depois participaram igualmente das mobilizações da Frente Povo Sem Medo e Frente Brasil Popular, quando essas frentes tinham distintas e conflitantes posições estratégicas quanto à luta contra o impeachment. A primeira assumindo uma visão crítica e de oposição ao governo, contra o impeachment e em defesa da democracia, e a outra, de defesa do governo Dilma e contra o impeachment. No bojo desse processo o Fora do Eixo e Mídia Ninja articulam um outro instrumento, uma frente de midiativismo na luta contra o impeachment, o coletivo Jornalistas Livres, que lançou a primeira coletânea de denúncia do golpe institucional parlamentar de destituição da presidenta Dilma (SAVAZONE, 2014).

Esse mesmo cenário pode esclarecer delimitações entre autonomistas e socialistas, como indicado antes, associando o autonomismo à Frente Povo Sem Medo e o socialista à Frente Brasil Popular. Assim como pode se observar no interior do autonomismo a delimitação entre autonomismo e autonomismo ampliado, olhando para as ocupações das escolas em 2015 e 2016 que sofre forte influência do MPL, entendendo que estas ocupações como participantes de uma nova expressão do repertório autonomista no ciclo. O MPL, nos protestos contra o impachament, não acompanhou o MTST na Frente Povo Sem Medo, que perde musculatura por não contar com a força da militância cultural do MPL nas suas mobilizações, não se fazendo presente nesta fase do ciclo de protestos de rua. O Mídia Ninja faz cobertura das manifestações da Frente Povo Sem Medo, mas não da mesma forma que fez na relação com a Frente Brasil Popular-Governo/PT. Não é intenção aqui entrar em período que extrapola o observado pela pesquisa, apenas sinalizar com exemplos que possibilitam fazer novas reflexões sobre o passado pesquisado.

No enquadramento autonomista, sem a incorporação da área de sombreamento socialista, observo, por um lado, o conjunto dos relatos e testemunhos que descrevem os repertórios, performances, ideários, experiências de assembleias e ocupas(es), que extrapolam o repertório do MPL, e, por outro lado, os princípios de ação e organização que extraímos de estudos realizados a respeito do MPL anterior a 2013, afirmados pela sua experiência nesse ciclo, caracterizam o enquadramento autonomista do ciclo. Este enquadramento pode ser apreendido como uma (nova) sociabilidade emergente, como citado no início do capítulo, para ressaltar o alcance sociológico da emergência do autonomismo, nos termos já indicados, como uma definição que se faz presente em distintas articulações e discursos dos movimentos sociais, como também sinaliza Svampa (2011).

Foi a perspectiva das temporalidades sincrônicas e diacrônicas que me conduziu a fazer a recuperação histórica da esquerda social e movimentos sociais, resgatando elementos da tradição política cultural autonomista que dialogam com os novos traços de autonomismo que predominou no interior do enquadramento nesse ciclo. Observo que houve cruzamento de fronteiras entre repertórios, com a participação de militantes e agrupamentos, organizações socialistas ou segmentos de organizações socialistas que se expressaram aderindo e compartilhando o repertório autonomista, ampliando-o ao longo do ciclo como enquadramento, e não necessariamente passando a participar da matriz sócio-política autonomista, mas com ela interagindo.

Pero más allá de cualquier arqueología, lo que deseamos resaltar es no solo la vaga noción de novedad abstracta sino la sensibilidad para estudiar las continuidades entre lo que se podría esbozar como un repertorio de experiencias y representaciones simbólicas, verdaderas tecnologías sociales de los subalternos, forjadas entre y por los sectores populares en resistencia a lo que vendría, y vino a constituirse en el mundo capitalista. Y no siempre esta acción supuso una resistencia pasiva, o una resistencia como pura negación; muchas veces se produjeron resistencias proactivas, fundadoras de regímenes de convivencia que, más allá de sus disímiles duraciones, fueron a su vez muy potentes y dejaron sus huellas. Con este apartado pretendemos, entonces, poner en discusión la noción de temporalidade clásica, ligada a una forma meramente basada en cuestiones cronológicas; y promovemos, por el contrario, una visión compleja que contemple las temporalidades sincrónicas y diacrónicas, las temporalidades efectivas y la institución imaginaria de la temporalidade (CHAGUACEDA; BRANCALEONE, 2012, p. 313).

Isso foi demonstrado pela caracterização extraída da recuperação histórica da esquerda social, ressaltando as opções feitas por diferentes segmentos no interior do campo democrático popular quando das bifurcações de caminhos adotados pelos diferentes grupos, em momentos que identifiquei como pontos de inflexão nesse trajeto. Esta retrospectiva histórica ajuda a pensar o intrincado das interconexões e posições dos militantes/ativistas e organizações dos movimentos sociais, na conformação de repertórios e enquadramentos entre autonomismo e socialismo neste ciclo, vendo-o em uma perspectiva de média duração.

Que caminhos percorreu o autonomismo que esteve presente no processo de redemocratização, nos conselhos populares, na constituição do campo democrático e popular, na Consulta Popular, no movimento de antiglobalização, no FSM e na Assembleia Popular? Estes movimentos se reconhecem em alguns traços de uma tradição comum, porém reinventada. As tensões geracionais que se antepuseram no ciclo de 2013 talvez atrapalhem o estabelecimento do necessário diálogo intergeracional que ajude a refletir sobre esse processo histórico da esquerda social, que é também uma história das ações coletivas dos movimentos sociais.

A questão da presença da juventude que, de alguma forma, percorreu o conjunto do trabalho, têm ao seu final uma resposta provisória, dada a dinâmica ainda em curso da crise desencadeada pelo ciclo de protesto analisado e seus resultados em aberto. A dinâmica cultural que mais chamou atenção do conjunto daqueles que analisaram este ciclo diz respeito a presença e a força da participação política da juventude que era vista, no senso comum da esquerda, como despolitizada e alienada, e que emerge trazendo para cena política e para arena de disputa um novo repertório de performance e confronto com características autonomistas, que essa esquerda não reconhece na sua tradição e com ela se antagoniza.

Considerações Finais

Agora que já provamos a esperança,
agora que vivemos nesta terra duramente conquistada,
preferimos a morte a perder o sabor da vida,
a outra forma de ser humano.
Khaled Mattawa

Com esta pesquisa, além do estudo sobre junho de 2013, tentei contribuir com uma reflexão sobre a participação dos movimentos sociais no processo de democratização do país, em uma chave de leitura que incorpora dimensões sobre a organização da sociedade civil, o associativismo e as interações institucionais entre movimentos sociais e governo. Procurei problematizar as opções das organizações e dos militantes da esquerda social no processo histórico recente, identificando pontos de inflexão em relação às mudanças nas formas de ação, organização e interação entre os atores, relacionando a isso os projetos que estiveram em disputa não só no seu ideário mais também nas práticas, nas formas de fazer política, de protestar e intervir no espaço público, como uma antecipação do projeto de sociedade.

A partir da descrição dos ciclos de protestos no mundo de 1968 a 2011 e das reflexões sobre o ciclo de 2013 no Brasil, construí uma caracterização na qual destaco quatro dimensões que marcaram os repertórios e o enquadramento interpretativo predominante neste ciclo mais recente, comparando-o com o ciclo global iniciado em 2011, que sofreram influência dos ciclos anteriores. Observando os protestos e as ocupas(es)-acampamentos destaco quatro traços característicos: i) ocorreram entre o fluxo na internet e o território das ruas, praças ou espaços públicos reivindicados como bem comum, entre o local e o global; ii) cultivam uma subjetividade ativista, marcada pela vida cotidiana, companheirismo e autorreflexão; iii) têm uma ação orientada por valores, tais como a dignidade, não violência ativa, justiça social; iv) realizam experimentos de autonomia, experiências de *outra* democracia vivenciadas no assembleísmo, horizontalidade e tomada de decisão por consenso. O projeto, a mensagem, é o processo.

A primeira característica destes ciclos é que ocorrem entre o fluxo na internet e o território das ruas e praças, em sintonia e influenciados pela difusão do ativismo global. São conectados em rede de múltiplas formas, se tornam movimento ao ocupar o espaço urbano, são simultaneamente locais e globais, tem uma potência que além de ser transnacional, são *virais*, seguindo a lógica de difusão nas redes da internet. Uma peculiaridade é que nesta transmissão

e difusão de informações, em geral com imagens, estão contidas emoções, indignação e esperança. As tecnologias que possibilitam a constituição de redes são significativas por fornecer a plataforma para essa prática continuada e que tende a se expandir, evoluindo com a mudança de formato do movimento. Eles incluem redes sociais *on-line* e *off-line*, assim como redes preexistentes e outras formadas durante as ações do movimento, assim como se formam redes dentro do movimento, com outros movimentos, no âmbito nacional no Brasil e entre países no mundo todo, com a *blogosfera* da internet, com a mídia e com a sociedade em geral.

Uma segunda característica desse ciclo e de seus movimentos é o cultivo por uma subjetividade ativista, alimentada pela vida cotidiana nos ocupes(as), um companheirismo que passa pelo território das ocupações, o encontro na rua, mas se estende à rede virtual, pela cumplicidade na luta, a confiança mútua na hora de planejar a ação e o encorajamento para enfrentar os riscos de se encontrar nas ruas por uma causa. Há a emergência de fortes emoções e vivências subjetivas. O ambiente cultural revelado pelas expressões cênicas e performáticas demonstra isso.

São muitas as expressões e intervenções artísticas culturais acionadas durante os protestos e ocupações, que denotam esse traço, um exemplo é a poesia de Khaled Mattawa, um ativista das manifestações na Praça Tahir, utilizada como epígrafe. Ela expressa com força uma subjetividade em transformação, a qual emerge após as ocupações, acampamentos e passeatas. Os ativistas encontram sentimentos de liberdade, de poder e capacidade de agir, como ele diz. Talvez isso seja uma das principais repercussões das mobilizações, o que pode vir a afetar, em longo prazo, esboços de um projeto de novas formas de cidadania e democracia, que não se limitem a dirigir-se para as relações institucionais ou para o Estado, mas também para mudanças culturais e de práticas cotidianas, o que nos remete a memórias de 1968.

Ainda como parte dessa segunda característica, cabe destacar que os movimentos discutidos nesta pesquisa, majoritariamente, primam pela autorreflexão. Existe um processo de aprendizagem dos movimentos sociais, que é produzida pelo cultivo de autorreflexão, que assistimos nesse processo quando comparado ao ciclo dos movimentos antiglobalização. Os ativistas dos ocupas(es) foi levada a fazer um balanço em relação aos prós e contras, êxitos e fracassos de estratégias democráticas anteriores, para daí refletir e intervir. As estruturas organizativas são, para estes movimentos, muito mais do que instrumentos, elas têm um caráter prefigurativo da sociedade que querem construir.

A escolha do tipo de ação a ser desenvolvida, a estratégia de luta, está marcada por um repertório de táticas disponíveis, baseados em conhecimentos anteriores, desafiada a inovações

no presente. Também em curto prazo, nesses momentos intensos de mobilizações, em ciclos de protesto, os ativistas dos movimentos desenvolvem seu próprio conceito de democracia, introduzindo alterações que se propagam entre países, ou no caso brasileiro, entre cidades, e de uma geração de movimento à geração seguinte, ou ainda de uma geração mais nova que desafia militantes da geração anterior. Os processos de aprendizagem e o contexto de adaptação são os principais processos no presente, que ativam essa subjetividade ativista. Questionam-se permanentemente como movimento, e seus participantes como indivíduos, sobre o que são, o que desejam e o que pretendem realizar, que tipo de democracia e sociedade estão almejando e como evitar os imprevistos e armadilhas de tantos movimentos fracassados por reproduzir, em si mesmos, os mecanismos do sistema que queriam mudar, em particular no que se refere à delegação política de autonomia e de soberania.

Reconheço que nos momentos de pico dos protestos essa dinâmica era outra, no caso do Brasil muitos jovens se encontravam indo à rua pela primeira vez, esse momento foi motivo de politização, de sociabilidade política em meio a muita despolitização e desvendar de ideologias que conheciam da internet.

Uma terceira característica que se sobressai é que a ação é orientada por valores, no sentido weberiano, tais como a dignidade, justiça social, igualdade, transparência e não violência. A experiência da indignação ética, que deu nome à várias iniciativas de ocupações das praças na Europa, foi gerada pelo sentimento da juventude de não estar sendo respeitada e ouvida, foi transformada em uma afirmação de dignidade pelas manifestações, de abertura de novos canais de comunicação pública com os governos, ou de contestação do poder. Transforma-se tanto em uma afirmação pessoal, quanto em uma exigência de ser tratado com respeito pelas instituições e ser ouvido pelos governos. Exprime uma exigência de reconhecimento, mas também uma reivindicação de independência face ao Estado, ao conquistarem e tornarem livres determinados espaços públicos, ainda que as vezes por curto tempo. Assim como, na busca pela justiça social, opõem-se a um sistema econômico cujas consequências são dramáticas para uma grande parte da população, seja na Europa e Estados Unidos, com a política de austeridade, seja no Brasil com os descasos de investimento em serviços públicos, frente a afronta de gastos bilionários com infraestrutura para megaeventos sem retorno para o país.

Os cidadãos que tomaram as ruas em vários países desde 2011 também foram movidos pelo contraste entre a extrema acumulação de recursos pelas elites dominantes

e sua vida diariamente marcada pelas consequências da crise econômica, seja a crise alimentar na África, o aumento do desemprego ou da pobreza afetando agora também a classe média na Europa ou a situação do transporte público e a crise urbana em geral no Brasil. Mas, os ativistas não limitam a justiça social a uma reivindicação, registram-se práticas prefigurativas nos movimentos, a exemplo de feiras de troca entre produtores e consumidores de alimentos agroecológicos e artesanais, mediadas ou não pelo dinheiro, o fomento a iniciativas de economia solidária, a organização do espaço a partir da prática colaborativa e a convivência com as diversidades. No Brasil observo isso mais em iniciativas que precederam os protestos e que o sucederam.

É preciso delimitar uma diferença entre o movimento antiglobalização e os ocupas(as) no mundo e no Brasil, e também o MPL, com relação aos seus métodos e ações estratégicas. A transparência, igualdade e inclusão são apreciadas como valores por ambos os de movimentos, mas com algumas diferenças importantes. Os acampamentos e ocupas se instalaram em um espaço ao ar livre para reforçar a natureza pública e transparente do processo, assim como o MPL com os protestos nas ruas e negação de negociações de pauta em gabinetes das gestões sem que antes sinalizasse o exigido em favor de ganhos materiais imediatos de serviço de direito público. Reunir-se em locais públicos enfatiza o caráter inclusivo do processo, e a rejeição de delegados supõe uma maior ênfase na igualdade, o que era difícil de pôr em prática no formato dos eventos dos Fóruns Sociais Mundiais. Com a ocupação das praças públicas, os movimentos dos indignados dos ocupas(es) enfatizaram a natureza ainda mais aberta e transparente de seu modelo democrático, já que a própria essência dos parques e praças é ser pública. Não só Tahrir, Kasbah, Puerta del Sol, y Syntagma eram espaços ao ar livre, eram também pontos de encontro importantes e inclusivos para todos os cidadãos. A grande proliferação de ocupações em espaços públicos no Brasil que ocorreram na sequência dos protestos de junho de 2013, se inspira nestas experiências. Da mesma forma que vimos realizarem-se no Brasil ocupas nos espaços do legislativo reivindicando o acesso público às informações das planilhas do transporte público, para garantir o acesso da periferia a cidade através da tarifa zero.

As ações coletivas dos movimentos, no ciclo de protestos de 2013, não são violentos, inspiram-se, em sua origem, na desobediência civil, pacífica, herança dos movimentos antirracistas de luta pelos direitos civis e da nova esquerda dos Estados Unidos e dos movimentos pacifista na Europa. No entanto, tendem, ao ocupar lugares públicos, a utilizar táticas contenciosas com o propósito de pressionar autoridades políticas e organizações empresariais, porque não reconhecem como viáveis e nem justas a participação nos canais

institucionais. Esta prática geralmente incorre em diferentes níveis de violência, que variam a depender do contexto institucional e da intensidade do desafio apresentado pelo movimento. Sendo o objetivo dos movimentos manifestarem-se em nome da sociedade como um todo, é importante garantirem sua legitimidade pela contraposição de seu caráter pacífico à violência do sistema.

Este é um campo de debate relevante acerca do caráter desse ciclo, para o qual a grande mídia no Brasil deu muita atenção e caracterizou os movimentos como tendo práticas violentas ou sendo compostos por vândalos. A presença dos *Black Blocs* (Bloco Negro) que atuou nos protestos, lançando mão de atos de ataques a prédios que representam, para eles, o capitalismo financeiro e reagindo, em certas circunstâncias, à violência da polícia, enquanto um ato de defesa dos manifestantes aos ataques repressivos, foi tomado pela mídia para afirmar a posição de que estes movimentos seriam essencialmente violentos. É uma distorção do que de fato esse repertório quer comunicar e denunciar.

A quarta e última característica articula-se em torno do que nomeei como experimentos de autonomia e/ou experiências de *outra* democracia, vivenciadas no assembleísmo, horizontalidade, tomada de decisão por consenso, na apresentação do projeto, que têm sua mensagem contida na vivência do processo. Esta é uma característica em si, porém ela compõe uma expressão que articula as demais, apesar de ser possível distingui-la como uma característica. Ela pode ser tomada como um distintivo mais visível do ciclo, pelo menos para quem se debruça sobre ele para estudá-lo. Esse é um traço destacado e enfatizado por vários estudos com os quais dialoguei nesta pesquisa, em especial dos ciclos de protestos mundiais de 1968, da antiglobalização e do que vimos do ciclo de 2011, nas características apresentadas até aqui.

O assembleísmo e a prática de organização horizontal se inscrevem como traços característicos do que se denomina democracia direta na cultura das organizações políticas de esquerda, não se confundindo com mecanismos políticos institucionais criados como recurso de participação popular, a exemplo do referendo, plebiscito e lei de iniciativa popular, existentes no Brasil, ainda que não regulamentadas e que devem ser valorizadas, mas são de outra natureza nesse ciclo. Nas experiências em foco a democracia direta vincula-se às práticas políticas, sociais e culturais no interior da organização, articulação, convocação e realização dos protestos e ocupações, e respectivos acampamentos em praças quando ocorrem.

As assembleias são planejadas como exercício de deliberação garantindo espaço para o exercício da autonomia, treinado pela tomada de decisão em consenso, que permite a expressão

de cada um(a). Nelas são tomadas as decisões, auxiliadas por comitês ou grupos e trabalho designados pelas assembleias. Pode-se falar de um movimento sem liderança, não porque não existam líderes em potencial, mas devido a posições políticas, ou por desconfiança, da maioria dos participantes. Estes movimentos se posicionam contra as formas de delegação de poder. De alguma maneira isso expressa um traço forte do ciclo, de expressão difusa, que é a rejeição dos representantes políticos pelos representados, devido à traição e/ou manipulação vivenciada em experiência com a política instituída. As assembleias transformam-se em um exercício massivo de democracia direta, como foi descrita na experiência de Belo Horizonte ou do Ocupe Estelita, em Recife.

A horizontalidade nas assembleias populares e ocupas(es) no Brasil, como nos acampamentos dos indignados e Ocupa nos Estados Unidos, gera cooperação e solidariedade, dilui a necessidade de liderança formal. O que torna demorada a deliberação e tomada de decisão, é, ao mesmo tempo, o alicerce necessário para produzir a confiança, sem a qual nenhuma ação coletiva poderia ser empreendida contra o cenário de uma cultura política caracterizada pela competição. O movimento produz seus próprios antídotos contra a disseminação dos valores sociais que deseja combater. Esta organização mais horizontal, às vezes gera problemas de coordenação, mas também pode minimizar os riscos de cooptação institucional e de repressão sobre lideranças.

Na construção de modelos de funcionamento e organização dos ocupas(es), acampamentos e assembleias populares horizontais, em vista à prática da democracia direta foi de grande importância a metodologia para condução dos processos, a metodologia de decisão pelo consenso. Vindo das experiências do movimento antiglobalização, na organização dos protestos e nas ocupações se reforça a característica da inclusão e do respeito a opinião de todos, buscando fazer surgir daí um pensamento coletivo. Nascido e proposto por grupos autonomistas nesse movimento, sua aplicação sai da esfera de experiências anteriores do uso em conselhos populares e em plenárias de organizações de movimentos sociais com um número menor de pessoas, para ser experimentado em assembleias gerais com centenas ou milhares de pessoas. Nessa tradição, a deliberação através do consenso é vista como um instrumento contra a burocratização e também atua para romper com uma rotina acomodada e fomentar uma forma de construir uma comunidade.

Esses movimentos querem transformar o Estado, mas não se apoderar dele. Expressam sentimentos e estimulam o debate, mas não criam partidos nem apoiam governos. São políticos, pois propõem e praticam a democracia deliberativa direta, democracia em rede. Projetam uma

nova utopia de democracia baseada em comunidades locais e virtuais em interação.

Como afirmou Tarrow, esse é um movimento tipo *aqui estamos nós*, cuja mensagem e projeto são o processo. Os ocupes(as) foram lugares de protestos, mas também de intercâmbio de informação, aprendizagem recíproca, socialização individual e construção de conhecimento. Tem uma grande importância a vivência das emoções e prefiguração na construção do bem comum e liberação de espaços públicos, frequentemente se expunha o objetivo de formação de uma comunidade. Um lugar onde se fala e escuta, se constrói identidades coletivas mantidas com grande intensidade de interação, mas que dado o tempo de estadia no local, possibilitava estabelecimento de relações mais duradouras.

Estes movimentos emergentes tiveram grande enraizamento da sua identidade de movimento, o que lhe possibilitou ir mais além da prefiguração de uma sociedade distinta, que os ativistas já imaginaram. Foram espaços importantes na invenção de futuros alternativos, porém ainda não imaginados, ao que se tem chamado de “política que atrai”. Vinculada a essa dinâmica sobressai-se a dimensão geracional juvenil, pelo menos no caso do Brasil e Recife.

De alguma forma, esta característica, tem inserida nela uma noção de democracia que está expressa como valor, como motivação subjetiva do ativismo, encontrando na nova configuração do ciberativismo transnacional potencializado pela internet e suas ferramentas, um processo em si de redefinição da democracia e dos rumos da sua construção, desde uma perspectiva de esquerda. Nela está inscrita uma crítica ao autoritarismo ou a democracia representativa realmente existente, uma referência a um horizonte utópico democrático, a ser vivido para além dos espaços institucionais ou apesar deles e com eles, e principalmente vivenciado na experiência cotidiana. Ela se apresenta numa esfera de confrontação com a cultura hegemônica do conjunto da sociedade e da esquerda institucional, afirmando outras formas de sociabilidade e de ativismo.

Refletindo sobre a crise da participação pode-se fazer perguntas acerca do percurso da redemocratização que se colocam nesse cenário, e que pode ajudar a retomar e aprofundar elementos da sempre renovada discussão sobre a democracia. Pensando sobre a crise do lulismo e do petismo, é possível recuar no tempo histórico para revisar as opções feitas e o realizado no processo da democratização, colocando-se no lugar daqueles que estando no campo democrático popular assumiram de forma peculiar o caminho tomado pelo PT no seu itinerário eleitoral e de gestões no executivo, negligenciando por muitas vezes a interlocução com os que

estando no mesmo campo optaram por atuar e fortalecer as organizações de movimentos sociais.

A partir da interação entre esses grupos de militantes/ativistas, que de alguma forma foi recuperada nesse trabalho, valem fazer algumas indagações sobre os caminhos e descaminhos da democracia popular, na construção da institucionalidade democrática do país por parte desses dois segmentos políticos. O que ocorreu em meio as opções tomadas foi um abandono, foi uma impossibilidade, foi realismo político ou o predomínio de uma visão da necessária superação de modelo de participação social vindos da tradição socialista. Considerando as possibilidades de escolha ou interpretações, essas se deram por uma crítica ao populismo, ao socialismo real ou a adoção da democracia como valor universal como um tipo ideal, como uma tendência do inevitável, reprodução de um certo determinismo histórico unilinear, que privilegia a conciliação e não consegue lidar bem com o conflito e confronto da dinâmica democrática, vista como antagônica com o capitalismo.

Foi um pouco esse percurso que a discussão sobre a crise da participação buscou realizar situando-o no interior desse ciclo de protesto, num recuo histórico que procurou revelar essas contradições elencando comparações que partindo da constituição do campo democrático popular, a partir da conformação de uma esquerda social distinta da esquerda institucional, vivenciaram experiências democráticas distintas que interagiam e tencionavam às opções da institucionalidade democrática a partir dos conselhos populares, consulta popular, assembleia popular e assembleia popular horizontal, sendo essa última a que traz ao presente essas questões. Essa emergência das assembleias populares horizontais originou-se de uma intuição de demandas espontâneas para democracia existente por uma nova geração, de uma pulsão plebeia, da emergência e recriação de uma corrente autonomista que em suas várias facetas acompanham momentos de rebelião popular, de ciclos de protestos.

Se, por um lado, as manifestações de junho mostraram uma nova cara do Brasil contemporâneo, enchendo de esperança grande parte da população que deseja mudanças em diversas áreas, mas que até então não via horizontes para isso, e alçaram o MPL e o enquadramento autonomista, seu estilo de luta e suas bandeiras a uma posição de extraordinária evidência, o que pode ser o sonho de todo movimento social, por outro lado, apontam para novos e imprevisíveis desafios. Do ponto de vista da sociedade, se vislumbra o desafio de construir a forma como se conseguirá articular e canalizar sua sede de participação e de transformações de um modo mais perene, construtivo e inclusivo.

É como se o autonomismo e a utopia expressa na ação dos ativistas que protestam, ocupam, acampam e fazem assembleias horizontais fossem, para esquerda institucional partidária, para as gestões governamentais onde se encontra essa esquerda, um indicador de controle que sinaliza o limite entre o real possível – a real política –, como estratégia para realizar um projeto de esquerda no governo. No último período, no Brasil, o real possível significou a adoção de uma governabilidade que administra apresentando, contraditoriamente, conquistas que são ilusórias em relação a um projeto de esquerda, uma “hegemonia às avessas”. O ciclo de protesto iniciado em 2013 é um momento desafiador para reflexão histórico-sociológica, para o equacionamento da noção de “democratização inacabável” que sempre se impõe ao pesquisador e também aos militantes políticos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABERS, Rebecca; BULOW, Marisa Von. Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade? *Sociologias*, Porto Alegre, ano 13, no 28, set./dez. 2011, p. 52-84.
- ABERS, Rebecca; SERAFIM, Lisandra; TATAGIBA, Luciana. Repertórios de interação Estado-Sociedade em um Estado heterogêneo: a experiência na era Lula. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 57, Nº 2, 2014, pp. 325 a 357
- ALI, Tariq. O poder das barricadas – uma autobiografia dos anos 60. São Paulo, Boitempo, 2008.
- ALONSO, Ângela. "Novo, mas nem tanto". O Estado de S. Paulo. Publicado em 30.06.2013a. Disponível em: <<http://alias.estadao.com.br/noticias/geral,novo-mas-nem-tanto-imp-1048601>>. acesso em: 03/07/2013.
- _____. Anatomia_dos_Protestos. Valor Econômico. 25/10/2013b
https://www.academia.edu/7495844/_Valor_Economico_25_10_2013
- _____. As Teorias dos Movimentos Sociais: um balanço do debate. Lua Nova, São Paulo, 76: 49-86, 2009.
- _____. Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito. *Sociologia&Antropologia*, v.02.03: 21 – 41, 2012.
- _____. Ciclo de palestra com Ângela Alonso (USP). Performances em competição: apropriações e reinvenções de repertórios de confronto nos protestos de junho de 2013. IESP UERJ. 22 de maio de 2015. Disponível em: <https://vimeo.com/131773666>.
- ALONSO, Angela; GUIMARÃES, Nadya Araujo. Entrevista com Charles Tilly. *Tempo Social*, revista de sociologia da USP, v. 16, n. 2, pp. 289-297, novembro 2004.
- ALONSO, Angela; MISCHÉ, Ann. Changing Repertoires and Partisan Ambivalence in the New Brazilian Protests. *Bulletin of Latin American Research*, 2016.
- _____. June demonstrations in Brazil: repertoires of contention and government's response to protest. From Contention to Social Change: Rethinking the Consequences of Social Movements and Cycles of Protests- ESA Research Network on Social Movements. Midterm Conference 19-20 February 2015. Universidad Complutense de Madrid, Spain.
- ÁLVAREZ, Jairo Estrada (Ed.). *Crisis capitalista – economia, política y movimiento*. Bogota, Espacio Crítico, 2009.
- AMPARÁN, Aquiles Chihu (Coord.). *El "análisis de los marcos" en la sociología de los movimientos sociales*. UAM, Unidad Iztapalapa, 2006.
- ANDERSON, Perry. Explosões em sequência. *Piauí*, Edição 57, Junho de 2011a. Disponível em: <http://piaui.folha.uol.com.br/materia/explosoes-em-sequencia/> (tribuna livre da luta de classes).
- _____. O Brasil de Lula. *Novos Estudos*, Novembro 2011b.
- ANDRADE, Érico; LINS, Liana Cisne; LEMOS, Frida. Nem solitárias, nem amargas: a luta pelo direito à cidade para e pelas pessoas – o caso #OcupeEstelita. In: MORAES, Alana; [et al.]. *Junho: potência das ruas e das redes*. São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung (FES), 2014.
- ANDRADE, Flávio Lyra. *Construção de identidades coletivas na assembléia popular: trânsitos em processos sociais entre o campo político e religioso*. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Recife, UFPE, 2012.

ANEL. Recife: Frente de Luta Pelo Transporte Público realiza ocupação na Câmara de Vereadores! Postado em seg, 12/08/2013. <http://anelonline.com/leituras/recife-frente-de-luta-pelo-transporte-publico-realiza-ocupacao-na-camara-de-vereadores>.

ARANTES, Paulo. Extinção. São Paulo, Boitempo, 2007.

_____. O novo tempo do mundo: e outros estudos sobre a era da emergência. São Paulo, Boitempo, 2014.

_____. Tarifa zero e mobilização popular. Blog da Boitempo, publicado em 03/07/2013. Disponível em: blogdaboitempo.com.br/2013/07/03/tarifa-zero-e-mobilizacao-popular/. Acessado 15/08/2013

ARANTES, Rivane; ALVES, Mércia; SILVA, Carmen. Participação política das mulheres. Recife: Edições SOS Corpo, 2014.

ARATO, A; COHEN, Sociedade Civil e Teoria Política. In.: AVRITZER, L. Sociedade Civil e Democratização. Belo Horizonte: Del Rey, 1994, p 147-182.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo n década de 1970. Rio de Janeiro: Editor FGV, 2000.

ASSUMPÇÃO, Anah; ORTELLADO, Pablo; PARRA, Henrique; RHATTO, Silvio (org). Movimento em marcha: ativismo, cultura e tecnologia. São Paulo, 2013. Acessado em 30/11/2013: <https://emmarcha.milharal.org/files/2013/05/MOVIMENTOS-EM-MARCHA-livro.pdf>

AUGUSTO, Acácio; RODRIGUES, Thiago. Liberdade e securitizações: manifestações de rua, medidas de segurança e expansão dos monitoramentos. In: FREIXO, Adriano (org). Manifestações no Brasil: as ruas em disputa. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2016.

AVRITZER, Leonardo. Impasses da Democracia no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

_____. O orçamento participativo e a teoria democrática: um balanço crítico. In: AVRITZER, Leonardo; NAVARRO, Zander (Org).. A inovação democrática no Brasil: o orçamento participativo. São Paulo: Cortez , 2003, p. 13-60.

_____. Além da dicotomia Estado-mercado. In: AVRITZER, Leonardo (Org.). Sociedade civil e democratização. Belo Horizonte: Del Rey, 1994, p. 23-40.

_____. A moralidade da democracia: ensaios habermasianos e teoria democrática. São Paulo: Perspectiva; Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1996.

_____. Teoria crítica e teoria democrática - do diagnóstico da impossibilidade da democracia ao conceito de esfera pública. São Paulo: Novos Estudos CEBRAP, N.º 53, Março, 1999, p. 167-188.

_____. O que foram as manifestações de junho e o que é insustentável afirmar sobre elas. www.democraciaejustica.org/cienciapolitica3/node/1114 1/5. Acessado em 23.07.2013a

_____. Experiência democrática, sistema político e participação popular (Org.). São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2013b.

AVRITZER, Leonardo; COSTA, Sérgio. Teoria Crítica, Democracia e Esfera Pública: Concepções e Usos na América Latina. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 47, N° 4, 2004, p. 703 a 728.

BADIOU, Alain [et.al.] Sobre la idea del comunismo. Compilado por Analla Hounie. Buenos Aires: Paidós, 2010. 256 p.

- BADIOU, Alain. A hipótese comunista. São Paulo, Boitempo, 2012. (E-book) (Introdução e Capítulo 1: Somos ainda contemporâneos de maio de 1968)
- BARTELT, Dawid Danilo (org.). A “Nova Classe Média” no Brasil como Conceito e Projeto Político. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2013.
- BARTRA, Armando. 1968 el mayo de la revolución. México, Fundación Rosa de Luxemburg Stiftung, 2012a.
- _____. Utopías carnavalescas. Políticas de lo imposible. México, UAM-Xochimilco. Veredas – Revista del Pensamiento Sociológico, Especial, 2012b, p. 31-59.
- _____. Rejuvenecer la protesta – Los movimientos sociales van a la escuela. México, UAM-Cochimilco, Rer. Argumentos, N. 74, enero-abril 2014, p. 15-44.
- BENFORD, Robert D. Masterframe. In.: SNOW, David A.; della PORTA, Donatella; KLANDERMANS, Bert; MCADAM, Doug (Editor). Encyclopedia of Social and Political Movements. Wiley-Blackwell 2013, p. 366-367.
- BLACKBURN, Robin. Depois da queda: o fracasso do comunismo e o futuro do socialismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- BOBBIO, Norberto. Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política. São Paulo, Ed. UNESP, 1995.
- BORBA, Maria; FELIZI, Natasha; REYS, João Paulo (Org.). Brasil em movimento: reflexões a partir dos protestos de junho. Rio de Janeiro, Rocco, 2014.
- BORÓN, Atilio A. Una nueva era populista en América Latina? In: RESTREPO, Martha Lucía Márquez, et alli (Ed). El eterno retorno del populismo en América Latina y el Caribe. Bogotá : Editorial Pontificia Universidad Javeriana, 2012.
- BOYD, Andrew; MITCHELL, Oswald (Org.). Bela baderna: ferramentas para revolução. São Paulo, Ideal, 2013.
- BRAGA, Ruy. A pulsão plebeia – trabalho, precariedade e rebeliões sociais. São Paulo, Alameda, 2015.
- _____. Sob a sombra do precariado. In: ROLNIK, Raquel et alli. Cidades Rebeldes. Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo, Boitempo, 2013a.
- _____. A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista. São Paulo: Boitempo/USP-PPGS, 2012.l e Carta Maior, 2013b.
- _____. Apresentação. In.: OLIVEIRA, Francisco; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele (Org.). Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 7-14.
- _____. A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista. São Paulo: Boitempo/USP-PPGS, 2012.
- _____. Ruy Braga analisa as manifestações de junho. Debate no espaço "Casa da Cidade" no dia 22 de junho 2013. São Paulo: Casa da Cidade, 2013b. Disponível: <https://www.youtube.com/watch?v=M4Fb5YMD2tU>. Acessado: 09/08/2013.
- BRANCALEONE, Cassio; BEM, Daniel de (Orgs.). As rebeliões da tarifa e as jornadas e junho no Brasil. Porto Alegre: Editora Deriva, 2014.
- BRINGEL, Breno et all. As Jornadas de Junho em perspectiva global. Dossiê Temático no3 - Documento de apoio à pesquisa produzido pelos integrantes do NETSAL - IESP/UERJ, Rio de Janeiro, Dezembro de 2013.
- BRINGEL, Breno. Com, contra e para além de Charles Tilly: mudanças teóricas no estudo das ações coletivas e dos movimentos sociais. Sociologia&Antropologia, v.02.03: 43 – 67, 2012.

_____. 15-M, PODEMOS E OS MOVIMENTOS SOCIAIS NA ESPANHA. NOVOS ESTUDOS, novembro 2015.

_____. O Brasil na geopolítica da indignação global. Brasil de Fato. Publicado em 27/06/2013. Disponível em <<https://www.brasildefato.com.br/node/13374/#.Ug4sq87K>>. Acesso em: 22-08-2013.

_____. Sentidos e tendências do levante brasileiro de 2013. In.: BRINGEL, Breno; BENZAQUEN, Guilherme; ALCÂNTARA, Livia; GOMES, Simone. As Jornadas de Junho em perspectiva global. Dossiê Temático no3 - Documento de apoio à pesquisa produzido pelos integrantes do NETSAL - IESP/UERJ, Rio de Janeiro, Dezembro de 2013.

BRINGEL, Breno; MUÑOZ, Enara Echart. Dez anos de Seattle, o movimento antiglobalização e a ação coletiva transnacional. Ciências Sociais Unisinos, São Leopoldo, Vol. 46, N. 1, p. 28-36, jan/abr 2010.

BRINGEL, Breno; PLEYERS, Geoffrey. Junho de 2013... dois anos depois Polarização, impactos e reconfiguração do ativismo no Brasil. Nueva Sociedad especial em português, outubro de 2015

BUCCI, Eugêcio. A forma bruta dos protestos: das manifestações de junho de 2013 à queda de Dilma Ruusseff em 2016. São Paulo: Companhia das letras, 2016.

BURAWOY, M. Por uma sociologia pública. In.: BRAGA, R.; BURAWOY, M. Por uma sociologia pública. São Paulo: Alameda, 2009.

CAETANO, Daniel; BORGES, Cavi. Documentário Rio em Chamas. Produtores, 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9ZGv0MJqmCc>. Acessado em: 30/03/2015. Acessado em: 11/11/2015.

CARLEIAL, Adelita Neto. Movimiento-partido: el caso del Movimiento de los Trabajadores sin Tierra (MST) en Brasil. América Latina. Los derechos y las prácticas ciudadanas a la luz de los movimientos populares / coordinado por Margarita Favela Gavia y Diana Guillen. - 1a ed. - Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO, 2009.

CARLOS, Euzeneia. Contribuições da análise de redes sociais Às teorias de movimentos sociais. Curitiba, Rev. Sociol. Polít., v. 19, n. 39, jun. 2011, p. 153-166

CARLOS, Euzeneia. Movimentos sociais: revisitando a participação e a institucionalização. Lua Nova, São Paulo, 84: 353-364, 2011.

CARLOTTO, Maria Caraméz. Decifra-me ou devoro-te. O enigma de junho. Revista Fevereiro, nº6, set/2013, s/p. <http://www.revistafevereiro.com/pag.php?r=06&t=14>.

CARNEIRO, Henrique Soares. Apresentação - Rebeliões e ocupações. In.: HARVEY, David... et al. Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2012.

CASTAÑEDA, Marcelo. As manifestações de 2013: imbricamento sóciotécnicos e perspectivas. In: CAVA, Bruno; COCCO, Giuseppe (Org.). Amanhã vai ser maior: o levante da multidão no ano que não terminou. São Paulo, Annablume, 2014.

CASTELLS, Manuel. Redes de indignação e esperança – Movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro, Zahar, 2013.

CATTANI, Antonio David (org.). #protestos: análises das ciências sociais. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2014.

CAVA, Bruno. A multidão foi ao deserto: as manifestações no Brasil em 2013 (junho-outubro). São Paulo, Annablume, 2013.

_____. A cidade da peste e seus carnavais. In.: CAVA, Bruno; COCCO, Giuseppe (Org.). *Amanhã vai ser maior: o levante da multidão no ano que não terminou*. São Paulo, Annablume, 2014.

CAVA, Bruno; COCCO, Giuseppe (Org.). *Amanhã vai ser maior: o levante da multidão no ano que não terminou*. São Paulo, Annablume, 2014.

CHAGUACEDA, Armando; BRANCALEONE, Cassio (Org.). *Sociabilidades emergentes y movilizaciones sociales en América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, 2012.

CHAUÍ, Marilena. O inferno urbano e a política do favor, tutela e cooptação. In: *Revista Teoria e Debate*. São Paulo, junho de 2013.

_____. Uma nova classe trabalhadora. In: SADER, Emir (Org.). *10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma*. São Paulo, Boitempo; Rio de Janeiro, FLACSO, 2013.

CLAUDIN, Fernando. A oposição no “socialismo real” – União Soviética, Hungria, Tcheco-Eslováquia, Polônia: 1953-1980. Rio de Janeiro, Marco Zero, 1983, p. 171-285.

COCCO, Giuseppe. *MundoBraz. O Devir-Mundo do Brasil e o Devir-Brasil do Mundo*. Rio de Janeiro, Editora Record, 2009.

_____. Nova classe média ou nova composição de classe? In.: *Classes? Que classes? Ciclos de debate sobre classes sociais*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo e fundação Friedrich Ebert, 2013.

COHEN, Jean L.; ARATO, Andrew. *Sociedad Civil y Teoría Política*. México: Fondo de Cultura Económica, 2001.

COLETIVO RECIFE RESISTE. Pode começar em qualquer ponto, mas nunca termina. In: BRANCALEONE, Cassio; BEM, Daniel de (Orgs.). *As rebeliões da tarifa e as jornadas e junho no Brasil*. Porto Alegre: Editora Deriva, 2014.

CONTI, Mario Sérgio. Rebelião: Relâmpago, fagulha e incêndio num fim de outono. São Paulo, Revista Piauí, N. 82, junho 2013.2

COUTINHO, Carlos Nelson. A hegemonia da pequena política. In.: OLIVEIRA, Francisco; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele (Org.). *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 29-43.

CUT. 11 de julho: Manifestação Nacional. CUT nas ruas de todo o Brasil em defesa da classe trabalhadora. Veja a pauta dos trabalhadores e as ações programadas para quinta-feira em todo o país. Escrito por: CUT Nacional. Publicado 08/07/2013. Acessado em: 20/11/13. Disponível em: <http://www.cut.org.br/noticias/11-de-julho-manifestacao-nacional-1845/>

DAGNINO, Evelina et all. Para uma outra leitura da disputa pela construção democrática na América Latina. DAGNINO, Evelina (org) [et al.]. *A Disputa pela Construção Democrática na América Latina*. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

DAGNINO, Evelina; TATAGIBA, Luciana (org.). *Democracia, sociedade civil e participação*. Chapecó: Argos, 2007.

DAGNINO, Evelina; TATAGIBA, Luciana. *Mouvements sociaux et participation institutionnelle: répertoires d'action collective et dynamiques culturelles dans la difficile construction de la démocratie brésilienne*. *Revue internationale de politique comparée*, Vol. 17, 2010, p. 167 à 185.

DAGNINO, Evelina (Org). *Os anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994

_____. Cultura, cidadania e democracia – a transformação dos discursos e práticas na esquerda Latino-Americana. In: ALVAREZ, Sonia, DAGNINO, Evelina,

ESCOBAR. Cultura e política nos movimentos sociais Latino-Americanos – Novas Leituras. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2000.

_____. ¿Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In.: MATO, Daniel (org.). Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004 a, p. 95-110.

_____. Confluencia perversa, deslocamentos de sentido, crise discursiva. En publicacion: La cultura en las crisis latinoamericanas. Alejandro Grimson. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, Argentina. 2004 b.

_____(org) [et al.]. A Disputa pela Construção Democrática na América Latina. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

_____. Sociedade Civil e e Espaços Públicos na América Latina. In.: DAGNINO, Evelina. Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p 9-16

DAGNINO, Evelina. ¿Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? En: Daniel Mato (Coord.), Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004, p. 95-110.

_____. Cultura, cidadania e democracia – a transformação dos discursos e práticas na esquerda Latino-Americana. In: ALVAREZ, Sonia, DAGNINO, Evelina, ESCOBAR. Cultura e política nos movimentos sociais Latino-Americanos – Novas Leituras. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2000.

_____. Innovación democrática en América Latina: una primera mirada al Proyecto Democrático-Participativo. In: (Ed.) RAVENTÓS, Ciska. Innovación democrática en el Sur : participación y representación en Asia, África y América Latina. Buenos Aires: CLACSO, 2008.

DANTAS, Sylvia. Vídeo. Como Avançar? Organização: IEA - Instituto de Estudos Avançados. Local: Sala de Eventos do IEA. 21/06/13. Publicado 18/11/2013. Duração: 1h e 48 min. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/midiateca/video/videos-2013/o-que-esta-acontecendo/view>.

DELLA PORTA, Donatella. O movimento por uma nova globalização. São Paulo, Loyola, 2007.

_____. Práticas democráticas en lon movimientos antiausteridad. De foros a acampamentos, de America Latina e Europa. Estudos de Democracia, (Protesto social e capacidade de resposta da democracia: Avaliar a realidade na América Latina e do Caribe e da União Europeia). Hamburgo: Fundacion Eu-Lac, 2015. Pp. 15-38

DELLA PORTA, Donatella; DIANI, Mario. Los movimientos sociales. Madrid, Editorial Complutense/CIS, 2011.

DENNING, Michael. Esquerda Global? Os movimentos sociais na era dos três mundos. In.: LOUREIRO, Isabel; LEITE, José Corrêa; CEVASCO, Maria Elisa (orgs.). O Espírito de Porto Alegre. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

DIANI, Mario. The concept of social movement. Oxford, The Sociological Review v.40, n. 1, 1992, p. 1-25.

_____. Organizações, coalizões e movimentos. Brasília, Revista Brasileira de Ciência Política, n. 3, jan/jul, 2010, p. 219-250.

_____. Redes de movimientos sociales virtual y real. Acessado em 22 de outubro de 2014 em: https://www.academia.edu/3811234/movimientos_sociales_traducc_diani. Documento de la Conferencia "Una nueva política?", CCSS, Universidad de Birmingham, 16-17/09/ 1999.

_____. Social Movements and Collective Action. In.: SCOTT, John; CARRINGTON, Peter J.. Handbook of social network analysis. London, SAGE, 2011, p. 223-234.

_____. Revisando el concepto de movimiento social. Encrucijadas. Revista Crítica de Ciencias Sociales, n9, 2015.

DOIMO, Ana Maria. A Vez e a Voz do Popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70. Rio de Janeiro: Relume Dumará / ANPOCS, 1995.

DOMINGUES, José Mauricio. Aproximações à América Latina: desafios contemporâneos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. O Brasil entre o presente e o futuro. In.: BORBA, Pedro; GRASSI, Amaro; LIMA, Vinícius; ARAÚJO, Ramón. Conjuntura Política Brasileira: do país do futuro ao futuro do país. Dossiê Temático no2 – Documento de apoio à pesquisa produzido pelos integrantes do NETSAL - IESP/UERJ, Rio de Janeiro, Junho de 2013a.

_____. Las movilizaciones de junio de 2013: ¿Explosión fugaz o novísima historia de Brasil?. OSAL Observatorio Social de América Latina. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. Año XIV N° 34, publicación semestral, noviembre de 2013b.

_____. O Brasil entre o presente e o futuro: conjuntura interna e inserção internacional. Rio de Janeiro, Mauad X, 2013c.

_____. Dois ciclos (e uma transição difícil). Centro de Estudos Estratégicos da Fiocruz. Publicado em 06 de agosto de 2015. Disponível em: <http://www.cee.fiocruz.br/?q=node/58>.

DOWBOR, Monika. Além dos protestos: contribuição para o conceito de repertórios de interação de movimentos sociais. Seminário Discente do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, USP, 2013: n. pág. Web. <http://conferencias.fflch.usp.br/sdp/scp/IIsem/rt/captureCite/80/0>. Acessado: 5 Fev. 2015.

DUARTE, André. A batalha do Estelita - Como um cais abandonado criou uma briga entre ativistas e construtoras, ganhou a atenção do Brasil na Internet e colocou o Recife no centro do debate sobre o futuro das cidades. Recife, Super Interessante, agosto de 2014. Disponível em: <http://planetasustentavel.abril.com.br/noticia/cidade/a-batalha-d0-estelita-802980.shtml?func=2>. Acessado em: 04/10/2014.

DULCI, Luiz. Um salto para o futuro: como o governo Lula colocou o Brasil na rota do desenvolvimento. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2013.

ELEY, Geoff. Forjando a Democracia - A História da Esquerda na Europa, 1850 - 2000. Sao Paulo: Abramo, 2005.

FALCÃO, Rui. Fala no Seminário Manifestações em Junho - Razões e perspectivas. TV João Mangabeira, Fundação João Mangabeira – PSB. Rio de Janeiro, 9 de agosto 2013. Disponível em: <http://www.fjmangabeira.org.br/category/manifestacoes-de-junho>.

FAUSTO, Ruy. A ofensiva teórica do anti-humanismo em torno das teses de Alain Badiou e Slavoj Zizek. Revista Fevereiro, n1, março de 2010. Disponível em: <http://www.revistafevereiro.com/pag.php?r=01&t=01>.

FIGUEIREDO, Rubens. Junho de 2013; a sociedade enfrenta o Estado. São Paulo: Summus, 2014

FPA – Fundação Perseu Abramo; FFE – Fundação Friedrich Ebert (Orgs). In.: Classes? Que classes? Ciclos de debate sobre classes sociais. São Paulo: Fundação Perseu Abramo e fundação Friedrich Ebert, 2013.

FREIXO, Adriano (org.). Manifestações no Brasil: as ruas em disputa. Rio de Janeiro: oficina Raquel, 2016.

FUNDAÇÃO JOÃO MANGABEIRA – PSB. Seminário Manifestações em Junho - Razões e perspectivas. Rio de Janeiro:TV João Mangabeira, 9 de agosto 2013. Disponível em: <http://www.fjmangabeira.org.br/category/manifestacoes-de-junho>. Acessado em 15 de maio de 2014.

FUNES, José Maria Jesús (Ed.). A propósito de Tilly – Conflicto, poder y acción colectiva. Madrid, CIS, 2011.

GARCIA, Marco Aurélio. Contribuições para uma história da esquerda brasileira. In.: MORAES, Reginaldo; ANTUNES, Ricardo; FERRANTE, Vera. Inteligência Brasileira. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986.

_____. Esquerdas Rupturas e Continuidades. In.: DAGNINO, Evelina (Org). Os anos 90: política e sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1994. p.119-126.

_____. Pensar a terceira geração da esquerda. In.: FORTES, Alexandre(org). História e Perspectivas da esquerda. São Paulo/Chapecó: Editora Fundação Perseu Abramo/Argos, 2005.

Geoffrey Pleyers. A quince años del levantamiento zapatista: alcances y retos de un movimiento local en la edad global. Rev. Ciencias Sociales 125: 11-22 / 2009 (III)

_____. Alter-Globalization. Becoming Actors in the Global Age (Cambridge: Polity, 2010), 272 pp

_____. Brève histoire du mouvement altermondialiste. La Vie des Idées, 29 mars 2013a. Disponível em: <http://www.laviedesidees.fr/Breve-histoire-du-mouvement.html>

_____. Ativismo das ruas e on line dos movimentos pós-2011. Lutas Sociais, São Paulo, vol.17 n.31, p.87-96, jul./dez. 2013b.

_____. La résonance des <<mouvements des places>>. Socio (Dossier Révolution, contestation, indignations), n 2, nov 2013c. Pp 59-79.

GIRALDO, Pedro C; del CAMPO, Carlos P.; GALLEGOS, René R. (Eds.). Crisis del capitalismo neoliberal, poder constituyente y democracia real. Madrid, Traficantes de Sueños, 2013.

GOFFMAN, E. Os quadros da experiência social: uma perspectiva de análise. Petrópolis: Editora Vozes, 2012.

GOHN, Maria da Glória. Sociologia dos movimentos sociais. Questões da nossa época vol. 47. São Paulo, Cortez, 2013.

_____. Teoria dos Movimentos Sociais – paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

_____. Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praça dos indignados no Mundo. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2014.

GOIRAND, Camille. Movimentos Sociais na America Latina: elementos para uma abordagem comparada. Revista Estudos de História. Rio de Janeiro, vol 22, nº 44, p. 323-354, julho-dezembro de 2009.

GOMBATA, Maristela. A luta política de cara nova. Carta Capital, 27/06/2016. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/revista/906/a-luta-politica-de-cara-nova>. Acessado em: 08/10/2016.

GONÇALVES, Maurício (Org.). As jornadas de junho: os significados do retorno das manifestações de massa. Recife: Ed. Do organizador, 2014.

GONÇALVES, Reinaldo. Desenvolvimento às avessas – Verdade, má-fé e ilusão no atual modelo brasileiro de desenvolvimento. Rio de Janeiro, LTC, 2013.

_____. “O capitalismo brasileiro – ornitorrinco – gera o Brasil invertebrado!”. Acessado em 17/12/2012: <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/514122-o-capitalismo-brasileiroornitorrinco-gera-o-brasil-invertebrado-entrevista-especial-com-reinaldo-goncalves>. Entrevista a Notícias On-line IHU – Instituto Humanitas Unisinos, 01/10/2012.

GOODIN, Robert E.; TILLY, Charles. Contextual political analysis. New York, Oxford University Press Inc., 2006, p. 3-34

GOULART, Débora Cristina. O anticapitalismo do Movimento dos Trabalhadores

Sem-Teto – MTST. UNICAMP - Campus Marília/SP. Tese Doutorado, 2011a. Acessado em: 20/07/2016. Disponível em:

http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/100930/goulart_dc_dr_mar.pdf?sequence=1

_____. Do barracão à nacionalização: o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto – MTST como proposta de poder popular e resistência ao

Neoliberalismo. I Simpósio Trabalhadores e a Produção Social. CEMOP, Sumaré, 2011b.

Acessado em: 03/07/2016. Disponível em:

<http://www.simposioproducaosocial.org.br/Trabalhos/401.pdf>

GRAEBER, David. Um Projeto de Democracia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

GT ACYSE. Anticapitalismos y sociabilidades emergentes - nociones en construcción. In:

CHAGUACEDA, A. e BRANCALEONE, C (Org.). Sociabilidades Emergentes y Movilizaciones Sociales em América Latina. Buenos Aires: CLACSO, 2012, p. 313.

HABERMAS, Jürgen. Mudança Estrutural da Esfera Pública. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HARDT, Michael. Prefácio – junho maldito. CAVA, Bruno; COCCO, Giuseppe (Orgs).

Amanhã vai ser maior: o levante da multidão no ano que não terminou. São Paulo:

Annablume, 2014. (Coleção Políticas da Multidão).

HARVEY, David [et al.]. Cidades rebeldes – Do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo, Martins Fontes, 2014a.

_____. Diecisiete contradicciones y el fin del capitalismo. Quito, Editorial IAEN, 2014b.

_____ et alli. Occupy movimentos de protestos que tomaram as ruas. São Paulo, Boitempo editorial e Carta Maior, 2012.

_____. Organizarse para la transición Anticapitalista. Buenos Aires, Clacso, Revista Crítica y Emancipación, N 4, 2010, p. 167-193.

_____. O novo imperialismo. 2 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

_____. O Neoliberalismo – história e implicações. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HORCASITAS, Ricardo Pozas. Los 68: encuentro de muchas historias y culminación de muchas batallas. México, Flacso, Revista Perfiles Latinoamericanos, N. 43, enero-junio 2014, p. 19-53.

HUNT, Scott; BENFORD, Robert; SNOW, David. Marcos de acción colectiva y campos de identidade em la construcción social de los movimientos. In.: LARANA, Enrique; GUSFIELD. Los nuevos movimientos sociales – De la ideología a la identidade. Madrid, CIS, 2001, p. 221-251.

INSTITUTO DEMOCRACIA E SUSTENTABILIDADE. Roda de Conversa sobre a Reforma do Sistema Político. Realizado em 17 de Julho de 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=N8Wc5bwSbO0>. Acessado em 14/10/2013. <https://www.youtube.com/watch?v=y3fHesotpSw>

INTERNACIONAL SITUACIONISTA. Situacionista – Teoria e prática da revolução. São Paulo, Conrad, 2002.

JANUÁRIO, Adriano; CAMPOS, Antonia Malta; MEDEIROS, Moretto; RIBEIRO Jonas Márcio . As ocupações de escolas em São Paulo (2015): autoritarismo burocrático, participação democrática e novas formas de luta social. Revista Fevereiro, nº 9, abril de 2016. Disponível em: <http://www.revistafevereiro.com/pag.php?r=09&t=12>

JUAN, Josep. Morar na Casa do Povo - A Ocupação da Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Porto Alegre, Mestrado do PPGAS/UFRGS, 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=lkatzqbHtQY>

JUDENSNAIDER, E; LIMA, L.; POMAR, M.; ORTELLADO, P. Vinte centavos: a luta contra o aumento. São Paulo, Veneta, 2013.

KREIN, José Dari. A estrutura social do Brasil anos 2000 e o mito da classe média. Estudos avançados 28 (81), 2014.

LARAÑA, Enrique; DÍEZ, Rubén. LAS RAÍCES DEL MOVIMIENTO 15 M. Oeden social e indignacion moral. Revista Española del Tercer Sector , nº20, enero-abril 2012. Madrid (pp 105-144).

LARANA, Enrique; GUSFIELD. Los nuevos movimientos sociales – De la ideologia a la identidade. Madrid, CIS, 2001

_____. La construcción de los movimientos sociales. Madrid, Alianza, 1999.

LAVINAS, Lena. Mínimos monetários em lugar da proteção social. Revista política social e desenvolvimento, n. 08, DESIGUALDADE E PROTEÇÃO SOCIAL NA AMÉRICA LATINA, ANO 02, Novembro 2014.

LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE. Debate Público sobre Reforma Política e Constituinte. Realizado em 13 de julho de 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=07piUxWn74c> . Acessado em 23/11/2013

LOCATELLI, Piero. 7,4 milhões de votos a favor da reforma política. Carta Capital, publicado 24/09/2014. Disponível: <http://www.cartacapital.com.br/politica/2018plebiscito2019-popular-7>. Acessado: 11/11/2014.

LORENZOTTI, Elizabeth. Jornalismo século XXI. O modelo #MídiaNINJA. Livro Digital, 2014.

LOWY, Michael. La “mosca azul” del poder y el social-liberalismo. Un primer balance del gobierno de Lula en Brasil. In.: Gaudichaud, Franck (dir.) El volcán latino-americano - Izquierdas, movimientos sociales y neoliberalismo al sur del Río Bravo: Balance de una década de luchas: 1999-2009. Versión en español, de una publicación editada en Francia, Edición Textuel, Paris, 2008. Obra electronica mediante una licencia de Creative Commons, 2010.

_____. (org.). Revoluções. São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. A guerra dos deuses: religião e política na América Latina. Ed. Vozes, Petrópolis, 2000.

LUDD, Ned (org). Urgência das ruas – Black block, reclaim the streets e os dias de ação global. Coleção Baderna. São Paulo, Conrad editora do Brasil, 2002.

LULA DA SILVA, Luís Inácio. Debate de lançamento de "10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma", organizado por Emir Sader, reuniu os autores Marilena Chaui e Marcio Pochman e o ex-presidente Luis Inácio Lula da Silva, além do próprio organizador da coletânea. Debate organizado pela Boitempo. 13 de maio de 2013. Disponível em: <http://www.boitempoeditorial.com.br/v3/titles/view/10-anos-de-governos-pos-neoliberais-no-brasil>.

MACHADO, Murilo; SAVAZONI, Rodrigo; SILVEIRA, Sergio Amadeu. As múltiplas faces dos Anonymous: hacking político nas redes digitais. Em: http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=7834&Itemid=76. Acesso em: 06/11/2014.

MAGALHÃES, João Paulo A. et ali. Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2013-2010. Rio de Janeiro, Garamond, 2010.

MALAQUIAS, Evson. Do sindicalismo ao Black Bloc. Das lutas representacionais às lutas autonomistas e de/nas redes. In: GONÇALVES, Maurício (Org.). As jornadas de junho: os significados do retorno das manifestações de massa. Recife: Ed. Do organizador, 2014.

MALINI, Fábio; ANTOUN, Henrique. A internet e a rua: ciberativismo e mobilização nas redes sociais. Porto Alegre, Sulina, 2013.

MANOLO, Teses sobre a revolta do Buzu. Caderno CEAS, nº 230. Salvador: CEAS, 2008.

MARICATO, Ermínia. É a questão urbana, estúpido! In.: In.: MARICATO, Ermínia, et al.. Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo, Boitempo/Carta Maior, 2013.

MARK, Kurlansky. 1968: o ano que abalou o mundo. Rio de Janeiro, José Olympio, 2005.

MARTINS, Antônio. Primavera Brasileira ou golpe de direita? Outras Palavras, 25/06/2013. Disponível em: <http://outraspalavras.net/brasil/primavera-ou-golpe-tudo/>. Acessado em: 17/08/2013.

MARTINS, José de Souza. A política do Brasil: lúmpem e místico. São Paulo: Contexto, 2011.

_____. Do PT das lutas sociais ao PT do poder. São Paulo: Contexto, 2016.

MATOS, Olgária C. F.. Paris 1968 – As barricadas do desejo. 3 ed. São Paulo, Brasiliense, 1989.

_____. Adivinhas do tempo: êxtase e revolução. São Paulo, Hucitec, 2008, p. 59-104.

McADAM, Doug; McCARTHY, John D.; ZALD, Mayer N.. Movimientos sociales: perspectivas comparadas – oportunidades políticas, estructuras de movilización y procesos enmarcadores. Madrid, Istmo, 1999.

McADAM, Doug; TARROW, Sidney. Movimentos sociais e eleições: por uma compreensão mais ampla do contexto político da contestação. Porto Alegre, Revista Sociologias, N. 28, set./dez., 2011, p. 18-51.

McADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. Dinámica de la contienda política. Barcelona, Hacer, 2005.

_____. Para mapear o confronto político. São Paulo, Revista Lua Nova, N. 76, 2009, p. 11-48.

McCARTHY, John D. Adoptar, adaptar e inventar limites y oportunidades. In.: McADAM, Doug; McCARTHY, John D.; ZALD, Mayer N (Eds).. Movimientos sociales: perspectivas

comparadas – oportunidades políticas, estructuras de movilización y procesos enmarcadores. Madrid, Istmo, 1999.

MEDEIROS, Josué. Apresentação. In.: *Classes? Que classes? Ciclos de debate sobre classes sociais*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo e fundação Friedrich Ebert, 2013.

MEDEIROS, Rogerio de Souza. A autonomia revisitada: marcos históricos nos padrões de relacionamento entre ONGs e o Estado no Brasil. IN: REIS, Elisa P. (org.). *ONGS Novos vínculos entre a sociedade e o Estado*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013.

_____. Crítica e resignação nas atuais relações entre as ONGs e o Estado no Brasil. In: DAGNINO, Evelina; TATAGIBA, Luciana (org.). *Democracia, sociedade civil e participação*. Chapecó: Argos, 2007.

_____. ONG e Estado no Brasil: a defesa da autonomia em contextos específicos. In: MARTINS, Paulo Henrique et al. (org). *Limites da Democracia*. Recife: Editora Universitária UFPE, 2008.

MELUCCI, Alberto. A invenção do presente. Petrópolis, Vozes, 2001a. _____. *Qué hay de Nuevo en los nuevos movimientos sociales?*. In.: LARANA, Enrique; GUSFIELD. *Los nuevos movimientos sociales – De la ideología a la identidad*. Madrid, CIS, 2001b, p. 119-150.

_____. *Acción colectiva, vida cotidiana y democracia*. México, El Colegio de Mexico/ CES, 1999.

MENDES, Soraia da Rosa (org). *País mudo, não muda! As manifestações de junho de 2013 na visão de quem vê o mundo para além dos muros da Academia*. Brasília: IDP, 2013.

MISCHE, Ann. Entrevistada por Catalina González Zambrano, Gabriela Pereira Martins e Rafael de Souza. *Movimentos sociais, partidos políticos e análise de redes: uma entrevista com Ann Mische*. PLURAL, Revista do Programa de Pós Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v.22.1, 2015, p.131-141.

MORAES, Alana; [et al.]. *Junho: potência das ruas e das redes*. São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung (FES), 2014.

MORONI, José. In: INSTITUTO DEMOCRACIA E SUSTENTABILIDADE. *Roda de Conversa sobre a Reforma do Sistema Político*. Realizado em 17 de Julho de 2013. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=dI_vA89z2QI . Acessado em 14/10/2013. <https://www.youtube.com/watch?v=y3fHesotpSw>

MPL - Movimento Passe Livre. *Roda Viva*, TV Cultura. Realizado em 17 de junho de 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8FacFeGixxY>. Acesso em: 10/10/2013.

MTST. *Nota do MTST sobre reunião com Dilma*. Facebook do MST-Brasil. 25/06/2013. Disponível em: <https://www.facebook.com/mtstbrasil/posts/574309732607362>. Acessado em: 17/11/2013.

NEGRI, Antonio; HARTD, Michael. *Bem estar comum*. Rio de Janeiro: Record, 2016.

NERI, Marcelo C. (Coord.). *A nova classe média: o lado brilhante dos pobres*. Rio de Janeiro, FGV/CPS, 2010.

NIGÉRIA FILMES. *Com Vandalismo*. Fortaleza, Nigéria Filmes, 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KktR7Xvo09s>. Acessado em: 12/12/2014.

NOBRE, Marcos. *Choque de democracia, razões da revolta*. São Paulo, Companhia das Letras, 2013a.

_____. *Imobilismo em movimento – da abertura democrática ao governo Dilma*. São Paulo, Companhia das Letras, 2013b.

NOGUEIRA, Marcos Aurélio. As ruas e a democracia – Ensaios sobre o Brasil contemporâneo. Brasília, Fundação Astrogildo Pereira; Rio de Janeiro, Contraponto, 2013.

NORRIS, Pippa. Democratic Phoenix : reinventing political activism. , New York, Published in the United States of America by Cambridge University Press, Transferred to digital printing, 2007.

OLIVEIRA, Adélia et ali. #BHnasruas: uma experiência de cobertura colaborativa. Belo Horizonte: Editora letramento, 2014.

OLIVEIRA, Francisco et alli. Hegemonia às avessas. Coleção Estado de Sítio. São Paulo, Boitempo editorial, 2010.

OLIVEIRA, Francisco. A dominação globalizada: estrutura e dinâmica da dominação burguesa no Brasil. In: BASUALDO, Eduardo M.; ARCEO, Enrique. Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales. Buenos Aires: CLACSO, 2006, p. 265-291.

_____. Política numa era de indeterminação: opacidade e reencantamento; e O momento Lenin. In: OLIVEIRA, Francisco; RIZEK, Cibele (Org.). A era da indeterminação. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 15-45; 257-287.

_____. A economia brasileira: crítica a razão dualista. Petrópolis: Vozes, 1987.

_____. A Sociologia Política e a Democracia no Brasil. Revista Política e Sociedade, nº3, outubro de 2003.

_____. O Ornitorrinco. In: OLIVEIRA, Francisco. Economia Brasileira: crítica a razão dualista/Ornitorrinco. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

_____. Hegemonia às avessas. In.: OLIVEIRA, Francisco; BRAGA, Ruy;

OLIVEIRA, Francisco; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele (Org.). Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira. São Paulo: Boitempo, 2010.

OLIVEIRA, Lucas. Entrevista do MPL-SP a Maria Caraméz Carlotto. Revista Fevereiro, nº6, set/2013, s/p. <http://www.revistafevereiro.com>

ORNELAS, Raúl (Coord.). Crisis civilizatoria y superación del capitalismo. México, UNAM, Instituto de Investigaciones Económicas, 2013

ORTELLADO, Pablo. Manifestações do MPL: a polícia, a imprensa e os políticos. São Paulo, Casa da Cidade, 22/06/2013c. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BHqHGeg9vBE>

ORTELLADO, Pablo. Os protestos de junho entre o processo e o resultado. In.:JUDENSNAIDER, Elena [et al.]. Vinte centavos: a luta contra o aumento. São Paulo, Veneta, 2013a.

_____. Posfácio: O black block e a violência. In.: SOLANO, Esther; MANZO, Bruno Paes; NOVAES, Willian. Mascarados: a verdadeira história dos adeptos da tática black bloc. São Paulo, Geração Editorial, 2014, p. 281-287.

_____. Entrevista com Pablo Ortellado (pelo DAR). Publicado: setembro de 2013b. Disponível em: <http://uninomade.net/tenda/entrevista-com-pablo-ortellado-pelo-dar/>. Acesso em dezembro de 2013.

_____. Manifestações do MPL: a polícia, a imprensa e os políticos. São Paulo, Casa da Cidade, 22/06/2013c.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BHqHGeg9vBE>. Acessado em : dezembro de 2013.

- _____. Os protestos de junho entre o processo e o resultado. In: JUDENSNAIDER, E; LIMA, L.; POMAR, M.; ORTELLADO, P. Vinte centavos: a luta contra o aumento. São Paulo, Veneta, 2013d.
- _____. CMI: entre a política e o movimento. 2004. Disponível em: <https://midia independente.org/en/red/2004/08/288787.shtml>. Acesso em dezembro 2013.
- _____. O significado do zapatismo. 2006. Publicado em novembro de 2013. Disponível em: <https://etoiles.noblogs.org/post/category/pablo-ortellado/>. Acesso em dezembro 2013.
- _____. Aproximações ao Movimento Antiglobalização. Revista Espaço Acadêmico, n 47, abril de 2005.
- _____. Argentina: relato de viagem. Publicado em: 08/08/2002. Disponível em: <http://www.ainfos.ca/02/aug/ainfos00114.html>. Acesso em dezembro 2013.
- PALUDO, Conceição. Educação Popular em Busca de Alternativas: uma leitura desde o campo democrático e popular. Porto Alegre: Tomo editorial / Camp, 2001.
- ORTELLADO, Pablo; FORA DO EIXO. Primaveras - Ativismo e Política: Distraídos Venceremos? 2012. Disponível em: <http://www.ustream.tv/recorded/26971348>
- ORTELLADO, Pablo; RYOKI, André. Estamos vencendo! Resistência Global no Brasil. São Paulo, Conrad, 2004.
- PARADA, Clara. Documentário 020 Zerovinte. São Paulo, TV Carta.doc., 2013. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=YBu09di_XHE . Acessado em: 15/12/2013.
- PERRUSO, Marco Antonio. Em busca do “novo”: intelectuais brasileiros e movimentos populares nos anos 1970/80. São Paulo: Annablume, 2009.
- _____. As Jornadas de(s)de Junho de 2013. 38º ANPOCS, 2013.
- PINHEIRO, Daniela. O comissário: as tarefas e os métodos de Ruy Falcão, o presidente do PT. Revista Piauí, n 83, agosto 2013.
- POCHMANN, Marcio. Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira. São Paulo, Boitempo, 2012.
- POLETTTO, Emílio Rafael. A nova territorialidade dos movimentos sociais na América Latina: do ajuste neoliberal à construção de alternativas. In: EGAL 2009 - Programa on-line do 12º Encuentro de Geógrafos de América Latina – 2009. Acessado em 25/09/2010: http://egal2009.easyplanners.info/area02/2141_Poletto_Emilio_Rafael.pdf
- PRADO, Magaly. Ciberativismo e noticiário: da mídia torpedistas rede sociais. Rio de Janeiro: Alta Books, 2015.
- PRONZATO, Carlos. Documentário - Por uma vida sem catracas – MPL/SP. 2014a. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UNBm-dt2LRs>. Acessado em: 08/04/2014.
- PRONZATO, Carlos. Documentário A Partir de Agora - As Jornadas de Junho no Brasil. Brasil, Lamestiza Audiovisual, 2014b. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3dlPZ3rarO0>. Acessado em: 13/06/2014
- PRONZATO, Carlos. Por uma vida sem catracas, MPL | SP - Filme completo. 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UNBm-dt2LRs>. Acesso em: 02/05/2014a.
- _____. A PARTIR DE AGORA - As Jornadas de Junho no Brasil. 2014b. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3dlPZ3rarO0>. Acesso em: 06/06/2014

RBA. Passe Livre, sem-teto e movimentos da periferia farão atos na zona sul de São Paulo. 23/06/2013. Acessado em: 12/08/2016. Disponível em: <http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2013/06/passe-livre-sem-teto-e-movimentos-da-periferia-farao-atos-na-zona-sul-de-sao-paulo-3681.html>

REBELE-SE. E na luta pelo passe-livre estudantes ocupam Câmara de Vereadores do Recife (PE). 8 de agosto de 2013. <https://rebelesenaune.wordpress.com/2013/08/08/e-na-luta-pelo-passe-livre-estudantes-ocupam-camara-de-vereadores-do-recife-pe/>.

REIS, Daniel Aarão. Ditadura e democracia no Brasil. Do golpe de 1964 e à Constituição de 1988. Rio de Janeiro, Zahar, 2014.

REIS, Marlon. O Gigante Acordou: manifestações, ficha limpa e reforma política. Rio de Janeiro: Leya, 2013.

RENA, Natacha; BRUZZI Paula. As ocupações em Belo Horizonte: biopotência e estética da multidão. In.: CAVA, Bruno; COCCO, Giuseppe (Org.). Amanhã vai ser maior: o levante da multidão no ano que não terminou. São Paulo, Annablume, 2014.

RESTREPO, Martha Lucía Márquez, et alli (Ed). El eterno retorno del populismo en América Latina y el Caribe. Bogotá : Editorial Pontificia Universidad Javeriana, 2012.

RIBEIRO, Renato Janine. O Brasil e a democracia de protesto. São Paulo, Revista Matrizes, V. 8 - Nº 1 jan./jun. 2014a, p. 93-117.

_____. A quarta agenda da democracia brasileira – Ou: o que 2013 trouxe). São Paulo, Revista Interesse Nacional, N. 25, abril-junho 2014b.

RICCI, Rudá. Lulismo – da era dos movimentos sociais à ascensão da nova classe média brasileira. Brasília: Contraponto, 2010.

RICCI, Rudá; ARLEY, Patrick. Nas Ruas: a outra política que emergiu em junho de 2013. Belo Horizonte, Letramento, 2014.

RITZER, George. Teoria sociológica contemporânea. México, McGraw-Hill, 1997.

RIZEK, Cibele (Org.). Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 21-27.

ROCHA, M. E. da M. O Ocupe Estelita e a “nova política”. El País: Opinião. 09/11/2014. Disponível em: <http://migre.me/pY4iO>. Acesso em: 22 de maio de 2015.

_____. O Estelita é mais do que o Estelita. El País. Opinião. 30/11/2015a. Disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/30/opinion/1448840154_656256... Acesso em: 15 de março de 2016.

_____. Ocupe Estelita e a “sociedade dos muros”. El País. Política. 25/05/2015b. Disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2015/05/25/politica/1432560448_510...

RODRIGUES, Alberto Tossi. Ciclos de mobilização política e mudança Institucional No Brasil. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, 17, p. 33-43, nov. 2001.

_____. Mobilização e conflito político : a campanha das “Diretas Já”. Campinas. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. 1993.

ROLNIK, Raquel. As vozes das ruas: as revoltas de junho e suas interpretações. In.: MARICATO, Ermínia, et al.. Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo, Boitempo/Carta Maior, 2013.

ROSA, Marcelo C. Para além do MST: os impactos nos movimentos sociais brasileiros. In: Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia. Niterói: EdUFF, n. 23, 2º sem. 2007, p. 97-118.

ROSZAK, Theodore. A contracultura. Petropolis, Vozes, 1972.

ROVAI, Renato. O Movimento Passe Livre e a política na Era Informacional. Revista Fórum. Publicado em 19/06/2013a. Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/blogdorovai/2013/06/19/o-movimento-passe-livre-e-a-politica-na-era-informacional/>>. Acesso em: 04-07-2013.

ROVAI, Renato. Saiba quem são os Anonymous. Revista Fórum. 22/06/2013. Disponível em: <http://revistaforum.com.br/blog/2013/06/saiba-quem-sao-os-anonymous>. Acessado em: 05/11/2013b.

SADER, Eder. Quando Novos Personagens Entraram em Cena – experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo 1970-1980. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SADER, Emir. A Nova Toupeira – os caminhos da esquerda latino-americana. São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. A construção da hegemonia pos-neoliberalismo. In.: SADER, Emir (org.). 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma. São Paulo, Boitempo; Rio de Janeiro, FLACSO, 2013, p. 135-144.

_____. (Org.). O mundo depois da queda. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

_____. Neoliberalismo versus pós-neoliberalismo: a disputa estratégica contemporânea. In: Margem Esquerda, nº 16, 2011, p. 123-127.

SADER, Emir; GARCIA, Marco Aurélio (Org.). Brasil, entre o passado e o futuro. São Paulo, Boitempo, 2010.

SADER, Emir; GENTILI, Pablo. 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma. São Paulo, Boitempo; Rio de Janeiro, FLACSO, 2013.

SAFATLE, Vladimir. A política oxigenada das manifestações. In: Carta Capital ano XVIII, n 754, 26 de julho de 2013.

_____. Amor uma ideia. HARVEY et alli. Occupy movimentos de protestos que tomaram as ruas. São Paulo, Boitempo editorial e Carta Maior, 2012a.

_____. A esquerda que não teme dizer o seu nome. São Paulo: Três Estrelas, 2012b.

_____. A política oxigenada das manifestações. In: Carta Capital ano XVIII, n 754, 26 de julho de 2013.

SAMPAIO JR, Plínio de Arruda (Org.). Jornadas de junho: a revolta popular em debate. São Paulo: ICP, 2014.

SANTOS, Mariana Corrêa. Corpos em movimento: Black Bloc carioca e representações de resistência. In.: CAVA, Bruno; COCCO, Giuseppe (Org.). Amanhã vai ser maior: o levante da multidão no ano que não terminou. São Paulo, Annablume, 2014.

SANTOS. Boaventura de Souza. O Fórum Social Mundial: manual de uso. São Paulo, Cortez, 2005.

SARAIVA, Adriana Coelho. Movimento Passe Livre e Black Blocs: quem são os novos atores que emergiram dos protestos de 2013. In.: CATTANI, Antonio David (Org.). #protestos: Análises das Ciências Sociais. Porto Alegre : Tomo Editorial, 2014a.

_____. Movimentos em movimento: uma visão comparativa de dois movimentos sociais juvenis no Brasil e Estados Unidos. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Brasília, UNB. 2010.

- SASSEN, Saskia. Sociologia da globalização. Porto Alegre, Artmed, 2010.
- SAVAZONI, Rodrigo. Os novos bárbaros: a aventura política do fora do eixo. Ed. Aeroplano. Rio de Janeiro, 2014.
- SCHERER-WARREN, Ilse. Cidadania sem fronteiras – ações coletivas na era da globalização. São Paulo Hucitec, 1999.
- _____. Manifestações de rua no Brasil 2013: encontros e desencontros na política. Caderno CRH, Salvador, v. 27, n. 71, p.417-429, maio/ago. 2014.
- _____. Redes emancipatórias: nas lutas contra a exclusão e por direitos humanos. Curitiba, Appris, 2012.
- _____. Redes de movimentos sociais projetando o futuro. Aracaju, Revista Brasileira de Sociologia, N. 1, jan./jul, 2013, p. 187- 217.
- SECCO, Lincoln.. História do PT 1978-2010. Cotia, SP, Ateliê Editorial, 2011.
- _____. As Jornadas de junho. In.: MARICATO, Ermínia, et al.. Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo, Boitempo/Carta Maior, 2013.
- _____. Hegemonia na Atualidade - um debate no Lemarx – USP. Acessado em 12/02/2013: <http://www.lemarxusp.files.wordpress.com/2010/09/atualidade-de-gramsci.pdf>. Artigo publicado no Boletim “Informe” do FFLCH-USP, 2010
- SELL, Carlos Eduardo; Borba, Julian. Apresentação - Movimentos sociais, participação e democracia: contexto e perspectivas de debate no Brasil. Revista Política & Sociedade: Dossiê Movimentos Sociais, Participação e Democracia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da UFSC, vol. 6, nº 11, Outubro de 2007, p. 7-18.
- SEOANE, José; Taddei, Emilio; Algranati, Clara. Las nuevas configuraciones de los movimientos populares en América Latina. En: Política y movimientos sociales en un mundo hegemónico. Lecciones desde África, Asia y América Latina. Boron, Atilio A.; Lechini, Gladys. Buenos Aires: CLACSO, 2006.
- _____. Movimientos sociales y conflictos en América Latina. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, Argentina. Programa OSAL. 2003. 288 p. Disponible en la World Wide Web: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/seoane/intro.rtf>. Acessado em 2010.
- SICSÚ, João. Dez anos que abalaram o Brasil e o futuro? Os resultados, as dificuldades e os desafios dos governos de Lula e Dilma. São Paulo, Geração Editorial, 2013.
- SILVA, Marcelo Kunrath; ROCHA Ana Georgina; ALVES, Marcia Cristina. Desenvolvimento territorial e associativismo: uma análise comparativa. Ver. Tomo, Aracaju, n. 29, jul./dez 2016.
- SILVA, Carmen Silvia Maria. O Campo políticos dos movimentos sociais: as fronteiras entre movimento e organização no Centro de Cultura Negra. Dissertação de Mestrado no Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas – UFMA. São Luís: UFMA, 2001
- _____. Quando as ruas se fazem ouvir: os protestos de junho e a reforma política. Disponível em http://pad.org.br/sites/default/files/Artigo_Carmen_Integra.pdf . Acessado em 14/09/2013.
- SILVA, Marcelo Kunrath, MOURA, Joana Tereza Vaz. Atores sociais em espaços de ampliação da democracia: as redes sociais em perspectiva. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 16, número suplementar, p. 43-54, ago. 2008.

SILVA, Marcelo Kunrath. #vemprarua: o ciclo de protestos de 2013 como expressão de um novo padrão de mobilização contestatória?. In.: CATTANI, Antonio David (org.). #protestos: análises das ciências sociais. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2014.

_____. Sociedade civil no Brasil: institucionalização e/ou contestação. Em Debate, Belo Horizonte, v.3, n.4, p.37-43, dez. 2011.

SINGER, André. O PT. São Paulo, Publifolha, 2001.

_____. Os sentidos do lulismo. Reforma gradual e pacto conservador. São Paulo, Companhia das Letras, 2012.

_____. Brasil, junho de 2013. Classes e ideologias cruzadas. São Paulo, Estudos CEBRAP, N.97, novembro 2013a, p. 23-40.

_____. Quatro notas sobre as classes sociais nos dez anos do lulismo. In.: Classes? Que classes? Ciclos de debate sobre classes sociais. São Paulo: Fundação Perseu Abramo e fundação Friedrich Ebert, 2013b.

_____. “Raízes sociais e ideológicas do lulismo” publicado na revista Novos Estudos, do Cebrap, novembro 2009.

_____. A (falta de) base política para o ensaio desenvolvimentista. SINGER, André; LOUREIRO, Isabel (orgs.). As contradições do lulismo: a que pontos chegamos. São Paulo: Boitempo, 2016.

_____. Cutucando onças com varas curtas. Cebrap, Revista novos estudos, n 102, julho 2015.

SINGER, André; LOUREIRO, Isabel (orgs.). As contradições do lulismo: a que pontos chegamos. São Paulo: Boitempo, 2016.

SNOW, David A.; della PORTA, Donatella; KLANDERMANS, Bert; MCADAM, Doug (Editor). Encyclopedia of Social and Political Movements. Wiley-Blackwell 2013, p. 366-367.

SNOW, David A; BENFORD, Robert. Marcos maestros e ciclos de protesta. In.: AMPARÁN, Aquiles Chihu (Coord.). El "análisis de los marcos" en la sociología de los movimientos sociales. UAM, Unidad Iztapalapa, 2006. pp. 119-154.

SOLANO, Esther; MANSO, Bruno Paes; NOVAES, Willian. Mascarados: a verdadeira história dos adeptos da tática black bloc. São Paulo, Geração Editorial, 2014, p. 281-287

SOLIDARITY. Paris: Maio de 68. São Paulo, Conrad, 2003.

SOUSA, Janice Tirelli Ponte de. A Experiência Contemporânea da Política Entre Jovens Brasileiros / Janice Tirelli Ponte de Sousa. Florianópolis: Em Debate / UFSC, 2015.

_____. Reinvenção da Utopia – a militância política de jovens nos anos 90. São Paulo: Hacker Editores, 1999.

SOUTO, Anna Luiza, PAZ, Rosângela (orgs.). Novas lentes sobre a participação: utopias, agendas e desafios. São Paulo: Instituto Pólis, 2012.

SOUZA, Jessé. Ralé brasileira: quem é e como vive. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2009.

_____. A tolice da inteligência brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite. São Paulo: Leya, 2015.

_____. Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2012.

_____. As classes sociais e o mistério da desigualdade brasileira. In.: Classes? Que classes? Ciclos de debate sobre classes sociais. São Paulo: Fundação Perseu Abramo e fundação Friedrich Ebert, 2013.

SOUZA, Rodrigo. A Nova Esquerda americana: de Port Huron aos Weathermen (1960-1969). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

STÉDILE, João Pedros. Sem Constituinte, entraremos numa crise política prolongada. Revista Fórum, 23/07/2013. Disponível em: <http://www.revistaforum.com.br/2013/07/23/stedile-sem-constituente-entraremos-numa-crise-politica-prolongada/>. Acessado 13/10/2013.

STÉPHANE, Hessel. Indignai-vos! São Paulo, Leya, 2011.

SVAMPA, Maristella. Movimientos sociales, matrices sociopolíticas y nuevos escenarios en América Latina. In: IBARRA I GÜELL, Pedro; ORIOL, Mercè Cortina (Comp.). Recuperando la radicalidade Un encuentro en torno al Análisis Político Crítico. Barcelona: Editorial Hacer, 2011.

_____. Protesta, movimientos sociales y dimensiones de la accion colectiva em America Latina. Jornadas de Homenaje a C.Tilly, Universidad Complutense de Madrid-Fundacion Carolina, 2009.

_____. La experiencia de las organizaciones piqueteras. Entre la ruta y el barrio. , Buenos Aires, Biblos, 2004.

SVAMPA, Maristella; PEREYRA, Sebastian. A política dos movimentos piqueteros. Rio de Janeiro, Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, Brasil, N.15, dezembro de 2004.

SZWAKO, José. O fascismo contemporâneo brasileiro ou o mundo segundo o conservadorismo. Publicado em: 18 de maio de 2016. Disponível em: < <https://revistaescuta.> > . Acesso em: 22/09/2016.

TAIBO, Carlos. El 15-M en sesenta preguntas. 2011. (E-book)

TARROW, Sidney. O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político. Petrópolis, Vozes, 2009.

_____. Difusión y modularidad. In.: TARROW, Sidney . El nuevo activismo transnacional. Barcelona, Hacer, 2010, p. 111-131.

_____. Global, conventional and warring movements and the suppression of contention. Themes in contentious politics research. Política e Sociedade, Volume 10 – Nº 18 – abril de 2011a.

_____. ¿Por qué occupy wall street no es el tea party de la izquierda? La larga historia protestataria de los estados unidos. Anuari del conflicte social, 2011b.

TATAGIBA, Luciana. 1984, 1992 e 2013. Sobre ciclos de protestos e democracia no Brasil. Política&Sociedade, Florianópolis, Vol. 13 – Nº 28, Set;Dez, 2014.

_____. Relação entre movimentos sociais e instituições políticas no cenário brasileiro recente. Reflexões em torno de uma agenda preliminar de pesquisa. São Paulo: NEPAC, 2009. Disponível: http://www.nepac.ifch.unicamp.br/pf-nepac/public-files/2009-artigo-tatagiba_luciana.pdf. Acessado: 09/04/2015.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. O Local e o Global: limites e desafios da participação cidadã. São Paulo: Cortez; Recife: EQUIP; Salvador: UFBA, 2001.

_____. Conselhos de políticas: efetivamente uma nova institucionalidade participativa?. In: CARVALHO, Maria do Carmo A. A.; TEIXEIRA, Ana Claudia C. (orgs.). Conselhos Gestores de Políticas Públicas. São Paulo: Pólis, 2000. (Publicações Pólis 37).

THERBORN, Goran. O mundo – Um guia para principiantes. São Paulo, Contexto, 2013a.

_____. Rumo ao século XXI: os novos parâmetros da política global. In.: THERBORN, Goran. Do marxismo ao pós-marxismo. São Paulo, Boitempo, 2012.

_____. ¿Nuevas masas? Madrid, New Left Review, N. 85, Segunda Epoca, marzo - abril 2014, p. 5-17.

_____. Las clases en el siglo XXI. Madrid, New Left Review, N. 78, Segunda Epoca, enero/ febrero 2013b, p. 11-38.

TILLY, Charles. Conflicto político y cambio social. In.: IBARRA, Pedro; TEJERINA, Benjamín. Los movimientos sociales. Marid, Trotta, 1998.

_____. Democracia. Petropolis, Vozes, 2013.

_____. Repertórios de acción contestaria em Gran Bretaña: 1758-1834. In.: TRAUGOTT, Mark (Compilador). Protesta social. Repertorios y ciclos de la acción colectiva. Barcelona, Hacer, 2002, p. 15-40.

_____. Movimentos sociais como política. Revista Brasileira de Ciência Política, nº 3. Brasília, janeiro-julho de 2010, pp. 133-160.

_____. La democratización mediante la lucha. Sociológica, año 19, número 57, enero-abril de 2005, pp. 35-59.

TILLY, Charles; WOOD, Lesley J.. Los Movimientos sociales, 1768-2008 – desde sus Orígenes a facebook. Barcelona, Crítica, 2010.

TORTURRA, Bruno. Olho da rua. São Paulo, Revista Piauí, N. 87, dezembro de 2013.

TOURAINÉ, Alain. Os movimentos sociais. In.: FORACCHI, Marialice Mencarini; MARTINS, José de Souza. Sociologia e sociedade: leituras de introdução à sociologia. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos, 1977, p. 335-365.

_____. Como sair do liberalismo? Bauru, EDUSC, 1999.

_____. A crítica da modernidade. Petropolis, Vozes, 1998.

_____. Em defesa da sociologia. (Cap. 5 – A identidade social e os movimentos sociais). Rio de Janeiro, Zahar, 1976, p. 154- 180.

_____. El regreso del actor. Buenos Aires, Ed. Universitaria de Buenos Aires, 1987, p. 93-106.

_____. Palavra e Sangue – Política e sociedade na América Latina. São Paulo, E. UNICAMP/Trajetória Cultural, 1989.

VÉRAS, Roberto. Desafios Atuais do Campo Democrático e Popular: uma segunda chance. IV Seminário da NESTH. Núcleo de Estudos Sobre Trabalho Humano, UFMG. 2006. Acessado em 2011: <http://www.fafich.ufmg.br/nesth/seminario/seminarioIV.html>.

VERSO DE PÉ QUEBRADO – NARRATIVAS. SEM PARTIDO.

Verso de pé quebrado – narrativas. Documentário - longa-metragem. Fortaleza, 2014.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=h1rDF2LVHcE>. Acessado em: 13/11/2014

VIANNA, Luiz Werneck.. A modernização sem o moderno: análises de conjuntura na era Lula. Brasília: Fundação Astrogildo Pereira/Contraponto, 2011.

VISENTINI, Paulo G. Fagundes. O grande Oriente Médio: da descolonização à primavera árabe. Rio de Janeiro, Elsevier, 2014, 59-151.

_____. O Caótico Século XXI. Rio de Janeiro: Altar Books, 2015.

WAINER, João. Junho - O Mês que Abalou o Brasil. TV Folha, 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cPrMgsgg70g> f. Acessado 04/07/2014

WAINWRIGHT, Hilary(coord.). No olho do furacão – repensando o futuro da esquerda. São Paulo: Xamã, 2006.

WAINWRIGHT, Hilary. Poder popular no século XXI. São Paulo: Xamã, 2005.

_____. Uma resposta o Neoliberalismo – argumentos para uma nova esquerda. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editou, 1998

WALLERSTEIN, Immanuel. O fim do mundo como o concebemos – Ciência social para o século XXI (Parte 1 – O mundo Capitalista). Rio de Janeiro, Renavam, 2002, p. 39-170.

_____. Analisis de Sistema-mundo: una introducción. México, Siglo XXI, 2005.

_____. La decadência del império – Estados Unidos em um mundo caótico. Caracas, Monte Ávila, 2007.

_____. Nuevas revueltas contra el sistema. In: _____. Capitalismo histórico y movimientos antisistémicos. Un análisis de sistemas-mundo. Madrid: Akal, 2004. 464-474.

WALLERSTEIN, Immanuel; COLLINS, Randall; et alli. .Does capitalism have a future? New York, Oxford University Press, 2013

ZAPPA, Regina; SOTO, Ernesto. 1968: eles só queriam mudar o mundo. Rio de Janeiro, Zahar, 2008.

ZIBECHI, Raúl. Autonomías y emancipaciones - América Latina en movimiento. Lima: Fondo Editorial de la Facultad de Ciencias Sociales • Unidad de Post Grado • UNMSM: septiembre de 2007.

_____. Brasil potencia - Entre la integración regional y un nuevo imperialismo. Bogotá, Ediciones desde abajo, 2012.

_____. Brasil en movimiento - Debajo y detrás de las grandes movilizaciones. OSAL - Observatorio Social de América Latina. CLACSO. Año XIV N° 34, publicación semestral, noviembre de 2013.

ZIZEK, Slavoj. O ano que sonhamos perigosamente. São Paulo, Boitempo, 2012.

APÊNDICES

APÊNDICE I - Arquivos de Audiovisual

Lista e detalhamento de materiais em audiovisual que versam sobre as Ciclo de Protestos de Junho de 2013 e seu contexto

SUMÁRIO

1. Documentários	442
2. Programas de entrevistas, debates e reportagens de mídias alternativas e TV comunitárias	447
2.1.Instituto CPFL - Café Filosófico	452
2.2.TV Carta	455
3. Programas da TV comercial	458
4. Vídeo Eventos Acadêmicos e Literários	460
5. Palestras e debates organizados por Organizações Culturais, Políticas e Partidos	466
6. Vídeos com registro sobre Manifestações sem edição	474
7. Ocupe Estelita	475

1. Documentários

020 Zerovinte. Produção: TV Carta.doc. Direção e Edição: Clara Parada. 2013. 18min38seg

Quando o reajuste anual da tarifa do transporte público em São Paulo foi anunciado em junho de 2013, ninguém poderia prever que a medida seria o gatilho de uma onda de protestos que movimentaram o Brasil e questionaram profundamente o modelo de democrático do País.

Milhões de pessoas se organizaram pelas redes sociais e foram às ruas de diversas cidades pressionar as três esferas de governo. O mote do transporte público gratuito e de qualidade ganhou força, levando prefeituras e governos estaduais a suspenderem os reajustes.

A pressão popular também atingiu o governo federal e no Congresso. A presidenta Dilma Rousseff propôs uma reforma política e os parlamentares refutaram a PEC 37, que limitava o poder de investigação do Ministério Público.

Para entender os reflexos de um movimento que ganhou força rapidamente, CartaCapital ouviu os filósofos Vladimir Safatle e Renato Janine, o economista Luiz Gonzaga Belluzzo, o cientista político Sergio Amadeu, e um dos integrantes do Movimento Passe Livre, Marcelo Hotimsky. Eles discutem o que restou dos protestos e como essas movimentações refletirão no futuro político do Brasil.

Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=YBu09di_XHE

Por uma vida sem catracas, MPL | SP - Filme completo. 2014. Postagem: Richardson Pontone. Duração: 40min21seg.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UNBm-dt2LRs>

Descrição:

Publicado em 25 de fev de 2014

A história e as ações do Movimento do Passe Livre - SP. Um desdobramento do A Partir de Agora - as Jornadas de Junho no Brasil.

Direção, roteiro e concepção: Carlos Pronzato

Direção de produção: Cristiane Paolinelli

Edição: Juca Badaró

Edição: abertura, teasers e pesquisas de imagens adicionais: Richardson Pontone

Trilha: Apanhador Só - "Feliz 2014" , El Efecto - "Pedras e sonho" , Anthrax "in to the end"

Realização: Lamestiza Audiovisual

Brasil, fevereiro de 2014.

100 mil RJ. Três Filmes. 2013. 6min56seg.

Esse é um trabalho colaborativo de: Leonardo Harim; JV Santos; Jefferson Vasconcelos; Wagner Novais; Gustavo Guimarães; Eduardo Santos; Jonas Rosa; Marcelo Scofield; Leo Lima; Thomás Oliveira; Felipe Vianna; Micael Hocherman; Rafael Martinau.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-hfnNXbdabQ>

20 centavos. Direção: Tiago Tambelli. Produção: Lente Viva Filmes. 2014. 52min20seg.

"20 centavos" é um documentário média-metragem que retrata a inquietação social e política deflagrada pela luta contra o aumento das tarifas do transporte público em São Paulo e que

acompanha todos os desdobramentos, em escala nacional, desses primeiros protestos. Seu personagem principal é a rua, o espaço público tomado pela voz dos manifestantes. Seu discurso é construído de cartaz em cartaz, de reivindicação em reivindicação. O resultado é o retrato, com texturas mais que realistas, de um espírito de época inédito no Brasil, que marca o surgimento de uma nova forma de ativismo político, oriundo de uma profunda crise com a ideia de representação na democracia.

Disponível em: <https://vimeo.com/89155588>

A Caminho da Copa. Realização: Instituto Pólis e Pólis Digital. Direção e roteiro: Carolina Caffé e Florence Rodrigues. 2013. 26min08seg.

O documentário "A Caminho da Copa", desenvolvido pelo Ponto de Mídia Livre Pólis Digital, aborda a diversidade de opiniões a respeito dos impactos, positivos e negativos, da preparação dos megaeventos no cotidiano das principais cidades brasileiras. Raquel Rolnik, Carlos Vainer, Juca Kfourir, Toni Sando, Vicente Cândido e moradores de São Paulo e Rio de Janeiro atingidos por obras urbanas ligadas aos eventos da Copa do Mundo e Olimpíadas são entrevistados no filme.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xyjX6-F3isw>

A cidade é para todos: as jornadas de junho direito à cidade. Realização: Instituto Pólis. Coordenação-geral: Hamilton Faria. Direção: Amanda Kamanchek. Montagem e Finalização: Fábio Ranzani de Paiva

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZrsOgQigGb8>

A PARTIR DE AGORA - As Jornadas de Junho no Brasil (2014). Direção, roteiro e concepção: Carlos Pronzato. Direção de produção: Cristiane Paolinelli. Edição: Ricardo Gomes (Coletivo Das Lutas RJ). Realização: Lamestiza Audiovisual. Brasil, fevereiro de 2014. 1h19min14seg.

Realizado a partir de entrevistas com ativistas de cinco capitais brasileiras, o material não é apenas uma ferramenta para o debate e a compreensão das Jornadas de Junho, mas também um instrumento de organização da luta política, característica marcante da militância audiovisual de Carlos Pronzato, que também dirigiu, entre outros, "O Panelaço - a rebelião argentina" (2002) e "Carlos Marighella - Quem samba fica, quem não samba vai embora" (2011).

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3dlPZ3rarO0>

A Revolta Popular dos 20 Centavos. Produção: Traço Coletivo.

De forma não-cronológica o vídeo mostra os principais aspectos das manifestações no Rio de Janeiro. Os primeiros atos da Revolta Popular dos Vinte Centavos e a Batalha do Vinagre travada no dia 20 de junho de 2013. A Prefeitura do Município do Rio de Janeiro é o cenário de uma "guerra" oriunda dos protestos que acontecem em todo país.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CbCc3MvPOL8>

AMANHÃ VAI SER MAIOR - As manifestações de junho de 2013. Direção e roteiro: Marcelo Botta. Edição e finalização: Cauê Bravim. Fotografia: Edmur Epifanio. Áudio: Felipe Santos. Produção: João Mazini. 90min.

Nesse documentário de 90 minutos, Paulinho Serra viaja pelas seis cidades da Copa das Confederações registrando os marcantes protestos de junho de 2013. O roteiro segue o trajeto da seleção, passando por Brasília, Fortaleza, Salvador, Recife, BH e Rio, mas a história se

desenrola do lado de fora dos estádios. Imagens que não apareceram na tv revelam um outro ângulo dos confrontos entre polícia e manifestantes durante o maior movimento popular dos últimos 20 anos.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3hwZ1EMwit0>

Choque nas Ruas. Gabriel Shiozawa Coelho. 2014. 35min40seg.

Documentário em vídeo sobre a violência em manifestações – como surge, porque surge e quais são seus efeitos. Trabalho de Conclusão de Curso do curso de Jornalismo da UFSC.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=g8wMqHpDMXk>

COM VANDALISMO (2013). Produção: Nigéria Filmes. Junho de 2013. 70min.

"SEM VANDALISMO!" repetiam gritando parte dos manifestantes que ocuparam as ruas de Fortaleza. Mas na multidão das manifestações, que explodiram no Brasil em junho de 2013, outros grupos empregaram métodos mais diretos. Tachados de "vândalos", foram criminalizados por parte da grande mídia, antes mesmo de serem ouvidos. Este documentário, realizado pelo Coletivo Nigéria, vai à "linha de frente" para registrar os confrontos e entrevistar os manifestantes para mostrar as motivações dos atos de desobediência civil.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KktR7Xvo09s>

Copa do Mundo pode deixar 250 mil sem casa, diz estudo. Produção: ANCOP. 2013. 10min29seg.

A ONG brasileira ANCOP (Articulação Nacional dos Comitês Populares) produziu um vídeo de mais de dez minutos no qual mostra que mais de 250 mil pessoas pelo Brasil podem ter sido desalojadas de suas casas por causa das obras para a Copa do Mundo de 2014. Esse número faz parte de um levantamento feito pela entidade nas 12 cidades-sede escolhida para abrigar os jogos da Copa do Mundo.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gBeFhvIcJx8>

Junho - O Mês que Abalou o Brasil (2014). Produção: TV Folha (Folha de São Paulo). Diretor: João Wainer. Produtor: João Wainer Fernando Canzian. 2014. Duração: 1:11:47

Os brasileiros levaram às ruas gritos contra o aumento no transporte público e ainda levantaram uma guerra contra a corrupção e falta de estrutura social. Estes e outros detalhes são narrados no filme JUNHO, sendo a primeira produção cinematográfica produzido pela Folha de São Paulo. Os protestos ocorridos no Brasil em 2013, também conhecidos como “Jornadas de Junho” trouxeram uma mobilização popular impressionante. O que antes eram por “20 centavos” transformou-se numa revolta social contra a economia, política e investimentos para a Copa do Mundo. Em JUNHO, o país é o palco de uma revolução que ainda não acabou!

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cPrMgsgg70g>

MORAR NA CASA DO POVO (1a versao). A Ocupação da Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Pesquisa e montagem: Josep Juan (Mestrado PPGAS, UFRGS). Orientadora: Patrice Schuch (PPGAS, UFRGS). 01h44min38seg.

A Ocupação foi protagonizada pelo Bloco de Luta pelo Transporte Público de Porto Alegre entre os dias 10 e 18 de julho de 2013. O filme mostra o contexto de manifestações de junho que antecedeu à Ocupação e entra na Câmara de Vereadores para observar como foi Ocupada e quais eram as pautas defendidas: Passe Livre rumo à Tarifa Zero, Abertura das contas das

empresas de ônibus e quebra do sigilo bancário dos empresários. Vemos como a partir do trabalho de base, focado na discussão profunda das pautas e das estratégias nas assembleias, um movimento social muito heterogêneo conseguiu organizar a sua unidade de ação e colocar durante semanas as pautas do transporte público nas agendas políticas e dos meios de comunicação em Porto Alegre. A Ocupação se apresenta como uma ação direta propositiva que sabe o que está querendo descartar mas também sabe o que quer construir. Porém, os vereadores governistas primeiro aceitaram veicular os projetos de lei do Bloco, para conseguir a desocupação da Câmara, e depois se limitaram a tentar criminalizar os ocupantes a partir de CPI "da invasão". Quais os caminhos para uma nova democracia, muito mais participativa, no Brasil?

FILME EM PROCESSO DE CONSTRUÇÃO

Temos um cine-debate e mais algumas coisas para melhorar esta 1ª versão do filme que foi apresentada em atividade do Bloco de Lutas pelo Transporte Público de Porto Alegre o dia 7 de julho de 2014 no Sindibancários.

Filagens e montagens (parciais): Antropo TV, Jornalismo B, Coletivo Catarse, Defesa Pública da Alegria, Bloco de Luta, Carlos Latuff, Luciano Fetzner.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=lkatzqbHtQY>

O DESPERTAR DO BRASIL - #VEMPRARUA - Manifestações em Junho de 2013. Edição geral e Textos adicionais: Fábio Rockship. 2013. 26min28seg.

Este trabalho foi criado afim de retratar os acontecimentos que levaram as ondas de manifestação popular contra a corrupção e o descaso do governo brasileiro. O vídeo retrata o ocorrido ante um ato de manifesto do MPL Movimento Passe Livre na Avenida Paulista em São Paulo no dia 13 de Junho, onde houve uma dura repressão da Polícia Militar incluindo até a agressão as equipes de reportagem que foram ao local para fazer uma cobertura do manifesto.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=sh0My2Md1A>

Os Gritos da Rua. FILMAGEM E EDIÇÃO: MARCOS ALEOTTI. Produção: Sub Solo/Coletivo. 1h03min36s.

Documentário sobre as manifestações que ocorreram em Goiânia-Goiás/Brasil. Os movimentos sociais que temos visto explodirem no Brasil através de diversas manifestações recentemente, nos revelam o carácter de descontentamento generalizado da população. Hoje estamos assistindo o despertar de um povo indignado com a corrupção que corrói a estrutura e o sistema pública. Ir as ruas foi a alternativa encontrada pelo povo para exprimir seu descontentamento, ecoando "Os Gritos Da Rua"

(Ganhador da Mostra Curta Cambury-2013)

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=VwyAZYJiVW4>

RIO EM CHAMAS. Produtores: Daniel Caetano e Cavi Borges. 2014. 1h48min26seg.

RIO EM CHAMAS é um filme-manifestação que fala da crise social por que passa a cidade do Rio de Janeiro e dos protestos públicos que se tornaram constantes desde meados de 2013. Como uma manifestação, é composto pelos múltiplos pontos de vista de seus vários realizadores, unindo testemunhos, ficção, registros documentais e animações, sem pretender apresentar uma visão totalizante dos acontecimentos que vêm se acumulando desde então, mas sim tomar parte deste momento.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9ZGv0MJqmCc>

A cobertura dos protestos de junho. 29/07/2013. Postagem: Observatório da imprensa. Duração: 43min07seg.

Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/videos/a-cobertura-dos-protestos-de-junho/>

Debate conduzido por Fernando Gabeira sobre as manifestações que tomaram as ruas do país nas últimas semanas, o espírito da livre expressão e comunicação horizontal em redes. Participam o físico e criador da Escola-de-Redes Augusto de Franco e o jornalista do coletivo Mídia N.IN.J.A., Bruno Torturra.

Especialista em redes sociais, Augusto apresenta uma perspectiva otimista quanto às novas formas de organização política possibilitadas pela tecnologia. Bruno, que transmitiu ao vivo imagens ininterruptas dos protestos via internet, oferece a visão de quem estava lá dentro e acompanhou a evolução dos movimentos. Produção do canal Capital Natural.

O Movimento das Ruas: Para Onde Vamos? 2013. Postagem: PosTV. Duração: 1h49min45seg.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=C2M58uYCeV8>

Descrição

Transmitido ao vivo em 29 de jun de 2013

O Movimento das Ruas: Para Onde Vamos?

SEM PARTIDO * documentário completo. 2014. Postagem: Verso de Pé Quebrado - narrativas. Duração: 01h30min05seg.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=h1rDF2LVHcE>

Publicado em 16 de jun. de 2014

Documentário que investiga, na linha de frente, em todos os seus significados, o grito 'Sem Partido' nas ruas.

SINOPSE: Cidade de Fortaleza, Brasil. Em junho de 2013, quatro grandes manifestações ocuparam as ruas da cidade, à semelhança do que ocorreu no país. Destacaram-se nas manifestações duas estratégias de ação: sem vandalismo, com vandalismo. E uma palavra de ordem: abaixar bandeiras partidárias! Com vandalismo, sem vandalismo, depois de junho, as bandeiras seguiram abaixadas nas ruas, as ruas tomadas pelo povo em protestos, greves e movimentos, os espaços públicos ocupados. Barricadas e acampamentos, erguidos em resistência a governos, a ações de governos, desafiaram oligarquias políticas, máscaras assombraram o poder. Este documentário investiga, na linha de frente, nas opiniões do Coletivo Nigéria, da filósofa Sandra Helena Souza, do sociólogo Pedro Albuquerque e do jurista Leonardo Resende Martins, as motivações dos gritos e dos atos 'sem partido'.

TÍTULO: SEM PARTIDO

Documentário - longa-metragem - Fortaleza / Ceará, junho de 2014 - COPYLEFT

Realização: Verso de Pé Quebrado - Narrativas

www.facebook.com/versodepequebrado.narrativas

Levante! 2015. Postagem: Canal Futura. Duração: 50min15seg.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=koJxudNP-xI>

Publicado em 25 de jun de 2015

LEVANTE! É um documentário que mostra como as novas tecnologias se traduzem nas mais poderosas ferramentas de expansão da comunicação e transformação da realidade social.

O filme de 52 minutos foi feito de forma colaborativa com Faixa de Gaza, Hong Kong, México e Brasil. Cada história mostra um documento audiovisual de um grupo local que utiliza a tecnologia para se expressar diante dos problemas sociais de seu país.

Produzidos com celulares, drones ou tablets, os registros pessoais revelam muito mais do que as câmeras convencionais seriam capazes de mostrar. Traduzem como a tecnologia é uma ferramenta poderosa de conhecimento, inovação e transformação do mundo.

<http://www.levante.vc>

A cobertura NINJA nas manifestações de junho de 2013. 2013. Postagem: oliveirasw. Duração: 16min01seg.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5yivo9RJ50U>

Descrição:

Publicado em 2 de dez de 2013

**** Documentário sobre a cobertura NINJA nas manifestações de junho de 2013 ****

É num cenário de insatisfação e de indignação por grande parte da sociedade às instituições públicas e à imprensa tradicional que os protestos de junho de 2013 insurgem-se como um marco na história de nosso país. E para registrar e validar esse momento essa massa sentese representada por uma mídia; a Mídia Ninja.

Entrevistados:

Heródoto Barbeiro, Rosana Hermann, Luiz Cesar Pimentel, Pedro Arruda, Luciano Martins Costa, Felipe Altenfelder, Rafael Vilela e Eduardo Enomoto.

Produzido pelos jornalistas;

Ana Flávia Leão

Daniel Cesaroni

Luciana Mendes

Michelly Martins

Samuel Wendel

Veridiana Freitas

Orientação: Prof. Fernando Leme

2. Programas de entrevistas, debates e reportagens de mídias alternativas e TV comunitárias

ADM TV	Consequências das manifestações populares. Sem reticências, ADM TV. Publicado em 15 de outubro de 2013.

	Entrevista com o cientista político Giuseppe Cocco. Parte 1/3: https://www.youtube.com/watch?v=dhfQAV2SeY8 Parte 2/3: https://www.youtube.com/watch?v=vxqlJ1foB2Q Parte 3/3: https://www.youtube.com/watch?v=mwTkZoE-rWg
ALESP	Manifestações de junho são analisadas por Giannazi e integrantes do 'JUNTOS!'. ALESP. Publicado em: 22 de julho de 2013. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=w_W93iCJaro
Brasil de Fato	Vladimir Safatle – Entrevista. Brasil de Fato. 18/02/2014. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=kGdw9xkoeKM
Fala Madrugada	Fala Madrugada entrevista Mídia Ninja. Fala Madrugada. Publicado em: 4 de agosto de 2013. Entrevista com Thiago Dezan, membro do grupo Mídia Ninja. Parte 1: https://www.youtube.com/watch?v=oKtmHhg6mzc Parte 2: https://www.youtube.com/watch?v=h84DgTQXYi4
FlixTV	#NãovaiterCopa - Internet e protestos no Brasil. Hora da Coruja – FlixTV. Publicado em 10 de jun de 2014. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=VE2GPeybFm4 Participantes: Pablo Ortellado Paulo Francisco Ghiraldelli Jr.
Fluxo	FLUXO com Luciana Genro. Fluxo. Publicado em: 24 de junho de 2014. Luciana Genro visitou os estúdios do Fluxo no dia 24 de junho para 1:20 de entrevista. Gravada e publicada sem cortes. Na conversa Luciana discute sua plataforma, o legado de junho para o cenário político nacional, financiamento de campanha, suas críticas ao PT e ao que chama de "esquerda capitulada", horizontalismo e novas lideranças, capitalismo e meio ambiente. Disponível em: Parte1/5 - https://www.youtube.com/watch?v=ghupHITv3pY https://www.youtube.com/watch?v=ghupHITv3pY Parte 2/5 - https://www.youtube.com/watch?v=UR0ymnC9I0 Parte3/5 - https://www.youtube.com/watch?v=uzBdPV98un0 Parte 4/5 - https://www.youtube.com/watch?v=D_aIglgDrGU Parte 5/5 - https://www.youtube.com/watch?v=B6d0yyvwnwTY
Fluxo e Outras Palavras	Outras Palavras e Fluxo com Guilherme Boulos (MTST). Fluxo e Outras Palavras. Publicado em: 6 de junho de 2014. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=7Js-HfncJ_U No primeiro programa da parceria entre o site Outras Palavras e o Estúdio Fluxo, Antonio Martins e Bruno Torturra receberam para uma conversa transmitida ao vivo Guilherme Boulos, coordenador nacional do MTST. Movimento que promovendo grandes manifestações às vésperas da Copa do Mundo com demandas imediatas quanto à política de habitação popular no país.

	Caso as negociações não avancem, o movimento promete mais protestos durante o Mundial. Em uma hora de entrevista, Boulos discute as demandas do movimento, o Minha Casa Minha Vida, o poder do capital imobiliário no país, os quase 12 anos de governo do PT, o papel da esquerda partidária e suas expectativas em relação as eleições de outubro.
Instituto Cultural Padre Josimo – Pojeto Vida no Sul	O Brasil dos Levantes. Instituto Padre Josimo. Publicado em 10 de julho de 2013. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=6whZBdPdSJw Matéria produzida pelo Instituto Cultural Padre Josimo, através do Projeto Vida no Sul que faz uma análise das manifestações que vem ocorrendo nos últimos períodos, especialmente no RS.
Jornal A Nova Democracia	Mídia independente responde às acusações divulgadas pelo PSTU. Jornal A Nova Democracia. Publicado em: 7 de abril de 2014. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Qa4O6VY1MfY Jornal A Nova Democracia - Esse vídeo é uma resposta às calúnias publicadas pelo PSTU contra movimentos e coletivos de mídia independente que, dia após dia, provam seu valor nas ruas, assoprando a densa cortina de fumaça imposta pelo monopólio dos meios de comunicação à realidade da luta combativa que incendeia cada vez mais as ruas do país. Esse grupo, que já deu inúmeras demonstração de traição aos trabalhadores, agora mostra suas garras para coletivos de midiativismo que, há meses, estão nas ruas dedicando-se a levar às massas uma informação que não seja pautada pelos interesses obscuros das classes dominantes. Fazendo coro com a polícia, com os pelegos de plantão e com o Estado reacionário, às vésperas da Copa do Mundo, o PSTU se apronta em criminalizar um setor crucial para a defesa dos direitos do povo nas ruas. Os movimentos, pessoas, coletivos e demais organizações envolvidos nesse delírio protagonizado pelo PSTU merecem uma retratação sem restrições já que nada tiveram a ver com esse ataque e tiveram as suas siglas envolvidas em uma enorme confusão sem nem ao menos estarem representadas na ação contra a sede do PSTU. Essa é mais uma evidência da total dissintonia desse Partido eleitoreiro com as bandeiras das massas nas ruas, com as lutas populares, que só têm repercussão, graças ao esforço diário de grupos como MIC, Coletivo Mariachi, Mídia Ninja e Jornal A Nova Democracia. É no mínimo exagerado, chamar de "atentado" uma "briga de galera" que terminou com um saldo de uma vidraça quebrada. Mais irresponsável ainda é lançar um vídeo de "desafio", atizando divisões ainda maiores e forjando novas discórdias. Apesar de todos os vacilos, nós que representamos esses coletivos preferimos expor nossas ideias aqui, em um espaço que ainda preserva a democracia em seus fóruns. Diferente do que fez o PSTU, ao ir à delegacia, citando nomes de pessoas e organizações e dando a senha à repressão para atacar as únicas fontes de informação presente nas ruas e que inspiram alguma confiança das massas. A senha para que o Estado reacionário aperte ainda mais o cerco contra os verdadeiros democratas e lutadores do povo.

	O PSTU é um exemplo de organização dentro do movimento de massas cujas atitudes apontam somente para o caminho da conciliação, da coexistência, emulação e transição pacífica, como se essa fantasia fosse possível. É dever das massas rechaçar toda e qualquer tentativa dessa matula — que encolhe mais e mais a cada vacilo — de criminalizar e tirar a credibilidade dos que são abraçados pela massa pura e simplesmente porque acreditam que, um dia, em breve, essa multidão irá se emancipar.
Opinião Pernambuco - TVU	Black Blocs. Opinião Pernambuco - TVU. 10/09/2013. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=RPJZNpz0xos&index=49&list=PLqfLkSQB26q8ldXvBak52U35Spes_Gn9t No dia 10 de setembro de 2013, o Opinião Pernambuco falou sobre os Black Blocs com o jornalista e apresentador Haymone Neto e os seguintes convidados: - Cristiano Vasconcelos, membro da Resistência Pernambucana; - Michel Zaidan, coordenador do Núcleo de Estudos Eleitorais e da Democracia da UFPE; - e Mateus Toledo, professor de História e integrante do Coletivo Anarquista Núcleo Negro.
Rede TVT	Programa: Seu Jornal. Tema Especial - A Reforma Política Brasileira. Produção: Rede TVT. 23/12/2013. 32min24seg. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=n_qR-QmWFhc
Revista Veja	Entrevista com o estadista Fernando Henrique Cardoso, ex Presidente do Brasil, para a revista Veja sobre os atuais movimentos e mobilizações e seus reflexos. 58min02seg. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=MKJzwrChdA
TV Câmara Jacaré	TV Câmara Entrevista - Protestos de Junho - 1 ano depois. Produção TV Câmara Jacaré. O programa "TV Câmara Entrevista", que conta com apresentação do jornalista Elton Rivas, recebeu os ativistas Lucas Carvalho e João Campinho, para uma abordagem do tema "Protestos de Junho - 1 ano depois". O programa faz parte da programação da TV Câmara Jacaré. https://www.youtube.com/watch?v=QDoNWp0PO9s 17min54seg https://www.youtube.com/watch?v=0sukybnqeK8 16min06seg https://www.youtube.com/watch?v=H_cxxO_LWM4 15min50seg
TV Carta Capital	Marco Aurélio Nogueira - Entrevista a TV CartaCapital - Outubro 2013. Entrevista: Matheus Pichonelli. Imagens: Clara Parada e Pedro Presotto. Edição: Clara Parada. 17min56seg. Em novo livro, "As ruas e a democracia" (FAP/Contraponto), cientista político Marco Aurélio Nogueira, da Unesp, analisa as origens e as lições das manifestações pelo Brasil. Na entrevista, discute os efeitos da repressão policial, as relações entre sociedade e política, e o teor da competição entre PT e PSDB. Para ele, a época atual é de pessoas individualizadas, mas não necessariamente individualistas. As pessoas têm cabeça própria e não se deixam orientar pelos comandos dos grupos. Entrevista realizada em São Paulo, outubro de 2013.

	Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=SQuu5106jPg
TV UEL	Especialistas analisam as manifestações que entraram para a história do Brasil. TV UEL. Publicado em 28 de junho de 2013. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=9JdEnGcXPw8 As manifestações, do mês de junho, já marcaram a história do país. Milhares de brasileiros saíram às ruas para protestar. Especialistas das áreas de política, filosofia e jornalismo analisam as transformações sociais que esse movimento social gerou a partir da organização das pessoas pelas redes sociais.
TV UFG	Manifestações populares no país. Conexões, TV UFG. Realizado em 29 de junho de 2013. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=xoeG-Dk37nE As características e as consequências das manifestações populares que estão acontecendo no país / Convidadas: Karina (integrante da Frente de Luta contra o Aumento) e Luciana Oliveira (prof. do mestrado em Direitos Humanos da UFG).
TV Vírus	Administrador da página Black Bloc RJ libertado fala sobre sua prisão. TV Vírus. Publicado em 19 de setembro de 2013. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Abz5Efa1lMk
Unisinos	Programa Na Íntegra - Bruno Torturra e Fabio Malini. Unisinos. Realizado em 9 de setembro de 2013. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=QoWjero1wvc Entrevista de Bruno Torturra, integrante do coletivo NINJA, e de Fabio Malini, pesquisador na área de Cibercultura e do Labic para o ÚNICOS, momentos antes da palestra na aula inaugural dos cursos de Comunicação da Unisinos no dia 9 de setembro de 2013.
TV Boitempo	Ruy Braga analisa as manifestações de junho. Postagem: TV Boitempo. 2013. Duração: 9min59seg Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=M4Fb5YMD2tU Descrição: Publicado em 26 de jun de 2013 Em debate promovido por Nabil Bonduki no espaço "Casa da Cidade" no dia 22 de junho 2013, Ruy Braga analisa a onda de manifestações que tomam as ruas do Brasil neste mês. Também compuseram o debate os professores Paul Singer, Pablo Ortellado, André Singer e Nabil Bonduki. Ruy Braga é um dos colaboradores do próximo livro de intervenção da Boitempo, "Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil" (http://bit.ly/10ZM3pv). No final de 2012, ele publicava "A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista", onde já chamava atenção para o terreno historicamente movediço no qual se assentava a hegemonia lulista: "Mesmo que à custa da 'destruição dos músculos da sociedade civil brasileira', como argumentou Francisco de Oliveira, a hegemonia lulista é a superação dialética do populismo. No entanto, vale destacar que a investigação do grupo de

	teleoperadores da cidade de São Paulo permitiu-nos observar a gestação de um instinto reformista plebeu, implícito, velado, envergonhado de si mesmo, mas ainda assim um autêntico instinto classista em estado prático, aparentado daquela práxis que marcou a história do precariado fordista no país. E esse embrião de reformismo plebeu já ameaça mostrar-se impaciente com o conformismo daqueles que se deixaram transformar em instrumentos do atual modelo de desenvolvimento. Embora carente de recursos programáticos, organizativos, ou mesmo ideológicos, esse instinto começa a se manifestar nas greves e nas mobilizações do setor, pressionando o sindicalismo lulista a incorporar suas demandas que, lentamente, vão se tornando mais ofensivas. Desafinando o coro dos contentes, não seria nenhuma surpresa encontrar, em um futuro próximo, esses trabalhadores alinhados aos batalhões vanguardistas da luta de classes. Afinal, eles conhecem intimamente a dialética da modernização periférica. Por isso mesmo, não nos deixarão esquecer como a sensação de bater com a cabeça no tetopode ser sufocante. No Brasil, vale lembrar: 'a vitória individual traz em germe a frustração social' (Francisco Weffort)."
TV Fórum	TV Fórum - Renato Rovai e Antônio Martins entrevistam Pablo Capilé. 2013. Postagem: Edvam Filho. Duração: 02h29min40seg. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=iUCyykQO5x4 Transmitido ao vivo em 11 de ago de 2013 TV Fórum - Renato Rovai e Antônio Martins entrevistam Pablo Capilé
Fora do Eixo - Pós TV	Primaveras Ativismo e Política: Distraídos Venceremos? – Pablo Ortellado e Fora do Eixo 4 anos atrás 1,023 views Primaveras Ativismo e Política: Distraídos Venceremos? – Pablo Ortellado e Fora do Eixo Disponível em: http://www.ustream.tv/recorded/26971348 Jornalistas se reúnem para debater a cobertura dos protestos que se espalharam pelo Brasil 02/07/2013 Disponível em: http://www.ustream.tv/recorded/35257997
TEDx Floripa	Rafael Vilela, um dos criadores do Mídia Ninja. Postagem: Acontecendo aqui. 2013. Duração: 24min17seg. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Gf5LbTbi2mg Descrição: Publicado em 28 de set de 2013 Rafael Vilela fez uma palestra no TEDx Floripa no dia 28 de setembro de 2013 e o AcontecendoAqui o entrevistou no mesmo estilo do Mídia Ninja... sem edição.

2.1. Instituto CPFL - Café Filosófico

O que, afinal, aconteceu em junho de 2013? com Marcos Nobre. Instituto CPFL, Café Filosófico. Publicado em 17 de novembro de 2014. 01:50:35. Disponível em:

<http://www.institutocpfl.org.br/cultura/2014/11/17/o-que-afinal-aconteceu-em-junho-de-2013-com-marcos-nobre-video-na-integra/>

1º Café Filosófico CPFL do módulo “Novos tempos na política”, o filósofo Marcos Nobre diz que a polarização da eleição de 2014 confirmou o recado de junho de 2013: “não precisamos mais andar grudados uns nos outros para que o país ande”

A nova composição do trabalho, com giuseppe cocco. Instituto CPFL, Café Filosófico Publicado em 22 de abril de 2015. Disponível em <http://www.institutocpfl.org.br/cultura/2015/04/22/a-nova-composicao-do-trabalho-com-giuseppe-cocco-versao-tv-cultura/>.

Depois que a internet invadiu o nosso cotidiano, muita coisa mudou na nossa vida, e pra muita gente mudou também a relação com o trabalho e a questão do emprego. para trabalhar, hoje, é preciso “ser empregável”, o que significa que você tem que ter, além dos pré-requisitos profissionais: mobilidade, flexibilidade e conectividade.

neste café filosófico o cientista político giuseppe cocco fala desta nova composição do trabalho e analisa as manifestações de junho de 2013 e os chamados “rolezinhos” a partir de uma relação que estabelece com as transformações do mundo do trabalho. sua análise ainda toca no tema da “nova classe média” brasileira, que é outra decorrência dessas mudanças.

As ruas e a democracia: entrevista com o filósofo Marcos Nobre. **Instituto CPFL, Café Filosófico, (projeto Ruas em Movimento). 27 de junho de 2014.**

Disponível em: <http://m.institutocpfl.org.br/video/as-ruas-e-a-democracia-entrevista-com-o-filosofo-marcos-nobre-versao-tv-cultura/>

Este programa faz parte do projeto “Ruas em Movimento” – uma parceria do Instituto CPFL, UNESP e Observatório da Imprensa – e traz a entrevista com o filósofo Marcos Nobre, autor dos livros “Imobilismo em movimento” e o ebook “Choque de democracia: razões da revolta”. Ao levar milhões de cidadãos a ocuparem as ruas brasileiras, junho de 2013 tornou-se um novo marco na história do país, um sinal de uma nova etapa da democracia no Brasil. Um novo sujeito político entrou em cena, um sujeito que se movimenta e se articula, a despeito da blindagem do governo e do monopólio da mídia tradicional, mostrando uma nova forma de viver a democracia. Para Marcos Nobre, a insatisfação generalizada constrói as imperfeições da democracia brasileira que ficou escancarada nas revoltas de junho mostram que é necessário uma reforma política para poder atender a estas demandas.

O poder dos palácios e a força das praças, com Roberto Romano. Instituto CPFL, Café Filosófico, (módulo Fragmentos da democracia – as “jornadas de junho” no Brasil).

Publicado em 18 de out de 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Q5zthEP1yTU>

A máquina estatal ganhou, com os princípios democráticos, maior capacidade de auto-regeneração. Mas, por outro lado, ela manteve e incrementou os elementos mecânicos (platônicos...) do poder, com a burocracia. As massas apresentam suas reivindicações múltiplas, mas cujos elementos constantes entram no campo dos serviços que deveriam ser prestados pelos poderes: educação, saúde, segurança, cultura, emprego. Entre o domínio dos escritórios e as movimentações das massas, os governantes agem como se a máquina estatal estivesse em plena forma. Mas ela está avariada e é obsoleta na maior parte de seus integrantes. Como sair dessa aporia entre poder maquinal e reivindicações democráticas?

Roberto Romano é filósofo, é doutor pela École des Hautes Études en Sciences Sociales de Paris e professor titular da Unicamp.

A voz das ruas e as ruas sem voz, com Reinaldo Azevedo. Instituto CPFL, Café Filosófico, (módulo Fragmentos da democracia – as “jornadas de junho” no Brasil). 1 de novembro de 2013. Duração: 02:08:30. Disponível em: <http://www.institutocpfl.org.br/cultura/2013/11/01/a-voz-das-ruas-e-as-ruas-sem-voz-com-reinaldo-azevedo-2/>

As manifestações de rua no Brasil foram celebradas, aqui e ali, como uma espécie de “Primavera Árabe” ou “Primavera Turca”. A comparação faz pouco sentido: talvez seja mais adequado qualificá-las como um curto inverno da anarquia. Os protestos podem até ter sido contra o governo, mas foram a favor do “regime”, algo curioso e quase inédito. Eles devem ser interpretados como sintomas de uma perigosa esclerose política.

Reinaldo Azevedo é jornalista, colunista da VEJA.com e comanda um blog hospedado no site da revista. É autor de Contra o consenso, O país dos Petralhas I, Máximas de um país mínimo e O país dos Petralhas II.

Manifestações sem direção? com Demétrio Magnoli. Instituto CPFL, Café Filosófico, (módulo Fragmentos da democracia – as “jornadas de junho” no Brasil). Duração: 45:15. Publicado em 23 de maio de 2014. Disponível em: <http://www.institutocpfl.org.br/cultura/2014/05/23/manifestacoes-sem-direcao-com-demetrio-magnoli-editado/>

As manifestações populares de junho de 2013 no Brasil foram as maiores desde os movimentos pelo impeachment do ex-presidente Fernando Collor de Mello, em 1992, e pelas eleições diretas, na década de 1980. No início, as jornadas de junho pediam a redução das tarifas do transporte público; após alguns casos de violência policial, multidões se juntaram às passeatas e alargaram a pauta das reivindicações, exigindo o direito à manifestação sem repressão, melhorias nos serviços de saúde e educação, reforma política e fim da corrupção, entre outras demandas. Desde então, mais protestos têm se espalhado pelo país, defendendo causas diversas. Neste Café Filosófico, o sociólogo Demétrio Magnoli reflete sobre motivações e consequências das jornadas de junho e discute os temas que elas trouxeram à tona: participação política, a democracia no Brasil, a imprensa e a atuação de grupos como os Black Blocs. Gravado em 04 de outubro de 2013.

No espelho dos meios de comunicação, com Eugênio Bucci. Instituto CPFL, Café Filosófico, (módulo Fragmentos da democracia – as “jornadas de junho” no Brasil). Publicado em 16 de out de 2014. Duração: 01:43:52. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Lck7nDA7BV8>

Durante quase dois meses, o olhar do país inteiro foi abduzido pelas evoluções mais ou menos espetaculares que inundaram as ruas. Como eles eram vistos? Com que lentes foram fotografados? Quais os parâmetros adotados para decifrá-los? A entrada dos protestos na instância da imagem ao vivo se deu pelo signo do estranhamento e do enfrentamento imagético. Mesmo o discurso dos principais jornais oscilou de um lado para outro, até que as interpretações ganharam densidade e um centro de gravidade mais constante.

Eugênio Bucci é jornalista e professor da Escola de Comunicações e Artes da USP (ECA-USP).

2.2.TV Carta

(<https://www.youtube.com/user/RevistaCartaCapital>)

Entrevistas
Irandhir Santos: "A arte é uma escolha política" <i>Publicado em 13 de ago de 2015</i> Em entrevista à #tvCarta, o ator Irandhir Santos, que está no filme "Obra", fala sobre questões urbanas e sociais, lembrando sua participação do filme "Recife, Cidade Roubada". Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=gZZijZ5_gJs&index=46&list=PLDf1arPvrDyx3UydeV0oZRJ2IcL1oWeke
Zé Celso: O Brasil está tomado por um delírio fascista <i>Publicado em 13 de ago de 2015</i> Em entrevista à #tvCarta, o ator, diretor e dramaturgo, José Celso Martinez Corrêa, fundador do Teatro Oficina, faz uma análise do atual cenário político brasileiro. reportagem: Clarice Cardoso e Yghor Boy imagens: Igor Marotti e Yghor Boy edição: Yghor Boy editor de mídia on-line: Lino Bocchini Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=lebZbGEHgck&index=48&list=PLDf1arPvrDyx3UydeV0oZRJ2IcL1oWeke
Criador do Occupy Wall Street vê democracia em crise <i>Publicado em 1 de jun de 2015</i> Em entrevista a CartaCapital, Micah White, criador do movimento Occupy Wall Street, fala sobre a crise na democracia e movimentos sociais como partidos políticos. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=qmEndAMmpqw&index=57&list=PLDf1arPvrDyx3UydeV0oZRJ2IcL1oWeke
O dia em que o Otto cantou no Estelita <i>Publicado em 18 de jun de 2014</i> Duas semanas antes da reintegração de posse, o Cais José Estelita recebeu o cantor recifense Otto. Ele fez um show de graça em apoio à ocupação. Veja como foi. Leia a íntegra da matéria em: http://bit.ly/1pj4PBw Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=XdyucY0gaJI&index=90&list=PLDf1arPvrDyzMU8VdR4S6hKaqtX6UYMBZ
Copa 2014: PM joga bomba contra jornalistas em SP <i>Publicado em 13 de jun de 2014</i> Horas antes da abertura da Copa do Mundo na quinta-feira, 12, a Polícia Militar investiu contra um grupo de jornalistas na Zona Leste de São Paulo. Um protesto estava marcado para acontecer nas imediações da estação Carrão do metrô, mas menos de dez manifestantes estavam no local. Captação de imagens e edição: Yghor Boy Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=hcFHU7sKj6w&index=91&list=PLDf1arPvrDyzMU8VdR4S6hKaqtX6UYMBZ

Safatle fala do pessimismo e o "vácuo de ideias"*Publicado em 29 de mai de 2014*

O professor e filósofo Vladimir Safatle comenta com o redator-chefe da CartaCapital, Sergio Lirio, sobre o pessimismo no Brasil.

Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=X223qHCOAhY&index=81&list=PLDf1arPvrDyx3UydeV0oZRJ2IcL1oWeke>

Reportagens**Marcha da Maconha 2014: conheça quem quer legalizar***Publicado em 27 de abr de 2014*

A Marcha da Maconha 2014 em São Paulo aconteceu dia 26 de abril, sábado. Começou na avenida Paulista e foi até o Centro, reunindo 15 mil pessoas segundo os manifestantes --ou 3 mil pessoas, segundo a PM. A manifestação foi marcada pela música, pelo bom-humor, pela consciência, pelo baixo número de policiais e pelo fato de não ter ocorrido nenhum incidente. A reportagem é de Laura Capriglione, e a captação de imagens e edição é de Yghor Boy. Laura também fez uma reportagem em texto: <http://bit.ly/1hDG6jN>

Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=ZmA7GUbGGbo&index=94&list=PLDf1arPvrDyzMU8VdR4S6hKaqtX6UYMBZ>

Marcha da Família contra Cuba, governo e "idiotas da USP"*Publicado em 26 de mar de 2014*

Conheça alguns dos personagens que foram às ruas em SP para pedir proteção aos militares contra novo "golpe comunista"

Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=EJNVpWkhghA&index=97&list=PLDf1arPvrDyzMU8VdR4S6hKaqtX6UYMBZ>

Lindberg fala sobre protestos, Freixo, e lei "antiterror"*Publicado em 21 de fev de 2014*

Em entrevista exclusiva ao editor de CartaCapital Lino Bocchini às vésperas de lançar sua candidatura ao governo do Rio de Janeiro pelo PT, o senador Lindberg Farias fala dos protestos de junho, dos atos contra a Copa do Mundo, condena as leis chamadas "antiterror" e a perseguição sofrida pelo deputado estadual Marcelo Freixo

Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=ABuImQQQF0s&index=100&list=PLDf1arPvrDyzMU8VdR4S6hKaqtX6UYMBZ>

Entrevista com Jefferson Luis*Publicado em 24 de jan de 2014*

Organizador do rolezinho no Shopping Internacional de Guarulhos fala sobre a repercussão do evento e da realidade dos jovens da periferia.

Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=KigTaAhV2RQ&list=PLDf1arPvrDyzMU8VdR4S6hKaqtX6UYMBZ&index=106>

Presos sem saber por quê*Publicado em 31 de jul de 2013*

Polícia Militar de São Paulo prendeu três manifestantes que alegavam não estar fazendo nada. Um dia após os protestos, eles continuavam detidos. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=MWtnjuDfOPg&list=PLDf1arPvrDyzMU8VdR4S6hKaqtX6UYMBZ&index=113>

Policiais Militares filmam protesto em SP*Publicado em 30 de jul de 2013*

Disponível em:

https://www.youtube.com/watch?v=rYg6oFQ_9SY&list=PLDf1arPvrxyzMU8VdR4S6hKaqtX6UYMBZ&index=114**Polícia protege mulher durante protestos em Porto Alegre***Publicado em 1 de jul de 2013*

Imagens: Lucas Azevedo

Edição: Clara Parada

A última quinta-feira 27 foi palco de mais manifestações na capital gaúcha. Desta vez, contou com um episódio diferente, quando policiais fizeram uma barricada para conter os manifestantes para proteger uma mulher que estava em estado de choque.

Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=LqqntZ27m4U&list=PLDf1arPvrxyzMU8VdR4S6hKaqtX6UYMBZ&index=116>**Flagra dos protestos em Porto Alegre***Publicado em 27 de jun de 2013*

Ativista que resistia pacificamente à ação policial foi detido durante os protestos do dia 24 de junho.

Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=84r0J7N80JA&list=PLDf1arPvrxyzMU8VdR4S6hKaqtX6UYMBZ&index=117>**Intolerância a partidos nos protestos pela redução da tarifa***Publicado em 20 de jun de 2013*

A nova leva de manifestantes demonstra aversão às formas tradicionais de organização política, como demonstra o fotógrafo Gilberto Oliveira Jr, em seu primeiro protesto contra a tarifa.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mqx-hvpwkOA&list=PLDf1arPvrxyzMU8VdR4S6hKaqtX6UYMBZ&index=119><https://www.youtube.com/watch?v=mqx-hvpwkOA&list=PLDf1arPvrxyzMU8VdR4S6hKaqtX6UYMBZ&index=119>**Jovens são detidos alegando portar vinagre***Publicado em 17 de jun de 2013*

No dia 13 de junho, antes do 4º ato pela redução da tarifa do transporte público em São Paulo, jovens estudantes são detidos. Eles alegavam portar vinagre. Os Policiais Militares responsáveis não precisaram o motivo de levá-los.

Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=KMlCoybNIuQ&list=PLDf1arPvrxyzMU8VdR4S6hKaqtX6UYMBZ&index=121>**Laerte no 5º ato pela redução da tarifa em São Paulo***Publicado em 17 de jun de 2013*

O cartunista Laerte se manifestou no protesto do dia 17 de junho: "Eu acho que é ótimo todo mundo vir se manifestar e ocupar a rua, ocupar a cidade. Porque a cidade é um espaço público."

Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=9zKg6spvnFw&list=PLDf1arPvrxyzMU8VdR4S6hKaqtX6UYMBZ&index=120>**Repórter de CartaCapital é detido por portar vinagre***Publicado em 13 de jun de 2013*

Piero Locatelli, repórter do site de CartaCapital, estava cobrindo o 4º ato pela redução da tarifa do transporte público em São Paulo, quando foi detido. O motivo: um pote de vinagre.

Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=5w1fxiXxdbw&list=PLDf1arPvrxyzMU8VdR4S6hKaqtX6UYMBZ&index=122>

Conheça o Movimento Passe Livre

Publicado em 10 de jun de 2013

CartaCapital traz entrevista com Marcelo Hotimsky, 19 anos, estudante de filosofia da USP e um dos organizadores dos protestos contra o aumento da tarifa de transporte público em São Paulo.

Reportagem: Piero Locatelli

Imagens: Lino Bocchini e Clara Parada

Edição: Clara Parada

Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=HA2PG4-](https://www.youtube.com/watch?v=HA2PG4-8d2o&list=PLDf1arPvrxyzMU8VdR4S6hKaqtX6UYMBZ&index=124)

[8d2o&list=PLDf1arPvrxyzMU8VdR4S6hKaqtX6UYMBZ&index=124](https://www.youtube.com/watch?v=HA2PG4-8d2o&list=PLDf1arPvrxyzMU8VdR4S6hKaqtX6UYMBZ&index=124)

Entrevista com Enderson Araújo

Publicado em 7 de jun de 2013

Enderson Araújo, fundador do grupo de engajados jovens de periferia chamado Mídia Periférica, falou com CartaCapital.

Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=GfH9KDaHAHI&list=PLDf1arPvrxyzMU8VdR4S6hKaqtX6UYMBZ&index=125>

Paulista vira cenário de guerra em conflito PM X manifestantes

Publicado em 6 de jun de 2013

CartaCapital esteve no meio do protesto contra o aumento do ônibus.

Disponível em:

https://www.youtube.com/watch?v=0nMx1_2Peg4&list=PLDf1arPvrxyzMU8VdR4S6hKaqtX6UYMBZ&index=126

3. Programas da TV comercial

Conexão Repórter, SBT	Os Blocs. Conexão Repórter, SBT. 02 de julho 2013. Disponível em: Parte 1: https://www.youtube.com/watch?v=wSS64iJAwn8 Parte 2: https://www.youtube.com/watch?v=HVl7ieg3Q1k Parte 3: https://www.youtube.com/watch?v=x5-lkisz2d4 No Conexão Repórter desta quarta, 02 de julho, Roberto Cabrini comandou uma investigação especial sobre os black blocs e ficou frente a frente com personagens deste controverso tema.
Globo Repórter	Manifestações. Globo Repórter. 21/06/2013. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=oJUW9nqk_-A Jovens brasileiros vão às ruas no maior protesto da história do país. Manifestantes recriminam a violência nos protestos. Estudantes de medicina socorrem feridos nas passeatas. Ativistas pedem fim da corrupção em Brasília.

	Edição do Globo Repórter sobre as manifestações que ocorrem no Brasil, foi ao ar em 21/06/2013. Programa completo.
Profissão Repórter	Manifestações. Profissão Repórter. 18/06/2013. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=iQoBOJUsNps No Profissão Repórter desta terça-feira (18/06), o jornalista da Globo, Caco Barcellos foi expulso por um grupo de manifestantes que se concentravam no largo da Batata, zona oeste de São Paulo, por volta das 17h nesta segunda-feira (17). Ao encontrarem o repórter da emissora em gravação no local, as pessoas gritavam: a "Globo é mentirosa" e expulsaram o jornalista com palavras de ofensa. Após o fato, a reportagem presenciou duas equipes da emissora gravando em meio a concentração com o microfone sem o logo de identificação da emissora. Mais de 60 mil pessoas se concentravam no largo da Batata. O movimento é organizado pelo MPL (Movimento Passe Livre). Até o fim da tarde de ontem 230 mil pessoas haviam confirmado presença no protesto. Esta é a quinta manifestação realizada na cidade em razão do último aumento da passagem. A última aconteceu na quinta-feira (13) e foi marcada por atos de violência e repressão policial.
Globo News	Painel – Protestos pelo país: até onde vai essa onda? Globo News. 24/06/2013. Disponível em: http://g1.globo.com/globo-news/globo-news-painel/videos/v/especialistas-debatem-razoes-das-ondas-de-protestos-e-futuro-politico-do-pais/2650758/ Luiz Felipe Pondé (filósofo) Murillo de Aragão (cientista político/Arko Advice) Juan Arias (jornalista do El País no Brasil)
Sem Fronteiras, Globo News	Junho de 2013. Sem Fronteiras, Globo News. Publicado em 28 de out de 2013. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=w0vn9_1us2o Reportagem feita pela Globo News mostra quem são os Black Bloc no Brasil e no Mundo, a ideologia Anarquista e a tática Black Bloc.
TV Estadão	Assista íntegra da entrevista com representante do MPL. TV Estadão. Publicado em 12 de Junho de 2013. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=RNFFbzitm2A Caio Martins, integrante do grupo que encabeça as manifestações contra o aumento da tarifa de transporte em São Paulo, fala sobre as motivações do grupo e atos de violência nos protestos.
Globo News	Augusto de Franco e Marcos Nobre em entrevista. Entre aspas, Globo News. Publicado em 27 de junho de 2013. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=WebZ5pEDqNI Entrevista com Augusto de Franco e Marcos Nobre no programa Entre Aspas, Globo News.
BAND News FM	Comentário de Ricardo Boechat no dia seguinte aos protestos de 20/06/2013. Band News FM. 21 de junho de 2013. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=lcqT0JfKIKs

	O comentário de Ricardo Boechat na manhã da sexta-feira (21), sobre as manifestações que ocorreram em mais de 100 cidades em todo o país, na noite de 20 de junho de 2013.
TV Cultura	Mídia Ninja no Roda Viva. Roda Viva, TV Cultura. Realizado em 05 de agosto de 2013. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=kmgvDn-lpNQ Roda Viva recebe o jornalista Bruno Torturra e o produtor cultural Pablo Capilé, ambos idealizadores do grupo Mídia Ninja.
TV Cultura	Movimento Passe Livre. Roda Viva, TV Cultura. Realizado em 17 de junho de 2013. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=8FacFeGixxY O programa traz dois líderes do Movimento Passe Livre: a estudante de direito Nina Cappello e o professor de História Lucas Monteiro de Oliveira. A edição repercute a onda de protestos em São Paulo contra o aumento da tarifa de ônibus e a situação do transporte público no Brasil.

4. Vídeo Eventos Acadêmicos e Literários

Instituição Evento	Atividade
37º Encontro Anual da Anpocs	MR 26 – Conjuntura (os movimento de junho passado no Brasil). Realizada no 37º Encontro Anual da Anpocs, 23 a 27 de setembro de 2013. Águas de Lindóia, SP. Participação de Marcelo Ridenti (coordenador - UNICAMP), Marco Aurélio Nogueira (expositor - UNESP), Marcos Nobre (expositor - CEBRAP), Mariana Toledo (expositora - MPL-SP) Disponível no canal da Anpocs: https://www.youtube.com/watch?v=z8yWPGa2uxo (Parte 01 – obs.: toda a palestra está dividida em 10 vídeos)
Conferência promovida pelo Laboratório de Pesquisa Social do Departamento de Sociologia da USP - LAPS	LAPS - Conferência Ann Mische. Postagem: Laboratório de Pesquisa Social do Departamento de Sociologia da USP - LAPS. 2014. Duração: 01h39min57seg. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=tvPw9KxAhUQ Descrição: Publicado em 26 de jan de 2015 Título da conferência: "Vem pra rua, mas sem partido": ambivalência partidária e a reconfiguração do ativismo no Brasil. Conferência promovida pelo Laboratório de Pesquisa Social do Departamento de Sociologia da USP - LAPS. Conferencista: Ann Mische

FEUSP e USP	O Gigante acordou? Debate realizado em parceria com FEUSP e USP, 2013. Disponível em: http://www.youtube.com/watch?v=DnUCDSsgodE&hd=1 > Mediadora: Prof. Sônia Kruppa Com: Franklin Donatti (Estudante de Pedagogia/ FE-USP) Publicado em 29 de jun de 2013 Debate realizado dia 25/06/2013 (terça-feira) com as três categorias (professores, estudantes e funcionários) da comunidade FEUSP e USP além dos trabalhadores terceirizados da Universidade e demais interessados da sociedade civil. O que está acontecendo nas ruas? Quais os rumos das manifestações que tomaram o país nas últimas semanas? Mediação: Professora Sônia Kruppa - Docente da FE-USP Franklin Donatti - Estudante de Pedagogia da FE-USP Convidados: André Ciola - Movimento Passe Livre Professora Marilena Chauí - Docente da FFLCH-USP Diana Assunção - Sindicato dos Trabalhadores da USP Bianca Cruz - Coletivo Juntos! Carlos Carlos - Video-Ativista partícipe de Movimentos Sociais da Periferia
Flip 2013	O Povo e o poder no Brasil. Flip 2013 - Festa Literária Internacional de Paraty - 06/07. Publicado em 6 de jul de 2013. Com: Marcos Nobre e André Lara Resende Mediação William Waack A insatisfação com a classe política que apareceu com força manifestações das últimas semanas indica um descompasso entre as necessidades do povo e a atuação de seus representantes. Quais são as características da relação entre sociedade, Estado e classe política no Brasil? Como a formação da democracia brasileira, a partir do fim da ditadura, nos ajuda a compreender o momento político atual? Dois dos mais importantes intelectuais brasileiros se debruçam sobre o problema. Parte 1/5: https://www.youtube.com/watch?v=RrZhyN7bryQ Parte 2/5: https://www.youtube.com/watch?v=kAl0IQ2bqnU Parte 3/5: https://www.youtube.com/watch?v=FO4hCScNc2s Parte 4/5: https://www.youtube.com/watch?v=aGnMF9NLQ70 Parte 5/5: https://www.youtube.com/watch?v=IrLtpFNB9fY
Flip 2013	Da arquibancada à passeata, espetáculo e utopia (Mesa 15). Flip 2013 - Festa Literária Internacional de Paraty – 06/07. Publicado em 6 de jul de 2013. Com: T.J. Clark, Tales Ab'Saber e Vladimir Safatle mediação Mario Sergio Conti Os jogos da Copa das Confederações se tornaram pontos de atração das manifestações em diferentes cidades brasileiras, com protestos contra os

	gastos e acertos políticos envolvidos na realização da Copa do Mundo e das Olimpíadas. Que comparações é possível traçar entre as multidões do lado de fora e de dentro dos estádios? As ideias tradicionais de esquerda dão conta de explicar os protestos ou precisamos de novos conceitos para entendê-los? Três importantes pensadores de esquerda discutem as aspirações da nova multidão. Parte 1/7: https://www.youtube.com/watch?v=OGvWN8DwyZw Parte 2/7: https://www.youtube.com/watch?v=qEhNMo77O2I Parte 3/7: https://www.youtube.com/watch?v=K4EX6xZZwFI Parte 4/7: https://www.youtube.com/watch?v=aGnMF9NLQ70&t=14s Parte 5/7: https://www.youtube.com/watch?v=3P45O-D_xpQ Parte 6/7: https://www.youtube.com/watch?v=h5w4EKviTOI Parte 7/7: https://www.youtube.com/watch?v=KMBPtvu0Hsc
IEA	“A primeira iniciativa do laboratório é a UTI Brasil,* uma série de encontros para debater os movimentos sociais que tomaram conta das ruas do Brasil e também de algumas cidade do mundo em junho” O Que Está Acontecendo?. Organização: IEA - Instituto de Estudos Avançados (USP). 21/06/13. Local: Sala de Eventos do IEA. Publicado 18/11/2013. Duração: 1h e 48 min. Disponível em: http://www.iea.usp.br/midiатеca/video/videos-2013/o-que-esta-acontecendo/view O encontro "O que está acontecendo?" reuniu pesquisadores e membros do IEA para analisarem, de forma interdisciplinar, o que os recentes movimentos populares significam para o presente e o futuro do Brasil. Participantes: Massimo Canevacci (Universidade de Roma “La Sapienza”), José Álvaro Moisés (FFLCH), Alfredo Bosi (FFLCH, IEA), Sergio Adorno (FFLCH), Bernardo Sorj (UFRJ), José da Rocha Carnevalheiro, Arlene Clemesha (FFCH), Nicolas Lechopier, Lucia Maciel Barbosa de Oliveira (ECA), Sylvia Dantas (UNIFESP), Renato Janine Ribeiro (FFLCH), Jorge Luiz Camposb e Alexey Dodsworth Magnavita.
IEA	Como Avançar?. Organização: IEA - Instituto de Estudos Avançados. 03/07/13. Local: Sala de Eventos do IEA Duração: 2h e 23min. publicado 18/11/2013. Disponível em: http://www.iea.usp.br/midiатеca/video/videos-2013/como-avancar. As medidas e decisões adotadas e propostas pelos governantes e pelo Legislativo respondem às aspirações das manifestações populares das últimas semanas? É viável um pacto político, econômico e social nacional? É possível uma reforma política significativa que reduza o déficit de representatividade, amplie os mecanismos de democracia participativa e traga maior transparência ao sistema político-eleitoral? Essas foram as questões debatidas no evento Como Avançar? organizado pelo IEA. Participantes: <i>Entrevistados</i>

	Eugenio Bucci (ECA-USP), André Singer (FFLCH), Matheus Preis (MPL) e Maria Lúcia Montes (Antropologia - FFLCH-USP) <i>Entrevistadores</i> Arlene Clemesha (FFLCH), Bernardo Sorj (UFRJ), Eda Tassara (IEA e IP), Hernan Chaimovich (IQ), Pedro Jacobi (IEA e FE), Lucia Maciel Barbosa de Oliveira (ECA), Sérgio Adorno (IEA e FFLCH), Graziela Kunsch (ECA e TarifaZero.org), José Álvaro Moisés (FFLCH e NUPPS), Renato Corrêa Baena (FM) e Renato Janine Ribeiro (IEA e FFLCH). <i>Moderador</i> Martin Grossmann (IEA)
SINDCEFET	O Sentido das Atuais Manifestações de Rua (mesa redonda). SINDCEFET-MG e o Departamento de Ciências Sociais e Filosofia do CEFET-MG. 03/08/2013. Publicado em 25 de ago de 2013. Disponível em: Parte 1: https://www.youtube.com/watch?v=IQY2Iu5Ueeo Parte 2: https://www.youtube.com/watch?v=sr3xgvTpKaE Parte 3: https://www.youtube.com/watch?v=t0eA0qZ0L3A Parte 4: https://www.youtube.com/watch?v=t0eA0qZ0L3A O SINDCEFET-MG e o Departamento de Ciências Sociais e Filosofia do CEFET-MG realizaram no dia 03/08/2013, no auditório do campus I em BH, uma mesa redonda com o tema "O Sentido das Atuais Manifestações de Rua". A programação foi a seguinte: 09:00 h às 09:10 h - Abertura da Mesa Redonda Profa Ana Lúcia Barbosa Faria (DCSF/CEFET-MG) Profo Antônio F. C. Arapiraca (Presidente SINDCEFET-MG e CAC/CEFET-MG) 09:10 h às 11:00 h - Apresentação dos palestrantes Profo Osvaldo Coggiola (USP) Profo Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida (PUC/SP) Representante da Assembléia Popular Horizontal de Belo Horizonte Mediador: Profo Paulo Silva (DCSF/CEFET-MG)
PET Filosofia	Dois anos de junho e a crise do lulismo. PET Filosofia. Publicado em: 17/08/2015. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=MPclGcK2rBU&list=PLpsQvEtXTZR9kABZEIf_EFvVsiumgTAC4 Debate sobre as grandes manifestações dos últimos dois anos e os seus impactos no cenário político brasileiro com Camila Rocha, José Henrique Bortoluci, Ruy Braga e Paulo Arantes.
CAVC – FEA USP	Em que tempo estamos? A conjuntura política do Brasil hoje. CAVC FEA USP. Realizado em 31 de agosto de 2015, 01 e 03 de setembro de 2015. Nunca se falou tanto em crise, em instabilidade, em esgotamento de um ciclo. A cada semana a remoção institucional da presidenta entra e sai da agenda. O

	Poder Executivo, em crescente desacordo com o Congresso, é pressionado por constantes protestos e altos níveis de insatisfação. As sucessivas demonstrações de poder de Eduardo Cunha, adicionalmente, parecem reforçar a blindagem do sistema partidário frente à sociedade – fomentando, assim, a cultura política que Marcos Nobre denomina por ‘pemedebismo’. Em meio a esse cenário, o CAVC, junto ao Cursinho FEA-USP, apresenta este ciclo de debates aberto ao público, a fim de que possamos esboçar uma resposta ao questionamento acerca de que tempo é esse em que estamos. O ciclo é composto pelas seguintes três mesas: Terceira mesa: A POLÍTICA NAS RUAS: MANIFESTAÇÕES DE 2013 A 2015 3 de setembro de 2015 -Auditório FEA - Pablo Ortellado - Breno Altman - Alberto Carlos Almeida - Letícia Cardoso Disponível em: Parte 1/7 - https://www.youtube.com/watch?v=GPFVrK672Rc Parte 2/7 - https://www.youtube.com/watch?v=jpwR7GXmn4w Parte 3/7 - https://www.youtube.com/watch?v=yqyLabTD-lk Parte 4/7 - https://www.youtube.com/watch?v=fD9_H4q5y4c Parte 5/7 - https://www.youtube.com/watch?v=51JZtJaycH0 Parte 6/7 - https://www.youtube.com/watch?v=o9dyyn62l04 Parte 7/7 - https://www.youtube.com/watch?v=ku1WJmj9b6s Mais informações em https://www.facebook.com/events/1385217641779779/
Sesc São Paulo	A urgência das ruas. Realização: Sesc São Paulo. Local: Salão de Ideias - Bienal do Livro São Paulo. 25 de agosto de 2016. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Abz5Efa1lMk Com foco nas manifestações ocorridas no país desde junho de 2013, o cientista político Francis Dupuis-Déri, da Universidade de Québec e autor de “Black Blocs”, e o filósofo Pablo Ortellado, da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da USP, irão abordar os movimentos sociais recentes e os interesses dos distintos grupos que participam dos protestos de rua. A mediação é do jornalista e cientista político Bruno Paes Manso.
PUCRS	Black Blocs e Guerrilhas Urbanas no Início do Século XXI. PUC Rio Grande do Sul. Publicado em 17 de abril de 2014. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=-Qm3P7U7OTM Palestra do Prof. Dr. José Pedro Zúquete (Instituto de Estudos Políticos e Sociais do Rio de Janeiro - IESP) na PUCRS: "Black Blocs e Guerrilhas Urbanas no Início do Século XXI".

IESP - UERJ	Ciclo de palestra com Angela Alonso (USP). Performances em competição: apropriações e reinvenções de repertórios de confronto nos protestos de junho de 2013. IESP UERJ. 22 de maio de 2015. Disponível em: https://vimeo.com/131773666
Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais – IPPRI / UNESP	Debate "As ruas e a democracia," de Marco A. Nogueira. IPPRI/UNESP. Realizado em 13 de novembro de 2013. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=GB4uWg8WaZc Debate de lançamento do livro "As ruas e a democracia. Ensaio sobre o Brasil contemporâneo", com o autor Marco Aurélio Nogueira, diretor do IPPRI e professor da Unesp, e os convidados Renato Janine Ribeiro, professor de Filosofia da USP, e Matheus Pichonelli, jornalista da Carta Capital.
IPPRI / UNESP	E agora? As ruas, a política e a democracia (mesa redonda). IPPRI/UNESP. Realizado em: 28 de junho de 2013. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=qsVAGF8aYWc Mesa-redonda realizada dia 28 de junho de 2013 pelo IPPRI_UNESP. Buscando ampliar o debate sobre as manifestações de junho ocorridas pelo país, o Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais de Unesp (IPPRI) promoveu a mesa-redonda "E agora? As ruas, a política e a democracia". O evento foi realizado na Praça da Sé, 108 -- 7º andar. Os convidados do IPPRI para compor a mesa foram Carlos Melo, professor do INSPER, (Instituto de Ensino e Pesquisa); Cláudio Gonçalves Couto, da Fundação Getúlio Vargas-SP; Milton Lahuerta, cientista político da Faculdade de Ciências e Letras da Unesp, Câmpus de Araraquara e Alexandre Machado, jornalista e apresentador da Rádio Cultura FM. Diretor do IPPRI_Unesp e idealizador do evento, Marco Aurélio Nogueira comenta que após as manifestações de massa em várias cidades, das quais participaram protagonistas plurais e com pautas variadas, o Brasil parece entrar em novo ciclo, no qual a política, o governo representativo e a democracia estão desafiados a se fortalecer e a se reinventar. "A mesa-redonda também busca debater possíveis efeitos e desdobramentos desses eventos sociais"
UNIFESP	Ermínia Maricato - As Jornadas de Junho e a questão urbana. UNIFESP. Realizado em 4 de julho de 2013. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=mYiQEl-eJCY Intervenção da urbanista Ermínia Maricato no debate "O Brasil nas ruas", promovido pela Unifesp no dia 4 de julho de 2013. Com abertura da Professora Soraya Smaili (reitora da Unifesp) o evento contou também com a presença de José Maria de Almeida (Conlutas), Rodrigo Cesar (Articulação de Esquerda PT), Monique (MPL) e José Arbex Jr, na coordenação de mesa. A gravação é de Danilo Chaves Nakamura.
UFF	Debate sobre a conjuntura atual das manifestações – UFF. Publicado em 3 de julho de 2013. Participantes da mesa: prof. Raphael Lima (Ciências Sociais UFRJ), prof. Gustavo Bezerra (Ciências Sociais IESP - UERJ), prof. ^a Marlene Fernandes (Comunicação Sociais UFRJ), prof. Danilo Caruso (História UFF), Eduardo Preá (Ciências Sociais UFJF), Dayana Rosa (Movimento Passe Livre VR)

	Disponível em: Parte 1/5: https://www.youtube.com/watch?v=gLOhScn-6uc Parte 2/5: https://www.youtube.com/watch?v=iaU7U3w03Ds Parte 3/5: https://www.youtube.com/watch?v=ytr8GoLzKnA Parte 4/5: https://www.youtube.com/watch?v=3Cv8ivB4ghM Parte 5/5: https://www.youtube.com/watch?v=2zpGKIOIGu0
Fiocruz	Crise atual e alternativas de longo prazo - Mesa: A política e o movimento da sociedade. Postagem: Fiocruz. Duração: 02h16min33seg. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=F97MzxxnkN8 Descrição: Publicado em 17 de jun de 2016 Angela Alonso (Cebrap/USP), Fransergio Goulart (Fórum Social de Manguinhos) e Guilherme Boulos (MTST), com moderação de José Ricardo Ramalho (UFRJ/Anpocs), avaliam os rumos do país frente à crise política e os desafios dos setores progressistas da sociedade brasileira frente a um projeto de governo que atingiu seu ponto máximo e de uma frente conservadora que se configura sem preocupar-se com as regras democráticas.
UNICAMP	Fórum Conservadorismos, Fascismos e Fundamentalismos - Conservadorismo e Fascismo. 2016. Postagem: Fórum Pensamento Estratégico (PENSES). Duração: 01h07min39seg. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=LlZW8rmf3eo Descrição: Publicado em 26 de set de 2016 Debate da mesa "Conservadorismo e Fascismo", durante o Fórum Conservadorismos, Fascismos e Fundamentalismos, organizado pelo Fórum Pensamento Estratégico (PENSES) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), no dia 30 de agosto de 2016, no Centro de Convenções da Unicamp. Com mediação de Ronaldo de Almeida, professor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Unicamp, e participação de Tales Ab'Saber, professor de Filosofia da Psicanálise no Curso de Filosofia da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), Álvaro Bianchi, professor do Departamento de Ciência Política da Unicamp, e comentários de Joanildo Burity, professor colaborador dos Programas de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).
IESP-UERJ	Ciclo de Palestras IESP-UERJ 2015: Angela Alonso. 2015. Postagem: IESP-UERJ. Duração: 47min04seg. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=h24KZotLP1k Descrição: Jornadas de Junho 2 Anos depois.

5. Palestras e debates organizados por Organizações Culturais, Políticas e Partidos

Organizaçã o	Atividade
Movimento Passe Livre (MPL)	"As Jornadas de Junho Numa Perspectiva Anarquista" por MPL, SP. Conferência de Mayara Vivian, militante do Movimento Passe Livre (MPL - SP), realizada no dia 23 de Abril de 2014, no Centro de Cultura Social de São Paulo (CCS-SP). Disponível em: Parte 1 https://www.youtube.com/watch?v=yrZ1EHenfV4 (01h03min38seg) Parte 2 https://www.youtube.com/watch?v=imu0loWc_wQ (48min45seg)
Movimento Passe Livre (MPL)	"Manifestações do MPL: a polícia, a imprensa e os políticos", por Pablo Ortellado. Postagem: Sabrina Duran. 2013. Duração: 18min42seg. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=BHqHGeg9vBE Descrição: Publicado em 23 de jun de 2013 No dia 22/6, a Casa da Cidade realizou um debate sobre as manifestações encabeçadas pelo Movimento Passe Livre (MPL) em São Paulo e outras cidades pela redução do aumento da tarifa do transporte público e os desdobramentos mais recentes dessas manifestações. Entre as falas dos debatedores convidados, destacamos a de Pablo Ortellado, professor de gestão de políticas públicas e do programa de pós-graduação em estudos culturais da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH) da USP. Ortellado apresenta uma linha do tempo clara e analítica sobre a sequência dos acontecimentos desde as primeiras manifestações, a criminalização dos manifestantes pela grande imprensa e o câmbio de posição dessa mesma imprensa, que passa a apoiar os que estão protestando nas ruas após a ação truculenta da polícia contra os manifestantes durante o quarto ato organizado pelo MPL no dia 13/6. Registro: Fabrício Muriana Este vídeo foi produzido no contexto do projeto Arquitetura da Gentrificação www.catarse.me/AG
Movimento Passe Livre (MPL)	Aula Pública Tarifa zero e mobilização popular. MPL. Realizado no dia: 27 de junho de 2013. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=QyPBUDIV4d4 Versão integral da aula pública "Tarifa zero e mobilização popular" convocada pelo Movimento Passe Livre (MPL), após a onda de manifestações que tomou as ruas do Brasil e que provocou, entre outras coisas, o revogamento do aumento da tarifa do transporte metropolitano em São Paulo e outras cidades brasileiras. Realizado no dia 27 de junho de 2013, em frente à prefeitura da São Paulo, o evento contou com a participação de Lúcio Gregori, ex-secretário de transportes da gestão Luiza Erundina e idealizador do projeto "Tarifa Zero", e Paulo Eduardo Arantes,

	filósofo, professor aposentado do Departamento de Filosofia da USP e coordenador da coleção "Estado de Sítio" da Boitempo. O registro é do Coletivo Passa Palavra. <u>0:00:00</u> Apresentação (MPL) <u>0:02:30</u> Lúcio Gregori <u>0:33:50</u> Paulo Arantes <u>1:09:15</u> Perguntas Paulo Arantes é um dos colaboradores de "Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil", o próximo livro de intervenção da Boitempo.
PSOL	As Jornadas de Junho, nossa estratégia e os desafios do PSOL. Apresentação da tese As Jornadas de Junho, nossa estratégia e os desafios do PSOL, construída pela CST e independentes, na I Plenária de tiragem de delegados, que ocorreu na antiga Casa dos Estudantes da UFRJ, no Flamengo, no dia 28/08/2013. 09min42seg. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=k41vOBUiDCI
PSTU	Valério Arcary - As Jornadas de Junho e as perspectivas da luta de classes. Debate com o professor e dirigente nacional do PSTU, Valério Arcary, durante atividades do Acampamento da Juventude Revolucionária no Rio Grande do Sul. Local: Auditório do CPERS. Data: 23 de Agosto 2013. 16min04seg. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=kAJII3xgN6g
PJR	Plebiscito Popular do sistema político, por Ricardo Gebrim. III Congresso da Juventude Camponesa, da Pastoral da Juventude Rural (PJR). Recife-PE, 18-01-2014. Publicado em 23 de jan de 2014 Disponível em: Parte 1: https://www.youtube.com/watch?v=vg2oVUi9Ofg Parte 2: https://www.youtube.com/watch?v=cjGut70bjqs Parte 3: https://www.youtube.com/watch?v=q59-4BkD7I4 No III Congresso da Juventude Camponesa, da Pastoral da Juventude Rural, em Recife, PE, dia 18/01/2014, Ricardo Gebrim fez palestra sobre a proposta de realização de um Plebiscito Popular sobre o Sistema Político brasileiro. Eis, aqui, a 1a parte, da palestra de Ricardo Gebrim, muito esclarecedora, por sinal. A gravação foi feita por frei Gilvander Moreira. São Paulo, SP, Brasil, 23/01/2014.
Pet Filosofia e Diretório Acadêmico	As manifestações e a redução da tarifa: tentativa de balanço. Postagem: Pet Filosofia. 2013. Parte 1 - Renato Rovai. 16min06seg Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=S-STySllAVE Parte 2 - Marcos Nobre. 14min30seg Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=EZU0PFceYZg

	Descrição: Debate sobre as manifestações com Eugênio Bucci*, Marcos Nobre, Pablo Ortellado, Renato Rovai e Ricardo Antunes. *O professor Eugênio Bucci não pôde comparecer, mas deixou uma carta que foi lida na íntegra, antes das falas dos outros convidados.
PSOL	Luciana Genro fala sobre levante de junho e novos rumos do PSOL. 11 de novembro de 2013. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=xdBK2Mv9ESM Excelente vídeo de formação política. Foi gravado no auditório da FENASPS, em Brasília, no dia 11 de novembro de 2013. Trata dos protestos de junho no Brasil e a missão histórica do PSOL enquanto partido de esquerda sintonizado com a lutas sociais. Luciana Genro é pré-candidata à presidência da república e começa a falar aos 10 minutos de gravação, após a fala de Juliana Selbach, presidente do PSOL-DF.
Fundação João Mangabeira – PSB	"Voz das Ruas". TV João Mangabeira, Fundação João Mangabeira – PSB . Brasília. 26 de jun de 2013. Disponível em: http://www.fjmangabeira.org.br/?s=voz+das+ruas O encontro "A VOZ DAS RUAS" foi realizado pela Fundação João Mangabeira e pelo Partido Socialista Brasileiro. Márcia Cavallari Jessé José Freire de Souza Leandro Piquet Carneiro Luiza Erundina
Fundação João Mangabeira – PSB	Seminário Manifestações em Junho - Razões e perspectivas. TV João Mangabeira, Fundação João Mangabeira – PSB. Rio de Janeiro, 9 de agosto 2013. Disponível em: http://www.fjmangabeira.org.br/category/manifestacoes-de-junho Com a participação: Fundação João Mangabeira - PSB Fundação Maurício Grabois - PCdoB Fundação Leonel Brizola - PDT Fundação Perseu Abramo – PT Manifestações de Junho- Razões e perspectivas. Ato de Abertura e visões dos partidos:: Rui Falcão, Carlos Lupi e Renato Rabelo Olhar dos Intelectuais: Alberto Carlos Almeida e Emir Sader Ótica, Avaliação E Novas Jornadas: Vagner Freitas de Moraes, Joaquim Pinheiro e Virginia Barros

Fundação Rosa Luxemburgo	Resistências no País do Futebol - A Copa em contexto. Fundação Rosa Luxemburgo. Transmitido ao vivo em 10 de jun de 2014. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=iZ9nY0BevMQ A Fundação Rosa Luxemburgo lança em São Paulo o livro "Resistências no País do Futebol -- A Copa em contexto". Com 14 artigos e entrevistas com especialistas em diferentes áreas, a obra propõe uma reflexão sobre o contexto internacional e nacional em que a Copa de 2014 se insere. O evento terá apresentação da urbanista e arquiteta Raquel Rolnik.
Instituto Democracia e Sustentabilidade.	Roda de Conversa sobre a Reforma do Sistema Político. Instituto Democracia e Sustentabilidade. Realizado em 17 de Julho de 2013. Desde junho de 2013, as ruas do país vivem momentos intensos de efervescência. O Instituto Democracia e Sustentabilidade (IDS), em sua missão de convergir e potencializar ideais e propostas que contribuam para aprofundar a democracia e colocar a sustentabilidade como valor central para vida no século 21, sente-se convocado a contribuir com as discussões que estão emergindo de forma vigorosa com a ampliação e intensificação das manifestações populares. Para isso, promoveu no dia 17 de julho, uma Roda de Conversa sobre a Reforma do Sistema Político aberta ao público e transmitida ao vivo pela internet, com os seguintes convidados a expositores: Carlos Nepomuceno, jornalista e Doutor em Ciência da Informação pela Universidade Federal Fluminense; Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=gIoOOq4MFYE José Moroni Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=dI_vA89z2QI Eugênio Bucci Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=y3fHesotpSw Marina Silva, ex-ministra e membro do Conselho Diretor do IDS; Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=JLH-jDynud4 Vladimir Safatle, professor da USP e Doutor em filosofia. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=8uciOShAmw8 https://www.youtube.com/watch?v=8uciOShAmw8
Associação dos Defensores Públicos do Estado do Rio de Janeiro - ADPERJ	Reflexões sobre o levante democrático de junho/2013. ADPERRJ. Publicado em 9 de julho de 2013. O evento Reflexões sobre o levante democrático de junho/2013 contou com explanações de: Giuseppe Cocco. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=tUak3Tp5s10 Marcelo Freixo. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=2cwHRKBr3RA Adriano Pilatti Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=sSkaONcQc2o

	Kenzo Soares Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=wln7jbIFVWo Alexandre Molon Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=XW3my8ZsN7k Edson Diniz Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=D_G6c31f8mM Alexandre Mendes Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=PF2HhmZSFvc
Movimento Honestinas – UNB	Aula pública com Vladimir Safatle sobre a Primavera Brasileira. Movimento Honestinas (UNB). Realizado em 26 de Junho de 2013. Aula da indignação - Vladimir Safatle na rua. Evento realizado pelo movimento Honestinas, da Universidade de Brasília, em parceria com os coletivos Juntos, Anel, Cia Revolucionária Triângulo Rosa e Rompendo Amarras, em frente à Biblioteca Nacional - Brasília - DF. 26 de Junho de 2013. Parte 1: https://www.youtube.com/watch?v=Qvxhw2XDvjo Parte 2: https://www.youtube.com/watch?v=0GoC-EP4yhs
DCE Livre da USP	É hora da luta: um debate sobre as mobilizações da juventude e do povo em todo o país. DCE USP. Publicado em 27 de junho de 2013. Debate realizado pelo DCE Livre da USP com participação de: Vladimir Safatle, Lúcio Gregori, Movimento Passe Livre, DCE Livre da USP e João Victor. Disponível em: Parte 1: https://www.youtube.com/watch?v=4zhtOwdQAXM Parte 2: https://www.youtube.com/watch?v=fYr9SUJ4_Vo
Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Técnica e Tecnológica – Seção São Paulo (SINASEFE - SP)	Debate "As manifestações nas ruas". SINASEFE São Paulo. Realizado em 27 de junho de 2013. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Cb3H8sYg634 Debate sobre "As Manifestações nas ruas", realizado em 27/06/2013 no Auditório do Instituto Federal de São Paulo. Ministrado pelo Presidente do SINASEFE SÃO PAULO Prof. Paulo Bonfin e convidados, Prof. Fátima Delfino, Prof. Valério Arcary e Prof. Crounel Marins.
Levante Popular da Juventude	Debate Público sobre Reforma Política e Constituinte. Levante Popular da Juventude. Realizado em 13 de julho de 2013. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=07piUxWn74c Após as manifestações ocorridas em todo o país durante o mês de junho, a presidenta Dilma Rousseff propôs um Plebiscito nacional para a Reforma Política, e a conformação de uma Assembleia Constituinte exclusiva para o tema. A proposta trouxe inúmeras reações, à esquerda e (especialmente) à

	direita, e tem esquentado o debate político no país. Mas afinal? O que pode significar esta Reforma Política para o país? Qual o papel da esquerda neste processo? Qual a viabilidade política e jurídica de uma Constituinte exclusiva? Para debatermos e aprofundarmos estes e mais pontos, convidamos a sociedade para um debate público, espaço de reflexão e discussão deste tema central na agenda política brasileira para os próximos meses. Debatedores confirmados: - Marilena Chauí, filósofa, professora da USP; - Luiz Carlos Azenha, jornalista, editor de Viomundo; - Breno Altman, jornalista, editor de Opera Mundi; - Ricardo Gebrim, advogado, membro da Direção Nacional da Consulta Popular; - José Antonio Moroni, da Plataforma de Movimentos Sociais pela Reforma Política; - Sônia Coelho, militante da Marcha Mundial das Mulheres, integrante do Conselho da Cidade de São Paulo (a confirmar); - Ivan Valente, deputado federal pelo PSOL;
Instituto Casa Grande (ICG) e a Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF)	Debate 'Um ano das manifestações de junho', 18 de junho de 2014. ICG e ENFF. Realizado em 18 de junho de 2014. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=F-S3oAehvs0 Participação de: - Luiz Werneck Vianna, professor de Ciência Política da PUC-RJ; - Sérgio Amadeu, professor da UFABC; - Tadeu Lemos: coordenador do DCE/UFRJ e integrante do movimento "RUA Juventude Anticapitalista"; - Thiago "Pará" Ferreira: Levante Popular da Juventude. Mediador: Marcelo Barbosa, diretor-coordenador do Instituto Casa Grande (ICG) Mais um evento do ciclo de 2014 "Território Livre da Democracia", organizado pelo Instituto Casa Grande (ICG) e a Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF -- amigosennff.org.br/site/) com apoio dos jornais Algo a Dizer (www.algoadizer.com.br/edicoes/index.php) e Brasil de Fato (www.brasildefato.com.br). "Território Livre da Democracia -- Debates no Teatro Casa Grande (2014)": Agora, mais uma vez, chega a hora de respirar uma atmosfera de reflexão sobre os destinos do país: o espaço vai sediar o ciclo "Território Livre da Democracia -- Debates no Teatro Casa Grande" (2014). Durante oito meses, as portas da histórica casa de espetáculos do Leblon estarão abertas para realizar mesas redondas com figuras de relevo da política e da cultura, das mais diversas tendências de opinião que compõe o matiz progressista.

	Ao final do ciclo, serão lançados em livro. O evento traz a chancela do Instituto Casa Grande (ICG), presidido pelo ex-senador Saturnino Braga em parceria com a Escola Nacional Florestan Fernandes.
Centro Ocupado de Produção Alternativa - COPA	Entrevista Coletiva Pablo Ortellado. COPA. Realizado em 30 de junho de 2014. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=QkKF6Mii3Ys No dia 30 de junho, o COPA (Centro Ocupado de Produção Alternativa) recebeu o professor e filósofo Pablo Ortellado para uma entrevista coletiva.
PSOL São Paulo	II Seminário Governar após Junho. PSOL São Paulo. Publicado em 12 de março de 2014. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=NGNBX7-MKZ4
Centro Acadêmico de Serviço Social da UFRJ	Mauro Iasi As Jornadas de Junho Aula Pública. Centro Acadêmico de Serviço Social da UFRJ. Publicado em: 13 de agosto de 2013. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=damvIZeXz3s Mauro Iasi em aula pública sobre as "Jornadas de Junho". A aula foi gravada durante os primeiros dias de mobilizações de junho de 2013, pelo Centro Acadêmico José Paulo Netto de Serviço Social da UFRJ.
Youpix	Protestos e redes sociais – a mudança de poder da mídia. Youpix. Publicado em 24 de out de 2013. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=i7WVIJERmmo Publicado em 21 de out de 2013 Qual a influência que as redes sociais, mídias alternativas e a mainstream media tiveram na construção da opinião e na disseminação da informação durante os protestos recentes? De que maneira impactaram a maneira como vamos consumir e distribuir informação? Com Pedro Dória (Editor Executivo de Plataformas Digitais do jornal O Globo), Rodrigo de Almeida (editor do portal IG), Alexandre Inagaki (jornalista, blogueiro e consultor de mídias digitais), Rafucko (videomaker e manifestante, chamado por Caetano Veloso de Cohn-Bendit de 2013), membros da Mídia Ninja do Rio e mediação de David Butter (jornalista e produtor independente com passagens pela Globo e G1).
Youpix	Debate sobre protestos, jornalismo e mídia independente no youPIX. Youpix. Publicado em 24 de outubro de 2013. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=DqIXExcvi8i4 Debate sobre protestos, jornalismo e mídia independente com a participação de: David Butter - Jornalista Mediador Felipe - Mídia NINJA Inagaki - Pensar Enlouquece Pedro Dória - O Globo Rodrigo de Almeida - IG Rafucko - Videomaker
DCE Livre da USP	Debate - É Hora da luta pt 2. Postagem: Vinicius Costa Martins. 2013. Duração: 29min21seg.

	Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=fYr9SUJ4_Vo Descrição: Publicado em 26 de jun. de 2013 Debate realizado pelo DCE Livre da USP com presenças de representantes do MPL, Juntos!, filósofo e colunista da Folha de S.Paulo Vladimir Safatle e os professores Lúcio Gregori e João Victor (Rede Municipal).
Editora Veneta	Veneta - Lançamento Coleção Baderna. 2015. Postagem: Editora Veneta. Duração: 02h08min07seg. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=I5BTe-Ret2o Transmitido ao vivo em 28 de mar de 2015 Debate: Esquerda e Direita em 2013 e 2015: Qual a Urgência Das Ruas? - com Pablo Ortellado, Alexandre Linares e Rogério de Campos.

6. Vídeos com registro sobre Manifestações sem edição

Black bloc - Ação e Reação. Produção: coletivo In Bloc. Publicado em 21 de nov de 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=a0HHbauZG7w>.

Em busca de esclarecer questões a respeito do black bloc, nós do coletivo In Bloc, produzimos o documentário de curta duração, Black bloc - Ação e Reação, dando atenção especial a pautas tais como; relação com a sociedade e com a polícia; mídia corporativa e alternativa; vandalismo.

In bloc - <https://www.facebook.com/inbloc>

Emma fala sobre Black Bloc, VEJA e o OcupaCabral. MídiaNINJA. Publicado em 21 de ago de 2013. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=jsg_VkE9Zmo

Emma, 25 anos, foi personagem da matéria de capa da revista Veja sobre o Black Bloc, uma tática de protesto sem líderes em que seus praticantes cobrem o rosto e protegem os manifestantes comuns se posicionando na linha de frente dos atos.

A revista explora a vida pessoal de Emma isoladamente, mas ignora e não gera debate sobre a relevância da ocupação da qual faz parte em frente à casa do governador do Rio, Sergio Cabral..

Emma contou à Midia NINJA que não deu entrevistas à revista, cujo texto a apresenta como "namorada", revelando um posicionamento machista, segundo a praticante de Black Bloc.

Ela diz que a ocupação está aberta ao diálogo com a imprensa independente, por ser "o único mecanismo atual que tem credibilidade e que cumpre o papel de gerar debates e transmitir com fidelidade o que acontece".

Black Block, Emma, OcupaCabral, Ocupa Cabral, Mídia Ninja, NINJA, MídiaNINJA, jornalismo, redação, censura, Veja, Ocupa Tudo, mídia, independente, midiativismo, livre,

foto, fotografia, Brazil Riot, machismo, mobilização, ato, protesto, manifestação, mulher, luta.

Black Bloc Revista Veja. 23/08. São Paulo. Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=demTbVMaxsg>

Percurso que os Black Blocs percorreram até chegar a Editora Abril, lá foi reprimidos pela Tropa de Choque...

Manifestação e ocupação PACÍFICA do Congresso Nacional do Brasil | 17/06/2013 | Brasília/DF. Publicado em 18 de junho de 2013. Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=0ox56RlZOuI>

Right now we're writing a new chapter in Brazil's history. Tens of thousands of people are flooding the nation's cities to protest against corruption and low-quality public services they receive in exchange for high taxes and rising prices. National media is trying to portray protesters as vandals and criminals. This is far from the truth. Here's a glimpse of the protest and invasion in the National Congress of Brazil.

Manifestação em Porto Alegre sem cortes. Publicado em 18 de junho de 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=086X0apLCck>

Cenas fortes. Pelo menos 20 mil pessoas, a maioria jovem, na manifestação do dia 17 de junho de 2013, em Porto Alegre. Ao proibir o acesso à sede do jornal Zero Hora, a polícia iniciou um forte confronto com os manifestantes.

7. Ocupe Estelita

(<https://www.youtube.com/user/ocupeestelita>)

CABEÇA DE PRÉDIO

Publicado em 21 de dez de 2015

CABEÇA DE PRÉDIO

O mais novo filme do Movimento Ocupe Estelita.

O cabeça-de-prédio é um novo tipo social que aparece em grandes centros urbanos. Surge em cidades segregadas e verticalizadas, e normalmente se relaciona com outros indivíduos fixados em aço e concreto. Cabeças-de-prédio só se relacionam com cabeças-de-prédio e tem dificuldade de diálogo com outros tipos sociais.

O pior tipo de cabeça-de-prédio é um político cabeça-de-prédio.

Exemplo de cabeça-de-prédio: o prefeito da cidade do Recife Geraldo Júlio.

Como combater cabeças-de-prédio: ocupando a cidade.

Assista ao mais novo filme do Movimento Ocupe Estelita!

<https://www.youtube.com/watch?v=HcenLcp1w2U>

Novo Apocalipse Recife

Publicado em 14 de mai de 2015

Videoclipe musical produzido pelo Movimento Ocupe Estelita.

<https://www.youtube.com/watch?v=uE0wJi6xNBk>

Cris Gouvêa aula pública - Direitos Urbanos, Ocupe Estelita e o Cais José Estelita

Publicado em 19 de dez de 2014

Numa manhã chuvosa do dia 13 de Julho de 2014, Cris Gouvêa ofereceu aos presentes no parque 13 de Maio uma aula pública sobre a história do grupo Direitos Urbanos, o Movimento Ocupe Estelita, e o Cais José Estelita.

Realização:

Ernesto de Carvalho

Luis Henrique Leal

Marcelo Pedroso

Pedro Severien

<https://www.youtube.com/watch?v=6Cfgy1RbaRg>

David Harvey para o capital: Parem de construir cidades dessa forma!

Publicado em 4 de dez de 2014

David Harvey fala que o capital não gosta de correr riscos em seus investimentos e que gosta de construir condomínios para ricos e que os ricos gostam de comprar em condomínios não para viver, mas para fazer especulação. Falta habitação pra a população pobre e sobre condomínios de luxo inabitados de propriedade dos ricos. Isso acontece em Londres, Istambul, Nova York em qualquer lugar. A urbanização nessas grandes cidades segue os ditames do capital. Os pobres não podem morar nos locais mais centrais porque os preços são tão altos que eles não podem pagar. Fala que na base dos protestos da jornada de junho há um profundo descontentamento com a qualidade de vida nas cidades, pois elas não funcionam de forma efetiva para a parte massiva da população. Como fazer funcionar efetivamente se o capital insiste em fazer as coisas para atender os mais ricos, quando o capital concentra tanto poder político e o controle da mídia? Isso ocorreu em várias cidades do mundo, onde o simples fato de corte de árvores fez emergir toda a indignação das pessoas. Essa insatisfação associada à falta de democracia, à falta de conta popular, sobre construir uma cidade efetivamente para sua população, em oposição aos proprietários do capital financeiro e empreiteiras. Vemos a mesma situação em Nova York, em Londres, em Santiago, em Quito. Com aqueles prédios que o capital adora construir, mas sem ninguém dentro. E recomenda um exercício que é observar nesses altos edifícios quantas luzes estão acesas durante a noite. Em Nova York vai-se encontrar edifícios onde não existe luz alguma. Então eles existem apenas com fim especulativo. Que tipo de situação louca e insana situação é essa, onde massivos recursos são gastos em construir cidades onde a maior parte das pessoas não pode morar? Quando ele se coloca contra o capitalismo é porque ele é insano e irracional. E a única forma racional é dizer para o capitalismo parar de construir cidades da forma como faz.

<https://www.youtube.com/watch?v=du44mIoAzxo>

David Harvey @ #OcupeEstelita

Publicado em 24 de nov de 2014

O geógrafo marxista inglês David Harvey visitou o [#OcupeEstelita](#) no dia 16 de Novembro de 2014 e fez um pequeno discurso aos presentes.

The British marxist geographer David Harvey visited [#OcupeEstelita](#) on November 16, 2014, and made a small speech for the people present.

Imagens, som e edição: Ernesto de Carvalho e Marcelo Pedroso

<https://www.youtube.com/watch?v=DxW-lnT8XHk>

Recife, cidade roubada

Publicado em 18 de nov de 2014

(English subtitles can be activated! - Recife, stolen city)
 (Sous-titres français disponibles ! - Recife, ville volée)

O Movimento Ocupe Estelita apresenta o vídeo “Recife, cidade roubada”. Mais uma contribuição para demonstrar a ingerência do capital imobiliário na política urbana e a urgente necessidade de cancelamento do Projeto Novo Recife, um empreendimento amplamente prejudicial à saúde de nossa cidade.

Realização:

Ernesto de Carvalho, Leon Sampaio, Luis Henrique Leal, Marcelo **Pedroso e Pedro Severien**

Participação:

Irândhir Santos
 Kleber Mendonça Filho
 Lucas Alves
 Leonardo Cisneiros
 Valdimarta Lino
 Liana Cirne Lins
 Norma Lacerda
 Cristiano Borba
 Dona Leo de Sibamba
 Luana Varejão
 Caetano Lessa

Integrantes do Movimento Ocupe Estelita

<https://www.youtube.com/watch?v=dJY1XE2S9Pk>

#OcupeEstelita | 30 dias de Ocupação, resistência, poesia e música

Publicado em 23 de jun de 2014

Recife | 22.06.14 Por Roger de Renor

"...Nós somos a criatividade furando a velha censura. Respondemos agressão e violência com argumentos, música e delicadeza -- e para eles não há nada mais agressivo do que isso". O dinheiro e o poder inventam notícias, inventam pesquisas, inventam prefeitos, governadores, edifícios, inventam até cidades. Mas só a razão e a poesia são capazes de inventar os lugares."

Apresentação de Silvério Pessoa no "palco" montado do Som na Rural.

Música: Nas terras da Gente (Silvério Pessoa)

Fotografia e edição: Keila Vieira

<https://www.youtube.com/watch?v=QyZXHmSrahk>

Coletiva #OcupeEstelita | 18-06-14

Publicado em 19 de jun de 2014

Coletiva dada a imprensa por integrantes do Movimento [#ocupeEstelita](#), um dia após a violenta ação de desocupação do Cais José Estelita

<https://www.youtube.com/watch?v=hGmN7al3Py0>

APÊNDICE II - Arquivos de Textos

Lista e detalhamento de materiais de texto que versam sobre o Ciclo de Protestos de Junho de 2013 e seu contexto

SUMÁRIO

1. Livros e Capítulos de Livro	479
2. Artigos acadêmicos	480
3. Periódicos e Revistas	482
4. Portais da internet, sites e blogs	489
5. Sites/revistas comerciais	492
6. Outros na internet	494
7. Trabalhos de conclusão de Curso, Teses e Dissertações	497

1. Livros e Capítulos de Livro

ALEXANDRE; [et al.]. Movimentos em marcha: ativismo, cultura e tecnologia. São Paulo, 2013.

ALVES, Amanda (Org.). Não é por centavos: um retrato das manifestações no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Liga, 2014.

BARLET, Dawid Danilo (Org.). A “Nova Classe Média” como conceito e projeto político. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, 2013.

BLANCO, Marcelo; TEIXEIRA, Pedro (Investigação). Protestos no Brasil 2013. ARTIGO 19, 2013.

BORBA, Maria; FELIZI, Natasha; REYS, João Paulo (Org.). Brasil em movimento: reflexões a partir dos protestos de junho. Rio de Janeiro, Rocco, 2014.

BOYD, Andrew; MITCHELL, Dave Oswald (Orgs.). Bela Baderna: Ferramentas Para Revolução. São Paulo: Edições Ideal, 2013

BRAGA, Ruy. A pulsão plebeia – trabalho, precariedade e rebeliões sociais. São Paulo, Alameda, 2015.

BRANCALEONE, Cassio; BEM, Daniel de (Orgs.). As rebeliões da tarifa e as jornadas e junho no Brasil. Porto Alegre: Editora Deriva, 2014.

BUCCI, Eugêcio. A forma bruta dos protestos: das manifestações de junho de 2013 à queda de Dilma Ruusseff em 2016. São Paulo: Companhia das letras, 2016.

CATTANI, Antonio David (Org.). #protestos: Análises das Ciências Sociais. Porto Alegre : Tomo Editorial, 2014.

CAVA, Bruno. A multidão foi ao deserto: as manifestações no Brasil em 2013 (junho - outubro). São Paulo: Annablume, 2013. (Coleção Política das Multidões).

CAVA, Bruno; COCCO, Giuseppe (Orgs.) Amanhã vai ser maior: o levante da multidão no ano que não terminou. São Paulo: Annablume, 2014. (Coleção Políticas da Multidão).

CEI, Vitor; BORGES, David G (Orgs.). Brasil em crise: o legado das jornadas de junho. Vila Velha, ES: RCG Comunicação Total: Praia Ed., 2015.

FIGUEIREDO, Rubens. Junho de 2013: a sociedade enfrenta o Estado. São Paulo: Summus, 2014.

FREIXO, Adriano (org.). Manifestações no Brasil: as ruas em disputa. Rio de Janeiro: oficina Raquel, 2016.

GOHN, Maria da Glória. Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praça dos indignados no Mundo. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2014.

GONÇALVES, Maurício (Org.). As jornadas de junho: os significados do retorno das manifestações de massa. Recife: Ed. do organizador, 2014.

Intevozes – Coletivo Brasil de Comunicação. Vozes silenciadas: mídia e protestos – a cobertura das manifestações de junho de 2013 nos jornais O Estado de São Paulo, Folha de São Paulo e O Globo. São Paulo: Intevozes, 2014.

JUDENSNAIDER, E; LIMA, L.; POMAR, M.; ORTELLADO, P. Vinte centavos: a luta contra o aumento. São Paulo, Veneta, 2013.

LOCATELLI, Piero. #VemPraRua: as revoltas de junho pelo jovem repórter que recebeu

passé livre para contar a história do movimento. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

LORENZOTTI, Elizabeth. Jornalismo século XXI: O modelo #mídiaNinja. E-galaxia, Livro digital. 2014.

MACHADO, Otávio Luiz. Múltiplas juventudes: protestos públicos e as novas estratégias de mobilização juvenil no Brasil atual. Frutal-MG: Editora Prospectiva, 2013.

MARICATO, Ermínia; [et al.]. Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

MENDES, Soraia da Rosa (org). País mudo, não muda! As manifestações de junho de 2013 na visão de quem vê o mundo para além dos muros da Academia. Brasília: IDP, 2013.

MORAES, Alana; [et al.]. Junho: potência das ruas e das redes. São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung (FES), 2014.

NOBRE, Marcos. Choque de democracia, razões da revolta. São Paulo, Companhia das Letras, 2013a.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. As ruas e a democracia. Ensaios sobre o Brasil contemporâneo. Brasília: Fundação Astorjildo Pereira (FAP); Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.

OLIVEIRA, Adélia et ali. #BHnasruas: uma experiência de cobertura colaborativa. Belo Horizonte: Editora letramento, 2014.

Os Vândalos (organização coletiva). Vinagre: uma antologia de poetas neobarracos. Edições V de Vândalo. 2 ed. Edições V de Vândalo, 2013.

PRADO, Magaly. Ciberativismo e noticiário: da mídia torpedistas rede sociais. Rio de Janeiro: Alta Books, 2015.

REIS, Marlon. O Gigante Acordou: manifestações, ficha limpa e reforma política. Rio de Janeiro: Leya, 2013.

RICCI, Rudá; ARLEY, Patrick. Nas Ruas: a outra política que emergiu em junho de 2013. Belo Horizonte, Letramento, 2014.

SAMPAIO JUNIOR, Plínio de Arruda (Org.). Jornadas de Junho – a revolta popular em debate. São Paulo: ICP, junho de 2014.

SAVAZONI, Rodrigo. A onda rosa-choque: reflexões sobre redes, cultura e política contemporânea. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2013.

SOLANO, Esther; MANSO, Bruno Paes; NOVAES, Willian. Mascarados: a verdadeira história dos adeptos da tática black bloc. São Paulo, Geração Editorial, 2014, p. 281-287

SOUZA, Janice Tirelli Ponte de. A experiência Contemporânea da Política Entre Jovens Brasileiros. Florianópolis : Em Debate / UFSC, 2015.

VINICIUS, Leo. Antes de junho: rebeldia, poder e fazer da juventude autonomista. Florianópolis : Editoria Em Debate/UFSC, 2014.

_____. A Guerra da Tarifa. São Paulo: Faísca Publicações Libertárias, 2005.

ZAIDAN, Filho, Michel. A metafísica dos Movimentos de rua. Recife: Neeptd, 2013.

2. Artigos acadêmicos

ALFOSIN, Betânia de Moraes; [et al.]. As manifestações de junho de 2013, o processo de construção dos direitos de cidadania no Brasil e o direito à cidade. *Revista de Direito da Cidade*. v.07, n. 01, p.71-90.

ARCARY, Valerio. As Jornadas de Junho de 2013: balanço e perspectivas. *Praia Vermelha: estudos de política e teoria social*. V. 23 No. 2, jul./dez. de 2013. Rio de Janeiro: UFRJ, 2013.

BARBOSA, Gisele Heloise; KERBAUY, Maria Teresa Miceli. Os protestos de junho de 2013: movimentos sociais e reivindicações. 10º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política: Ciência Política e a Política: memória e futuro. Belo Horizonte, MG, 2016.

BARCELLOS, Sérgio Botton. Quando outros atores vão às ruas: as manifestações de Junho de 2013 e suas múltiplas influências políticas. In: LEITE, Elaine da Silveira Leite; MASSAU, Guilherme; SOTO, Willian Hector Gomez (Orgs.). *Teorias e Práticas Sociológicas*. Editora Max Limonad, 2016. p. 165 -175

BARREIRA, Irllys Alencar F. Ação direta e simbologia das “jornadas de junho”: notas para uma sociologia das manifestações. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, São Carlos, v. 4, n. 1, jan.-jun. 2014, pp. 145-164.

BOLAÑO, Cesar Ricardo Siqueira; CABRAL FILHO, Adilson Vaz. O Brasil e o movimento social global: uma análise dos eventos de junho de 2013 em perspectiva histórica. *Liinc em Revista*, Rio de Janeiro, v.10, n.1, p. 10-21, maio 2014.

BRINGEL, Breno; PLAYERS, Geoffrey ... dois anos depois Polarização, impactos e reconfiguração do ativismo no Brasil, Junho de 2013. *Nueva Sociedad especial em português*, out. de 2015.

CALIL, Gilberto. Estado, Democracia e Resistências Sociais: Reflexões sobre as Jornadas de Junho de 2013 no Brasil. CETEC, ISSN: 2314-1328. Disponível em: <<http://www.teoriacritica.com>>.

COELHO, Marcelo. Manifestações de Junho - um breve balanço. *Jornal de Psicanálise*. 46 (84), pp. 133-139. 2013.

CONDORELLI, Antonino. Híbridas Antropodigitais e Multidões Auto-organizadas. *Simpósio em Tecnologias Digitais e Sociabilidade: Performances Interacionais e Mediações Sociotécnicas*. Salvador, BA, 2013.

COSER, Ivo. As duas democracias. *INSIGHT INTELIGÊNCIA*, outubro-novembro-dezembro, 2013. pp. 38-50.

DEMIER, Felipe. A democracia blindada brasileira e as jornadas de junho de 2013. *Marx e o Marxismo 2013: Marx hoje, 130 anos depois*. Niterói, RJ, 2013.

GOHN, Maria da Glória. A sociedade brasileira em movimento: as vozes das ruas e seus ecos políticos e sociais. *CADERNO CRH*, Salvador, v. 27, n. 71, pp. 431-441, Maio/Ago 2014.

LACERDA, Renata Barbosa; PERES, Thiago Brandão. Jornadas de junho: explorando os sentidos da indignação social contemporânea no Brasil. *Enfoques*, Vol. 13 (1), Junho-2014. pp 43-72.

LOSEKANN, Cristiana. Os protestos de 2013 na cidade de Vitória/ES: #Resistir, Resistir Até o Pedágio Cair! 38º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. Caxambu, MG, 2014.

MEDEIROS, Rodrigo. As manifestações de junho como fato e versões. “Ciclo de Conversas” da Fundação Ulysses Guimarães do Espírito Santo (FUG/ES), 15/07/2013.

NUNES, Rodrigo. Generación, acontecimiento, perspectiva: Pensar el cambio a partir de Brasil. Nueva Sociedad, N° 251, mayo-junio de 2014. pp. 42-54. ISSN: 0251-3552. Disponível em <www.nuso.org>.

PERRUSO, Marco Antonio. As Jornadas de(sde) Junho de 2013. 38º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. Caxambu, MG, 2014.

RIBEIRO, Renato Janine. O Brasil e a democracia de protesto. MATRIZES, V. 8, N° 1, jan./jun. 2014, São Paulo. p. 93-117.

SAMPAIO Jr, Plinio de Arruda. Jornadas de Junho e Revolução Brasileira. Revista Herramienta. Outubro 2013. Disponível em: <www.herramienta.com.ar/print/herramienta-web-14/jornadas-de-junho-e-revolucao-brasileira >. Acesso em: 18/03/2014.

SANTOS, Eduardo Heleno de Jesus. Crises de representação política no Brasil e os protestos de junho de 2013. Liinc em Revista, Rio de Janeiro, v.10, n.1, pp.86-95, maio 2014.

SANTOS, Fábio. Do protesto ao plebiscito: uma avaliação crítica da atual conjuntura brasileira. Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, n.96, julho de 2013.

SCALON, Celi. Juventude, igualdade e protestos. Revista Brasileira de Sociologia, v. 01, n. 02, pp. 179-204, julho/dezembro 2013.

SCHERER-WARREN, Ilse. Manifestações de rua no Brasil 2013: encontros e desencontros na política. Caderno CRH, Salvador, v. 27, n. 71, p.417-429, maio/ago. 2014.

SILVA, Thamires Cristina da. “EM BUSCA DAS RUAS PERDIDAS”: A PARTICIPAÇÃO DO MOVIMENTO SINDICAL NAS MANIFESTAÇÕES DE JUNHO (2013). Revista Movimentação, v.2, n. 01, pp. 28-49, 2015.

SORJ, Bernardo. Uma nova era na política brasileira? Ieausp, 26 de junho de 2013. Disponível em: < http://www.iea.usp.br/>.

TATAGIBA, Luciana. 1984, 1992 e 2013. Sobre ciclos de protestos e democracia no Brasil. Política & Sociedade. Florianópolis, v.13, n. 28, pp. 35-62, dez. 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5007/>

TAVARES, Francisco Mata Machado; RORIZ, João Henrique Ribeiro; OLIVEIRA, Ian Caetano de. As jornadas de maio em Goiânia: para além de uma visão sudestecêntrica do junho brasileiro em 2013. OPINIÃO PÚBLICA. Campinas, v. 22, n. 1, pp. 140-166, abril 2016.

3. Periódicos e Revistas

Les Temps Moderns: Brésil 2013: L'année qui ne s'achève pas. N° 678. Gallimard, abril-maio-junho 2014.

Artigos:

Brésil 2013 : l'année qui ne s'achève pas : T. M., Avant-propos

Rodrigo Nunes, Juin n'est pas fini

Pablo Ortellado, L'antiparti : autonomie et stratégie dans le
Movimento Passe Livre

Vladimir Safatle, Les limites du modèle brésilien : les nouveaux
conflits sociaux et la fin de l'ère Lula

Jessé Souza, Les journées de juin et l'inégalité brésilienne

Rosana Pinheiro-Machado, Les rolezinhos son «bons à penser» :
marques, consommation et ségrégation dans la société brésilienne
Marina Corrêa Dos Santos - Silvio Pedrosa, Corps en mouvement : les
Black Blocs à Rio et les représentations de la résistance
Idelber Avelar, L'ombre de la dictature : ce que les manifestants de
juin et les peuples d'Amazonie ont en commun
Oiara Bonilla - Artionka Capiberibe, L'invasion du Congrès : contre
qui luttent les Indiens
Michel Raspaud, Méga-événement sportif et situation d'exception : le
Brésil et la Copa 2014
Marcos Nobre, La redémocratisation est terminée, la démocratisation
commence

OSAL Observatorio Social de América Latina. Consejo Latinoamericano de Ciencias
Sociales. Año XIV N° 34, publicación semestral, noviembre de 2013.

Brasil en movimiento
Debajo y detrás de las grandes movilizaciones
Raúl Zibechi
As rebeliões de junho de 2013
Ricardo Antunes
As jornadas de junho no Brasil: Crônica de um mês inesquecível
Ruy Braga
Las movilizaciones de junio de 2013: ¿Explosión fugaz o novísima historia de Brasil?
José Mauricio Domingues

PASOS – Tercera Época. Departamento Ecuménico de Investigaciones (DEI). San José,
Costa Rica, 161, Octubre / Diciembre 2013.

Presentación
Wim Dierckxsens
Las manifestaciones en Brasil y la resistencia popular en América Latina y el Caribe
José Guilherme
Las voces del Brasil
Silvana Suaiden
La violencia, inalmente, en el corazón de la ciudad
Anna Turriani
La educación política a través de los movimientos sociales: notas sobre las protestas
ocurridas en 2013 en Brasil
Marcos Francisco Martins
¿Crisis de Brasil o del sistema-mundo capitalista? La crisis de interpretación en la
interpretación de la crisis
José de Souza Silva
Los indignados, actores de transformación, creadores de conciencia crítica y portadores de
utopía
Juan José Tamayo

POLITIZANDO - Edição Especial. Boletim do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Política
Social (NEPPOS/CEAM/UnB). Ano 5 - N°. 14 - Ago. de 2013.

Artigos
Entre a Política e o Pensamento Mágico

Por Marilena Chauí

As jornadas de junho abriram uma nova situação política

Artigo do Prof. Dr. Valério Arcary

Entrevista com o Prof. Dr. Ricardo Antunes

Redes e ruas balançaram o Brasil. **Política Democrática – Revista de Política e Cultura**, Ano XII, Nº36, julho de 2013. Brasília/DF: Fundação Astrojildo Pereira, 2013.

Apresentação

Os Editores

I. Tema de capa: Redes e ruas balançam o Brasil

As ruas e a modernidade política

Alberto Aggio

O que eu sei e o que não sei sobre as manifestações de rua

Luiz Eduardo Soares

A juventude toma conta das ruas

Arnaldo Jordy

Bom pra pensar

Maria Alice Rezende de Carvalho

O mal-estar contemporâneo

André Lara Resende

O levante democrático das ruas no Brasil

Marcelo Burgos

Mobilizações singulares exigem atenção incomum

Augusto de Franco

Lições e perspectivas da revolta

Hamilton Garcia

Vida política e Estado democrático de Direito

Raimundo Santos

Por que(m) jovens protestam

Mércio Pereira Gomes

BRINGEL, Breno; BENZAQUEN, Guilherme; ALCÂNTARA, Livia; GOMES, Simone. As Jornadas de Junho em perspectiva global. **Dossiê Temático no3 - Documento de apoio à pesquisa produzido pelos integrantes do NETSAL - IESP/UERJ**, Rio de Janeiro, Dezembro de 2013.

Sumário

Apresentação – Equipe dossiê 3

Sentidos e tendências do *levante brasileiro* de 2013 - Breno Bringel

Parte I - As ruas; Às ruas

1. Street protests and class power: reflections on current events in Turkey, Egypt, and Brazil and the aftermath of the Arab Spring - D.Valerian [extratos]

2. The cancer in Occupy - Chris Hedges [extratos]

3. Concerning the violent peace-police: an open letter to Chris Hedges – David Graeber [extratos]

Parte II - As Mídias

4. #YoSoy132: la pantalla y los sueños - Luis Hernández Navarro

5. The (revolt) medium is the message: counter-information and the 2008 revolt in Greece - Metropolitan Sirens [extratos]

6. Mobilisations et révolutions dans les pays de la méditerranée arabe à l'heure de

l'hybridation du politique Égypte, Liban, Maroc, Tunisie - Sarah Ben Néfissa
[extratos]

Parte III - Depois da tormenta...

7. Democracy on ice: a post-mortem of the Icelandic constitution – Thorvaldur Gylfason

8. A democracia na praça: dois anos de protestos na Espanha - Germán Labrador Méndez
[extratos]

9. How Occupy reinvented the language of democracy - Jerome Roos

BORBA, Pedro; GRASSI, Amaro; LIMA, Vinícius; ARAÚJO, Ramón. Conjuntura Política Brasileira: do país do futuro ao futuro do país. Dossiê Temático no2 – Documento de apoio à pesquisa produzido pelos integrantes do NETSAL - IESP/UERJ, Rio de Janeiro, Junho de 2013.

Apresentação

1. O Brasil entre o presente e o futuro – José Maurício Domingues
2. Os movimentos, a política social e o direito de sonhar – J. M. Domingues
3. Jogar o jogo da democracia – J. M. Domingues
4. O Brasil na geopolítica da indignação global – Breno Bringel
5. Por uma vida sem catracas – Cunha Bocayuva
6. O Lulismo e seu futuro – André Singer
7. O avesso do avesso – Francisco de Oliveira
8. O Estado-Novo do PT – Luiz Werneck Vianna
9. A nova classe média: um discurso economicista – Jessé de Souza
10. Depois da —formação — – Marcos Nobre
11. O desafio sul-americano – Samuel Pinheiro Guimarães
12. Do welfare state ao warfare state – Sonia Fleury
13. O dilema da reforma agrária no Brasil do agronegócio – J. P. Stédile
14. Financeirização da burocracia sindical no Brasil - A. Bianchi e R. Braga
15. O imperialismo brasileiro está nascendo? – Virgínia Fontes
16. Lulismo: mais que um governo – Rudá Ricci
17. Dilma como sucessora de Lula – Emir Sader

O papel da Teoria Marxista da Dependência no Pensamento Social Latino-Americano (Dossiê). **PENSATA** – Revista dos Alunos do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNIFESP. V. 3, n. 1, ano 3. 2013. Semestral.

DEBATE

Brasil, meu Brasil brasileiro: entre o sonambulismo e o despertar do gigante

Jesus Marmanillo Pereira

Jornadas de Junho: uma sociologia dos rastros para multiplicar a Resistência

Henrique Z. M. Parra

Rompantes no espírito do desenvolvimento brasileiro

Ludmila Costhek Abílio

A distância entre a política tradicional e as práticas de liberdade nas manifestações de junho
Edson Teles

BRINGEL, Breno; PLEYERS, Geoffrey (Org.). **Dossiê Les mobilisations de 2013 au Brésil : vers une reconfiguration de la contestation**. Brésil, N° 7, 2015. ISBN 978-2-7351-1996-7.

Breno Bringel e Geoffrey Pleyers

Les mobilisations de 2013 au Brésil: vers une reconfiguration de la contestation

As mobilizações de 2013 no Brasil : rumo a uma reconfiguração da contestação

Marco Antonio Perruso e Viviane Becker Narvaes

Les journées de(puis) juin 2013

As jornadas de(sde) junho de 2013

Following the 2013 June Journeys

Lucia Rabello de Castro e Conceição Firmina Seixas Silva

L'action politique des jeunes étudiants au Brésil aujourd'hui : le présage de la fin d'une époque ?

A ação política dos jovens estudantes no Brasil de hoje: presságio do fim de uma época?

The Political Action of Young Students in Brazil Today: the Beginning of the End of an Era?

Cristiana Losekann

Dynamiques et effets des manifestations brésiliennes de 2013: Le cas de la ville de Vitória

Dinâmicas e efeitos dos protestos de 2013 no Brasil: o caso da cidade de Vitória Dynamics

and Effects of the 2013 Protests in Brazil: the Case of the City of Vitória

Francisco Mata Machado Tavares e João Henrique Ribeiro Roriz

Avant juin, les rues de mai. Étude de cas sur les manifestations en faveur de la mobilité urbaine dans la ville de Goiânia

Antes de junho, as ruas de maio. Apreensões de ativistas goianienses sobre o Estado e a política institucional

Before June, the Streets of May. Activist Detainments in Goiânia over the State and Institutional Police Forces

Yves Cohen e Marco Santana

Du Brésil au monde et retour : mouvements sociaux localisés et en résonance

Do Brasil para o mundo e vice-versa: movimentos sociais localizados e em mútua repercussão

From Brazil to the World and Back: Social Movements in Isolation and in Unison

DOSSIÊ MANIFESTAÇÕES: DO QUE SORRI ESSA DEMOCRACIA? INSIGHT INTELIGÊNCIA, ANO XVI, Nº 62, julho-agosto-setembro, 2013. ISSN 1517-6940. Disponível em <<http://insightinteligencia.>>.

CARDOSO, Adalberto. As jornadas de junho e a mercantilização da vida coletiva. INSIGHT INTELIGÊNCIA, ANO XVI, Nº 62, julho-agosto-setembro, 2013. pp 23-30.

BRINGEL, Breno. Miopias, sentidos e tendências do levante brasileiro de 2013. INSIGHT INTELIGÊNCIA, ANO XVI, Nº 62, julho-agosto-setembro, 2013. pp 43-51.

FILGUEIRAS, Fernando. O tema da corrupção e as injustiças nossas de cada dia. INSIGHT INTELIGÊNCIA, ANO XVI, Nº 62, julho-agosto-setembro, 2013. pp. 55-62.

SANTOS, Fabiano. Primavera brasileira ou outono democrático? INSIGHT INTELIGÊNCIA, ANO XVI, Nº 62, julho-agosto-setembro, 2013. pp 33-38.

Dossiê as *jornadas de junho de 2013*. **Matrizes**, Ano 7, nº 2, jul./dez. 2013, São Paulo. Disponível em <<http://www.revistas.usp.br/>>.

Lógicas de protesto e a estrutura de oportunidade de mediação.

Bart Cammaerts

Novas manifestações, velhos paradigmas.

Cremilda Medina

Ser redes: o formismo digital dos movimentos net-ativistas

Massimo Di Felice

Movimentos sociais, redes virtuais e mídia alternativa no junho em que “o gigante acordou”(?)

Cicília Peruzzo

Cadernos IHU

Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) e Instituto Humanitas Unisinos (IHU)

#VEMpraRUA. Outono brasileiro? Leituras. **Cadernos IHU ideias**, ano 11, nº 191, 2013. (ISSN 1679-0316)

A busca por reconhecimento e participação política: o combustível das manifestações

Entrevista especial com Luiz Werneck Vianna

Mobilização reflete nova composição técnica do trabalho imaterial das metrópoles

Entrevista especial com Giuseppe Cocco

“A disputa política está nas ruas”

Entrevista especial com Rudá Ricci

“Não é mais possível admitir que uma luta popular tenha como meta a eleição de algum representante”

Entrevista especial com Bruno Lima Rocha

Precariado: a espinha dorsal dos protestos nas ruas das 353 cidades brasileiras

Entrevista especial com Giovanni Alves

Manifestação jovem de Porto Alegre. Uma crítica à instrumentalização da vida

Entrevista especial com Carlos Gadea

Consequências do Outono: rua, juventude e desencontro político. **Cadernos IHU em formação**, ano X, nº 46, 2014.0 (ISSN 1807-7862)

Apresentação

A cultura do ressentimento é venenosa

As manifestações renovarão os mecanismos existentes ou criarão novos?

Entrevista especial com Rodrigo Nunes

“A força bruta é a ação de quem não tem argumentos”

Entrevista especial com Antonio Martins

“Chegamos a um ponto em que, antes de entender, reagimos. E, frequentemente, reagimos mal”

Entrevista especial com Leandro Beguoci

“Eu não sou o jovem pobre, favelado, sem perspectiva. Eu tô podendo”

Entrevista especial com Lucia Mury Scalco

Os direitos humanos e a violência social

Entrevista especial com Salete Valesan

As manifestações e a luta por outro modelo de democracia

Entrevista especial com Ricardo Antunes

Potencialidades e limites dos levantes da juventude no século XXI

Entrevista especial com Jorge Barcellos

“O devir-multidão dos excluídos e de todos os que são incluídos somente na extensão necessária para serem explorados”

Entrevista especial com Adriano Pilatti

Manifestações expõem fragilidades e limites do projeto constitucional-republicano de

democracia (Relatos das manifestações da IHU Online)

As ruas em movimento e a democracia direta

Entrevista especial com Bruno Lima Rocha

“A juventude está protagonizando um dos maiores movimentos da década, mas tem os seus erros”

Entrevista especial com Jorge Barcellos

“O levante de junho: uma potentíssima bifurcação dentro da qual ainda estamos”

Entrevista especial com Giuseppe Cocco

“Vivemos um momento constituinte. É preciso pensar, atuar, propor como nunca”

Entrevista especial com Hugo Albuquerque

Monstro e multidão: a estética das manifestações

Entrevista especial com Barbara Szaniecki

Expectativas sociais: o combustível das manifestações

Entrevista especial com Hervé Théry

A esquerda e o desejo por trás do rugido da plebe

Entrevista especial com Bruno Cava

Grito da Seca e Revolta do Busão

Entrevista especial com Tárzia Medeiros

Le Monde diplomatique

Por uma vida sem catracas. **Le Monde diplomatique – Brasil**. Edição 72, julho de 2013.

Artigos: MOBILIZAÇÕES PELO BRASIL

O junho de 2013 por Luís Brasilino, Renato Godoy, Cristiano Navarro

Um Brasil sem catracas por Silvio Caccia Bava

As ruas e o vaivém da mídia por Laurindo Leal Filho

As plataformas de organização por Luis Eduardo Tavares

O jornalista como alvo por João Paulo Charleaux

O movimento recente das greves por Luís Augusto Ribeiro da Costa, Ana Clara Demarchi Bellan, Rodrigo Linhares, Victor Gnecco Soares Pagani

ECONOMIA DO AGRONEGÓCIO (ANOS 2000)

Pacto de poder com os donos da terra por Guilherme C. Delgado

A FÁBRICA DE SONHOS DA GLOBO

Novelas, a construção de uma nação de telespectadores por Lamia Oualalou
CIDADES

A ética do capitalismo e o saneamento no Brasil por Léo Heller

Juventude em movimento. **Le Monde diplomatique – Brasil**. Edição 79, fevereiro de 2014.

Artigos: JUVENTUDE EM MOVIMENTO

O rolezinho da juventude nas ruas do consumo e do protesto por

Renato Souza de Almeida

O buraco sem fundo do rolê por Leandro Hoehne

Em movimento para encontrar o equilíbrio por Daniel Ribeiro

A pesquisa Agenda Juventude Brasil por Severine Macedo

Protestos de junho ensinaram que a mobilização traz mudanças por

Luís Brasilino

ALARCON, Daniela. Jornalista Neodesenvolvimentismo, “jornadas de junho” e novos desafios ao lulismo. In.: “UM MUNDO EM CONVULSÃO”, FFLCH, 2013. **Revista Adusp**, Março 2014. pp 32-38.

Para onde vai o Brasil: as mobilizações sociais e as perspectivas do país. Associação dos Professores da PUC-SP – APROPUC. PUC Viva , ano 13, nº 43, julho a dezembro de 2013.
SILVA, Alessandro. ‘Revoltas’ decretam o fim do ciclo de redemocratização, diz docente. Jornal da Unicamp , Campinas, 1º a 28 de julho de 2013. Disponível em: http://www.unicamp.br/unicamp/ . Acesso em: 03/07/2013.
Intersindical. Mobilizações de Junho : Tentam transfigurar a forma para não revelar o conteúdo, o pavio está aceso. 26 de junho de 2013.
Os sentidos da revolta. Sinal de Menos . Ano 5, Edição Especial, 2013. Disponível em: https://sinaldemenos.org/2013/ .
Nas ruas: Movimento de massas ressurgiu no Brasil com mobilização da juventude na defesa por direitos. Associação dos Docentes da UFF – ADUFF Ssind. Jornal da ADUFF . Niterói, junho de 2013.

4. Portais da internet, sites e blogs

Blog da Boitempo Disponível em: <www.blogdaboitempo.com.br> ALVES, Giovanni. A revolta do precariado no Brasil. Publicado em 24/06/2013. ARANTES, Paulo. Tarifa zero e mobilização popular. Publicado em 03/07/2013 BRAGA, Ruy. Cenedic: uma sociologia à altura de Junho. Publicado em 26/05/2014. BRAGA, Ruy. Os sentidos de Junho. Publicado em 06/07/2015 CHAUI, Marilena. O inferno urbano e a política do favor, tutela e cooptação. Publicado em 28/06/2013. MARTINS, Carlos Eduardo. A primavera brasileira: que flores florescerão? Publicado em 08/07/2013. SCHWARZ, Roberto A situação da cultura diante dos protestos de rua. Publicado em 23/07/2013.
Brasil de Fato: uma visão popular do Brasil e do mundo Disponível em: <www.brasildefato.com.br> BRINGEL, Breno. O Brasil na geopolítica da indignação global. Publicado em 27/06/2013. SINGER, André. Classes e ideologias cruzadas. Publicado em 10/12/2013. VIANA, Nilton. O significado e as perspectivas das mobilizações de rua, entrevista com João Pedro Stedile. Publicado em 25/06/2013.
Canal Ibase Disponível em: <www.canalibase.org.br> GRZYBOWSKI, Cândido. A cidadania fixou suas trincheiras. E agora? Publicado em 25/06/2013. GRZYBOWSKI, Cândido. O “estouro” da cidadania nas ruas. Publicado em 19/06/2013. NOBREGA, Camila. Chomsky: “Estou com os manifestantes do Brasil”. Publicado em 18/06/2013.
Carta Capital Disponível em: <www.cartacapital.com.br> AVRITZER, Leonardo. O que as manifestações no Brasil nos dizem? Publicado em 19/06/2013.
Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP)

www.cebrap.org.br

STAUFFER, Caroline. Redes sociais difundem e dividem protestos no Brasil. Entrevista de Ângela Alonso (Matéria da Agência Reuters). Publicado em 21/06/13. Disponível em: www.cebrap.org.br/v2/news/. Acesso em: 28/06/13.

Correio da Cidadania

Disponível em: www.correiocidadania.com.br

LEHER, Roberto. Manifestações massivas no Brasil têm origem na esquerda. Publicado em 29 de junho de 2013.

NADER, Valéria; BRITO, Gabriel. ‘Descontentamento monumental faz emergir era de rebeliões no Brasil’, entrevista com Ricardo Antunes. Publicado em 07 de Agosto de 2013.

NADER, Valéria; BRITO, Gabriel. 7 de setembro mostrou que protestos prosseguem e enfrentam Estado de Exceção policial. Publicado em 10 de Setembro de 2013.

POMAR, Wladimir. O povo voltou às ruas, Lamu! Publicado em 19 de Junho de 2013.

Gramsci e o Brasil

Disponível em: www.acesa.com/gramsci

AGGIO, Alberto. As ruas e a modernidade política. Publicado em Julho 2013.

LIMA, Hamilton Garcia de. Lições e perspectivas da revolta. Publicado em Agosto 2013.

SOARES, Luiz Eduardo. Sobre as manifestações de junho. Publicado em Junho 2013.

VIANNA, Luiz Werneck. A busca por reconhecimento e participação política. Publicado em Junho 2013.

Le Monde Diplomatique Brasil

Disponível em: www.diplomatique.org.br

BAVA, Silvio Caccia. Para onde vai o governo? (*EDITORIAL*). Publicado em 26 jun. 2013.

BRANT, João. O lugar da comunicação. Publicado em 01 de Agosto de 2013.

BRASILINO, Luís. O junho de 2013 (*MOBILIZAÇÕES PELO BRASIL*). Publicado em 02 de Julho de 2013.

COCCO, Francele. A institucionalidade participativa. ENTREVISTA com Anna Luiza Salles Souto (Instituto Pólis) e Rosângela Dias Oliveira da Paz (PUC/SP). Publicado em 01 de Agosto de 2013.

DAGNINO, Renato. As manifestações e as políticas públicas (*PROTESTOS NO BRASIL*). Publicado em 24 de Julho de 2013.

DOWBOR, Monika. Por que as ruas e não as instituições? Publicado em 21.06.13.

MORONI, José Antônio. Como e o quê? (*REFORMA POLÍTICA*). Publicado em 01 de Agosto de 2013.

NUNES, Rodrigo Guimarães. A organização dos sem organização: oito conceitos para pensar o “inverno brasileiro”. Publicado em agosto de 2013.

Acesso em: 05/07/2016.

Outras Palavras: Comunicação Compartilhada e Pós-capitalismo

Disponível em: www.outraspalavras.net

MACRUZ, Beatriz; ZOCCHIO, Guilherme; PINA, Rute. Safatle: juventude perdeu o medo do capitalismo. Publicado em 03 de julho de 2012. Disponível em:

<http://outraspalavras.net/posts/safatle-juventude-perdeu-o-medo-do-capitalismo/> >.

Acesso em: 04/07/2013.

MARTINS, Antônio. Como se tenta detonar a Reforma Política. Publicado em 26 de junho de 2013.

MARTINS, Antônio. Duas brechas na estratégia de Dilma. Publicado em 26 de junho de 2013.
 MARTINS, Antônio. Plebiscito: cinco perguntas perigosas ao povo. Publicado em 27 de junho de 2013.
 MARTINS, Antônio. Primavera Brasileira ou golpe de direita? Publicado em 25/06/2013.
 POMAR, Valter. “A saída é pela esquerda”. Publicado em 30/06/2013.
 SANTOS, Boaventura de Sousa. O preço do progresso e os dois Brasis. Publicado em 20/06/2013.
 ŽIŽEK, Slavoj. A caminho de uma ruptura global. Publicado em 30/06/2013.

Passa Palavra: Noticiar as lutas, apoiá-las, pensar sobre elas
 <<http://www.passapalavra.info/>>

Movimento Independente Mães de Maio. **A rebelião não será gourmetizada** – *Crítica coletiva e pública à realização do Seminário Internacional “Cidades Rebeldes”, organizado pela Boitempo Editorial e o SESC São Paulo*. Publicado em 9 de junho de 2015.

Dossiê: Jornadas de Junho. Publicado em 07 de junho de 2014. Disponível em: <<http://www.passapalavra.info/2014/06/95887>> Acesso em: 08/09/2015.

São Paulo em Cinco Atos por Passa Palavras

Goiânia: suspenso o aumento da tarifa por TarifaZero Goiânia

A novidade da recusa do MPL: uma vitória popular por Caio de Andrea

Recomeçar as lutas: 1º ato pelo passe livre em Salvador por Passa Palavras

Violência e pacifismo, ordem e desordem por Grouxo Marxista

Por um vintém por Guilherme Riscali

São Paulo Chamas por Lucas Gordon

Relato de um cárcere: 68 longas horas por Stephanie Fenselau

Nos arredores dos grandes protestos e o cheiro de primavera por Luiz Fernando Ribeiro

Barramos! 15 anos em 15 dias por Passa Palavra

A ofensiva das catracas e outras ofensivas por Maria Orlanda Pinassi

20 de junho: a Revolta dos Coxinhas por Passa Palavra

O povo nos acordou? A perplexidade da esquerda frente às revoltas por Caio Martins Ferreira

Um relato das lutas em Salvador por Passa Palavra

Desafios da luta pelo Passe Livre, desafios da luta amanhã por Pablo Polese

Uma nação em cólera: a revolta dos Coxinhas por Passa Palavra

Salvador: 2 de Julho, dia do passe livre e de vaiar os governantes por Daniel Caribé

Brasil: soma e segue por Passa Palavra

Cidades brasileiras, junho de 2013: o(s) sentido(s) da revolta por Marcelo Lopes de Souza

Salvador: dando a volta no CAB junto com os governistas por Campos Roxos

Revolta/revolução por João Bernardo

Depois de junho por Passa Palavra

Salvador: ganhando por fora, perdendo por dentro por Daniel Caribé

Revolta popular: o limite da tática por Caio Martins e Leonardo Cordeiro

Sobre escrachos, extrema-esquerda e suas próprias novelas: o conto que pensei em escrever por Dokonal

Revista Fórum

Disponível em: <www.revistaforum.com.br>

MONTEIRO, Paulo Cezar. Black bloc: “Fazemos o que os outros não têm coragem de

fazer”. Publicado em 20 de agosto de 2013. Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/2013/08/20/black-bloc-fazemos-o-que-os-outros-nao-tem-coragem-de-fazer/>>. Acesso em: 12/05/2015.

NUNES, Rodrigo. Três motivos para não dizer “nem esquerda nem direita”. Publicado em 21 de fevereiro de 2013.

ROUSSELET, Felipe. Partidos sob ataque. Publicado em 21/06/2013.

ROVAI, Renato. Castells diz que Dilma foi a primeira líder mundial a ouvir as demandas das ruas. Publicado em 30 de junho de 2013. Disponível em:

<<http://www.revistaforum.com.br/blogdorovai/2013/06/30/castells-diz-que-dilma-foi-a-primeira-lider-mundial-a-ouvir-as-demandas-das-ruas/>>. Acesso em: 15/08/2013.

ROVAI, Renato. E de repente tanta gente que se diz esquerda está com medo das ruas. Publicado em 18/06/2013.

ROVAI, Renato. O Movimento Passe Livre e a política na Era Informacional. Publicado em 19/06/2013.

ROVAI, Renato. Pesquisa de Malini no Twitter identifica fim da polaridade política no Brasil. Publicado em 30 de junho de 2013. Disponível em:

<<http://www.revistaforum.com.br/blogdorovai/2013/06/30/pesquisa-de-malini-no-twitter-identifica-fim-da-bipolaridade-politica-no-brasil/>>. Acesso em: 15/08/2013.

ROVAI, Renato. Saiba quem são os Anonymous. Publicado em: 22 de junho de 2013.

VIANA, Nilton. Stedile: Sem Constituinte, entraremos numa crise política Prolongada. Publicado em 23/07/2013.

VIANNA, Rodrigo. Stedile: o capital dominou as cidades. Publicado em: 25 de junho de 2013.

Teoria e Debate

Disponível em: <www.teoriaedebate.org.br>

CHAUI, Marilena. As manifestações de junho de 2013 na cidade de São Paulo. Edição 113. Publicado em 27 junho 2013.

COCCO, Giuseppe; ALBUQUERQUE, Hugo. A brecha de junho está aberta: aprofundar a democracia. Edição 120. Publicado em: 21 de janeiro de 2014.

FAGNANI, Eduardo. As marchas de junho de 2013. Edição 115 Publicado em 14 agosto 2013.

FAGNANI, Eduardo. Neoliberalismo e marchas: o que uma coisa tem a ver com a outra? Edição 116. Publicado em 25 setembro 2013.

FAGNANI, Eduardo. Tentando decifrar o enigma. Edição 115. Publicado em 20 agosto 2013.

MOREIRA, Marcelo Sevaybricker. “Democracia sem partidos”: sonho ou pesadelo? Edição 114. Publicado em 10 julho 2013.

5. Sites/revistas comerciais

GLOBO

Valor Econômico

Disponível em: www.valor.com.br/

ALONSO, Angela. Anatomia dos protestos. Publicado em 25/10/2013.

KLEIN, Cristian. Protesto é resposta à tecnocracia, diz Nobre. Publicado em 18/06/2013.

Pesquisadores analisam manifestações. Publicado em 27/09/2013.

RESENDE, André Lara. O Mal-Estar Contemporâneo. Publicado em 05/07/2013.

O Globo

Disponível em: <www.oglobo.globo.com>

BENEVIDES, Carolina; CARVALHO, Cleide. 'Cada geração teve seu ciclo de protestos'. Publicado em 22/06/2013. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/brasil/cada-geracao-teve-seu-ciclo-de-protestos-8786708>>. Acesso em: 12/05/2015.

DOMINGUES, José Maurício. O caráter conflituoso da democracia (COLUNA). Publicado em 28/10/2014.

DOMINGUES, José Maurício. Os movimentos, a política social e o direito de sonhar. Publicado em 19/06/2013. <<http://www.academia.edu>>. Acesso em: 21/10/2013.

CAZES, Leonardo. A crise de um sistema político fechado em si, entrevista com Marcos Nobre. Publicado em 29.06.2013.

FANTÁSTICO

Para 57% dos ouvidos pelo Ibope, polícia agiu de forma muito violenta. Publicado em: Disponível em: <<http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2013/06/para-57-dos-entrevistados-pelo-ibope-policia-agiu-de-forma-muito-violenta.html>>

Pesquisa mostra que 46% nunca tinham participado de manifestações. Publicado em: 23 de junho de 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2013/06/pesquisa-mostra-que-46-nunca-tinham-participado-de-manifestacoes.html>>.

Segundo pesquisa, 94% acham que reivindicações serão atendidas. Publicado em 23 de junho de 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2013/06/segundo-pesquisa-94-acham-que-reivindicacoes-serao-atendidas.html>>.

Transporte e política são as principais razões de manifestações, diz pesquisa. Publicado em: 23 de junho de 2013. <http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2013/06/transporte-e-politica-sao-principais-razoes-de-manifestacoes-diz-pesquisa.html>>.

O Estado de S. Paulo

<www.estadao.com.br>

ALONSO, Ângela. "Novo, mas nem tanto". Publicado em 30.06.2013. Disponível em: <<http://alias.estadao.com.br/>>. Acesso em: 03/07/2013.

FARIA, Jose Eduardo. De maio de 1968 a junho de 2013. Publicado em 10 de julho de 2013. Disponível em: <opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,de-maio-de-1968-a-junho-de-2013-imp-,1051885>. Acesso em: 12/05/2015

MARSIGLIA, Ivan. O futuro que passou, entrevista Paulo Arantes. Publicado em 22/06/2013. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/>>. Acesso em: 26/06/2013.

NOGUEIRA, Marco A. Depois de junho. Publicado em 24 de agosto de 2013. Disponível em: <http://opinioao.estadao.com.br/>. Acesso em: 14-09-2013

SAYURI, Juliana. A rua e o poder. Publicado em 02 de novembro de 2013. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/suplementos,a-rua-e-o-poder,1092517,0.htm>>. Acesso em: 06/03/2014.

VIANNA, Luiz Werneck. Aladim e o gênio da garrafa. Publicado em 28 de julho de 2013. Disponível em: <<http://opinioao.estadao.com>>

VIANNA, Luiz Werneck. O movimento da hora presente. Publicado em 18 Junho 2013. Disponível em: <<http://opinioao.estadao.com>>

VIANNA, Luiz Werneck. Razões para um mundo fora do eixo. Publicado em 25 de agosto de 2013. Disponível em: <<http://opinioao.estadao.com>>. Acesso em: 14-09-2013.

Folha de S. Paulo

Disponível em: <www.folha.uol.com.br>

AB'SÁBER, Tales. As manifestações e o direito à política. Publicado em 24/06/2013.

ALONSO, Angela. As ruas e as urnas. Publicado em: 16/10/2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/especial/190941-as-ruas-e-as-urnas.shtml>>. Acesso em: 12/05/2015.

MAISONNAVE, Fabiano; MENDONÇA, Ricardo. 'Revolução sem rumo pode dar em nada, o que seria frustrante', entrevista com Francisco de Oliveira. Publicado em 29/06/2013.

MENDONÇA, Ricardo. Assustaram os donos do poder, e isso foi ótimo', diz o sociólogo Chico de Oliveira. Publicado em 09.11.2013.

RIDENTI, Marcelo. Que juventude é essa? Publicado em 23 de junho de 2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2013/06/1299690-marcelo-ridenti-que-juventude-e-essa.shtml>>. Acesso em: 09/05/2015.

SAFATLE, Vladimir. Tudo parece calmo. Publicado em 17/09/2013.

Piauí

<www.piaui.folha.uol.com.br/>

CONTI, Mario Sergio. Rebelião: Relâmpago, fagulha e incêndio num fim de outono. Piauí, Edição 82, esquina, Julho de 2013. Disponível em: <http://piaui.folha.uol.com.br/>. Acesso em: 08-08-2013.

Istoé

<<http://istoe.com.br/>>

MENDES, Daniela. “Dilma é a primeira líder mundial a ouvir as ruas”, Entrevista com Manuel Castells. Edição 03.07.2013 - nº 2276. Disponível em: <http://istoe.com.br/311021>. Acesso em: 15-08-2013.

6. Outros na internet

Encontraponto

STOTZ, Eduardo. **A pedagogia das ruas**. Publicado em 19 de Agosto de 2013. Disponível em: <<http://www.encontraponto.org.br/>>. Acesso em: 28/08/2013.

Viomundo

DAVID, Antônio; SECCO, Lincoln. **A Voz das Ruas e Os Impasses do Lulismo!** Publicado em 26 de junho de 2013. Disponível em: <<http://www.viomundo.com.br/>>. Acesso em: 03-07-2013.

Democracia, Justiça e Controle Público

AVRITZER, Leonardo. **O que foram as manifestações de junho e o que é insustentável afirmar sobre elas**. Publicado em 23/07/2013. Disponível em: <<http://democraciaejustica.org.br/>>.

La Diaria

MARTÍNEZ, Andrea. **A la vuelta de la esquina, entrevista com Breno Bringel**. Publicado em 4.12.13. Disponível em: <<http://ladiaria.com.uy/>>. Acesso em: 21/03/2015.

Coletivo de Estudos Victor Meyer

Coletivo CVM. **Boletim de Conjuntura No 3 – setembro/outubro de 2013**. Publicado em

14/10/2013. Disponível em: <<http://centrovictormeyer.org>>. Acesso em: 16/10/2013.
Coletivo CVM. **Boletim de Conjuntura**. No 2 – agosto 2013. Disponível em:

<http://centrovictormeyer.org>.

Coletivo CVM. **Boletim de Conjuntura**. No 1 – julho de 2013. Disponível em:

<http://centrovictormeyer.org>.

GONÇALES, Rafael. **As Multidões de Junho**: Fragmentação e Protagonismos. Publicado por Coletivo CVM em: 24 de julho de 2013. Disponível em:

<<http://centrovictormeyer.org>>

ABCD Maior

MARCHETTI, Karen; GARDESANI, Júlio; VENTURINI, Walter. **ENTREVISTA DE LULA**. Publicado em 24 de setembro de 2013. Disponível em:

<http://www.abcdmaior.com.br/>. Acesso em: 12/10/13.

Portal Vermelho

FONSECA, Homero. **Um novo dia. Ou o ovo da serpente. Tão ligados?** Publicado em 22 de junho de 2013. Disponível em: <<http://www.vermelho.org.br/>>. Acesso em: 01/11/2016.

Página 13 – Sítio da tendência petista Articulação de Esquerda

Entrevista com Sergio Amadeu. Publicado em 2 julho, 2013. Disponível em:

<<http://www.pagina13.org.br/>>. Acesso em: 14-09-2013.

Qualidade da Democracia

MOISÉS, José Álvaro. **Longa jornada junho adentro**. Publicado em 10 de agosto de 2013. Disponível em: <<http://qualidadedademocracia>>. Acesso em: 14/09/2013.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **A polissêmica voz das ruas**. Publicado em 24 de junho de 2013. Disponível em: <www.qualidadedademocracia.com.br/a-polissemica-voz-das-ruas/> . Acesso em: 28/06/2013.

História Digital

GOULART, Michel. **5 protestos contra tarifas em transportes**. Publicado em: 18 de junho de 2013. Disponível em: <<http://www.historiadigital>>.

Carta Maior

LASSANCE, Antonio. **Jornadas de junho**: jovens, trabalhadores e descrentes da ascensão social. Publicado em: 28 de setembro de 2013. Disponível em: <

<http://cartamaior.com.br/?/Coluna/Jornadas-de-junho-jovens-trabalhadores-e-descrentes-da-ascencao-social/29096> > . Acesso em: 09/05/2015.

SECCO, Lincoln. **Conselhos de junho**. Publicado em 15 de junho de 2014. Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Conselhos-de-junho/4/31160> >. Acesso em: 03/08/2014.

SECCO, Lincoln; DAVID, Antonio. **Saberá o PT identificar e aproveitar a janela histórica?**. Publicado em 26 de junho de 2013. Disponível em:

<http://cartamaior.com.br/?/> .

Open Democracy / Democracia Abierta

BRINGEL, Breno. **2013-2016**: polarização e protestos no Brasil. Publicado em: 18 de fevereiro de 2016. Disponível em: <https://www.opendemocracy.net/> . Acesso em: 23/05/2016.

Laboratório de Estudos sobre Imagem e Cibercultura (LABIC).

MALINI, Fábio. **A Batalha do Vinagre: por que o #protestoSP não teve uma, mas muitas hashtags.** Publicado em: 14 de junho de 2013. Disponível em: <http://www.labic.net/>. Acesso em: 18/06/2013.

Interagentes

PIMENTEL, Tiago; SILVEIRA, Sergio Amadeu da. **Cartografia de Espaços Híbridos: As Manifestações de Junho de 2013.** Publicado em: 11 de julho de 2013. Disponível em: <http://interagentes.net/?p=62>. Acesso em: 25/02/2014.

Innovare

MARQUES, Milton. **E agora, Dilma, quem será a sua base aliada?** Publicado em 04 de julho de 2013. Disponível em: <http://www.innovarepesquisa.com.br/blog/e-agora-dilma-quem-sera-a-sua-base-aliada/> >. Acesso em: 16/05/2014.

PENNINI, Anice Bezri. **Afinal, o que querem os manifestantes nas ruas de Belo Horizonte?.** Publicado em: 08 de julho de 2013. Disponível em: <http://www.innovarepesquisa.com.br/> >. Acesso em: 16/5/2014.

Jornal GGN

MALINI, Fábio. A rede nascida do midialivrismo dos movimentos de junho de 2013. Publicado em 10 de março de 2015. Disponível em: <http://jornalgggn.com.br/noticia/a-rede-nascida-do-midialivrismo-dos-movimentos-de-junho-de-2013-por-fabio-malini> >. Acesso em: 12/05/2015.

Revista Fevereiro – Política, teoria e cultura.

ARAUJO, Cícero. **De mensalões, choques entre outros poderes e outros choques...** Publicado em junho de 2013. Disponível em: www.revistafevereiro.com/pag.php?r=06&t=01 >. Acesso em: 27/10/2013.

Simon Schwartzman

WANDERLEY, Fábio. **A propósito do artigo de André Lara Resende.** Publicado em: 09/07/2013. Disponível em: <http://www.schwartzman.org> >.

Givan Melo (Democracia Política e novo Reformismo)

ALONSO, Angela. **De junho a junho.** Publicado em: 20/06/2014. Disponível em: <http://gilvanmelo.blogspot.com> >. Acesso em: 02/07/2014.

Blog da Revista Espaço Acadêmico

AVELINO, Nildo. **As revoltas de junho no Brasil e o anarquismo.** Publicado em: 17 de julho de 2013. Disponível em: <https://espacoacademico.wordpress.com/2013/07/17/as-revoltas-de-junho-no-brasil-e-o-anarquismo/> >. Acesso em: 30/05/2016.

Centro de Estudos Estratégicos da Fiocruz.

DOMINGUES, José Maurício. **Dois ciclos (e uma transição difícil).** Publicado em 06 de agosto de 2015. Disponível em: <http://www.cee.fiocruz.br/?q=node/58> >.

Esquerda.net

Cronologia dos vinte dias que abalaram o Brasil. Publicado em 29 de junho de 2013. Disponível em: <http://www.esquerda.net/dossier/cronologia-dos-vinte-dias-que-abalaram-o-brasil/28450> >. Acesso em: 31/05/2016.

Blog de Luiz Eduardo Soares

SOARES, Luiz Eduardo. **O que vem depois da queda da tarifa?** Publicado em:

Disponível em: <<http://www.luizeduardosoares.com/?p=1104>>. Acesso em: 11/05/2015.

OUTROS

COSTA, Edmilson. Brasil: extraordinária jornada de lutas – Primeiras reflexões sobre as grandes manifestações de massas no País. Publicado em 02/Ago/13. Disponível em:

<<http://resistir.info/brasil/>>. Acesso em: 11/05/2015.

Socializando – reflexão crítica para transformar – procurando brechas utópicas

SILVA, Roberto Marinho Alves da. **O BRASIL SE MANIFESTA: UMA ONDA DE**

PROTESTOS OU A REDESCOBERTA DO PODER POPULAR? Publicado em 8 / julho / 2013. Disponível em: < <https://criticasocialista.>>. Acesso em: 28/08/2013.

7. Trabalhos de conclusão de Curso, Teses e Dissertações

CAVALCANTI, Victor Reis de Abreu. As Manifestações de Julho de 2013: Uma Análise a partir do Embate Teórico entre Democracia Procedimental e Pluralismo Agnóstico. 2013. Trabalho de conclusão do Curso de Graduação em Direito - Universidade de Brasília, Brasília, 2013. 380 p.

JÁCOME, Márcia Laranjeira. Comunicação, experiência sensível e cidadania: a construção do comum entre comunidades virtuais e espaço urbano. Dissertação (mestrado) em Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco - CAC. Recife: 2014. 197p.

MENIS, Paulo. Juventude @ e as Jornadas de junho: as manifestações de rua de 2013, em Imperatriz – MA. Dissertação (Mestrado) em Educação, Universidade Católica de Brasília, 2015.

OLIVEIRA, Gabriela Nascimento Rossi de. Os “Black-blocs” brasileiros: vândalos ou ativistas? A construção retórico-discursiva em Revistas Brasileiras. Dissertação (Mestrado) em Letras, Universidade Federal de Ouro Preto. Mariana, 2015. 182 p.

TORINELLI, Michele Caroline. A máscara e a multidão: enquadramentos dos anonymous nas manifestações de junho de 2013 no Brasil. Dissertação (Mestrado) em Sociologia, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2015. 221p.

Apêndice III- Quadro sinóptico dos movimentos sociais no Brasil pós 1964

Períodos	1962	1964	1965- 1968	1969 - 1973	1974 - 1979	1979-80 1984	84-85	1986-88 1989	1990-92	1992-94	1994 1998 2000	2002 - 2010
Governos	Jango	C. Branco	Costa e Silva	Médici	Geisel	Figueiredo	Tancredo	Samey	Collor	Itamar	FHC	Lula
Traços Característicos	Nacional Desenvolvimento (Popular)	Golpe Militar	Ditadura Militar		Abertura “ lenta gradual e progressiva”	Redemocratização (Nova República)		Ajustes Estruturais Neoliberais (Reforma do Estado)		Desenvolvi- mentismo		
Contexto	- Reformas de Base (reforma agrária, reforma urbana, lei de remessas de lucro, educação pública...) - Regularização Sindical Rural/ETR– Estatuto do Trabalhador Rural	- Comício da Central - Marcha pela família, tradição e propriedade - ET – Estatuto da Terra	- AIs – atos institucionais/AI5 - Censura/Cassação de direitos políticos/Repressão/Tortura/DOI-CODI/SNI - FUNRURAL - “Milagre Brasileiro”/ Grandes obras estatais/Endividamento /externo	- Distensão - Arrocho salarial - Migração campo cidade/Inchaço periferias - Eleições para o legislativo/Vitoria em número de votos do MDB	- Lei da anistia - Reforma partidária - Eleições para presidência pelo Congresso Nacional - Inflação/Arrocho salarial/Endividamento externo e interno	- I PNRA - Constituinte - Nova Constituição 1988 – “Constituição Cidadã” - Planos econômicos - Derrota da RA na Constituinte/Constituição da UDR – União Democrática Ruralista - Eleição direta para presidente: Collor x Lula		- Abertura Comercial/ Quebra de monopólios Nacional/Reestruturação produtiva/Redução do Estado - Impeachment de Collor - Inflação e dívida externa crescentes - Plano Real para estabilização da economia - ECO 92 (ONU) - 1ª Conferencia de Segurança alimentar e Nutricional		- Estabilização econômica - Privtização das Estatais - Reforma do Estado - Crescimento do endividamento externo e interno - Criminalização dos movimentos sociais - Comunidade Solidária		
Movimentos sociais (ações sociais coletivas, política e organizações da sociedade)	- MASTER/Ligas Camponesas/Greves Assalariados da Cana-PE/ CONTAG - CGT/Greves - JOC-JUC-JEC-JAC/MEB – alfabetização de adultos/educação popular - UNE-CPC - AP/PCB-PC do B/POLOP/Trotskismo		- Greve em Contagem e Osasco - Resistência armada de grupos guerrilheiros urbanos (MNR, ALN. VPR, MR8...) - Guerrilha do Araguaia - Expropriação de bancos e troca de prisioneiros políticos por embaixadores sequestrados - Igrejas em defesa dos DHs contra a tortura e o regime militar	- DHs em defesa dos presos políticos e contra a tortura - Luta pela anistia - CEBs/CIMI/ CPT/CPO - Diáspora da militância de esquerda - Clube de Mães/Associações de Bairro/Movimento contra a carestia - Conflitos e ocupações de terra /Oposições sindicais	- Retomo dos exilados políticos - Greves operárias no ABC paulista e dos canavieiros em Pernambuco - Fundação do PT, PDT, PTB, PSB - Centros de Educação Popular/ONGs/CDDHs - CONAM/ANSUR -ANAMPOS/CONCLAT - CUT/CONCLAT - Fundação da CUT - Criação da ABRA	- Movimento Diretas-já - Fundação MST Nacional - Criação do MAB - Greve bóias-frias em Guariba- SP, Bancários, Eletricitários e Greves Gerais - Movimento Pró-participação Popular na Constituinte/Apresentação de Projetos Populares par RA, RU, educação pública, liberdade e autonomia sindical... - CUT/CGT/Força Sindical - CNRA – Campanha Nacional pela RA - Candidatura de Lula como representante de um Projeto Democrático e Popular (Lulá-Lá) - Greve Volta Redonda (CSN)		- Movimento dos Caras Pintadas do Fora Collor - 1º Grito da Terra Brasil - Movimento Ambientalista - ABONG - Greve dos funcionários públicos - Movimento de ação da cidadania, combate a fome e defesa da vida (SAN, RA, Trabalho e renda) - CMP – Central dos Movimentos Populares - Sindicalismo de resultado/Sindicato Cidadão - Movimento ambiental		Greve dos Petroleiros - Criação MPA - FETRAF Sul - Economia Solidaria/Empreendimentos econômicos populares e cooperativismo - Fóruns e Articulações: FNRU, FNRA, FBO, FNES, FNPP, AMB...Assembléia Popular - Fórum Social Mundial, Via Campesina, Fórum Jubileu Sul, Marcha Mundial das Mulheres...		
Caracterização Geral dos Movimentos Sociais no Período	Ações e organizações partidárias, operárias e camponesas				Organizações de base, movimento de DHs e mobilizações de massa		Movimentos sindicais, populares (moradia) e rurais (sem terra), organizações da “sociedade civil” (ONGs), articulações nacionais de mulheres, negros, indígenas, homossexuais, reforma urbana, reforma agrária, educação e saúde pública de qualidade			Fóruns, redes e articulações para intervenção nas política públicas e de mobilização internacional por “outra globalização”, por “outro mundo possível”		

APÊNDICE IV – Cronologia dos Protestos de 2013

Mês	Dias	Cidade	Descrição
Janeiro	21	Porto Alegre	1º protesto de rua contra aumento de passagem
	29		2º protesto contra o aumento de passagens realizado por estudantes
Fevereiro	6 - 7		Ato contra derrubada de árvores para ampliação de avenida para a copa 2014. No primeiro dia, jovens subiram em árvores para impedir novos cortes. No dia 7, centenas de pessoas bloqueara a avenida e se dirigiram á sede do Município.
Fevereiro e Março	18/02; 3,14,21/03		Série de Atos contra o aumento da tarifa. Atos foram precedidos pelo protocolo do aumento de pedido de aumento de tarifa feito á prefeitura, pelo Sindicato as Empresas de ônibus de Porto Alegre. Data protocolar; 15 de fev.
Março	25		Preço da tarifa aumenta R\$ 0,20. Primeira grande manifestação contra o aumento das passagens na Capital Gaúcha. Estudantes trancaram a Av. Ipiranga em frente a PUCRS por cerca de quatro horas. Foi registrado conflito entre policiais e estudantes.
	27		Novo grande protesto contra o aumento da passagem. Cerca de 300 manifestantes marcharam em direção a Prefeitura. A tentativa de ingresso na sede municipal desencadeou um conflito com a brigada militar. Janelas foram quebradas, ato que foi revidado com bombas de efeito moral. Em seguida alguns ativistas seguem até o palácio da polícia para exigir a libertação de manifestantes que foi detida na Prefeitura
Abril	1		Após uma reunião com o Prefeito José Fortunati, convocada pela União Estadual de estudantes, Novo protesto reúne mais de 4 mil pessoas nas ruas da capital.
	4		Ação movida pelos vereadores Pedro Ruas e Fernanda Melchionna, do PSOL, resulta em decisão liminar do Tribunal de justiça que revogando o aumento da tarifa. A decisão judicial motivou um ato em comemoração. Cerca de 5 mil pessoas participaram da festa em frente à prefeitura
Maio	15	Natal	Primeiro protesto contra o aumento de R\$ 0,20 nas passagens. O ato público encerrou com confronto entre policiais e estudantes. Bombas de gás lacrimogênio, balas de borracha e spray de pimenta. Pessoas feridas e presas
	21	Goiania	Protesto realizado após a tarifa aumentar de R\$ 2,70 para R\$ 3,00 na capital, aqui ocorre maior aumento entre as capitais até a data presente. No terminal de ônibus Padre Pelágio ocorreu um confronto entre polícia e manifestantes. Aproximadamente 300 pessoas participavam da manifestação
	28		Cerca de mil pessoas voltaram a protestar contra o aumento de passagens. Outro confronto com a polícia e 14 ativistas foram presos.
	29	Porto Alegre	Na madrugada, a polícia militar prende 27 manifestantes que acampavam nas imediações da Usina do Gasômetro, desde 17 de abril, para proteger 115 árvores que seriam cortadas para continuação de obra viária para Copa de 2014. No fim da tarde, centenas de manifestantes realizaram ato em frente à prefeitura, seguindo pelas ruas do Centro Histórico.

Mês	Dias	Cidade	Descrição
Junho	3	São Paulo	Um dia após o aumento de tarifas na capital paulista, o Movimento Passe Livre (MPL) convoca um ato às 7h na Zona Sul
	6		Primeiro grande ato de Junho. O MPL convoca uma grande manifestação, em frente ao Teatro Municipal, que contou com cerca de 5 mil pessoas. Ocorre o primeiro confronto com a polícia que levou à prisão de 15 manifestantes.
	7		Segundo dia de protesto, com cerca de 2 mil pessoas. Também é registrada violência policial com prisão de manifestantes
	11		Protesto de aproximadamente seis horas reúne cerca de 5 mil pessoas. Havia um acordo que determinava o fim da manifestação no Terminal Parque Dom Pedro, a PM não cumpriu o estabelecido impedindo os manifestantes de chegarem ao local o que inicia o conflito entre policiais e manifestantes. Um policial e vários manifestantes feridos. O ato, mesmo após tumultuado, seguiu para a Avenida Paulista onde 20 manifestantes foram presos.
	13		Quarto grande ato contra o aumento da tarifa. Diante da repercussão dos três primeiros atos, os grandes jornais apelam para o exercício da truculência por parte da polícia, bem como apoiam o endurecimento de medidas por parte das autoridades. A exibição dos confrontos como cenas de fúria violenta e descontrolada, e a exposição dos policiais feridos são partes da estratégia midiática usada para justificar o endurecimento policial. Por outro lado, os efeitos da violência do Estado sobre os manifestantes na manifestação do dia 11, gerou repercussão nacional e internacional. A Anistia Internacional bem como a organização Repórteres Sem Fronteiras criticaram a repressão por parte do Estado, a prisão de manifestantes e jornalistas e bem como seu enquadramento no crime de formação e quadrilha. Na ocasião estas instituições apelaram para que houvesse mediação e diálogo. Tal pedido foi seguido pelo então senador Eduardo Suplicy que enviou ofício para o prefeito Haddad e o governador Alkimin pedido dialogo e respeito para negociar uma solução. Com mais de 20 mil pessoas, o ato inicia tranquilamente. Na Praça do Patriarca é montado um esquema de revista dos manifestantes. Cerca de 40 são detidos. Alguns por porte de vinagre, necessário para proteção contra as bombas de gás. Nas proximidades da Avenida paulista, os manifestantes encontraram um bloqueio policial. Antes que as lideranças conseguissem ligar para o chefe da tropa, os militares lotados no Batalhão de Choque iniciaram uma agressão desmedida nos manifestantes.
	15	Brasília	Cerca de 8 mil pessoas caminharam em direção ao Estádio Mané Garrincha, estádio que abrigou a abertura da Copa das Confederações. Próximo ao estádio, mais confronto com a polícia resultou em 27 manifestantes feridos e 24 presos. No dia da abertura da Copa das Confederações, 8 mil pessoas foram às ruas de Brasília, cidade que sediou o primeiro jogo. A concentração foi na Av. Eixo Monumental, de onde marcharam para o estádio Mané Garrincha. Antes da partida, houve confronto com a PM, que terminou com 27 manifestantes feridos e outros 24 presos.

Mês	Dias	Cidade	Descrição
Junho	17	São Paulo	Segundo órgãos de segurança estariam nesse ato cerca de 65 mil pessoas. O MPL e setores da imprensa falam em 100 mil. Com efeito, a imprensa, em especial rádio e TV, modifica sua pauta e passa apoiar os protestos. O ato parte do Lago da Batata mas se divide em três grandes grupos para depois e unirem na ponte estaiada Octávio Frias de Oliveira rumo o Palácio dos bandeirantes. Com a repercussão da violência policial e o súbito apoio às manifestações, a Polícia Militar não acompanhou a manifestação resultando num ato sem violência entre manifestantes e política..
		Brasília	– Dez mil pessoas marcharam no centro de Brasília, por volta das 21 horas centenas de manifestantes ocuparam a marquise do Congresso Nacional.
		Belo Horizonte	Reunidas na Praça Sete, cerca de 30 mil pessoas se encontraram para seguir numa marcha de dez quilômetros até o Mineirão. Muitos confrontos foram registrados. Um primeiro confronto ocorreu na tentativa de romper o primeiro bloqueio policial e depois um segundo confronto nas proximidades do Campus da UFMG. Uma sucessão de fatos ocorreu a partir daí: manifestantes distribuindo flores brancas, alguns outros pichando ônibus. Uma mulher e um homem caíram do viaduto e ficaram feridos. A Coronel Claudia Romualdo foi protegida por manifestantes no momento em que policiais lançavam bombas de gás lacrimogênio. Há de se registrar que, segundo a polícia militar, nenhum equipamento público foi depredado ou danificado.
		Porto Alegre	Manifestação contra o aumento de passagens, no entanto , o ato agrupou outras pautas: Corrupção, investimentos na Copa foram as mais expressivas.
		Recife	Frente de pelo Transporte Público sai a rua pela redução da tasrifa
		Fortaleza	– Os setores da imprensa afirmam que 5 mil pessoas estavam no ato da capital cearense. O ato teve como centro a redução da tarifa dos transportes, no entanto manifestantes também se colocavam contra os investimentos na Copa do Mundo de 2014.
		Curitiba;	– Cerca de 10 mil manifestantes saíram da Boca Maldita no centro da Cidade para a praça da UFPR num protesto que exigia a redução da tarifa do transporte (de R\$ 2,85 para R\$ 2,60). Acompanhados da polícia e da guarda municipal, sem incidentes de violência.
		Rio de Janeiro	Esta manifestação já tinha sido precedida de outras manifestações menores. A adesão massiva através dos meios de comunicação e a escalada de violência semelhante aos protestos de São Paulo colocou cem mil pessoas no RJ, capital que também sofreu com aumento de passagem . Chegando ao final do ato alguns manifestantes ocupam a Assembleia legislativa e aí se inicia o conflito. A polícia chegou a lançar tiros de fuzil. Uma pessoa ficou baleada, 30 feridos. 29 pessoas foram detidas, entre elas um cadeirante
		Juazeiro do Norte	Outras cidades realizaram atos em todo Brasil, mas um destaque deve ser feito a segunda maior cidade do Ceará. Em Juazeiro, 10 mil pessoas cercaram o prefeito quando este estava sacando dinheiro m uma agência bancária. O ato durou seis horas e durante todo este tempo o mandatário municipal ficou cercado por manifestantes.
		Florianópolis	– 20 mil pessoas, segundo a guarda municipal, ocuparam as pontes Pedro Ivo e Collombo Sales pra protestar contra aumento da passagem e o investimentos da copa. A PM recebeu ordens para não impedir a ocupação e o ato aconteceu sem confrontos.

Mês	Dias	Cidade	Descrição
Junho	18	Florianópolis	20 mil pessoas, segundo a guarda municipal, ocuparam as pontes Pedro Ivo e Collombo Sales pra protestar contra aumento da passagem e o investimentos da copa. A PM– 20 mil pessoas, segundo a guarda municipal, ocuparam as pontes Pedro Ivo e Collombo Sales pra protestar contra aumento da passagem e o investimentos da copa. Sem confronto com a política.
		Juazeiro do Norte	Juazeiro do Norte – Outras cidades realizaram atos em todo Brasil, mas um destaque deve ser feito a segunda maior cidade do Ceará. Em Juazeiro, 10 mil pessoas cercaram o prefeito quando este estava sacando dinheiro m uma agência bancária. O ato durou seis horas e durante todo este tempo o mandatário municipal ficou cercado por manifestantes.
	19	Fortaleza	30 mil manifestantes Seguirem em Fortaleza para a Arena Castelão, estádio onde estava marcado o jogo Brasil México. A Força Nacional e a PM impediram a multidão de concluir o trajeto.
	20	São Paulo	Um dia após Alckmin e Haddad revogarem o aumento das passagens, o MPL mantem o ato marcado. Cerca de 100 mil pessoas foram às ruas. O ato foi marcado pelo confronto entre militantes de partidos de esquerda e pessoas que se denominaram antipartidárias. Dois grupos se formaram no ato, rodovias foram fechadas e o transito interrompido por horas
		Brasília	25 mil pessoas furaram o bloqueio policial e adentraram no espelho d’água, a policia conteve a multidão com bombas de gás enquanto tentavam ocupar a cobertura do Congresso Nacional.
		Rio de Janeiro	Com início na Candelária, a manifestação na capital carioca contou com cerca de 330 mil pessoas e foi duramente reprimida epla polícia. Mais de 60 manifestantes deram entrada no Hospital Souza Aguiar vítimas de ferimentos.
		Belo Horizonte	A praça Sete serviu de concentração para um ato liderado por setores que até aquele dia não tinham participação ou mesmo convocado nenhuma manifestação. Pautas conservadoras neste ato substituíram temas defendidos nos últimos atos, no entanto, no avanço do “antipartidarismo” a juventude do PSDB também foi vaiada. A caminhada sem rumo definido e sem palavras de ordem foi denominada por setores da esquerda de “Marcha dos Zumbis”.
		Recife	Uma grande multidão heterogênea na rua com pauta movida mais pelas redes, reunindo 100 mil pessoas.

Mês	Dias	Cidade	Descrição
Junho	21	São Paulo	O MPL tendo convocado manifestação para comemorar a vitória da redução da tarifa no dia anterior, na ocasião anuncia que não convocará mais manifestações em São Paulo
	22	Belo Horizonte	Um dos maiores atos das jornadas de junho, cerca de 125 mil pessoas participaram de uma marcha que iniciou na Praça Sete em direção ao Mineirão. Na avenida Antônio Abrahão Caram inicia o confronto com a PM que, ao fazer zonas de exclusão, cercou os manifestantes sem espaço para seguir adiante ou retornar. Manifestantes depredaram e atear fogo em concessionárias de carros. Com o apoio da Força Nacional, a Cavalaria iniciou um ataque com bombas de gás lacrimogênio e disparos de bala de borracha. Os manifestantes revidam com rojões, pedras, bombas e Coquetéis Molotov. Seis manifestantes caíram do Viaduto José de Alencar e um deles, Luiz Felipe, faleceu três semanas depois
		Salvador	Aproximadamente 2.500 pessoas marcharam em direção ao estádio da Fonte Nova onde haveria o jogo Brasil e Itália, houve confronto com a PM.
	24	Porto Alegre	Um protesto com cerca de 10 mil pessoas acaba em confronto com a PM, 15 pessoas foram presas.
		Goiânia	Manifestantes ocuparam rodovia BR-153, dois carros da TV Anhanguera, afiliada da Rede Globo, foram quebrados.
		São Luís	2 mil pessoas se manifestaram em frente à Assembleia legislativa do Maranhão. Houve divisão quanto a pauta de reivindicação do ato.
	26	Recife	Protesto convocado pela Frente em Defesa do Transporte Público, para entregar documento ao Governador. Ocorre grande confronto com a polícia e pessoas são presas.
	28	Fortaleza	5 mil pessoas enfrentaram a polícia. A intenção era chegar até A Arena Castelão, local do jogo Espanha e Itália. 92 pessoas foram presas
	29	Belo Horizonte	Manifestantes ocuparam a Câmara de Vereadores da Capital mineira. Protesto pela insatisfação com a redução de apenas 5 centavos na tarifa de transportes.
	30	Rio de Janeiro	Final da Copa das Confederações. Manifestações contra a concessão do Maracanã à iniciativa privada.

Mês	Dias	Cidade	Descrição
Julho	10-18	Porto Alegre	Ocupação da Câmara Municipal. A saída ocorreu após acordo com encaminhamentos de projetos de interesse popular.
	Todo o mês	Rio de Janeiro	Mês de protestos contra o governo Sergio Cabral e contra composição da CPI sobre transporte Urbano na Câmara Municipal.
Agosto	8		Manifestantes organizados na Frente de luta pelo transporte público foram a uma audiência pública na Câmara de Vereadores e após a prisão de manifestantes que protestavam na área externa do prédio decidiram ocupar o prédio público. A PM cercou o prédio e impediu a entrada de água e alimentos. Na rua , manifestantes impedidos de entrar no prédio, ao fazer um ato de apoio aos ocupantes foram brutalmente reprimidos pela polícia, mais prisões foram executadas além de usos de balas de borracha fazendo assim alguns feridos.

APÊNDICE V – PERFIL GERAL DOS 11 ENTREVISTADOS E ENTREVISTADAS

Construído com base na ficha de identificação

Faixa etária:

- Entre 30 e 40 anos – 4 entrevistados/as
- Entre 20 e 30 anos – 7 entrevistados/as

Sexo:

- Homens – 7
- Mulheres – 4

Organização das quais participam:

- Fórum de Mulheres de Pernambuco – 2
- Marcha das Vadias - 1
- Coletivo Antiproibicionista – 1
- Frente de Luta Pelo Transporte Público – 1
- Diadorim – 1
- Movimento Zoada – 1
- Levante popular da Juventude – 1
- Ocupe Estelita: 4
- MOE – Movimento Ocupe Estelita – 2;
- Direitos Urbanos - 2
- Coletivo Coque Vive – Coque (R)Existe – 1
- Movimento dos Trabalhadores Sem teto, MTST – 2
- Frente Povo sem Medo – 1
- Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Pernambuco, SINTEPE – 1
- Organização Anarquista Maria Iêda – 1
- Cooperativa Margarida Alves – 1
- Sindicato dos Trabalhadores do Comércio Informal, SINTRACI – 1
- Coletivo Reaja - 1

Atividade profissional e militante

- Assessoria técnica ONG - Estagiária ONG
- Integrante de ONG: Centro de Prevenção às drogas
- Advogada
- “Liberada” Jornal Brasil de Fato
- Mestrando
- Doutorando
- Assistente Social
- Professor - 2

- Realizador Audiovisual

- Pesquisador - 2
- Líder Sindical
- Assessor Parlamentar (PSOL)

Formação Profissional

- Cientista Social - 2
- Cientista Político
- Bióloga
- Assistente Social – 2
- Advogado/a - 1
- Historiador – 3
- Professor - 2
- Jornalista
- Sociólogo
- Comunicador Social
- Curso incompleto de Direito - 1

APÊNDICE VI - Roteiro para Entrevistas

1. Faça um breve relato da sua trajetória militante, destacando o que o levou a participar e fazer militância/ativismo nos protestos e ocupes de 2013-2014?

Caso não explicita, perguntar: Em que grupo, coletivo, movimento você esteve no período de 2013-2014?

2. Que protestos, mobilizações sociais e ocupe(s) surgiram entre 2013-2014 em Recife? Descreva um pouco cada um deles.
3. Descreva os protestos, movimentações e ocupes que você participou.

Caso a pessoa tenha dificuldade de descrever apresentar os elementos que seguem para facilitar seu relato:

Que demandas, palavras de ordem, cartazes, vestimentas lhe chamaram mais atenção e quais entre estes que mais se repetiam?

Que outras expressões lhe chamaram atenção quanto à forma de atuação das pessoas individualmente ou como grupos?

O que lhe chamou mais atenção quanto às formas de expressão, organização, coordenação nesses protestos?

4. Você é de que opinião sobre o que levou as pessoas a irem protestar nas ruas?
5. Como essas pessoas foram convocadas, articuladas para irem aos protestos?
 - 5.1. Dê exemplos quanto ao que mais pesou para mobilizar as pessoas em Recife?
 - 5.2. Quem foram os agentes destas mobilizações?
6. Sobre as movimentações sociais de 2013-2014 fala-se muito do uso da internet, redes sociais, da mídia alternativa, das ações artísticas culturais, das performances das pessoas nas ruas. Você e o grupo/coletivo em que atua usaram esses recursos?
Outros?

7. Que participação você teve nos protestos, nos ocupe(s), na organização a qual estava vinculado(a) nesse contexto?
8. Descreva em linhas gerais como funcionou a relação entre os membros do grupo que você participou em relação:
 - a) as tomadas de decisões,
 - b) as formas de comunicação,
 - c) a distribuição de tarefas e funções,
 - d) a definição da linha política.

9. Que interpretação você faz dessa conjuntura de junho de 2013 a junho de 2014? Fale sobre: origens, causas, desdobramentos políticos, ação do governo, participação dos partidos, sindicatos e movimentos sociais “históricos” (mulheres, negros, ambientalistas, associações de bairro, juventude/estudantes, sem teto, sem terra, LGBT...)

Fazer as duas perguntas juntas para que a pessoa possa optar se quer fazer uma análise ou falar da experiência da militância no período e de suas lições:

10. Olhando retrospectivamente para o período 2013-2014 que análise faz do cenário político hoje?
11. Que aprendizado extraiu desse processo vivenciado?

ANEXOS

ANEXO I - Quadros elaborados por Singer

QUADRO I

Idade dos manifestantes

Faixas	São Paulo 17/06	São Paulo 20/06	Rio de Janeiro 20/06	Oito capitais 20/06	Belo Horizonte 22/06
Mais jovens	53% (12 a 25)	51% (12 a 25)	41% (15 a 24)	43% (14 a 24)	55% (Até 25)
Idade intermediária	35% (26 a 35)	31% (26 a 35)	39% (25 a 34)	38% (25 a 39)	29% (26 a 39)
Mais velhos	12% (acima de 36)	19% (acima de 36)	20% (acima de 35)	19% (acima de 40)	17% (Acima de 40)
Total	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Para São Paulo, Datafolha. Para Rio de Janeiro, Plus Marketing. Para oito capitais, Ibope. Para Belo Horizonte, Innovare.

QUADRO 2
Escolaridade dos manifestantes

Faixas	São Paulo 17/06	São Paulo 20/06	Rio de Janeiro 20/06	Oito capitais 20/06	Belo Horizonte 22/06
Mais baixa	1% (Fund.)	2% (Fund.)	14% (Fund.)	8% (Médio incomp.)	4% (Fund.)
Intermediária	22% (Médio)	20% (Médio)	52% (Médio comp./ Sup. inc.)	49% (Médio comp./ Sup. inc.)	31% (Médio)
Alta	77% (Sup.)	78% (Sup.)	34% (Sup. comp.)	43% (Sup. comp.)	66% (Sup.)
Total	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Para São Paulo, Datafolha. Para Rio de Janeiro, Plus Marketing. Para oito capitais, Ibope. Para Belo Horizonte, Innovare.

QUADRO 3
Renda familiar mensal dos manifestantes

Faixas	Rio de Janeiro 20/06	Oito capitais 20/06	Belo Horizonte 22/06
Mais baixa	34% (até 1 SM)	15% (até 2 SM)	20% (até 2 SM)
Intermediária 1	54% (de 2 a 5 SM)	30% (de 2 a 5 SM)	36% (de 2 a 5 SM)
Intermediária 2	1% (de 6 a 10 SM)	26% (de 5 a 10 SM)	24% (de 5 a 10 SM)
Alta	10% (mais de 11 SM)	23% (mais de 10 SM)	21% (mais de 10 SM)
Total	100%	100%*	100%

Fonte: Para Rio de Janeiro, Plus Marketing. Para oito capitais, Ibope. Para Belo Horizonte, Innovare.

* 6% não responderam.

QUADRO 4

Localização dos manifestantes no espectro ideológico.

São Paulo, 20/06/2013

Esquerda	Centro-esquerda	Centro	Centro-direita	Direita	Não sabe
22%	14%	31%	11%	10%	13%

Fonte: Datafolha.

ANEXO II - Quadro comparado da estratificação social dos anos 2005 e 2010 (RIBEIRO, 2014b)

FIG. 1 – COMPARAÇÃO ENTRE A PIRÂMIDE SOCIAL DA DISTRIBUIÇÃO DE CLASSES (SEGUNDO A RENDA) EM 2005 E 2010. FONTE: “NOVA CLASSE C TRANSFORMA PIRÂMIDE SOCIAL EM ‘LOSANGO’”, *IstoÉ Dinheiro*, 22 DE MARÇO DE 2011*



*[http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/52423_NOVA+ \(http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/52423_NOVA+CLASSE+C+TRANSFORMA+\)](http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/52423_NOVA+(http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/52423_NOVA+CLASSE+C+TRANSFORMA+))

[CLASSE+C+TRANSFORMA+ \(http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/52423_NOVA+CLASSE+C+TRANSFORMA+\)](http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/52423_NOVA+CLASSE+C+TRANSFORMA+PIRAMIDE+SOCIAL+EM+LOSANGO)PIRAMIDE+SOCIAL+EM+LOSANGO, acessado em 4 de setembro de 2013.

ANEXO III – Tabela elaborada por Braga (2013b)

TABELA 1. DIFERENÇAS ENTRE OS CONCEITOS DE SUBPROLETARIADO, PRECARIADO E BATALHADORES

GRUPOS/CARACTERÍSTICAS	SUBPROLETARIADO	PRECARIADO	BATALHADORES
Microempresários			X
Trabalhadores profissionais			X
População flutuante		X	X
População latente	X	X	X
População estagnada	X	X	X
Pauperismo	X		
Lumpemproletariado	X		
Capacidade de mobilização coletiva		X	
Renda entre 1 e 2 SM	X	X	

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA.

ANEXO IV - Síntese dos dados de pesquisa nas redes sociais realizadas durante os Protestos de junho de 2013 elaboradas pela Interagentes e Causa Brasil

Quadro 2 — Principais autoridades na internet em 6 de junho de 2013.

1	Estadão
2	Movimento Passe Livre São Paulo
3	Anonymous Brasil
4	Mídia Ninja
5	Carta Capital
6	O Globo

Fonte: «interagentes.net».

Quadro 3 — Maiores autoridades na internet no dia 21 de junho de 2013.

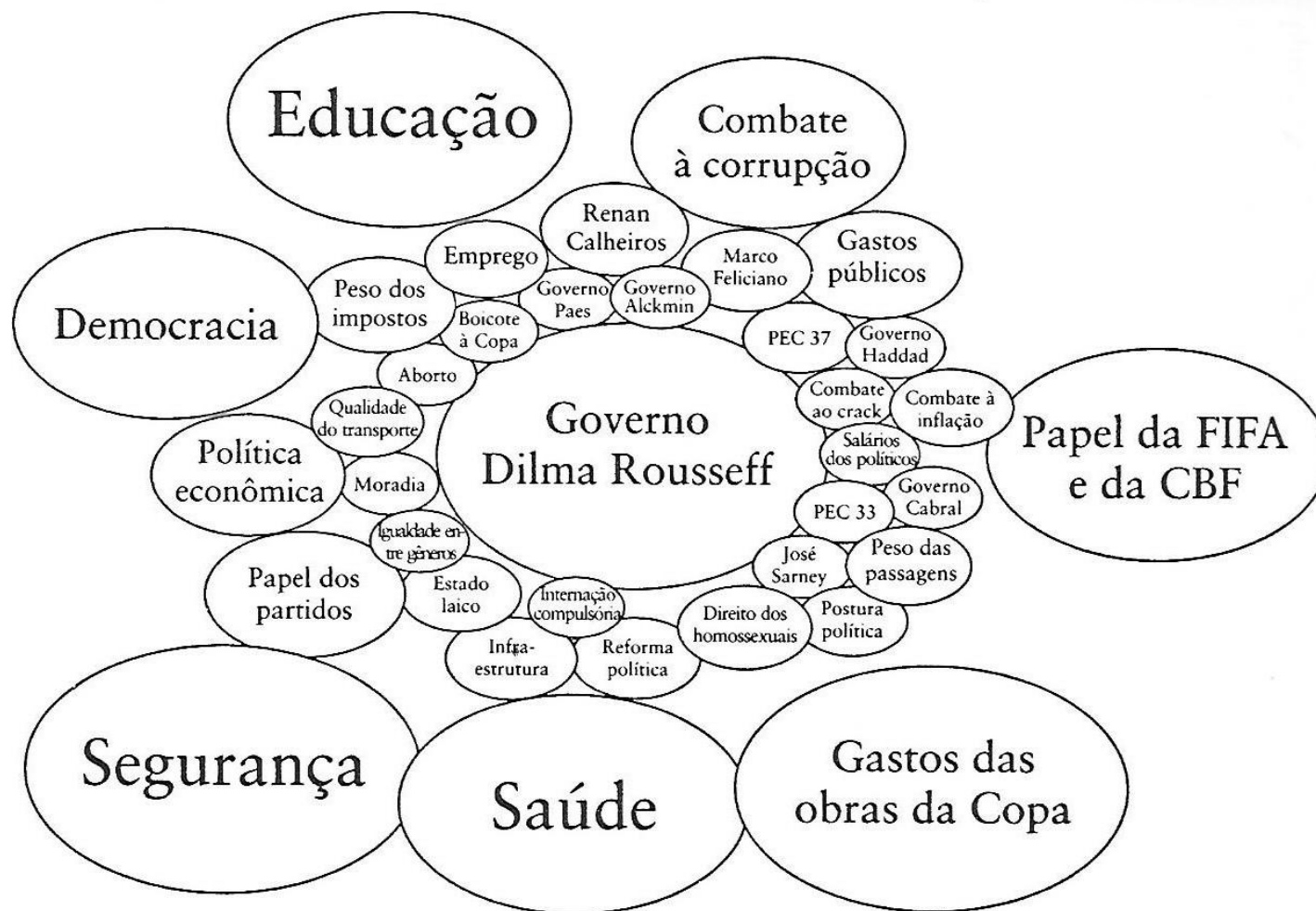
1	Anonymous Brasil
2	Movimento Contra a Corrupção
3	Última Hora
4	Isso É Brasil
5	A Verdade Nua & Crua
6	A Educação é a Arma para Mudar o Mundo
7	Rede Esgoto de Televisão
8	Estadão

Fonte: <interagentes.net>.

Figura 3 - Descrição dos temas das redes no Brasil em 7 de junho de 2013.



Figura 4 — Descrição dos temas das redes no Brasil no dia 30 de junho de 2013.



Fonte: <<http://www.causabrail.com.br>>

Figura 5 - Descrição dos temas das redes nos dias 5 e 6 de julho de 2013.



Fonte:<<http://www.causabrail.com.br>>

ANEXO V – Mapa do Cais de José Estelita e Fotos



Maquete do Projeto Novo Recife



Escombros dos Galpões

Fotos Vila Estelita

